

Dr. Alderlan Souza Cabral



DESAFIOS da EDUCAÇÃO na CONTEMPORANEIDADE Vol. 14



AYA EDITORA

2024

Dr. Alderlan Souza Cabral
(Organizador)

Desafios da Educação na Contemporaneidade

Vol. 14

Ponta Grossa
2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

**Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues**

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira
Miranda Santos**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Os autores detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

D4415 Desafios da educação na contemporaneidade [recurso eletrônico].
/ Alderlan Souza Cabral (organizador) -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 363 p.

v.14

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-482-5
DOI: 10.47573/aya.5379.2.286

1. Educação. 2. Inclusão digital. 3. Pais e professores. 4. Lar e escola.
5. COVID-19, Pandemia de, 2020 – Brasil. 6. Educação - Participação dos pais. 7. Tecnologia educacional. 8. Alfabetização. 9. Distúrbios da aprendizagem. 10. Educação de jovens e adultos.. 11. Química – Estudo e ensino. 12. Inclusão escolar. 13. Escrita. I. Cabral, Alderlan Souza. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
WhatsApp: +55 42 99906-0630
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação..... 14

01

Educação inclusiva com ênfase no Espectro Autista (TEA) em sala regular de ensino..... 16

Alessandro Gatinho dos Reis

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.1

02

A importância familiar no processo inclusivo..... 24

Josiana Medeiros dos Santos

Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.2

03

Desafios no processo de inclusão de estudante autista, uma visão sistêmica da prática escolar 36

Gilmara do Nascimento Bezerra

Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.3

04

Metodologias ativas: o ensino das ciências naturais para alunos com Transtorno do Espectro Autista 49

Lorena Costa Bandeira

Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.4

05

Análise e percepção sobre a educação especial 62

Marly Rubia dos Santos Farias
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.5

06

A desvalorização dos processos educativos 74

Silvia Araújo de Menezes
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.6

07

O déficit no desenvolvimento motor em crianças pela ausência de atividades práticas 84

James de Souza da Silva
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.7

08

Leitura e escrita: desafios e perspectivas na prática interpretativa 97

Elivangela Moura da Silva
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.8

09

A relação família escola: desafios no ensino-aprendizagem..... 109

André Santos de Souza
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.9

10

Os desafios na escola atual sobre a perspectiva educacional nos direitos humanos..... 121

Maire Levandowski
Gerlei Garcia
Eduardo Ventura Pereira Lima
Marcelo Pereira Vargas
Eduardo Ripoll de Medeiros

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.10

11

A violência e o fracasso escolar no contexto educacional brasileiro 130

Jefferson Batistella
Marta Aparecida Abraão Batistella

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.11

12

Desafios culturales de los estudiantes brasileños del cuarto semestre de la carrera de medicina de la Universidad De La Integración De Las Américas (UNIDA) de ciudad Del Este y la Universidad Privada Del Este (UPE) de Ciudad Presidente Franco, Paraguay año 2022 140

Rosana Mabel Sansiviero
Elisangela Ferruci Carolino

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.12

13

A inclusão digital na pandemia: uma análise social e educacional 157

Cleonice Zimpel
Daiana Diel Pires
Felipe Odorizzi
Janser Franciel Philippsen
Leandro Felipe Dapper Oppermann
Renato Reis
Robson Alessandro Stochero
Tiago Francisco Garcia da Silva
Henrique Rambo

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.13

14

Educação no campo: um estudo sobre o desafio da prática da leitura e escrita em salas multisseriadas .. 164

Francisco Lázaro da Silva
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.14

15

Culturas e linguagem escolar nas salas multisseriadas na Escola Ribeirinha Santa Rosa 176

Silvino Freitas do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.15

16

A Educação como meio ressocializador 190

Wesle Henrique Petter
William Ricardo Petter

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.16

17

Metamodernismo: o espírito do tempo refletido no ethos atual do Brasil e do mundo ocidental 198

Beatriz Araujo da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.17

18

Química ambiental: contribuição para a formação crítica dos alunos da EJA 216

Julio Cesar de Moraes Lara

Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.18

19

Uso dos jogos lúdicos digitais, como recurso pedagógico no ensino e desenvolvimento das habilidades matemáticas nas séries iniciais 229

Jorge Mácio de Macedo

Juan Alberto Beranger

Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.19

20

**Analogias e metáforas no ensino da Língua Portuguesa .
..... 242**

Michelle de Souza Maia

Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.20

21

Saberes e práticas docentes no processo da alfabetização 255

Marciene Bezerra Queiroz
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.21

22

A importância da relação família escola no desenvolvimento integral da criança na primeira infância 267

Magda Regina Thereza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.22

23

Um estudo bibliográfico sobre a interação família-escola como impulsionadora da motivação para a aprendizagem..... 282

Greice Zanotto Bonamigo

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.23

24

A produção textual/redação e as dificuldades de escrita enfrentadas pelos alunos do ensino médio na escola pública 290

Relizangila Gonçalves de Souza Marinho

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.24

25

Escola: instituição baseada em (fatos) afetos reais.... 301

Carlos Henrique Barbosa Rozeira
João Paulo Gonçalves Ferreira
Jonce de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.25

26

Educação especial na perspectiva da educação inclusiva e o ensino colaborativo 320

Elisete Meira Fernandes
Giane Regina de Oliveira
Ires Fontana Ramos Matos
Jacqueline Blömer Belarminda
Karla Lilian Cuimbra da Silva
Patrícia de Andrade
Rogério Dutra Porto Alegre
Rossana Gomes Milford
Shayan DesdeWalle
Tatiana Krüger Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.26

27

Direitos educacionais em relação à educação sexual: uma análise de abordagem formal e transversal..... 334

Maria Itelvina de Souza Gonçalves
Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.27

28

Aspectos motivacionais no processo de ensino aprendizagem do ensino fundamental 346

Maria de Fátima de Souza Vieira
Nilton do Nascimento Braga

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.28

Organizador..... 355

Índice Remissivo..... 356

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos o décimo quarto volume da série “Desafios da educação na contemporaneidade”, uma obra que reúne contribuições relevantes e atuais sobre os diversos desafios enfrentados pela educação no contexto atual. Neste volume, os autores abordam temáticas de grande importância para a compreensão e o aprimoramento das práticas educativas, oferecendo reflexões e propostas que visam contribuir para a superação dos obstáculos e a promoção de uma educação de qualidade para todos.

Os capítulos que compõem este livro abordam uma ampla gama de temas, desde a educação inclusiva, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA), até questões relacionadas à leitura, escrita, alfabetização e produção textual. Os autores também se debruçam sobre a importância da relação família-escola, os desafios da educação no campo, a educação de jovens e adultos, o uso de jogos lúdicos digitais no ensino da matemática, entre outros assuntos de grande relevância.

Um dos destaques deste volume é a atenção dedicada à educação inclusiva, com capítulos que abordam os desafios e as perspectivas da inclusão de estudantes com TEA em salas regulares de ensino, bem como a importância do papel da família nesse processo. Os autores também discutem a necessidade de metodologias ativas e adaptadas para o ensino de ciências naturais para alunos com TEA, além de apresentarem uma análise sistêmica da prática escolar no contexto da inclusão.

Outro tema de grande relevância abordado neste livro é a relação entre família e escola, com capítulos que discutem os desafios enfrentados nessa interação e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem. Os autores destacam a importância de uma parceria efetiva entre essas duas instituições para o desenvolvimento integral da criança, especialmente na primeira infância.

Questões relacionadas à leitura, escrita e produção textual também são amplamente discutidas neste volume, com capítulos que abordam os desafios e perspectivas na prática interpretativa, as dificuldades enfrentadas pelos alunos do ensino médio na produção de textos, e o papel das analogias e metáforas no ensino da Língua Portuguesa.

Além disso, os autores também se dedicam a temas como a educação no campo, discutindo os desafios da prática da leitura e escrita em salas multisseriadas, bem como a importância das culturas e linguagens escolares nesses contextos. A educação de jovens e adultos é outro tema abordado, com um capítulo que discute a contribuição da química ambiental para a formação crítica desses alunos.

Por fim, este volume também traz reflexões sobre temas atuais e relevantes, como o metamodernismo e seu impacto no ethos atual do Brasil e do mundo ocidental, além de uma análise dos direitos educacionais em relação à educação sexual e sua abordagem formal e transversal nas escolas.

Em suma, este décimo quarto volume da série “Desafios da educação na

contemporaneidade” oferece uma contribuição significativa para o debate sobre os desafios enfrentados pela educação no contexto atual, apresentando reflexões e propostas que visam o aprimoramento das práticas educativas e a promoção de uma educação de qualidade para todos. Esperamos que esta obra possa ser uma fonte de inspiração e conhecimento para educadores, pesquisadores e todos aqueles interessados em compreender e enfrentar os desafios da educação na contemporaneidade.

Boa leitura!

Educação inclusiva com ênfase no Espectro Autista (TEA) em sala regular de ensino

Alessandro Gatinho dos Reis

Licenciado em Geografia, Faculdades Integradas Ipiranga (2017). Graduando em Pedagogia. UNICV (2023). Pós-Graduação(lato sensu Especialista) Metodologia do Ensino de Geografia - Faculdade de Educação São Luís (2017). Pós-Graduação(lato sensu Especialista) Educação Especial Inclusiva – UNIASSELVI (2022)

RESUMO

Sendo um assunto de grande importância para a educação, escolheu-se o tema a educação inclusiva com ênfase no espectro autista, (TEA). Com isso, a problemática que se pretendeu responder foi como a criança autista se desenvolve nos processos educativos no contexto da escola inclusiva. O objetivo proposto foi identificar a descrição do autismo, descrever sobre o processo de inclusão e mostrar o papel do professor na inclusão do aluno autista em sala de aula regular de ensino. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, justifica-se pela necessidade de conhecer mais a fundo a questão do autismo e mais ainda da inclusão de aluno autista em classe regular de ensino.

Palavras-chave: educação inclusiva; espectro autista; processos educativos.

INTRODUÇÃO

O papel da escola é de grande importância na educação de todas as crianças, pois tem o desafio de transformar seus alunos em cidadãos críticos, reflexivos, criativos, sociais e capacitados para enfrentar a realidade. E com alunos autistas não é diferente, atualmente, compreende-se que as pessoas com o TEA necessitam de uma rotina dentro e fora de sala de aula, para maior autonomia na vida escolar e a convivência em sociedade. Com uma rotina bem organizada é capaz de provar que as pessoas com TEA são capazes de desenvolver vinculação afetiva saudável. Quando se falar em inclusão, define-se como um processo recente e talvez por isso ainda não totalmente difundida junto dos profissionais da educação. Recentemente foi contemplada no decreto - Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.

Ainda importa observar que o documento diz que indivíduos sendo ele crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente gozam de prioridade na matrícula, tendo o igual direito de frequentar as creches, jardins-de infância ou escolas nos mesmos termos



que outras indivíduos. Assim, as escolas, não podem rejeitar a matrícula ou inscrição de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou necessidades educativas especiais que manifestem.

O presente artigo trata-se de pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva, este estudo escolheu o autismo como tema para pesquisa e delimitou-se na análise da inclusão do aluno autista em classe regular do Ensino Fundamental. A problematização iniciou-se no momento em que se busca informações em estudos publicados por especialistas no assunto, onde constem resultados de pesquisas de campo acerca da inclusão do aluno autista em classe regular. A justificativa para o estudo explica-se por meio da necessidade de conhecer mais a fundo a questão do autismo e mais ainda da inclusão de aluno autista em classe regular de ensino, sendo que esse aluno necessita de atenção especial e muito preparo por parte dos professores para seu atendimento pleno e efetivo.

O objetivo proposto foi identificar a descrição do autismo, descrever sobre o processo de inclusão, mostrar o papel do professor na inclusão do aluno autista em sala de aula regular de ensino.

O AUTISMO: A DEFINIÇÃO

Conforme estudo de Garcia e Rodriguez (1997) não há uma definição única e exclusiva do autismo. A partir do ano de 1943 houveram diversas revisões conceituais acerca do termo que se basearam nos resultados de múltiplas investigações e pesquisas sobre o TEA. Sabe-se que se trata de uma síndrome comportamental que se caracteriza clinicamente por uma tríade de distúrbios nos setores de socialização e comunicação, limitação da atividade criativa e interesses restritivos (Levy, 2000).

Tal deficiência pode comprometer o desenvolvimento normal da criança se for grave demais, manifestando-se, antes dos três anos de idade, fazendo com que essas crianças manifestem reações anormais a sensações diversas, como ouvir, tocar, ver, sentir, equilibrar e degustar. Elas se relacionam com as pessoas, objetos e eventos de forma diversa às crianças normais, levando a acreditar que existe um comprometimento orgânico do sistema nervoso central em diversos níveis (Levy, 2000).

Conforme os manuais de classificação de diagnóstico psicopatológico estudados pelo autor e aceitos pela comunidade científica, são acrescentadas perturbações associadas, como a hiperatividade, restrições em nível de capacidade de atenção, impulsividade, agressividade, comportamentos de autoagressão, birra frequentes, instabilidade do afeto e de humor, entre outros (Levy, 2000).

As principais características do autismo são as dificuldades em estabelecer relações sociais, comunicação verbal e não verbal, desenvolver jogos simbólicos e de imaginação e na resistência às mudanças em sua rotina (APPDA, 2000). Ao se isolar do mundo, a criança autista busca uma fuga para filtrar os estímulos externos, sendo que o excesso de estímulos para ela causa simultâneos sentimentos e sensações que podem deixá-los nervosos, com dor ou mesmo se comportando como se estivesse sendo agredidos.

No Brasil, os casos de crianças autistas vêm aumentando, de acordo com a APAE

(2017), estima-se que dois milhões de crianças estejam dentro do espectro.

Conforme mostra o gráfico abaixo, mostra que os números vêm crescendo ano a ano.

Gráfico 1 - Prevalência do autismo.



Fonte: @stepsterapia.com.

Fróes (2007) relata que não existe uma causa para o autismo, e mesmo com a realização de vários estudos e pesquisas ele é identificado por meio dos sintomas e das características surgidas ao longo do tempo. Em sua maioria, os indivíduos com autismo começam a apresentar os sintomas entre os 18 e os 24 meses de idade, e geralmente, os meninos são os mais afetados (em uma proporção de 4:1).

Outra classificação é da Organização Mundial de Saúde, que refere o autismo como uma síndrome presente desde o nascimento e que se manifesta antes de completar 30 meses. Está caracterizada como uma incapacidade nas relações sociais, tanto na linguagem verbal como na não verbal, com respostas anormais aos estímulos visuais e auditivos, com problemas de relacionamento e incapacidade de manutenção do contato ocular, além de incapacidade de ligação social e jogos de grupo, resistência a mudanças, interesse por objetos estranhos e brincadeiras estereotipadas, ou mesmo pouca imaginação.

Muito comumente, autistas criam vínculos com objetos, carregando-os para todo lugar e demonstrando preocupação com eles, comportando-se como se tivessem criado uma relação de amor e ódio com o objeto. É importante ressaltar que cada autista é um caso único e individual, com seu próprio conjunto de sintomas e limitações, bem como suas capacidades.

Na questão do tratamento, não há uma forma única de tratar, devendo ser realizada uma gama de ações incluindo estimulação sensorial, modificação no comportamento, educação, medicação, dietas e suplementos vitamínicos que podem colaborar, dependendo de cada caso e das necessidades do autista. Todas as terapias já tiveram algum tipo de avanço e melhora na vida dos pacientes, mas importa lembrar que alguns autistas precisam de internação por toda sua vida devido sua falta de percepção do mundo exterior e também da violência do seu comportamento (Giardinetto, 2005).

As características de um autista podem apresentar diferenças entre outro autista, mas o tratamento utilizado em um pode ajudar ou não o outro a se desenvolver e socializar, e por isso cada caso deve ser analisado individualmente e conduzido o tratamento adequado. O diagnóstico colabora nesse planejamento que deve ser realizado junto da família, com o envolvimento da escola e da equipe médica que atende a criança. Para uma melhor compreensão do espectro autista, o próximo título apresenta um histórico do TEA para enriquecer o presente estudo.

Evolução histórica do TEA

O início do século XIX traz descrições de casos isolados de crianças com distúrbios mentais graves, revelando distorção do seu processo de desenvolvimento, que motivaram a classificação desses distúrbios como 'psicoses', assumindo que eram alterações funcionais surgidas a partir de um determinado momento da vida em pessoas saudáveis (Levy, 2000).

Um caso descrito na época é do menino Victor, o Rapaz Selvagem, de Aveyron (conforme estudo descrito por Itard em 18011). O menino provavelmente tinha TEA, já que não demonstrava nenhum afeto e tinha muitos episódios agressivos, balançando-se o tempo todo, com episódios de mudez contrastando com ecolalia e euforia (Levy, 2000)¹. No ano de 1943, o psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos, Kanner, identifica o autismo como uma síndrome comprovada cientificamente.

Pereira (2005) ressalta que foi nesse ano (1943) que se começou a delimitar o estudo científico do autismo por meio da publicação de Kanner denominada "*Autistic Disturbances of Affective Contact*" que caracterizou os comportamentos de 11 crianças que tinham comportamentos diversos dos habituais. Um ano mais tarde o pediatra austríaco Hans Asperger publicou um artigo intitulado "*Die Autistischen Psychopathen im Kindesalter*" onde descreveu um grupo de crianças com características semelhantes às enumeradas por Kanner, chamando autismo de síndrome também.

Os dois pesquisadores sugerem que o autismo consiste em uma perturbação de natureza sócio afetiva, apresentando dificuldades na adaptação social, movimentos repetitivos, desempenho intelectual diverso (para mais ou para menos) e cognição prejudicada.

INCLUSÃO DE ALUNO COM TEA EM CLASSE REGULAR DE ENSINO NO ESTADO DO PARÁ

As escolas de ensino regular estão recebendo alunos com diversos tipos de deficiência, aderindo ao movimento da inclusão escolar. Importa ressaltar LEI Nº 9.262, DE 22 DE ABRIL DE 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Estado do Pará, sendo um grande marco para a inclusão.

Confome o Art. 6º, inciso IV - o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;

¹ Não foi possível acessar o estudo original, e por isso manteve-se a informação colhida no estudo de Levy, 2000.

- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social;
- e) à justiça.

Conforme mencionada anteriormente, foi uma grande vitória para os autistas do Estado do Pará a LEI Nº 9.262, DE 22 DE ABRIL DE 2021, onde instituiu vários direitos e acesso a serviços a pessoas autistas.

Nessa visão, Mantoan (2006) diz que a integração escolar deveria ser a inserção de alunos com algum tipo de deficiência nas escolas comuns, colocando os alunos especiais em convivência com o meio escolar por meio da classe regular ou da classe especial, mas incluindo-o no processo educativo que todos os outros participam.

Nesse sentido, as situações de integração escolar devem prever que nem sempre os alunos conseguirão se inserir nas turmas regulares, necessitando de um atendimento especializado. Muitos necessitam de uma prévia classificação, para que se possa saber em qual turma aquele aluno irá se inserir e como irá se desenvolver.

Incluir é fazer com que todos possam estar inseridos no ensino regular, tratando todos de forma igual, atendendo de forma diversa conforme as necessidades de cada um, buscando igualar o processo educativo, respeitando as diferenças e as possibilidades dos alunos. Na inclusão, a primeira coisa que deve acontecer é a escola se adequar ao aluno que vai receber, utilizando de todas as ferramentas pedagógicas e estruturais possíveis para receber bem todos os alunos, deficientes ou não, dentro do espaço escolar (Fróes, 2007).

Essa visão acerca da integração como forma de inserção do aluno com necessidades educativas especiais em um espaço escolar mudou muito nas décadas recentes, positivamente, visto que agora a integração passa a ser a inclusão do aluno na classe regular, no processo educativo e na sociedade como um todo realmente.

Assim, a inclusão passa a existir para suprir as falhas deixadas pela integração, e a partir dos anos 1990, a proposta de integração passa a ceder lugar para a Educação Inclusiva, que trouxe em um movimento mundial, novas perspectivas para a inclusão efetiva dos alunos com necessidades educativas especiais (Mantoan, 2006).

Ressalta-se que os autores estudados em sua totalidade protegem a inclusão como uma forma que possibilite ao aluno seu acesso ao ensino regular, sem exceções, com os mesmos direitos e atendimentos, as mesmas possibilidades, currículos e avaliações dentro do ambiente escolar, com adaptações necessárias a cada caso, respeitando as dificuldades e limitações de cada indivíduo.

Mesmo que o aluno com TEA esteja matriculado e seja frequente na escola regular, ele deve ainda ter o atendimento da escola no seu processo de inclusão. Não é apenas trazê-lo para o convívio do ensino regular, é inseri-lo em atividades que sejam pertinentes ao seu desenvolvimento, junto aos demais alunos, respeitando suas especificidades, motivando-o a ampliar seus horizontes.

Frisa-se ainda que o papel professor, o monitor ou o professor do Atendimento

Educacional Especializado (AEE), é imprescindível para o processo se efetivar de forma satisfatória, em especial nos casos de crianças e adolescentes com mais dificuldades de socialização, linguagem, comportamentos repetitivos e violentos (Silva, 2012). É preciso suporte para que o professor consiga atingir o objetivo de educar.

Assim, a Educação Inclusiva nos casos de TEA necessita do suporte da AEE sempre, pois é por meio dele que a inclusão se efetiva, já que nos momentos de atendimento especializado que é possível refletir e compreender os avanços e os recuos no desenvolvimento desse aluno. Importa ressaltar que os profissionais de Psicologia e Psicopedagogia também são de extrema importância nesses casos (Oliveira, 2003). Muitos casos tem a necessidade de medicação oral e/ou injetável, o que ainda iria prever a necessidade de um profissional da saúde.

As ações de conscientização de saúde realizadas nas escolas também podem servir como canal para esclarecimentos e para educação inclusiva, onde os demais alunos poderão entender a importância de respeitar o colega que necessita de atendimento especial, bem como aprenderão como manter esse colega em segurança e confortável no espaço escolar. O papel do professor é fundamental nessa ação, e sua força de vontade e paciência também são de suma importância, pois é um desafio e ele não pode desistir facilmente de seu aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ler os estudos dos autores supramencionados ficou evidente que a inclusão existe de fato, mas está acontecendo de forma gradual, proporcionando ao aluno especial o desenvolvimento de suas capacidades, mas ainda errando muito no que se refere a efetiva inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Ainda existe preconceito, despreparo e falta de boa vontade por parte dos setores que deveriam compor essa rede de atendimento. Observa-se que é provável que a inclusão não esteja sendo efetiva de acordo com a legislação que trouxe as normas que dizem respeito à Educação Especial e à Inclusão, e isso acontece devido à falta de suporte que as escolas enfrentam, bem como a falta de capacitação de professores ou falta de atuação de monitores especializados, que muitas vezes, nem estão presentes nas escolas que deles necessitam.

A lei no papel não garante a inclusão. O que garante a inclusão é a atuação da escola em conjunto com a comunidade em geral, bem como do Governo que deve dispor de meios para que as escolas consigam atender efetivamente todos os alunos inclusos, não somente os autistas, mas os cadeirantes e os demais alunos que necessitam de atendimento especial educativo.

Se faz necessário continuar lutando contra o preconceito, buscando oportunizar desenvolvimento social para todos, incluindo o aluno autista no mundo real de outras crianças, talvez ele nunca consiga interagir com elas, mas ele está ali, e elas interagem com ele. Isso já pode bastar para dar a ele o conforto e a segurança que precisa para se sentir parte da escola.

Importa alertar que de uma maneira totalmente equivocada, alguns professores

acreditam praticar inclusão ao colocar simplesmente o aluno com necessidades educativas especiais em sala de aula junto aos demais, dando a ele uma atividade qualquer que não “atrapalhe” os demais. Inclusão precisa muito mais que isso, precisa envolver, interagir, desenvolver e comover os outros, para que entendam que todos tem direito ao mesmo espaço e às mesmas atividades, bem como tem direito a desenvolver-se conforme suas habilidades.

São vários os desafios e os caminhos a percorrer até que a inclusão de alunos com TEA seja realmente efetivada e satisfatória, mas o que parece, segundo os estudos analisados, é que as escolas estão realmente tentando. Buscando ferramentas e apoios para conseguirem vencer o desafio de incluir sem excluir, de educar e desenvolver sem ferir.

REFERÊNCIAS

APPDA (Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo). **Autismo: Integrar**. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional e Secretariado Nacional de Reabilitação, 2, 1993, pp. 14 – 15

FRÓES, Maria A. V. **As produções acadêmicas em educação especial: uma análise de discurso**. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <http://www.btdt.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=53>. Acesso em 10 ago. 2022.

GARCIA, T.; RODRÍGUEZ, C. **A criança autista**. In Bautista (coord). Necessidades especiais. Lisboa: Dinalivro, 1997.

GIARDINETTO, Andréa R. dos S. B. **Comparando a interação social de crianças autistas: as contribuições do programa teacch e do currículo funcional natural**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=669>. Acesso em 10 ago. 2022.

JORDAN, R. **Educação de crianças e jovens com autismo**. Instituto de Inovação Educacional: Ministério da Educação, 2000.

LEVY, P. Autismo e genética. **Protocolo para o estudo das pessoas com autismo**. Acta pediátrica. Lisboa, 2000.

PARÁ. **Lei ordinária Nº 9262, de 22 de abril de 2021**. Estado do Pará. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-9262-2021-para-institui-o-estatuto-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista-no-estado-do-para#:~:text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Pessoa,Art..>>. Acesso em 13 ago de 2022.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2006.

OLIVEIRA, V. **Atitude dos professores face à inclusão escolar das crianças com autismo. Tese de mestrado**. Universidade Técnica de Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 2003.

PEREIRA, M. **Autismo: A família e a escola face ao autismo**. Vila Nova de Gaia: GAILIVRO, 2005.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa, GAIATO, Mayra Bonifácio, REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2022.

A importância familiar no processo inclusivo

The importance of family in the inclusive process

Josiana Medeiros dos Santos

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Dr. Orientador

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação desenvolvida para validação de títulos, que traz como temática: A importância familiar no processo inclusivo, ressalta-se que a família e a escola devem colaborar de forma objetiva, promovendo a participação contínua no desenvolvimento dos processos de aprendizagem de seus filhos e alunos. Por outro lado, a família contribuirá para a detecção e tratamento dessas necessidades educacionais mais exclusivas. Desta forma esta produção tem por objetivo compreender a relação entre família e escola na colaboração do desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, a partir do acompanhamento e envolvimento na resolução de problemas e conflitos presentes no dia a dia no espaço escolar. O processo metodológico partiu de uma pesquisa descritiva explicativa, tem por finalidade descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência, explicando a razão, o porquê dos fenômenos, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade. Possuindo um enfoque qualitativo e quantitativo. Os principais resultados apresentam que a família desempenha um papel essencial no processo de desenvolvimento individual, uma vez que são os responsáveis diretos. No entanto, a responsabilidade de educar e fornecer uma educação formal é da escola, o que significa que ambas têm uma corresponsabilidade na formação cognitiva, afetiva, social e da personalidade do estudante.

Palavras-chave: responsabilidade na educação; envolvimento família e escola; ensino aprendizagem.

ABSTRACT

This study is a summary description of a dissertation developed to validate titles, which has as its theme: The importance of family in the inclusive



process, it is emphasized that the family and the school must collaborate in an objective way, promoting continuous participation in development of the learning processes of their children and students. On the other hand, the family will contribute to the detection and treatment of these more exclusive educational needs. In this way, this production aims to understand the relationship between family and school in the collaboration of the development of students with special educational needs in Elementary School, based on monitoring and involvement in solving problems and conflicts present in everyday life in the school space. The methodological process started from an explanatory descriptive research, its purpose is to describe the characteristics of a population, a phenomenon or an experience, explaining the reason, the why of the phenomena, as it deepens the knowledge of a given reality. Having a qualitative and quantitative focus. The main results show that the family plays an essential role in the individual development process, as they are directly responsible. However, the responsibility for educating and providing formal education lies with the school, which means that both have a co-responsibility for the student's cognitive, affective, social and personality formation.

Keywords: responsibility in education; family and school involvement; teaching learning.

INTRODUÇÃO

É necessário entender a família como um fenômeno que se manifesta ao longo da história, sujeito a mudanças conforme as transformações nas relações de trabalho estabelecidas entre as pessoas. É claro que as responsabilidades desempenhadas pela família variam de acordo com a posição que ela ocupa na estrutura social e econômica. Nesse sentido, fica evidente a relação entre o contexto familiar, em suas diversas modalidades, e o contexto escolar. A escola é o ambiente institucional onde as crianças costumam ingressar após um período de permanência mais ou menos prolongado.

O problema que originou essa pesquisa nasceu da inquietação de que as relações entre a escola e a família que são consideradas atualmente um fator de grande importância, estão deterioradas. A educação começa na família e continua na escola, e uma boa educação exige o conhecimento do ambiente em que os alunos vivem, bem como a participação de pais na vida escolar, para que a família sinta a escola como sua. Diante disso procurou-se saber: De que forma a falta de preparo dos professores e demais colaboradores; a ausência de infraestrutura; pode interferir no processo inclusivo? Objetivo Geral: compreender a relação entre família e escola na colaboração do desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, a partir do acompanhamento e envolvimento na resolução de problemas e conflitos presentes no dia a dia da escola. Hipótese: se há evidências de que a inclusão das famílias na escola seja fundamental para um significativo processo de ensino-aprendizagem, então presume-se que, na maioria das vezes a criança que não consegue aprender seja por conta de dificuldades que o desenvolvimento cognitivo provoca intrinsecamente ao desenvolvimento afetivo entre professor e aluno, aluno e família; e, professor e família do aluno.

A presente pesquisa é relevante por se tratar de um tema essencial e necessário. Os fatores que determinaram a escolha desse tema em estudo, foram o baixo desempenho na aprendizagem dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I, decorrente possivelmente

da falta de apoio familiar. Portanto, tornou-se indispensável investigar diferentes aspectos para a escola incluir a família no desenvolvimento pedagógico desses alunos.

ORIENTAÇÃO FAMILIAR NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A orientação familiar, no âmbito da orientação educativa nas escolas, constitui um fator de desenvolvimento educativo, em geral, e, em particular, de inclusão socioeducativa de alunos com determinadas singularidades, por apresentarem (estes últimos) alguma necessidade específica de apoio pedagógico (Blasi, 2006).

Tanto a escola quanto a família, são essenciais no desenvolvimento social, educacional e de aprendizagem. Por isso, é fundamental entender e trabalhar em conjunto, em vez de simplesmente delegar responsabilidades. É necessário estabelecer uma dinâmica de complementaridade.

Segundo Silva (2003) a orientação educacional pode ser definida como o conjunto de conhecimentos que permite a aplicação tecnológica no campo educacional de uma série de princípios teóricos que facilitam a concepção, execução e avaliação de programas de intervenção destinados a produzir mudanças no aluno e em seu contexto para que ele alcance sua plena autonomia e realização, tanto na sua dimensão pessoal como social.

A relevância da relação entre família e escola é clara e necessária em todas as dimensões do desenvolvimento do aluno. Essa evidência é progressivamente confirmada nos regulamentos escolares que vêm sendo promulgados desde a década de 1970 em nosso país (Comparato, 1998).

No espaço familiar, a aprendizagem é natural, não estruturada e de aplicação imediata. Pelo contrário, no perímetro escolar, esses estão estruturados e a sua utilidade e transferência não são tão imediatas como naquele ambiente familiar (Lima e Schallenberger, 2006).

A abrangência das funções educativas exercidas no âmbito familiar é praticamente ilimitada, ao contrário, na dimensão escolar, os professores devem exercer suas funções de forma explícita, concreta e bem definida (López, 2009).

A presença da família é fundamental para melhorar a qualidade dos processos escolares em todas as suas etapas. Ela oferece dados importantes sobre o ambiente familiar dos estudantes, visando estabelecer um diagnóstico preciso de suas necessidades educacionais em geral, e de apoio educacional específico em particular.

A orientação educativa, em geral, e a orientação familiar, em particular, é uma função inerente à prática docente dos centros educativos. Mais especificamente, a LDB estabelece a esse respeito, entre outros aspectos no campo da orientação educacional, o seguinte: a) como princípio básico de nosso sistema escolar, fica explícito que a orientação educacional e profissional dos alunos é feita como um meio necessário para alcançar uma formação personalizada, que promove uma educação integral em conhecimentos, habilidades e valores (López, 2009).

É certo que o professor é reconhecido como o profissional da educação. No

entanto, o seu trabalho assenta nas relações que consegue estabelecer com a família, quer numa perspectiva de apoio, quer (na melhoria da comunicação entre ambos. A esse respeito, (Valladares, 2018), argumenta, ao se referir ao papel profissional do professor, que é importante reconhecer sua participação dirigente na direção do processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, suas funções seriam incompletas se não levasse em consideração o contexto familiar e as necessidades educacionais de seus alunos. Isso visualiza melhor a capacidade de orientação que deve ter como parte de sua atuação (Menna, 2010).

Pode-se afirmar que a relação entre a escola e a família é parte essencial do processo de formação do aluno, no momento da matrícula na instituição de ensino. É uma relação que, embora não seja visualizada, está presente na sala de aula. Assim, uma das alternativas da escola para mediar na relação professor-aluno, reside no estabelecimento de ações pautadas no alcance de maior interação com a família. Mas tais alternativas não podem ser deixadas apenas à iniciativa das autoridades escolares e professores, mas devem ser consolidadas com programas e políticas dos sistemas de ensino (Trilla, 1996).

Uma das funções dos educadores também deve ser a de um orientador familiar. Sob essa ótica, desempenha um papel importante na melhoria das relações familiares e, conseqüentemente, no bem-estar dos seus integrantes. Isso não significa que toda a responsabilidade deva ser atribuída exclusivamente ao professor, mas sim à instituição de ensino como um todo. São diversos os fatores que influenciam na qualidade do ensino a partir do ambiente familiar, e se o educador ignorar essa realidade, não estará cumprindo plenamente com seu papel.

Um dos elementos mais essenciais na educação de qualquer sujeito consiste na relação família-instituição educacional, sem este vínculo será muito difícil (se não impossível) alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo. Assim, a orientação familiar desempenha um papel vital como processo de ajuda em uma inter-relação que significa uma melhoria para os familiares e também para a escola, especificamente para os professores. A relação deve ser vista sob a ótica da comunicação, apoio, cooperação, troca, compreensão, tolerância e confiança (Camors, 2006).

A ideia de família, de uma maneira ampla, diz respeito a um conjunto de indivíduos conectados por laços de hereditariedade, parentesco, carinho, proteção, apoio e vivências compartilhadas que, sob a responsabilidade dos pais, formam o núcleo gerador da comunidade, cujo papel fundamental vai além da provisão das necessidades básicas de seus integrantes, enfocando na transmissão de uma educação embasada em princípios educacionais e culturais.

Os responsáveis precisam oferecer uma boa educação aos seus filhos, porém, em algumas ocasiões, encontram dificuldades em desempenhar esse papel devido à falta de preparo, transferindo sua responsabilidade para os professores e, por vezes, evitando cumprir essa obrigação.

A missão dos professores e tutores deve consistir em ajudar os pais a tomarem consciência da importância da sua tarefa educativa, promovendo e orientando a criação e desenvolvimento de Escolas da Família e a sua participação ativa, contínua e responsável

sem ficar na mera aquisição de conhecimento teórico, mas alcançando um conhecimento mais profundo, fruto da reflexão, análise crítica das próprias atitudes e experiências, e tudo isso em diálogo com outros pais e mães, para avançar em segurança, habilidades e confiança em si mesmo (Saviani, 1982).

Os pais necessitam adquirir conhecimentos, competências e habilidades atualizadas para educar seus filhos de forma mais eficiente. É importante que saibam como integrar esses aprendizados nas atividades escolares, mantendo em mente que os professores desempenham um papel complementar e colaborativo na busca pelos objetivos educacionais.

Sabe-se que as lógicas da Escola como instituição e da Família como tal são de natureza diferente, o que gera tensões permanentes nos espaços em que ambas dialogam. O exposto é evidenciado em um estudo sobre as percepções, crenças, expectativas e aspirações de pais e responsáveis sobre a aliança família-escola. Em relação às funções que poderiam desempenhar, conclui-se o seguinte: ambos apontam para um trabalho conjunto e complementar que para os professores começa em casa quando os pais se encarregam de transmitir valores e normas aos filhos e tentam fazer com que eles respondam na escola (Lima e Schallenberger, 2006).

Para dar conta da relevância da família nos processos de aprendizagem, é preciso focar na relação família-escola. Esse elo foi mudando à medida que a sociedade como um todo mudou: “As primeiras escolas mantinham uma estreita união com a comunidade. No início do século XX, eles começaram a se separar. O trabalho pedagógico tornou-se cada vez mais especializado e complexo, e os professores ministravam disciplinas e utilizavam métodos muito distantes da experiência dos pais, que pouco tinham a dizer sobre o que acontecia na sala de aula” (Palacios e Paniagua, 1992).

Acessar os ambientes mais íntimos da vida familiar, por meio de visitas e/ou outras estratégias, continua válido, dada a importância de considerar as condições contextuais em que ocorrem os processos de ensino-aprendizagem. Neste contexto, a família corresponde a uma das esferas que tem maior incidência na formação da criança como pessoa, é a instância de socialização por excelência, ali se aprende a conviver com os outros, a abraçar determinados valores e conectar-se com o mundo e interpretá-lo (Lupton, 2017).

Da mesma forma, o desafio de incorporar os pais ou responsáveis no processo de formação é mais complexo se estiver a falar de contextos socialmente vulneráveis, pois aqui a participação da família é vista, antes, como um obstáculo. Assim, por exemplo, as dificuldades diretas ou indiretas com as famílias das crianças também são relatadas no estudo de Lareau (2019), onde as professoras levantaram as dificuldades no processo de ensino das crianças, onde os problemas familiares funcionam como obstáculos. No entanto, independentemente de quão vulnerável seja o contexto das crianças.

Quando os estudantes percebem que suas famílias estão engajadas em seu processo educacional, eles compreendem que há uma conexão entre suas escolas e lares. Eles reconhecem que seus professores e pais têm familiaridade um com o outro, que se dedicam a realizar tarefas extras nos fins de semana e que possuem um maior apreço pela instituição escolar.

A escola apoia a ideia da necessidade de aproximar as famílias e torná-las parte da informação e das possibilidades de ajudar os seus filhos, mas, também há pessoas que colocam limites a esse envolvimento, por medo ou incerteza. Assim, vemos duas tendências na colaboração e envolvimento dos pais na escola: confiar neles ou evitá-los (Lima e Schallenberger, 2006).

A instituição de ensino é um ambiente voltado à educação, portanto, suas atividades devem ser cuidadosamente planejadas e executadas. O plano pedagógico é a ferramenta que viabiliza essa prática, ao oferecer direcionamentos inovadores para abordar as diferentes situações que necessitam de solução.

Por conseguinte, os pais não devem abdicar das suas exigências para com os professores e vice-versa, porém os pais precisam expressar a sua confiança na escola e nos seus profissionais. Quando isso não acontece por parte da família, a sociedade leva a culpa, especificamente a escola, pois na visão dos pais ela não coloca mais “os alunos nos eixos”. Ou seja, a escola é pressionada pela família para impor normas e regras que cabem às famílias. O autor enfatiza que a participação da família é fundamental no processo educativo, mas ressalta que, em função de outras obrigações, pedem socorro à escola, porém, de modo errado, por que transferem à mesma, suas responsabilidades, principalmente por que se observa que a relação entre pais e filhos mudou bastante, bem mais racional do que de afeto, o que em uma avaliação mais rigorosa, torna a relação negativa. O amor não se mede pelo cumprimento de responsabilidade, mas sim, pelo completo comprometimento afetivo e de transferência de valores substanciais (Mendes, 2016).

É relevante mencionar a distinção entre as responsabilidades da família e da escola no contexto fragmentado do indivíduo. No entanto, uma vez que a escola é tida como um complemento à educação familiar, é crucial que ela, enquanto instituição educativa, integre conteúdos e gere saberes que invariavelmente envolvam a instrução.

O papel da família está concretizado em seu cotidiano com suas relações de confiança e segurança ou em suas profundas contradições e rivalidades. Para Tiba (2005, p. 140):

Todo trabalho para ter sucesso necessita do envolvimento de muitas pessoas na sua operacionalização. Assim funciona com a escola, com a empresa, com a família, etc., todo trabalho isolado, no qual apenas uma parte acredita nele, se enfraquece ou nem mesmo ganha forma pela falta do apoio e engajamento de outros. Para o desenvolvimento do aluno vale o mesmo raciocínio. Quando escola e família, e mesmo o aluno, não se apoiam, em vão será qualquer trabalho. A educação ativa formal é dada pela escola, porém, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pais e o próprio adolescente.

O autor enfatiza que nessa perspectiva se avalia o desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo da criança e do adolescente, além de contar com o interesse dele próprio, carece, sobretudo, da junção família-escola. Mendes (2016, p. 98) se alia a Tiba (2005) afirmando:

A partir desse ideal de parceria tríade vislumbra-se o real e o possível na educação do ser humano, no qual o aluno está aberto ao conhecimento, à escola possibilita a sua ascensão, a família participa consciente de cada etapa. No entanto, evidencia-se a cada dia e em todas as escolas a perda da confiança entre escola e família.

Tal atitude enfraquece a relação dos filhos seja com uma ou com outra e ainda colabora com o aumento de indisciplina na escola. A partir daí, tantos outros problemas nascem e se manifestam diretamente no cotidiano escolar, tendo sua razão de ser, no contexto familiar. É fundamental que o filho contemple situações de diálogo e de confiança dos pais na escola através de pequenos comentários positivos sobre esta. Assim, a família estará confirmando o cuidado que teve ao lhe escolher aquela escola. Demonstra também que não foi qualquer escolha, mas que gosta e admira porque acompanha o trabalho que esta realiza.

Desta forma, os comentários negativos sobre a escola por parte dos pais, acabam por ter profunda influência na cabeça do filho, conforme os estudos de Tiba (2005, p. 140): “o filho vai tirar lucro da discordância pais/escola da mesma forma que se aproveita das divergências entre pai e mãe”. Contudo, percebe-se que a escola não pode atribuir todos os problemas de sala de aula à família. É certo que todas as suas possibilidades devem ser esgotadas para depois se diagnosticar o problema, como de âmbito familiar.

Por fim, se deve reforçar exaustivamente os objetivos comuns entre escola e família, como afirma Tiba (2005, p.140): “Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho / aluno”. Diante disso, as diferenças nessa relação devem ser bem menores que os interesses que devem lhes aproximar. Tanto escola como família idealizam seres felizes e de sucesso. Portanto, que ambas acreditem na contribuição da outra e que se apoiem para o desenvolvimento do aluno e do filho.

O aluno na condição de ser humano não forma seus valores somente na escola, pois, não vive exclusivamente nela. Sabe-se que a escola tem muito a fazer, mas, que não depende unicamente dela, e sim da coparticipação dos pais que por sua vez acham que fazem muito em matricular seus filhos e esquecem do essencial, que é o comportamento. A este respeito Mendes (2016, p.116), afirma que:

Uma postura positiva com relação ao aprender e ao estudar não acontece de uma hora para outra nem de uma vez por todas: é um valor cultural que precisa ser permanentemente cultivado. Começa a formar-se desde os primeiros anos de vida, precisa de ambiente favorável para desenvolver-se e carece de estímulos permanentes durante a infância e a adolescência.

É possível que isso a torne viva, presente e necessário na vida das famílias. Em se tratando de motivação, os pais devem deixar claro também para os filhos, a importância da escola e do professor na edificação do seu saber e na conquista da sua cidadania. Isso é tão importante a ponto de interferir no seu processo escolar. Quando isto acontece, a escola encontra um aluno passível de erros e acertos; de frustrações e de vitórias; de dificuldades e de superações (Soares, 2010).

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública estadual, localizada no município de Anamã-AM/Brasil. Essa instituição assume como missão, a formação de pessoas com a capacidade de reflexão, de pensamento autônomo e de ação, de modo a levá-las a assumir um posicionamento diante da vida, a contribuir dignamente para a construção de uma sociedade melhor e tem como objetivo geral, propiciar uma educação de qualidade através de um trabalho coletivo e democrático com a comunidade escolar, num processo cooperativo de formação de indivíduos críticos, ciente de seu papel como

cidadão responsável pela transformação social.

A pesquisa tem característica descritiva interpretativa realizar as análises de causa-efeito tendo como processo sequencial as amostragens dedutivas para dados comprobatórios da exploração dos fenômenos em profundidade, basicamente conduzido em um ambiente escolar, os significados serão extraídos dos dados coletados, sendo seu benefício preciso (Creswell, 2009).

A pesquisa descritiva, ela confronta a hipótese e correlaciona as variáveis para obter as respostas e analisá-las. De modo geral, a pesquisa descritiva faz parte de um amplo grau de generalização. Para a obtenção das respostas é necessário utilizar o princípio da naturalidade, que implica no estudo dos fatos em seu modo natural, quer dizer: sem influências.

O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (Fonseca, 1986).

Uma amostra é a menor parte do total, ou seja, um subconjunto de toda a população. Quando são realizadas pesquisas, a amostra são os membros da população convidados a participar da pesquisa. Simplificando, uma amostra é um subgrupo ou subconjunto da população, que pode ser estudado para investigar as características ou o comportamento dos dados da população. A pesquisadora selecionou para sua coleta de dados, duas professoras e 25 pais dos alunos da escola foco desta pesquisa, que se disponibilizaram a colaborar com o projeto. Os sujeitos dessa pesquisa, todos residem na comunidade rural onde se localiza a escola. A instituição na qual se desenvolveu este estudo, tem um grupo de 17 profissionais atuantes, entre gestora, pedagoga, professores, secretário, administrativo, merendeiras e auxiliar de serviços gerais, todos qualificados. Pelo fato dessa escola receber somente alunos da comunidade local onde ela está inserida, a mesma tem um público de apenas 115 alunos no geral.

No que tange a coleta de dados, ela é indispensável para o bom êxito da pesquisa, pois os procedimentos utilizados dão fundamentação essencial para o sucesso da investigação. Ela possibilita meios diretos para estudar uma ampla variedade de fenômenos e permite análise sobre um conjunto de atitudes comportamentais (Forbes, *et al.*, 2009). Assim, para efetivar a coleta de dados foi utilizada a aplicabilidade do instrumento por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas para coletar os dados precisos.

ANÁLISE DOS DADOS

Uma boa educação requer conhecimento do ambiente em que os alunos vivem, bem como a participação de pais na vida escolar dos alunos, a família precisa sentir que a escola é um ambiente acolhedor. A escola complementa a família. Escolaridade inclui, além do ensino, apoio aos pais e outras funções.

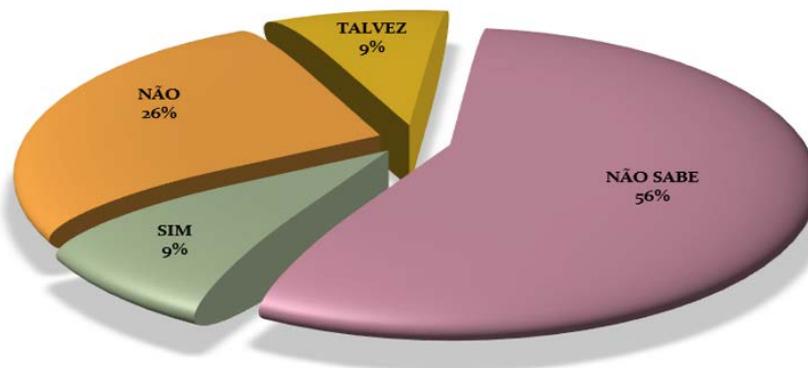
É evidente que as escolas não estão isentas de mudanças numa sociedade em que estão produzindo tantos eventos e na perspectiva da psicologia educacional que trata de

criar as melhores condições para que as tarefas de aprendizagem sejam realizadas. Assim as escolas interativas devem propor um sistema aberto, propenso à mudança, disposto a levar em conta alternativas, com limites facilmente reconhecíveis, não muito rígidos e uma organização que permite influências externas sem que a equipe educativa as experimente como uma ameaça para a sua própria integridade.

Entende-se, dessa forma que para se adaptar às novas necessidades da sociedade, a escola deve abrir as suas portas e ter a participação e ajuda das famílias se tornando uma forma de apoio, integração social às práticas educativas familiares, em uma comunidade de aprendizagem. É assim que a participação dos pais na abordagem educativa de um centro de educação infantil representa uma garantia de eficácia da ação educativa. E na educação dos mais pequenos é um dos critérios de qualidade mais claro, devido à especificidade da aprendizagem antes dos seis anos, a necessidade de completar a ação educativa na criança e o impacto dos programas compensatórios.

A escola é, para a maioria, o primeiro lugar de aproximação, de diversidade existente e crescente na sociedade global. Nele a criança convive sistematicamente com estudantes de outras origens, raças, culturas, classes e habilidades. Quando se perguntou dos pais e responsáveis dos alunos, se a escola procura viabilizar maior interação entre família e escola, e se este relacionamento interfere no aprendizado dos alunos eles responderam que:

Gráfico 1 - Parecer dos pais e responsáveis entrevistados.



Fonte: A pesquisadora (2023)

Como comprovado de forma graficada 9% dos pais e responsáveis responderam que sim, que a escola desenvolve interação com os pais dos alunos e sempre procura envolvê-los de forma participativa nos eventos da escola mantendo-os sempre inteirados, outros 9% dos entrevistados ficaram imparciais, alegaram que envolvem de forma alienatória, 26% dos entrevistados foram bem sucintos, relataram que a escola precisa sim envolver de forma mais direta os pais dos alunos na vida escolar de seus filhos, 56% não quiseram relatar e não souberam fazer suas argumentações. Percebe-se uma certa insegurança por parte dos pais e responsáveis em conhecer a importância da interação escola e família, uma grande maioria dos pais e responsáveis como observado no gráfico não souberam argumentar tal questionamento.

Torna-se relevante conhecer o papel crescente da escola em relação à família e à comunidade, as urgências das demandas dirigidas a isso representam, a nosso ver, outro aspecto da socialização da vida escolar dos estudantes. As relações familiares e escolares

são complexas.

Os variados modos de comunicação com as famílias contribuem para criar um relacionamento baseado na confiança e no respeito mútuo. A corresponsabilidade educativa exige a criação de espaços partilhados para a construção de um relacionamento que facilite a inclusão do ambiente familiar na instituição educacional para promover o desenvolvimento e a aprendizagem infantil.

Assim, a escola tem de criar canais de comunicação e espaços de interação, pontes para melhor relacionamentos com os pais dos alunos, apoiar uns aos outros, ouvir e valorizar a tarefa educativa numa rede de realidades diversas, desiguais e complexas.

Tendo em conta a pluralidade cultural, aceitá-la como riqueza educativa gera múltiplas relações, novos diálogos que permitem explicar as propostas da escola respeitando o funcionamento da família e os entrelaçamentos da vida cotidiana.

Acredita-se ser um bom objetivo para melhorar os relacionamentos intercultural. Projetos que facilitam a comunicação, a troca de diferentes ideias de forma compartilhada, com conhecimento mútuo, colaboração, geração de confiança, projetos que articulem semelhanças e diferenças com uma riqueza para todos.

Projetos que podem materializar-se em forma de *workshops*, encontros, intercâmbios, ajuda mútua em línguas e novas tecnologias, a fim de promover o encontro e convivência entre as famílias e proporcionar-lhes elementos de conhecimento sobre temas diversos que possam dar respostas a necessidades específicas e promover iniciativas e relacionamentos da escola com o seu ambiente e com a comunidade onde está inserida.

Torna-se um desafio, integrar as diversas demandas e contribuições culturais na sociedade cada vez mais complexa em que se vive, valorizando a origem das famílias em uma instituição escolar culturalmente democrática que sabe orientar educacionalmente de forma organizada, respondendo às necessidades de pais, filhos e profissionais. Novas estratégias, recursos e serviços que facilitam a comunicação da comunidade educativa e contribuem para a transferência de barreiras e culturas.

Uma escola integradora e inclusiva não pode esquecer que o ingrediente fundamental para permitir a inclusão das famílias no espaço escolar é a forma como a escola estar desenvolvendo suas estratégias de relacionamentos e integração com os pais e responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que as famílias precisam serem envolvidas no espaço escolar como colaboradores e participantes ativos na educação e no desenvolvimento de seus próprios filhos. Conceber espaços onde famílias e profissionais possam se comunicar e analisar suas próprias necessidades que são de importância ímpar. Compartilhar com eles um critério educacional comum que visa conhecer melhor seus filhos para oferecer-lhes uma resposta educativa coerente e adequada às suas necessidades, oferecendo-lhes a melhor oportunidade para ajudá-los a se desenvolver.

A Escola precisa ter um projeto que divulgue a função educativa da escola e ofereça modelos de relacionamento e intervenção com os responsáveis dos alunos. A família deve assumir a responsabilidade pelo aprendizado de valores, crenças, atitudes e hábitos comportamentais, para que os estudantes fiquem sempre motivados ao aprendizado.

Muitos desajustes na sociedade são causados pelos ensinamentos dos pais ou pela falta deles. É difícil anunciar o que a sociedade vai valorizar amanhã, porém, pode-se afirmar que a sociedade moderna precisa de indivíduos que cresçam em valores como liberdade, tolerância, responsabilidade, iniciativa, e eduquem na importância do longo prazo.

A escola e a família, juntas têm a função de proteger os jovens das mais diversas atrações negativas que o mundo lhe oferece, sejam crianças e/ou adolescentes com sonhos e atitudes. Sem dúvida que são inúmeros os problemas registrados no cotidiano escolar. Esses problemas aparecem sempre motivados por uma infinidade de carências ou excessos na relação com os pais. Diante disso, a escola é o espaço, aonde vem à tona todas as situações não resolvidas. A natureza desses comportamentos quase sempre traz distorções de caráter e tornam as relações humanas mais artificiais e menos autênticas. Então, quando estes problemas são identificados, além das providências legais e administrativas, a escola deve proceder na forma de identificar causas e combatê-las com a decisiva participação familiar.

REFERÊNCIAS

BLASI, M. **A construção do projeto educativo: vínculos entre famílias e profissionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

COMPARATO, F. K. **O princípio da igualdade e a escola**. Artigo. Fundação Carlos Chagas, n. 104, 1998.

CAMORS, J. **Documento básico para promover a reflexão sobre a educação não formal**. UNEVOC e Ministério da Educação, 2006.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FONSECA, E. N. **Bibliometri: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 1986.

FORBES. **Os novos significados de mudança na educação**. Belo Horizonte: Octaedro, 2009.

LIMA, P. de C. SCHALLENBERGER, C. **O movimento de emancipação da família e da instituição**. São Paulo. Rodrigues Alves, 2006.

LÓPEZ, A. S. **Família e sociedade**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2009.

LUPTON, R. **Justiça Social e Melhoria Escolar**. melhorar a qualidade do ensino nos bairros mais pobres. *British Educational Research Journal*, 31 (5), 589 – 604, 2017.

LAREAU, A. **Vantagem em casa**. Classe social e intervenção dos pais no ensino fundamental. Oxford: Rowmann & Littlefield Publishers, INC, 2019.

- MENNA, M. E. **Correntes pedagógicas contemporâneas**. São Paulo: Summus, 2010.
- MENDES, V. **Eficácia escolar**: uma análise comparativa. Estudos Públicos, 47, 101-125, 2016.
- PALACIOS, J. P.; PANIAGUA, L. S. **Pais na escola**. São Paulo: Contexto, 1992.
- SAVIANI, D. **Para além da curvatura da vara**. In: Revista Ande no 3. São Paulo, 1982.
- SILVA, M. da. **Do projeto político do banco mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira**. Artigo. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003.
- SOARES, M. de J. G. de. **Família & escola: trajetória de interação**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.
- TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. 5. ed. São Paulo: Gente, 2005.
- TRILLA J. **Educação fora da escola**. Espaços não formais e educação social. São Paulo: Ariel, 1996.
- VALLADARES, A. L. R. **Orientação Psicopedagógica no contexto educacional**. Porto Alegre: Universo Sul, 2018.

Desafios no processo de inclusão de estudante autista, uma visão sistêmica da prática escolar

Challenges in the inclusion process of autistic students, a systemic view of school practice

Gilmara do Nascimento Bezerra

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador: Dr.

RESUMO

O presente estudo é uma descrição resumida de uma dissertação de mestrado desenvolvida para validação de títulos, que traz como temática: Desafios no processo de inclusão de estudante Autista, uma visão sistêmica da prática escolar. Ressalta-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem como definição um déficit no neurodesenvolvimento do indivíduo, que se apresenta principalmente na comunicação e a interação social com os demais. Diante desses desafios na área da educação a presente obra traz como objetivo geral: Analisar os desafios que o professor enfrenta na promoção da inclusão de estudantes com autismo, em uma escola pública localizada no município de Anamã- AM/Brasil, no período de 2022-2023. A pesquisa partiu de uma metodologia sistêmica e interpretativa com o enfoque qualitativo-quantitativo, tendo a aplicabilidade de um instrumento para coletar os dados por meio da realização de questionários aplicados para professores, realizando dessa forma a discussão das falas dos pesquisados. Os principais resultados apresentam que, o ensino inclusivo precisa passar por transformações e que os professores precisam cada dia mais se qualificar em metodologias que possibilitem que esse processo de inclusão seja de fato presente nas escolas.

Palavras-chave: educação especial; autismo; escolas inclusivas.



ABSTRACT

This study is a summary description of a master's thesis developed to validate titles, which has as its theme: Challenges in the process of inclusion of Autistic students, a systemic view of school practice. It is noteworthy that Autism Spectrum Disorder (ASD) is defined as a deficit in the individual's neurodevelopment, which appears mainly in communication and social interaction with others. Faced with these challenges in the area of education, this work has as its general objective: Analyze the challenges that teachers face in promoting the inclusion of students with autism, in a public school located in the municipality of Anamá- AM/Brazil, in the period 2022- 2023. The research started from a systemic and interpretative methodology with a qualitative-quantitative approach, having the applicability of an instrument to collect data through questionnaires applied to teachers, thus carrying out the discussion of the respondents' statements. The main results show that inclusive teaching needs to undergo transformations and that teachers increasingly need to qualify in methodologies that enable this inclusion process to actually be present in schools.

Keywords: special education; autism; inclusive schools.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um desafio dentro da sala de aula, pois o indivíduo com autismo encontra dificuldades em estabelecer conexões sociais convencionais, utilizam a linguagem de forma atípica manifestam comportamentos limitados ou repetitivos.

As escolas precisam ter em seu quadro funcional profissionais que saibam atuar com esta demanda de estudantes, pois assim saberão qual a melhor metodologia aplicar em certas situações até mesmo fazer com que as outras pessoas entendam o que acontece promovendo assim a expansão do conhecimento sobre o TEA. Situação Problema: Nos dias de hoje a educação inclusiva tem sido um grande problema para os profissionais da educação, devido os alunos autistas não terem um professor qualificado e nem um profissional de apoio de vida escolar na sala. Diante disso procurou-se saber: Quais são os desafios que o professor enfrenta durante o processo de promoção da inclusão de estudantes com autismo? Quando se aborda a questão da inclusão, naturalmente focamos na importância do professor, nesse contexto uma vez que ele mantém uma relação constante e prolongada com o aluno.

Hipótese: Se a formação inicial docente não contempla a temática da inclusão de estudantes autistas. Então presume-se que seja importante apresentar as legislações que garantem a capacitação docente bem como o processo inclusivo, afim de se agregar maior rentabilidade ao ensino aprendizagem.

Torna-se relevante a necessidade de profissionais capacitados para atuarem com alunos autistas, visto que esses estudantes possuem um estereótipo de comportamento e interação social mais dificultoso, para quem não possui esse preparo pode causar estranheza. O processo de inclusão é um direito garantido por lei, é importante que seja feito aquilo que é necessário para que esse direito seja mantido de forma genuína.

Com isso, optou-se como objetivo geral: Analisar os desafios que o professor enfrenta na promoção da inclusão de estudantes com autismo, em uma escola pública, localizada no município de Anamã- AM/Brasil, no período de 2022-2023.

Este artigo assume relevância em diferentes aspectos, especialmente no que diz respeito ao aspecto científico dentro da temática da inclusão de crianças autistas. Contribui também no aspecto pedagógico, pois de alguma forma o projeto dialoga com promoção da inclusão social, sendo assim, a respeito de suas dificuldades e desafios da inclusão de crianças autistas e pode contribuir para o trabalho do professor. E por fim, este projeto também possui caráter acadêmico, pois se discute sobre a formação do professor e quais desafios ele encontra a partir da formação dele como docente acadêmico voltado à inclusão de crianças autistas.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SEUS DESAFIOS ESCOLARES

O TEA é um transtorno mental a pessoa já nasce autista, porém não necessariamente terá todo o perfil, variando de um para o outro é possível identificar uma pessoa com autismo através das suas atitudes, que se configuram como distintas das atitudes comuns vistas no dia a dia. A pessoa com autismo evita o contato exacerbado com as outras pessoas, buscando ficar mais no seu contexto individual. (Messinger, 2019).

De acordo com Cunha (2015, p. 23) pode-se compreender que “a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista, possibilita a abrangência de distintos níveis do transtorno, classificando-os de leve, moderado e severo”. Assim, não se pode homogeneizar o sujeito com autismo, considerando que são sujeitos diversos, com níveis de intelectualidade diferentes.

Sobre o tratamento, o material elaborado pelo Ministério da Saúde que abarca as diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com TEA, descreve que:

O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade (Brasil, 2012, p. 57).

Atualmente, os diagnósticos de TEA são mais frequentes, muito provavelmente porque passou a ser uma condição mais conhecida. No Brasil, essa preocupação é recente, e, em 27 de dezembro de 2012, foi promulgada a Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, dentre vários tópicos relevantes. Um deles diz respeito ao fato de se considerar a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais - Art. 1º, § 2º (Brasil, 2012). Assim, todo o direito reservado à pessoa com deficiência, passa, a partir dessa lei, a contemplar também a pessoa com autismo.

A inclusão escolar de um indivíduo que possui o espectro autista desperta grandes inquietações tanto por parte dos familiares quanto para os profissionais da educação. Questionamentos estes que são cruciais para que o processo de inclusão ocorra de forma satisfatória desde a estrutura do ambiente até a qualificação dos profissionais que farão parte do cotidiano do aluno autista.

O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo.

O universo autista é complexo, acolher e planejar uma ação adaptativa para o autista requer criar meios para que alunos com autismo sejam reconhecidos não como indivíduos especiais, mas como cidadãos, que assim como todos nós, tem singularidades e complexidades que merecem ser respeitadas.

Para que o educador consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. Esse é um grande problema encontrado nas escolas, pois os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação no currículo dos cursos superiores, as informações sobre autismo são pobres e obsoletas, além disso, a bibliografia é escassa.

As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.

A flexibilização do currículo é uma forma de estabelecer o vínculo e a cumplicidade entre pais e educadores, para que, no espaço escolar, ocorra a coesão de vontades, entre educadores e família, das competências estabelecidas para a educação do aluno com autismo. Essa revolução estrutural acontece através do manejo do currículo frente aos desafios enfrentados com a vinda da criança com autismo à escola regular.

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (Silva, 2009, p. 3).

Dessa forma, quando a criança chega à escola os professores devem ter em mente que além de conteúdos escolares a serem aprendidos pela criança é necessário que ele se torne independente, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia por si só, pois muitas vezes os pais realizam tarefas que as crianças poderiam realizar sozinhas.

As dificuldades enfrentadas por famílias e portadores de transtorno do espectro autista fazem parte de toda a trajetória de vida deles. A inclusão escolar é uma das maiores preocupações dos familiares, já que envolve a necessidade de condições especiais da rede escolar e profissionais capacitados para lidar com crianças portadores de autismo, seja qual foi o grau.

Assim como para as famílias, esse também é um grande desafio para as escolas. Atender a grande demanda educacional inclusiva para o pouco atendimento específico aos profissionais é algo delicado de ser revolido e, por isso, a matrícula de uma criança portadora de TEA provoca mudanças na escola, sendo necessário um acompanhamento específico e um tratamento mais adequado para as limitações daquele aluno.

Dessa forma, os professores e auxiliares deverão ter uma maior orientação do tratamento e cuidado adequado para os portadores de deficiências mentais, devendo saber a forma de tratar as suas limitações e desenvolver atividades que poderão ser designadas a eles.

É importante que a escola e seus profissionais tenham como prioridade a progressão da criança, respeitando os seus limites e sem desrespeitar o seu ritmo. Ou seja, será a escola que deverá se adaptar ao aluno, e não o portador que deverá se reformular para entrar na escola.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p.9).

Santos (2008) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares.

A educação especial a muito tempo vem sendo discutida por autoridades competentes, pois este assunto é muito importante que permeia a sociedade brasileira, além de grupos que defendem os direitos e possibilidades da pessoa com deficiência no Brasil. Infelizmente, para muitos, uma pessoa que tem alguma deficiência é considerada como alguém incapacitado, e inútil, sem capacidade de assumir qualquer função, pois o preconceito e a discriminação ocupam um grande espaço nesse contexto da diferença.

Com o desenvolvimento de estudos que demonstraram a necessidade de inclusão dos alunos com deficiência na escola, poderia possibilitar um maior desenvolvimento cognitivo desse aluno e melhorar o respeito e a solidariedade de toda a comunidade escolar, diminuindo assim, a discriminação e preconceito.

Nos dias atuais, é comum encontrar pessoas que defendem essa causa e apoia o acesso de pessoas com necessidades especiais, esse cenário não era encontrado antigamente, antes pensavam que deveriam ser excluídos das ruas e principalmente das escolas pois certos comportamentos diferenciavam estes das crianças atípicas.

A inclusão vem ganhando espaço graças a muitos esforços que lutaram para que quem necessite tenha esse direito preservado, hoje nota-se o aumento da procura dos pais de colocarem seus filhos especiais nas escolas de ensino regular, porém essa era uma atitude muito criticada por aqueles que não entendem e nem querem buscar entender que a exclusão ainda mais para crianças é algo doloroso e desumano.

O processo de inclusão nas escolas não é um assunto recente na sociedade, porém

a forma como ocorria era diferente dos dias atuais. O acesso as escolas eram limitadas e apenas para grupos determinados que obtinham.

À escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade. Com a democratização da escola surge a contradição inclusão / exclusão. Inicia-se, então, o acesso das pessoas com deficiência às escolas, mas, num processo de integrar e não de incluir. Toda essa modificação, ainda que lenta e pouco significativa, fomenta futuras e importantes mudanças no cenário para tentativas de uma educação inclusiva (Brasil, 2007).

Segundo Carvalho (2000), ao final do século XX muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Os principais ideologistas da educação inclusiva foram Pestalozzi e Froebel que traziam a importância do respeito da individualidade de cada criança. (Carvalho, 2000, p.145).

O ambiente escolar é o melhor lugar para desenvolver o respeito as diferenças, é nele que se consegue mudar os pensamentos arcaicos e fechados para uma nova mentalidade que busque integrar aqueles que por tanto tempo foram impedidos de fazer aquilo que ansiavam. O conhecimento é um benefício aberto para todos aqueles que o buscam e limitá-lo ou restringi-lo fogem da realidade da sociedade.

As crianças com deficiências não precisam ser retiradas da sala de aula para irem para uma sala separada, até porque isso é uma forma de exclusão do próprio docente influenciando as demais crianças a praticarem a exclusão com as crianças com deficiência. É recomendável que esses alunos que dependem de uma educação especial sejam acompanhados de perto por profissionais especializados para ajudar no desenvolvimento do aluno.

Uma sociedade inclusiva deve saber lidar com as diferenças, permitindo uma convivência de respeito, procurando reconhecer que as diferenças podem nos ajudar a melhorar a nossa condição humana.

Antes acreditava-se que não era possível incluir discentes com necessidades especiais daquele que não a possui, porém no decorrer do tempo entendeu-se que isso sim fortalecer a inclusão e não criar escolas que segreguem.

Diante disso, ao se falar de educação inclusiva, faz-se necessário um esforço pedagógico responsável por estabelecerem estratégias ou novos métodos para que essas crianças possam acompanhar os conteúdos e desenvolver a sua aprendizagem, assim, removendo esse pensamento de exclusão que consideram as pessoas com deficientes como pessoas incapacitadas.

É notável que a educação especial no Brasil tem avançado de forma significativa, porém ainda tem muito a ser conquistado e muitas melhorias para ocorrer. Para Voivodic (2007), os pais desses discentes que possuem necessidades especiais desempenham um papel crucial para as conquistas e direitos, e mesmo os deficientes hoje sabem seus direitos e brigam por eles.

O princípio básico da inclusão escolar consiste em que as escolas reconheçam diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesito. (Unesco *apud* Mendes, 2002).

Portanto, é importante que para esses avanços continuem ocorrendo e fortalecendo a inclusão escolar o apoio político, família e institucional. Essa rede de apoio que garante as melhorias e direitos que permitem que a inclusão aconteça em todos os espaços, principalmente nas salas de aulas.

Quando se coloca em pauta o modelo de escola para todos, acarreta consigo grandes mudanças, entre elas as estruturas e atitudes que serão modificadas e tomadas nesse âmbito escolar, como também a abertura a comunidade, possibilitando a todos uma visão geral dessa educação, cabendo ao professor reconhecer que cada criança é diferente uma da outra, tendo suas próprias necessidades, que fara com que o mesmo procure inovações e diferentes meios de se trabalhar com elas, proporcionando assim um ótimo aprendizado e um bom resultado para todos.

Sendo evidente que todos devem ter as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver suas capacidades para, assim, alcançar a independência social e econômica, bem como se integrar plenamente na vida comunitária. Por estas e outras razões, as mesmas oportunidades que são oferecidas pela sociedade aos estudantes sem deficiência na escola regular devem se estender também aos estudantes com deficiência, sejam elas sensoriais, físicas ou mentais, facilitando assim o acesso de todos na escola, e possibilitando aos mesmos vivenciar uma educação integrada com os demais estudantes, privilegiando a todos com uma boa educação.

A escola que inclui é aquela que além de oferecer o acesso das crianças portadoras de necessidades especiais e de outras pessoas que de alguma forma sofrem algum preconceito, é também aquela que garante a permanência e o sucesso dos alunos. Salamanca defende a ideia de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas dificuldades e diferenças”. (Unesco, 1998, p. 23.), trabalhar com essa diversidade ao mesmo tempo exigirá muito da escola e principalmente do professor, que vem sendo um desafio constante para os professores, e para se obter os sucessos previstos se torna necessário a participação e a integração de todos na sociedade, família, diretores, como também objetivos claros e acessíveis a todos, e um projeto político pedagógico que condiz com o meio, caso contrário o que se aprendeu na escola ficará só na escola.

Quando se trata de alunos com deficiência, é preciso compreender que o processo de aprendizagem é possível dentro de sala de aula regular e modificar o pensamento excludente de que esses alunos não são capazes de estudar, conviver e aprender com os demais. É na escola que este processo de transformação acontece de forma contínua (depois da família), é neste espaço único que os indivíduos são capazes de assimilar conteúdos, interagir e construir conhecimentos:

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola (Cunha, 2015, p. 71).

Para Cunha (2015, p. 153), “em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo, através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado”.

A escola possui função essencial na vida dos alunos, ela tem um importante papel que proporciona desenvolvimento cultural, social, intelectual e físico dos escolares. A ela é atribuída inúmeras funções na vida do indivíduo, como responsável pela educação formal, na promoção de valores sociais e culturais indispensáveis à formação do cidadão:

A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (Mantoan, 2003, p. 15).

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular ainda é muito recente em nosso país, uma vez que a inclusão não é apenas receber ou manter os alunos na escola, mas garantir uma educação de qualidade para todos, atendendo as necessidades específicas de cada um. Os professores e auxiliares de sala ainda estão totalmente despreparados para trabalharem com a inclusão. Faltam cursos de formação continuada, professores capacitados, com especialização na área em que estão atuando para que se possam obterem um resultado satisfatório.

A inclusão implica dedicação para que se reestruture as condições atuais em que a maioria das escolas se encontram, ao reconhecerem que as dificuldades não giram somente em torno dos alunos, mas também de como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é formada e avaliada (Mantoan, 2003).

Portanto, a inclusão do ponto de vista da sociedade requer muitas alterações para se alcançar resultados satisfatórios para todos de modo que possam contribuir para garantir um lugar de destaque para as pessoas que necessitem de adaptações. Como também de profissionais qualificados, para que os trabalhos nas instituições de ensino possam incluir de fato e com isso possam formar cidadãos ativos e participantes efetivos na sociedade.

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública estadual localizada no município do, Anamã-AM/Brasil. A escola supracitada é a mais antiga do município, construída no ano de 1970, seu prédio é um importante patrimônio histórico. As grandes conquistas na aprendizagem dos alunos dessa escola são resultadas das boas práticas adotadas e desenvolvidas pelos professores, que se utilizam de materiais didáticos disponíveis e de novas metodologias para o avanço do ensino aprendizagem, mantendo no aluno o foco principal de suas preocupações. Nesse sentido, a Educação como interatividade contempla tempo e espaços novos, diálogo problematização e produção própria dos educandos.

A pesquisa partiu de uma metodologia sistêmica e interpretativa com o enfoque qualitativo-quantitativo, tendo a aplicabilidade de um instrumento para coletar os dados. A *revisão sistemática* é um tipo de revisão que visa responder a uma questão específica de forma objetiva e imparcial. Para isso, utiliza métodos sistemáticos definidos na identificação e seleção dos estudos, extração de dados e análise dos resultados. A pesquisa interpretativa procura direcionar significados atribuídos pelos sujeitos a suas ações em uma realidade socialmente construída, através de observação participativa, isto é, o pesquisador fica imerso no fenômeno de interesse.

O enfoque adotado neste estudo é o qualitativo-quantitativo, que combina elementos de ambas as abordagens. O enfoque qualitativo será utilizado para compreender a percepção e interpretação dos alunos sobre a educação ambiental mediada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, por meio de entrevistas, observações e análise de conteúdo.

A pesquisadora selecionou do seu universo de pesquisa para sua coleta de dados 12 educadores. Que por meio da aplicabilidade de um instrumento de pesquisa “Questionário” extraiu os dados para a pesquisa. Quanto aos aspectos étnicos e culturais que compõe a etnia dos alunos que fazem parte da escola, pode-se considerar que não é possível determinar uma etnia predominante, pois há uma miscigenação de raças, ou seja, uma mistura de brancos, negros e índios, resultando em alunos com traços indígenas, mulatos, cafuzos, negros e caboclos típicos do interior da região. Com o objetivo de se posicionar como pesquisa moderna, foram trazidos à discussão os autores que conseguem manter a uniformidade em seus estudos, com ideias que podem romper a questão do tempo e se manterem atuais por muito tempo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Um dos desafios que os professores enfrentam é a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar regular. Muitos educadores não recebem formação adequada para lidar com esta diversidade, o que pode criar dificuldades na adaptação de programas e metodologias de ensino.

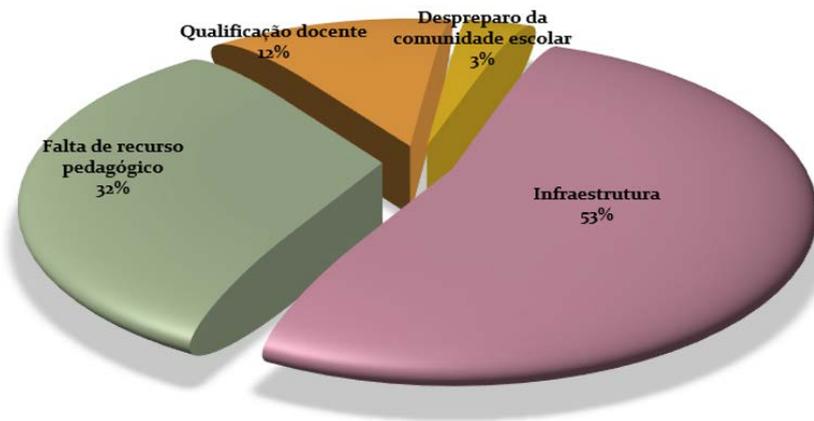
Para Camargo, Soffa, Markowicz (2018) a inclusão não caracteriza definições fechadas, ela simplesmente acontece de forma gradual, coletiva e colaborativa podendo atender alunos, os beneficiando da aprendizagem.

Percebe-se que o termo inclusão tem sido em muitos casos compreendido de forma errada, têm sido vistos do ponto de vista social em apenas incluir, segregar pessoas com deficiências sem homogeneizar o ensino, e/ou, colocar junto com outros alunos e ponto final. A inclusão é antes de tudo, um processo de se autoanalisar, de procurar no outro o que ele tem a nos oferecer, a forma como vê a vida, as coisas e as pessoas. A inclusão social, portanto, é um processo que contribuiu para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas ou grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (Soffa, Markowicz, 2018).

Os desafios no processo inclusivo são diversos à inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar estão relacionados com: a baixa qualificação profissional, a adequabilidade do perfil para o cargo a falta de informações sobre a inclusão e adequabilidade dessas pessoas no ambiente educacional.

Diante disso, entende-se a educação inclusiva nos âmbitos escolares como a união entre diversas culturas vivenciadas nas escolas afim de que respondam as mais diversas desigualdades entre os alunos, ou seja, trata-se de uma ação mais humana e libertadora, além da visão holística entre as particularidades dos sujeitos objetivando a inclusão igualitária de todos. Quando se perguntou dos professores entrevistado quais eram seus principais desafios no espaço escolar referente ao processo inclusivo eles responderam que:

Gráfico 1 - Os principais desafios do professor no processo inclusivo



Fonte: A pesquisadora (2023)

Ficou comprovado que os principais desafios dos professores em conduzir o processo inclusivo, na escola foco desta pesquisa 53% dos entrevistados alegam que está direcionado a infraestrutura da escola que precisa ser preparada para receber os alunos no processo de inclusão no espaço escolar, 32% dos entrevistados mencionaram falta de recurso pedagógico tais como material de ludicidade, e tecnológico, 12% alegam que falta qualificação docente e 3% diz que é o despreparo da comunidade escolar. A educação inclusiva deve ser entendida como educação especial nas escolas normais. Seu objetivo é transformar o ambiente acadêmico e proporcionar oportunidades iguais a todos os alunos.

O papel do professor nesse processo de inclusão de alunos com transtornos do espectro do autismo é muito valioso, é um papel determinante, pois o professor determinará como deve ocorrer o processo de aprendizagem desse aluno, a melhor forma de fornecer esse suporte. A pesquisadora perguntou dos professores, o que se entende por inclusão de alunos autista?

Gráfico 2 - Parecer docente sobre inclusão.



Fonte: A pesquisadora (2023)

Como comprovado os professores possuem conhecimento do processo inclusivo de alunos autistas, pois 68% dos entrevistados alegaram que é sensibilidade e conscientização e 25% falaram que é um desafio de ensino, e 7% fomentaram que é inserir no Espaço escolar alunos com alguma necessidade especial, sabe-se que todas as alternativas é inclusão mais sim mais a inclusão de pessoas com autismo nas escolas requer conscientização e reconhecimento por parte da comunidade escolar. Promover a compreensão das características do autismo e das necessidades especiais destas crianças pode criar uma atmosfera educacional mais inclusivo.

Ao tratar do Transtorno do Espectro Autista, é importante destacar que as pessoas diagnosticadas possuem características muito específicas que podem, em alguns momentos, causar um distanciamento das pessoas que desconhecem a existência do transtorno.

Art. 1º § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I -deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II -padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2012).

Não existe uma idade específica para diagnosticar o autismo em uma criança, visto que, por ser reconhecido pela sociedade como um transtorno há pouco tempo, as atitudes dessas crianças podem ser consideradas comportamentos comuns da idade. Mas, ao decorrer do tempo, as alterações tornam-se mais evidentes, podendo ser diagnosticadas como um quadro de autismo.

A educação inclusiva pode ser entendida como uma definição moderna de educação, cujo objetivo é garantir o direito constitucional de todos à educação. Isto está associado à igualdade de oportunidades e à valorização das diferenças em todas as áreas imagináveis

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização de crianças autistas é uma tarefa complexa, que exige não apenas um professor de apoio mas também investimentos significativos em infraestrutura e materiais pedagógicos específicos. Esse processo é intrinsecamente ligado ao universo da criança e aos recursos didáticos disponíveis para o educador. Entre os desafios enfrentados, destacam-se a necessidade de incorporar o lúdico, superar a escassez de tecnologias assistivas e aprimorar a formação dos professores. Os professores participantes desta pesquisa conhecem parcialmente sobre o aluno autista, e como conduzi-lo no espaço escolar, que todos os esforços na medida do possível são considerados, mais que a qualificação é importantíssima o governo e secretária de educação precisam viabilizarem com prioridade tais formações nas escolas.

Quando se refere à Educação Especial quanto ao processo da inclusão não se

pode levar em conta somente à docência. Oliveira (2004) comenta que essa ação requer do profissional de EE a capacidade de gerenciar o processo inclusivo, de assessorar e capacitar professores e equipe escolar, proporcionando-lhes formação de forma contínua, estar sempre presente nas reuniões realizada pela equipe multidisciplinar; e fazer o acompanhamento e avaliar os alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Ficou comprovado que o processo de inclusão educacional dos alunos autistas, assim como muitos dos nossos direitos, não pode ser garantido apenas com a implementação de uma lei. É necessária uma mudança de paradigma. Uma nova forma de considerar o processo de inclusão educacional, não como um favor concedido aos incluídos, mas como uma garantia de direitos que beneficiam toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL . **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Brasília: MEC/ SEESP, 2007.**

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Brasil. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2022. Ministério da Educação.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem.** Educação Inclusiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental.** 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar.** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003

MESSINGER, **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 2019.

OLIVEIRA, A. A. S. **Formação de Professores em Educação Especial:** a busca de uma direção in: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A; WILLIANS, L. C. A. (Orgs.). **Temas em Educação Especial: avanços recentes.** São Carlos: Ed. UFSCar, 2004. p. 239-243.

SANTOS , Emillene Coco dos. **Linguagem Escrita e a Criança Com Autismo.** Curitiba: Appris, 2008.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego em classe regular.** In: MARTINS, Lucia de Araujo Ramos. Et AL. **Inclusão: Compartilhando Saberes.** 2 edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009, p.03.

SOFFA, M. M.; MARKOWICZ, D. **Perspectivas sobre a educação inclusiva:** um desafio possível. 2018.<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23527_11750.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 2002. GLAT, R. A integração de portadores de deficiência: uma reflexão. 2ª edição. Rio de Janeiro. Sette Letras (Questões atuais em educação especial, v. 1).2002.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Nova Iorque: WCEFA, 1998.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Metodologias ativas: o ensino das ciências naturais para alunos com Transtorno do Espectro Autista

Active methodologies: teaching natural sciences for students with Autistic Spectrum Disorder

Lorena Costa Bandeira

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

O presente estudo é uma descrição resumida de uma dissertação desenvolvida para validação de títulos, tendo por temática: Metodologias ativas: O ensino das ciências biológicas para alunos com necessidades educacionais. Apresenta uma breve explanação sobre a Educação Especial, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA). As dificuldades e desafios dos professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas para o atendimento no espaço escolar. A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” estabelece relações entre as variáveis (Gil, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinos, 1990). Tratando-se de um enfoque qualitativo e quantitativo, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análise. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (Fonseca, 1986). A pesquisadora usou aplicabilidade do instrumento de coleta de dados por meio de entrevista dirigida semiestruturada com professores das turmas pesquisadas. Os principais resultados apresentam que a Educação Especial vem se apresentando como um grande desafio, proporcionando inúmeras discussões entre professores, especialistas e sociedade, especialmente no que diz respeito à inclusão escolar. Todavia, é necessário compreender como deve ocorrer a implementação de um sistema de Educação Inclusiva afim de viabilizar maior rendimento no ensino aprendizagem.

Palavras-chave: inclusão escolar; autismo; estratégias pedagógicas.



ABSTRACT

This study is a summarized description of a dissertation developed to validate titles, with the following theme: Active methodologies: Teaching biological sciences to students with educational needs. It presents a brief explanation of Special Education, with an emphasis on Autism Spectrum Disorder (ASD). The difficulties and challenges faced by teachers in developing pedagogical practices for service in the school space. The research carried out is characterized as exploratory-descriptive, as it “describes the behavior of phenomena” establishes relationships between variables (Gil, 2002) and allows the researcher to maximize their knowledge about a given phenomenon or problem (Trivinös, 1990). This is a qualitative and quantitative approach, adopting documentary research and survey operationalized through analysis as a technical procedure. In this way, through the classification of sources, it makes it possible to make a qualitative judgment complemented by a “comparative statistical study” (Fonseca, 1986). The researcher used the applicability of the data collection instrument through semi-structured directed interviews with teachers from the researched classes. The main results show that Special Education has been presenting itself as a major challenge, providing countless discussions between teachers, specialists and society, especially with regard to school inclusion. However, it is necessary to understand how the implementation of an Inclusive Education system should occur in order to enable greater performance in teaching and learning.

Keywords: School inclusion; autism; pedagogical strategies.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e interação social, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses.

Um dos maiores desafios para os professores é compreender as ações pedagógicas e o papel que elas assumem no processo de ensino e aprendizagem. Observando alguns aspectos sobre a conscientização e a importância da prática da pedagogia docente, contata-se que a educação inclusiva tem trazido inquietações, insegurança sendo um desafio para os professores. Diante disso procurou-se saber: Como viabilizar o processo de escolarização para os estudantes com TEA? Objetivo geral: Identificar materiais interativos de intervenção baseada na pesquisa dos participantes com o intuito de ampliar o trabalho docente.

A presente obra justifica-se, pois dentro do espaço escolar é possível encontrar alunos com TEA, que precisam ser inseridos dentro do processo inclusivo. A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Esse conhecimento legal no que diz respeito ao TEA é relativamente novo, no entanto representou grande avanço na luta dos movimentos sociais que buscavam sua aprovação.

É preciso políticas públicas que sejam realmente efetivas que saiam do papel e sejam aplicadas na prática pedagógica, a fim de se realizar intervenções nas diferentes áreas para que vejam o sujeito com TEA de forma positiva. Há inúmeros indivíduos que padecem e precisam, de fato, que seus direitos sejam efetivados.

PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM “TEA”

A inclusão de alunos na educação especial tem se apresentado como um grande desafio, tanto para os pais quanto para as instituições de ensino. Porém, é preciso entender como deve ocorrer à implantação de um sistema de Educação Inclusiva, para então avançar na garantia dos direitos educacionais dessa camada da sociedade.

Principais características do TEA, segundo Brasil (2003) as crianças portadoras do TEA, não possuem os aspectos físicos diferenciados das demais crianças, mas trazem com sigo algumas especificidades no seu comportamento de modo que chama atenção das pessoas que se relacionam com elas diretamente tais como familiares e professores.

Algumas características são visivelmente identificadas nas crianças com o autismo. No convívio, por exemplo, é possível perceber que elas costumam isolar-se “dentro do seu próprio mundo”, o que dificulta a interação com outras pessoas, ocasionando também dificuldade na comunicação. Podem ser hiperativas ou muito passivas, sua personalidade é algo inconstante. Apresentam também déficit de atenção, causando assim um aprendizado bastante lento e também são pertencentes de uma rotina que não pode ser quebrada, pois gera desconforto significativo.

O professor é uma figura chave na desmistificação de quaisquer preconceitos que possam existir em relação às capacidades cognitivas do aluno autista. Muito pode ser feito por essas crianças, mas o principal é acreditar que elas têm potencial para aprender.

O aluno autista necessita de um planejamento específico de práticas educacionais conforme seu desenvolvimento, e o professor pode identificar certas características em uma criança autista, tais como: linguagem verbal pobre ou inadequada (dificuldade em comunicar-se efetivamente), ecolalia imediata ou tardia, hiperatividade ou passividade, contato visual escasso (raramente olham nos olhos dos professores e pais), comunicação receptiva deficitária (grande dificuldade em compreender o que está sendo dito, às vezes não obedecem a comandos simples e frequentemente não respondem quando chamados pelo nome), problemas de atenção e concentração, ausência de interação social, alterações de humor sem motivo aparente, uso de adultos como ferramenta, desinteresse por tópicos ou atividades em sala de aula, interesse obsessivo por determinado objeto ou assunto, entre outras.

Os autistas têm vida psicológica e uma rede de relações sociais com as quais interagem, mas sua socialização é sempre muito difícil. Muitos deles, por não serem diagnosticados como autistas, as crianças forem consideradas retardadas ou psicóticas, colocam em risco o desenvolvimento da criança a partir da realidade externa e a criação mental de um mundo autônomo o mais rápido possível.

Para tanto, o professor, tem que ter conhecimento sobre a teoria e prática dos objetivos que são propostos pela Educação Infantil, pois, a prática pedagógica é uma dimensão das práticas sociais, sem nenhuma reflexão. Assim pode-se dizer que a escola é sem dúvida o primeiro passo para a integração e a inclusão do aluno autista.

As escolas regulares, as salas de aula são uma estratégia para facilitar a inclusão de alunos autistas. O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar

na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Existem vários discursos por todos os lados que chamam a atenção para a liberdade e a diversidade, mas o que se vê é uma enorme dificuldade em aceitar assuntos vistos de forma diferente, respeitando e valorizando o pluralismo.

Existem organizações e comunidades escolares, voluntariamente ou não, excluem o que consideram diferente de uma cultura que rege a sociedade. Essa exclusão é ainda mais cruel quando analisada sob a ótica de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), crianças que apresentam algumas peculiaridades no desenvolvimento motor, físico ou cognitivo que são diferentes de seus pares e requerem tratamento especial.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa promover sua integração sem todos os sentidos da matéria, não só do lado educacional, mas também do lado social e, sobretudo do emocional. Eles podem trocar ideias com outros alunos e seus professores. Portanto integração é avaliar as características de cada indivíduo de tal forma que todos se sintam parte dela.

A escola inclusiva supõe que todas as pessoas são passíveis de aprender e compartilhar da vida escolar e social, desde que seja respeitada a diversidade, as singularidades de cada um, conforme suas necessidades e potencialidades.

Mesmo sendo a inclusão, um assunto muito comentado, debatido e estudado atualmente, em algumas escolas é esquecido, ficando apenas nos discursos, textos, artigos legais que na maioria das vezes não são cumpridos. Ao depararmos com a prática, principalmente nas escolas, mercado de trabalho e sociedade em geral, a situação da inclusão nas escolas é muito diferente, há poucos profissionais habilitados, estruturas no espaço físico na maior parte das escolas são consideráveis boas, os materiais pedagógicos adaptados existem, porém pouco utilizados, pouquíssimos cursos e palestras para todos profissionais envolvidos.

A Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975, reconhece que as pessoas com deficiência têm o direito inerente ao respeito por sua dignidade humana e a direitos fundamentais idênticos aos de seus concidadãos da mesma idade, o que implica sobretudo o direito a uma vida digna, normal e plena possível.

As crianças com deficiência não são excluídas do ensino primário ou secundário gratuito e obrigatório por motivos de deficiência, diz o governo. O governo também diz que as pessoas com deficiência não se excluem do sistema educacional geral com base na deficiência. O sistema educacional está aberto a todas as pessoas, independentemente de suas deficiências, diz o governo.

As pessoas com deficiência podem ter acesso à educação primária inclusiva, de qualidade e gratuita e à educação secundária em igualdade de condições com as demais pessoas da comunidade em que vivem. Acomodações razoáveis de acordo com as necessidades individuais são fornecidas. Medidas de apoio individualizadas e efetivas são adotadas em ambientes que maximizam o desenvolvimento acadêmico e social. (Organização das Nações Unidas, 2006).

Quando uma criança com autismo ingressa na escola regular, acaba gerando preocupações tanto na família quanto na escola. Portanto, é importante nesse momento

reunir profissionais e familiares para se adequarem às necessidades desse aluno e garantir o envolvimento desse aluno de forma satisfatória.

As políticas públicas de inclusão, essencialmente no campo da educação, relatam os importantes aspectos de criação e gestão de normas voltadas à garantia do direito à educação para todos, previsto na Constituição Federal/88, sobretudo, para os segmentos sociais historicamente excluídos do sistema educacional.

Dentro desta perspectiva, é importante salientar que as políticas públicas de inclusão, abrangem as instâncias legislativa, executiva e judiciária, ou seja, é o conjunto de leis, diretrizes e decisões judiciais que buscam efetivar os direitos das pessoas que necessitam de inclusão, seja ela do ponto de vista social e/ou educacional.

De acordo com Matiskei (2004, p.188):

É necessário admitir que as políticas públicas não são pensadas apenas a partir de determinações jurídicas, legais, nas quais o Estado aparece como mero executor, neutro, destituído de princípios axiológicos que balizam a sua ação. Mesmo sendo as políticas públicas definidas tendo como parâmetro o bem comum de todos os segmentos sociais, deve-se perceber a dinâmica conflitiva dos diferentes interesses e forças envolvidos no tecido social.

No que se refere à educação especial no Brasil, Muniz e Arruda (2007) dizem que foi na década de 50 que surgiram as primeiras ações do Governo Federal voltadas para as pessoas com deficiência através de campanhas sob a liderança de instituições privadas em conjunto com o governo federal.

Entretanto, Muniz e Arruda (2007) informam que a educação especial no Brasil, até a década de setenta, esteve sob a responsabilidade quase que total das instituições privadas. Até esse período, a pessoa com deficiência ainda não era contemplada com uma política educacional voltada para o seu atendimento na rede pública de ensino brasileira.

No entanto, a criação, no Ministério da Educação e Cultura, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), na década de setenta, foi um marco importante para implementação de uma política nacional voltada para a educação especial. Organizações não governamentais também exerceram influência na determinação das políticas educacionais.

Assim sendo, do ponto de vista do princípio constitucional da igualdade cabe a instituição educacional viabilizar a convivência e estimular atividades de forma a valorizar e promover a inclusão social, para que todos, dentro da dignidade humana, tenham suas diferenças respeitadas.

Neste sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n. 9.394/96, no Art. 58 do capítulo V, que trata da Educação Especial, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (LDB, 2019, p. 39).

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular ainda é muito recente em nosso país. Professores e auxiliares de sala ainda estão totalmente despreparados para trabalhar com inclusão. Faltam cursos de formação continuada, professores capacitados e

com especialização na área em que atuam para que se obtenham resultados satisfatórios. A educação inclusiva não é apenas um direito, é também uma resposta inteligente às demandas do mundo atual. A sala de aula deve refletir, e não ocultar, a diversidade humana.

A inclusão tem uma maior amplitude e contempla a interação, possibilitando aos alunos uma relação entre escola e comunidade, que permita diálogo e aponte questões e dúvidas que possam ser desveladas para uma convivência saudável em toda a comunidade escolar.

Portanto, a inclusão do ponto de vista da sociedade na qual estamos inseridos, requer muitas alterações para alcançar resultados satisfatórios para todos de modo que possamos contribuir para garantir um lugar de destaque para as pessoas que necessitem de adaptações. Como também de profissionais qualificados, para que os trabalhos nas instituições de ensino possam incluir de fato e com isso possam formar cidadãos ativos e participantes efetivos na sociedade.

Partindo do pressuposto que ser diferente é estar em desvantagens dos ditos “normais” é que tenho refletido e questionado sobre quais as formas de pensar e aprender das crianças com deficiência, e como contribuir para melhorar sua vida enquanto seres humanos, preparando e fazendo com que participem da vida na família, escola e sociedade. Tradicionalmente, a deficiência tem sido vista como um “problema” do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou ele teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou cura (Fletcher, 1996, p. 7).

A inclusão é a transformação do sistema educacional para encontrar formas de atingir níveis não considerados (Werneck, 2000, p.136.). O processo de inclusão compreende três níveis: O primeiro é a presença, ou seja, estar na escola. Mas não basta que o aluno esteja na escola, ele tem que participar. Então a segunda é a participação. O aluno pode estar presente, mas não é obrigado a comparecer. É necessário, portanto, criar condições para que o aluno possa participar efetivamente das atividades escolares. A terceira é a aquisição do conhecimento, o aluno pode estar presente na escola, participar e não aprender.

A inclusão significa, portanto, que o aluno está na escola, participa, aprende e desenvolve suas potencialidades.

A educação inclusiva pode ser entendida como um investimento institucional que consiste no fim do igual x diferente, normal x deficiente. A ideia de inclusão visa não só garantir o ingresso de meninos e meninas nas instituições de ensino, mas também remover barreiras que limitam o aprendizado e a participação dos alunos no processo educacional.

Nesta perspectiva a maneira (Costa, 2013, p.54), afirma: “a maneira como o professor organiza sua prática tem relação profunda com as suas concepções sobre criança, infância e educação, conhecimentos esses relevantes para a sua prática”. Neste seguimento, salientamos essa relação com as práticas pedagógicas capazes de desenvolver o trabalho com os alunos com TEA.

Neste sentido, o professor na sala de aula tem autonomia em propor práticas em função dos seus educandos, mas a prática em si não se restringe à ação docente. Existem mecanismos que regulam suas práticas utilizadas pela política de ensino da rede municipal

de Itacoatiara, através de programas e projetos das escolas que professor tem que seguir, e inserir em suas práticas. Para tanto a nova BNCC, ele vem contribuir para as práticas do professor na Educação Infantil traz no seu bojo, os direitos de aprendizagem facilitando a aprendizagem dos alunos.

Segundo a BNCC (2018, p.19) retrata esses direitos de aprendizagem na educação infantil:

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras) devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar participar, explorar expressar e conhecer-se e os cinco campos de experiências; O eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala pensamento e imaginação; espaços, tempo, quantidades, relações e transformações nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver.

Neste contexto nota-se que a BNCC, vem para assegurar a efetivação dos direitos de aprendizagem do aluno em diferentes instâncias educativas, assim tanto devem ser relacionados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento como os cinco campos de experiência devem ser sempre trabalhados simultaneamente nas diferentes fases do desenvolvimento da criança. Para tanto, cito um campo de aprendizagem: o brincar, pois muitos estudiosos afirmam que a aprendizagem significativa se dá através da brincadeira.

Para Kishimoto (2010, p.1) explica:

Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura. É no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização de significados. Sua importância está relacionada à cultura da infância, que coloca o brincar como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver.

Neste sentido, para o autor relacionar a cultura da infância como elo ao desenvolvimento e novas experiências. Dessa forma cada criança já traz consigo sua bagagem cultural e o professor deve levar em contas esses saberes. O professor por sua vez deve elaborar as suas estratégias com de colaboração de outros pares.

Neste sentido, o ensino de brincar, com os seus pares, é um importante foco nas intervenções com as crianças com TEA, pois, (a) as crianças que não aprendem a brincar, perdem praticamente de oportunidade de se promover as interações sociais (b) o aumento da qualidade e da frequência no brincar de forma adequada reduz a estereotípias e outros problemas de comportamento em algumas crianças com TEA e pode ser uma abordagem mais efetiva na prevenção e tratamentos destes comportamentos; (c) o ensino do brincar reduz as diferenças visíveis entre crianças com TEA e sem esses transtornos.

O papel da escola inclusiva é contestar o que é tradicionalmente ensinado. E como afirma Mantoan (2006, p.198):

“[...] que reinventemos a escola, ‘desconstruindo’ a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais se fundamenta os pilares teórico metodológicos em que se sustenta”. Os estabelecimentos escolares deverão ser espaços em que se desenvolvam alunos éticos, justos, autônomos, críticos e que saibam valorizar as diferenças através da relação com o outro, de um ambiente escolar de espírito solidário e que propicie a possibilidade de aprendizagem de todos em uma mesma sala de aula. A escola que prega a igualdade não deverá ser a que discrimina.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 5), no que se refere ao papel

da família no processo de inclusão, demanda que se:

(...) As escolas inclusivas proporcionam um ambiente favorável para a aquisição de oportunidades iguais e participação plena. O sucesso exige um esforço claro, não só por parte dos professores e profissionais da escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários. Escolas inclusivas. encorajar e facilitar a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas com deficiência nos processos de planejamento e tomada de decisão sobre a prestação de serviços.

A Declaração de Salamanca (1994) estabelece a necessidade de colaboração entre a família os professores e os profissionais da escola com o objetivo de maximizar os esforços para a melhor inclusão possível dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Sem o desenvolvimento desta relação de “parceria” entre família / professores e profissionais da escola não se atingirá o nível e a qualidade de desenvolvimento necessários para assegurar potenciais ganhos educativos para “todos” os alunos.

Per Glat (2003), destaca que a parceria entre família e escola é realçada pela declaração de Salamanca; a participação de ambas as partes garante a participação ativa dos pais no processo de tomada de decisão e no planejamento educacional de seus filhos, além de uma comunicação clara e aberta. Silva (2019) esclarece que alunos com autismo aprendem diferente, querem diferente e pensam diferente. “O importante é criar disciplina nas atividades. Não é para deixar a criança parada. Conserte-o instruindo, não coagindo, porque iniciar uma atividade emocionalmente leva à disciplina e à socialização.”.

Segundo Tanaka (2010, p. 115), menciona que:

A família do aluno especial é a principal responsável pelos atos de seu filho com necessidades especiais, pois são eles que lhe proporcionam a primeira educação. Na inclusão / integração escolar, o aluno com o apoio dos profissionais e da família poderá adquirir incompetências ainda maiores se tiver um envolvimento como a “parceria”.

Neste pensamento Tanaka (2010, p.116) considera que:

Todos devem estar cientes de que os alunos com deficiência têm mesmas necessidades que os alunos normais. Portanto, eles não devem ser discriminados e isolados da sociedade portanto, é necessário que todos (Família / Sociedade / escola) reconhecer que os alunos da educação especial: vivem, sentem, espionavam, têm mesmas necessidades que os outros alunos. e não pode ser confinado a universos separados.

No entanto, a nossa sociedade não está preparada para facilitar a integração de pessoas com necessidades educacionais especiais, pelo que devemos trabalhar para que essa integração / inclusão se concretize. Daí a importância da conscientização familiar, no sentido de que ela faz parte do contexto em que o aluno está inserido e que exerce. Grande influência em vários aspectos da vida de um indivíduo. Para, além disso, é fundamental sensibilizar os professores, não só para entender colaborar com os alunos, mas também para promover o desenvolvimento familiar, para que a família se torne um ator no processo de integração / inclusão.

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se no Colégio Militar da Polícia Militar – CMPM, o qual

oferta as seguintes etapas da Educação Básica: Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. A instituição conta com a Associação de Pais, Mestres e Comunitários do Colégio Militar, além de receber verba Federal.

A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (Collis; Hussey, 2005), estabelece relações entre as variáveis (Gil, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinõs, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em um enfoque qualitativo e quantitativo, adotando como procedimento técnico o levantamento operacionalizado através de análise. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (Fonseca, 1986).

O foco desta pesquisa possui um universo de 931 alunos do 1º ao 5º ano, 310 alunos no 6º ano, 348 alunos no 7º ano, 408 alunos no 8º ano, 397 alunos no 9º ano. Possuindo 206 educadores, dados coletados no ano vigente da pesquisa. A pesquisadora selecionou para sua coleta de dados, 10 professores, sendo dois professores que trabalham com alunos com TEA e oito que se disponibilizaram a colaborar com o projeto, as observações deu-se em dois alunos com TEA da referida escola. A pesquisa procedeu primeiramente através de leitura de material referencial teórico sobre o tema, depois se partiu para pesquisa de campo: que se deu através de uma conversa informal e conhecimento da escola e foram usadas as técnicas de observação com os alunos e entrevistas com os educadores da escola pesquisada.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quando os alunos com necessidades educacionais especiais tiveram seus direitos aprovados e assinados internacionalmente, ficou claro que as práticas educacionais precisariam ser ajustadas para receber esses alunos nas escolas regulares. As necessidades educacionais especiais são as mais diversas e o transtorno do espectro autista é apenas uma delas.

Em pesquisas coletadas de forma exploratória constata-se que as estratégias mais bem-sucedidas de hoje para ensinar alunos autistas devem ser interligadas para uma prática mais eficaz.

Figura 1 - Análise exploratória de atividades inovadoras para TEA.



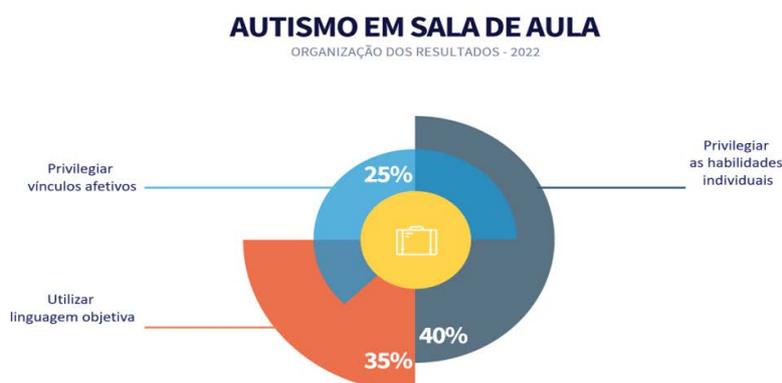
Fonte: A pesquisadora (2022)

É necessário compreender essas estratégias para uma prática pedagógica efetiva com alunos autistas. O processo educativo não está mais centrado na integração e sim na inclusão. Para isso, os profissionais da educação devem viabilizar inovações pedagógicas relevantes que proporcione uma educação com eficácias tais como aulas inovadoras por meio das Ciências biológicas. O professor, adequado para esta técnica, poderá auxiliar o aluno autista, desde o momento que ele chega à sala de aula até a saída de casa.

Trabalhar a inclusão em sala de aula significa acolher e oferecer oportunidades para que crianças e adolescentes tenham o direito de estudar, independente de classe social, condição psicológica ou física. Embora importante, não é uma tarefa fácil, é um processo longo e difícil que exige qualificação dos profissionais e empenho de todos os envolvidos.

Recomenda-se que o docente deve observar seu aluno e incentivá-lo com entusiasmo, aproximando-se devagar e sempre com um objetivo traçado. A interação com a família é importante. Laço de companheirismo e solidariedade facilita o trabalho do educador. Muitas ideias vão surgindo quando se conhece e motiva o aluno. O processo pode parecer lento, porém, torna-se eficaz a partir de uma aula planejada e direcionada por metas e objetivos preestabelecidos. Quando se perguntou dos educadores quais processos metodológicos se precisam utilizar na sala de aula para atender ao aluno com autismo, eles fomentaram que:

Gráfico 1 - Entrevista com os professores.



Fonte: A pesquisadora (2022)

Como constatado pelos educadores foco deste estudo, em uma análise de abordagem geral constatou-se que 40% dos entrevistados concordam que é preciso se privilegiar as habilidades individuais do aluno autista para maior motivação no espaço escolar 35% mencionaram é preciso ser bem objetivo, eles aprendem mais e 25% alegam que se precisam privilegiar vínculos afetivos para se obter melhores resultados.

A Educação Inclusiva surgiu com o objetivo de incluir pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares. Seu princípio básico é que todos aprendam a conviver uns com os outros, respeitando as diferenças. Para alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA, a inclusão surgiu como uma possibilidade de interação social, respeito e aprendizado.

Ficou comprovado que algumas estratégias utilizadas para manter o sujeito com autismo em sala de aula são: privilegiar os vínculos afetivos, utilizando uma linguagem objetiva, propor pequenas tarefas, mesmo que diversas, sempre incentivando, propondo atividades que estimulem o raciocínio lógico, adaptando o currículo, as metodologias e o processo de avaliação e evitando atividades muito longas, usando jogos, explorando a vida cotidiana, usando abordagens sensoriais.

A utilização dessas estratégias depende de fatores como: adequação do currículo escolar, reformulação do projeto político-pedagógico e formação continuada adequada a essas novas propostas. A estrutura física, os recursos materiais e humanos, determinados pela legislação educacional.

Diante dessas afirmações, nem é preciso dizer que conhecer e reconhecer a realidade do aluno e de todo o processo de inclusão é competência do professor. A formação do professor importa porque, além de trabalhar as competências do aluno, o professor tende a trabalhar nas suas competências próprias e a construção do conhecimento.

A complexidade dos problemas enfrentados pela escola hoje não encontra soluções previamente adaptadas e aplicadas rotineiramente. Pelo contrário, requer a capacidade de ler e interpretar os eventos cuidadosamente, a fim de encontrar a solução estratégica mais adequada para eles.

A inclusão procura atender às necessidades especiais de todos os alunos na sala de aula regular. Todos os alunos devem ter a possibilidade de ingressar no ensino regular, mesmo aqueles com deficiência ou distúrbios comportamentais, preferencialmente sem diferença de idade em relação à série. A inclusão é uma forma de garantir que todos os alunos tenham uma chance de sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se apresentou formas inovadoras para se trabalhar com o aluno autista referiu-se em uma organização do ambiente físico por meio de rotinas. Isso torna mais fácil para o aluno com TEA, bem como entender o que se espera dele.

Para muitos professores, ainda são recorrentes as barreiras, as dificuldades de inclusão escolar e social, bem como as possibilidades de inclusão e aprendizagem. Os professores, muitas vezes sem nenhuma formação sobre o processo de inclusão, se

empenham e se dedicam pedagogicamente e emocionalmente à inclusão de alunos com autismo.

Ficou comprovado que as aulas de Ciências Naturais podem contribuir no processo de inclusão de alunos autistas, a medida que sejam aulas com atividades práticas, associadas ao dia-a-dia do aluno. As orientações que os professores vêm recebendo para desenvolver seu trabalho pedagógico com alunos com TEA possibilitam novas metodologias voltadas para a aprendizagem. Constatou-se também que as orientações possibilitam novas possibilidades para o desenvolvimento intelectual e cognitivo desses alunos, o que contribui para o seu crescimento emocional e intelectual de acordo com as questões levantadas e respondidas pelos sujeitos da pesquisa.

Avaliou-se o papel do professor como mediador da inclusão, ou seja, ele precisa criar situações que viabilize o processo inclusivo, que se entenda que as diferenças são características de todos os alunos, independentemente de serem autistas. Apesar das dificuldades e da falta de equipamentos ou materiais adequados para trabalhar com crianças autistas, percebe-se que existe um comprometimento dos professores com esses alunos e também com suas famílias.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. E. de; KASSAR, M. C. M.; SANTOS, M. M. **Educação Especial: o custo do atendimento de uma pessoa com necessidades especiais em instituições públicas estatal e não estatal**, em MS, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF, 2003.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomun.mec.gov.br/images/BNCC_PUBLICAÇÃO.PDF. Acesso em: 4 de agosto. 2019.

COSTA, F. **Seminário de Pesquisa em Educação e Práticas Educativas na Escola e na Família**. Rio de Janeiro: WAK, 2013.

DE SALAMANCA, Declaração. **Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

FONSECA, E. N. **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 1986.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FLETCHER, Agnes. **Ideias práticas em apoio ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: 3 de dezembro**. Trad.: Romeu K. Sasaki. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GLAT, Rosana (organização). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

KISHIMOTO. **A inclusão de alunos com transtorno do espectro do autismo na perspectiva de seus professores**: estudo de caso em quatro escolas do município de Santa Maria/RS. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

LDB - **Lei de Diretrizes e Bases**, disponível em: www.ufrpe.br/download.php?endArquivo=noticias/, acessado em 27.05.10 às 20:19, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 2006.

MATISKEI, Angelina C. R. M. **Políticas de inclusão educacional**: desafios e perspectivas. Educar, Curitiba, nº 23, Editora UFPR, 2004, p.185-202.

OMS. *Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial de Violência e Saúde*. Genebra: OMS, 2002. *ONU - Organização das Nações Unidas*.2006.

SILVA, Fabiana de Lima da; FRANÇA, Aurenia Pereira de. SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. Educação Inclusiva: **O Autismo e os Desafios na Contemporaneidade**. Id on Line Rev.Mult. Psic., Dezembro/2019, vol.13, n.48, p. 748-762. ISSN: 1981-1179.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.

TANAKA , O. Y. “**Análise da Utilização pela Clientela de uma Unidade Ambulatorial da SES no Município de São Paulo**”. Rev. Saúde Públ., 2010, 24:60-68.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

Análise e percepção sobre a educação especial

Analysis and perception of special education

Marly Rubia dos Santos Farias

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

O presente estudo é uma descrição resumida de uma dissertação de mestrado desenvolvida para validação de títulos, que tem por temática: Análise e percepção sobre a educação especial, tendo como objetivo geral: Verificar quais as percepções dos educadores referente a leitura e escrita para os estudantes inclusos da educação especial nas séries iniciais. Tendo em vista os alunos estarem em salas comuns o que tem sido alvos de muita discussão entre os professores, uma vez que esses alunos são colocados em salas latadas, sem adaptação do espaço, e muitas vezes com professores que não apresentam nenhuma qualificação para conduzir tal demanda de alunos. Em outras situações sem a presença de um professor de apoio para ajudar no processo do aprendizado dos alunos com necessidades especiais. O processo metodológico partiu de uma pesquisa de exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos”, estabelece relações entre as variáveis e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinos, 1990). Tendo um enfoque, de uma abordagem, qualitativa, adotando como procedimento técnico análises por meio da aplicabilidade do instrumento através de um questionário aplicado aos educadores. Os principais resultados apresentam que embora os professores buscam formas e métodos para abrandar a inclusão dos alunos com necessidades especiais, precisa-se que os mesmos sejam qualificados para conduzir tais desafios.

Palavras-chave: Inclusão; educação especial; professores.

ABSTRACT

This study is a summary description of a master's thesis developed to validate titles, which has as its theme: Analysis and perception of special education, with the general aim: Verifying what educators' perceptions are



regarding reading and writing for students students included in special education in the initial grades. Considering that the students are in common rooms, which has been the subject of much discussion among teachers, since these students are placed in trestle rooms, without adapting the space, and often with teachers who do not have any qualifications to conduct such student demand. In other situations without the presence of a support teacher to help with the learning process of students with special needs. The methodological process started from exploratory-descriptive research, as it “describes the behavior of phenomena”, establishes relationships between variables and allows the researcher to maximize their knowledge about a given phenomenon or problem (Trivinos, 1990). Having a qualitative approach, adopting analysis as a technical procedure through the applicability of the instrument through a questionnaire applied to educators. The main results show that although teachers seek ways and methods to slow down the inclusion of students with special needs, they need to be qualified to handle such challenges.

Keywords: Inclusion; special education; teachers.

INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados para a inclusão de estudantes com necessidades especiais no espaço escolar geralmente estar relacionado a escassez de materiais didáticos apropriados para o tipo de deficiências, a quantidade excessiva de alunos nas salas de aula regulares; a ausência de capacitação adequada dos professores para lidar com a diversidade dos alunos, entre outros obstáculos. Abordagem do problema: O problema que despertou este estudo surgiu quando observou-se que nos últimos anos, as discussões no âmbito acadêmico, bem como na esfera das instituições de atendimento, famílias e indivíduos têm se voltado fortemente para a inclusão social e, por esta razão, tem se constituído tal temática de destaque na atualidade. Pergunta central: Como os educadores conduzem a questão da inclusão de alunos com necessidades especiais no espaço escolar e de que forma se trabalha as práxis pedagógicas? Pois ressalta-se que não basta, simplesmente inserir-los é preciso um olhar mais significativo neste processo.

Objetivo Geral: Verificar quais as percepções dos educadores referente a leitura e escrita para os estudantes inclusos da educação especial nas séries iniciais. Uma vez que uma pessoa é classificada como deficiente, esta rotulação marcará a qualidade de todas as suas relações. Pode-se dizer que não se vê o indivíduo, mas sim, o rótulo que ele carrega.

O presente artigo se justifica pois se precisa ter um olhar para a pessoa com deficiência e enxergar nela mais do que sua deficiência, todas as suas outras possibilidades. Só assim sua qualidade de vida será mais rica, marcada por maiores experiências.

Um dos entraves para a socialização inclusiva de pessoas com necessidades especiais é que seu convívio social normalmente restringe-se aos familiares e, outras pessoas com a mesma condição de deficiência e os profissionais que as atendem.

Busca-se nesta pesquisa, escutar os sujeitos (professoras) e o que elas têm a dizer sobre os impasses e dificuldades enfrentados em sala de aula para a inclusão de alunos especiais, resultando assim, em contribuições para elaboração de futuras propostas educativas que contemplem uma preparação para o trabalho competente e significativa.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As discussões sobre as políticas públicas da educação especial, voltadas para a inclusão escolar, seus programas e estratégias, particularmente as que propõem melhoria da qualidade educacional, são sempre importantes. De acordo com Freitas (2004), o discurso ideológico da qualidade é utilizado no próprio interior da escola, na medida em que ocorre legitimação da exclusão do aluno com deficiência, a ideologia do esforço pessoal, responsabilizando o aluno pelo seu fracasso escolar, ou seja, ele é culpado pela sua deficiência e dificuldade no processo de inclusão escolar (Caiado, 2003).

Para que a inclusão ocorra, torna-se necessário que o sistema de ensino propicie recursos educacionais especiais para atender às necessidades educacionais especiais.

Tal crença encontra-se fundamentos em autores como Mazzotta (2003), que assinala ser necessária algumas vezes, para inclusão de alunos com diferentes tipos de deficiência e necessidades educacionais especiais, a utilização de recursos necessários para atendê-los. Sob essa ótica a inclusão irá se refletir no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades a todos os alunos, incluídos ou não.

O princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independente das diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias.

Assim, as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva, mesmo que haja necessidade de modificações na organização e no funcionamento da educação escolar para que estes alunos com necessidades especiais possam ser atendidos.

Grande parte das necessidades educacionais, mesmo dos alunos portadores de deficiências, poderá ser atendida apropriadamente, sem o concurso de ações e recursos especiais, na própria escola comum com recursos regulares. Todavia a presença de necessidades especiais, cujo atendimento esteja além das condições e possibilidades dos professores e dos recursos escolares comuns, demandará a provisão de auxílio e serviços educacionais propiciados por professores especialmente preparados para atendê-los (Mazzotta, 2003, p. 23).

Para Souza (2011) as estratégias políticas para promoção das reformas passam pelo discurso do alcance das metas de qualidade, considerando que as discussões no âmbito da educação inclusiva, as características de participação e de democratização de todos apontam para a necessidade de investimento mais intenso na qualidade do ensino, oferecido pelos sistemas federal, estadual e municipal.

Para Omote (1999) a inclusão de um aluno com deficiência não deve ser conduzida de forma precipitada, sem as devidas ponderações, pois, ao invés de beneficiá-lo pode prejudicá-lo, segregando-o.

A luz desse entendimento, pode-se afirmar que, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais requerem respostas educativas adequadas a

elas. Uma intervenção educativa, como processo educativo, devendo propiciar ajustes apropriados a tais necessidades, no projeto escolar, para que se possa na unidade escolar efetivar a inclusão.

Também se torna necessário para efetivação dessa inclusão uma revisão por parte dos educadores na prática pedagógica ministrada, com intuito de remover barreiras à aprendizagem, visto que tanto o sistema educacional, quanto o educador e a escola, são influenciados pelos aspectos ideológicos vividos na sociedade, advindos da cultura. Valorizar a diversidade é acima de tudo propiciar condições para que o indivíduo desenvolva plenamente seu potencial. “Art.58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais” (LDB 9.394/96, p. 26).

Do ponto de vista conceitual, o CENESP-Centro Nacional de Educação Especial/ MEC, através da Portaria Ministerial nº 69/86, assim concebia a educação especial:

Art. 1º A educação Especial é parte integrante da Educação e visa proporcionar, através de atendimento educacional especializado, o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando com necessidades especiais, como fator de autorrealização, qualificação para o trabalho e integração social.

Surge aqui, paradoxalmente, o conceito de educação especial paralela que, embora concebida como parte integrante do sistema geral de ensino, torna-se pensada, gestada, administrada, operacionalizada e desenvolvida fora desse sistema.

Na perspectiva da inclusão, tem-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, prevendo atendimento especializado em salas de recursos e centros especializados de referência para alunos com necessidades educacionais especiais (Ministério da Educação, 2008). A orientação desses atendimentos nas classes comuns é apresentada pelas Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, elaborando-se, em 2010, duas orientações: para a organização dos Centros de Atendimento Educacional Especializado, segundo Nota Técnica SEESP/GAB nº 9 e, para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares, de acordo com a Nota Técnica SEESP/GAB nº 11 (Brasil, 2010b).

ALDBEN (9394/96), em seu artigo 58, afirma que se entende por Educação Especial “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996, p. 36). Mesmo sendo definida como uma modalidade de educação escolar, o atendimento de sujeitos da Educação Especial vem se organizando, ao longo da história da educação brasileira, como um sistema paralelo, no qual a presença das denominadas “escolas especiais” e “classes especiais” é significativa.

Assim a Educação Especial, em sua origem, foi entendida e praticada como uma educação diferente, à margem da educação geral, não como é vista hoje, como uma educação diferente, de processos educativos específicos que é destinada a uma população também específica que dela se beneficia.

Em relação às dificuldades encontradas no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, nesta pesquisa buscou-se identificá-las nas percepções de cinco professoras do ensino regular e de cinco alunos com deficiência visual. Para tanto, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, mediante análise de conteúdo, dimensionando os dados em categorias convergentes e divergentes de respostas (Bardin, 2004).

Ao longo da história na área da Educação Especial esse é o modelo vigente de atendimento educacional a esses sujeitos, um atendimento diferenciado e segregado. Inúmeras leis e decretos foram formulados e aprovados no Brasil e, assim, gradativamente, as questões mais específicas relacionadas à educação especial passaram a ser mais contempladas.

Nas Leis nº 4.024/61 e nº 5692/71, não se vislumbra importância a essa modalidade educacional. Apenas um ou dois artigos conceituavam-na como tratamento especial, demonstrando, mesmo de modo inicial sua previsão na estrutura educacional.

Sua existência não conseguiu desconsiderar, algumas brechas que permitiam certos esvaziamentos e/ou poucos direcionamentos à área. Essa lei, ao mesmo tempo em que propunha o atendimento “integrado” na rede regular de ensino, delegava às instituições sob administração particular a responsabilidade de parte do atendimento através da garantia de apoio financeiro.

Dessa forma, a distribuição dos serviços que já ocorria anteriormente à década de 1960, com a criação da Sociedade Pestalozzi e das APAEs, que se responsabilizavam pelo atendimento à clientela mais comprometida, foi normatizada em 1961.

A educação especial, então, não era assumida diretamente pelo Estado, ou seja, ela não era oferecida, em sua maioria na escola pública, mas em instituições especializadas de caráter assistencial. Reforçava-se assim, a existência dos atendimentos segregados da área.

Até essa data, eram organizadas campanhas, como: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (NERDV), em 1958 e a Campanha Nacional do Deficiente Mental (CADEME), em 1960.

Elas estavam diretamente subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tinham como funções a promoção, em todo o território nacional, de treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiência, a cooperação técnica e financeira com entidades públicas e privadas e o incentivo para organização de cursos e entidades nessa área.

Em 1961, quando, a legislação brasileira explicitou o compromisso com a Educação Especial, na Lei nº 4.024/61, já existia no país uma organização considerável no atendimento, tanto em instituições particulares de caráter assistencial quanto em algumas classes especiais públicas. “Um aumento significativo das classes especiais, principalmente para deficientes mentais, ocorreu somente a partir da década de 70” (Gaio; Meneghetti, 2014, p. 28).

Tais movimentos sinalizam toda uma característica segregativa, que a educação

especial apresentava nessa época, preponderando o atendimento ao deficiente mental sob forma de reabilitação.

Na Lei nº 5692/71, pode-se notar um cuidado na caracterização da clientela da educação especial que é estabelecida como: alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. Nesse momento, vê-se a identificação da educação especial com os problemas de aprendizagem evidenciada com a expansão da rede pública nos anos 60. A Lei nº 9394/96 da LDB define a educação infantil como primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Dentre os fatores que garantem e ascendem à educação infantil no cenário nacional está às políticas inclusão na primeira etapa na educação básica, o trabalho com a educação especial. A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é um tema polêmico.

Para quem lida diretamente com crianças com deficiência física, mental, auditiva ou visual. Tanto os pais como os professores, que assumem diariamente a responsabilidade pela educação dessas crianças, precisam desenvolver um processo contínuo de reflexões a respeito do tema.

O Decreto n. 3.298/1999, editado para regulamentar a Lei n. 7.853/89 é que define no Brasil o que constitui deficiência, deficiência permanente e incapacidade.

Nos termos do artigo 3º, I, deficiência é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

O Decreto n. 3.298/99, no inciso II do mesmo artigo, acrescenta que a deficiência permanente é “aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (9394/96), em seu capítulo V, artigos 58, 59 e 60, preconiza os direitos das crianças especiais em escolas regulares, e coloca para as escolas o desafio de incluir todos os alunos, dando condições de aprendizagem, de acordo com a necessidade de cada um, também afirma que a educação especial, é uma modalidade da educação escolar, para apoiar, complementar e em casos específicos substituir a educação comum, garantindo o desenvolvimento dos alunos, conforme o Decreto nº 3.956/2001 que diz:

Educação especial: modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2001, p. 39).

Já na Constituição Federal Brasileira de 1988, registra-se o direito público subjetivo à educação de todos os brasileiros com o surgimento de leis federais, estaduais e municipais que tratavam de direitos e acessibilidade das pessoas com deficiência; a Lei nº 7.853, que

dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e reafirmou a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino.

O Decreto nº 3.298, de 20/12/99 regulamenta a Lei e explicita que os serviços de educação especial serão ofertados nas escolas públicas ou privadas mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino ou em escolas especializadas, exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Acompanhando as mudanças através do Movimento da educação inclusiva que se consolidou na década de 1990 com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia (1990), juntamente declaração de Salamanca sobre os princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial, Espanha (1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) deixou aberta a possibilidade de educação das pessoas com necessidades educacionais especiais tanto em escola comum quanto especial.

Porém, em 2001, o decreto nº 3.956 esclareceu que as crianças com necessidades que as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam ser atendidas, preferencialmente, no ensino regular e que a escola deveria se preparar para atender todas as crianças.

A incapacidade, por sua vez, de acordo com o artigo 3º, III, é “uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida”.

Dessa forma, a pessoa com deficiência possui uma perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gera limitações que, considerando a idade, o sexo e os fatores socioculturais, não teria se não houvesse essa deficiência.

A pessoa com deficiência precisa apenas encontrar uma compatibilidade entre o trabalho oferecido e a sua limitação. A incapacidade, por sua vez, surge em função da deficiência ou é resposta do indivíduo à deficiência psicológica, física, sensorial ou outra apresentada, diante de algum comportamento social da vida.

A desvantagem caracteriza-se pela incompatibilidade entre a capacidade individual para a realização de alguma atividade e a expectativa do próprio indivíduo ou do grupo social em que ele está inserido. Trata-se da dificuldade nas habilidades necessárias para a inserção na sociedade.

Para reduzir ou afastar as incapacidades, existem equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, como menciona o artigo 3º, III, do Decreto n. 3.298/99, que devem ser implementados pelo Estado e por toda a sociedade, através de políticas de habilitação e reabilitação profissional, bem como educacionais e de saúde, tais como o acesso a próteses, a órteses, a possibilidade de intervenções médicas, aos meios de transporte, à educação,

a um meio ambiente de trabalho acessível e a treinamento, dentre outros. A proposta da educação inclusiva viabiliza quando se buscam meios para modificar a estrutura e o funcionamento da escola, numa ação educativa, capaz de atender às diferenças individuais dos alunos (Blanco, 2001). Para isso, é necessário que ocorram mudanças na concepção de inclusão escolar, gradativamente, já que ela não acontece de forma imediata: ela é um processo (Mantoan, 2003).

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública estadual localizada no município de Rio Preto da Eva a 57 Km de Manaus-Amazonas/Brasil. Atualmente tem o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio – Educação de Jovens e Adultos, conta com 575 alunos e 32 professores. A escola tem o núcleo Gestor composto por uma Diretora, Coordenadores Escolares (Pedagógico e Gestão) e uma Secretária. A pesquisadora selecionou para sua coleta de dados 10 educadores que se disponibilizaram a colaborar com o projeto sendo que 06 trabalham diretamente com estudantes que envolvem o processo inclusivo.

Apesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (Collis; Hussey, 2005), estabelece relações entre as variáveis (Gil, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinos, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análise. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (Fonseca, 1986).

Quanto ao procedimento adotado para a coleta de dados, foram utilizados a aplicabilidade de um questionário com perguntas abertas e fechadas afim de coletar dados para análises deste projeto.

Também foram realizadas observações em sala de aula, com a autorização dos professores, especialmente nos dias em que às aulas tratavam do tema pertinente à da pesquisa, como: inclusão, cidadania, diversidade, educação especial. A pesquisadora assistiu as aulas durante o período diurno e pôde nessa ocasião, observar com mais clareza o processo de produção pedagógica dos estudantes com necessidades especiais em sala de aula e a prática pedagógica dos professores direcionadas ao processo inclusivo aos alunos do 5º ano de uma Escola Estadual do Rio Preto da Eva, Amazonas, Brasil.

Com o intuito de atender aos preceitos éticos da pesquisa, juntamente com os questionários, enviamos a cada professor uma Carta-convite, para participar da pesquisa, e também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse Termo trazia maiores informações sobre a pesquisa e seus propósitos e esclarecia os cuidados éticos com os quais a pesquisadora se comprometia, tais como o sigilo das informações e sua utilização e o uso de nomes fictícios para as entrevistadas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, é a principal lei nacional que dá o direito à educação especial às crianças com necessidades especiais, deverá ser desenvolvido pelos professores por meio de conteúdo, competências, atitudes e valores a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos demais profissionais do sistema de educação aos quais estão vinculados.

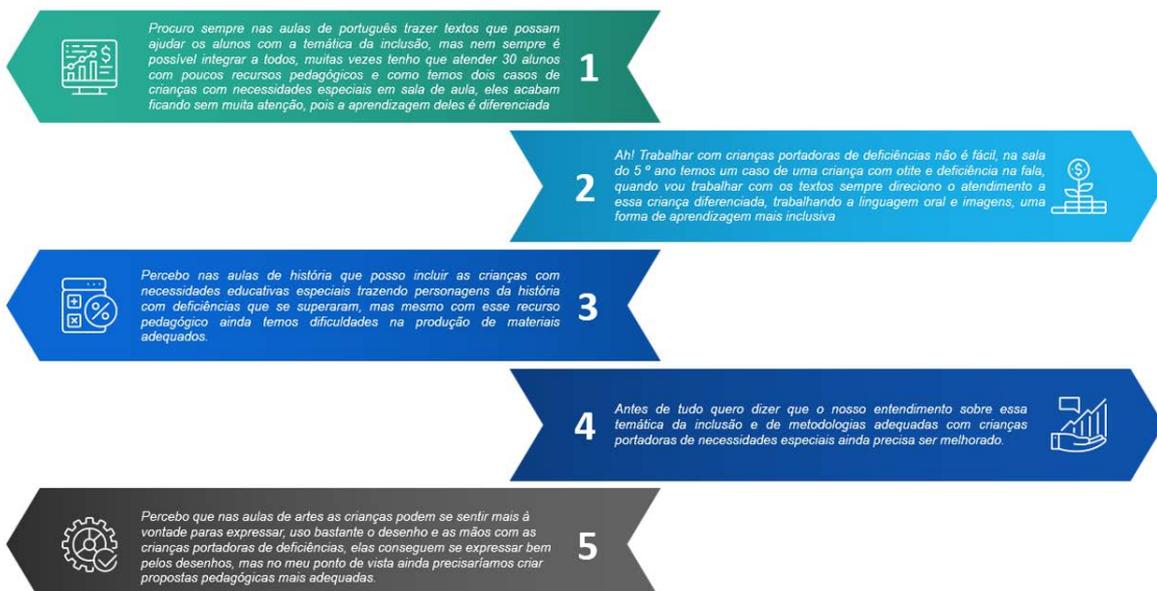
Considera-se importante que todos as professoras que trabalham com educação especial tenham um profundo conhecimento sobre sua disciplina, bem como os conceitos, conteúdos e métodos próprios do seu campo de conhecimento, sendo fundamentais para garantir a preservação de um conhecimento escolar sem superficialidade, inclusive de temas interdisciplinares como se caracteriza a temática em estudo.

Observa-se que as escolas públicas devem rever o número elevado de alunos em sala de aula, se realmente pensam em viabilizar a proposta da educação inclusiva, pois se assim não for, como poderão garantir uma educação de qualidade? Os sistemas de ensino precisam ser mais cautelosos no controle das relações entre aluno, professor, carga horária e meios materiais para promover o processo de inclusão. Também, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação precisam estar mais vigilantes em seu acompanhamento. A inobservância de quantitativo elevado de alunos nas classes comuns traduz-se numa preocupação pouco densa com a questão da qualidade. A relação da quantidade de alunos em sala de aula é um fator de prejuízo para a qualidade do atendimento educacional. Quando se perguntou dos educadores: De que forma as atividades pedagógicas realizadas em sala de aula regular envolvendo crianças com necessidades especiais educativas pode contribuir no ensino aprendizagem? Eles responderam que:

Figura 1 - Principais relatos da entrevista.

RELATO DOS ENTREVISTADOS

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS



Fonte: A pesquisadora (2021)

Como constatado nas falas dos principais relatos da coleta de dados comprova-se

que a necessidade de ampliar o estudo e metodologias adequadas ao ensino com crianças portadoras de deficiências, também ficou nítido que o processo ensino aprendizagem das crianças com necessidades especiais do 5º ano da Escola pesquisada apresenta dificuldades devido ao excesso do número de alunos em sala de aula, já que as professoras não conseguem fazer um atendimento mais individualizado.

Conforme entrevistas das professoras, percebe-se que as escolas apresentam precariedades e más condições para a acolhida de crianças portadoras de deficiências.

As professoras ressaltaram em suas falas, que buscam sempre incluir em suas aulas as crianças com necessidades educativas especiais e inovar nas metodologias pedagógicas, mas mesmo assim encontram dificuldades nas disponibilidades de recursos e metodologias adequadas para o atendimento satisfatório a todas as crianças que necessitam de processos de aprendizagens diferenciados.

É importante enfatizar que a falta de materiais, recursos e equipamentos mencionados nas entrevistas semiestruturadas pelos educadores, mostram a inviabilidade no que se refere à proposta da inclusão escolar. Apesar das escolas de ensino regular preverem na sua organização serviços de apoio pedagógico para o atendimento educacional especializado, ofertados através das salas de recursos multifuncionais nas referidas escolas (Brasil, 2010), poucos são os recursos didáticos disponíveis nessas salas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como comprovado nas entrevistas realizada aos educadores pesquisados mostraram que as práticas de leitura e escrita propostas pelas professoras, incorporam de forma parcial temáticas da inclusão como constatado nos relatos docentes, ainda se constatou a preocupação das professoras em apresentar aos alunos recursos metodológicos capazes de contribuir no desenvolvimento das crianças.

A pesquisadora constatou que as professoras tem um conhecimento parcial sobre o processo de inclusão, citando as leis que amparam a incorporação das crianças com necessidades especiais, como Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais, 1997 e a Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001, leis que falam do direito ao acesso de crianças portadoras de deficiências e necessidades especiais ao ensino regular e a cidadania integral.

Nesse sentido, observa-se que os professores têm consciência das limitações de se trabalhar com ensino e aprendizagem de crianças especiais, muitas descreveram a busca por aperfeiçoamentos na área e salientaram o uso da tecnologia como uma aliada importante na resolução de problemas de aprendizagens, os educadores fizeram menção a precariedade da escola pública, que muitas vezes não tem profissionais qualificados para manejar adequadamente as tecnologias e *Softwares* adequados às crianças portadoras de necessidades especiais.

Por fim, destaca-se a empatia de um olhar humano com maior ênfase ao processo inclusivo pois a prática docente configura-se como o pulsar do coração que faz essa

engrenagem humana se desenvolver. O que se ressalta em maior qualificação docente e maiores investimentos direcionado ao processo inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. (2004) **Análise de conteúdo (3a ed.)**. Lisboa: Edições 70. [Links]
- BLANCO, R. **Aprendiendo en la Diversidad: implicaciones educativas**. In: Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Vol. I, Foz do Iguaçu, Paraná, 2001.[Links]
- BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. (2 ed). Brasília: Corde, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.
- BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 07 ago. 2021
- CAIADO, K. R. M. (2003). **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. **Campinas**: Autores Associados. [Links]
- COLLIS, Jill e Hussey, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2ª Ed. Bookman. São Paulo, 2005.
- FREITAS, L. C. (2004). **Avaliação e as reformas dos anos de 1990**: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. *Educação & Sociedade*, 25(86), 133-170. [Links]
- FONSECA, E. N. **Bibliometri: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 1986.
- GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. (Org.). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.
- LDB. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 07 ago. 2021.
- MINISTÉRIO da Educação. **Secretaria de Educação Especial. (2008)**. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. [Links]
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MAZZOTA, M. J. S. **Deficiência , educação inclusiva escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional**. São Paulo: Mackenzie, 2003.
- OLIVEIRA, D. A. (2004). **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1127-1144. [Links]

OMOTE, S. Deficiência: da diferença ao desvio. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (Orgs.). **Educação Especial e estigma: corporeidade, sexualidade e expressão artística**. Marília: UNESP, 1999. [Links]

SOUZA, A. L. L. de. (2011). Qualidade do ensino público e democratização da gestão escolar: pressupostos, implicações e perspectivas. In: Souza Junior, L. de., França, M. S. B. de. (Orgs.). **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade de ensino** (pp. 278-291). Brasília: Líber Livro. [Links]

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.

A desvalorização dos processos educativos

The devaluation of educational processes

Silvia Araújo de Menezes

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

No Brasil, desenvolveram-se diferentes políticas educativas neoliberais, nas quais se incluem a aplicação de diferentes avaliações padronizadas: por isso, este ensaio analisa o efeito produzido por essas avaliações e, em particular, a desvalorização dos processos educativos. Assim, reconhece-se que essas políticas pedagógicas reduzem a qualidade educacional a algumas disciplinas escolares voltadas para o campo intelectual e, conseqüentemente, relativiza-se a importância dos demais campos que compõem a formação integral dos alunos. Dessa forma, mantém um contexto educacional tecnocrático, mercantilista e, portanto, perigoso para o desenvolvimento social. A pesquisa tem característica descritiva interpretativa, realiza as análises de causa-efeito tendo como processo sequencial as amostragens *dedutivas* para dados comprobatórios da exploração dos fenômenos em profundidade, basicamente conduzido em um ambiente escolar, os significados serão extraídos dos dados coletados, sendo seu benefício preciso. Creswell (2005 e 2009), obteve um enfoque qualitativo. Os principais resultados apresentam que: Torna-se relevante promover uma atualização do currículo escolar baseada, principalmente, na distribuição equilibrada da carga horária nas diversas disciplinas escolares que contribuam para a formação humana.

Palavras-chave: políticas educativas; pedagogia crítica; qualidade educativa.

ABSTRACT

In Brazil, different neoliberal educational policies have been developed, which include the application of different standardized assessments: therefore, this essay analyzes the effect produced by these assessments and, in particular, the devaluation of educational processes. Thus, it is recognized that these pedagogical policies reduce the educational quality of some



school subjects focused on the intellectual field and, consequently, the importance of other fields that make up the students' integral education is relativized. In this way, it maintains an educational context that is technocratic, mercantilist and, therefore, dangerous for social development. The research has a descriptive and interpretative characteristic, it carries out cause-effect analyzes using deductive sampling as a sequential process for data to prove the exploration of phenomena in depth, basically conducted in a school environment, meanings will be extracted from the data collected, with its precise benefit. Creswell (2005 and 2009), took a qualitative approach. The main results show that: It is important to promote an update of the school curriculum based, mainly, on the balanced distribution of the workload in the various school subjects that contribute to human development.

Keywords: educational policies; critical pedagogy; educational quality.

INTRODUÇÃO

Diferentes especialistas no âmbito educacional e das ciências sociais, tem criticado bastante o caráter reprodutivo e acrítico do currículo escolar em diferentes países ocidentais, que estão longe de socializar um sentido pedagógico que promova a transformação da sociedade em uma comunidade de solidariedade e respeito aos direitos humanos. Precisamente, contribuiriam para agravar os problemas gerados pelas políticas sociais neoliberais que, além de ameaçar o meio ambiente, colocam em risco o desenvolvimento integral do ser humano.

Aprecia-se a hegemonia de um currículo hiper intelectualizado com pouco foco nos costumes morais nocivos de diferentes grupos sociais, como comportamentos patriarcais, racistas ou xenófobos. Nesse sentido, a educação formal seria passiva diante dos problemas sociais notadamente injustos.

Tendo presente que a essência da educação escolar reside sobretudo na sua função social, valendo-se, em certa medida, dos contributos teóricos da produção acadêmico-científica, importa referir que a possível solução para reorientar o sentido de educação serão gestadas em espaços educativos formais e não formais. Assim, é coerente que através da *práxis* social desenvolvida pelos cidadãos de cada território organizado se promovam abordagens pedagógicas alternativas que valorizem sujeitos desprezados pela abordagem tecnocrática ou tradicional.

É neste contexto, que através deste ensaio e de muitos outros aportes teóricos, seja possível conscientizar a população sobre a importância da educação integral e, mais especificamente, dos profissionais da educação e dos alunos das escolas. Precisamente, são eles os encarregados de concretizar as políticas educativas. Nesse sentido, a educação escolar formal deve envolver toda a sociedade, seja por sua obrigatoriedade, seja por seu potencial formador cultural.

Porque o principal problema que tem sido exposto é o aprofundamento da lógica neoliberal na educação, que se disfarça de neutralidade científica através do positivismo, é fundamental referir algumas ideias do filósofo Karl Marx (1818-1883), especialmente, a de assumir um papel ativo no processo de emancipação, bem trabalhado pelo renomado

pedagogo Paulo Freire (1975) (Silva, 2006).

Nesse sentido, essa contribuição intelectual transcende o propósito científico e aspira à transformação cultural, com o ideal de superação das desigualdades sociais; no entanto, tem-se argumentado que as premissas de Marx são de grande complexidade interpretativa, uma vez que cada oprimido é ao mesmo tempo o produto de seu próprio produto e um agente histórico que em caso algum pode ser tomado como produto.

Em outras palavras, cabe referir ao processo de interiorização estabelecido por Vygotsky (1979), que explica que o desenvolvimento das pessoas não pode ser interpretado fora de um contexto histórico-cultural.

Tendo como fundamento epistemológico a perspectiva antagônica das classes sociais colocada por Marx e tudo o que isso tem implicado nas desigualdades sociais, surge uma perspectiva crítica da educação ou também conhecida como pedagogia crítica, que considera a ideia de que a educação deve ser realizada por professores que assumam o papel de intelectuais reflexivos, transformadores e penderes dos problemas sociais da Escola.

Como se vê, os educadores assumiriam papel fundamental nessa perspectiva, os quais deveriam se opor conscientemente a todas as atividades acadêmicas que visam “naturalizar” as injustiças sociais. Sobre esse processo educacional que formaria educadores críticos, Sartre (2004, p. 81) o interpreta da seguinte forma: “Marx especificou seu pensamento: para atuar sobre o educador, é preciso atuar sobre os fatores que o condicionam”. No pensamento marxista, as características da determinação externa e as dessa unidade sintética e progressiva que é a práxis humana estão inseparavelmente ligadas.

Não há dúvida de que nas últimas décadas a prática dos educadores em diferentes nações ocidentais foi submersa e desenvolvida no modelo neoliberal de sociedade. No entanto, são muitos os fatores que ajudam a uma certa emancipação desse modelo, como, por exemplo, a miséria material e moral que produz, e os benefícios socioculturais das diferentes ações educativas formais e informais que praticam outras formas de convivência mais solidárias; No entanto, apesar de serem reconhecidas críticas corretas à corrente marxista das políticas neoliberais, nem neste artigo a corrente ideológica que gira em torno é considerada um modelo perfeito ou ideal em torno de Marx, sobretudo, porque sua filosofia materialista ignora aspectos metafísicos fundamentais que contribuem para o desenvolvimento moral da sociedade.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência moral crítica em torno da educação escolar em contextos formais, este ensaio tem como objetivo principal analisar o efeito de testes padronizados na desvalorização de disciplinas escolares importantes do currículo no Brasil.

Teste pisa e educação neoliberal

Para iniciar a análise deste teste padronizado, será feita referência a uma pergunta que pode nos aproximar de sua ideologia e significado histórico: quem está por trás do PISA? A resposta não é difícil de encontrar, e aparece muito claramente nos seus relatórios,

é o mundo sócio-político da economia, através da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Especificamente, este teste é aplicado a alunos do ensino secundário em todo o mundo e avalia, “em que medida os alunos de 15 anos, que estão prestes a concluir a escolaridade obrigatória, adquiriram os conhecimentos e habilidades fundamentais para uma participação efetiva e plena nas sociedades modernas” (OCDE, 2016, p. 3).

São muitos os exemplos que demonstram as precárias condições sociais para manter a vida ou a plena participação (bem-estar ou seguridade social) na sociedade brasileira por mais moderna que seja. Alguns deles são pessoas que morrem à espera de alguma intervenção de saúde; pensões indignas; a morte de ativistas sociais; dívidas adquiridas por direitos básicos como moradia; o alto custo de vida; A contaminação; zonas de sacrifício socioambiental; entre tantas outras situações desfavoráveis ao desenvolvimento humano.

Seria preciso estar bastante iludido para pensar que por meio dessa iniciativa global, justificada na avaliação escolar para fazer um raio X do panorama educacional, não se pretendia impactar nas finalidades da educação e, especificamente, na instalação de finalidades que priorizam a lógica mercantil, reprodutiva da sociedade e, portanto, contribuindo para o modelo neoliberal. Além disso, a lógica dessa prova padronizada vem acompanhada de uma propaganda altamente veiculada (jornais mais lidos do país), a qual se atribui o diagnóstico da qualidade da educação, sabendo-se que trata apenas de uma lista arbitrária de habilidades e conhecimentos, determinada por um grupo de especialistas (ou tecnocratas) (Santa Cruz e Olmedo, 2012).

Um dos maiores problemas vividos na América Latina é a formação moral de seus cidadãos, que se reflete nas constantes violações de direitos humanos ou casos de corrupção, mas esta dimensão foge à suposta qualidade educacional que interessa à OCDE, porque a sociedade moderna desde sua ideologia é regulada pelo mercado, razão pela qual não precisa preparar os cidadãos em um sentido moral que possa prejudicar seu desenvolvimento econômico; Assim, através da avaliação do PISA, instala-se a nível mundial uma lógica econômica da educação que ignora os contributos socioculturais que emergem dos cidadãos ou os contributos significativos dos governos, uma vez que incluem as mentes aparentemente mais brilhantes da sociedade contemporânea.

Apontou-se que uma das consequências do PISA é que ele ilumina a educação de fora, já que “as políticas de avaliação de qualidade foram a grande estrela da constelação do novo século educacional para a América Latina”. Claramente, a interpretação que se faz em torno desse teste padronizado será mediada pela ideologia política e pela concepção de sociedade que se espera construir. Mas aprender habilidades e conhecimentos sobre três disciplinas ditas básicas não promove uma formação integral dos alunos voltada para a crítica à irresponsabilidade socioambiental do modelo neoliberal globalizado (Rivas, 2015, p. 179).

A análise desse problema é aguçada no caso do Brasil, que sofreu a instalação desse modelo político em um contexto de ditadura militar, que, aproveitando o medo instalado em 17 anos de brutal repressão e censura, corroeu a educação popular no país.

Para abordar as consequências desse período no Brasil, é muito útil mencionar um

ensinamento de Galeano que foi utilizado por Moreno e Gamboa (2014, p. 64), em uma de suas contribuições que descreve como a desigualdade escolar foi projetada neste período negro que submergiu em mãos de um tirano ao país: “Um velho provérbio ensina que melhor do que dar o peixe é ensinar a pescar.

Voltando à análise do teste PISA, numa perspectiva tecnocrática, podem ser destacados diferentes aspectos positivos deste teste, como a sua oportunidade de repensar a aprendizagem; ou de promover reformas educativas; até mesmo seus dados podem ser usados para refletir a segregação socioeconômica na educação, o que não é coincidência, mas é uma condição positiva para o mercado educacional e a ideologia neoliberal, caso contrário, os políticos não o teriam projetado – a profunda influência de economistas que teceram a atual constituição Brasil ou também conhecidos como Chicago Boys (Silva, 2006).

Qualquer um dos benefícios tecnocratas que se possam destacar do PISA não compensará os graves danos causados a uma educação de sentido mais humanista e transformadora, que tem sido submetida a uma perspectiva econômica desvinculada dos problemas sociais mais urgentes (Hernández, 2006).

A título de exemplo, nesta perspectiva comercial não é necessário preocupar-se que as baleias estejam a morrer com mais de uma centena de plásticos no seu interior ou que haja pessoas a viver nas ruas por falta de dinheiro, isso não é um problema de escolaridade, porque é preciso aprender outras coisas mais essenciais para almejar uma vida plena, de forma individualista e competitiva. Apesar de Rivas (2015) ser muito otimista em relação a esse teste padronizado, em seu relato ele dá espaço para algumas das críticas que têm sido feitas ao teste PISA.

Tabela 1 - Objeções ao teste pisa da américa latina.

Nº	Consequências do PISA
01	Promove uma educação descontextualizada e, portanto, acrítica. Da mesma forma, não considera os fatores culturais de cada território.
02	Estão orientados principalmente para o desenvolvimento econômico das nações, negligenciando as outras finalidades mais transcendentais da educação e consolidando uma educação mercantil.
03	Por seu efeito político e midiático, promove a hegemonia curricular de algumas disciplinas e gera disciplinas ou conteúdo de baixa prioridade, como educação física, educação artística, educação musical, educação cívica e moral ou conteúdo de ciências sociais.
04	Favorece a irresponsabilidade dos meios de comunicação de massa, que privilegiam as manchetes sensacionalistas e simplificam o processo educativo
05	Geram uma verdade superficial e equivocada sobre o que acontece dentro dos centros educacionais.

Fonte: Elaboração própria baseada em Rivas (2015).

Cada uma dessas consequências é motivo suficiente para ser muito cauteloso diante do referido teste padronizado, especialmente diante da manipulação política que pode ser feita sobre o significado da educação, auxiliada pelos meios de comunicação de massa, que claramente não são visados em todas as áreas para os argumentos para uma moral solidária e comunitária.

Mas, geralmente, tendem a ser dirigidos em conjunto com outras mídias sociais por uma moral competitiva e individualista que dificulta a mobilidade sociocultural da população portanto, é evidente que atualmente o sistema educacional do Brasil está sendo oprimido

ideologicamente por testes padronizados, o que estaria influenciando as decisões políticas tomadas sobre o assunto através da pressão da mídia gerada por seus resultados (Murillo *et al.*, 2018).

Por causa dessa lógica neoliberal, que coloca o lucro e a falsa neutralidade política da educação, temas educacionais transcendentais foram ameaçados no Brasil principalmente entre 2019 e 2022, como Arte, Música, História, Educação Física e Filosofia. A esse respeito, tem-se defendido que essa redução educacional é coerente com esse tipo de lógica, pois uma educação para “o crescimento econômico, em primeiro lugar, desconsiderará esses aspectos da formação da criança, pois não parecem levar diretamente ao crescimento econômico” (Nussbaum, 2016, p. 16).

Quanto ao mau relacionamento de alguns sujeitos com o dinheiro, é totalmente bom para o desenvolvimento pessoal e social, pois é um absurdo pensar que tudo que se faz terá como objetivo algum ganho material, ainda mais se forem sujeitos que estão. A eles cabe nutrir aspectos emancipatórios, como a alma do ser humano e, especificamente, seus valores (Hartmann, 2001).

Em relação à tese que relaciona diretamente o teste PISA à desvalorização de algumas disciplinas educacionais do currículo no Brasil, ver-se que ela se verifica novamente com a reforma educacional no ensino médio proferida pelo Congresso Nacional pela Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDN nº 9.394/1996).

Precisamente, esta modificação curricular estabelece que a partir do ano de 2022 algumas disciplinas, entre as quais se destacam algumas disciplinas terão caráter não obrigatório ou optativo na última etapa do currículo escolar, especificamente, para os cursos do terceiro ano do ensino médio. No entanto, mantém-se a obrigatoriedade das principais disciplinas abrangidas pelo referido teste internacional e que, além disso, representam as disciplinas que são avaliadas para o ingresso na universidade.

Portanto, é evidente a hegemonia de determinadas disciplinas pedagógicas sobre outras, o que também se reflete no maior número de horas letivas que as disciplinas avaliadas pelo PISA possuem nos diferentes cursos da educação escolar. Da mesma forma, como afirmou Rivas (2015), o teste PISA gerou no Brasil uma série de políticas educacionais destinadas a medir a chamada qualidade educacional, de modo que na seção seguinte duas políticas educacionais derivam do teste PISA. Com efeito, faz-se referência ao sistema de medição da qualidade educativa ou denominados testes de avaliação de professores, aplicados em nível nacional) e à avaliação de professores, destinada a controlar a eficácia ou a produção pedagógica.

A avaliação de professores no Brasil

De mãos dadas com os relatórios PISA da OCDE, no Brasil foram desenvolvidas diferentes reformas educacionais neoliberais para garantir a eficiência do sistema educacional escolar, como os testes de avaliação de professores, evidenciando a desigualdade social como o principal problema, no entanto, as reformas não propõem transformações substantivas, como alterar a distribuição do poder na sociedade. A falta

de vontade de realizar transformações estruturais nos governos de centro-esquerda que retomaram a democracia demonstra a profundidade da lógica que produziu o massacre da educação pública no país, já que após uma férrea promoção da educação privada e uma política ante estatal discurso durante a ditadura, os governos pós ditadura mantêm a política de equalização entre os setores público e privado, sob o lema do “tratamento igualitário” (Falabella, 2015, p. 718).

O teste de avaliação de professores pode ser interpretado como uma irmã mais nova do teste PISA, o que contribui para o sucesso de sua irmã mais velha em seu desenvolvimento, de modo que lhe podem ser atribuídas consequências prejudiciais semelhantes, como reduzir a qualidade educacional aos resultados de aprendizagem de algumas disciplinas consideradas básico.

Além disso, a esse sistema de medição é atribuído o caráter tecnocrático do currículo, a competição entre os centros educacionais, o descrédito da educação pública, a deslegitimação dos professores, o fechamento dos centros educacionais, o descontentamento dos professores, o descontentamento dos alunos; a prestação de contas aos professores e a implementação de incentivos ou punições com base em seus resultados, alimentam o mito da meritocracia, consolidando a educação sob a lógica de mercado ou empresarial.

A partir da lógica econômica, o teste de avaliação de professores representa o selo da suposta qualidade dos centros educacionais, por meio dos quais as famílias podem aplicar um consumo educacional informado e, portanto, com maior liberdade de escolha (Jara, 2015).

Porque este problema é essencialmente político, a solução deve ser promovida a partir de uma organização política que produza uma mudança ideológica no sentido ou *etos* da educação escolar. De fato, em 2013, surgiu um manifesto destinado a superar o reducionismo e a padronização que permeia o sistema educacional no Brasil. Este manifesto, que contou com o apoio de diferentes acadêmicos reconhecidos por suas carreiras, promoveu uma campanha que foi protagonizada pelas redes sociais, revistas especializadas e também pelas ruas.

Esta iniciativa, que surgiu de um movimento social chamado “vem para rua”, tornou visível como esta interpretação estreita da qualidade educacional fere profundamente os sentidos da educação como um direito social e, como apontam em sua declaração, está na base da compreensão educação como bem de consumo; No entanto, apesar dessa crítica certa e do ativismo social, até o momento as previsões continuam lamentáveis, pois Flores e Orlando (2016) analisaram a proposta de avaliação das nações entre 2016 e 2020, concluindo que as modificações não implicam transformações fundamentais, ou seja, não alteram a lógica neoliberal implícita nessas medições.

Como proposta e diante da falta de vontade política para transformar essa realidade, considera-se oportuno aderir ao chamado à ação de Flores e Orlando (2016), propondo os seguintes passos: Conceber uma estrutura relevante que evoque e gere pontos de diálogo e encontro entre os organismos do aparelho central com as comunidades educativas, de modo a gerar gradativamente as bases para a construção de um novo sistema de avaliação, que busque promover a melhoria da educação, entendida como um direito social, que conceba

a avaliação como uma sistemática, processo permanente e contextualizado, voltado para a obtenção e análise de informações relevantes que permitam fazer juízos de valor e tomar decisões educativas.

No que diz respeito à avaliação docente, tem servido para pressionar e culpar os professores pelos maus resultados nas provas padronizadas, ignorando tanto os problemas nacionais de formação de professores como os danos existentes no tecido social do país, que se reproduz constantemente com as desigualdades sociais e a concentração de poder em um setor que defende o modelo político neoliberal e suas consequências.

Em suma, o século XXI convida a viver a educação na perspectiva da justiça social, por isso em alguns países anglo-saxões já se trabalha com ela há vários anos como a Espanha que começou a ser introduzido na educação durante o início dos anos 2000; enquanto na América Latina, o mais próximo são as noções de inclusão e escola para todos. Portanto, é uma dívida social construir uma escola inclusiva sob a lógica do direito social e não do mercado, de modo a responder às demandas sociais, onde são necessárias soluções criativas e integrais diante de uma cidadania global e em transformação.

Nesse sentido, o sistema de avaliação aplicado à comunidade de aprendizagem é injusto, padronizado e hegemônico. Essa perspectiva economicista aplicada à pedagogia está distante das ações emancipatórias exigidas em nações sujeitas à concentração do poder econômico e midiático, negando a centralidade que as pessoas podem assumir na sociedade, independentemente de sua classe social, mas centradas em sua capacidade fazer e ser para construir uma sociedade que promova os direitos humanos. Para isso, um currículo emancipatório surge como uma alternativa pedagógica para promover novas estratégias inclusivas para a construção de um desenho curricular equitativo e de qualidade, promovendo assim uma educação integral e transformadora onde os alunos são convidados a participar, com consciência moral contrária à lógica do mercado e coerente com uma lógica comunitária solidária, a fim de construir uma educação que multiplique oportunidades a partir da cooperação fraterna (Scheler, 2010).

Em outras palavras, a educação se colocaria no papel de geradora de uma grande mudança social, que, por sua vez, promoveria a evolução da sociedade para uma sociedade verdadeiramente mais justa, livre e inclusiva. Essa compreensão de que a pedagogia, o currículo e o processo avaliativo estão envolvidos em processos formativos complexos e importantes, confere à educação seu caráter inevitavelmente político para a construção de uma cidadania singular, global e inclusiva.

Acima de tudo, porque as Nações ao redor do mundo logo estarão produzindo gerações de máquinas úteis, em vez de cidadãos completos que podem pensar por si mesmos, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e conquistas de outra pessoa (Nussbaum, 2016, p. 14).

Para evitar que a educação se transforme em um processo mecânico e desumanizado, é fundamental buscar formar pessoas que não se contentam com conhecimentos padronizados e que reflitam sobre os múltiplos fatores que condicionam a realidade; por esta razão, diferentes autores têm afirmado que a escola tem a responsabilidade de formar de forma integral pessoas reflexivas que façam bom uso de sua autonomia social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que, é possível apontar que a sociedade brasileira e internacional precisa valorizar as disciplinas escolares desacreditadas pelas políticas educacionais neoliberais e, assim, defender a educação integral das pessoas.

Nesse sentido, não se deve perder a esperança, pois tanto no Brasil como na América Latina e no mundo existe um cenário fértil para uma teoria e uma prática educacional diferente daquela proposta pela perspectiva tecnocrática; portanto, é fundamental promover o desenvolvimento de escolas socialmente justas, com currículo menos hiper intelectualizado e longe do sotaque mercantilista.

Ou seja, escolas comprometidas com o desenvolvimento integral do ser humano e responsáveis pelo bem comum. Com este ato, incentiva-se a transformação da educação para o mercado, lembrando que pela necessidade de construir processos avaliativos abertos, flexíveis e compartilhados, será facilitada a possibilidade de abertura e diversificação de opções formativas e, principalmente, processos educativos que posicionem claramente a pedagogia como um processo ético que extrapola os muros escolares e os espaços curriculares, ao qual é fundamental acrescentar a recriação do ambiente sociocultural.

Por último, refira-se que o anterior está associado aos objetivos de desenvolvimento sustentável presentes na Agenda 2030 das Nações Unidas, cujo objetivo é melhorar o bem-estar das comunidades locais, o cumprimento dos direitos humanos, a coesão social e o combate à pobreza e desigualdades.

Portanto, para garantir uma educação inclusiva, equitativa e verdadeiramente de qualidade, é fundamental promover uma atualização do currículo escolar baseada, principalmente, na distribuição equilibrada da carga horária nas diversas disciplinas escolares que contribuam para a formação humana.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. **Educação democrática em tempos neoliberais e neoconservadores**. Estudos Internacionais em Sociologia da Educação, 21(1), 21-31, 2011.

BOURDIEU, P. **Capital Cultural, escola e espaço social**. São Paulo: Século XXI, 1998.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DIAS, E. **Globalização neoliberal e suas repercussões na educação**. Revista eletrônica interuniversitária de formação de professores, 13(2), 23-38, 2010.

ERCILLA, R.; CARRASCO, H.; MUJICA, F. **Animação sociocultural em espaços e centros públicos cultural a partir do Estado do Ceará: uma abordagem hermenêutica**. Revista dilemas contemporâneos: Educação, Política e Valores. Ano: VI, Número:3, Artigo nº: 68, Período: 1º de maio a 31 de agosto de 2019.

FALABELLA, A. **O mercado escolar no Brasil e a emergência da nova gestão pública: a tessitura da política entre a ditadura neoliberal e os governos de centro-esquerda (1979 a 2009).** Educação e Sociedade, 36(132), 699-722, 2015.

FLORES, M.; ORLANDO, G. **Plano de Resultados e Avaliação do SIMCE 2016-2020: Nós críticos e perspectivas de mudança.** Caderno de Educação, 73, 1-11, 2016.

FREIRE, P. (1975). **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Século XXI, 1975.

HERNÁNDEZ, F. O relatório PISA: uma oportunidade para repensar o significado da aprendizagem no ensino médio. Revista Educação, extraordinária, 357-379, 2006.

GARRAFA, M.; ORTIZ, C. **Efeitos indesejados dos resultados do SIMCE no Brasil.** Revista Educação, Política e Sociedade, 3(2), 27-44, 2011.

JARA, O. **A avaliação padronizada e o objetivo da privatização em larga escala: a polêmica sobre o SIMCE e um olhar sob a ótica da economia.** Fórum Educacional, 24, 101-113, 2015.

MORENO, A.; GAMBOA, R. **Ditadura no Brasil e o sistema escolar: outros receberam a partir de verdade essa coisa chamada educação.** Educar em Revista, 51, 51-66, 2014.

MURILLO, F. J.; DUK, C.; MARTÍNEZ, C. **Evolução da segregação socioeconômica das escolas na América Latina.** Estudos Pedagógicos, 44(1), 157-179, 2018.

NUSSBAUM, M. **Educação para o lucro, educação para a liberdade.** Nômades, 44, 13-25, 2016.

RIVAS, A. **América Latina após o PISA: lições aprendidas com a educação em sete países 2000-2015.** Rio de Janeiro, 2015.

SANTA CRUZ, E.; OLMEDO, A. **Neoliberalismo e a criação do “senso comum”:** crise educacional e mídia no Brasil. Faculdade. Curriculum and Teacher Training Magazine, 16(3), 145-168, 2012.

SCHELER, M. **Amor e conhecimento.** Belo Horizonte: Palavra, 2010.

SILVA, P. **Tecnocratas e política no Brasil: passado e presente.** Journal of Política Science, 26(2), 175-190, 2006.

VYGOTSKY, L. **O desenvolvimento de processos psicológicos superiores.** Porto Alegre: Crítica, 1979

O déficit no desenvolvimento motor em crianças pela ausência de atividades práticas

Deficits in motor development in children due to the absence of practical activities

James de Souza da Silva

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação desenvolvida para validação de títulos, que traz como temática: O déficit no desenvolvimento motor em crianças pela ausência de atividades práticas, tendo como objetivo geral: Identificar de que forma os avanços das tecnologias digitais de informação possibilitou a criação de novas ferramentas para os professores de Educação Física. Ressalta-se que as atividades pedagógicas da Educação Física estão relacionadas às atividades de cultura corporal, como jogos, lutas, danças, mímicas e ginásticas, que podem ser consideradas como objetos de ensino desta disciplina. Os procedimentos metodológicos caracterizam-se por uma pesquisa exploratório-descritiva, visto que descreve o comportamento dos fenômenos e estabelece relações entre as variáveis, possibilitando maximizar o conhecimento acerca do fenômeno. Optou-se por um enfoque qualitativo e quantitativo. Os principais resultados apresentam que a ausência das práticas de atividades físicas e esportivas, leva os alunos ao sedentarismo, resultando em problemas cardiovasculares e distúrbios psicológicos, como estresse, ansiedade e distúrbios do sono. Portanto, recomenda-se que os profissionais de Educação Física, bem como as administrações públicas, intervenham no sentido de reduzir os efeitos danosos com metodologias de ensino inovadoras para se obter melhores resultados no ensino aprendizagem.

Palavras-chave: educação física; sedentarismo; ensino aprendizagem.



ABSTRACT

This study is a summary description of a dissertation developed to validate titles, which has as its theme: The deficit in motor development in children due to the lack of practical activities, with the general objective: Identify how advances in digital information technologies have enabled the creation of new tools for Physical Education teachers. It is noteworthy that the pedagogical activities of Physical Education are related to body culture activities, such as games, fights, dances, mimes and gymnastics, which can be considered as teaching objects for this discipline. The methodological procedures are characterized by exploratory-descriptive research, as it describes the behavior of phenomena and establishes relationships between variables, making it possible to maximize knowledge about the phenomenon. A qualitative and quantitative approach was chosen. The main results show that the absence of physical and sporting activities leads students to a sedentary lifestyle, resulting in cardiovascular problems and psychological disorders, such as stress, anxiety and sleep disorders. Therefore, it is recommended that Physical Education professionals, as well as public administrations, intervene to reduce harmful effects with innovative teaching methodologies to obtain better results in teaching and learning.

Keywords: physical education; sedentary lifestyle; teaching learning.

INTRODUÇÃO

A importância da atividade física para a saúde está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida, reduzindo significativamente os riscos de desenvolvimento de doenças cardiovasculares, diabetes, problemas relacionados à baixa imunidade, além de distúrbios emocionais. O problema que motivou esta pesquisa surgiu quando se observou pós período pandêmico baixo rendimento no ensino aprendizagem, pois durante a pandemia do covid-19, as aulas presenciais não puderam acontecer, e algumas disciplinas tiveram prejuízo, utilizando apenas a alternativa remota. Foi o caso da Educação Física, que ficou ausente da sua praticidade, o que comprometeu o desenvolvimento motor das crianças. Diante disso procurou-se saber: Quais foram os maiores impactos em período pandêmico nas aulas de Educação Física? Por contribuir com a redução ou controle de peso e ajudar no equilíbrio das taxas de gordura na corrente sanguínea, a importância da atividade física torna-se relevante.

Objetivo geral: Identificar de que forma os avanços das tecnologias digitais de informação possibilitou a criação de novas ferramentas para os professores de Educação Física em meio a pandemia do covid-19.

A presente pesquisa se justifica pois, em meio a pandemia muitas famílias não conseguiram ajudar os filhos em meio aos sistemas apresentado pelo Ministério de Educação, parte dos educadores não estavam capacitados para trabalhar através do sistema tecnológico, o que dificultou o ensino, principalmente para o professor de Educação Física. Pois dentre os benefícios da atividade física está a prevenção de uma série de doenças, inclusive o câncer. Realizar exercícios, especialmente os aeróbicos, faz com que os processos do corpo funcionem de forma melhor, além de também auxiliar no aspecto psicológico.

Com a pandemia do covid-19 e a forma de ensino o que se esperava ser transmitido aos alunos se chegou de forma parcial, pois a falta de equipamentos como computadores, smartphones e tablets foi uma das maiores dificuldades enfrentada para garantir atividades escolares remotas durante a pandemia, inclusive para as atividades físicas.

Os professores vivenciaram novas formas de ensinar, novas ferramentas de avaliação e os estudantes entenderam que precisam de organização, dedicação e planejamento para aprender no mundo digital.

EDUCAÇÃO FÍSICA E SEUS BENEFÍCIOS

Os programas de Educação Física no passado visavam adquirir e manter a saúde, mas de forma equivocada, pois se preocupavam apenas com a realização de exercícios físicos, sem qualquer efeito na educação escolar. Porém, à medida que o Brasil se tornava mais urbano e valorizado, tornava-se necessária uma escola e, com ela, uma educação em que a disciplina, o tempo e a ordem fossem elementos fundamentais para o desenvolvimento das elites. Assim, a Educação Física, como componente da educação (naquela época ministrada pelas universidades) ganhava espaço, pois um físico disciplinado era uma exigência do novo trato em termos de formação (Benvegnu Júnior, 2011).

Além disso, se passa nos Estados Unidos na década de 1940, após as grandes guerras, o surgimento da New School, movimento que teve início na Europa e nos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX. Esta novidade traz uma mudança significativa na forma como os adultos olham para as crianças que até então eram consideradas adultos em miniatura, introduzindo uma nova perspectiva, onde é possível explorar as características de cada criança, com as suas potencialidades, despertando a sua curiosidade e para a experimentação (Benvegnu Júnior, 2011).

Esportes ainda são considerados conteúdos exclusivos em detrimento de outros. Esse é um dos aspectos que limita o desenvolvimento de outros conteúdos nas escolas. Lorenzini (2013, p. 11) argumenta que um dos fatores que contribuem para a ausência da ginástica nas escolas é a influência do esporte. “Formulação e formulação de normas de movimento”. Outro fator que impede o amplo desenvolvimento de atividades de cultura corporal é a limitada compreensão do caráter formativo do ensino de Educação Física na escola. Segundo Oliveira e Souza (2020, p. 119), a aula é sempre “esperada pelos alunos como um momento de distanciamento e desvinculação de algo mais organizado, com intenção educativa e que tenha profunda ligação com sua formação”, restringindo se, portanto, aos aspectos automotivos e técnico-esportivos. Um resultado desse processo é a ausência de aquisição de conhecimentos específicos de domínio ao longo da educação básica.

A Educação Física evoluiu ao longo do último século, e todas essas tendências, de alguma forma, ainda influem a formação profissional e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física.

Portanto, ao ensinar os conteúdos da Educação Física, o professor deve promover estratégias que contribuem para que o educando se compreenda enquanto sujeito atuante na sociedade por meio de seu movimento. “Movimento esse que é constitutivo do sujeito e intencional, feito por nós, humano, a todo instante” (Costa, 2009).

O exercício físico pode ajudar a prevenir doenças crônicas, como doenças cardíacas e vasculares, fortalecendo o músculo cardíaco, aprimorando a circulação sanguínea, diminuindo os níveis de colesterol ruim (LDL) e aumentando os níveis de colesterol bom (HDL). Além disso, existem outras doenças que podem ser prevenidas ou controladas por meio do exercício.

Hipertensão arterial: a redução da pressão leva a uma melhora do estado de saúde, podendo não ser mais necessário o uso de medicamentos (com autorização médica, claro).
Diabetes: A diminuição da gordura corporal também reduz os níveis de açúcar no sangue.
Osteopatia: fortalecimento da estrutura óssea, como prevenção da osteoporose.
Doenças musculares: Melhora da flexibilidade e postura, prevenindo cefaleias e fortalecendo os músculos.

- Benefícios de saúde mental

Estudos mostram que a atividade física pode neutralizar a ansiedade. Por exemplo, um dos fatores responsáveis e bastante simples, mas muitas vezes subestimado é a concentração necessária durante uma sessão de treino. Esse estado psicológico provoca momentos prazerosos para o indivíduo focando no exercício realizado. Outra patologia mental cujos sintomas podem ser reduzidos e seu estado melhorado é a depressão. Durante o exercício algumas substâncias são liberadas, uma delas é a endorfina, um neurotransmissor que proporciona uma sensação de calma e bem-estar. Diante dos efeitos acima, as atividades físicas são altamente recomendadas para combater os transtornos mentais cada vez mais presentes no estilo de vida atual, onde o tempo é curto e os compromissos são muitos.

- Aumentar a produtividade e autoestima

As pessoas que se exercitam em suas vidas diárias tendem a ser mais produtivas em suas atividades diárias do que aquelas que levam um estilo de vida sedentário. A serotonina, uma substância produzida durante o exercício ajuda a combater a baixa autoestima e aumenta a confiança pessoal. Isso permite que suas tendências físicas e mentais cresçam para melhorar seu desempenho nas tarefas diárias. Além disso, a autoconfiança motiva os indivíduos a se envolverem em interações sociais mais intensas e harmoniosas.

Para alcançar as vantagens expostas acima, a Educação Física de qualidade, preferencialmente por um professor de Educação Física, é obrigatória em todos os anos do ensino fundamental, incluindo o horto de infância. Pelo menos três aulas de Educação Física de 50 minutos por semana devem ser fornecidas. As aulas devem incluir conteúdo que forneça experiências positivas para os alunos e novas abordagens. A qualificação e avaliação dos professores de Educação Física são essenciais para o cumprimento dessas diretrizes.

Recomenda-se participar das aulas de Educação Física para desenvolver habilidades e aprender sobre diferentes tipos de atividade física. Apoiar uma vida ativa! Deve-se participar ativamente das aulas de Educação Física e ajudar os professores a selecionar conteúdos e métodos que respeitem e promovam sua saúde. A Educação Física, por ser responsável por estimular a progressão motora dos alunos também será fundamental em seu desenvolvimento e evolução, pois através do “como se movimentar”

induz os neurotransmissores a realizar suas ações psicomotoras, promovendo assim movimentos conscientes e integrados (Gallahue; Ozmun, 2005). A evolução motora é um processo contínuo, que se inicia logo após o nascimento e continua até o final da vida onde esse desenvolvimento pode ser definido como alterações nos níveis funcionais dos indivíduos, ou seja, está relacionado às demandas das tarefas individuais.

Conforme referido por (Caetano, 2005), a fase escolar é uma fase de domínio e aperfeiçoamento da motricidade, do controle físico, onde se adquire a coordenação dos movimentos e um maior repertório motor, aprimorando assim o nível de condição física dos alunos. Durante a infância, os indivíduos fortalecem sua base motora e trabalham em conjunto para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial para realizar movimentos básicos mais complexos (Gallardo, 2003).

A instituição educacional é um dos locais que melhor pode garantir o desenvolvimento da criança e a função dessas instituições é criar situações de aprendizagem para a criança, pois a criança precisa receber o máximo de atenção nos primeiros anos de vida. Descobrir o mundo ao seu redor, devendo a instituição de ensino estar sempre atenta para auxiliar a criança nesta fase da vida.

O movimento da mente humana é inseparável da execução da atividade física, pois os dois estão relacionados. Nas escolas e nas aulas de Educação Física, os alunos devem ter em mente que seus movimentos estão diretamente ligados ao seu intelecto e que a relação entre ambos deve ser respeitada. A Educação Física tem um papel muito importante, pois tem a função de estruturar o ambiente adequado para a criança. Esta experiência fornece conhecimento exemplar no desenvolvimento humano, especialmente o desenvolvimento motor para praticar certas aptidões (Cezário, 2008).

Segundo o autor (Finck, 2006), há certa necessidade de novas idealizações das intervenções para que as aulas sejam cada vez mais atrativas e opulentas, permitindo assim a formação contínua do aluno. Pois só assim seu verdadeiro valor será reconhecido, trazendo melhora no desenvolvimento motor, principalmente na motricidade dos alunos. Habilidades como motricidade grossa, motricidade fina, imagem corporal, equilíbrio, organização temporal e organização espacial devem ser devidamente trabalhadas e estimuladas ao longo da etapa escolar.

Fica evidente a importância de um professor especializado na área de Educação Física para que as técnicas sejam aplicadas de forma eficaz, atendendo corretamente cada aluno de acordo com suas necessidades e possíveis limitações. A adequação dos professores para se tornar professores gerais é uma preocupação. Na maioria das vezes, as crianças não possuem um treinamento aprofundado no desenvolvimento motor, impossibilitando o uso de metodologias que atendam às necessidades motoras dos alunos.

Os exercícios vão de acordo com o perfil da pessoa bem como a frequência com que serão aplicados. É importante que a pessoa escolha uma atividade que goste ou queira aprender, pois assim a possibilidade de uma prática regular é ainda maior. Para iniciantes e jovens, uma caminhada três vezes por semana é uma boa opção, enquanto para os idosos o treinamento de força orientado por profissional é uma excelente opção. O exercício regular também ajuda as pessoas com depressão, pois promove o sono. Usualmente, as pessoas

deprimidas tendem a passar do dia para a noite ou têm dificuldade em adormecer devido aos altos níveis de ansiedade e estresse. O exercício físico pode tornar o seu sono mais equilibrado.

Segundo Woolston (2016), o exercício físico proporciona uma explosão de serotonina, contribuindo assim para uma melhor disposição do praticante, o que favorece a diminuição dos sintomas de depressão, tornando o praticante mais forte e saudável, o que tem um bom reflexo em pessoas com excesso de peso. Aqui cabe considerar que as opiniões dos pesquisadores citados neste estudo científico são quase unânimes. Isso significa que o exercício beneficia as pessoas que sofrem de depressão, especialmente fisiológica e psicologicamente. Os indivíduos com vida social ativa, hábitos saudáveis, alimentação balanceada, repouso diário adequado e controle do estresse irão desenvolver e manter uma melhor qualidade de vida. Segundo Woolston (2016), para que o indivíduo tenha uma melhora no humorismo e nas interações sociais por meio do exercício físico, o ideal é praticar uma modalidade esportiva que realmente o identifica, podendo ser até uma caminhada onde haja um benefício social, alegria e satisfação.

No entanto, (Alves; Lima, 2008) destacam que qualquer atividade esportiva realizada de forma incorreta, independentemente da idade desempenho motor e estado de saúde adequado, pode gerar diversos prejuízos em um indivíduo, portanto, antes de iniciar qualquer prática esportiva, é necessário que os professores estejam cientes do padrão que atendem. Embora essas aptidões sejam essenciais para a prática motora eficaz e, portanto, ainda sejam chamadas de fundamentais, estudos mostraram que muitas crianças exibem um nível de desempenho motor abaixo do esperado para a idade em aptidões motoras fundamentais.

Os educadores passaram a incorporar exercícios posturais para melhorar a qualidade de vida e a educação de seus alunos, já que a maior parte do tempo consumido em atividades remotas é passado sentado de forma incorreta, o que pode levar a problemas posturais. Assim, justifica-se a importância da Educação Física dentro e fora do ambiente escolar. Considerando essas adaptações feitas no estilo das aulas o presente estudo, de forma geral, visa verificar, por meio de artigos científicos, os impactos da pandemia nos alunos do ensino fundamental.

O processo de construção da metodologia nas aulas de Educação Física é de grande importância pois cada professor deve levar em consideração a realidade do aluno no meio escolar e social, e as individualidades inerentes a cada um. Assim, vale a pena estudar a metodologia ativa das aulas de Educação Física com ênfase na socialização e no aluno como principal protagonista do processo de aprendizagem.

Para Rodrigues (2014) a partir do uso de metodologias consagradas dentro da criatividade em sala de aula, o aluno será dinamizado por ações caracterizadas como saber pensar, aprender a aprender, adaptar-se ao conhecimento disponível por meio dos diferentes recursos inovadores e assumir o senso crítico, competência reflexiva e criativa para gerar novos conhecimentos.

Muitas vezes, as aulas de Educação Física são voltadas para a prática onde o aluno não entende o porquê das atividades que está realizando, portanto, o conhecimento deve ser histórico, contextualizado e significativo para os alunos.

Os direcionamentos teóricos e metodológicos aplicados pelo professor de Educação Física dizem respeito à sua capacidade de pesquisar, planejar e criar. Ou seja, tal comunicação deve incluir um levantamento das opções de manipulação do conteúdo sugerido na aula (Pimentel, 2011).

As atividades de ensino da Educação Física devem garantir essa área para o desenvolvimento humano. Promover a criação de uma personalidade independente. Ao compreender os processos de construção do conhecimento ou desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento moral humano, procuramos compreender o papel da linguagem do professor na legitimação da socialização e, conseqüentemente, no desenvolvimento moral. (Paraná, 2008).

A ludicidade faz parte da Educação Física, pois é uma das ferramentas que pode ser usada de forma inovadora. Os jogos também trazem mais fluência para a sala de aula, facilitando a interação entre os alunos.

Os professores de educação física não devem ficar fora da realidade dos incentivos pedagógicos. Porque é a ferramenta mais importante na educação para melhorar as boas relações entre os alunos e todo o contexto educacional, porque afeta diretamente o processo de socialização e desperta o interesse dos alunos em participar de práticas educacionais (Rodrigues, 2014).

Segundo Gallardo (2009) os professores de Educação Física poderão partir para a procura de novas possibilidades de ensino aprendizagem, que possa incluir o aluno nessa maneira de transformação escolar, facilitando aos alunos uma melhor forma de concepção dos conteúdos impostos, por meio de jogos, brincadeiras e exercícios físicos e descobrindo neles quais suas maiores e melhores competências envolvendo estas no processo de aprendizagem. A proposta de acordo com Alves (2013) é que a prática da Educação Física seja mais analisada, de modo que os alunos tomem gosto por elas, o que não permite esse fato é quando a prática é ministrada sem nenhuma significação por profissionais sem um devido conhecimento sobre os embasamentos essenciais, não tendo formação necessária sobre o assunto.

Cabe ao professor de Educação Física, na fala de Gallardo (2009), facilitar a conscientização dos elementos socioafetivos que podem conter tensões, conflitos, partidas e agressividade, permitindo uma melhor normalização individual e coletiva em relação às dificuldades e problemas inter-relacionais. Só assim os objetivos de socialização e inclusão serão verdadeiramente alcançados.

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública Municipal, localizada na cidade de Manaus-Amazonas/Brasil, onde a mesma atende alunos de diversos bairros adjacentes e é uma instituição de ensino com capacidade para atender 1264 alunos, distribuídos nos turnos matutino e vespertino, procurando contribuir para a ampliação da compreensão da realidade, na medida em que os conhecimentos adquiridos instrumentalizem culturalmente os alunos a se perceberem como sujeitos ativos na construção de uma sociedade igualitária e justa. O pesquisador selecionou para sua coleta de dados 30 alunos e 06 professores de Educação Física, que pertencem a instituição e que participaram com suas análises

referente ao tema. Ressalta-se que a população é um conjunto completo de elementos que têm um parâmetro comum entre si. Um número total de pessoas que vivem em uma área geográfica de um país ou estado.

A coleta de dados da pesquisa se realizou a partir de uma apuração de informações para comprovar uma problemática levantada.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A literatura destaca que a prática regular de exercícios físicos traz resultados positivos não só sobre o sono e seus possíveis distúrbios, mas também sobre aspectos psicológicos e transtornos do humor, como ansiedade e depressão, bem como sobre aspectos cognitivos, como memória e aprendizado, hábitos saudáveis como não fumar, não ingerir bebidas alcoólicas, ter uma alimentação balanceada, descansar entre 7 e 8 horas por dia, controlar o estresse, ter uma vida social ativa, entre outros hábitos, ajudam a promover e manter a qualidade de vida. Quando se perguntou dos educadores sobre os benefícios da atividade física eles responderam que:

Figura 1 - Parecer docente da atividade física.



Fonte: O pesquisador (2022)

Conforme explicito pelos educadores são inúmeros os benefícios da atividade física, fortalece os músculos, reduz os níveis de colesterol ruim (LDL) aumenta os níveis de colesterol bom (HDL) e melhora a circulação sanguínea.

Por outro lado, exercícios realizados de forma inadequada podem causar problemas de saúde e reduzir a qualidade de vida do praticante. O educador precisa encontrar a atividade certa e, com a ajuda de um profissional, realizá-la da forma que melhor atenda às necessidades do aluno.

Em tempos de pandemia, quando o distanciamento social foi para evitar o contágio do Sars-CoV-2, constatou-se maior tendência para o sedentarismo. No entanto, o estilo de vida afetou a forma como o corpo reagia ao contágio. Manter o corpo saudável foi fundamental, para amenizar o contágio e até melhorar o humor em tempos tão difíceis.

Um estilo de vida sedentário é prejudicial ao nosso sistema imunológico, o que é

essencial para reduzir o risco de infecção viral. Além disso, o fato de estar “parados” e de se alimentar frequentemente de forma inadequada favorece o ganho de peso, o aumento da pressão arterial, da glicose (açúcar) e dos lipídios (gorduras) no sangue o que aumenta o risco de doenças cardiovasculares e distúrbios metabólicos, como hipertensão e diabetes, que têm sido associadas a um pior prognose em pacientes idosos acometidos pela covid-19. Quando se perguntou dos professores quais as dificuldades alegadas pelos alunos para não realizar atividades físicas em meio a pandemia, eles responderam que:

Figura 2 - Amostragem das deficiências práticas em meio a pandemia.



Fonte: O pesquisador (2022)

Como apresentado na figura 02, os fatores foram diversos para não se praticar atividades físicas por parte dos alunos, pois em estado normal já é complicado em algumas situações, visto que o aluno não quer participar de algumas atividades físicas, na pandemia não foi diferente. Segundo os professores, alguns não se exercitavam por receio de estarem contaminados, outros alegaram saúde mental, o que caracteriza reflexos da pandemia, alguns falaram que não disponibilizavam de espaço adequado, o que era compreensível, outros falaram que para o aluno treinar sozinho é muito desgastante.

A crise do coronavírus trouxe consigo inúmeros debates e incertezas. Ao mesmo tempo, mostrou o verdadeiro valor de certas áreas em todas as nossas vidas. A ciência provou que o exercício regular e moderado fortalece o sistema imunológico, pois ajuda a prevenir o desenvolvimento de comorbidades que agravavam os efeitos da Covid. Devido às limitações, muitos alunos tiveram que parar de praticar as atividades físicas. Além disso, sua saúde mental também foi afetada, já que poucas coisas na vida são mais benéficas para a mente do que praticar um esporte.

Este trabalho também tem como objetivo servir como contribuição no direcionamento pós pandemia no sentido de sugerir com a ajuda dos professores de Educação Física entrevistados algumas atividades físicas indicadas neste auxílio. Quando se perguntou dos professores que atividades físicas seriam recomendáveis para os alunos afim de auxiliar as aulas de Educação Física no desenvolvimento motor, eles responderam:

Figura 3 - Proposta de atividades físicas.



Fonte: O Pesquisador (2022)

A atividade física é importante para o pleno desenvolvimento de uma pessoa e é praticada em todas as fases da vida em diferentes momentos mesmo em época pandêmica, por exemplo, ao se deslocar de um lugar para outro, enquanto trabalha ou estuda, durante os afazeres domésticos ou no tempo livre. Andar é um exemplo de exercício também. Eles diferem por serem atividades planejadas, estruturadas e repetidas com o objetivo de melhorar ou manter a capacitância física e o peso adequado.

Além das prescritas na figura 03 pelos professores, outras atividades como brincadeiras que estimulam a coordenação motora por exemplo, são recomendáveis. É importante ressaltar que tivemos pelo menos, um período de um ano e meio apenas com aulas totalmente remotas devido à pandemia, que comprometeu seriamente o desenvolvimento motor de muitas crianças e que agora é preciso buscar alternativas para compensar esse atraso.

É importante elucidar que a prática de «atividade física» inclui qualquer atividade motora que leve a um gasto energético acima dos níveis de repouso, enquanto a prática sistematizada, devidamente elaborada e prescrita levando em consideração variáveis de treinamento voltadas para objetivos específicos é chamada de «exercício físico». Desta forma ressalta-se que ambos os comportamentos eram de fundamental importância para este período de isolamento social, mas que no caso das crianças o direcionamento para se obter um desenvolvimento motor foi o mínimo possível.

Acompanhamento profissional: Um profissional de Nutrição e Educação Física pode ajudar a criar uma série de exercícios e uma rotina completa para promover bons resultados.

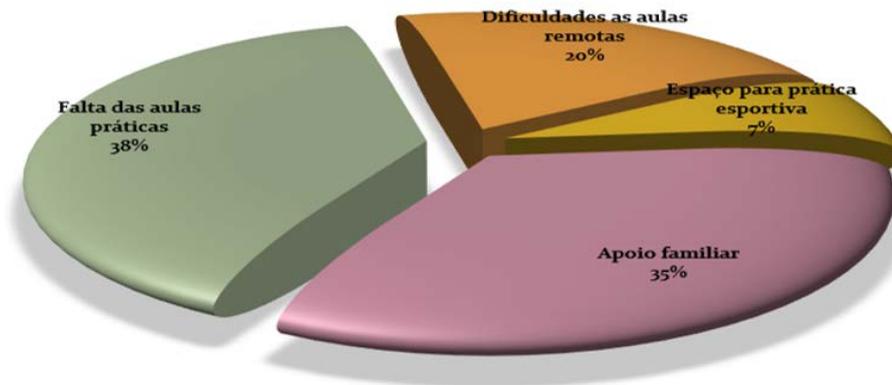
Estabelecer metas: criar metas fornece a base para se motivar. Metas realistas que combinam com o tipo físico e realidade.

Torna-se relevante investir na vestimenta, roupas, acessórios e calçados adequados que promovem conforto durante o treino, aumentando assim o bem-estar e prevenir lesões que acabavam por levar à desmotivação.

Os estudantes devem ser fisicamente ativos e envolvidos em jogos e brincadeiras em diferentes momentos do dia e todos os dias da semana. Eles podem ser fisicamente

ativos dentro de casa com suas famílias, especialmente quando as atividades ao ar livre não são possíveis. Caminhar ou andar de bicicleta de casa para a escola, com os pais e responsáveis ou um cuidador, pode ser uma ótima maneira de incluir o movimento na vida de um estudante. O apoio dos pais e responsáveis é fundamental. Quando se perguntou dos alunos quais foram suas maiores dificuldades em meio a pandemia eles alegaram que:

Gráfico 1 - Parecer dos estudantes.



Fonte: O pesquisador (2022)

Como constatado de forma graficada 7% dos estudantes foco desta pesquisa alegam que não possuem espaço para a prática de atividades físicas, tinham que ficar em casa ou apartamentos; 20% dos alunos fomentaram que as aulas remotas de Educação Física foram só teóricas, o que prejudicou muito; 35% do entrevistados alegaram a falta de apoio familiar e 38% mencionaram que a prática de atividades físicas realmente fez muita falta.

Ficou comprovado que as práticas de atividade física trazem muitos benefícios, entre os quais: promove o seu desenvolvimento humano e o seu bem-estar, ajudando-o a desfrutar de uma vida plena e melhor; melhora as aptidões de socialização; melhora a saúde do seu coração e condição física; desenvolve aptidões motoras, como correr, pular e arremessar; melhora o humorismo e reduz sentimentos de estresse e sintomas de ansiedade e depressão; auxilia no melhor desempenho acadêmico; auxilia a manter um bom controle de peso e reduz o risco de obesidade; auxilia na adaptação de um estilo de vida saudável, como melhora nos hábitos alimentares e redução do tempo consumido em comportamentos sedentários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se a importância da Educação Física em salas de aula remotas quando estava em distanciamento social diante da pandemia do covid-19. Cabe ressaltar que a Educação Física segue diferentes dinâmicas escolares. No entanto, muitas questões emergem: limitações na relação entre famílias, alunos e educadores; percebendo o saber teórico com a perda do saber do corpo e saber das relações sobre tudo.

A Educação Física é um ramo de extrema importância para o currículo escolar, não só por possuir a capacitância de desenvolver e aprimorar habilidades motoras, mas por contribuir de forma relevante para o ensino -processo de aprendizagem, tornando o

ensino mais dinâmico. Devido a sua importância no contexto escolar, o papel do professor de Educação Física é estimular os alunos a sempre participar das atividades planejadas naquele momento, sempre enfatizando que esta prática irá auxiliá-los, melhorando sua qualidade de vida, sua saúde e socialização, tornando-os conscientes de suas aptidões e capacidades de aperceber-se e interagir com o meio em que estão inseridos.

Em relação aos alunos, observou-se que a parte prática das aulas no período remoto foi bastante comprometida, pois por mais que se tenha trabalhado alternativas para que se fosse executada, ocorreram vários fatores que impediram a sua realização plena. O importante agora é termos esse elo entre escola e família mais fortalecido para que o tempo perdido no desenvolvimento motor de muitas crianças seja recuperado da melhor forma possível.

Em relação à Educação Física como ferramenta de socialização, estabelece que as aulas devem ser pautadas por uma atenção respeitosa, afetuosa e harmoniosa por parte do professor para com os alunos e com seus colegas, procurando alcançar a autonomia moral dos alunos de modo que no espaço da sala de aula e no espaço das aulas de Educação Física, diferentes espaços são gerados e aplicados com os alunos solicitando-lhes uma participação ativa, valorizando o conhecimento, suas percepções, exaltando sua interação, permitindo assim a convivência com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito.

REFERÊNCIAS

ALVES; LIMA. **O lúdico e a educação escolarizada da criança**: uma história de (des) encontros. 2008. 214 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008.

ALVES, R.C.S. **O corpo do professor**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013.

BENVÉGNÚ JUNIOR, A. E. **Educação Física Escolar no Brasil e Seus Resquícios Históricos**. In: OCTOPUSPINUS. Lavras: UFL, 2011.

CAETANO, M.J.D. **Desenvolvimento Motor de Pré-Escolares no Intervalo de 13 Meses**. Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano, São Paulo, n. 2, p.5-13, jul. 2005.

COSTA, M. B. **Perspectivas Curriculares para a Educação Infantil: um diálogo sobre a Educação Física**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16.; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 3., 2009, Salvador. Anais[...] Salvador: RBC, 2009.

CEZÁRIO, A.E.S. **Influência da atividade física no desenvolvimento motor e rendimento escolar em crianças do Fundamental**. Caucaia-CE, 2008.

FINCK, S.C.M. Educação Física: **Possibilidades de Intervenção no contexto escolar e de formação**. UNILEON, Leon, Espanha, 2006.

GALLARDO, J. **Prática de Ensino em Educação Física**: A criança em movimento. São Paulo: FTD, 2009.

GALLARDO, J.S.P. **Educação Física escolar**: do berço ao ensino médio. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

LORENZINI A. R. (2013). Conteúdo e método da educação física escolar: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Metodologia Crítico-Superadora no trato com a ginástica. Salvador. Tese [Doutorado em Educação] --- Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, B. N. de; FRAGA, A. B. **Uso das tecnologias digitais para a prática de exercícios físicos: uma revisão integrativa**. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, São Luís, 2020.

PIMENTEL, G.G.A; MIYABAYASHI, L.A. **Interações sociais e proficiência motora em escolares do Ensino Fundamental**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v. 25, n. 4, p.649-62, out./dez. 2011.

PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2008.

RODRIGUES, V. M. **A educação física nos anos finais do ensino fundamental**: pressupostos teóricos metodológicos na perspectiva da cultura corporal.2014.

WOOLSTON, C. **Depression and Exercise**. Disponível em: <<http://consumer.healthday.com/encyclopedia/depression-12/depression-news-176/depression-and-exercise-648415.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

Leitura e escrita: desafios e perspectivas na prática interpretativa

Reading and writing: challenges and perspectives in interpretative practice

Elivangela Moura da Silva

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação desenvolvida para validação de títulos, que traz por temática: Leitura e escrita: desafios e perspectivas na prática interpretativa. A leitura é uma das atividades mais importantes da formação do aluno, por isso a formação de leitores críticos deve ser priorizada nas escolas. Através da prática de leitura os alunos aprenderão enfrentar a escrita de diferentes maneiras resultando em experiências para usá-la de forma eficaz e abrangente. Tendo como objetivo geral: Identificar a relevância da Leitura e escrita na perspectiva da prática interpretativa do processo de compreensão da aprendizagem para o desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento no ensino fundamental II. A pesquisa partiu de uma metodologia descritiva interpretativa com o enfoque qualitativo-quantitativo, através da aplicabilidade de questionários aos professores, da escola pesquisada. Os principais resultados apresentam que a prática da leitura e escrita são fundamentais para se obter outros conhecimentos, sendo estas cruciais para a vida do aluno.

Palavras-chave: leitura e escrita; interpretação; ensino aprendizagem.

ABSTRACT

This study is a summary description of a dissertation developed to validate titles, which has the following theme: Reading and writing: challenges and perspective in interpretive practice. Reading is one of the most important activities in student training, which is why the training of critical readers should be prioritized in schools. Through reading practice, students will learn to approach writing in different ways, resulting in experiences to use



it effectively and comprehensively. Having the general objective: Identify the relevance of Reading and writing from the perspective of the interpretative practice of the process of understanding learning for the development and improvement of knowledge in elementary school II. The research started from an interpretative descriptive methodology with a qualitative-quantitative approach, through the applicability of questionnaires applied to teachers at the researched school. The main results show that the practice of reading and writing are fundamental to obtaining other knowledge, which are crucial for the student's life.

Keywords: Reading and writing; interpretation; teaching learning.

INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita são práticas que complementam a formação de leitores engajados, competentes e são as melhores ferramentas para a estruturação do conhecimento. Por isso, é importante que essas práticas sejam bem consolidadas dentro da sala de aula. Os alunos da escola foco desta pesquisa apresentavam dificuldades no processo da leitura e interpretação, o que torna indispensável para a sua formação integral, pois ler significa adentrar na complexidade do conhecimento e alcançar objetivos. Qual a relevância da Leitura para superar os desafios e promover perspectivas quanto à prática interpretativa do processo de compreensão da aprendizagem no Ensino Fundamental II? O estudante precisa torna-se em um indivíduo com mais habilidades. No entanto, as famílias e as escolas devem estar em constante sintonia, tendo como objetivo final o pleno desenvolvimento do discente.

Objetivo Geral: Identificar a relevância da Leitura e escrita na perspectiva da prática interpretativa do processo de compreensão da aprendizagem para o desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento no ensino fundamental.

Justificativa: A leitura e a escrita são importantes para o desenvolvimento do ser humano, pois, despertar essa prática vasta para a aprendizagem, permitirá ao aluno um melhor domínio de si dentro do contexto educacional possibilitando um espaço concreto e produtivo diante das transformações e integração social, elevando-o, ao sucesso. É através dela que a criança descobre o mundo interpretando e compreendendo suas relações de competência.

A leitura e a escrita precisam ter significado, do contrário, não há aprendizagem. Não ter o hábito é considerar a leitura desnecessária. Ela permite a ampliação precisa da escrita, da produção, interpretação e compreensão correta de pensamentos e abordagens argumentativas construtivas, críticas e sociais.

Discutir e analisar essa abordagem consente aos formadores de opiniões uma descoberta e integração mais efetiva dentro do contexto de plenitude do saber para transformação humana. Ler é uma tarefa que precisa ser prazerosa e vivenciada, efetiva e dinâmica.

A leitura é uma forma de expandir a consciência do mundo ao seu redor. Quanto mais o indivíduo lê, mais integrado ele se torna com seu ambiente, e esse hábito deve ser

contínuo e prazeroso. Não existe aprendizagem se o aluno não for alfabetizado, assim como, se não houver domínio preciso e eficiente da leitura.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA LEITURA E ESCRITA

A leitura deve ser vista como um fio condutor que norteia as diversas áreas que são trabalhadas em uma universidade, pois contribui para o desenvolvimento intelectual, ético e social dos universitários e permite obter informações e ampliar o conhecimento energizando e desenvolvendo aptidões mentais superiores e eficientes.

Mesmo que a criança não domine a leitura e a escrita é preciso que o professor leia e, portanto, viabilize mecanismos estratégicos que desperte tal interesse no estudante, de modo a ampliar o horizonte em sala de aula para desenvolvimento da construção do conhecimento. Existem muitas técnicas para se trabalhar a leitura e escrita. No entanto, muitos educadores ainda acreditam que a alfabetização só pode ser alcançada pela transcrição de famílias silábicas.

No processo de alfabetização o docente deve apresentar uma prática pedagógica que se adeque ao processo de ensino-aprendizagem nos educandos, para que seja dinamizado e facilitado o aprendizado.

Para Ferreiro e Teberosky (1985), reconhecer que o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento infantil por meio de formas como a assimilação do aluno, a interação com o meio ambiente e as informações adquiridas é essencial para o processo de alfabetização. Isso nos levará a admitir que por meio da socialização as crianças enfrentam diferentes pontos de vista e constroem seus conhecimentos, cabendo à escola possibilitar à criança encontrar situações que favoreçam a aquisição da leitura e da escrita.

Saber ler e escrever significa conhecer qualquer gênero, ler um livro, uma revista, escrever uma carta, adquirir a linguagem, utilizá-la socialmente. De acordo com a literatura, as dificuldades de aprendizagem podem surgir tanto no início como durante os anos letivos com o surgimento de diferentes situações, para que o aluno possa expressar as suas dificuldades, é necessário que o educador esteja atento a tais situações.

Segundo Fonseca (1995), crianças com dificuldades de aprendizagem que apresentam problemas emocionais apresentam simultaneamente sinais de regressão, oposição, narcisismo e negatividade, o que leva à baixa autoestima. Além disso, há também características como impulsividade, descontrole, avaliação crítica, julgamento, percepção social.

Compreender o processo da leitura e escrita é uma tarefa intrincada que envolve muitos processos cognitivos. Um conjunto de atividades, recursos e estratégias mentais típicas do ato de ler. A compreensão é, portanto, uma tentativa de construir o sentido de um texto em busca de coerência.

O educador pode ensinar a compreensão ou o processo de conhecer. O papel do educador é criar oportunidades que facilitem o desenvolvimento desse processo. Muitas das dificuldades que os alunos têm em entender o significado de um texto são tão fortes

que os impedem de compreendê-lo.

O texto literário possui qualidades essenciais de interação com o leitor, inclusive a possibilidade de identificação, pois ideias e opiniões são mais facilmente expressas nesse tipo de texto, facilitando uma conexão além dos limites do texto. Ele tem a capacitância de se mover. Baseia-se em histórias e fatos que muitas vezes levam o leitor a lembrar a situação que leu e às vezes recontam suas próprias histórias de vida em obras literárias. Além disso, a literatura também pode levar os leitores ao passado.

O estudante pode viajar no tempo e no espaço através da representação e reconstrução de cenários e tradições. A leitura literária em sala de aula é importante na construção cognitiva do aluno porque permite que ele constrói significados e, assim, o motivar a encontrar o sentido do texto por meio de um método complexo onde se é apreendido significados, convenções sociais, leituras, individuais e pessoais. Ao atribuir um valor acrescentado à informação transforma-a em conhecimento e, conseqüentemente, em cultura.

A leitura de um texto literário como leitura interpretativa levanta algumas questões. Os professores devem instruir os alunos sobre os métodos de análise literária que são adaptados à sua idade e desenvolvimento cognitivo. Na forma tradicional escolar de “explicar o texto, o papel do professor se expressa como portador de uma interpretação, e por vezes a outra interpretação não é aceita”.

Em cada uma destas áreas de trabalho os professores devem criar uma progressão dinâmica que demonstra interesse constante e que chame a atenção para a complexidade temática e os elementos técnicos do texto (oral e escrita). Os alunos devem ter contacto com textos que proporcionem experiências de leitura diversificadas e cada vez mais difíceis (textos literários e não literários), sobretudo no contacto com materiais exigentes em termos de compreensão e interpretação.

A leitura ocupa um lugar privilegiado não só no ensino da língua portuguesa, mas também em todas as disciplinas acadêmicas voltadas para a transmissão de cultura e valores. Mais especificamente, a leitura como modo particular de interação entre indivíduos e gerações, está no centro dos espaços discursivos, independentemente da disciplina ou área de conteúdo.

A leitura é um processo de criação e descoberta dirigido ou guiado pelo olhar perceptivo do escritor que revela, iluminada e conduz o leitor a domínios mais amplos e profundos de percepção. Uma boa leitura é aquela que, ao ser realizada, gera conhecimento, propõe atitudes e analisa valores, aguçando e apurando as formas do leitor de aperceber-se e sentir a vida. Isso é chamado de leitura significativa ou leitura com significado, é aquela em que os leitores dão sentido ao que leem, “usando seu conhecimento prévio sobre o tema e a linguagem do texto”.

Um dos maiores desafios em nosso mundo moderno, onde o progresso tecnológico é avassalador, é permitir que o ser humano use sua criatividade para inovar e provocar mudanças nos cenários em que se insere. Logo, representa uma atitude sensível, entusiástica, responsável e independente. Para resolver esse problema, a universidade procurou encontrar uma forma de transmutar e renovar seus projetos pedagógicos, que

visam criar um ambiente de ensino-aprendizagem adequado para a construção desse novo sujeito.

O processo de leitura e escrita são duas atividades inter-relacionadas, complexas, sociais, culturais e educacionais. É um processo que deve ser desenvolvido de forma gradativa e competente pelo professor para ensinar os alunos a usar o dialeto corretamente.

A aprendizagem é um processo muito amplo que exige que as pessoas tenham uma série de pré-requisitos para assimilar o que foi ensinado. Quando o educador está pronto para a aula, isso significa a capacidade e habilidade para realizar determinadas tarefas. Segundo Zenti (2000, p. 36):

Além disso, os currículos não respeitam diferenças ou o ritmo de aprendizado individual destas. Em função disto, a criança muitas vezes torna-se desatenta, inquieta e acaba perdendo o interesse pelo que está sendo ensinado. Uma vez corrigida a situação pedagógica, o desempenho escolar vai sendo modificado. Nestes casos não há problema com a criança, mas sim a necessidade de uma adaptação a suas características individuais.

Em crianças que apresentam dificuldades em relação à aprendizagem, as distorções, substituições ou omissões, caracterizam-se por lentidão e erros na compreensão, evidenciando que o problema interfere significativamente no rendimento escolar ou nas atividades da vida diária (Bamberger, 2015).

A aprendizagem escolar exige da criança atenção e aspectos fundamentais do conhecimento, que para ela não tem importância, até o momento em que começa a frequentar a escola. Esta pode ser uma tarefa complexa e difícil para todas as crianças, no entanto, para algumas, as dificuldades são bem maiores do que para outras (Souza, 2014).

A leitura tem que ser objetiva, consciente e racional, então não precisa ser totalmente racional, tem que ser significativa, não só emocional. Embora a leitura seja quase sempre, primeiro, sensorial e depois emocional, ela está relacionada a uma questão de amadurecimento humano (Martins, 2003).

O processo de leitura envolve o envolvimento de habilidades cognitivas gerais, como atenção, ativação de conhecimento prévio, memória de trabalho ativada, diferenciação e habilidades de linguagem, como acesso ao significado básico, processamento de metáforas e outras formas, construção de sentido e recuperação de alusões (Morais, 2013, p. 20).

As estratégias de leitura são aptidões postas para auxiliar a compreensão os procedimentos ou atividades que facilitam o processo de aquisição da informação variam de acordo com o texto a ser lido (Alves, 2008). Entende que as estratégias de leitura são operações regulares que os leitores realizam para se aproximar de um texto.

Do comportamento verbal e não verbal do leitor, ou seja, do tipo de resposta às questões relacionadas com o texto dos resumos e paráfrases que cria, bem como da forma como manipula o assunto se sublinha, se apenas virara pelas páginas sem parar em lugar nenhum, se rolar rapidamente, e esperar que a próxima tarefa comece, lê novamente (Kleiman, 2002, p. 49).

Ensinar a ler pode se tornar difícil e inacessível para crianças quando os professores não prestam atenção, por exemplo, ao exibir informações visuais, para alunos com texto

cuja leitura não é baseada apenas em informações de dialeto, mas pode ser complementado com significado o que é muito importante para esta faixa etária.

A leitura de textos desencadeia no leitor um movimento reflexivo sobre o mundo e o mundo do texto. A prática de leitura acabará por envolver o aluno. A leitura é uma ação e acontecimento precioso para que o aluno se supere e avance como ser que pensa e que descobre os pensamentos dos outros, por meio da palavra e de seu significado.

Assim, é possível afirmar que um leitor habilidoso utiliza determinadas estratégias de forma automática. Porém, automatiza esse processo de leitura quando surge um novo aspecto, capaz de dificultar sua compreensão e, nesse caso, o leitor trespassa a agir conscientemente, desacelerando seu processo de forma metacognitiva (Mangili, 2011). Isso significa que “[...] quanto mais competente for o leitor, mais fácil será para ele desenvolver estratégias de leitura e utilizar estratégias metacognitivas diante de um fator que obstrua sua compreensão” (Mangili, 2011, p. 23). A metacognição, portanto, refere-se ao controle que o leitor tem de seu próprio processo de leitura.

Ressalta-se que, quando o objetivo de leitura é explicitado pelo professor ao aluno, este irá controlar sua própria compreensão, ou seja, estará praticando estratégias de natureza meta cognitiva, que possibilitam ao leitor tomar consciência do processo de compreensão e perceber o que é necessário para otimizar esse processo (Solé, 1998). É fundamental para o aluno saber o que o professor espera com relação às atividades propostas, conferindo sentido e significado à atividade de leitura.

Os objetivos dos leitores com relação a um texto podem ser muito variados, sendo impossível enumerar todos. Solé (1998) elenca alguns que considera importantes para a vida adulta e, portanto, é essencial que sejam trabalhados na escola: ler para obter uma informação precisa, ler para seguir instruções, ler para obter uma informação de caráter geral, ler para aprender, ler para revisar um escrito próprio, ler por prazer, ler para praticar a leitura em voz alta, ler para verificar o que se compreendeu.

A aquisição da leitura e da escrita começa muito mais cedo do que geralmente se imagina quando a criança começa, sem ir à escola a ter contato com materiais escritos, em casa, na rua ou em outros locais. A criança pensa nas escrituras, formula hipóteses sobre elas para entender o que significam. Segundo Ferreiro (1999), essas hipóteses ocorrem em todas as crianças e se desenvolvem desde a fase pré-silábica, na qual elas não querem representar os aspectos fonéticos da língua por meio de descrições, até chegar ao esquema alfabético, que é um daqueles em que a criança redige os timbres falados misturados com letras.

Isso significa que a criança está constantemente acariciando o papel de maneira significante, ou seja, fazendo perguntas. Participar de atividades de escrita importantes para o desenvolvimento progressivo da aprendizagem. Assim, as tentativas dessas crianças não devem ser ridicularizadas; pelo contrário, devem ser encorajadas e intensificadas de acordo com a psicogênese da linguagem.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, para o ensino fundamental (2001, p. 30):

A educação deve ser um processo de construção do conhecimento em que alunos e professores, por um lado, e problemas sociais atuais e conhecimentos já formados, por outro, se complementem. Qualquer educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania deve proporcionar condições para desenvolver a capacidade de usar a linguagem de forma eficaz para atender às necessidades pessoais – que podem estar relacionadas a ações cotidianas efetivas, à transmissão e busca de informações e ao exercício da reflexão.

Portanto, a leitura não é um ato único, mas, sobretudo um olhar preliminar sobre o mundo e sua compreensão está diretamente ligada às histórias de vida e a determinados fatores como regionalismo, cultura, profissionalismo, etc., em que o leitor é introduzido e toda a bagagem de experiências pessoais que traz consigo. A leitura remove as tão faladas barreiras educacionais, oferece oportunidades educacionais mais justas, principalmente por promover o desenvolvimento da linguagem e o movimento intelectual e aumenta a probabilidade de normalização da situação individual dos indivíduos (Bamberger, 2015, p. 11).

O ato de ler abre a mente, garantindo que o leitor receba as respostas para o mundo e tudo que acontece ao seu redor. A prática da leitura motiva uma nova opinião sobre o tema ou assunto que está lendo, seja ele qual for, desde política até questões culinárias. Consequentemente, se a criança for incentivada a ler desde cedo, ela se tornará um adulto inquisitivo e altamente crítico com segurança, de modo que o indivíduo que não lê nunca terá formação ou experiência literária para formar uma opinião sobre qualquer assunto.

Grossi (2008, p. 3), fala a esse respeito, quando diz que:

As pessoas que não são leitores têm a vida limitada à comunicação oral, sendo difícil para elas expandir seus horizontes, lidar com ideias próximas às suas, em conversas com amigos. [...] nos livros temos a oportunidade de entrar em contato com o desconhecido, conhecer outros tempos e outros lugares - e com isso abrir a mente. Consequentemente, fomentar o público leitor é fundamental não apenas no mundo globalizado em que habitamos. O que significa trabalhar pela sustentabilidade do mundo garantir a coexistência pacífica de todos e respeito à diversidade.

Uma boa leitura pode oferecer a descoberta de um novo mundo cheio de magia. Portanto, o aspecto da leitura para as crianças deve ser feito de forma diferenciada e divertida, para que elas tenham um olhar atraente e respeitoso durante o ato de ler, de forma que se torne um deleite ou um hábito que elas irão agregar em sua vida sem ser percebida como obrigatória, cansativa e chata.

Só assim a leitura pode desenvolver as aptidões intelectuais e críticas das pessoas, tornando-se parte de sua vida cotidiana e aumentando sua criatividade em relação ao seu próprio ambiente e ao ambiente externo. Afinal, somente incentivando a leitura podemos alcançar resultados efetivos na educação. Como Linard (2008) observa quando diz:

[...] É importante separar a política de promoção da leitura da organização de feiras ou da construção de bibliotecas e salas de leitura. O mais urgente é o investimento nas humanidades na formação de mediadores e bibliotecários que acreditem na alegria da leitura em todo o país os mediadores são o meio mais eficaz de tornar a leitura uma prática social mais difundida e difundida (Linard, 2008, p. 9).

Como disse Freire (1994), “a leitura do mundo sempre precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuação da leitura daquela”. Assim, o desenvolvimento contínuo por meio da leitura e quando bem trabalhado, permite que o aluno seja despojado de todos os benefícios que a leitura de qualidade proporciona.

Para o bom desempenho do aluno é necessário que a família faça a sua parte, busque acompanhar a vida escolar de seus filhos no desenvolvimento de sua aprendizagem e neste processo de desenvolvimento da leitura, pois o que infelizmente muitas vezes é observado que esse papel está se tornando cada vez mais responsabilidade exclusiva da escola.

Desta forma os autores Medeiros e Galiano (2005) afirmam:

Escola e sociedade estão indissoluvelmente ligadas à formação de sujeitos que possam se engajar na ação cívica em prol da justiça social”. Portanto, é importante reconsiderar as demandas educacionais até agora atribuídas apenas à escola (Medeiros e Galiano, 2005, p. 20).

É muito importante que o professor seja um ser motivado e que transmita durante o processo de iniciação da leitura confiança ao aluno e segurança no que ele está ensinando, por isso cabe ao educador estimular seus alunos fazendo cada momento uma motivação que seja transmitida diariamente em sala de aula.

A fala e a leitura são processos adquiridos ao longo do tempo e em determinados momentos da vida, podem definir se o aprendizado é bem-sucedido ou não, de forma que ambos não sejam vistos como um comportamento natural.

O primeiro fator que torna a leitura tão importante é a melhora que ela desperta em nosso senso crítico, pois passamos a analisar fatos mais críticos e inteligentes ao nosso redor, passando, capacitando e formando opiniões (Freire, 2003). Além disso, a leitura nos traz uma expansão muito grande do novo vocabulário, tanto para a escrita quanto para a expressão oral, o que nos permite ter um melhor desempenho em exposições públicas ou mesmo em conversas presenciais.

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola estadual, está no município de Ipixuna-Am. Mantida pelo Governo do Estado do Amazonas e administrada pela Secretaria de Estado de Educação e qualidade do Ensino-SEDUC.

A Escola procura assegurar um ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar. Compreende a cidadania como paradigma para o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no cotidiano, atitudes de participação, solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e discriminações respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

A escola procura desenvolver seu trabalho pedagógico sobre os pilares da solidariedade, do respeito e da competência. Primando pela boa formação de seus profissionais e estudantes.

A pesquisa tem característica descritiva interpretativa, que busca realizar as análises de causa-efeito tendo como processo sequencial as amostragens *dedutivas* para dados comprobatórios da exploração dos fenômenos em profundidade, basicamente conduzido em um ambiente escolar, os significados serão extraídos dos dados coletados, sendo seu benefício preciso. Creswell (2009 e 2005). Aderiu-se um enfoque qualitativo. Utilizando

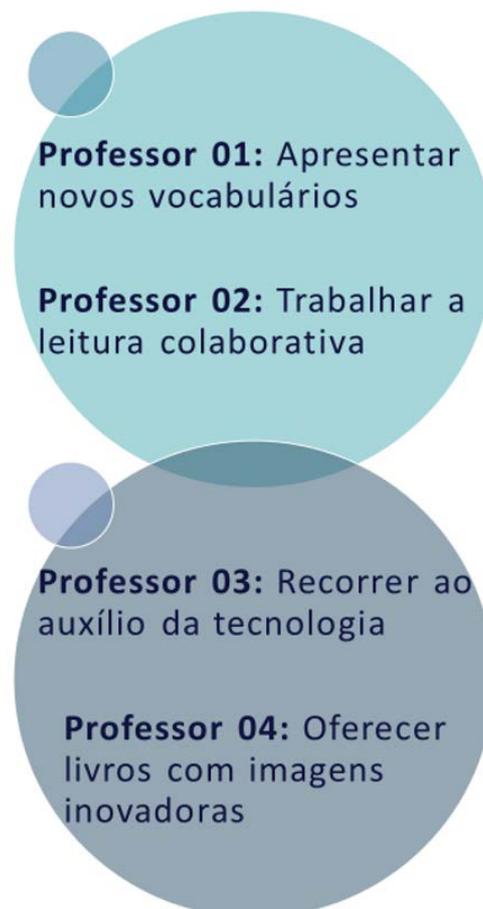
como etapa técnica em estudos documentais e levantamentos realizados por meio de análise. Dessa forma, a categorização das fontes permite juízos qualitativos (Fonseca, 1986). A pesquisadora selecionou para sua coleta de dados, 10 professores, todos do turno matutino, no qual se aplicou um questionário com perguntas abertas e fechadas para coletar os dados explicito neste artigo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Devem-se incentivar os alunos a lerem em voz alta e a leitura em silêncio, afinal representam duas maneiras de ler que preservam momentos historicamente localizados na complexidade da leitura, apresentam implicações mais intrincadas decorrentes da forma como é realizada e a partir de uma abordagem histórico-social.

Motivação é o processo pelo qual uma atividade intencional é iniciada e mantida, é um processo, não é um produto. No processo não se observa diretamente. Em vez disso, faz inferências dos comportamentos apresentados. Quando se perguntou aos professores quais os fatores principais que podem motivar os alunos no aspecto linguístico, os professores relataram que:

Figura 2 - propostas docentes linguísticas.



Fonte: A pesquisadora (2022)

Como relatado pelos professores aprender novos léxicos podem ser difícil se não tiver muitas oportunidades de usá-los. O léxico pode ser ensinado usando as palavras

destacadas no texto lido ao longo da semana. No entanto, os alunos podem repetir essas palavras lentamente mais tarde. O uso da tecnologia se faz relevante como mencionado pelo professor 03, é preciso recorrer sempre à tecnologia, trabalhar a leitura colaborativa oferecendo livros atrativos. Há muitas maneiras de se abordar o vocabulário, como um dia por semana se pode trabalhar apenas as palavras atrativas e inovadoras, a fim de aguçar o intelecto.

A leitura e a escrita são as formas de linguagem que a escola mais valoriza. Ambos estão relacionados ao sistema de símbolos duplos, pois permitem transcrever o equivalente visual para o equivalente auditivo. Entender envolve síntese. Tornou-se um sistema de emblema secundário seguindo o primeiro sistema de emblema. A relação entre a palavra escrita e o sistema de significado simbólico é um processo cognitivo.

O ato de ler é um processo abrangente e complexo, o processo de compreender e dar sentido ao mundo. Inclui as características humanas mais importantes e únicas: habilidades simbólicas e a capacitância de interagir com os outros por meio de palavras. Sobre a palavra marca mutável e flexível marcado pela versatilidade que o contexto proporciona.

A leitura deve ser praticada com o objetivo de aprimoramento intelectual do leitor. Falar de leitura implica abordar tipologias de leitura, o aluno deve entender o significado cultural da língua para se interessar por ela, sem essa compreensão, a leitura torna-se um mero hobby. Quando se perguntou dos alunos sobre suas maiores dificuldades no ato de ler eles ficaram envergonhados ao se expressar, mas o que se percebeu, foi exatamente a formação inicial, os alunos vêm passando, muitas vezes a escola não pode reprovar para não perder recursos, transferindo o agravante e/ou a responsabilidade para o educador do ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere aos desafios e possibilidades da leitura e escrita na formação dos alunos foco desta pesquisa, constatou-se que o ato de ler deve ser visto como fonte de conhecimento e um ato prazeroso, e não entendido como um fardo, por isso, apurar as causas da alarmante falta de motivação para o ato de ler, como constatado nas coletas de dados a desmotivação e falta de concentração e outros aspectos cognitivos foram apresentados como fatores que dificulta o ensino aprendizagem.

Os aspectos de construção do conhecimento linguístico com os alunos averiguou-se que se precisa desenvolver metodologia ativa a fim de melhorar as práticas por meio da mudança através do ensino. O educador precisa desenvolver ciclos de planejamento, ação, observação e reflexão. Tratando-se, portanto, de um processo sistemático de aprendizagem orientado para a práxis, a fim de tornar o aluno um bom leitor.

As práticas escolares precisam da participação familiar, pois ambas exercem uma função essencial na oralidade e escrita do despertar da formação do leitor crítico.

A leitura é uma atividade essencial no mundo civilizado. Não basta apenas saber ler e decodificar, é preciso gostar de ler e compreender interpretativamente o que se leu.

Ficou comprovado que a leitura continua a ser a principal forma de construção das próprias opiniões. Também é preciso enfatizar a leitura como lazer, hábito que proporciona prazer ao aluno. O aumento do conhecimento está intimamente ligado à formação do pensamento crítico.

A importância da leitura é indiscutível quando se trata de educação, pois deve ser incentivada desde o momento em que há contato com o código linguístico. Apresentar o poder da leitura a alguém desde a infância fará com que esse indivíduo cresça sabendo da importância da leitura para o seu desenvolvimento. Isso afetará todos os aspectos de sua vida.

Um dos principais benefícios da leitura é o aprimoramento do léxico e a relação de conhecimento do indivíduo com o mundo que o transforma e se transforma constantemente. A cada leitura é possível aprender novas palavras, expressões, atitudes e comportamentos. O aluno se torna relevante, aprendendo novas palavras desenvolve seu conhecimento mental. Para os adultos há também a sua importância, pois as relações interpessoais sempre exigem amplo conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.H.M. **A evolução nas definições de família, suas novas configurações e o preconceito**. Natal, 2014. BERTONCELLO, L; ROSSETE, R.S. A importância do diálogo na relação professor-aluno e o paradigma da complexidade. CESUMAR.Paraná.v.13.n.2.p.177-190. julho, 2008.
- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 5. ed. [São Paulo] : Ática, [2015]. p. 7-106.
- CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009 FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Ronaldo. **Alfabetização: leituras do mundo, leituras da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FONSECA, E. N. Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 1986.
- FONSECA. **Avaliação neurológica da criança com problemas de aprendizagem**. In: FUNAYAMA, Carolina A. R. (Org.). Problemas de aprendizagem: enfoque multidisciplinar. Campinas, SP: Editora Alínea, 1995. Cap. 1, p. 13- 31.
- GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro. **Estudo das características de Software e implementação de um software livre para o sistema de gerenciamento de bibliotecas universitárias federais brasileiras**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. 253f.

KLEIMAN, A. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** (org.) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 2002.

LINARD, Gaston. **Os leitores e seus livros.** Ed. brasileira, rev. adap. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2008. p. 4 - 35.

MANGILI. **A influência da escola e da família no estímulo à leitura na educação infantil.** In: BORBA, R; BOTLER, A. (Org.). Caderno de Trabalhos de Conclusão do Curso de Pedagogia. Recife: UFPE, 2011, v.1, p. 1.

MARTINS. Teoria e prática da formação do leitor: **leitura e literatura na sala de aula.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAIS, E. H. (2013). **Envolvimento de pais na vida escolar do aluno – problemas de definição e medida.** Revista da SPTM, 1 (1), 15-18.

MEDEIROS FILHO, Barnabé; GALIANO, Mónica Beatriz. Bairro-escola: uma nova geografia do aprendizado: a tecnologia da Cidade Escola Aprendiz para integrar escola e comunidade. São Paulo: Tempo d'Imagem, 2005.

SOUZA, Renata Junqueira de. **Caminhos para a formação do leitor.** 1ed. São Paulo: DCL, 2014. p. 56.

TEBEROSK, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

ZENTI, L. **Aulas que seus alunos vão lembrar por muito tempo:** motivação é a chave para ensinar a importância do estudo na vida de cada um de nós. Nova Escola, São Paulo: Abril, v. 134, ago. 2000.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura.** Porto alegre: Artes médicas, 1998.

A relação família escola: desafios no ensino- aprendizagem

The school-family relationship: challenges in teaching-learning

André Santos de Souza

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

O presente estudo é uma descrição resumida de uma dissertação de mestrado desenvolvida para validação de títulos, que traz como temática: A relação familiar escola: Desafios no ensino-aprendizagem, ressalta-se que ao intervir, as famílias nas escolas podem ajudar a melhorar o comportamento dos alunos e proporcionar condições positivas para o desenvolvimento pessoal escolar e construtivo. A presente pesquisa se desenvolveu através de uma metodologia, exploratória descritiva onde Malhotra (2001), cita que a pesquisa exploratória “é um tipo de pesquisa que tem como objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão”. Possuindo um enfoque qualitativo e quantitativo. Os dados foram coletados através da aplicabilidade de um questionário com perguntas abertas e fechadas, aos pesquisados. Os principais resultados apresentam que a família é o centro que permeia a vida da criança, os pais tem a obrigação de incentivar seus filhos desenvolverem uma boa educação, preparando-os com caráter para adquirir um comportamento mais proveitoso vinculado a aprendizado escolar.

Palavras-chave: família; leitura e escrita; ensino aprendizagem.

ABSTRACT

This study is a summary description of a master's thesis developed to validate titles, which has as its theme: The family-school relationship: Challenges in teaching-learning, it is highlighted that by intervening, families in schools can help to improve student behavior and provide positive conditions for academic and constructive personal development. This research was developed through an exploratory, descriptive methodology where Malhotra (2001) mentions that exploratory research “is a type of research



that aims to provide criteria about the problem situation faced by the researcher and its understanding". Having a qualitative and quantitative focus. Data were collected through the application of a questionnaire with open and closed questions to those surveyed. The main results show that the family is the center that permeates the child's life, parents have the obligation to encourage their children to develop a good education, preparing them with character to acquire more beneficial behavior linked to school learning.

Keywords: Family; reading and writing; teaching learning.

INTRODUÇÃO

A harmonia entre família e instituição de ensino proporciona a expansão do crescimento intelectual. Desse modo, o estudante tem a chance de adquirir experiências educacionais na escola e no ambiente familiar.

As famílias esperam que a escola ofereça um espaço seguro e acolhedor. Além disso, desejam que a educação seja completa. Portanto, deve responder às demandas do mundo contemporâneo de forma criativa e inovadora. O problema que despertou este estudo surgiu quando se observou que a família dos alunos foco desta pesquisa acompanhavam de forma parcial o processo educacional dos alunos, ressalta-se que este processo de acompanhamento por parte dos pais é de grande valia por viabilizar maior agregação de valores educacionais ao ensino aprendizagem. Diante disso procurou-se saber: Quais os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelas famílias, para que participem ativamente do processo ensino-aprendizagem? Os desafios escolares são inúmeros para se ter uma educação de qualidade, tais como estrutura física, material e profissionais qualificados e a ausência familiar.

Objetivo Geral: Identificar os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelas famílias que participem ativamente do processo ensino-aprendizagem. A Presente obra se justifica, pois, a educação há muito tem sido tema de grandes debates, estudos e pesquisas, sua complexidade tem colocado em evidência o caminho da interdisciplinaridade para buscar entender diferentes problemáticas no contexto escolar.

São muitos os desafios, em escolas situadas em regiões de difícil acesso, como as situadas em áreas rurais no estado do Amazonas, as dificuldades ainda são bem maiores, o que exige, a somatória de esforços de diferentes esferas para minimizá-las. A pesquisa visa contribuir para uma perspectiva que aponta caminhos para o desenvolvimento da aprendizagem, tendo em vista que esse processo necessita de acompanhamento por parte da escola.

LAÇOS AFETIVOS E O ESPAÇO ESCOLAR

A colaboração entre a família e a escola desempenha um papel fundamental no êxito educacional. É frequente acreditar que cada parte deva desempenhar suas funções de forma isolada, no entanto não é bem assim. Os responsáveis familiares e a instituição de ensino devem manter uma comunicação constante entre si, com a meta final de garantir

o desenvolvimento integral das crianças.

O modo pelo qual a família se desempenha destas funções varia segundo seu próprio tipo, mas, de qualquer modo, ela se incumbe das mesmas tarefas. Dentro do mesmo quadro, cumpre destacar outras tantas características fundamentais: a família tende a diminuir as dimensões, principalmente nos meios urbanos; a família vem perdendo a estabilidade; a família sofre interferência cada vez maior do Estado que lhe atribui funções antes desempenhadas pela própria família; e, finalmente, a emancipação cada vez mais crescente da mulher (López, 2014).

A família representa uma das funções mais importantes na infância e adolescência do ser humano, pois é através desta instituição que o indivíduo tem seus primeiros contatos, interações e, desta forma, atua no seu desenvolvimento inicial. Segundo pesquisadores da área, o principal papel dos pais é fornecer as bases para o seu comportamento, o que inclui também o papel de transmitir valores de natureza diversa, como religiosos, morais, entre outros. Além de garantir que a família desempenha um papel importante na compreensão e reciprocidade dos filhos os pais devem ser sensíveis às necessidades dos filhos para se sentir amados e protegidos. De acordo com (Davies, 1989):

A família é considerada a primeira instituição social que visa garantir a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da comunidade incluindo a proteção e o bem-estar da criança. É considerada como um sistema social responsável por transmitir os valores, crenças e ideias existentes na sociedade. Tem forte influência no comportamento dos indivíduos principalmente das crianças que aprendem diferentes formas de existir, de ver o mundo e de edificar suas próprias relações sociais. No ambiente familiar, as crianças aprendem a resolver conflitos, controlar suas emoções, expressar seus sentimentos e enfrentar a diversidade e as adversidades da vida. A família é um núcleo importante na aprendizagem do indivíduo “principalmente no que diz respeito aos papéis principais e à maior parte do conhecimento das atividades costumeiros”. Essa ação de socialização ocorre de forma pessoal e possui forte caráter afetivo. É um processo informal baseado ampla variedade de funções amplas e generalizantes e cobrindo um longo período com ampla variedade de áreas da vida social (Roger, 1974).

Assim sendo, importante considerar a infância em sua totalidade reconhecendo como sujeito portador de autonomia de modo que a mesma tenha participação nos diferentes processos de decisão, entendendo-a como um indivíduo capaz de manifestar seus anseios, que dialogam e fazem parte da sociedade tanto quanto os adultos. Sarmiento afirma que:

O mundo da criança é muito heterogêneo, ela está em contato com várias realidades diferentes, das quais vai aprendendo valores e estratégias que contribuem para a formação da sua identidade pessoal e social. Para isso contribuem a sua família, as relações escolares, as relações de pares, as relações comunitárias e as atividades sociais que desempenham, seja na escola ou na participação de tarefas familiares. Esta aprendizagem é eminentemente interativa; antes de tudo o mais, as crianças aprendem com as outras crianças, nos espaços de partilha comum (Sarmiento, 2011 p. 13).

A partir da afirmação acima, entende-se que a criança, não pode ser vista como neutra de saberes, mas afirmada num movimento de explorar suas capacidades plenas e de adaptar e ou transformar o meio social, sendo entendida não como sujeito passivo, mas como possuidor de conhecimentos passando a ser compreendida segundo a perspectiva do contexto histórico que está inserida.

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 14)

afirma que “As crianças vão, gradualmente, percebendo-se e percebendo os outros como diferentes, permitindo que possam acionar seus próprios recursos, o que representa uma condição essencial para o desenvolvimento da autonomia.” Desse modo, a aprendizagem deve ser concebida como uma porta para que a autonomia da criança seja significativa, onde ela poderá expor suas vontades e seja capaz de construir conhecimentos, ideias e valores que o ajudarão a interferir no meio em que vive.

É importante destacar que a busca desse novo paradigma que concebe a criança como um sujeito em formação e, portanto, cidadão de direitos, procura envolvê-la na sociedade, uma vez que a mesma tem aspirações e necessidades relativamente diferentes do adulto, uma vez que elas também podem expressar-se, sentir e agir, e acima de tudo crescem e podem construir diferentes concepções da sociedade.

A família é a unidade básica da sociedade. Esta é a primeira e mais importante área para a realização desenvolvimento e integração da personalidade humana. É o habitat natural da convivência de diferentes gerações, o veículo de transmissão e aprofundamento de princípios éticos, sociais, espirituais, cívicos e educativos e também a ligação entre a tradição e a modernidade.

Para tanto, precisa-se repensar as atuais práticas pedagógicas e a maneira como acontece a organização do trabalho escolar, o que contribuirá para a transformação da própria escola e da sociedade, organizando as salas de aulas, as bibliotecas estando de portas abertas para os alunos e professores realizarem suas pesquisas e as dependências da escola, estando com estruturas adequadas para receber os alunos com suas diferenças e possibilitando sua adaptação junto à escola.

É através da escola que o ser humano se transforma e modifica o seu meio, pois é nela que se encontra a ponte entre o homem e o conhecimento, que se obtém a aprendizagem significativa para a vida, bem equipada com acervos de livros e uma equipe pedagógica que desenvolve um trabalho dentro do ensino da alfabetização e do letramento mudando a realidade daqueles que dependem dela. É na escola que se aprende o tipo de sociedade que já se teve e suas realidades e refletir e se conscientizar sobre o modelo de sociedade que se quer. Também é nela que se encontra motivação para a mudança e os meios que se pode utilizar para atuar na transformação no meio social (Mendes, 2016).

Quando se fala em fatores que dificultam o ensino, vem logo em mente a relação familiar, ou seja o que a família está fazendo para agregar valores no ensino, ressalta-se que a família é um grupo de pessoas que vivem juntas numa interação em que o comportamento de um elemento afeta a família como um todo. Com isso, as mudanças desencadeadas no sistema provocarão novas alterações nos fatores que desencadeiam todo esse processo, criarão um sistema aberto, em constante mudança, demandando customização contínua, e garantirão a integridade e continuidade criadas no coletivo (Freire, 2003).

É preciso desenvolver um planejamento que venha envolver família e escola no processo educativo, pensar sobre o planejamento educacional exige que partamos de uma concepção ampla de educação e que tenhamos como eixo os desafios da realidade e o comprometimento com a circunstância Freire (2003).

Ao longo da história, a família e a escola e toda a sociedade vem adquirindo um

novo olhar sobre a infância que se modifica conforme necessidades históricas e sociais. Todavia, as crianças precisam receber algum tipo de orientação que as possam direcioná-las ao mundo adulto possibilitando seu controle e saber lidar com as emoções, raiva, medo, bem como, viver em sociedade. Portanto, compreender a criança através do seu processo histórico é fundamental, visto que, saber como viveram, brincaram e até mesmo estudaram, torna-se necessário para que a partir daí se tenha uma definição de infância que pode ser modificada devido às transformações que ocorrem e o modo como as pessoas a visualizam.

O envolvimento e a participação familiar e social são importantes, nomeadamente nos planos de participação ativa das famílias na cooperação família-escola e na construção de uma relação de confiança recíproca. Aprovar as famílias na construção e desenvolvimento das suas próprias competências e autonomia é de extrema importância, pois sabe-se que a redução do seu stress está intimamente relacionada com a melhoria da qualidade das interações no contexto familiar e é um fator essencial para o sucesso educativo. Neste contexto, também não devemos esquecer que as próprias famílias de grupos minoritários, excluídos ou marginalizados sofrem discriminação, quer por parte da escola quer por parte da comunidade em geral. Que se não tiver uma consonância acaba afetando o ensino aprendizagem.

A aprendizagem pode ser entendida como um processo subjetivo e individual, uma vez que cada aprendiz tem características próprias que lhe permitem aprender, uma vez que cada indivíduo aprende à sua maneira atribuindo significados diferentes para cada novo conhecimento apreendido, uma vez que a história de vida, as relações, os ambientes e os estímulos variam de pessoa a pessoa.

Guará (2009) afirma que a aprendizagem também pode ser definida como um fenómeno ou um método que se relaciona com um ato de aprender a partir da relação com o meio ambiente, uma vez que está se dá entre a relação do homem com o ambiente físico no qual está inserido, uma vez que é um processo de experiência social, mediada pela utilização de instrumentos, signos e símbolos.

O professor enquanto mediador do conhecimento conduz o ensino das estratégias que os alunos precisam aprender para compreender o texto que está sendo lido, resumindo o texto lido e solicitando sua concordância, instigando os alunos participarem da construção do resumo. Isto para Solé (2008, p.120), significa uma nova postura:

Só o professor pode avaliar o que pode ou não pedir aos seus alunos, assim como o tipo de ajuda de que estes vão precisar. Para isso é imprescindível que planeje adequadamente a tarefa de leitura e que tenha a oportunidade de observar os alunos, como meio de oferecer os desafios e apoios que vão permitir que continue avançando.

Estas devem ser praticadas na sala de aula pelos alunos e ser supervisionada pelo professor, incentivando os alunos desenvolverem na prática tudo que por ele foi ensinado, somente assim, o professor poderá dar continuidade ao seu ensino da compreensão leitora na sala de aula, pois é observando que este terá certeza da aprendizagem dos alunos. Para Sanches *et al.* (2012, p. 91) o professor é exemplo e apresenta:

O fomento da compreensão requer o ensino de estratégias, e esse ensino deve se ajustar a uma série de passos que, efetivamente, se mostraram eficazes. Em primeiro lugar, o professor deve explicar aos alunos em que consiste a estratégia com

que vão trabalhar. Ao mesmo tempo, ou imediatamente depois, o professor deve modelar para seus alunos, “pensando em voz alta”, como usar a estratégia.

Conforme menciona Santos (2015), as parcerias família-escola são relações e atividades colaborativas que envolvem funcionários da escola, pais e outros membros da família de alunos de uma escola. As parcerias eficazes baseiam-se na confiança e no respeito mútuo e compartilham a responsabilidade pela educação das crianças.

As famílias são as primeiras educadoras de seus filhos e continuam a influenciar o aprendizado e o desenvolvimento durante os anos escolares e muito tempo depois. As escolas têm uma importante responsabilidade em ajudar a nutrir e ensinar as gerações futuras e as famílias a confiarem nas escolas para fornecer bases educacionais para o futuro de seus filhos. Ao mesmo tempo, as escolas precisam reconhecer o papel primordial da família na educação. É por isso que é importante que as famílias e as escolas trabalhem juntas em parceria (Souza, 2009).

Pesquisas demonstram que escolas eficazes têm altos níveis de envolvimento dos pais e da comunidade. Esse envolvimento está fortemente relacionado à melhoria da aprendizagem, da frequência e do comportamento dos alunos. O envolvimento da família pode ter um grande impacto na aprendizagem dos alunos, independentemente do contexto social ou cultural da família. O envolvimento da família nas escolas é, portanto, fundamental para a educação de alta qualidade e faz parte do sucesso das escolas.

O desenvolvimento de parcerias entre a família e a escola pode nem sempre ser fácil. Requer compromisso e tempo. Por causa das pressões e circunstâncias, muitas famílias precisarão de arranjos especiais, ou apoio extra, para permitir que elas se envolvam ativamente na vida escolar de seus filhos e ajude-os a aproveitar ao máximo a escola.

Segundo Corrêa (2011), os resultados desse esforço serão significativos. As famílias que entendem o sistema educacional e as dificuldades enfrentadas pelas escolas são uma valiosa fonte de apoio que as escolas não podem subestimar. As escolas que envolvem as famílias no aprendizado de seus filhos estão aproveitando uma rica fonte de informações e conhecimentos e podem ajudar a construir comunidades.

Quando as fronteiras entre os membros da família são claras, existem laços sólidos entre os elementos individuais, a liderança é bem-vinda pelos responsáveis e a responsabilidade é assumida e partilhada em situações difíceis. Neste tipo de família, as comunicações são claras e as mensagens são bem compreendidas. Deste ponto de vista, se tudo é um sistema dentro dele há um subsistema. Assim, a família como sistema é um todo, mas também faz parte de sistemas maiores nos quais está integrada (sociedade), implicando uma troca constante de informações, uma família saudável e funcional comunica com o mundo exterior, interage com ele, desenvolve-se, incentiva rituais, cria novas atividades conjuntas, organiza o tempo livre e uma família que mantém a capacitância de organizar seus afazeres.

O amor não se mede pelo cumprimento de responsabilidade, mas sim, pelo completo comprometimento afetivo e de transferência de valores substanciais. Campos (2015, p. 3) informa que: “nessa busca por culpados, a escola é vista como inimiga quando deveria ocupar o lugar de aliada na busca de reintegração da criança e do adolescente no meio familiar e social”. Connel (2015, p. 74), diz que:

A organização social que se instala na família e na escola se dá de acordo com as características de seus membros envolvendo tensões do cotidiano e anseios pessoais. A partir dessa observação, considera-se a diferença comportamental como fator marcante nas relações humanas que, numa dinâmica de vários sujeitos, portanto vários interesses vive um processo conflitivo de busca e conhecimento. A família é aquilo que seus membros fazem, pratica constantemente, contínua e mutável e, à medida que as crianças vão para a escola e por meio dela, esta prática é reorganizada em torno de seu aprendizado.

É importante ressaltar que o ambiente interno da família é de conflito, pois, apesar de fazerem parte do mesmo núcleo, cada participante tem o seu caráter e personalidade própria. No entanto, todos falam de direitos, mas nem todos cumprem seus deveres o que causa atritos e discordâncias contínuas (Connel, 2015).

Desta forma, esses conflitos podem ser modificados com a chegada à escola que, de forma simples passa a influenciar os interesses dos filhos e dos pais acrescentando um elemento novo a esse convívio que será o desenvolvimento intelectual. Para Campos relata que:

Esta não viverá apenas a educação doméstica, mas estará iniciando a sua progressão científica no mundo através da escola. Sabe-se, contudo, que o primeiro olhar que a família tem da escola é utilitarista por imaginar que, ali, está se garantindo a capacitação, o emprego e a rentabilidade no futuro dos filhos e não se veem essas etapas como consequência de um estudante pleno, responsável, consciente e autônomo (Campos, 2015 p.5).

Connel (2015, p. 88) fortalece esse posicionamento: “a estratégia pragmática emerge de tentativas da família em usar a escola para garantir o ingresso na extremidade superior da pirâmide do mercado de trabalho”. Soares (2010, p. 68), concorda com o autor supracitado e, observa:

Embora a entrada na vida escolar interfira positivamente na reorganização familiar, dificilmente os pais têm claro o papel humanizador da escola que para sua plena realização precisa da família como reforçadora e, até mesmo, iniciadora de gestos e ações solidárias. Diante disso, se estabelece um grande desafio para as instituições de ensino: ou está convicta em manter seu compromisso com a educação que primeiramente valoriza a subjetividade humana e amplia suas possibilidades ou tenta agradar a sociedade formatando o aluno para a competência na vida profissional. Assim, de acordo com a proposta de cada escola, tem-se confirmado a sua vulnerabilidade a “tendências educacionais” ou o seu compromisso com a construção de relações autênticas e maduras em meio ao processo ensino-aprendizagem. Diante disso, sabe-se que o contexto familiar influencia a organização escolar.

Dentro deste contexto Connel (2015, p. 74) observa: “a organização da escola varia com os tipos de famílias ao seu redor e a natureza de suas práticas coletivas. Entretanto, a escola precisa de ações e fundamentos que lhe orientem e definam sua natureza própria”.

Para que o sistema familiar permaneça viável e funcional, o tempo e a mudança devem ser levados em conta. Segundo Relvas (1996), o tempo se expressa no decorrer do cotidiano, no ritmo dos dias e das fases pois toda família trespassa. A mudança ocorre nesse período e leva as mudanças permanentes que são responsáveis pelo seu desenvolvimento e continuidade. Este autor considera as mudanças de primeira ordem ou mudanças quantitativas, aquelas que ocorrem de forma permanente no cotidiano de cada família e que exigem uma correção contínua.

Por fim, se deve reforçar exhaustivamente os objetivos comuns entre escola e família, como afirma, Tiba (2005, p.140): “Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos

para o benefício do filho / aluno”. Diante disso, as diferenças nessa relação devem ser bem menores que os interesses que devem lhes aproximar. Tanto escola como família idealizam seres felizes e de sucesso. Portanto, que ambas acreditem na contribuição da outra e que se apoiem para o desenvolvimento do aluno e do filho.

O aluno na condição de ser humano não forma seus valores somente na escola, pois, não vive exclusivamente nela. Sabe-se que a escola tem muito a fazer, mas, que não depende unicamente dela, e sim da coparticipação dos pais que por sua vez acham que fazem muito em matricular seus filhos e esquecem do essencial, que é o comportamento. A este respeito Mendes (2016, p.116), afirma que:

Uma postura positiva com relação ao aprender e ao estudar não acontece de uma hora para outra nem de uma vez por todas: é um valor cultural que precisa ser permanentemente cultivado. Começa a formar-se desde os primeiros anos de vida, precisa de ambiente favorável para desenvolver-se e carece de estímulos permanentes durante a infância e a adolescência.

É possível que isso a torne viva, presente e necessário na vida das famílias. Em se tratando de motivação, os pais devem deixar claro também para os filhos, a importância da escola e do professor na edificação do seu saber e na conquista da sua cidadania.

PROCESSO METODOLÓGICO

Apresente pesquisa deu-se em uma escola pública municipal de Anamá – Amazonas”. A Instituição de Ensino fica localizada na Comunidade de Arixí. Uma Escola de educação infantil e ensino fundamental, a mesma procura formar, indivíduos, comprometidos e que sejam fazedores de sua própria história.

A pesquisa realizada caracteriza-se como *exploratório-descritiva*, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (Collis; Hussey, 2005), estabelece relações entre as variáveis (Gil, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática. O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. O pesquisador selecionou para sua coleta de dados 06 professores da escola foco desta pesquisa.

Durante o estudo foram utilizadas técnicas variadas para obtenção do maior número possível de informações, apresento-as a seguir: Aplicação de questionários aos professores participantes da pesquisa, observações sistemáticas no cotidiano da escola; Pesquisa Bibliográfica. A coleta de dados de pesquisa se deu através de um processo de apuração de informações para comprovar uma problemática levantada.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para edificar uma parceria saudável, pais e professores podem encontrar formas de interagir uns com os outros e com os alunos. Esse envolvimento é necessário para ajudar as crianças a sentirem-se importantes e valorizadas.

Não existe um método definido para todas as famílias e todas as escolas daí a

importância da flexibilidade. Isto significa perguntar aos pais o que podem fazer para apoiar os seus filhos neste processo tão importante que é a construção educacional dos mesmos, presume-se que tenha que viabilizar maior interesse neste processo da formação. Procurar formas semelhantes de criar oportunidades de aprendizagem tanto na escola como em casa, pois essa relação ajuda a criança a ter sucesso em ambos os locais. A estrutura e as funções dessas famílias variam dependendo da sociedade de pessoa para pessoa.

A família também é um espaço de conflitos, mas seus valores supremos devem ser repassados por atitudes sólidas, para que cada membro da família conheça o exato papel de cada um na sociedade familiar, dando-lhe o correto desempenho, o que vale dizer sem omitir-se, com a definição clara de seus valores e objetivos (Pinho, 2015).

A escola e a família têm o mesmo objetivo, nomeadamente o desenvolvimento da criança para que esse desenvolvimento ocorra é necessário também que as famílias se interessem e participe da vida escolar dos seus filhos e compreendem que a forma de educar na escola é diferente da família. Só assim poderá haver uma prática de ensino-aprendizagem contínua e de qualidade.

A formação e o fortalecimento do vínculo de apego entre os familiares são essenciais para o desenvolvimento do estudante. Afinal, esses laços reforçam sentimentos positivos e ajudam a criar memórias duradouros que tornam as crianças mais felizes, seguras e protegidas.

Os alunos aprendem melhor quando os pais estão interessados no que vivenciam no ambiente escolar. Portanto, as escolas privadas têm melhor desempenho quando têm um bom relacionamento com as famílias.

Embora não esteja diretamente ligada à escola a família possui uma forma de educar seus filhos, através dos costumes das crenças e da moral. Percebe-se que por meio desses estímulos os pais controlam a vida formativa de seus filhos antes de eles chegarem à escola para a educação formal.

A escola é responsável por organizar e estruturar essa parceria, pois a família precisa da parceria das escolas que sozinhas não conseguem gerir a educação e a socialização dos filhos.

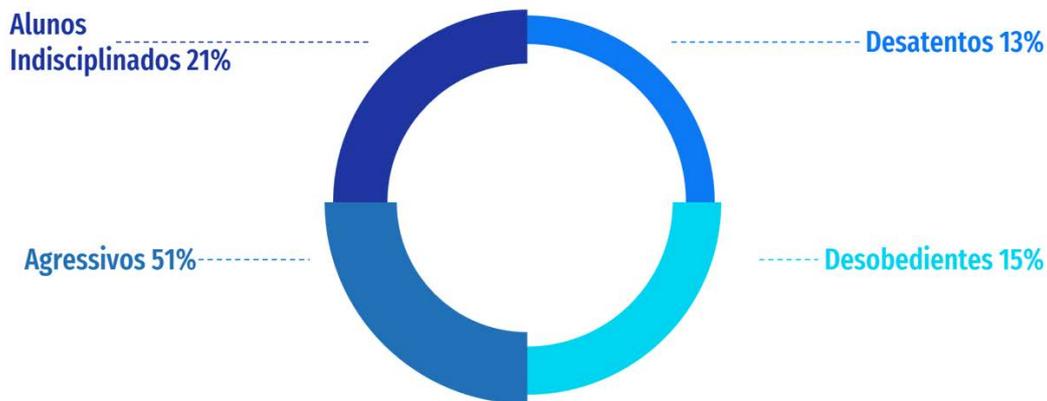
A escola faz parte de uma estrutura social que está passando por mudanças que afetam diretamente as famílias por isso acompanhar e aceitar novas configurações familiares de onde provêm os alunos é essencial para se tornar um ambiente acolhedor. No caso da escola em questão, a diversidade dos alunos não pode ser negligenciada: há alunos filhos de pais separados, de pais ausentes, de pais homoafetivos, de pais desconhecidos; alunos de pais violentos ou viciados em drogas; estudantes que moram com avós, tios ou padrastos dentre outros.

Nos tempos atuais, se a família ficar ausente do processo inicial de educação e se limitar a outras responsabilidades, os meios sociais de comunicação, podem substituir a família e estabelecer os padrões de comportamento na vida dessas crianças e adolescentes, o que torna a família desorientada e passa a buscar, através da escola, causas para problemas originados em seu ambiente (Mendes, 2016). Se perguntou dos

educadores foco desta pesquisa o que poderia causar nos estudantes a ausência familiar? Eles responderam que:

Gráfico 1 - Parecer docente dos pontos mais agravantes.

AUSÊNCIA FAMILIAR O QUE PODE CAUSAR NOS ALUNOS



Fonte: O Pesquisador (2023)

Ficou comprovado que a ausência familiar no espaço escolar pode deixar o aluno mais agressivo uma vez que ele já traz sequelas da sua casa, quando tem pais separados, são alunos indisciplinados desobedientes e desatentos, o envolvimento da família na vida escolar das crianças que pode ocorrer de inúmeras formas, é primordial para o seu desempenho escolar, pois, quando ocorre ao longo do processo de desenvolvimento educacional, os filhos sentem-se valorizados.

A família funciona como o primeiro e mais importante agente de socialização. É o primeiro contexto em que se desenvolvem padrões de socialização em que a criança edifica seu modelo de aprendiz e se relaciona com todos os conhecimentos adquiridos ao longo de sua experiência de vida e que se refletirão na vida escolar.

As famílias devem demonstrar interesse pelas atividades que a criança desenvolve dentro e fora da escola demonstrando interesse no trabalho institucional e seu apoio. Segundo Reis (2010), a escola atual tem querido manter a família mais próxima de seus espaços para enfrentar as dificuldades intenções e desafios da educação. É preciso uma maior conscientização dos familiares sobre a importância da participação na escola. Mesmo no auge da governação democrática, isto é, de uma liderança que espera que os pais da sociedade civil tenham uma palavra a dizer nas decisões escolares, ainda nos falta esse apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que a responsabilidade da família para com os estudantes em termos do modelo terá que cumprir seus papéis sociais tradicionalmente designada pela educação primária, uma vez que a sua principal tarefa é orientar o desenvolvimento e a aquisição de comportamentos considerados adequados, dependendo das condições sociais prevalentes.

A contribuição da escola para o desenvolvimento da disciplina é característica da aquisição de conhecimentos culturalmente organizados e dos diferentes campos do conhecimento. No que diz respeito à família “uma das suas principais funções é a socialização da criança, ou seja, a sua inclusão no mundo cultural através do ensino da língua materna, dos símbolos e das regras de convivência grupal, abrangendo a educação.

Conforme dados coletados ficou comprovado que a falta da ausência familiar no espaço escolar, segundo os entrevistados se dá pelo fato da maioria dos pais trabalharem em locais distantes, para levar o sustento da família por este motivo são ausentes. Ressalta-se que o vínculo familiar no espaço escolar é de extrema relevância pois os resultados do estudante são diferenciados o aprendizado, há maior interesse uma vez que tem alguém que está acompanhando seus estudos.

A escola precisa conhecer os pais de seus alunos, deve-se procurar manter laços estreitos diferenciado, apostar em uma comunicação construtiva e sempre realizar reuniões coletivas proveitosas. Escolas e famílias têm características e complementos próprios são completamente independentes, não se pode esquecer que ambas possuem suas dificuldades e uma precisa da outra para se ter um bom rendimento educacional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394/1996. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CORREA, Isabel. **Releitura de Artigos Científicos – Casos Cinomose**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.
- CAMPOS, R. H. de F. **Psicologia social: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- CONNEL, R. W. **Estabelecendo a diferença: escolas, famílias e divisão social**. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- COLLIS, Jill e Hussey, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2ª Ed. Bookman. São Paulo, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.
- DAVIES, C.; LUNA, S. **A questão da autoridade na educação**. Caderno de pesquisa (76). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, fevereiro 1989.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GUARÁ, I. M. F. R. **Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, 2009.
- LÓPEZ, A. S. **Família e sociedade**. São Paulo: Pioneira, 2014.
- MENDES, A. T. **Sociologia e política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Rodrigues Alves, 2016.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PINHO, C. O. **História contemporânea da humanidade**: família e psicologia. São Paulo: Summus, 2015.

RELVAS, A. (1996) O Ciclo de vida da Família – Perspectivas Sistêmica. Porto Edições Afrontamento.

REIS, p. (2010). **Análise e discussão de situações de docência**. coleção situações de formação: universidade de Aveiro.

ROGERS, C.R. (1974). **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977).

SANTOS, P. de A. **História da família no Brasil**. São Paulo: Moderna, 2015.

SOUZA, É. B. L. P. **Encantando a Educação**. Rio de Janeiro: ed. Sprint, 2009.

SARMENTO, M. J. **Sociologia da infância**: correntes, problemáticas e controvérsias. Cadernos do Noroeste, Porto, vol. 13. 2011. p. 145-164.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. reimp. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. 5ª. ed. São Paulo: Gente, 2005.

Os desafios na escola atual sobre a perspectiva educacional nos direitos humanos

Maire Levandowski

Gerlei Garcia

Eduardo Ventura Pereira Lima

Marcelo Pereira Vargas

Eduardo Ripoll de Medeiros

RESUMO

Este estudo acadêmico expõe um demonstrativo da maneira que os Direitos Humanos atuam no ambiente escolar e os desafios, que o mesmo tem, sobre sua perspectiva na sociedade escolar. É apresentado o assunto citado através de pesquisas bibliográficas, estudos, publicações acadêmicas, tendo como objetivo debater a maneira que os Direitos Humanos ganham espaço no ambiente escolar público e privado, trazendo a temática de dignidade com igualdade, ofertando e incentivando a fala e debates sobre a educação atual. Em frente á realidade educacional que vivemos, seja na forma da rede pública ou privada, os Direitos Humanos vem abrandar as atitudes violentas, discriminatórias, preconceituosas e desrespeitosas a fim de proporcionar uma modificação comportamental através de atitudes tolerantes, com consciência e poder de voz e atuação social. Aqui está em questão, para debates, quais estímulos para a utilização dos Direitos Humanos nos espaços educacionais tendo o primórdio democrático e o espaço que os mesmos ocupam na educação brasileira de maneira geral e específica de acordo com cada instituição de ensino.

Palavras-chave: direitos humanos; desafio escolar; perspectiva educacional; violência; educação.

ABSTRACT

This academic study presents a demonstration of the way human rights act in the school environment and the challenges it has about its perspective in the school society. The subject cited through bibliographic research, studies, academic publications is presented, with the objective of debating the way that human rights gain space in the public and private school environment, bringing the theme of dignity with equality, offering and encouraging speech and debates about current education. In front of the educational reality that we live, whether in the form of the public or private network, Human Rights is slowing down violent, discriminatory, prejudiced



and disrespectful attitudes in order to provide behavioral change through tolerant attitudes, with awareness and power of voice and social action. Here is in question, for debates, what stimuli for the use of human rights in educational spaces having the democratic beginning and the space they occupy in Brazilian education in a general and specific way according to each educational institution.

Keywords: Human rights; school challenge; educational perspective; violence; education.

INTRODUÇÃO

Através da evolução da educação tornou-se necessário estabelecer diálogos, debates e escutas sobre os valores sociais, com o intuito de realizar entendimentos sobre as dificuldades educacionais englobando os Direitos Humanos. Este tema não é muito trabalhado, mas é frequentemente mencionado nas escolas, sejam privadas ou públicas, mas sem muito aprofundamento tanto para os professores quanto aos alunos, já que ainda há um desconhecimento sobre o tema descrito.

Algumas instituições de educação têm diferencial pois possuem projetos específicos em Direitos Humanos para os alunos e seu aprendizado e tem a visão de realizar análises e quais concepções poderão serem realizadas no ano letivo em temas culturais e que envolvam combate ao preconceito e responsabilidade e respeito ao próximo.

Debater sobre os desafios que existem na educação através dos Direitos Humanos acontece por sua relevância para a mesma educação em cidadania e democracia, destacando a atuação que, os mesmos, ofertam na sociedade familiar, social e educacional com a ajuda do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), já que após a construção dos Direitos Humanos e parte educacional tornou-se um direito universal a todos.

Os Direitos Humanos Civis têm a sua referência na liberdade: Liberdade de Imprensa, Liberdade de ir e vir, Liberdade Religiosa, Liberdade Filosófica, Liberdade de Pensamento, Liberdade Individual, tendo suas garantias de *todos* os direitos com igualdade civil, social, política, moral, econômica e tantas outras que existirem em sociedade. Existe uma condição pré estabelecida que é necessária e utilizada no sistema de educação junto ao serviço social para acesso a liberdade civil que é o aprendizado essencial para a leitura e escrita a fim de manter sua integridade e dignidade social.

Edgar Morin em Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas de 2008, cita trabalhar afetivamente a compreensão humana como: “ela visa entender o ser humano não apenas como objeto, mas também como sujeito. Nós o conhecemos enquanto sujeito por meio de um esforço de empatia ou de uma projeção”. (Morin, 2013, p. 97)

A educação é um direito de todas as pessoas pois a educação oferta o aprendizado e o entendimento da justiça, dos direitos universais, dos valores, da moralidade social e através dela, tanto de forma privada quanto pública, que se adquire cultura e conhecimento de qualidade para que, se necessário, se lute por direitos essenciais ao ser humano com maestria. Dessa forma, um dos desafios educacionais dos Direitos Humanos atualmente se configura em tirar do papel e colocar em prática de maneira ética, coerente e embasada todos os Direitos essenciais, e em todos os âmbitos sociais, a Vida.

DESENVOLVIMENTO

Abrimos aqui um ponto importante quando se fala sobre Direitos Humanos e seus desafios que abrangem a Educação, que é como administrá-los de forma igualitária e com Cidadania? Para responder este questionamento devemos ter o embasamento dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que citam a Cidadania como um resultado de uma evolução social através dos direitos adquiridos em seu crescimento, que tem ligação direta com a oportunidade de construir a democracia na sociedade atual.

Esta cidadania tem sua apreciação através dos direitos civis, econômicos, políticos, educacionais e sociais para que exista uma democracia e tolerância através dos Direitos Humanos que estarão relacionados aos valores aprendidos em sua jornada. A escola é um dos maiores meios de aprendizagem para que estes Direitos sejam respeitados e aprendendo a prerrogativa de não ferir o próximo.

Teresa Cristina Rego em Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação, descreve :

[...] o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que, em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem (Rego, 2002, p. 98).

Para melhorar o vínculo social entre a escola com a família, deve-se exercitar o que se chama de parceria, de um olhar diferenciado sobre o ambiente, as relações, o psicológico existente no meio em que estão inseridos. Precisa-se ter um alcance de modificação da realidade para a inoculação da passagem dos valores morais, sociais, familiares, escolares, diante do processo de aprendizagem em cima da realidade estabelecida no meio inserido.

A transmissão dos Direitos Humanos é um segmento em que a base primordial é a família e após a escola e a igreja, que ambas complementam o que falta nos ensinamentos diários familiares. O professor tem o maior desafio educacional nesta transmissão e aplicação dos Direitos Humanos na base escolar, pois o mesmo necessita ter a prática de ensino e a motivação necessária para colocar a própria prática em atuação diária, transformando a realidade e ofertando respostas as questões surgidas sobre a vivência em todas as sociedades que estão incluídos e que pode ser um processo muito longo e cansativo.

Todo este processo e seus desafios educacionais se transformam em construção de conhecimento e demonstram uma visão diferenciada da realidade em que se está inserida, fornecendo uma consciência cidadã na cultura dos Direitos Humanos ao ponto de por ter o conhecimento, poder exigir seus direitos também sem que ocorra uma desconstrução de seus conceitos.

Ter, então, o conhecimento em âmbito educacional dos Direitos Humanos promove a capacidade do ser humano em executá-los de maneira positiva no dia-a-dia. Pelo tema Direitos Humanos como desafio educacional, foi criado pelo Governo Federal no ano de 1996, um programa específico que levou o nome de PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos) a fim de mostrar o quanto relevante, importante e benéfico os Direitos Humanos

são na Educação e na Democracia, tendo adaptações e atualizações de seu conteúdo, colocando novas visões e reconhecimentos do conteúdo em si.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), descreve os Direitos Humanos na Educação como um processo articulado:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros (Brasil, 2006).

O Plano Mundial de Educação para *todos* (PMDH, 2005), dá sua visão de conhecimento em educação:

(...) a educação contribui também para: a) criar uma cultura universal dos direitos humanos; b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre (Brasil, 2005, p.25).

Ter uma pluralidade cultural com desenvolvimento do ser humano como um todo, tratando com ética, moral e sem colocá-lo em uma classe única e fechada é o anseio que as modificações educacionais, colocadas em prática pelos educadores, com a ênfase nos Direitos Humanos almejam conseguir. Tratar este tema e superar todas as dificuldades e desafios propostos para este trabalho é o compromisso que a Educação vem tentando, de maneira precária muitas vezes, realizar; buscando assim uma valorização e um reconhecimento de sua atuação social através de Formações de Professores nas Instituições de ensino.

As Formações citadas acima ainda, em pleno ano de 2023, são consideradas novidades e são um tema recente em conhecimento e introdução formativa, pois as instituições de ensino ainda não enxergam os Direitos Humanos na educação como uma perspectiva atuante e de formação do Ser, a fim de realizar uma organização e formação que valorize os debates, trocas de experiências e aprendizados neste tema em questão.

Há uma proposta na inserção educativa que coloca os Direitos Humanos em evidência nas Diretrizes Curriculares da Educação desenvolvendo métodos, avaliações, estímulos, debates de conteúdos, reflexões pedagógicas, participação ativa a fim de promover o conhecimento do Direito Humano nas pautas sobre etnia, identidade, religião, gênero, raça, orientação sexual e em todos os patamares educacionais, sociais e comunitários.

O trabalho sobre Direitos Humanos na educação tem também o desafio de incluir neste tema proposto aos educadores o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), pois ambos tem ligação em suas ideias e propostas, tratando dos Direitos de formato geral para os educandos, sejam eles de grupos distintos por etnia, dependência química, gênero, religião ou por grupo de problemas sociais que os tornem marginalizados.

Luciana Calissi no texto *A Escola como Espaço de Formação: estratégias metodológicas para educação em/para os Direitos Humanos*, nos dá sua opinião sobre desafios em formar a educação:

A educação tem como uma de suas belezas, a capacidade de ensinar a ver; ou melhor; mostrar outras formas de ver o mundo, além da que já possuímos. Portanto, o “ensinar” a ver, não seria no sentido da visão manipulada, induzida, segmentada e sectária. Mas uma visão livre, interdisciplinar, democrática, sensível e acima de tudo, plural. Ensinar a ver é uma atividade complexa e exigem aprendizado constante, diário (Calissi, 2014, p.1).

Pelo tema estar em vigor e evidência há pouco tempo, ainda existe um menor ajuste da política pública escolar sobre a inclusão dos Direitos Humanos como tema de trabalho nas instituições, pois percebe-se uma rejeição, talvez por falta de conhecimento, na área familiar, escolar, social. Estas relações sociais requerem reflexões entre educação x sociedade de uma maneira mais extensa, uma vez que a multiculturalidade na educação vem inovando e trazendo valores novos e fazendo uma ressignificação dos mesmos que já existiam neste universo plural, inclusivo, político e reflexivo. Os Direitos Humanos tem talvez o maior desafio educacional que é dar sua contribuição para que ocorra a implantação real de sua políticas educativas em toda a instituição escolar, privada ou pública.

O referencial teórico do estudo dos Direitos Humanos na educação tem uma estrutura de colocar em questão e debate a sua importância como canal transformador em sociedade, qual a notoriedade cultural que estabelecer os Direitos Humanos educacional tem para a sociedade em âmbito geral, de que forma ocorre um confronto contra os pré-conceitos em sociedade para colocar em prática os Direitos Humanos destacando os temas sobre a Cultura, Respeito a todos e Combate ao Preconceito, onde justificam os estudos do tema.

Para consolidar a entrada do conteúdo Direitos Humanos na educação e ultrapassar os desafios que eles propõem no seu ensino aos educandos e educadores é necessário obter um foco. Foco no Ser Humano que tem estes direitos adquiridos perante a sociedade, foco em abrir a visão de entendimento enquanto se debate os mesmos, foco em obter consciência de que todos são iguais perante a lei e que no ambiente escolar isto se faz valia, foco em ofertar aos educadores cursos e aperfeiçoamentos embasados e com práticas a fim de que os ensinamentos sejam realizados de maneira íntegra, crítica, consciente e com compreensão.

O educador deve, em seu estudo, obter a instrução com base em leis, documentos, oficiais, cursos, debates, pesquisas e afins, no intuito de ter uma informação, para repassar aos educandos, concisa, íntegra, que tenha sua contribuição para esclarecimento de dúvidas e questionamentos que possam surgir, objetivando assim a promoção da Paz e Igualdade entre todos do Sistema, seja ele educacional, social ou familiar, fortalecendo assim a educação para a construção da individualidade do Ser.

Dessa forma, as instituições escolares são o espaço para que os Direitos Humanos sejam debatidos e os educadores que lá estão são o pilares para instigar e mediar estes debates. Mas na maioria destas mediações, a falta de “saber” sobre o contexto torna as mesmas muito complicadas de serem colocadas como matéria fundamental em sala de aula, pois o tema ainda é visto como novo e recente perante a sociedade no geral. Construir então os valores de cada Ser, colocando em pauta seus Direitos e Deveres, pois cada Ser tem as duas etapas para conviver em sociedade, é um desafio grandioso e que demanda tempo, conhecimento, construção, formação, olhar diferenciado tanto individual quanto globalizado, além de ter uma escuta diferenciada sem pré-conceitos estabelecidos.

Paulo Freire na Pedagogia da Autonomia descreve:

A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar “virgem” no conflito entre forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção. A formação docente que se julgue superior a essas “intrigas” não faz outra coisa senão trabalhar em favor dos obstáculos. A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos ares-tosa, em que podemos ser mais nós 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 1 Elisandra G. Feitosa, dezembro de 2015. Frequência que diz ao filho que o ama diariamente semanalmente mensalmente no aniversário nunca os mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância (Freire, 1996, p.42).

Ensinar sobre os Direitos Humanos é preparar o Ser para a Sociedade, seja em que esfera for.

A equipe diretiva, os funcionários e os educadores, que fazem parte do ambiente escolar como um todo, devem ter o preparo necessário para trabalhar Direitos em ocasiões escolares que haja necessidade de falar sobre. Devem também propiciar com este conhecimento as mudanças sociais, de pensamento, de conhecimento, de valores e princípios, a fim de trazer um empoderamento e uma libertação a quem tem o aprendizado e dele tira o proveito do conhecimento, não deixando que se submeta a ordens e desmandos sem debater os porquês das atitudes contraditórias.

Rodrigo Rossi Horochovki e Gisele Meireles (2007, p. 486), colocam a sua definição de empoderamento na citação abaixo:

[...] próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas—política, econômica, cultural, psicológica, entre outras (Horochovki e Meireles, 2007, p. 486).

A família, em alguns casos, também é um desafio no momento em que o conhecimento dos Direitos Humanos, que é repassado pela instituição escolar, entra na vida dos educandos. Ela é um desafio pois, a partir do momento em que o educando aprende e percebe que seu meio familiar tem “problemas” que podem ser resolvidos através de mudanças de pensamento, de hábitos, de visão de vida e esta família não aceita os novos aprendizados, cabe a Instituição escolar fazer a mediação através do educador para que este educando não tenha seu mundo atingido de forma irreversível e para que esta mediação ocorra de maneira favorável, novamente cito que tem que haver conhecimento, aprofundamento, especialização, muita leitura e estudo por parte dos educadores.

As Instituições de ensino devem ter o engajamento de ensinar através de exemplos

a fim de humanizar, sensibilizar, enfrentar, valorar, transmitir, exterminar pré-conceitos e abrir uma nova visão de sociedade e mundo aos educadores que estão reaprendendo e aos educandos que estão iniciando a aprendizagem, levando sempre em questão que o ensino não deve ser apenas por obrigação e sim por querer adquirir conhecimento de ambas as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ter a visão de que o tema Direitos Humanos e seu desafio na perspectiva educacional é um tema relevante nos dias atuais, uma vez que esta questão mostra que existe uma diversidade cultural com diferenças de gêneros, religião, etnias, raças, tanto no ambiente familiar, social ou/e escolar, criando uma relação de respeito através do conhecimento adquirido no dia-a-dia sobre o tema citado.

Existe na atualidade uma crescente de desafios que nos são mostrados diariamente e que dizem respeito aos direitos que todos os Seres tem perante o mundo em que estão inseridos. Alguns desses desafios podem ser debatidos pelos educadores em sala de aula e através deste debate atingirão objetivos pré estabelecidos para o aprofundamento do tema , já que hoje ficar parado diante da sociedade, que vem se modificando, não é mais válido.

As questões sociais que estão sendo discutidas, pesquisadas e ensinadas, podem fazer a diferença e estabelecer uma enorme empatia social, fazendo a diferença, com gestos simples, através de debates e de adquirir o conhecimento da causa proposta em ambiente escolar, mas cabe ao educador possuir o olhar humano, crítico, aberto para colocar em pauta o tema Direitos Humanos e Cidadania, a fim de mostrar, que perante a Lei, *todos* são iguais.

O desafio de mostrar o respeito para com a fala de todos, as limitações que ocorrem perante a sociedade, a dificuldade em aceitação de gênero, de raça, de religião, mostra o quanto ainda existem limitações que o educador, em muitos casos, não consegue transpor além de um debate em sala de aula. Mas com muita força de vontade e colocando sempre em pauta, pode-se criar um parâmetro de conhecimento da realidade com o intuito de ultrapassar os obstáculos de ensino e acontecer a superação dos problemas ocasionados por este desgaste social.

O caminho de ensino para tratar dos Direitos Humanos colocados em ambiente escolar como conteúdo de estudo ainda é longo e tem muito a ser percorrido.

Aqui coloco um questionamento que os educadores debatem com seus educandos que é “Qual a contribuição do Ensino de Direitos Humanos na atualidade?”. Cabe a cada educador trazer seu conhecimento, seu embasamento através do estudo e dos aperfeiçoamentos que faz para que possa haver uma resposta desta questão, sem colocar em cheque o tema debatido.

Podemos ressaltar que muitas conquistas foram conseguidas através dos anos e dos Direitos Humanos á todos os cidadãos e junto a Educação passou a ter uma valorização, mesmo que seja em alguns casos apenas no papel, através de sua inserção no currículo

escolar, adquirindo assim um enorme poder que é o de ser modificador de realidades.

Ainda assim, existem dificuldades para que este trabalho aconteça de forma fidedigna, no contexto social de maneira correta, com objetivos traçados, para que a perspectiva de mudança mental, social, familiar e escolar aconteça de fato, já que o trabalho é diário e nem sempre palpável pois na maior parte do tempo é mental.

Por este motivo deve-se modificar a mente retrógrada de alguns Seres, mostrando aos mesmos que Direitos Humanos são Direitos de *todos* e que o cenário atual não é o mesmo de décadas atrás, já que há atualmente um processo de conscientização das diferenças, sejam elas físicas, emocionais, mentais, culturais ou sociais.

As Instituições escolares têm a preocupação de manter seu currículo de conteúdos atualizado com a sociedade e o mundo atual, não esquecendo que não existe um isolamento no aprendizado e sim um agrupamento de ideias, pensamentos, vivências e conhecimentos na totalidade.

Os desafios então são incansáveis para que ocorra de maneira acessível e prática a introdução dos Direitos Humanos no currículo escolar, a fim de trabalhar as problemáticas que aparecem diariamente em ambiente escolar para construir relações sólidas entre educadores e educandos de confiança, respeito, valores e aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Mundial de Educação para Todos. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 200.** Disponível em: [Introdução \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br). Acesso em 01/03/23

BRASIL. **Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, decreto n. 7037, 2006.** Disponível em: [Decreto nº 7037 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em 01/03/23

CALISSI, Luciana. **A Escola como Espaço de Formação: estratégias metodológicas para educação em/para os Direitos Humanos.** IN: FLORES, Elio C. et. al. Educação em Direitos Humanos e Educação em para os Direitos Humanos. -João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 109-139

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à Prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Gisele. **Problematizando o Conceito de Empoderamento.** Universidade Federal de Santa Catarina. Anais do Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). Santa Catarina, 2007. Acesso em: 03/01/2023. Disponível em: [Erro de privacidade \(ufsc.br\)](http://ufsc.br).

MORIN, Edgar. **Educação em direitos humanos: Temas, questões e propostas.** Petrópolis (RJ): DP et Alli Editora, 2008. Disponível em <https://app.bczm.ufrn.br/home/#!/item/261235>. Acesso em 01/03/23

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=f0fd0>

68dc093df31JmltdHM9MTY3ODIzMzYwMCZpZ3VpZD0zOGUzOGUyOC0zMjJmLTZiO
DMtMjg1OS05YzRiMzMwMzZhMGUmaW5zaWQ9NTE2OA&pfn=3&hsh=3&fclid=38e3
8e28-322f-6b83-2859-9c4b33036a0e&psq=REGO%2c+T.+C.+1999.+Vygotsky%3a+uma+
perspectiva+Histórico-Cultural+da+Educação.+Rio+de+Janeiro%2c+Vozes%2c+138+p.29-
bi5lZHUuYnlvaW5kZXgucGhwL1ZJRFIBL2FydGJjbGUvZG93bmxvYWQvMzg5LzM2Mw&ntb=1.
Acesso em 02/03/23

A violência e o fracasso escolar no contexto educacional brasileiro

Jefferson Batistella

Mestre em Ensino (IFMT); Graduação em Ciências Biológicas (UFMT); Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química (Faculdade Internacional de Curitiba); Especialização em Redes e Computação (IFMT); Especialização em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia (Faculdade Futura). Docente de Ciências, lotado na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), Lucas do Rio Verde-MT, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8214-2795>, <http://lattes.cnpq.br/7967351006214645>

Marta Aparecida Abraão Batistella

Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia pela FAVENI, Segunda Licenciatura em Pedagogia pela FAEL, Licenciada em Letras - Português e Espanhol pela UFMT, Professora Pedagoga do ensino fundamental I, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde-MT

RESUMO

No Brasil, nota-se a presença da violência que afeta diversas esferas da sociedade, estando intimamente entrelaçada com o fenômeno do fracasso escolar. A presente pesquisa se baseia na compreensão da dinâmica da violência e do fracasso escolar no contexto educacional brasileiro, delineando os conceitos fundamentais associados a esses temas. A análise se estende para um breve histórico da violência e do fracasso escolar, no panorama educacional do país, mediante pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, do tipo estado do conhecimento. Para tanto, o levantamento da produção científica recorreu aos repositórios Periódicos SciELO com filtro dos últimos três anos (2020-2023). Os estudantes e professores emergem como atores cruciais nesse cenário. De um lado, os estudantes, muitas vezes envolvidos em comportamentos agressivos que desafiam a contenção; por outro lado, os professores, assumindo papéis heroicos ao tentar resolver problemas e desempenhar funções que frequentemente ultrapassam suas atribuições. A contenção da violência surge como uma prioridade crucial para mitigar o impacto do fracasso escolar nas instituições de ensino. A pesquisa se apresenta como um estudo atual que oferece diretrizes de longo prazo para o início de investigações mais aprofundadas visando a resolução desses complexos problemas na área da educação.

Palavras-chave: educação; estudante; professor; violência; fracasso escolar.

ABSTRACT

In Brazil, there is the presence of violence that affects different spheres of society, being closely intertwined with the phenomenon of school failure. This research is based on understanding the dynamics of violence and



school failure in the Brazilian educational context, outlining the fundamental concepts associated with these themes. The analysis extends to a brief history of violence and school failure, in the country's educational panorama, through descriptive and exploratory research, with a qualitative approach, of the state of knowledge type. To this end, the survey of scientific production used the SciELO Periodical repositories with a filter for the last three years (2020-2023). Students and teachers emerge as crucial actors in this scenario. On the one hand, students, often involved in aggressive behaviors that defy containment; on the other hand, teachers, taking on heroic roles when trying to solve problems and perform functions that often go beyond their responsibilities. Containing violence emerges as a crucial priority to mitigate the impact of school failure in educational institutions. The research presents itself as a current study that offers long-term guidelines for initiating more in-depth investigations aimed at resolving these complex problems in the area of education.

Keywords: education; student; teacher; violence; school failure.

RESUMEN

En Brasil, existe la presencia de violencia que afecta a diferentes ámbitos de la sociedad, estando estrechamente entrelazada con el fenómeno del fracaso escolar. Esta investigación se basa en comprender la dinámica de la violencia y el fracaso escolar en el contexto educativo brasileño, delineando los conceptos fundamentales asociados a esos temas. El análisis se extiende a una breve historia de la violencia y el fracaso escolar, en el panorama educativo del país, a través de una investigación descriptiva y exploratoria, con enfoque cualitativo, del tipo estado del conocimiento. Para ello, el relevamiento de producción científica utilizó los repositorios de Revistas SciELO con filtro de los últimos tres años (2020-2023). Estudiantes y docentes emergen como actores cruciales en este escenario. Por un lado, los estudiantes, a menudo involucrados en conductas agresivas que desafían la contención; por el otro, los docentes, que asumen roles heroicos al intentar resolver problemas y desempeñar funciones que muchas veces van más allá de sus responsabilidades. Contener la violencia surge como una prioridad crucial para mitigar el impacto del fracaso escolar en las instituciones educativas. La investigación se presenta como un estudio actual que ofrece lineamientos a largo plazo para iniciar investigaciones más profundas encaminadas a resolver estos complejos problemas en el área de la educación.

Palabras clave: educación; estudiante; profesor; violencia; fracaso escolar.

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino no Brasil enfrentam desafios complexos, onde um sistema educacional arcaico é afetado por altos índices de violência e insucesso acadêmico. O panorama social reflete-se diretamente nas escolas, com a evidente falta de respeito direcionada a professores, administradores e ao próprio ambiente escolar, visível tanto nos locais de ensino como nas plataformas de mídia. O registro de agressões físicas e verbais, predominantemente perpetradas por estudantes contra professores e colegas, destaca-se como um fenômeno preocupante. Conforme observado por Cortez (2012, p. 17), é comum que os estudantes deixem de se envolver em brincadeiras coletivas, resultando em conflitos

infundados entre eles.

Esses conflitos frequentes têm impactado negativamente o desempenho acadêmico de ambas as partes, tanto dos agressores quanto das vítimas, levando a uma diminuição do interesse pelos estudos. Esses comportamentos persistem mesmo após um extenso período de pandemia. Em tempos de proletarização da docência e escassez de professores (Watanabe; Gurgel, 2017), a questão da violência escolar tem adquirido uma importância significativa no contexto do sistema educacional brasileiro, representando um fator determinante para a desistência da carreira por parte de professores que se sentem desrespeitados e ameaçados (Favatto; Both, 2019; Souto, 2016).

Nesse contexto, os professores são frequentemente confrontados com o estigma de serem considerados responsáveis pelas perturbações e tumultos nas salas de aula, uma vez que a pressão social muitas vezes os coloca nessa posição. Pais e responsáveis muitas vezes esperam que os professores desempenhem o papel de instilar valores educacionais, respeito, ética, moral e até mesmo civilidade, enquanto os aspectos essenciais do currículo são subestimados.

Conforme afirmado por Weiss (2004, p.16), em escolas carentes de estrutura e apoio material e pedagógico, onde os professores são desvalorizados pela sociedade, pelas famílias e pelos próprios estudantes, é difícil para eles desempenhar efetivamente o papel de facilitadores do conhecimento que desperte o interesse dos estudantes. É imperativo que os professores encontrem satisfação no ato de ensinar, a fim de fomentar o do prazer em aprender. O processo de ensino está inextricavelmente ligado à construção do processo de aprendizagem e é fortemente influenciado por suas condições externas.

Por outro lado, os gestores, compreendidos como a direção e coordenação das escolas, frequentemente se esforçam para conter a violência, porém enfrentam uma série de desafios que comprometem seus esforços. Segundo a perspectiva de Almeida citado por Cortez (2012, p.24), o papel do gestor é essencial na abordagem da violência. Sua atuação é fundamental, embora isoladamente não seja capaz de promover mudanças significativas.

A problemática central da pesquisa reside na análise e compreensão dos principais conceitos e inter-relações entre a violência escolar e o fracasso escolar no contexto educacional.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo compreensão da dinâmica da violência e do fracasso escolar no contexto educacional brasileiro, delineando os conceitos fundamentais associados a esses temas, analisar e entender um breve histórico da violência e do fracasso escolar, no panorama educacional do país.

Ainda, é pertinente destacar que este estudo se fundamenta em relevantes contribuições de autores renomados, incluindo Almeida (2022), Cortez (2019), Patto (1990), Priotto (2009), Silva (2018), Vygotski (1995), Watanabe e Gurgel (2017). Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, esta pesquisa é caracterizada como um estudo básico e bibliográfico, com uma abordagem qualitativa que se destaca por sua natureza descritiva e exploratória.

Este estudo compreende quatro partes principais. A primeira fornece uma visão

geral da pesquisa, enquanto o segundo capítulo explora a base teórica. O terceiro capítulo aborda a metodologia, e o quarto apresenta os resultados e discussões.

MÉTODOS

Esta pesquisa se fundamenta em parâmetros bibliográficos sendo uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, do tipo estado do conhecimento, representando um esforço para a ampliação dos conhecimentos e conceitos relacionados à violência e ao fracasso no contexto educacional brasileiro. A seleção do tema foi seguida pela busca de fontes bibliográficas pertinentes, priorizando especialmente artigos científicos publicados na base de periódicos *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO) durante o período de 2020 a 2023 com os seguintes descritores de busca: Violência escolar e Fracasso Escola. O estudo culmina com reflexões e proposições de novos conceitos que apontam para possíveis direções de pesquisas futuras dentro desse domínio.

DESENVOLVIMENTO

Conceitos violência e fracasso escolar

Nessa pesquisa, a violência é definida a partir de sua origem no termo latino “violentia”. o estudo destaca a natureza dessa manifestação como uma forma deliberada de agressividade física ou verbal, com a intenção de humilhar, ofender ou causar danos a outro indivíduo. A análise evidencia como tais comportamentos violam os direitos humanos, expondo a vítima a situações de desonra e ultraje, que transgridam os princípios éticos, morais e os valores contemporâneos de convivência civilizada. Observa-se coerência no que aponta o dicionário Aurélio de 2019. “Violência” é definida como o estado daquilo que é violento, indicando um constrangimento exercido sobre alguém para compelir a pessoa a realizar determinada ação; é uma forma de coação.

Ainda de acordo com as ideias expressas por Abramovay (2002, p. 17), a concepção de violência é intrinsecamente ambígua. Não se trata de um conceito unívoco, mas sim de uma variedade de atos violentos, cujas interpretações devem ser examinadas considerando as normas, circunstâncias e contextos sociais específicos, os quais podem variar de uma época histórica para outra.

Nota-se que a violência familiar, se manifesta no ambiente doméstico, é conhecida por deixar cicatrizes profundas tanto físicas quanto mentais, dada a expectativa de que o lar seja um espaço de segurança e proteção. Por outro lado, a violência urbana ocorre fora do âmbito familiar, em locais como ambientes de trabalho, escolas, instituições bancárias, festas e vias públicas. Alarmantemente, esse tipo de violência tem acarretado um número de óbitos que ultrapassa a soma das baixas das duas guerras mundiais.

Já para Segundo Cavalcanti (2007, p. 33), a violência, em sua acepção mais comum, refere-se à utilização de força física, psicológica ou intelectual para compelir uma pessoa a realizar algo contra sua vontade. Representa um ato de constrangimento, restrição da liberdade e interferência que impede o indivíduo de expressar sua vontade, sob o risco de

ser gravemente ameaçado, agredido ou até mesmo morto. Constitui um meio de coação, submetendo o outro à sua dominação e violando os direitos fundamentais do ser humano.

Inúmeros estudos têm abordado o fenômeno da violência nas escolas, a partir da visão dos estudantes, como um reflexo da exclusão educacional, da carência de acesso a políticas governamentais, de oportunidades de emprego (Priotto; Boneti, 2009), e da crescente desvalorização da instituição escolar e dos diplomas como meios de mobilidade social (Silva; Assis, 2018).

Nessa perspectiva a questão da violência nas escolas tem ocupado uma posição central nas discussões educacionais no Brasil, emergindo como um dos principais motivos pelos quais professores optam por deixar a profissão, sentindo-se desrespeitados e prejudicados (Favatto; Both, 2019; Souto, 2016).

Na atualidade observamos o fracasso escolar como os fatores de repetência escolar, evasão escolar, além da dificuldade em aprendizado. Desta forma, nota-se o que se entende por fracasso escolar que possuem amplas definições. De acordo com as observações de Patto (1990), o insucesso no ambiente escolar engloba uma série de desafios educacionais, que incluem problemas na alfabetização, dificuldades com leitura, escrita e matemática, baixo desempenho acadêmico, reprovação, repetência, atraso em relação à idade apropriada para a série, evasão escolar, analfabetismo e outras questões similares.

No entanto, de acordo com as concepções de Vygotsky (1995), o fracasso escolar é considerado um fenômeno complexo e multifacetado, exigindo uma análise que transcenda a perspectiva individual e familiar, incorporando as dinâmicas das relações e do ambiente social circundante. Nesse sentido, Vygotsky ressalta a importância de não naturalizar o fracasso escolar, mas sim examiná-lo dentro de um contexto mais amplo que abarca aspectos sociais, políticos e econômicos.

Segundo Facci, Leonardo e Ribeiro (2014, p. 5), os professores frequentemente identificam o “estudante problema” como o principal fator por trás do fracasso escolar. Esse estudante é frequentemente descrito como alguém que enfrenta desafios de ordem psicopedagógica, podendo envolver dificuldades cognitivas ou comportamentais.

É frequente observar que estudantes que enfrentam dificuldades de aprendizagem também manifestam desafios emocionais e comportamentais concomitantes (Deighton *et al.*, 2018; Graziano *et al.*, 2015).

Conforme destacado por Weiss (2004, p. 16), o conceito de fracasso escolar abrange a ideia de uma resposta insuficiente por parte do estudante diante das exigências e expectativas estabelecidas pelo ambiente educacional. Esta definição ressalta a importância de considerar não apenas a metodologia de ensino, mas também as diversas variáveis que afetam a capacidade do estudante de atender às demandas acadêmicas, como o ambiente escolar, os recursos disponíveis, a estrutura curricular e as necessidades individuais dos estudantes

Breve histórico da violência e fracasso escolar no Brasil

Apresença histórica da violência no Brasil remonta aos primeiros dias da colonização, quando os colonizadores portugueses impuseram sua autoridade por meio de atos violentos contra os povos indígenas. Durante os séculos subsequentes, a nação testemunhou uma série de eventos marcantes que refletiam a natureza violenta de sua história.

Segundo Krüger (2019) durante o período colonial, que abrangeu o século XVI até o início do século XIX, a violência foi empregada de forma sistemática na supressão dos povos indígenas e na brutal exploração dos escravizados, muitos dos quais eram submetidos a condições desumanas e tratamento cruel.

Para Júnior (2022) No século XIX, os conflitos internos, como a Revolta dos balaios, a Cabanagem, a Sabinada e a Guerra dos Farrapos, resultaram em inúmeras perdas de vidas e um clima de instabilidade contínua. A transição para a industrialização e urbanização durante o período posterior, até 1930, testemunhou o domínio dos coronéis, que governavam com punhos de ferro, oprimindo e perseguindo o povo com violência para manter seu poder político.

Para Adorno (2009), a ascensão da ditadura militar entre 1964 e 1985 também deixou uma marca indelével na história brasileira, resultando em um período de repressão e resistência que levou a um considerável número de mortes e violações dos direitos humanos. Apesar dos avanços no reconhecimento dos direitos humanos na Constituição de 1988, a persistência da violência na sociedade brasileira, associada a práticas neoliberais e privatizações, causou um aumento acentuado da pobreza e da desigualdade.

Hoje, o Brasil continua a lidar com altos índices de violência, que geram uma sensação generalizada de insegurança em todo o país. Embora existam estruturas legais e direitos escritos, sua implementação muitas vezes é frágil, refletindo uma fragilidade sistêmica que impacta diretamente o comportamento social e conseqüentemente nas escolas brasileiras. Mas Conforme a argumentação de Nagel (1989, p.10), a escola não deve aguardar por mudanças legislativas para lidar com os desafios presentes em seu ambiente. Além disso, a postura de esperar por decretos reflete a falta de comprometimento de muitos e a responsabilidade atribuída a poucos na transformação necessária. A escola possui uma esfera interna que, independentemente de alterações nas leis, tem o potencial de engajar os indivíduos em uma nova abordagem, desde que seus membros estejam dispostos a estabelecer um novo projeto de reflexão e ação.

Para superar os desafios persistentes relacionados à violência, é crucial uma reflexão profunda sobre o passado e o presente, incentivando a revisão de paradigmas e a adoção de abordagens transformadoras. Educação robusta, reformas legislativas significativas e uma cultura política menos propensa à corrupção são alguns dos caminhos propostos para promover uma mudança substancial e sustentável no tecido social e político do Brasil.

Já o fracasso escolar, é uma questão persistente ao longo da história, remonta aos primeiros modelos de ensino implementados em diferentes contextos educacionais. Segundo Almeida (2022) A formalização da educação teve seu início com a chegada da

missão jesuíta em 1549, cujo propósito primordial era fornecer educação tanto para os povos indígenas no Brasil quanto para a recém-chegada população. Consequentemente o fracasso escolar emergiu de maneiras diversas, muitas vezes associado a dificuldades de aprendizagem, falta de atenção ou estereótipos de incapacidade cognitiva.

De acordo com Bacelar (2022), foi somente ao longo do século XX que o termo “fracasso escolar” começou a atrair considerável atenção, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1997, juntamente com o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar dos esforços legislativos para garantir o acesso universal à educação, as altas taxas de evasão e repetência persistiram, contribuindo para a disseminação generalizada do conceito de fracasso escolar.

No âmbito da educação no Brasil, persiste o desafio contínuo de oferecer um ensino inclusivo e de alta qualidade. Além disso, é perceptível uma nova dimensão desse fenômeno: mesmo quando os estudantes não repetem um ano letivo ou abandonam os estudos, o fracasso escolar pode se manifestar de maneira sutil. Muitos estudantes finalizam o ensino médio sem dominar os conhecimentos essenciais em diversas disciplinas, carecendo das competências fundamentais necessárias para se tornarem cidadãos participativos e críticos em uma sociedade cada vez mais voltada para o capitalismo e o individualismo.

RESULTADOS

A compreensão do passado e a análise crítica do presente são essenciais para a construção de um futuro mais promissor. Não é necessário depender exclusivamente de especialistas em educação para identificar os desafios significativos que afetam o sistema educacional. Na perspectiva dos professores, observa-se que os governos frequentemente priorizam estatísticas quantitativas, buscando acelerar a conclusão do ensino básico, negligenciando, assim, a qualidade do ensino oferecido. É crucial implementar reformas nas políticas educacionais, contudo, a escola possui a capacidade e a responsabilidade de iniciar mudanças que combatam as adversidades que prejudicam o progresso educacional.

Diante do déficit existente, cada professor se torna crucial para a constituição do sistema de ensino no país (Tartuce; Nunes; Almeida, 2010). No entanto, é essencial considerar que a violência também pode ser iniciada pelos professores, resultando em lembranças negativas da escola que podem ser internalizadas e carregadas ao longo da vida (Watanabe; Gurgel, 2017). Como resultado, a violência no ambiente escolar teve um impacto significativo no abandono da carreira docente (Favatto; Both, 2019; Souto, 2016), exacerbando a exaustão emocional decorrente do desgaste contínuo.

Atualmente, a conexão entre a violência e o fracasso escolar é inegável, com um tempo considerável sendo dedicado à contenção de comportamentos agressivos dos estudantes em detrimento do ensino efetivo. Isso resulta no fracasso de numerosos estudantes que concluem o ensino fundamental e médio com conhecimentos significativamente limitados.

De acordo com as ideias de Bossa (2000, p. 19), no contexto brasileiro, a escola tem se tornado um terreno fértil para experiências educacionais precárias e para o

insucesso dos estudantes, resultando na privação dos jovens em relação à herança cultural e aos conhecimentos acumulados pela humanidade. Como consequência, os estudantes encontram dificuldades em compreender o mundo ao seu redor. Em vez de formar indivíduos capacitados a analisar criticamente a realidade e a agir de maneira a promover mudanças e preservar as conquistas sociais, a escola muitas vezes contribui para a perpetuação das injustiças sociais que há muito tempo fazem parte da história do povo brasileiro. É interessante observar como os educadores, sobrecarregados pelo sistema, tendem a reproduzir essa opressão na dinâmica de interação com os estudantes.

O fracasso escolar no contexto brasileiro não está exclusivamente ligado à violência e ao comportamento problemático dos estudantes, embora esses elementos sejam destacados e demandem atenção prioritária para garantir o funcionamento eficaz e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas. A garantia de um ambiente seguro é crucial para promover um clima propício ao ensino, onde os professores possam lecionar e os estudantes possam aprender sem temer pela própria segurança. Os professores, frequentemente sobrecarregados e atuando como verdadeiros “super-heróis”, enfrentam salas de aula lotadas e muitas vezes carecem de materiais pedagógicos adequados e formação especializada. Essas condições adversas comprometem significativamente o processo de aprendizagem, afetando negativamente os estudantes, e contribuindo para os índices persistentes de fracasso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão da literatura, fica evidente que o fracasso escolar está estreitamente ligado à violência tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Os estudantes frequentemente trazem para a escola os valores e as experiências traumáticas do seu entorno social, com a violência emergindo como uma das questões mais prementes que requerem contenção. No entanto, para promover uma mudança real, é crucial abordar as raízes da violência na sociedade em geral, a fim de criar um impacto substancial dentro das salas de aula e dos espaços escolares. Para lidar eficazmente com esse cenário desafiador, é imperativo promover uma cultura escolar que enfatize valores como respeito, diálogo, e empatia, proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os indivíduos envolvidos no processo educacional.

Enquanto persistir um sentimento de insegurança nas escolas, será difícil melhorar a qualidade do ensino, com o fracasso escolar representando apenas um dos muitos resultados negativos decorrentes da violência onipresente no cotidiano brasileiro. A resolução dessas questões complexas, violência e fracasso escolar, demanda uma abordagem paciente e uma vontade incansável de desafiar os paradigmas, especialmente em relação à dinâmica política e social. É crucial resistir à complacência e rejeitar a ideia de que o caos nas escolas brasileiras é imutável. Somente ao unir esforços entre professores, estudantes, pais e toda a comunidade escolar, bem como a sociedade em geral, poderemos reduzir a violência e, por conseguinte, o fracasso escolar, pavimentando assim o caminho para melhorias significativas no processo de ensino-aprendizagem em todo o país.

Em conclusão, é esperado que esta pesquisa atue como um catalisador para

estimular a reflexão aprofundada sobre as questões complexas da violência escolar e do fracasso escolar, proporcionando um embasamento teórico para futuros estudos relacionados a esses temas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam, *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, 2002.
- ADORNO, Sérgio, *et al.* “Dossiê Ditadura: **Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**”. Editora Unesp, 2009.
- ALMEIDA, Daniela da Cunha Lopes *et al.* **Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional para um estudo sobre as nuances da evasão em um campus universitário.** 2022.
- AURÉLIO. **Dicionário.** Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/violencia>. Acesso em: 20 Fev. 2023.
- BACELAR, Maria Rosana da Silva. **A violação do direito à educação: realidade agravada em tempos de pandemia da covi-19.** 2022.
- BOSSA, Nadia. **A Psicopedagogia no Brasil – Contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília: Senado Federal, 1997. Portal Legislação
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 10 Fev. 2023.
- CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica: análise da lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06.** Salvador, BA: Edições PODIVM, 2007.
- CORTEZ, Vânia de Moraes Lima. **O Impacto da Violência Escolar sobre o aprendizado dos estudantes.** 2012, p. 17. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/VANIA_M_CORTEZ.PDF. Acesso em: 20 Fev. 2023.
- DEIGHTON, Jéssica *et al.* **Caminhos longitudinais entre dificuldades de saúde mental e desempenho acadêmico durante a meia-infância e início da adolescência.** British Journal of Developmental Psychology, v. 1, pág. 110-126, 2018.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; RIBEIRO, Maria Julia Lemes. **A compreensão dos professores sobre as dificuldades no processo de escolarização: análise com pressupostos Vigotskianos.** Caderno de Pesquisa, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v21.n1.p.42-58>. Acesso em: 10 Fev. 2023.
- FAVATTO, Naline Cristina; BOTH, Jorge. **Motivos para abandono e permanência na carreira docente em educação física.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Brasília, DF, v. 41, n. 2, p. 127-134, 2019.

GALINDO, Edgar *et al.* **Formação de competências comportamentais em crianças portuguesas com problemas de insucesso escolar.** *Fronteiras em psicologia*, v. 9, p. 437, 2018.

GRAZIANO, Paulo A. *et al.* **Avaliação da autorregulação entre pré-escolares com problemas de comportamento externalizantes.** *Avaliação psicológica*, v. 27, n. 4, pág. 1337-1348, 2015.

JÚNIOR, Gilberto Alves de Carvalho *et al.* **Revolução Farroupilha: a política imperialista no Brasil e a proclamação da República Rio-Grandense.** 2022. Dissertação de Mestrado.

KRÜGER, Carlos Eduardo *et al.* **O retorno da “chibata”: a reprodução do trabalho análogo ao de escravo através dos séculos e os desafios para o seu combate no cenário brasileiro do século XXI.** 2019.

NAGEL, Lízia. *Avaliação, Sociedade e Escola: fundamentos para reflexão.* Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 1989.

PATTO, Maria Helena Souza, ***A produção do fracasso escolar.*** São Paulo, T.A.Q., 1990.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. **Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola.** *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.

SILVA, Flaviany Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. **Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, p. 1-13, 2018.

SOUTO, Romélia Mara Alves. **Egressos da licenciatura em matemática abandonam o magistério: reflexões sobre profissão e condição docente.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1077-1092, 2016.

TARTUCE, Gisele Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R.; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Estudantes do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 445-477, 2010.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **Obras escogidas: problemas del desarrollo de la psique.** Madrid: Visor, 1995. v. 3.

WATANABE, Graciella; GURGEL, Ivã. **As marcas sociais deixadas pelas escolas em nossos professores de ciências: a questão da violência simbólica.** *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 31, n. 99, p. 116-148, 2017.

WEISS, Maria Lucia L. **Psicopedagogia Clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar.** Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

Desafíos culturales de los estudiantes brasileños del cuarto semestre de la carrera de medicina de la Universidad De La Integración De Las Américas (UNIDA) de ciudad Del Este y la Universidad Privada Del Este (UPE) de Ciudad Presidente Franco, Paraguay año 2022

Rosana Mabel Sansiviero

Doctora en Ciencias de la Educación-UNIDA-PY y profesora invitada del curso de Maestría y Doctorado en Ciencias de La Educación- Universidad de la Integración de las Américas-UNIDA-Ciudad del Este-PY

Elisangela Ferruci Carolino

Doctora en Agronomía, Maestría en Agronomía-UNESP-SP y profesora invitada del curso de Maestría y Doctorado en Ciencias de La Educación- Universidad de la Integración de las Américas-UNIDA-Ciudad del Este-PY

RESUMEN

El objetivo del presente trabajo fue analizar la percepción de los alumnos brasileños del cuarto semestre de la carrera de medicina de la UPE de presidente Franco y UNIDA de Ciudad del Este ante la diversidad cultural a partir de su experiencia y formación académica, en el año 2022. La metodología utilizada fue la mixta, descriptiva, no experimental transversal. Para lograr los objetivos propuestos se aplicó un cuestionario de preguntas abiertas y cerradas a 126 alumnos de la carrera de medicina de la UPE y la UNIDA por lo tanto los criterios de selección de los participantes se centran en alumnos matriculados en el año 2022, la muestra fue determinada de forma no probabilística. Los principales hallazgos fueron: mayoritariamente la muestra se encuentra entre los 19 y 24 años de edad, el proceso de adaptación fue difícil para algunos y para otros fue más fácil dado que fueron muy empáticos los pobladores de la ciudad con ellos, existe una apertura a la diversidad cultural e incluso interés por conocer otras culturas, concluyendo que desde la percepción de los estudiantes el elemento que posibilita un abordaje ante la diversidad cultural como parte de su proceso formativo, es el reconocer que la universidad es un espacio donde se convive a diario con diferentes culturas, asimismo consideran que en algunas asignaturas.

Palabras claves: interculturalidad; educación superior; cultura; diversidad



ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the perception of Brazilian students in the fourth semester of the medical career of the UPE of Presidente Franco and UNIDA of Ciudad del Este regarding cultural diversity based on their experience and academic training, in the year 2022. The methodology used was mixed, descriptive, non-experimental cross-sectional. To achieve the proposed objectives, a questionnaire of open and closed questions was applied to 126 students of the UPE and UNIDA medical career, therefore the selection criteria for the participants focus on students enrolled in the year 2022, the sample was determined in a non-probabilistic way. The main findings were: the majority of the sample is between 19 and 24 years of age, the adaptation process was difficult for some and for others it was easier given that the residents of the city were very empathetic with them, there is an openness to cultural diversity and even interest in learning about other cultures, concluding that from the students' perception the element that enables an approach to cultural diversity as part of their educational process is the recognition that the university is a space where they coexist daily with different cultures, they also consider that in some subjects.

Keywords: interculturality; higher education; culture; diversity.

INTRODUCCIÓN

Este trabajo de investigación surge de las interrogantes actuales, referente a las situaciones culturales que viven paraguayos y brasileros en las diversas universidades del Paraguay y principalmente de Ciudad del Este y Presidente Franco, ya, que desde el año 2016 aproximadamente a las ciudades fronterizas del Paraguay han llegado numerosos brasileros para estudiar en las Facultades de Ciencias de la Salud, específicamente en la carrera de medicina.

Para llegar a ser médico en el Brasil, es un esfuerzo inmenso, ya sea por requerir dedicación exclusiva durante el periodo formativo o permanecer en el curso por motivos de los altos precios y alta exigencia en los cursos de admisión de alumnos. En la mayoría de los casos, los estudiantes de medicina que logran graduarse atraviesan este período, apoyados económicamente por sus padres o familiares, principalmente si la formación se realiza en instituciones privadas, dependiendo del Estado y de las credenciales estructuras en las que se ubica el curso (Nunes, 2023).

Incluso las instituciones públicas, que ofrecen cursos gratuitos, como es el caso de las universidades públicas (federales y estatales), exigen un costo para la permanencia de los estudiantes, ya que todas las instituciones son de tiempo completo, lo que dificulta que estudiante mantenga una actividad que le proporcione algún ingreso económico, donde pueda ayudarlo con sus gastos personales. Por tanto, está claro que estudiar medicina en Brasil es un sueño que sólo personas de clases sociales privilegiadas pueden alcanzar.

Debido a esta situación en el Paraguay, desde un tiempo a la actualidad, ha sufrido un fenómeno curioso, el de la inmigración de estudiantes brasileros especialmente a ciudades fronterizas con el objetivo de cumplir sus objetivos de formarse como médicos. Entre las principales causas de este fenómeno tenemos, los bajos costos de las mensualidades;

no se debe realizar un examen de admisión muy riguroso para ingresar a los cursos. Así, mismo el fácil acceso a países vecinos como Paraguay, Bolivia, Argentina, Uruguay y Chile, siendo este el discurso de las personas que buscan formarse en estos países como el nuestro.

Este trabajo de investigación se delimita en la frontera entre Paraguay y Brasil, específicamente Ciudad del Este, que se encuentra al oeste de Foz de Iguazú, a quien se conecta por medio del Puente de la Amistad; esta ciudad recibe un flujo importante de estudiantes de medicina, que de cierta forma influye en la economía de la región. Según el Medina (2018) corresponsal del Diario Última Hora, los alumnos brasileños gastan alrededor de un promedio mensual G. 5 millones, dejando un remante de 15 millones de dólares al mes en el Este.

Al observar este fenómeno, la curiosidad de este investigador por comprender mejorar esta dinámica social, que puede afectar la vida de muchas personas en diferentes dimensiones (social, económica, política y cultural), tanto en la sociedad brasileña como en la paraguaya, siguiendo un vasto universo de opiniones y conceptos de todas las partes involucradas en este proceso, justificando así la necesidad de esta investigación, con el fin de comprender los desafíos culturales a los que se enfrentan los estudiantes brasileños, los docentes y los estudiantes paraguayos en este contexto.

Planteamiento del problema de la investigación

La educación superior en la actualidad abre numerosas posibilidades a las personas de potenciar sus habilidades y conocimientos, sin embargo, la educación superior, hoy, se enfrenta a varios obstáculos y tendencias, debido a que existe un éxodo de alumnos hacia el extranjero. Es así que, en el Paraguay, en presidente Franco y posteriormente en Ciudad del Este alrededor del año 2010 comenzó la inmigración de alumnos brasileños a nuestras ciudades, con el fin de estudiar medicina. Y con esto, ha cambiado muchas cosas, no solo en ciudad, sino que también en las instituciones de educación superior que albergan a estos estudiantes.

Anterior a este panorama, solo nos preocupaba que los estudiantes universitarios aprendan, que consoliden el castellano, el guaraní y en algunas carreras de grado el inglés; ya que el portugués por ser una zona fronteriza, la mayoría maneja el idioma. Sin embargo, sumada a esta novedad, el escenario de la educación superior ha ganado otros desafíos, como ser el cultural, social, ideológicos, entre otros.

De igual forma, los estudiantes extranjeros que emigraron al Paraguay, y más especialmente a Ciudad Del Este y presidente Franco para continuar con sus estudios universitarios, se han encontrado con una cultura totalmente diferente, con un idioma, cuya enseñanza es obligatoria y es desconocida a ellos, es decir se enfrentan a un choque de cultural.

En particular, esta problemática se centra en la diversidad cultural, y en cuanto a este aspecto los estudiantes, relacionan esta acepción a temas de índole étnica, rural, idioma o desde la perspectiva de la zona de origen de cada individuo, aspectos estos que determinan esa conjetura de diversidad cultural, en el contexto educativo o social. Y

este enfoque fue transformándose a consecuencia del escenario sociocultural, debido a su inmigración de una zona a otra; o de un país a otro, y más aún a una universidad cuyo sistema educativo es totalmente diferente al que conocían.

Objetivo General

Analizar la percepción de los alumnos brasileños del cuarto semestre de la UPE y la UNIDA de la carrera de medicina ante la diversidad cultural a partir de su experiencia y formación académica, en el año 2022.

Objetivos Específicos

- Identificar las características sociodemográficas de los alumnos de medicina, en el año 2022;
- Conocer las dificultades del proceso de adaptación de los estudiantes de medicina;
- Verificar la percepción de los estudiantes de medicina acerca de la diversidad cultura en la universidad;
- Verificar y comparar acciones de la universidad en relación a la formación académica tendientes a la atención a la diversidad cultural del estudiante de medicina.

JUSTIFICACIÓN

Esta investigación se justifica desde el punto de vista, que la diversidad cultural, es un tema muy actual, no sólo a nivel regional, sino, que también a nivel mundial. Esto debido a que no solo en el ámbito laboral las personas se trasladan a otros puntos de su país o del mundo en busca de nuevos horizontes; sino que hoy en día la movilidad académica esta al orden del día.

Esta movilidad académica se debe a las oportunidades que ofrece en cuanto a oferta educativa las universidades privadas y públicas del Paraguay y más especialmente las universidades privadas en esta zona del país

La factibilidad de esta investigación se centra en que económicamente es una investigación que no será muy costosa y podrá ser solventada por el investigador; fácil acceso a informaciones, por ser un tema bastante estudiado, y se tiene acceso a la población objeto de estudio.

Así mismo esta investigación contribuye con la institución donde se encuentra la población objeto de estudio, ya que brinda información importante y relevante sobre sus estudiantes y ayudará para plantearse un plan de mejoras que redundará en beneficio de la comunidad educativa en cuestión.

MARCO TEÓRICO

La Triple Frontera

Para algunos, la triple frontera es el fin de los territorios nacionales, y para otros el inicio, la intersección de tres países limítrofes; Argentina, Brasil y Paraguay, por medio de las ciudades de Puerto Iguazú, Foz do Iguazú y Ciudad del Este respectivamente, (Montenegro & Béliveau, 2010) y las interacciones y los flujos entre estas áreas urbanas suceden en todas las combinaciones importantes entre ellas. Según las informaciones divulgadas por los respectivos organismos estadísticos, Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) de Argentina, Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEE) Del Paraguay – DGEE y por IBGE¹, en el caso brasileño, la población de la Triple Frontera, considerando sus ciudades zonas aledañas, serían aproximadamente 642 mil habitantes; 846 mil si se considera los alrededores de Ciudad del Este; y ciertamente mayor que eso si se considera la población en tránsito.

La ciudad de Foz do Iguazú, está ubicada en el extremo oeste del Estado de Paraná - Brasil, su población asciende a 264.044 habitantes, y una superficie de 618,35 km², según una estimación del IBGE para el año 2017, su límite geográfico, 138,6 km² constituyen el Parque Nacional Iguazú, espacio importante del bioma de la Mata Atlántica y donde se ubica una parte de las Cataratas del Iguazú, con una rica reserva de flora y fauna, pero lamentablemente una triste historia con las poblaciones indígenas locales, especialmente los guaraníes, quienes fueron asesinados y expulsados de la zona en nombre de apropiarse del espacio a intereses de la nación.

Ciudad del Este se encuentra en el extremo este del Paraguay, capital del departamento de Alto Paraná, ubicada a 327 km de la capital del país. Es la segunda ciudad más importante del Paraguay, por su población y por su desarrollo económico, cuenta con 312 652 habitantes, y su área metropolitana con más de 800 000 habitantes (si se incluye la ciudad de Foz de Iguazú) y superior a 500 000 habitantes en el departamento. Forma parte de la zona conocida como la Triple Frontera, en donde contacta la soberanía paraguaya con la del Brasil en Foz do Iguazú, y con la soberanía de la Argentina en Puerto Yguazú. (Gobernación del Alto Paraná, 2023).

Presidente Franco es una ciudad portuaria en la frontera de Paraguay, ubicada en la parte oriental del país en el departamento de Alto Paraná, a orillas del río Paraná, más precisamente en la intersección de los caudalosos ríos Paraná y Monday, a inmediaciones de Puerto Iguazú en Argentina y Foz de Iguazú en Brasil son llamadas la “ciudad de las tres fronteras” porque allí convergen los territorios de Paraguay, Brasil y Argentina¹. El casco urbano de Presidente Franco forma parte de la denominada área metropolitana del Este. Esta ciudad nació como puerto y hoy es una de las principales ciudades satélite de la capital departamental, Ciudad del Este

La ciudad registra un lento desarrollo. Esto se debe a que existe una gran dependencia de Ciudad del Este, en el aspecto económico. Casi el 70 por ciento de los pobladores de esta ciudad trabaja en la capital departamental. El sector comercial es el

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Órgão federal vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, responsável pelo censo nacional e gestão de dados populacionais e estatísticos.

principal soporte de la economía. Existe una zona donde la actividad se centra en la siembra de soja y otros productos hortigranjeros. Su nombre es en honor al presidente Dr. Manuel Franco, presidente del Paraguay en 1918 (Gobernación del Alto Paraná, 2023).

En Ciudad Presidente Franco, se construyó un puente llamado “Puente de la Integración Paraguay Brasil” el cual estará apto para la circulación en el año 2024, lo cual demuestra un compromiso de con el desarrollo de la región y la integración de los pueblos, si bien en un primero momento estará liberado para la circulación de camiones, terminadas las obras podrán circular vehículos y peatones.

Universidades en el Paraguay

Fogel, (2001) Afirma que la Universidad nació con la misión definida de buscar la verdad a través de la investigación científica, la reflexión filosófica y la crítica intelectual libre con el fin de reevaluar la dignidad humana y mejorar la sociedad de manera sostenible y significativa. Gira en torno a la sociedad y sus necesidades. La educación superior en Paraguay ha experimentado cambios y avances a lo largo de su existencia, pero aún quedan desafíos por superar ya que está muy por detrás de los niveles educativos de los países industrializados.

Los avances en la educación superior son notables, pero las demandas y expectativas para la nueva era del conocimiento están creciendo. En cuanto a la demanda de educación superior, ésta ha aumentado de 1.800 estudiantes matriculados en 1950 a aproximadamente 200.000 en la actualidad (Conacyt, 2012).

Con el creciente número de estudiantes que deseaban acceder a la educación superior, el número de universidades en Paraguay aumentó exponencialmente, hasta 1959 solo existía la Universidad Nacional de Asunción, entonces se establecieron más de 50 instituciones educativas de educación superior. Por supuesto, esta contribución del sector privado en términos de inversión de capital y recursos humanos es notable ya que representa más del 80% de los establecimientos de nivel superior.

El establecimiento de Universidades en Paraguay en los años 1989 y 1960, la Universidad Nacional de Asunción y la Universidad Católica, conformaron la base de la educación superior en los años 1990 con el establecimiento de las Universidades Nacionales de participación fuera de la capital del país, en Alto Paraná, Ñeembucú e Itapúa generan desafíos a los hábitos locales, brindando a los

jóvenes la oportunidad de formarse como profesionales universitarios sin tener que salir de su ciudad para ir a Asunción u otras universidades en el exterior. Estos hechos movilizaron a diferentes sectores de la sociedad para fundar otras universidades nacionales en diferentes provincias del país, en Guairá, Caaguazú, Concepción y Canindeyú y desde 2006 se activa la instalación de universidades Privadas (Gamarra, 2016).

Sin embargo, hay que tener presente los numerosos problemas que afectan gravemente la calidad, eficiencia y equidad de la práctica universitaria paraguaya.

Universidad Privada del Este-UPE

La UPE – Universidad Privada del Este, es la primera Universidad Privada en el interior del Paraguay. Empezó como Instituto Internacional de Enseñanza Superior IIES. El 26 de marzo de 1992, el Poder Ejecutivo del Paraguay emitió el Decreto N°13.039 por el cual da vida oficialmente la UPE. Las dos primeras carreras habilitadas fueron la de Dirección y Administración de Empresas, facultad de Ciencias Administrativas y Contables, y la carrera de Análisis de Sistemas, facultad de Ciencias de la Informática. En 1993, la UPE crea la Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales con la carrera de Derecho y Ciencias Sociales.

El proyecto se inició mediante convenio general con las Fuerzas Armadas Nacionales, inició dentro del Hospital Militar el 27 de febrero de 2006, según Acta No. 5 del 29 de mayo de 2006, adjunta a la Resolución No. 16/6 del consejo de universidades.

A finales de 2008 la universidad se trasladó a su local propio en Patricios y Guillermo Arias, siendo que, para la carrera de médica, esta es la sede central. En el año 2009 fue inaugurado la carrera de medicina en Presidente Franco, al año siguiente se estableció la carrera de medicina en Ciudad del Este.

Inicialmente la carrera de medicina inició con un curso de nivelación, el primero fue en agosto y el segundo en enero, a partir del año 2007, 2 cursos con 80 alumnos, en estos 2 cursos se han graduado 47 médicos de primera promoción, muchos de los cuales poseen posiciones importantes en el campo médico nacional.

La Facultad de Ciencias de la Salud lleva el nombre del Dr. Juan Manuel Riveros. La misión de la Facultad de Ciencias de la Salud, más precisamente la carrera de medicina, es formar profesionales de la salud capacitados en la gestión científica, técnica y humanística de la salud, comprometidos con los valores ética, responsabilidad social y afán de mejora continua, a través de la docencia, la investigación, la sensibilización. y servicio comunitario.

Con su enfoque de gestión de la excelencia académica, de 2012 a 2016, la UPE fue reconocida por 4 carreras por la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior, ANEAES. Las licenciaturas en Derecho, Odontología y Arquitectura de la sede del Presidente Franco están reconocidas por este órgano superior. En la sede de East City se reconocen los títulos de abogado. Este reconocimiento otorga a la UPE una posición diferenciada y sólida en el campo de la educación superior. Además, varias titulaciones están en proceso de reconocimiento por parte de ANEAES este año Actualmente, la UPE cuenta con 17 programas de estudio y 7 localidades: Ciudad Presidente Franco, Ciudad del Este, Asunción, Hernandarias, Minga Guazú, Santa Rita y Fernando de la Mora. Los esfuerzos institucionales de la UPE, en el campo de la educación superior, apuntan a los campos centrados en lo humano de la cultura, la ciencia, la ingeniería, la tecnología, las artes y las humanidades; como parte de un plan planificado y organizado, con fuertes inversiones en infraestructura y tecnología.

Para obtener el diploma médico de la UPE, no es necesario realizar un examen de ingreso, pero sí asistir a un curso de actualización de tres meses. Sin embargo, la universidad menciona que los estudiantes podrán recibir su diploma directamente si están

capacitados en el campo de la medicina, debiendo completar el formulario de solicitud y luego enviar una copia escaneada (Pretell, 2021).

UNIDA - La Universidad de la Integración de las Américas

La UNIDA, Es una de las instituciones de educación superior más importantes del país, de derecho privado, con personalidad jurídica y autonomía en didáctica, ciencia y disciplina. Fue creado por Ley N° 2.081 del 14 de marzo de 2003. Cuenta con moderna infraestructura inmobiliaria, avanzado equipamiento y 9 carreras universitarias acreditadas por la ANEAES, otras en proceso de tramitación.

La carrera de medicina está habilitada por el MEC y el CONES (Resolución N°004/2019). Se estableció el reconocimiento de la ANEAES (Resolución N° 348) para el sector salud, pero desde la sede en Asunción. Hasta el momento no ha habido información respecto a la acreditación en la sede de Ciudad del Este.

El formulario de inscripción a la carrera es digital, mediante la inscripción online en la misma página web. El programa consta de 12 semestres (6 años) con un total de 7,542 horas para obtener el título de médico. Gracias a datos proporcionados en el portal estudarmedicina.com.br, sabemos que en 2019 se inauguró el campus de Ciudad del Este al mismo tiempo que el inicio de las carreras de medicina.

La Universidad Integrada de las Américas se propone el desarrollo armónico de las funciones de docencia, investigación y difusión. En este sentido, con planes de investigación diseñados e implementados que reflejen lo establecido en la misión y visión de la organización, alcanzando sus objetivos:

Formación de Profesionales, capacitados para los diferentes campos de actividad e intensivamente capacitados para desarrollar las habilidades clínicas, necesarias para el ejercicio efectivo de su profesión, dotados de una sólida base científica, académica, ética, humanística y social.

Promover en los estudiantes el sentido de pertenencia, responsabilidad y respeto por la Universidad, las clases y la sociedad, permitiéndoles convivir y enriquecerse frente a las diferencias ideológicas, de género, personalidad y cultura.

Promover en los estudiantes excelentes habilidades sociales y humanísticas, demostrar creatividad y liderazgo, y poseer conocimientos actualizados del proceso salud-enfermedad y herramientas adaptativas adecuadas para la intervención.

Promover la formación integral de los estudiantes mediante el trabajo interdisciplinario con otras áreas del conocimiento, aprovechando las habilidades e intereses de los estudiantes.

Promover en los estudiantes una actitud de indagación, hacia la reflexión, el estímulo, la conexión y desarrollar en ellos una actitud crítica, el pensamiento creativo y así hacerlos más sabios intelectualmente autónomos.

La misión de las carreras de medicina de UNIDA es formar médicos líderes comprometidos con el concepto global de humanidad y salud, orientados al servicio con

actitud humana y ética, dispuestos a trabajar en equipos multidisciplinares.(Pretell, 2021).

Brasileños estudiando medicina en el Paraguay

Una de las características del área de la Triple frontera, entre Argentina, Brasil y Paraguay es su actividad, así como su importancia económica y geoestratégica. Entre estas peculiaridades se destaca el flujo diario de estudiantes que cruzan la frontera para estudiar (no solo medicina) en universidades regionales, o estudiantes y sus familias que migran a esta zona para estudiar medicina.(Pretell, 2020; Webber, 2018)

Es importante mencionar que, en el 2010, se creó la Universidad Federal da Integração Latino-Americana en Foz do Iguaçu y la carrera de medicina en 2014, haciendo que la ciudad brasileña cuente con una universidad federal que imparte esta demandada carrera. Este dinamismo creó, en primer lugar, un tránsito transfronterizo estudiantil diario ya que muchos estudiantes deben pasar la frontera a través del Puente de la Amistad (Brasil y Paraguay) sea en transporte público, vehículos particulares o en el servicio de transporte privado que ofrecen algunas instituciones privadas (Pretell, 2020; Webber, 2018). No obstante, otros estudiantes optaron por mudarse a Foz do Iguaçu o a ciudades en Paraguay como Ciudad del Este, presidente Franco, entre otras. En segundo lugar, esta dinámica ha tenido impactos económicos importantes.

Para efectos de este trabajo se cuenta con datos obtenidos de otros estudios sobre universidades de las ciudades de Ciudad del Este, Presidente Franco, Hernandarias y Minga Guazú en el departamento de Alto Paraná, para un total de ocho La universidad ofrece una carrera de medicina, con siete campus privados y sólo un campus público. En el caso de Brasil, sólo existe una universidad pública que ofrece educación médica en Foz do Iguaçu: la UNILA.

Esto significa que Paraguay tiene más universidades en esta área para estudiar medicina, aunque la mayoría de ellas son privadas. De estas organizaciones, cuatro fueron fundadas en la primera década de 2000, dos en los años 1990 y una en los años 1950. Asimismo, en términos de habilitación y acreditación la UCP, la UMS, la UNIDA (Sede CDE), la UNINTER (Sede CDE), UPE (CDE y Pdte. Franco), la UC y la UNE estarían habilitadas por el CONES, mientras que solo la UPAP y UNE estarían acreditadas por la ANEAES. No obstante, algunas se encuentran en proceso de acreditación o no se encontró información específica. En el caso de la UNILA, la institución fue creada en 2010 por la Ley 12.189 y la carrera de medicina en 2014, graduándose los primeros estudiantes de este curso en 2020 (Webber, 2018).

MARCO METODOLÓGICO

Población y muestra

La población estuvo conformada por 250 estudiantes pertenecientes al cuarto semestre del periodo lectivo 2022 de la carrera de medicina de la Universidad UNIDA de Ciudad del Este y de la UPE de Presidente Franco, que cuentan con la inscripción correspondiente en la institución.

De acuerdo al total de la población y de modo a asegurar la representatividad de la muestra se han consultado las tablas de Krejcie y Morgan (1970), citados por Campoy Aranda (2019, 585p.), en relación a las mismas, por la que la muestra quedó conformada por 126 estudiantes del cuarto semestre de la carrera de medicina, de entre 18 y más años de ambos sexos, de las universidades mencionadas anteriormente.

Participantes

En lo que respecta a los participantes del estudio, estos quedaron conformados por 126 alumnos del cuarto semestre de la carrera de medicina de la UPE y la UNIDA por lo tanto los criterios de selección de los participantes se centran en alumnos matriculados en el año 2022, en la carrera de medicina, correspondientes al cuarto semestre. La muestra quedó determinada de la siguiente forma:

Universidad	Muestra
UPE	65
UNIDA	61
Total	126

Técnicas e instrumentos de recolección de datos

El fenómeno de investigación que se llevó a cabo requirió un abordaje metodológico desde el paradigma emergente pragmático, que permite utilizar técnicas tanto cuantitativas como cualitativas desde el enfoque de investigación mixto, por lo tanto, para la obtención de datos cuantitativos se utilizará la encuesta, por aplicación de un cuestionario estructurado cerrado, con preguntas de respuestas dicotómicas y politómicas, se implementará un instrumento previamente validado para la obtención de estos datos, el mencionado instrumento ha sido utilizado para un estudio semejante a nivel internacional denominado la percepciones del profesorado, alumnado y Familias ante la diversidad cultural: el caso de un IES asturiano (2018)

La verificación de la pertinencia del instrumento, fue realizado por medio de validación de expertos en el área de ciencias de la educación, fue implementado una escala dicotómica, la cual fue adaptada teniendo como base el estudio sobre juicio de expertos llevada a cabo por Robles Garrote, P. y Rojas, M. D. C. (2015).

Procedimientos de aplicación de instrumento

En una primera instancia se solicitó los permisos pertinentes a la institución para la aplicación de la encuesta, una vez obtenidos los permisos, se realizó el proceso de difusión del cuestionario de tipo ad hoc de respuestas múltiples, el mismo será implementado por medio de Google forms, el cual tuvo difusión por medio de los grupos de WhatsApp de delegados de cada semestre.

ANÁLISIS DE LOS DATOS RECOLECTADOS

- 35 % de los estudiantes se encuentran entre los 18 y 25 años de edad, el 29 % entre 34 y más, 22 % entre 28 y 33 % y el 14 % entre 25 y 27 años. Es muy notoria que la mayor parte de alumnos estudiantes de la carrera de medicina de estas universidades se encuentran en los grupos de 18 a 24 años, que serían aquellos alumnos que han concluido sus estudios del nivel medio y los que poseen más de 34 años, correspondientes a aquellas personas que ya se encuentran desempeñándose como profesional en alguna área.

Cabe destacar que la edad que presenta mayor frecuencia es de 18 a 24 años de edad, siendo que 19 % corresponde a estudiantes de la UPE y 16 % a estudiantes de la UNIDA, no existiendo mayormente diferencia significativa en este dato en concreto entre ambas universidades.

- 55 % son del sexo femenino y 45 % del sexo masculino. Al comparar las frecuencias entre ambas universidades, no se evidencia diferencias muy significativas.
- 94 % de los estudiantes son de nacionalidad brasileña, el 5 % paraguaya y 1 % de otra procedencia. y en la particularidad de cada universidad se obtiene mayor porcentaje de brasileños, en la UPE 48 % y en la UNIDA 47 %. Estos datos se encuentran en concordancia con los datos estadísticos de la Dirección Regional de Migraciones, que según sus datos unos 25 mil brasileños estudian en universidades privadas de Ciudad del Este (Dirección Regional de Migraciones, 2022).
- 38 % de los alumnos se concentran en segundo curso, el 30 % en el tercer curso, el 12 % en el primer curso y en los cursos superiores se tiene un porcentaje muy pequeño, en el cuarto el 9 %, en el quinto el 5 % y en el sexto solo el 6 %. Así, entre los alumnos entrevistados, en el primero se tuvo en la UPE 6 % y en la Unida 5 %, en el segundo 14 % y 24 % respectivamente, en el tercero 21% y 9 %; en el cuarto 4 % y ^%, en el quinto 4 % y 1 % y en el sexto 2% y 4 %. Estos datos de acuerdo a los que respondieron las encuestas.
- 31% de la UPE dice que, si percibe sensación de discriminación, mientras que el 27 % de los alumnos de la UNIDA si perciben esta discriminación: en cuanto al no, 21 % afirma que no en la UPE y 27en la UNIDA.

Referente a lo que identifica como brasileño, el 66 % afirma que todas las opciones lo identifican como brasileño, el 12 % que el idioma, el 7 % que otras cosas, 6 % que su cultura, el 5 % las costumbre y el 4 % las comidas típicas. Esta en concordancia con la definición de la UNESCO (2001) en la que afirma que la cultura adquiere formas diversas a través del tiempo y del espacio. Esta diversidad se manifiesta en la originalidad y la pluralidad de las identidades que caracterizan los grupos y las sociedades que componen la humanidad. Fuente de intercambios, de innovación y de creatividad, la diversidad cultural es, para el género humano, tan necesaria como la diversidad biológica para los organismos vivos. En este sentido, constituye el patrimonio común de la humanidad y debe ser reconocida y

consolidada en beneficio de las generaciones presentes y futuras (UNESCO, 2001).

Entre los estudiantes de la UPE el 33 % afirma que sí influye y el 19 % que no; igualmente entre los alumnos de la UNIDA el 25 % afirma que sí y el 23 que no. Es decir que la mayoría de los estudiantes entrevistados afirman que la universidad influye en la identidad cultural de sus alumnos. Estas respuestas se encuentran en concordancia con la investigación de Martínez & Rodríguez, (2012), hoyos en el que desde la percepción de los estudiantes uno de los elementos que posibilita el abordaje de la diversidad cultural como parte de su proceso formativo, es el reconocimiento de la universidad como un espacio en donde se convive con diferentes culturas, asimismo consideran que en la universidad, especialmente en el Programa de Matemáticas, se brindan espacios académicos formales y continuos en los que se abordan temas relacionados con la diversidad cultural, entre los que se destaca las materias de Educación y Cultura a la que se ha venido haciendo alusión, las cuales les proporcionan las principales herramientas teóricas frente a la diversidad cultural aunque destacan la carencia de herramientas prácticas respecto al tema por las pocas oportunidades que han tenido de acercarse a los contextos educativos; así como en este trabajo los estudiantes manifiestan también que los conocimientos que están aprendiendo en la universidad se relacionan con sus intereses inherentes a la carrera, sienten que la universidad en algún punto incorpora varios elementos, ideas, creencias y prácticas propias de su cultura vinculadas principalmente a fiestas patronales, religiosidad popular y costumbres como la festividad del carnaval, pascua, navidad, pachamama, rituales de vírgenes y santos, día de los difuntos, uso de medicina tradicional, diversas prácticas y saberes ancestrales (Sorarire, 2012).

Análisis de datos cualitativos

Pregunta 1 - ¿Como imaginaste que sería tu vida en Paraguay? ¿Cuál fue tu impresión de Ciudad del Este?

Las respuestas se resumen en expresiones como:

1. "Pensé que la adaptación sería más fácil, pero no fue así. A fin de cuentas, lo estoy disfrutando"
2. "Seria uma experiênciã nova e com muitos aprendizados, e é mesmo"
3. "Es tranquilo. Mi adaptación no fue dolorosa, solo extraño mi familia. Los paraguayos en general son muy amigables y gustan de sus familias y gustan compartir"
4. "Para mí fue la resolución de un sueño que en mi país no podría realizar, me gusta bastante vivir acá, pero tengo miedo de formarme y no tener campo de trabajo acá. Mi primera impresión de CDE no fue muy buena debido la desigualdad social que se observa en el centro de la ciudad, pero después que se conoce se puede observar las calidades del Paraguay. En la cuestión cultural, es muy diferente, creo que los hombres en CDE son muy machistas"
5. "Diferencia cultural"

Ante las respuestas de los alumnos de ambas universidades se observa, que los

mismos tenían una expectativa diferente de la Ciudad y que encontraron algo totalmente diferente, en su mayoría ha encontrado receptividad, hospitalidad y una cultura que les gusta, que los acoge como extranjeros.

Como todo cambio en principio, a varios les costó la adaptación, sin embargo, ya se han acostumbrado, pues en cuanto al idioma, que parecía ser el mayor desafío al que encontrarían al llegar, no fue el principal obstáculo, ya que las personas en su mayor parte, en especial los docentes de la universidad han buscado la forma de hacerse entender por los alumnos.

Estas opiniones se encuentran en concordancia con otras investigaciones como las de Pretell,(2021), en la que los alumnos vienen a Paraguay a estudiar por estar más cerca de la frontera, porque pueden vivir en Foz de Iguazú, y no alejarse mucho de su realidad cultural.

Pregunta 2 - Durante su proceso de formación como estudiante de medicina ¿Qué experiencias de acercamiento ha tenido con estudiantes/comunidades culturalmente diversas? ¿Qué pensó? ¿Qué sintió? ¿Cómo actuó?

1. "Muchas, experiencia de alegría, saudades, tristeza, angustia, cansaço."
2. "Participo de um projeto social, é um processo somatório muito importante es que me ajuda muito"
3. "Con vivir con otra cultura e idioma no está siendo fácil, pero a la vez muy gratificante"
4. "Para mí fue muy buena experiencia, la comida es semejante, las personas intentan hablas el portugués"
5. "Tem colegas de todo lugar e estou aprendendo muito com eles , girias, costumes, comida etc"
6. "La cultura es algo magnifico y significativo en nuestra formación."
7. "Acerca de las comidas son muy ricas, el idioma castellano muy lindo, todavía el guaraní es muy difícil, las personas son muy amigables, creo que el mayor "shock" fue la postura de los hombres más viejos que no son respetuosos con las mujeres, les tratan como objetos, creo que el machismo muy fuerte todavía. La costumbre de tomar mucho mate, que en mi país es más café."

En cuanto a las experiencias vividas en su estadía desde que llegaron a Paraguay los estudiantes, han vivido diferentes tipos de sentimientos, algunos muy buenos y otros de discriminación, sin embargo, existen personas muy buenas, profesionales en la universidad y en los diversos locales en que viven.

Numerosas experiencias que se bien a través de la integración con otros estudiantes, de otras regiones del Brasil y así también estudiantes paraguayos y de otros países. Estas manifestaciones se encuentran en concordancia con la investigación de Verdeja Muñiz,(2018) En la que se afirma que el choque cultural depende de múltiples factores relacionados con aspectos como: el país de procedencia, competencia lingüística, no conocer el idioma.

Además de estas dificultades, también influyen otros factores como: los hábitos académicos previos del alumno/a, las formas de comunicarse, los hábitos o pautas culturales (por ejemplo: normas y costumbres de su propia cultura, etc.)

Pregunta 3 - ¿Cómo le han aportado estas experiencias a su formación como futuro médico?

1. “Entender que tem enfermidades que precisa de atenção, atentar futuros médicos também os cuidados.”
2. “Creio que assim me tornarei um melhor profissional, conhecendo os costumes e tradições e aprendendo a respeitar”
3. “Son buenas experiencias, solo el sistema de salud que debería mejorar con sus insumos para atender menor su población, que carece y necesita.”
4. “De uma forma ótima porque é muito importante um médico ter contato com outras classes sociais e culturais afins de melhorar sua visão sobre e ter mais empatia com o próximo.”
5. “Un contacto verdadero con paciencia y personas (de todo tipo) para aprender a lidiar mejor con diversas situaciones y espero conocer y actuar más en los proyectos.”

Mayoritariamente los estudiantes afirmaron que la experiencia vivida les aporta bastante, ya que, conociendo la cultura, costumbre y la vida cotidiana de los pacientes, les ayudara a ser mejores profesionales. Todas las experiencias vivenciadas en su día a día como estudiante, fortalecerá su aprendizaje, enriquecerá su contacto con las personas. De acuerdo a lo mencionado por los estudiantes las experiencias ayudan a humanizar y ver lo que debe y no debe ser como profesional ante los pacientes. Esto podemos respaldar con las discusiones de Verdeja Muñiz,(2018) que manifiesta en sus conclusiones que los alumnos que migran a otros países para estudiar por lo general tienen poco conocimiento de las culturas presentes en las aulas y al mismo tiempo demuestran a través de sus comentarios que los conocimientos previos que tienen de otras culturas están formulados, habitualmente, sobre la base de estereotipos.

Pregunta 4 - ¿Qué espacios se han generado en la Universidad para que ustedes como estudiantes de Medicina se acerquen al tema de la diversidad cultural?

1. “Inclusão de projeto na comunidade”
2. “Las prácticas hospitalares y eventos abiertos a la comunidad”
3. “Conociendo la diversidad em Paraguay”
4. “Muy pocos y necesita mayor agregación”
5. “En mi opinión, no tenemos esa oportunidad.”
6. “Hay cátedra de Guaraní y Socioantropología, que hablan de las cuestiones culturales del país”
7. “El idioma. La diversidad cultural dentro de lá própria universidade . Y todos Los

aprendizados de Los días. “

En relación a los espacios generados por la universidad para acercarse al tema de la diversidad cultural, en general los estudiantes manifiestan que muchos proyectos y actividades de extensión son realizados para abarcar este tema y adentrarse en lo que es la diversidad cultural como eje transversal en el proyecto educativo. Además, en asignaturas como sociología, guaraní idioma, se tratan temas y se realizan actividades para adentrarse al tema y a la vez conocer más las características y costumbres del Paraguay y compáralo con las de otros países del MERCOSUR.

En las prácticas hospitalarias se vive a diario esa experiencia de diversidad cultural y es una experiencia muy buena y fructífera para el estudiante de medicina.

CONCLUSIÓN

La educación para todos es un desafío importante para los sistemas educativos, que deben garantizar que la educación sea accesible y permanente para todos, independientemente de su raza, género, ideología, religión o circunstancias socioeconómicas; en concordancia con la UNESCO (2005) mejorar los estándares educativos significa “mejorar la calidad de vida y la igualdad social”. Se han establecido tres elementos para definir la educación de calidad, a saber, el respeto por los derechos y libertades de todas las personas, oportunidades educativas razonables y relevancia educativa. Cabe señalar que en los últimos años ha crecido el

interés por los derechos de los grupos minoritarios, por lo que los países latinoamericanos han puesto la provisión de una educación adecuada y de alta calidad en el centro de sus programas políticos y educativos. Estas ideas fundamentan esta investigación, para lo cual se han analizado los aspectos detallados a continuación.

Primeramente, se procedió a analizar los datos demográficos y las características sociodemográficas de los alumnos de medicina, en el año 2022; se observa que la población de la UPE y la Unida mayoritariamente se encuentra entre los 19 y 24 años de edad, que está en concordancia con el momento que dichos alumnos ingresan a la universidad.

Referente al proceso de adaptación de los estudiantes de medicina, es fundamental que le brindemos el apoyo que necesita, ya que la mayoría de los estudiantes han manifestado que esperaban otra realidad, aunque se hayan adaptado muy bien. En sus afirmaciones, de que la experiencia vivida fue muy válida, se encontraron con otra realidad totalmente diferente, mucha gente fue servicial y amable con ellos, sin embargo, hubo quienes se aprovecharon de los estudiantes, por ser extranjeros.

En cuanto a verificar la percepción de los estudiantes de medicina acerca de la diversidad cultural en la universidad; se observó que los estudiantes le dan importancia a conocer otras culturas, e incluso se muestran abiertos a la diversidad cultural, ya que consideran importante aprender todo lo relacionado a la cultura de Paraguay para poder ir a los hospitales, ya que los pacientes son de culturas diferentes.

Verificar y comparar acciones de la universidad en relación a la formación académica

tendientes a la atención a la diversidad cultural del estudiante, se verificó que, desde la percepción de los estudiantes, muy pocas acciones realiza la universidad en este campo, la mayoría de las actividades se centran en las visitas y clases de prácticas en ellos hospitales, y los proyectos de extensión.

Desde la experiencia de trabajar en la educación superior con alumnos extranjeros en la carrera de medicina en diversas universidades, es que se observa que los estudiantes extranjeros realmente enfrentan muchos desafíos interculturales en su paso por nuestro país para estudiar, entre los cuales se pueden mencionar el idioma, el desarraigo, la soledad, ya que viene solos sin su familia, la culinaria, los problemas económicos, ya que mucha gente busca aprovecharse del desconocimiento del idioma en las transacciones económicas, así como la propia sociedad, que los mira diferente, debido a la diferencia cultural. Todo esto ha hecho que muchos hayan abandonado la carrera debido a su bajo nivel de frustración y no poder adaptarse a la realidad de nuestro país.

Además, es importante considerar como afirma Rodríguez Izquierdo, 2009 en su investigación que las instituciones educativas buscan atender la diversidad cultural desde una visión de asimilación, tratando de integrar grupos culturales minoritarios a la cultura de la mayoría. Por lo tanto, el objetivo de la intervención es abordar las dificultades de aprendizaje -vinculadas con aspectos lingüísticos y la competencia curricular- en lugar de promover un proceso genuino de intercambio cultural.

Existe la conciencia de que hay mucho por hacer aun en cuanto a la atención a la diversidad cultural, a la interculturalidad y la internacionalización, sin embargo, con investigaciones como esta y otras tantas que existen, se puede comprender la realidad y el contexto en el cual se encuentran las instituciones educativas, no solo de educación superior, sino que de todos los niveles; pudiendo ser este un punto de partida para el cambio y mejora del proceso de interculturalidad y de hacer frente a los desafíos del proceso de interculturalidad educativa.

Concluyendo que desde la percepción de los estudiantes el elemento que posibilita un abordaje ante la diversidad cultural como parte de su proceso formativo, es el reconocer que la universidad es un espacio donde se convive a diario con diferentes culturas, asimismo consideran que en algunas asignaturas como Sociología e Idioma Guaraní, se contempla la cultura del Paraguay y sus características, así como la de otras culturas y costumbre, que los ayuda en su formación como profesionales, desde la perspectiva de la diversidad cultural, brindando así herramientas teóricas frente a la diversidad cultural. Así mismo, los estudiantes reconocen que en su proceso de formación les ha permitido crear conciencia ante la importancia de considerar los aspectos culturales dentro de los procesos de enseñanza aprendizaje, lo que puede sintetizarse en una disposición o actitud favorable para abordar los procesos educativos desde esta perspectiva, lo que implica que los docentes no imponen sus ideologías, sino que comparte conocimientos y experiencias con sus alumnos.

REFERENCIAS

Compte, G. M., & Sánchez del Campo, L. M. (2019). Aprendizaje colaborativo en el sistema

de educación superior ecuatoriano. *Revista de Ciencias Sociales*, 25(2), 131–140. <https://doi.org/10.31876/rcs.v25i2.27342>

CONACYT. (2012). Estadísticas, indicadores de ciencia y tecnología de Paraguay, 2012. Constitución Nacional del Paraguay. (1992). Constitución de la República de Paraguay de 1992. In Base de Datos Políticos de las Américas.

Dirección Regional de Migraciones. (2022). Datos estadísticos. Estudiantes Brasileños. Escorcía, G. J., & Barrios, A. D. (2020). Gestión del conocimiento en Instituciones de Educación Superior: Caracterización desde una reflexión teórica. *Revista de Ciencias Sociales*, Vol. 26, Num. 3. <https://doi.org/10.31876/rcs.v26i3.33235>

Gamarra, Z. del P. (2016). XVI Coloquio Internacional de Gestión Universitaria. Proceso de Internalización En La Universidad Nacional de Pilar, 1–21.

Gobernación del Alto Paraná. (2023). Ciudad del Este. Distritos Del Departamento Del Alto Paraná.

Medina, E. (2018, May 13). Estudiantes brasileños dejan unos 15 millones de dólares al mes en el Este. *Diario Última Hora*.

Montenegro, S., & Béliveau, G. V. (2010). La Triple Frontera: globalización y construcción del espacio. *Estudios de Asia y África*, XLV(3), 776–781.

Nunes, N. A. C. (2023). Escolas Médicas do Brasil. Valores Das Mensalidades Dos Cursos de Medicina.

Pretell, H. J. M. (2020). Relaciones Brasil-Paraguay: el caso de la carrera de Medicina en la Triple Frontera. *Universidade Federal da Integração Latino-Americana*.

Pretell, H. J. M. (2021). Relaciones Brasil-Paraguay: el caso de la carrera de medicina en la triple frontera.

Sorarire, E. R. (2012). La diversidad cultural en la universidad: Algunos mecanismos que operan en la configuración de Las Identidades Culturales. *Cuad. Fac. Humanid. Cienc. Soc*, 42, 105–112.

UNESCO. (2001). Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural.

Verdeja Muñiz, M. (2018a). Percepciones del profesorado, alumnado y familias ante la diversidad cultural: el caso de un IES asturiano. *Tendencias Pedagógicas*, 31(2018). <https://doi.org/10.15366/p2018.31.013>

Verdeja Muñiz, M. (2018b). Percepciones del profesorado, alumnado y familias ante la diversidad cultural: el caso de un IES asturiano. *Tendencias Pedagógicas*, 31(2018). <https://doi.org/10.15366/p2018.31.013>

Webber, M. A. (2018). Estudiantes Brasileños de Medicina en presidente Franco (PY): Motivaciones y tensiones de un flujo universitario.

A inclusão digital na pandemia: uma análise social e educacional

Cleonice Zimpel

Daiana Diel Pires

Felipe Odorizzi

Janser Franciel Philippsen

Leandro Felipe Dapper Oppermann

Renato Reis

Robson Alessandro Stochero

Tiago Francisco Garcia da Silva

Henrique Rambo

RESUMO

O tema central da presente pesquisa refere-se a relevância da inclusão digital na pandemia, diante da desigualdade social e economia em que se vive no Brasil, sendo uma temática importante para o desenvolvimento educacional e equidade na sociedade. Desse modo, depara-se com inúmeros desafios dentro do âmbito educacional, qualidade do ensino, adequações as novas metodologias de ensino, inclusão digital são temas complexos e importantes para a sociedade contemporânea. A presente pesquisa utilizou da metodologia bibliográfica para buscar embasamento teórico crítico sobre o informática na educação para o desenvolvimento contínuo mesmo diante do isolamento social durante a pandemia e a inclusão digital de alunos diante das desigualdades sociais. Em uma sociedade na qual um grande número de alunos pose recursos tecnológicos e conhecimento para utiliza-los, quem não os tem está em desvantagem nessa sociedade, desse modo, ao alisar diversos autores sobre a relevância da informática na educação, compreende-se que a inclusão digital possa ser uma formação relevante para todos.

Palavras-chave: inclusão; informática; sociedade; equidade.

ABSTRACT

The central theme of this research refers to the relevance of digital inclusion in the pandemic, given the social inequality and economy in which Brazil lives, being an important issue for educational development and equity in society. Thus, it is faced with numerous challenges within the educational sphere, teaching quality, adaptations to new teaching methodologies, digital inclusion are complex and important issues for contemporary society. This research used the bibliographic methodology to seek critical



theoretical foundation on the use of information technology in education for continuous development even in the face of social isolation during the pandemic and the digital inclusion of students in the face of social inequalities. In a society in which a large number of students lack technological resources and knowledge to use them, those who do not have them are at a disadvantage in this society. digital inclusion can be a relevant training for everyone.

Keywords: inclusion; computing; society; equity.

INTRODUÇÃO

A atualidade vem mostrando que a inclusão digital é uma tarefa relevante para a sociedade, em um momento na qual a sociedade passa por uma pandemia, com a infestação do Corona Vírus por todos os lugares, em que se precisou de isolamento social, a informática se mostrou uma opção presente para as aplicações de ensino a distância.

Desse modo, nos deparamos com inúmeros desafios dentro do âmbito educacional, qualidade do ensino, adequações as novas metodologias de ensino, inclusão digital, inclusão educacional, defasagens, dificuldades de aprendizagem, transtornos educacionais, etc. Perante o desafio do aluno isolado e os professores e equipe pedagógica buscarem meios para atender a todos igualmente, pois no Brasil observa-se grandes desigualdades econômicas e sociais, nem todos os alunos tem acesso ou conhecimento ao uso da tecnologia para a educação.

Contudo, diante do exposto anteriormente, a pesquisa em desenvolvimento nesse artigo teve por objetivo analisar a relevância da inclusão digital para o ensino de toda uma sociedade, incluindo a todos os alunos diante da necessidade do ensino remoto nos mais diversos problemas que poderemos ter, possibilitando assim a análise do uso da informática na educação, para que diante de desafios como essa pandemia, o desenvolvimento do aluno possa continuar, sem afetar drasticamente sua evolução intelectual.

A presente pesquisa justifica-se diante da possibilidade de novas condutas de isolamentos sociais, nos quais a sociedade precisaria se adaptar ao modelo de ensino presencial, buscando novos meios para que a educação dos alunos continue ao seu desenvolvimento adequado, buscando analisar criticamente a relevância da inclusão digital para o uso da informática como instrumento de ensino ao aluno, pois a desigualdade social pode acarretar em diferentes níveis de conhecimento e instrumentos informatizados.

Uma hipótese para essa problemática diz respeito a possibilidade de se incluir digitalmente os alunos na escola, minimizando as desigualdades sociais diante do uso da tecnologia aliada a educação, ensinando aos alunos em classes sociais mais baixas a utilizarem tecnologias que muitas vezes não possuem em casa, como computadores, por exemplo.

O tema a ser abordado possui relação com o curso ou com área de estudo, a sociologia, visto ser uma temática importante para a sociedade, diante de problemas pandêmicos, que necessitam de isolamentos, a sociedade precisa analisar a melhor forma da educação continua ser apresentada aos alunos, para que ele possa continuar seu

desenvolvimento em processo ao ensino e a aprendizagem.

Contudo, a metodologia abordada foi pensada na relevância da análise crítica bibliográfica diante da possibilidade da inclusão digital de todos os alunos, portanto, tem-se como o foco analisar bibliograficamente autores recentes durante os anos de 2019 a 2021, entre o momento pandêmico, analisar o uso das tecnologias para o processo de ensino de todos os alunos, diante dessa utilização como se dá a importância da inclusão digital.

A RELEVÂNCIA DA INCLUSÃO DIGITAL NA PANDEMIA

O ano de 2020 foi surpreendido com uma enfermidade epidêmica amplamente disseminada, a pandemia do covid-19, ocorrendo devido ao surgimento de um vírus nomeado de Corona Vírus, que rapidamente se espalhou para o mundo, sendo necessárias medidas drásticas para que o vírus não circulasse, o isolamento social em todo o mundo, com o isolamento necessário, as escolas fecharam as portas para o atendimento presencial, surgindo uma grande demanda para o ensino a distância com uso da tecnologia.

Desse modo, o presente estudo visa analisar os desafios e benefícios do uso da informática para a educação durante uma pandemia, seu uso para a educação a distância devido a necessidade do isolamento social. Contudo, analisa-se também como utilizar recursos tecnológicos com a desigualdade econômica latente no panorama social do Brasil.

Inúmeros são os desafios compreendidos nos aspectos como um direito de satisfazer as obrigações essenciais do aprendizado, a excluir os limites que cerca o ensino e a interação geral da sistematização educacional, aqui estudada pela temática da inclusão digital perante os alunos sem o equipamento ou conhecimento necessário para o uso do recurso tecnológico em casa. Diante dessas análises, buscou-se conhecer melhor a esfera da informática na educação, apresentado no tópico a seguir.

Informática na educação

O uso da tecnologia aliada a educação vem demonstrando diversos benefícios, diante desses benefícios espera-se que todos possam ter a possibilidade de utilizar para o amplo ensino de qualidade, diante dessa premissa, seguimos analisando autores que destacam a importância da informática para o processo de ensino e qualidade.

De acordo com Cox (2003), esses dois conceitos citados acima podem ser fundidos em uma ideia geral: Informática na Educação diz respeito à área científica que tem como objeto de estudo o uso de equipamentos e procedimentos da área de processamento de dados no desenvolvimento das capacidades do ser humano, com o objetivo de melhorar a integração do indivíduo.

Há também a definição de Valente (1997), que se refere ao termo Informática na Educação como uma inserção do computador no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares de todos os níveis e modalidades da educação. Para tanto, o professor da disciplina deve ter conhecimento sobre os potenciais educacionais do computador e ser capaz de adequar atividades tradicionais de ensino-aprendizagem e atividades mediadas pelo uso da tecnologia.

Deste modo, podem-se fundir as definições dadas anteriormente para a seguinte perspectiva: Informática na Educação é a possibilidade de inserir o computador no processo de ensino-aprendizagem, utilizando procedimentos da área de processamento de dados no desenvolvimento das capacidades do ser humano.

Segundo Valente (1997), a união da educação com a tecnologia é uma parceria interessante. Esta combinação contribuirá para o desenvolvimento da criança em uma sociedade cada vez mais permeada pela tecnologia, esta combinação também torna possível relacionar uma disciplina com outra, facilitando a atividade, ação e participação do aluno perante o processo de contextualização de fatos sociais, trocas de informações e, por fim, na construção do seu conhecimento.

De acordo com Piaget (1972) a atividade lúdica é a origem das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa., nesse caso, em se tratando da aquisição de conhecimento, o uso da informática na educação tem uma ligação constante com o lúdico, de forma que estes permeiam os conteúdos de uma maneira que concentram a atenção do usuário em um só foco, a utilização do software.

O uso do lúdico, imagens, sons e diversos recursos tecnológicos para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do aluno, contribuindo para a aprendizagem significativa, com fixação e melhora na concentração e atenção do aluno diante do ensino lúdico, como destacam diversos autores.

Em suas pesquisas o autor e professor Pucci (2005) traz um importante subsídios para o embasamento da reflexão acerca do cenário atual no âmbito da educação frente ao uso das tecnologias digitais, pois formar indivíduos na educação colocá-los em constante diálogo com o conhecimento, ajudando a construir a cultura, ciência e história da humanidade, e esses mesmos indivíduos podem posteriormente, analisar e refletir sobre problemas contemporâneos, de acordo com os desafios da atualidade.

A sociedade globalizada e informatizada esta cada vez mais tecnológica, havendo, portanto, uma necessidade que toda a sociedade possa ter conhecimento, ao mínimo prévio, para utilizar os meios tecnológico a favor do conhecimento.

Segundo Pucci (2005) nessa linha de pensamento crítico, analise-se também a necessidade do conhecimento diante das novas tecnologias, devendo essas fazerem parte da formação escolar, pois com elas possibilitam a formação do indivíduo adequa-se ao panorama tecnológico da contemporaneidade, causando impactos na maneira de pensar, agir e se comportar, perante o que se aprende com o uso da tecnologia no decorrer de sua vida e a formação da sociedade.

Em uma sociedade na qual um grande número de alunos pouse recursos tecnológicos e conhecimento para utilizá-los, quem não os tem está em desvantagem nessa sociedade, desse modo, ao alisar diversos autores sobre a relevância da informática na educação, compreende-se que a inclusão digital possa ser uma formação relevante para todos os alunos no âmbito escolar, desse modo, apresenta-se a seguir a temática inclusão digital diante dos desafios de uma pandemia.

A relevância da inclusão digital para uma sociedade

A inclusão digital é uma prática de relevância para a disseminação concreta igualitária para todos os alunos, uma vez que a utilização de recursos tecnológicos para o ensino é essencial diante do isolamento social perante uma pandemia, na qual exige-se o isolamento social e a utilização da educação a distância.

Nessa perspectiva, a utilização da informática na educação é positiva para diversas disciplinas, pois, cada vez maior o número de disciplinas científicas, humanas e artísticas que contam com a presença do computador para levar adiante os seus desenvolvimentos atuais. Física, Química, Biologia, a Engenharia, a História, a Filologia, Sociologia, Música e Pintura. Para estas disciplinas, a informática não é um fim em si mesma, mas sim um meio que facilitará o seu caminho para a consecução de alguns fins determinados (Cano, 2001, p. 158).

Segundo Morais (2003) a aquisição de conhecimento mediada pelo uso de tecnologias e sua capacitação para uso adequado proporciona uma melhor aplicação da teoria construtivista, pois o indivíduo aprende por si, em um espaço propício a testes de hipóteses e à possibilidade contínua de refazer qualquer processo, estimulando a construção do conhecimento, enfatizando assim a importância da inclusão digital de alunos no ambiente escolar, para fomentar o uso da informática como recurso pedagógico sendo imperecível que o aluno saiba usar a tecnologia perante a aula aplicada.

A tecnologia faz parte da vida em sociedade, nos mais diversos formatos, funções e desenvolvimentos, o mundo globalizado e informatizado é uma realidade da sociedade contemporânea em diversos contextos, de complexos componentes eletrônicos a pequenos celulares que cambem no bolso do indivíduo. Contudo, nem todos os indivíduos tem acesso e qualificação para o manuseio da tecnologia a serviço das práticas adequadas.

As classes sociais interferem drasticamente na vida do indivíduo, sobretudo no âmbito educacional, pois de acordo com Martins (2016) os alunos que frequentam escolas públicas, devido a opção precária, enfrentam obstáculos em sua trajetória acadêmica, falta de alimentação adequada, falta de condições mínimas de higiene e moradia, dentre diversos obstáculos para dar continuidade aos estudos.

A desigualdade social dos alunos pode restringir as possibilidades da formação tecnológica, uma vez que os responsáveis por esses alunos com baixo poder aquisitivo não dispõem de recursos para comprarem equipamentos tecnológicos para que os alunos possam utilizar para a aprendizagem.

Contudo, Martins (2016) afirma que a escola pode amenizar essas desigualdades sociais, avaliando-as e lutando para construir dinâmicas que auxiliem na equidade entre os alunos juntamente com a comunidade escolar, mesmo com as dificuldades estruturais do processo de escolarização.

O uso da informática na educação revela-se como um importante instrumento para mediação do processo de ensino e aprendizagem, principalmente diante da necessidade de isolamentos sociais que se deparam a sociedade contemporânea, nesse caso, o aluno que está incluído digitalmente e utiliza dos recursos para seu desenvolvimento educacional

pode continuar o fluxo da aprendizagem, sem interromper seu desenvolvimento no decorrer dos anos letivos.

Contudo, segundo Cruz (2004) para que o aluno seja incluído digitalmente, ele não precisa apenas de um computador com acesso a internet, é preciso que o aluno tenha respaldo para utilizá-lo, esteja preparado para utilizar adequadamente a tecnologia a seu favor, utilizando dos recursos educacionais na tecnologia de maneira ampla e plena.

A inclusão digital durante a pandemia trouxe à tona a necessidade da formação do indivíduo para o uso adequado da tecnologia a serviço da educação, na qual o uso desenfreado do *smartphone* ou computador pelo aluno não garante que ele está incluído digitalmente, e sobretudo diante da desigualdade social em que se depara o Brasil, nem todos os alunos possuem acesso a essas tecnologias.

Desse modo, a barreira para o uso adequado da tecnologia poderia ser quebrada ao incluir como formação a inclusão digital de alunos, adequando assim a tecnologia aliada a educação e ao informatizar todos os indivíduos, excluídos digitalmente da sociedade com grande desigualdade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços escolares, os sujeitos que a compõem e a educação, de um modo geral, vêm sendo alvo de diversos estudos críticos analíticos, onde as pesquisas desenvolvidas vêm sendo edificadas visando evitar a perpetuação da dualidade teoria e prática em prol de mudanças a favor do sistema educacional como um todo, a favor da educação de qualidade para todos.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a relevância da inclusão digital para o ensino de toda uma sociedade, incluindo a todos os alunos diante da necessidade do ensino remoto, analisando criticamente autores de destaque sobre a informática na educação, a inclusão digital de alunos em desenvolvimento escolar e como a desigualdade social afeta esses alunos para o uso da tecnologia aliada a educação

Pode-se observar e concluir que a inclusão digital pode (e deve) ser considerado um direito contemporâneo do cidadão, mesmo que seja um desafio para os governos. Um direito pois os meios digitais já fazem parte de forma significativa do atual modelo de vida na sociedade. Um desafio, pois a parcela da população que ainda não tem sequer acesso a internet por falta de recursos financeiros ou pela ausência de recursos estatais que facilitem este acesso.

Durante a pandemia do covid-19 e ao analisar criticamente os autores para fomento da presente pesquisa, observou-se na sociedade contemporânea, que o uso da informática foi benéfico para o desenvolvimento do aluno e a continuidade das aulas, sem a necessidade da interrupção do acréscimo intelectual do aluno, isso diante do panorama online, contudo, pode-se observar que nem todos os alunos possuíam equipamentos tecnológicos adequados ou conhecimento para o manuseio do componente a serviço da educação, afirmando assim a problemática da desigualdade social diante do uso da tecnologia.

A presente pesquisa corrobora com a possibilidade da inclusão de projetos de ensino para o fomento da inclusão digital nas escolas públicas brasileiras, uma vez que se apresenta a relevância da inclusão digital efetiva para o desenvolvimento do aluno diante do uso dessa metodologia em necessidade de isolamentos sociais ou mesmo como suporte as metodologias utilizadas.

Como trabalhos futuros, espera-se poder desenvolver um projeto de pesquisa a fim de aplicar aulas para fomentar o conhecimento dos alunos diante do uso da tecnologia aliada a educação, possibilitando assim a equidade tecnológica esperada pela sociedade ao utilizar recursos tecnológicos para ensinar alunos.

REFERÊNCIAS

- CANO, Cristina Alonso. **Os recursos da informática e os contextos de ensino e aprendizagem**. In: SANCHO, Juana Maria (org.). Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Art. Med, 2001.
- COX, K. K. **Informática na educação escolar**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003. 126 p.
- MARTINS, C. B. **Educação e desigualdade**: implicações no contexto escolar. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e ciências humanas. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156968/001016978.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 de novembro de 2021.
- MORAIS, Rommel Xenofonte Teles. **Software educacional: a importância de sua avaliação e do seu uso nas salas de aula**. Monografia: Ciência da computação. Faculdade Lourenço Filho. Fortaleza: Ceará, 2003. 52 p.
- PIAGET, J. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Paulo Francisco Slomp, do original incluído no livro de: LAVATTELLY, C. S., STENDLER, F. Reading in child behavior and development. New York: Hartcourt Brace Janovich, 1972.
- PUCCI, Bruno. **E a razão se fez máquina e permanece entre nós**. VII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Ensaio. Minas Gerais: UFMG, 2005.
- VALENTE, J. A. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, UNICAMP. 1999. 156 p.
- VALENTE, J. A. **O uso inteligente do computador na educação**. Pátio Revista Pedagógica. Editora: Artes Médicas Sul, v. 1, no. 1, São Paulo, 1997.

Educação no campo: um estudo sobre o desafio da prática da leitura e escrita em salas multisseriadas

Education in the field: a study on the challenge of reading and writing practice in multi-serial rooms

Francisco Lázaro da Silva

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação de mestrado desenvolvida para validação de títulos, que traz como temática. Educação no Campo: Um estudo sobre o desafio da prática da leitura e escrita em salas multisseriadas, onde busca discutir o contexto em que se encontra as classes multisseriadas nas escolas em zonas rurais. Para alcançar os objetivos da investigação. Utilizou-se nesta pesquisa o método hipotético-dedutivo, pois a investigação tem origem num problema, cuja solução envolve conjecturas, pelo processo de inferência dedutiva testa a predição da ocorrência de fenômenos. Com um enfoque qualitativo e como instrumento de coleta de dados se aplicou um questionário com perguntas abertas e fechadas com os docentes de uma escola pública municipal. Os principais resultados apresentam que, a infraestrutura escolar e a falta de qualificação docente são os fatores que impactam negativamente na qualidade do ensino ofertado.

Palavras-chave: escolas multisseriadas; educação do campo; aprendizagem.

ABSTRACT

This study is a summary description of a master's thesis developed to validate titles, which has as its theme. Education in the Countryside: A study

Desafios da educação na contemporaneidade - Vol. 14

DOI: 10.47573/aya.5379.2.269.14



on the challenge of reading and writing in multigrade classrooms, which seeks to discuss the context in which multigrade classes are found in schools in rural areas. To achieve the objectives of the investigation. The hypothetical-deductive method was used in this research, as the investigation originates from a problem, the solution of which involves conjectures, through the process of deductive inference it tests the prediction of the occurrence of phenomena. With a qualitative approach and as a data collection instrument, a questionnaire with open and closed questions was applied to teachers at a municipal public school. The main results show that school infrastructure and the lack of teaching qualifications are the factors that negatively impact the quality of education offered.

Keywords: multigrade schools; rural education; learning.

INTRODUÇÃO

As escolas rurais ainda adotam o sistema de ensino multisseriado em suas práticas pedagógicas. Nesse modelo, os alunos de diferentes séries, com variação de idades, são instruídos por um único professor. É responsabilidade desse educador planejar e ministrar conteúdos educacionais distintos nesse ambiente singular.

O problema que despertou este estudo surgiu quando se observou que o ensino no multisseriado precisa ser alvo de maior engajamento do sistema de ensino, principalmente em escolas rurais, que dentre suas limitações possui sim perspectivas que se bem incorporadas só tende a acrescentar ao grupo escolar. Diante disso procurou-se saber: Quais as dificuldades e os desafios de se trabalhar a leitura em salas multisseriadas? As classes multisseriadas são análises de diversas pesquisa complexas, especialmente no contexto da Amazônia, devido à sua extensa extensão territorial e características geográficas. A realidade das escolas multisseriadas ao longo do rio evidencia os problemas históricos da educação e a incerteza da oferta do ensino com qualidade.

A pesquisa busca compreender como ocorre a construção do conhecimento em turmas multisseriadas na escola foco desta pesquisa. Hipótese: Se as escolas multisseriadas são conceituadas pela forma de organização escolar que corresponde a “multi = vários seriado = séries”. Desta forma, entende-se, que é um conjunto composto de variadas séries escolares, todas instituídas em uma única sala de aula, objetivando o ensino entre alunos com diferentes idades e conseqüentemente séries/ anos, na busca por garantir a escolaridade de todos os envolvidos o que torna plausível uma excelente estratégia de ensino.

A presente obra se justifica pois existe um baixo rendimento no processo da leitura e escrita nos alunos que estudam nesta modalidade de ensino. O multisseriado é considerado um ensino emergencial pelo qual as redes municipais e estaduais se utilizam como estratégia para continuarem e atender à necessidade dos alunos nas escolas.

ESCOLAS DO CAMPO E AS CLASSES MULTISSERIADO

A educação no campo é um direito humano básico que pode trazer benefícios

importantes para as comunidades rurais e para a agricultura em geral. No entanto, por meio da educação os agricultores e suas famílias podem desenvolver aptidões importantes, aumentar a conscientização sobre questões ambientais e de saúde pública e promover a inclusão. Investir em infraestrutura e recursos educacionais é crucial para as áreas rurais. Dessa forma, as pessoas que moram no campo podem ter acesso a uma educação de qualidade.

A luta pela educação do campo não é isolada e para fins restritos ao campo educacional, ela está ligada à luta pela terra pelo saneamento básico, saúde, igualdade entre homens e meninas e diversas outras questões de grande importância para a qualidade de vida, seja na cidade-estado ou no campo. No projeto social defendido pela educação do campo “campo” e “cidade-estado” são entendidos como territórios complementares.

Caldart (2002) especifica que a Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza estatístico está um povo brasileiro que vive neste lugar; estão pessoas de diferentes idades, famílias, comunidades, organizações e outros. Que a ideia de Educação do Campo se faz vinculado à realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturadas e urgentes.

Os movimentos sociais que se dedicam à luta pela educação do campo devem estender seus ideais a cada região do país a cada estado, a cada município, a cada chamada comunidade civil rural. Da mesma forma, todos os estados e municípios, principalmente na região amazônica, podem se unir aos movimentos sociais pela educação do campo e assim reforçar o ideal e garantir uma educação de qualidade para os sujeitos em todos os contextos brasileiros. Não se pode aceitar o fato de que os direitos que nos foram concedidos nos foram retirados.

O tipo de ensino proporcionado pelas classes multisseriadas têm sido, ao longo da história considerado distante do ideal, sendo atualmente alvo de várias abordagens teóricas e práticas que tentam levantar os problemas deste sistema tanto do ponto de vista do aluno, quanto do professor, visando encontrar alternativas ou rotas de melhorias em relação a este formato. Entre os teóricos pode-se citar Menezes e Santos (2002, p. 2), ao desenvolverem o verbete “Escolas Multisseriadas”, no Dicionário Interativo da Educação Brasileira, não só definem classe multisseriada como afirmam que:

[...] as classes multisseriadas existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos, baseados na metodologia da aceleração e no telecurso, buscando atrair crianças e adolescentes em situação de rua, analfabetas ou defasadas em seus estudos, para que possam aprender e serem convencidos a continuar na vida escolar (Menezes e Santos, 2002, p. 2).

As escolas rurais não foram criadas para atender aos interesses do homem do campo, mas “a escolarização do campo se revela um fenômeno decorrente da expansão das relações capitalistas no campo”. A falta de um olhar mais sensível e atento dessas políticas tem levado os professores que atuam nas classes multisseriadas a vivenciarem processos formativos, práticas, orientações para o trabalho pedagógico e um currículo que são alienígenas ao contexto da Educação do Campo e das classes multisseriadas, por ter como égide a lógica da racionalidade técnica. Isso tem levado muitos professores

negarem-se a exercer a docência nessas classes, pois, tais políticas têm criado um contexto educativo marcado pela precarização do trabalho docente. Tais elementos têm contribuído para gerar discursos e representações negativas em torno do trabalho pedagógico em classes multisseriadas, fazendo emergir o preconceito em torno desta realidade (Santos e Moura, 2010).

De acordo com Hage (2003, p.02) afirma-se que as classes multisseriadas se constituem na modalidade predominante de oferta do primeiro segmento do ensino fundamental no meio rural do estado do Pará e da região amazônica. (...) segundo autor, estas encontram-se ausentes dos debates e das reflexões sobre educação rural no país e nem mesmo “existem” no conjunto de estatísticas que compõem o censo escolar oficial. Observa-se que a multisseriação é uma das principais características das escolas do campo, e que é mais presente em alguns estados.

Pensar a educação no contexto ribeirinho amazônico é tentar estabelecer uma relação desta com a realidade que circunda o aluno, pois este contexto se constitui como um *locus* de desenvolvimento diferenciado, que pouco se tem conhecimento na literatura. É um contexto com diversas peculiaridades como o modo de vida extrativista, ausência de energia elétrica e falta de saneamento básico; e, principalmente, com precário acesso às políticas públicas, nas áreas de educação e saúde (Mendes, Ramos, Pontes, 2008).

Nessa perspectiva de pensamento Galvão (2009) evidencia-se que a educação no meio rural amazônico se trata de um contexto bastante complexo mediante os desafios do cotidiano educacional. A educação assegurada a todos e garantida por lei ainda enfrenta grandes obstáculos, especialmente quando direcionamos o olhar para as turmas multisseriadas, salas de aula formadas por diferentes séries, desde a educação infantil até as séries iniciais do ensino fundamental e atendida por um só professor, muito presente nas escolas localizadas em todo o meio rural brasileiro. Além de pouco discutida entre os especialistas e estudiosos do tema, a educação em turma multisseriada encontra-se submetida ao sistema excludente, pois se encontra esquecida e relegada ao abandono. Isso, geralmente, dificulta o acesso e permanência dos alunos nas escolas.

Os professores de classes multisseriadas sofrem inúmeras angústias, os mesmos em sua longa e árdua tarefa tende a se desdobrar entre planejamento, séries e alunos de diversas idades e na maioria das vezes seu trabalho é pouco visto pelas secretarias de educação, pois estes por sua vez só sabe cobrar perfeição e nada fazem para facilitar a vida do educador. Não oferecem apoio pedagógico, moral e ético, ou seja, o professor sozinho desenvolve seu trabalho de tal maneira que possa agradar a secretaria, e esta por sua vez não oferece qualidade nenhuma, apenas quer que seja oferecida uma quantidade favorável que venha agradar o sistema, porque o que interessa é o sistema, o professor e alunos estão sempre em segundo plano.

Em alguns casos as Secretarias de Educação mandam o professor para a sala de aula simplesmente com um pincel, um quadro branco e uma pilha de livros velhos e ultrapassados, e lá o professor que se vire para desempenhar um bom trabalho e muita das vezes tem que tirar do seu regrado salário para comprar materiais pedagógicos, que facilite o desempenho do professor e para que o aprendizado dos alunos seja favorável.

As classes multisseriadas, por se caracterizarem pela diversidade e por serem

heterogêneas, permitem usar este aspecto de modo positivo, buscando, na interação e na construção de relações das diferenças, a possibilidade de uma cooperação dentro do espaço escolar, com aprendizagens significativas (Ferri, 1994). Lembrando as ideias de Almeida e Placco (2002) sobre as relações interpessoais em sala de aula, vale ressaltar que:

É na interlocução e no cotidiano das relações em sala de aula que essa complexidade do humano pode estar em movimento contínuo e de reorganização. O confronto com os outros, consigo mesmo e com a mudança tem também um papel essencial no estabelecimento dessas relações, pois convoca especialmente o professor a “um repensar e reposicionar sua consciência da sincronicidade. O confronto com a experiência de mudança do outro, com os questionamentos trazidos à prática docente, às posições pessoais e aos valores, o encarar a própria mudança, no decorrer do trabalho cotidiano, são aspectos decisivos para a ampliação e o questionamento da própria sincronicidade consciente. “O confronto com a mudança não é algo tranquilo e nem ocorre sem resistências”. A busca de justificativas para que o trabalho fique como está, a não-percepção de ocorrências da prática, e da necessidade de mudanças a serem introduzidas nessa prática, são processos de alienação, contrários ao movimento da consciência e do confronto, são contingências da própria vida, do cotidiano. “Mas ou há movimento de busca de superação desta alienação — mesmo que momentânea e reconhecida como tal — ou não há possibilidade de consciência crítica (Placco, 1994 p. 15).

Diante do exposto, faz-se necessária uma discussão sobre as diferentes possibilidades de organização da ação pedagógica na (EJA) em contexto de classes multisseriadas.

Diz-se que a nomenclatura “multisseriada” induz a um pensamento preconceituoso, pois subentende-se que ao agrupar alunos de diversas idades e com etapas e desenvolvimentos físicos e mentais diferentes de ensino se torna complexo e difícil tanto para professor quanto para o aluno, o processo de ensino aprendizagem, reduzindo assim as potencialidades de uma educação com qualidade e estereotipando ainda mais a educação no campo (Behrmann, 2015). No entanto, observa-se, professores que não foram preparados para trabalhar com a heterogeneidade das séries e ritmos de aprendizagens.

As classes multisseriadas são assim como todo o contexto do campo visto de forma preconceituosa pela sociedade em geral, desconsiderando-se assim todo o potencial em termos de quantidade e de qualidade que essa parcela poderia dar ao país em termos de contribuição educacional e cultural (Behrmann, 2015).

O que contribui também negativamente é muitas vezes acontecer em sala de aula, ter um professor com uma formação, ou capacitação totalmente diferente da realidade do seu aluno. Sua estrutura se caracteriza-se pela “situação em que reúnem estudantes de várias séries, idades e interesses, na mesma sala de aula e no mesmo horário com apenas um professor ou professora”.

Para Castro (2018) explica que as classes multisseriadas possuem uma configuração diferente das classes urbanas, mas que devido à referência de qualidade estar focada no modelo seriado urbano acêntrico, a metodologia utilizada nelas, na maioria das vezes, segue a utilizada nas escolas seriadas.

A Escola Rural Multisseriada, tem suas representações sociais, construídas e mantidas durante décadas. As principais são: a descentralização da responsabilidade política e ineficácia educativa. A representação social quanto à descentralização da responsabilidade política está presente desde a implantação à consolidação da Escola

Rural Multisseriadas. Isto é, constatado na maioria das constituições federais, onde fica determinado que a responsabilidade política da manutenção, fiscalização e acompanhamento pedagógico dessas escolas, sai da instância do governo federal para províncias. A segunda representação é de cunho cultural, pois está no imaginário coletivo da sociedade.

As classes multisseriadas são um grande desafio que leva os educadores a repensar a escola, suas disciplinas, séries, conteúdos e avaliações, pois os educando do campo merecem ser tratados com dignidade e precisam de uma educação de qualidade, ainda há muito a ser feito para que possa se falar que a Educação do Campo é favorável ao aprendizado do discente.

Comunidade de agricultores para não perder a escola experiência educativa, comunidade, território, identidade (Caldart, 2008, p. 71). A educação do campo é um conceito comparativamente novo que surge das demandas, necessidades e vivências da população do campo sendo um projeto contrário ao apresentado pela classe hegemônica. Trata-se de um projeto de educação em oposição à educação rural histórica. que tem os pré-requisitos “Um dos principais elementos de mediação entre oprimidos e oprimidas [...]” (Freire, 2011, p. 46).

Consequentemente, o projeto respeita e leva em consideração os saberes tradicionais, um dos princípios dos quais é o pluralismo. Isso porque “as temáticas desse campo são diversas, e requeremos incluir essa diversidade em nossas considerações políticas e educacionais” (Caldart, 2008, p. 84). Essa é a educação que Paulo Freire preconizou em sua Pedagogia do Oprimido como uma educação libertadora e humanística voltada para a libertação dos oprimidos a fim de criar uma constituição para uma sociedade mais igualitária.

Educação criada para as pessoas do meio rural, cujo objetivo é conscientizar homens e meninas do campo para as contradições existentes, que possam ser construtores de seu próprio destino, e não simples reprodutores dos interesses alheios. levando em conta essas proposições, a educação do campo é de grande importância, pois a realidade social objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação humana, também não muda por acaso. Se os homens são produtores dessa realidade e essa realidade se volta contra eles e os condiciona na “inversão da prática, a transformação da realidade opressora é uma tarefa histórica, é tarefa dos homens (Freire, 2011, p. 51).

A dificuldade de concretização dos projetos pela educação do campo reside no fato de propor um modelo social, política, cultural, contrário ao modelo e aos interesses da classe dominante. Nesse modelo, a exploração e a desigualdade são princípios fundamentais da existência do sistema. O atual modelo de produção utiliza a escola para dois intentos: por um lado, é um corredor que conduz à produção ou ao desemprego e, conseqüentemente, à exploração do trabalho.

Nas escolas do campo encontra-se muito professores despreparados, alunos com a ausência, família e falta de apoio pedagógico. O ensino que se busca para uma turma multisseriada deve ser flexível, com professor qualificado e bem remunerado, metodologias diversificadas, participação ativa da família escolar, troca de conhecimentos entre professores e alunos e também uma boa organização do espaço escolar.

A falta de treinamento do professor não é o único problema, mas um educador qualificado pode buscar novos métodos que melhorem o aprendizado do aluno. As Secretarias de Educação, por sua vez, devem apoiar os professores no enfrentamento dos diferentes graus de desenvolvimento intelectual e ritmos de aprendizagem, oferecendo recursos para uma maior variedade de atividades, com trabalhos individuais e coletivos.

Numa escola Multisseriada, a aprendizagem é destacada como núcleo do trabalho pedagógico. As condições do trabalho pedagógico na escola remetem a um olhar de construção teórico-prática, no qual se configuram várias articulações, sejam de ordem afetiva, cognitiva ou social, que ora auxiliam, ora interferem no processo de ensino-aprendizagem. Segundo ela, evidencia-se a importância das escolas multisseriadas, com base no papel determinante que assumiu na alfabetização do meio rural. Com certeza essas escolas podem ser consideradas como o maior órgão alfabetizador destas comunidades isoladas. A aprendizagem acontece numa turma heterogênea e diversificada.

A educação tem um papel importante na construção do conhecimento de um indivíduo pois o conhecimento não se edifica, ele se transmite e depende de como cada um aprende, pois nem todos aprendem da mesma forma. Segundo Piaget, a aprendizagem advém da experiência que a criança adquire de forma ordenada, sendo o desenvolvimento responsável pela formação do conhecimento. As emoções e as interações sociais também fazem parte da aprendizagem dos alunos por isso é muito importante que a escola viabilize meios para que essas duas características básicas contribuam para o processo de construção do conhecimento.

O papel do professor antigamente era apenas o de transmissor de informações, em que os alunos eram “domados” para serem sujeitos obedientes sem consciência crítica. Atualmente, o papel do professor é tornar o aluno criativo e ter a oportunidade de adquirir autonomia em seus conhecimentos e manter a comunicação e a socialização com todos da sociedade contribuindo assim para o exercício da cidadania com ética e valores.

Para Behrmann (2015) entende-se que o processo de formação dos professores deve começar pelo estudo e análise (reflexão) do ato de ensinar. Nos programas de formação o conhecimento deve reportar-se à prática e ao conjunto de problemas e interrogações que surgem no diálogo com as situações conflituosas do cotidiano educativo. Ou seja, a reflexão sobre a prática deve mesmo constituir-se como o ponto de partida do currículo de formação.

As práticas docentes proativas são fundamentais no processo de ensino e desenvolvimento das gerações e formação de cidadãos autônomos, críticos, participativos e criativos. Para tanto, os docentes necessitam de uma ferramenta em sala de aula que busque com que o aluno deixe de ser um receptor de informações e passe a construir o seu próprio aprendizado.

A sociedade contemporânea exige que os alunos tenham aptidão para a resolução de problemas, pois isso torna o estudante competente para construir conhecimentos por meio de situações desafiadoras. Pois “quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando de curiosidade epistemológica” (Freire, 2011, p. 27).

Estimular o pensamento crítico é um fator essencial para proporcionar um ambiente fértil para o debate e a discussão de ideias, tornando possível que os estudantes questionem e avaliem os conteúdos e os materiais apresentados. Um olhar crítico sobre a realidade também auxilia a compreensão, a leitura e a resolução de problemas, atributos necessários para o aumento do desempenho e para o sucesso em sala de aula.

Desenvolver a confiança e a autonomia desde cedo colabora para uma série de aspectos na evolução cognitiva das crianças e dos jovens. A partir desse incentivo, o crescimento torna-se mais saudável, e o aluno tem a chance de adquirir conhecimentos que serão úteis para toda a vida. Assim, tais habilidades também são de extrema importância para adquirir a capacidade comunicacional, contribuindo diretamente para a criação de vínculos afetivos com os colegas e demais pessoas ao seu redor.

Com a aprendizagem é preciso desde cedo, já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que o aluno aprenda a construir seu conhecimento, que investigue, pesquise, construa seu próprio conhecimento. Se a escola através do professor ou do material didático der ao aluno, principalmente, nos anos iniciais tudo pronto ou “mastigado” matará a curiosidade dos jovens. É bom lembrarmos que “ninguém educa a ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2011).

As classes multisseriadas constituem-se na modalidade predominante de oferta do primeiro seguimento do ensino fundamental no meio rural do Amazonas, ou seja, é uma modalidade de ensino que favorece o educando do campo nas séries iniciais. As classes multisseriadas, estão presentes na educação rural, já que numa boa parte dos municípios brasileiros a maioria no Norte, o ensino municipal abrange prioritariamente a zona rural.

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública municipal, localizada no Município de Anamá-AM/Brasil. A Instituição buscar desenvolver o processo educativo dentro dos parâmetros de: respeito, dignidade e solidariedade frente às relações com os alunos e a comunidade, pautando nossas ações em práticas objetivando o desenvolvimento da comunidade. Buscando a valorização da vida, dignidade humana, respeito, igualdade. Educação: O processo educativo nas escolas é pautado nos conteúdos curriculares, nos projetos educativos e programas determinados pelas secretarias de educação.

A instituição de ensino procura proporcionar mais eficácia na educação dos alunos e uma maior interação entre escola e comunidade, facilitando assim os procedimentos do ensino-aprendizado, ampliando o relacionamento entre escola e comunidade, através das atividades culturais, sócias e esportivas envolvendo toda a comunidade escolar, afim de fomentar atitudes e hábitos de respeito ao patrimônio escolar.

Utilizou-se nesta pesquisa o método hipotético-dedutivo, um procedimento científico que envolve a formulação da hipótese com ênfase para encontrar resultados a partir dessas suposições e testes empíricos para ver se as consequências são consistentes com a realidade.

Se aderiu um enfoque qualitativo pode ser vista como uma metodologia de pesquisa

não estruturada e baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema. Nesse tipo de estudo os entrevistados constituem ideias livres a respeito e um determinado tema.

Um sujeito humano de pesquisa significa um indivíduo vivo sobre o qual o pesquisador(a) realiza a pesquisa e obtém dados mediante a intervenção ou interação com o indivíduo, ou informação privada identificável.

O pesquisador selecionou para sua coleta de dado, (um) o professor titular de uma turma multisseriado e mais 5 (Cinco) professores da mesma escola que já trabalharam com classes multisseriado que se disponibilizaram a colaborar com o projeto. Gil (1999, p. 117) conceitua a entrevista como “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A educação rural significa batalhar pelos direitos do Estado. Porque a educação é nosso direito estatutário e dever. Portanto, quando “o estado deixar de ser um estado de direitos e se estabelece como um estado de privilégio, a educação como direito será atacada e negada”. Nesses últimos 20 anos na educação do campo os movimentos sociais viabilizaram o direito à educação, a fim de garantir o direito único de aprender. Mais como falar em educação rural sem fomentar a formação dos educadores rurais que é muito mais exigente.

A educação do campo torna-se parte de uma dinâmica social e cultural mais ampla. É preciso estar sensível a essas dinâmicas sociais, educacionais e culturais, pois novos sujeitos estão sendo criados e formados. Quando se perguntou dos professores qual visão que eles possuíam sobre uma turma de alunos multisseriados eles fomentaram que:

Figura 1 - Parecer docente sistematizado.



Fonte: O pesquisador (2023)

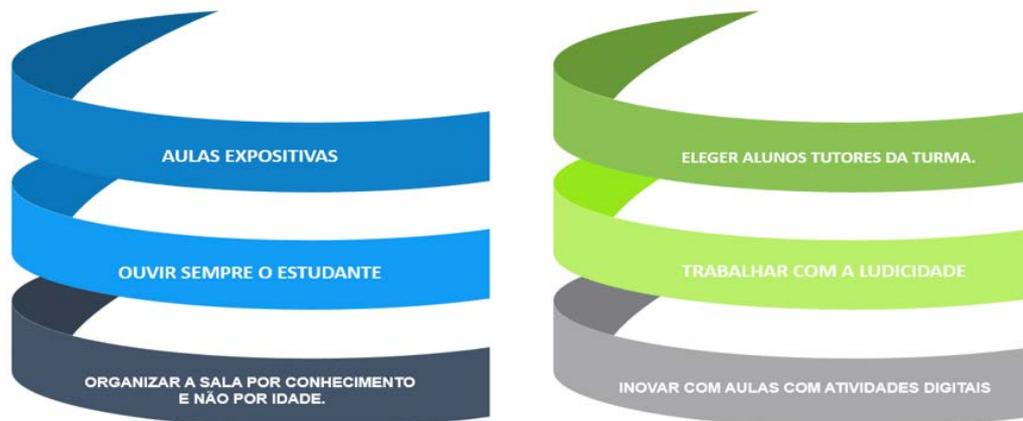
Como comprovado são inúmeras as dificuldades de uma classe multisseriada, bem

como seu benefício é relevante, como relatado pelos professores as maiores dificuldades é a estrutura precária das escolas rurais se referindo as escolas em geral que usam tal modalidade de ensino, mais enfatizando a escola pesquisada, se caracteriza como a falta de investimento por parte do governo.

Corroborando com Ferri (1994), os professores de classes multisseriadas sofrem inúmeras angústias, os mesmos em sua longa e árdua tarefa tende a se desdobrar entre planejamento, séries e alunos de diversas idades e na maioria das vezes seu trabalho é pouco visto pelas secretarias de educação, pois estes por sua vez só sabe cobrar perfeição e nada fazem para facilitar a vida do educador. Não oferecem apoio pedagógico, moral e ético, ou seja, o professor sozinho desenvolve seu trabalho de tal maneira que possa agradar a secretaria, e esta por sua vez não oferece qualidade nenhuma, apenas quer que seja oferecida uma quantidade favorável que venha agradar o sistema, pois o que interessa é o sistema, o professor e alunos estão sempre em segundo plano.

Portanto, em meio a tantos gargalos dentro do sistema educacional, o professor deve ser um verdadeiro estrategista, ainda mais diante de tantas coisas que disputam a atenção dos alunos em sala de aula, principalmente em uma sala de multisseriado. Quando se perguntou dos professores quais estratégias de ensino eles usam para ministrarem suas aulas com alunos em séries e idades diferentes eles relataram que:

Figura 2 - Estratégias propostas pelos entrevistados.
ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA MULTISSERIADO
 ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS - 2023



Fonte: O pesquisador (2023)

Como apresentado na figura os educadores viabilizam estratégias rentáveis ao ensino, ressalta-se que a palavra estratégia é usada quando se trata de educação, seleção, organização e oferecer as melhores ferramentas para facilitação para que os alunos aprendem da maneira certa, os professores mesmo na escola com pouco recurso se valem de uma boa metodologia que precisa ser mais aprimorada, para se obter melhores resultados. A maior dificuldade que os professores enfrentam em salas de aula multisseriadas é ensinar alunos de diferentes idades e níveis de habilidade ao mesmo tempo.

Quando se desenvolve alguma estratégia em especial aos alunos de classe multisseriadas o professor precisa ser inovador, pois as estratégias visam atingir os objetivos. Conseqüentemente, deve ficar bem claro onde se quer chegar com o processo

de ensino-aprendizagem naquele momento.

Ficou comprovado que a educação em classes multisseriadas apresentar suas dificuldades, no entanto precisa-se adotar um modelo de ensino mais inovador ou seja único, com aulas dinâmicas, com um currículo adaptável a modalidade de ensino, com o professor trabalhando com o método igual aos outros docentes. Com formação continuada direcionada a proposta curricular para classe multisseriada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo foi desenvolvido com intuito de conhecer a realidade do contexto educacional nas escolas com classes multisseriadas, e compreender como ocorre a construção do conhecimento em turmas multisseriadas, considerando essa vertente, na escola pesquisada. Levando em consideração as indiferenças quando o assunto está relacionado a levar educação de qualidade aos alunos de classes multisseriadas.

Comprovou-se que os docentes que trabalham com esta modalidade de ensino precisam ser mais inovadores com suas metodologias para sempre terem conteúdos atrativos.

A classe multisseriada, por sua composição, com todas as suas incertezas, é na verdade um ambiente propício para novas reflexões sobre saberes e aprendizagens coletivas. Certamente, com políticas públicas, formação educacional, cursos adaptados ao campo pautados em questões pertinentes a esse contexto, se obterá uma ação transformadora. A presente pesquisa procurou resgatar do esquecimento a preocupação acadêmica pelo ensino rural, no sentido de desenvolver um estudo mais aprofundado sobre as classes multisseriadas.

Portanto, acredita-se que mudanças urgentes devem ser feitas nas classes multisseriadas, como: mais recursos, uma metodologia interdisciplinar com temas geradores, professores capacitados, enfim uma reforma que qualifique e aprimore o ensino multisseriado para que os sujeitos da zona rural tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. & PLACCO, V. M. N. S. **As relações interpessoais na formação de professores**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BEHRMANN, Rita Maria Pereira. **“As práticas interdisciplinares com alfabetização e letramento em classes multisseriadas.”**, [s.d.], 2015.
- CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; Expressão Popular, 2013.
- CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Revista Trabalho Necessário 2, nº 2 (30 de maio de 2002).

CALDART, Roseli Salete. “**Educação do campo**: notas para uma análise de percurso”. Trabalho, Educação e Saúde 7, nº 1 (junho de 2008): 35–64.

CASTRO, Éden Santos. **A Classe Multisseriada: Um Espaço De Garantia De Direito**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 12, Vol. 06, pp. 44 -59 Dezembro de 2018.

FERRI, Cássia. **Classes multisseriadas**: que espaço escolar é esse? Florianópolis:UFSC, 1994. Dissertação de mestrado.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 2011.

FERRI, Cássia. **Classes multisseriadas**: que espaço escolar é esse? Florianópolis:UFSC, 1994. Dissertação de mestrado.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GALVÃO, Maely. A.S. **Educação Rural na Amazônia**: Turmas Multisseriadas na Perspectiva na Inclusão no Município de Manacapuru/AM. Dissertação - UFAM. 2009.

HAGE, S. A. M. **A realidade das Escolas Multisseriadas frente às conquistas na Legislação Educação**. Pará. CNpq. 2003.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. (2002). “**Classes multisseriadas**” (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora. Disponível em www.educabrasil.com.br/dicionario. Acesso em 09/01/2024.

MENDES, RAMOS, PONTES. Revisão integrativa: **método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem integrative literature**. Texto & Contexto Enferm, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out/dez, 2008.

SANTOS E MOURA. (2010). **A História (invisível) do Currículo no Cotidiano de Professoras da Roça, em Classes Multisseriadas** In: Anais da 25ª Reunião Anual da ANPED: Educação: manifestos, lutas e utopias. Caxambu: ANPED. CD ROM.

Culturas e linguagem escolar nas salas multisseriadas na Escola Ribeirinha Santa Rosa

Cultures and school language in multigrade rooms at Escola Ribeirinha Santa Rosa

Silvino Freitas do Nascimento

Mestrado em Ciência da Educação: Pela Universidade Francis Xavier. Pós-graduação em Filosofia da História pela a Faculdade Angla Latino. Licenciado em Filosofia; Faculdade Evangélica do meio Norte. FAEME

RESUMO

A temática deste estudo busca compreender as práticas pedagógicas dos docentes em salas multisseriadas, enfrentando os desafios da formação docente que começa a se desdobrar diante das diversas facetas da Educação do Campo e da multisseriação. A realidade dos povos camponeses propõe a valorização de suas raízes, valores, costumes e cultura, suprindo as reais necessidades da formação do professor do campo. As salas multisseriadas são frequentemente rotuladas como sinônimo de atraso e baixo rendimento escolar, devido à composição de turmas com diversas séries, sob a responsabilidade de um único professor, muitas vezes lidando com estrutura física precária, escassez de material e outros desafios como: transporte escolar e recursos didáticos. A linguagem, cultura e educação em escolas ribeirinhas são essenciais para promover uma boa desenvoltura na oralidade e na escrita, capacitando os alunos a serem pensadores e construtores de sua própria história. Busquei compreender e interpretar a vivência dos educandos na sala de aula, bem como as formas de linguagem oral e escrita utilizadas pelos profissionais de educação. Mesmo diante das diferenças na forma de falar, escrever e se expressar, entende-se que isso não deve ser motivo de exclusão. Segundo Júlia Dominique (2001), Caldart (2020), Dayrell (1996) e Tardif (2000, 2002, 2005), foi a partir de estudos sobre essa temática que se abriram novas ideias e se disseminou um trabalho crucial de reflexão. Mudanças nas metodologias educacionais podem desmistificar os paradigmas presentes nas escolas e minimizar formas de segregação por meio da ação do professor e de sua formação. Desse modo, os estudos demonstram o quanto o aluno do campo inspira apreciação e convicção dos saberes, proporcionando continuidade e aprofundamento dos estudos para lidar com suas inquietações por meio das atividades propostas pela escola.

Palavras-chave: educação do campo. linguagem ribeirinha. multisseriação na escola.



ABSTRACT

The theme of this study seeks to understand the pedagogical practices of teachers in multi-grade classrooms, facing the challenges of teacher training that begin to unfold in the face of the different facets of Rural Education and multigrade. The reality of rural people proposes the valorization of their roots, values, customs and culture, meeting the real needs of rural teacher training. Multigrade classrooms are often labeled as synonymous with delay and low academic performance, due to the composition of classes with different grades, under the responsibility of a single teacher, often dealing with precarious physical structure, scarcity of material and other challenges such as school transportation and didactic resources. Language, culture and education in riverside schools are essential to promote good oral and written skills, enabling students to be thinkers and builders of their own history. I sought to understand and interpret the students' experience in the classroom, as well as the forms of oral and written language used by education professionals. Even given the differences in the way of speaking, writing and expressing oneself, it is understood that this should not be a reason for exclusion. According to Júlia Dominique (2001), Caldart (2020), Dayrell (1996) and Tardif (2000, 2002, 2005), it was from studies on this topic that new ideas were opened and crucial work of reflection was disseminated. Changes in educational methodologies can demystify the paradigms present in schools and minimize forms of segregation through the actions of teachers and their training. In this way, the studies demonstrate how much the rural student inspires appreciation and conviction of knowledge, providing continuity and deepening of studies to deal with their concerns through the activities proposed by the school.

Keywords: rural education. riverside language. multigrade at school.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a linguagem é ideológica, também social, histórica e cultural e que está vinculada á vida das pessoas, essa vinculação envolve o ser humano dentro e fora da escola, mas o fato é que a linguagem se diferencia dependendo do contexto onde se vive; os vários ambientes onde se constrói e se desenvolve a linguagem tem sido alvo de estudos diversificados, entre eles estão os aspectos culturais.

Por isso, entende-se que a linguagem, como uma ação humana, que está inserida toda uma história adquirida através das práticas, vivencia desenvolvida pelos os indivíduos, este aspecto se apresenta como um leque de significados que revela os agentes no mundo.

A identidade das pessoas é construída a partir da cultura, nesse sentido, essa construção apresenta aspectos importantes para a construção e concepção de um mundo mais inter-relacionado com o processo cultural em que vive.

Assim, esse estudo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a linguagem, à cultura e a educação, em escolas multisseriadas, nas demais áreas ribeirinhas, levando em consideração as concepções e teorias já existentes, essa reflexão surgiu a partir da necessidade de relacionarmos a linguagem humana, com a educação e culturas nas escolas compreendendo as suas facetas, através do qual tanto a linguagem quanto a educação são transformadas.

LINGUAGEM DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS

Mikhail (1995) vê a linguagem numa dimensão sócio histórica, sendo o ócio da expressividade linguística, onde valoriza o homem como um sujeito que produz conhecimentos, além de levar a reflexão sobre a importância e a potencialidade da linguagem, o estudioso vê a linguagem como forma de expressão, ele busca esse processo de interação a partir do diálogo entre as pessoas e a língua, e se utiliza dos sentimentos, emocionais com objetivo de criatividade, da história, da expressão, da palavra para a compreensão do significado imaginativo e simbólico que o sujeito pode expressar.

Os povos ribeirinhos compreende que a produção histórica, é construída nas interações sociais, nos diálogos que permite pensar as demais ações daquilo proveniente de seus ancestrais, costumes, crenças e se abastece de variados saberes deixados pelas culturas passadas e si apropria, constituindo a sua consciência, compreendendo também a linguagem no aspecto ideológico e social, é nesse sentido, que a linguagem representa conceitos de comunicação, ideias, significados e pensamentos, na prática educativa, essa linguagem pode ir além das capacidades faladas e escritas, podendo ser representadas por brincadeiras, danças, crenças e gestos, é importante salientar que os universos discursivos estão atrelados às múltiplas imagens, que permitem o desenvolvimento de práticas inerentes em nós, proporcionando um cenário de compreensão de uma dimensão contemplativa e interativa. Para Teixeira (1996, p. 1884), “a função interativa da linguagem dá-se por meio do aspecto histórico-social. Ela é transformadora no sentido de construir a relação entre homem e a realidade natural e social.”

É visível que a linguagem está ligada a questão social, não podendo está desvinculada da sociedade, pois ambas se formam concomitantemente dessa forma, a apropriação é ideológica nela está refletida o modo em que as pessoas perfazem a sua interpretação pela ideologia, a linguagem dos sujeitos é apenas uma aptidão ou capacidade adquirida que se manifesta por meio de conjuntos organizados que se chama língua de que as comunidades se servem para estabelecer a sua interação com os outros, mas a linguagem se manifesta através da língua tem seu emprego, pode ser verbal ou não verbal. Segundo Cagliari (2002, p.52). “A escrita preserva a língua como um objeto inanimado, fossilizado, a vida de uma língua está na fala.”

Quando se mora em uma comunidade rural e a sua escola se insere nessa comunidade o que se vê, muitas vezes é a imposição do dialeto padrão de prestígio aos alunos falantes do dialeto rural, a cultura é um fator primordial no desenvolvimento linguístico do escolar, por isso, deve ser respeitada, ao privilegiar o dialeto padrão e, muitas vezes, até impor, a escola pode sim influenciar na mudança do dialeto falado pelos alunos de comunidade rural, mas reconhece que o respeito à cultura desses deve ser mantida, a escola deve sim propor o dialeto padrão e trabalhar o reconhecimento do aluno quanto a esse dialeto, conscientizando que ao buscar uma vida melhor através dos estudos ele precisará do dialeto em algumas etapas da vida.

APORTE METODOLÓGICO

Este trabalho de pesquisa é resultado de um trabalho docente desenvolvido na educação do campo, na região de Humaitá Amazonas. Partiu do princípio da compreensão dos dados qualitativos, que foi primordial para subsidiar esse objeto de estudo, que foi o ponto de partida para o entendimento dos fatos históricos, integrando e relacionando elementos teóricos e muitas vezes práticos. Assim a pesquisa assumiu alguns pressupostos do caminho percorrido das salas multisseriadas da escola: Santa Rosa as margens ribeirinhas do rio Madeira.

Como procedimento metodológico adotou-se os seguintes passos:

- 1) Pesquisa bibliográfica sobre a temática, e os processos de intensificação sobre a educação do campo e sua compreensão histórica Freiriana;
- 2) No segundo momento, foram desencadeadas visitas e entrevistas com a gestora e professores que atuam na escola Santa Rosa;
- 3) A partir desses dados empíricos coletados em campos, começou a pensar um conjunto de condições nos questionários e entrevistas que caracterizam a ação intensificadas desses professores.

Figura 1 - Área de pesquisa.



Fonte: Nascimento, S.F. Set/2023.

A pesquisa se consolidou por meio de estudo elaborado seguindo os métodos que pudessem ancorar sobre o objeto de estudo, esse trabalho está configurado em pesquisa de campo, é composto também por material já elaborado, pretendeu-se realizar um estudo descritivo, permitindo que contemple os objetivos desse estudo, consubstanciando assim resultados com base nos estudos primários, o objeto de estudo empregado delineou a temática: Culturas e Linguagem Escolar nas salas Multisseriadas na escola Ribeirinha Santa Rosa, cujo o estudo dessa investigação está situada na área rural de Humaitá Amazonas.

A EDUCAÇÃO RIBEIRINHA DA COMUNIDADE SANTA ROSA

A Escola Municipal Rural Santa Rosa, está localizada a margem esquerda de quem desce o curso das águas de quem sobe o rio pela margem direita do rio Madeira, foi construída pelo senhor Raimundo Rodrigues do Nascimento conhecido por todos da

região como (MUNDAIA) prefeito daquela época, mais a sua construção iniciou-se em 1996, enquanto isso, a comunidade esperava, e as aulas iam acontecendo em casa até concluírem a escola, depois de construída passou por uma reforma em 2014 e 2022, a mesma escola atende as comunidades próximas como: comunidade Pacoval, comunidade de São Paulo, comunidade Namour, comunidade Bananal, comunidade Novo Israel, comunidade Galileia e comunidade Nazaré: Usa como meio de transporte barcos para transportar alunos das referidas comunidades, sua economia local, é baseada no extrativismo mineral (ouro) e economia de subsistência como: pesca, banana, cacau, mandioca, são fontes de subsistência das famílias da comunidade de Santa Rosa, algumas famílias recebem bolsa família como ajuda na renda familiar, mesmo assim, muitos pais recorrem ao garimpo em busca de uma condição financeira para robustecer a renda familiar, diante destas atitudes dos pais, os filhos também seguem juntos em busca do ouro causando o abandono escolar.

Esse abandono dos alunos para ir à busca de trabalho, causa problemas no processo ensino-aprendizagem, pois quando volta para a escola permanecem na mesma série levando ao desânimo, pois a turma já não é mais a mesma, vendo seus colegas de sala de aula em outra série, e muitas vezes já se sentem envergonhados por motivo da idade, que já ultrapassou a sua série.

Em vista disso, a escola que fora ali construída recebeu esse nome, em uma terra de várzea, cujo período das enchentes do rio madeira, o ano letivo passa por mudanças cronológicas.

A MULTISSERIAÇÃO NA ESCOLA SANTA ROSA

A escola desde a década de 90, já trabalha com multisseriação, devido às demandas de alunos advindas das comunidades próximas não serem numerosas, a escola atende cinco comunidades que estão situadas na calha do rio Madeira, com um transporte fluvial muito lento, é comum saírem muito cedo, e às vezes não rebem o café da manhã ou a primeira refeição do dia, a priori, sai cedo e retorna tarde, toda essa situação enfadonha dificulta o processo ensino aprendizagem na Escola Santa Rosa.

Dessa forma, outro entrave que os educandos das comunidades distantes enfrentam são as situações adversas do período de estiagem do rio Madeira, torna-se intrafegável para esse modelo de transporte escolar, muitos deles precisam passar por praias de areia quente no período de estiagem nos turnos matutino e vespertino, assim a educação nas escolas multisseriadas ribeirinhas desenvolvem a sua pedagogia, nesse emaranhado de problemas que dificultam as metodologias e a didática nesse tortuoso caminho diário.

Pude perceber, que a educação oferecida aos discentes ribeirinhos que vivem e trabalham no campo sempre foi deixada para as discussões públicas, tendo que se conformar com pequenas ações imediatistas que tinha como plano o desenvolvimento do país e não uma educação pensada para a formação dos educandos em questão.

Notaram-se ainda por meio de uma conversa informal nos debates sobre as salas multisseriadas, elas são tratadas como estratégia: “tu brincas de aprender que eu brinco de ensinar” como uma tapa buraco para solucionar os problemas das escolas distantes da

cidade para a divisão de turmas em multisseriadas.

As escolas multisseriadas encontram grandes dificuldades de funcionamento no sistema educacional brasileiro. Além de correr risco de fechamento pelas prefeituras por não haver demandas de alunos, elas são marginalizadas pela sociedade como escolas com o ensino deficiente (Souza e Santos, 2007).

Durante o processo de investigação, ouviram-se vários comentários por parte das pessoas que nunca nem se quer ouviu falar em sala multisseriada, o fato é que, em torno das classes multisseriadas constituiu uma imagem de que esse modelo de ensino em que um único professor atende as várias séries ao mesmo espaço de tempo, se por um lado é uma modalidade de ensino tão recorrente nas comunidades ribeirinhas, e pouco difundida, sendo ainda desconhecida por muitos.

A quantidade de alunos por turmas varia de acordo com a seriação de 5 a 15 alunos em média por sala, sendo também a variação por idade na série cursando o Ensino Fundamental, a exemplo disso, tem uma turma chamada de multi C, onde todos estão cursando na mesma sala do jardim ao 5º ano, isso no período vespertino, pela manhã o muti (A) essa linguagem chamada pelos docentes, que abarca os alunos de 3º, 4º e 5º ano, ainda existe o Multi (B) que são alunos de 1º e 2º ano, o que se observou é que: somente a Educação Infantil é separada, mediante uma conversa informal com a gestora, ainda será desgastante e problemático desenvolver um trabalho nas sala multisseriadas da escola nesse ano letivo de 2024.

Nessa condição das salas multisseriadas, o professor precisa desenvolver capacidades mais apuradas para administrar seu tempo em sala de aula, visto que, as turmas são visivelmente fragmentadas, o que exige a perspicácia do professor diferenciando o dinamismo; pois o docente que leciona no sistema seriado possui as quatro horas para trabalhar com uma mesma série e os da sala mutisseriada tem que dividir esse mesmo tempo com, no mínimo duas séries, então ele se desdobra dividindo o quadro em partes, onde passa matéria para uma série, enquanto essa copia distribui atividades para outra, ao mesmo tempo orienta para que outra série siga a matéria do livro didático, enfim, explica, corrige, atende a cada aluno, as vezes oferecendo assistência individualizada: medicando, fazendo curativos, o que é pior, sem alternativa de melhorias. Assim diz Nicácio *et al.* (2011, p. 20):

São visíveis as carências geradas pelas classes mutisseriadas, no entanto esta é uma realidade que não deve ser desprezada, pois é constante. Nesse sentido, é muito importante que se convide a reflexão sobre como desenvolver uma educação multisseriada sem que não sejam estabelecidas grandes lacunas entre o ensino seriado.

É notório que o meio rural é visto como uma porta de entrada para o mercado de trabalho, pois a maioria dos professores começa sua carreira profissional no campo, como não poderia de deixar de serem, salas multisseriadas, tendo em vista, o primeiro contato com esse modelo de educação os professores sentem-se desmotivados, em muitas situações às vezes é desprovido de recursos como: água tratada, energia elétrica, serviços básicos de saúde, educação, transportes para ida e vinda do professor para voltar no final do mês para retirar seu pagamento, e para completar esse quadro de angustia, assumindo as salas multisseriadas, muitos desses professores aceitam na esperança de conseguir a sua remoção definitiva para a cidade, é importante ressaltar que na maioria das vezes os

educadores ministram todas as disciplinas para alunos de variadas séries na mesma sala, desenvolvendo saberes que não chega ao alcance de todos, essa forma de organização do ensino fundamental, notadamente no meio rural promovido pelas escolas, cujas, as turmas são composta por alunos de diferentes idades, série e níveis de aprendizagem.

Neste tipo de organização pedagógica, apenas uma professora ou professor trabalha com esses alunos, na mesma sala de aula e no mesmo horário, a multisseriação é organizada pelo numero reduzido de alunos para cada série, o que caracteriza como uma simples turma, ela representa um tipo de escola peculiar, como escola do meio rural, que é oferecida a determinada população, que nos remete a uma reflexão sobre a concepção de educação que se pretende trabalhar, em virtude disso, os alunos das turmas multisseriadas desenvolvem poucas habilidades para a leitura, interpretação de texto e cálculos matemáticos.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para a construção desse perfil, foram realizadas entrevistas com a gestora da escola e professores, estrategicamente com o intuito de colher respostas para se construir um arcabouço entre as diferentes formas metodológica de ensinar do professor nas salas multisseriadas, a partir desse principio pode estabelecer diferentes perfis. Os dados obtidos com as entrevistas, questionários e conversa informal, descrito neste artigo serve de análise simultâneo do trabalho desenvolvido pelo pesquisador, juntamente com as observações, afim de construir o cotidiano dos sujeitos analisando assim as suas práticas.

Para análise minuciosa das entrevistas com categoria de pergunta, para assim, compreender o universo investigativo, as categorias adotadas foram: A aprendizagem, interpretação, dados de identificação, formação, convivência com a comunidade, vínculo com o meio rural, experiência docente, condição de trabalho, e qualidade de ensino do professor.

A maioria do corpo docente da Escola Santa Rosa, é composta por mulheres e 02 dois homens, no quadro docente não existem professores iniciantes, a maioria tem mais de 06 seis anos exercendo o seu magistério em salas multisseriadas, a prática acaba se tornando a maior aliada dos docentes que atuam nas escolas rurais, sendo sua práxis seu maior embasamento, quase que frequentemente, os professores ter guardado na lembrança imagem de um professor especial, ou de um professor ruim na desenvoltura de seu trabalho docente.

Quadro 1 - Rendimento, movimento e taxas de rendimento do Ensino Regular 2021.

Rendimento / Movimento	Educação Infantil			Ensino Fundamental – Anos Inicial					
	Creche	Pré-escola	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Aprovados	0	0	0	3	6	7	10	6	32
Taxa de reprovação	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Concluintes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de abandono	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecido	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Rendimento / Movimento	Educação Infantil			Ensino Fundamental – Anos Inicial					
	Creche	Pré-escola	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Taxa de aprovação	0	0	0	100	100	100	100	85.7	–
Taxa de não resposta	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Baseada no rendimento escolar 2021 da própria escola.

Quadro 2 - de rendimento e movimento das matrículas iniciais presenciais 2022.

Rendimento / Movimento	Educação Infantil			Ensino Fundamental – Anos Inicial					
	Creche	Pré-escola	Total	1ºAno	2ºAno	3ºAno	4ºAno	5ºAno	Total
Aprovado	0	0	0	9	3	6	7	10	35
Reprovado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concluinte	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferido	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Deixou de frequentar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecido	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sem movimentação / Curso Em Andamento ¹	0	14	14	0	0	0	0	0	0
Não Resposta ²	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Baseada no rendimento escolar 2022 da própria escola

É importante se ter uma compreensão maior da necessidade de uma aprendizagem significativa, que alcance as necessidades principais dos discentes e refletindo também o contexto de onde eles vivem, pois é visível que a realidade das escolas da zona rural e de sua infraestrutura é bém desestimulante, os recursos são limitados e o funcionamento não é bom.

No ambiente rural, não há uma preocupação para discutir os pressupostos teóricos, metodológicos e didáticos necessários para que o processo de ensino aprendizagem ocorra, adotando como base os modelos didáticos diferentes da realidade das escolas ribeirinhas.

Assim nesse contexto foram verificadas várias dificuldades que afetam não só a aprendizagem dos alunos, mas também os professores que precisam dar o seu próprio jeito para conseguir ministrar aulas, tendo em vista, o modelo de transporte, falta de material didático, dificuldade no traslado do professor, precariedade na estrutura física, além da denominada sala multisseriada.

Dessa forma, os professores ficam limitados e desinteressados assim também o aluno, acabam não conseguindo repassar um ensino que seja atraente que estimule os educandos para que eles possam assimilar e absorver de forma natural todos os conhecimentos garantidos, mediante a sua permanência na escola.

O cotidiano desses alunos reflete muito na aprendizagem, dificultando a assimilação dos conteúdos, somados a isto, alguns alunos abandona a escola para irem para os garimpos, ou em outras atividades, em busca da melhoria de renda para ajudar os pais. Dessa maneira, não há uma qualidade de ensino que ajude no crescimento da aprendizagem desses alunos, infelizmente, os índices de desistência e analfabetismo serão ainda muito mais presentes.

Os quadros acima retratam com veemência os rendimentos e movimento das matrículas: 2021 e 2022 das turmas multisseriadas da escola Santa Rosa: o primeiro quadro, a quantidade de aprovados do 1º, 2º, 3º e 4º ano 100% de aprovação o 5º ano dessa quantidade todos aprovados, quanto abandono a pesquisa constatou 01 aluno.

O quadro 2022, de rendimento e movimento apresenta outra característica, numa quantidade de 35 alunos de 1º ao 5º ano, obteve-se aprovação total dessa quantidade, somente 01 (um) aluno transferido, a priori o que é observado são alunos na sua maioria que não leem, não interpretam, escrevem com muita falta de letras, leem mitigando, o que temos é, um modelo de educação que não faz o aluno enxergar os códigos linguísticos do conhecimento de mundo, que distancia os alunos desse bem maior, desse patrimônio intelectual, da sua forma de linguagem e da sua cultura, o sistema educacional apresenta características quantitativas que não prioriza a aprendizagem.

O distanciamento do traslado dos alunos até a escola polo é um dos fatores que mais trazem problemas e desafios, em especial as longas horas que muitos alunos passam no transporte escolar, para chegar a Escola Santa Rosa, que por sua vez esse é o meio de locomoção, são esses os maiores entraves para muitos alunos das comunidades ribeirinhas, a priori tendo que suportar o processo de multisseriação, que ainda é o maior calvário da vida escolar dos educandos que é o meio de locomoção escolar oferecido, para as comunidades mais distante da escola pólo, barcos reduzidos com poucas milhas de velocidade.

Esses alunos saem na maioria das vezes às 12h. Da manhã de suas casas, para chegar à escola às 13h. A escola, geralmente esses educandos chega com fome devido o transportador chegar antes do almoço para transportá-los para o turno vespertino, as vezes com dor de cabeça, devido o barulho ensurdecido das máquinas, enfrentam a sala de aula sem ânimo, assim relatou alguns professores quando foram instigados dos anos iniciais do Ensino Fundamental pertencente ao polo, onde o seu primeiro almoço é a merenda escolar da tarde.

O desfecho tecido até aqui, nos mostra uma realidade vivenciada por alunos e professores da escola ribeirinha Santa Rosa as margens do rio Madeira, com destaque o transporte, que é um dos maiores interstícios no traslado de alunos e professores, assim observado, a Semed, essa autarquia que representa a Educação Municipal, limita essa locomoção, o transporte é oferecido somente para alunos e não para professores, em vista disso, os educadores do campo precisam pagar pelo seu traslado, para ir e voltar da comunidade onde está situada a escola, a qual se desenvolve o processo Educacional.

Entre esses desafios, existem as superações, descasos históricos do poder público, que obrigou e submeteu o sujeito do campo a vislumbrar o processo precário de educação sobre os moldes de multisseriação, materializada em algumas comunidades, as turmas multisseriadas, continua sendo a alternativa de acesso aos anos iniciais do Ensino Fundamental, em comunidades com demanda pequena de alunos, que se configurou as salas multisseriadas que seria um paliativo como forma de alfabetização na área rural do município, onde os conteúdos desenvolvidos não contempla muitas vezes aquela seriação, deixando esses alunos desprovidos da sua capacidade de interpretação, e formação escolar dos ribeirinhos das escolas do rio Madeira.

ESCOLAS RIBEIRINHAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS

O rio Madeira transcorre o núcleo urbano do Município de Humaitá Amazonas, é considerado um dos rios de grande extensão desse município, suas histórias, memórias e tradições e vestígios de uma distinta temporalidade não deixa de ser significativo para a subsistência ribeirinha do processo de ocupação humana neste lugar, ajuda explicar as nuances do lócus desse artigo.

Em cada uma dessas comunidades, nota-se a presença de Escolas e instituições, que ao lado da igreja confere ao grupo o status de comunidades com suas crenças e prática santeira, o que inicialmente indica é a importância dessa instituição á família, cabe compreender como essa instituição lida com o dinamismo comunitário incluído a temporalidade e os saberes locais, qual o tempo de colheita e venda do extrativismo, açaí, produção da roça.

Que desafios e dificuldades essa escola impõe aos educandos e professores? E o que de fato as famílias esperam da tal escola? Em vista do exposto é um grande desafio para alunos e professores, pois mesmo que as propostas Curriculares do Ensino Fundamental contemple as escolas do campo, de imediato recomenda-se que as realidades locais sejam consideradas acessível, a especificidade local que implica numa série de dificuldades pedagógicas nos períodos de cheia do rio Madeira, tendo em vista essa escola está situada em terras de várzea retardando o ano letivo e criando prejuízos ao processo de ensino aprendizagem, além disso, contribui para inviabilizar a referida proposta, outro elemento que corrobora com essa inviabilidade e rotatividade docente e o currículo descontextualizado, e a ausência de uma política de formação disciplinar que possa habilitar o corpo docente educacional. Contudo, reconhece que não dá para ignorar totalmente a realidade local, por essa razão tenta reinventar os saberes didáticos do pragmatismo pedagógico do professor.

Assim diz Arroyo (2011, p. 128):

A matriz curricular das escolas ribeirinhas do nosso município, a qual está todos os dias em contato com a vivência pedagógica, o conteúdo está desvinculado dos nossos afazeres cotidianos, agente vai ministrando essa nossa praticidade e fazendo adaptações para a nossa realidade.

Para isso, o educador deve sugerir propostas aqui analisadas, que deve ser o objeto do conhecimento, isso significa dizer, que cabe o profissional desenvolver um trabalho pedagógico que valorize as experiências dos escolares, que ajude na apropriação da teoria dos conhecimentos não na forma mecanizada, mais plausível e instigante em suas experiências.

Durante a investigação, observou-se que na época das festividades religiosas, mencionadas pelo o interlocutor, as Escolas ribeirinhas suspendem suas atividades pedagógicas, com isso, professores que residem na cidade aproveitam para retornar a suas casas na zona urbana e descansar, e nenhuma atividade curricular em relação a prática docente é desencadeada, é notório o envolvimento de alguns alunos nas ações promovidas pela a igreja da comunidade, mais as escolas suspendem as aulas por alguns motivos, como: para pagamentos no final do mês e outros fins pedagógicos na cronologia mensal.

Para esses comunitários, a suspensão das aulas é uma forma de respeito à cultura religiosa do povo, e as práticas religiosas das comunidades, que não incorporam ao Currículo porque a escola ela é laica, pois eles entendem que é função da escola e da docência é promover uma capacidade crítica, e isso deve perpassar pelo crivo epistemológico dos fenômenos sociais, onde se inclui as práticas religiosas.

Isso pode ser observado inclusive na Proposta Curricular do Ensino Fundamental das escolas do campo, que está ancorada nos princípios pedagógicos epistemológicos do paradigma educacional do campo, que defende uma educação com amplitude que abarque as inúmeras especificidades sociais, territoriais e rurais.

A escola Santa Rosa, tem como função promover um ensino que respeite os saberes, e as diversidades, e nessas perspectivas defender como concepção um currículo interdisciplinar que almeje superação educativa dos discentes, como ponto de partida, assim como, as outras particularidades sociais, econômica e políticas das comunidades, todavia, deixando claro como esse currículo poderá ser desenvolvido dentro de uma condição política, metodológica já acima ressaltadas nesse artigo.

Conforme indicado, prevalece uma cultura escolar com propostas para uma educação ancorada no paradigma inovador e com um leque de possibilidade nos saberes a ser desenvolvidos nas estruturas das escolas com alunos do Ensino Fundamental da Escola: Santa Rosa. De acordo com Caldart (2020), ele diz, uma das grandes dificuldades da escola do Campo é exatamente de construir uma proposta curricular que não ignore as especificidades do aluno do campo. Tal dificuldade, para esse pesquisador tem uma deficiência direta com a própria formação e a prática docente, muitos educadores assumem a docência na escola do campo sem ter conhecimentos dos fatos ocorridos nas comunidades, ao se deparar com turmas que ainda existem em algumas escolas ribeirinhas do rio madeira, não sabem como desenvolver seus afazeres pedagógicos, acabam por reproduzir a lógica urbana, que é exatamente como aprenderam.

“A escola e à docência, como lembra Coelho (2012) tem uma função social, e esta não se resume só a socialização de saberes acumulados pela ciência”. Ao contrário a escola e docência tem a função de desenvolver aos estudantes inúmeras capacidades para que entenda o mundo, a sociedade, a ciência, a tecnologia, a filosofia, as letras, as artes, enfim, a cultura, a vida coletiva, ampliando e enriquecendo e aprofundando os horizontes da importância do ser humano, no ver, sentir, pensar e agir.

CULTURA E EDUCAÇÃO A CAMINHO DO CONHECIMENTO

A cultura faz parte do nosso viver cotidiano, como propagadores da cultura, de maneira que se manifestamos de diversas formas. Mais o que é cultura e qual a sua relação com a educação do campo? Alguns estudiosos afirmam que a cultura é um fenômeno plural, multiforme que não é estática, mas que está em constante transformação, envolvendo processo de criar e recriar, ou seja, a cultura é por sua vez um componente ativo da vida dos sujeitos, e manifesta-se no ato mais corriqueiro da conduta do indivíduo, e não existe cidadão que não possua cultura, pelo contrário cada um é criador e propagador de cultura.

Darcy Ribeiro (1972) afirma que:

[...] Cultura é uma herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das ações sociais e de corpos de saberes, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artísticas e se movimentam para ação.

Quando se trata da cultura e educação ribeirinha do rio Madeira, podemos dizer que são fenômenos intrinsecamente ligados à educação, pois juntas tornam elementos socializadores, capazes de modificar a forma de pensar dos discentes, quando adotamos a cultura como uma aliada no processo ensino-aprendizagem está permitindo que esse aluno frequente o ambiente escolar se sinta participante do processo educacional daquela escola, pois nota-se que seu modo de ser e vestir não é mais visto como antiético ou imoral, mas sim uma forma de ele se socializar com os demais colegas, alguns estudiosos defendem a ideia de que a educação sem cultura não pode sobreviver.

Trindade (2003) *apud* Ferreira (2005 p.1). Afirma: Embora a escola seja palco de multiculturalidade ela vem encontrando variadas dificuldades em interagir com suas práticas educativas mais comuns com a diversidade cultural vivenciada pelos alunos, isso porque os conteúdos trabalhados pela escola ainda não contemplam esse universo cultural com essas infinitudes de multiculturalidade vivenciada pelos educandos, a cultura que os alunos conhecem são apenas o folclore, ou seja, a cultura chamada tradicional, não se discute a cultura existente no contexto da sala de aula, apenas dá-se ênfase às culturas distantes da realidade do aluno e da sua comunidade ribeirinha, afinal os seus avós e parentes são os maiores possuidores de saberes culturais que formam essa bagagem que precisa de oportunidade para desenvolver na comunidade onde vivem.

Diante de várias problemáticas na educação, hoje se faz cada vez mais urgente a incorporação da dimensão cultural nas práticas pedagógicas, pautada numa perspectiva de educação multicultural que deva incluir nos currículos escolares variadas discussões no projeto da escola, em vista disso, intermediar entre os jovens de diferentes culturas, permitindo o debate entre eles através de eventos escolares ou outros meios pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise revelou que a partir dessa reflexão, é primordial que se entenda o contexto na qual se desenvolve o olhar que se projeta para o interior da sala de aula, na compreensão das ações da comunidade, no seu processo escolar e na perspectiva de suas produções culturais. As escolas sempre estão inseridas num momento histórico em relação ao grupo social.

A multisseriação não é tida pelos docentes como uma grande dificuldade, há queixas por não existir uma formação específica para atuar com essa modalidade de ensino sendo difícil o trabalho, sobretudo, no começo, com as práticas os professores aprendem administrar seu tempo a ser dividido entre as séries, e a interdisciplinaridade são os fatores que mais apresentam mais dificuldades segundo os professores.

No entanto, o fator positivo está relacionado ao desempenho escolar, que demonstra

que o ensino multisseriado pode ser igual ao da cidade, desde que tenha ao seu dispor os mesmos recursos para isso, na verdade o desempenho dos alunos do campo ser igual aos alunos do meio urbano, uma vez que os resultados nos testes racionais mostram que as escolas dessa região estão entre as de mais baixo desempenho.

No entanto percebeu-se que essa imagem negativa é alimentada por informações distorcidas, a proposta de ciclo possui seus pontos positivos e negativos, porém ainda mal compreendida, os professores interpretam o ciclo a duas características básicas: progressão, promoção automática, e avaliação por conceitos em substituição as notas, sendo assim, a maioria prefere a multisseriação do que implantar ciclo no meio rural.

Essas foram as observações mais relevantes encontradas no caminho da pesquisa, que os alunos possam ser enxergados como sujeitos ativos com: culturas, valores, costumes, identidade própria, que o caminho a ser trilhado pelo docente e discente das comunidades, possibilite escrever uma nova página da história ribeirinha.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V.N). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Huciter, 1995.
- TEIXEIRA, I. C. **Os professores como sujeitos e sócio-culturais** In; DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & linguística**. São Paulo: Scipione, 2002.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista
- TRADUÇÃO de Gizele de Souza. **Brasileira de História da Educação**. Campinas: SBHE n. 1, Jan./jun. 2001. p. 9 – 43.
- REVEL, Jacques. **Cultura, culturas**: uma perspectiva historiográfica. In: _____.
- EDUERJ. **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: 2009. P. 85 – 86.
- NUNES, Clarice. **História da Educação**: espaço do desejo. Em Aberto. Brasília: INEP, v.9, nº47, jul/set, 1990.
- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CALDART, Roseli. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. In: Aula inaugural Do semestre Do curso de Licenciatura Em Educação Do Campo, 2020, Universidade federal do rio grande do Sul.
- COELHO, Ildeu Moreira. **Formar professores para outra escola**. In: COELHO, Ildeu Moreira (org.). *Escrita sobre os sentidos da escola*. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras, 2012. p. 87-107.
- FERREIRA, NILZA Brandolfo. **A relação Cultura e Educação**. Projeto apresentado no curso de Pós-Graduação Lato Sensu Psicopedagogia Clínica e a Educacional a UNESP São Paulo 2005.

SOUZA, Maria Antônia de SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. **Educação do Campo: Prática do Professor em Classe Multisseriada**. *Diálogo Edu.*, Curitiba, V.7, n. 22, set./dez.2007. p. 211-227.

NICÁCIO, Marcondes de Lima *et al.* **A consolidação da aprendizagem nos modelos multisseriados**. Disponível em: www.ufac.academia.edu/MaristelaRossoWalker/Papers/659696/A. Acesso em: 23 jul. 2011.

A Educação como meio ressocializador

Wesle Henrique Petter
William Ricardo Petter

RESUMO

O presente estudo trata-se de um estudo sobre O trabalho como meio ressocializador. Por meio de uma revisão de literatura com pesquisa bibliográfica em que se busca informações em livros, revistas, publicações e demais materiais sobre o assunto. Entre os objetivos está a busca de maiores informações sobre o tema. O trabalho é uma das principais ferramentas para a ressocialização dos detentos, previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Porém, o sistema carcerário enfrenta inúmeras dificuldades estruturais que desfavorecem a prática do trabalho pelos detentos e os priva desta forma imprescindível de aprendizado e produção, com consequências negativas para o detento e sociedade.

Palavras-chave: trabalho; ressocializador; âmbito prisional.

ABSTRACT

This study is a study on Education as a means of resocialization. Through a literature review with bibliographic research in which information is sought in books, magazines, publications and other materials on the subject. Among the objectives is the search for more information on the subject. The detainee, when entering the prison system, must have all his rights guaranteed through the legislation, among the rights that of education stands out in the present work, however few prison systems make it available to the inmates, through education they can have the prospect of a better life again, thus reducing the incidence rates.

Keywords: education; resocialization; prison system.

INTRODUÇÃO

Percebe-se atualmente um alto índice de reincidentes, que se tratam de pessoas que já estiveram no sistema prisional e após sua saída voltam a cometer crimes, geralmente de maior potencial ofensivo que o primeiro, gerando então uma grande insegurança social, frente a isso pode-se perceber os presídios como escolado crime e não como um meio de reintegração.



Um dos caminhos para a mudança desses indivíduos é investir em sua formação educacional. Tratar a educação como um direito humano significa que ela não pode ser limitada à condição social, cultural, nacional, de gênero ou étnico-racial da pessoa.

A educação inserida nas unidades prisionais é de extrema importância não somente para aqueles que estão privados de sua liberdade, mas para a sociedade como um todo, uma vez que, inserindo conhecimento para as pessoas que tiveram um comportamento antissocial, reprovado por toda a sociedade, será mais eficaz a tentativa de se reeducar tais indivíduos, possibilitando melhor convivência quando em retorno à sociedade e permitindo maior chance para o mercado de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O sistema prisional brasileiro deveria ser um instrumento de reinserção social e recuperação do indivíduo encarcerado, visando a humanização da pena. No entanto, apenas alguns programas foram incorporados para esse fim, dessa forma, na perspectiva social, as unidades prisionais são utilizadas como forma de punição de más condutas e, conseqüentemente, um lugar inadequado e desumano.

A garantia de uma educação de qualidade é uma maneira de ressocializar as pessoas privadas de sua liberdade, pois a educação possibilita que, ao retornarem ao convívio social após quitar sua “dívida” com a justiça, os ex detentos tenham outras opções que não sejam o regresso à criminalidade. Ainda, a educação é capaz de reduzir significativamente a ocorrência de rebeliões dentro das unidades prisionais, através da promoção de atividades de interação e reflexão a fim de oferecer-lhes melhores perspectivas de um futuro melhor. Além disso, a adesão dos detentos a uma modalidade de educação é uma maneira de reduzir o tempo da pena cumprida e, por consequência, diminuir a superlotação nas unidades prisionais.

Tempos atrás o encarceramento era visto como uma resposta incisiva e esperada para atender o clamor social pela punição de delitos. No entanto, com o passar dos anos passou a ser observada com pessimismo e criticado perante a persistência de crises que abrangem, principalmente, o objetivo ressocializador da pena privativa de liberdade.

Para a sociedade, as prisões estão legitimadas como espaço pedagógico necessário de punição e de proteção a sua própria segurança e sobrevivência. A retórica que atribui à prisão o papel de um espaço de cuidado e proteção, em uma visão mais crítica e desmistificadora, a desvela como espaço meramente punitivo e homogêneo, voltado ao controle disciplinar e punitivo dos internos e internas desiguais, sejam eles e elas marcados por diferenças de nível socioeconômico, de gênero, étnico-racial ou de acesso à escolaridade, à informação etc. (Cunha, 2010, p. 166).

A educação no sistema prisional deve reconhecer os saberes e os conhecimentos dos detentos, bem como reconhecer os aspectos psicológicos, físicos e interação dos detentos com o pedagogo que é uma peça importante no ensino-aprendizagem, tendo em vista que o sistema prisional abrange diversos tipos de detentos e que nem todos podem participar do processo de educação.

É necessário reconhecer o detento como uma pessoa e lhe dar a possibilidade de projetar um futuro que não seja a transcrição das vontades do sistema penal, o futuro não

quer dizer esquecer um passado e nem sobretudo questionar o presente pois é necessário reconciliar o ato de aprender, na verdade com o prazer de aprender. Nesse sentido, pensa-se em uma educação prisional considerada ainda no tempo de hoje como um privilégio e não um direito.

Cada indivíduo que ingressa na unidade prisional traz consigo experiências devida anteriores à prisão e quase todos serão soltos um dia. Para que uma pessoa se beneficie do tempo que ali passará, a experiência deve ser vinculada àquilo que provavelmente ocorrerá em sua vida após a liberdade. As pessoas privadas de liberdade necessitam receber educação e atividades, que instiguem seu desenvolvimento como seres humanos e profissionais, para fazer com que garantam que elas não fiquem ociosas e tenham um propósito de vida durante o cárcere e após a liberdade. Todas as atividades devem ser organizadas de maneira que possam ser desenvolvidas em qualquer ambiente, auxiliando as pessoas privadas de liberdade no cárcere e quando forem reinseridas na sociedade.

Se entendermos a educação como um direito, talvez não seja necessário aceitar a ideia da instrumentalização da educação nas prisões e transformá-la numa estratégia de ressocialização. Isto pode ocorrer, e é bom que aconteça, mas não precisa ser a justificativa para a presença da educação nas prisões (Teixeira, 2007, p. 18).

Sinala-se que os detentos que participam de atividades educacionais, a cada três dias estudados reme um dia da pena. Sendo assim, há a responsabilidade do professor com o detento, ocorrendo uma parceria com todas as pessoas garantindo assim os direitos dos detentos. Ou seja, a educação é um dever a ser cumprido tanto do Estado quanto da sociedade civil.

A educação nas unidades prisionais desempenha um papel extremamente importante quanto a elevação da escolarização e consciência crítica da pessoa privada de liberdade, pois ao aprender o indivíduo desenvolve suas potencialidades, melhorando e expandindo sua capacidade de pensar, bem como sua forma de ver o mundo, tudo isso irá contribuir em uma transformação do detento, e por conseguinte da sociedade que terá sujeitos mais qualificados/instruídos e uma redução no número de reincidências.

Partindo do ponto de vista dos educadores, o ensino nas unidades prisionais traz consigo um estigma do próprio ambiente carcerário o que acaba por contribuir para que os professores idealizem uma imagem conturbada quanto a rotina destes ambientes. Cabe ressaltar que a experiência enquanto educador do sistema penitenciário se inicia sem que estes tenham o intuito de assumir tais compromissos, visto que os concursos públicos nessa área são realizados sem que haja a possibilidade de manifestação prévia de preferência por determinada unidade escolar.

A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la como conhecimento, saber e discernimento. Além disso, pelo tipo de instrumento que constitui, trata-se de um direito de múltiplas faces: social, econômica e cultural. Direito social porque, no contexto da comunidade, promove o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Direito econômico, pois favorece a autossuficiência econômica por meio do emprego ou do trabalho autônomo. E direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos. Em suma, a educação é o pré-requisito para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna (Graciano, 2008, p.111).

O método educacional utilizado nas unidades prisionais se baseia hoje principalmente na alfabetização dos detentos, pois a maioria possui pouca escolaridade, além disso esse ensino geralmente vem atrelado ao objetivo de qualificação profissional, cuja finalidade é a efetiva reintegração do detento após o cumprimento de sua pena.

Cabe destacar que a educação possui como finalidade a ressocialização do detento e sua transformação o que é um direito de todos, inclusive daqueles que se encontram privados de liberdade, direito o qual está garantido por legislações nacionais e internacionais, a assistência educacional nos estabelecimentos penais possibilita a educação profissional, encaminhando para o mercado de trabalho e a educação formal.

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988), que toma por ideal os direitos humanos, no Art. 205 afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Um dos maiores problemas nas modalidades de ensino no sistema prisional são as configurações do material didático, pois os mesmos não condizem com as realidades dos detentos o que pode vir a causar desânimo quanto à realidade, outros problemas vêm das precárias estruturas prisionais, impossibilidades de uso de determinados materiais por apresentarem possíveis riscos ao serem utilizados como instrumentos para algum tipo de agressão.

As escolas prisionais, na maioria das vezes, não atendem os princípios democráticos, pois funcionam mais como complemento de docilização do detento. Ou seja, funciona mais como um instrumento complementar de segurança do que em uma proposta pedagógica concreta de formação de valores. As salas de aula mostram-se como espaços de contenção de pessoas em boa parte são ações isoladas de Instituições de Ensino Superior que atuam nessa realidade com discentes em formação.

A educação conforme dispositivo legal citado na Lei de Execução Penal aponta que:

Art. 17 A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa. Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único – A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provido de livros instrutivos, recreativos e didáticos (Brasil, 1984).

O principal perfil do detento brasileiro é o de sujeito pobre e sem perspectiva de vida, onde o crime e a marginalidade “foram as únicas alternativas” apresentadas por um modelo de sociedade embasada em princípios capitalistas, modelo o qual legitima a punição, a marginalidade e a criminalidade.

Os meios de comunicação como formadores de opinião acabam contribuindo na maneira de pensar da sociedade ao difundir ideias e princípios que ferem o reconhecimento e a legitimação dos direitos humanos dos detentos.

Para aqueles que detêm o poder em nosso modelo de sociedade, controlar a opinião pública, através dos canais de comunicação mais diversos. Esta ação acaba se concretizando e se reproduzindo.

A Lei de Execução Penal (LEP), é uma lei avançada e se realmente fosse cumprida traria enormes resultados para o enfrentamento da criminalidade e da violência, tendo em vista que essa lei é um instrumento de preparação para o retorno do detento à sociedade, cabe salientar que a participação da sociedade na garantia de que o objetivo da lei seja cumprido é extremamente importante.

Não há como falar da situação do egresso, sem deixar de focalizar a vulnerabilidade deste, pois atualmente, a reinserção completa do cidadão encarcerado na sociedade não passa de mera utopia, uma vez que somos seres dotados de memória e que, como seres humanos sensíveis a mínimos estímulos, sejam eles, negativos ou positivos, respondemos rapidamente e estes, sendo o encarceramento um estímulo totalmente negativo ao cérebro de qualquer pessoa que venha a passar por tal experiência (Toigo, 2006, p.05).

A assistência educacional é uma prestação básica não somente para o homem livre, mas também para aquele que se encontra privado de sua liberdade, tratando-se de um elemento do tratamento penitenciário como um meio para a reintegração do detento ao meio social.

A atividade educacional não deve ser considerada como uma regalia concedida pela administração penitenciária, mas sim ser considerada como um elemento principal em todo conceito, que seja capaz de oferecer aos detentos oportunidades para um melhor aproveitamento do tempo em que permanecem na unidade prisional. A educação e o trabalho são elementos fundamentais na garantia da dignidade.

Sendo assim, é necessário frisar que o trabalho deve ser encarado no sistema prisional e pela sociedade como uma atividade que irá contribuir para a inclusão do detento ao meio social pela sua produtividade e para a sua formação tanto profissional como ser humano.

Os programas educacionais podem ser um caminho importante para preparar os detentos à um retorno bem-sucedido à sociedade, pois o nível educacional das pessoas que entram no sistema prisional é geralmente baixo, reduzindo assim seus atrativos para o mercado de trabalho.

Todos os ex detentos, ao sair da prisão se deparam com a difícil tarefa de se inserir no contexto fora da prisão, momento em que mais enfrentarão a manifestação de preconceitos, que lhes impõe barreiras quase que intransponíveis. O estigma de ex-presidiário acompanha o indivíduo que cumpre pena privativa de liberdade para sempre. Com o término legal da pena, está terminado o processo, mas a pena, o sofrimento e o castigo, não, porque a sociedade fixa cada um no passado. Roubou, poderá roubar ainda. A pena, se não mesmo sempre, nove vezes em dez não termina nunca (Carnelutti, 1995, p. 77).

Pode-se observar nos últimos anos em escala mundial a perda do ideal reabilitador das unidades prisionais, simultâneo a um recrudescimento das políticas de segurança pública, que vem resultando em uma ampliação da população encarcerada e no abandono de medidas ditas ressocializadoras no interior das unidades prisionais.

O sistema prisional precisa urgentemente de uma educação que se preocupe

prioritariamente em desenvolver a capacidade crítica e criadora do educando que seja capaz de alertá-lo para possibilidades de escolhas e a importância de tais escolhas, o que somente é capaz através de uma ação conscientizadora capaz de instrumentalizar o educando para que firme um compromisso de mudança com sua história no mundo.

É preciso que as políticas e ações apresentadas saiam do papel e façam parte da rotina dos ambientes prisionais, não apenas como algo isolado e pontual, mas sim como uma política universal de Estado.

A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la como conhecimento, saber e discernimento. Além disso, pelo tipo de instrumento que constitui, trata-se de um direito de múltiplas faces: social, econômica e cultural. Direito social porque, no contexto da comunidade, promove o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Direito econômico, pois favorece a autossuficiência econômica por meio do emprego ou do trabalho autônomo. E direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos. Em suma, a educação é o pré-requisito para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna (Claude, *apud* Santana e Amaral, 2017, p.04).

É dever do Estado promover possibilidades para que o reeducando quando estiver em liberdade, não volte a cometer crimes, tendo em vista que o encarceramento provoca diversas perdas. Desta forma, torna-se fundamental a assistência governamental para que o egresso do sistema prisional possa refazer sua vida de forma digna.

O estigma por ter passado pelo sistema prisional é um fardo que ele carregará pelo resto da vida o impedindo muitas vezes de ser reinserido ao convívio social podendo gozar de seus direitos e deveres como um cidadão comum, assim como deser incluso no mundo do trabalho. A sociedade lhes fecha as portas por medo e acabam contribuindo para que permaneçam inertes ou que retornem à prática criminosa, visto que sem educação e trabalho torna difícil manter-se de maneira honesta.

Em uma sociedade desigual, onde faltam oportunidades, com educação dessa defasada e encontra pop, existem pessoas ostentando riqueza vivo dificilmente chegaremos em uma sociedade livre de desvio, posto que sempre existirão aqueles que se sentem injustiçados se excluídos pelo corposocial, que 19 ocasionará o comportamento criminoso como forma de revolta ao sistema (Lavor, 2019, p. 21).

Atualmente existe a proposta de inúmeros programas, os quais tratam sobre a oferta do ensino no âmbito da assistência à educação no sistema penitenciário. No entanto, tais programas não atingiram ainda maturidade suficiente para sair da formalidade para sua efetiva aplicação dentro das prisões, devido a problemas que impedem tal crescimento, como o descaso no apoio governamental, falta de institucionalização, dentre outros.

A educação é direito de todos, não somente para a reintegração. Desta forma, a educação não deve ser instrumentalizada unicamente para um papel social ou do tipo político, ela pode ser uma solução se for uma educação ao longo da vida. Para muitos detentos, infelizmente, é a primeira oportunidade de compreender sua história e de tratar de desenvolver seu próprio projeto de vida.

A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la como conhecimento, saber e discernimento. Além disso, pelo tipo de instrumento que constitui, trata-se de um direito de múltiplas faces:

social, econômica e cultural. Direito social porque, no contexto da comunidade, promove o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Direito econômico, pois favorece a autossuficiência econômica por meio do emprego ou do trabalho autônomo. E direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos. Em suma, a educação é o pré-requisito para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna (Claude, *apud* Santana e Amaral, 2017, p. 4).

No cárcere existe uma enorme dificuldade no que se refere à educação, pois há a carência de recursos e materiais e não existe de forma precisa o incentivo do governo e da sociedade para que o detento adquira conhecimentos úteis à sua vida, conhecimento que por sua vez, são importantes pois neste momento esses cidadãos não estarão ociosos e terão a oportunidade de aprender e se desenvolver buscando novas oportunidades de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ressocialização é um fenômeno na execução penal, tarefa difícil a qual vem sendo enfrentada durante anos, discutindo-se as melhores maneiras de ressocializar o detento para que, após o cumprimento de sua pena, ele esteja apto a voltar a conviver em sociedade sem que haja recaídas e tenha que voltar ao sistema prisional. Desta forma, fora visto que a importância de oferecer uma educação aos detentos possui como objetivo formar um cidadão para reingressar em uma sociedade justa, humana, capaz de proporcionar ao detento a oportunidade de rever seus atos antissociais para que, quando reintegrado à sociedade possa viver tranquilamente de forma digna sem que tenha que recorrer ao crime para proporcionar a sua subsistência e de seus familiares.

Desta forma, faz-se necessário, nos presídios e na sociedade, ações que possam favorecer a educação e atividades de ressocialização, visando o desenvolvimento integral do detento e sua família proporcionando condições e esperança de uma nova vida, buscando, a cada dia, caminhos para a liberdade e reinserção na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 29 Março 2022.

CARNELUTTI, F. **As Misérias do Processo Penal**. São Paulo: CONAN, 1995.

CUNHA, Elisângela Lelis. **Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, Maio-Agosto. 2010.

GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. **A Educação na Prisão: Hesitações, Limites e Possibilidades**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 13, n. 25, p.111- 132, 2008.

LAVOR, Isabelle Lucena. **Criminologia crítica e sistema punitivo**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019.

SANTANA, Maria Silvia Rosa; AMARAL, Fernanda Castanheira. **Educação no sistema prisional brasileiro: origem, conceito e legalidade.** Jus Navigandi, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/amp/artigos/62475/educacao-no-sistema-prisional-brasileiro-origem-conceito-e-legalidade>. Acesso em 20 Março 2022.

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **O papel da educação como programa de reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade:** perspectivas e avanços. Salto para o Futuro: EJA e Educação Prisional. Rio de Janeiro, Boletim 06, Maio de 2007.

TOIGO, Renato Ramos. **Frente à Realidade do Sistema Penitenciário Brasileiro Atual, o cidadão Encarcerado é Passível de Ressocialização?** Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/textos/x/16/80/1680/>. Acesso em 02 Abril 2022.

Metamodernismo: o espírito do tempo refletido no ethos atual do Brasil e do mundo ocidental

Metamodernism: the time spirit in the actual ethos of Brazil and the western world

Beatriz Araujo da Silva

Mestranda em Filosofia na PUCPR e professora de História e Filosofia na rede pública de ensino do Paraná. ORCID: 0009-0003-1055-893X

RESUMO

Este presente estudo investiga o impacto da atual decadência moral do Ocidente, observando o *ethos* da política, *ethos* da sociedade e o *ethos* cultural. Impacto sentindo mesmo em países periféricos como o Brasil, existe um aumento das doenças mentais, a promiscuidade é alta, pandemia da covid-19, a situação precária em muitos empregos, polarização política, mal uso da tecnologia, individualismo exacerbado, tudo isso contribui para o atual cenário da sociedade que é de escassez, mas muito conservam seu otimismo em relação ao futuro porque a sociedade está atenta a esses problemas. O principal argumento do estudo é investigar o *Zeitgeist* do século com este cenário. O século XXI começa *de facto*, com a ocupação russa da Criméia em 2014, sinalizando que “a história não acabou” como os liberais afirmam e no cenário pós-Guerra Fria, “O Choque de Civilizações”, tem se mostrado a visão correta que causa conflitos entre a OTAN e a Rússia-China. Com o choque de civilizações em curso, ao invés do Ocidente defender seus valores civilizatórios (a herança greco-romana, germânica e judaico-cristã) além do liberalismo superficial, os países ocidentais estão rachados em polarização política que impede qualquer resposta eficaz a aliança Rússia-China, que eles não enfrentaram na Guerra Fria. Além dos problemas serem de ordem moral e não apenas políticos. Seguindo a visão da ética dos autores clássicos, Aristóteles e Tomás de Aquino, o presente estudo investiga o que significa viver em uma era que o *Zeitgeist* é uma segunda pós-modernidade; eu chamo este *Zeitgeist* de “metamodernismo” e onde podemos observar este espírito na geração Zoomer em especial.

Palavras-chave: ethos; metamodernismo; geração Z; Zeitgest.



ABSTRACT

This present study investigates the impact of the current moral decay of the West, looking at the ethos of politics, ethos of society and the cultural ethos. Impact felt even in peripheral countries like Brazil, there is an increase in mental illness, promiscuity is high, the covid-19 pandemic, the precarious situation in many jobs, political polarization, misuse of technology, exacerbated individualism, all this contributes to the current scenario of society, which is one of scarcity, but many remain optimistic about the future because society is aware of these problems. The main argument of the study is to investigate the *Zeitgeist* of the century with this scenario. The 21st century actually begins, with the Russian occupation of Crimea in 2014, signaling that “history is not over” as the liberals claim and in the post-Cold War scenario. “The Clash of Civilizations”, has proven to be the correct view that causes conflicts between NATO and Russia-China. With the ongoing clash of civilizations, instead of the West defending its civilizing values (the Greco-Roman, Germanic and Judeo-Christian heritage) beyond superficial liberalism, Western countries are split in political polarization that prevents any effective response to the Russia-China alliance. Which they didn’t face in the Cold War. In addition to the problems being moral and not just political. Following the vision of ethics of the classical authors, Aristotle and Thomas Aquinas, this study investigates what it means to live in an era where the *Zeitgeist* is a second post-modernity; I call this *Zeitgeist* “metamodernism” and where we can see this spirit in the Zoomer generation, specially.

Keywords: ethos; metamodernism; Z generation; Zeitgest.

INTRODUÇÃO

O intuito deste estudo é compreender com o pensamento moral de Tomás de Aquino e Aristóteles, quais as soluções em primeiro lugar para o nosso declínio moral e compreender o *Zeitgeist* do século XXI: o metamodernismo. O declínio moral do Ocidente é causado pelo que o sociólogo Zygmunt Bauman chama de “modernidade líquida”, que seria uma continuação caótica da modernidade. Zygmunt Bauman, que introduziu a ideia de modernidade líquida no seu livro do ano 2000, escreveu que suas características são sobre o indivíduo, ou seja, sentimentos crescentes de incerteza e a privatização da ambivalência (Bauman, p. 12). O nomadismo torna-se um traço geral da pessoa “moderna líquida” à medida que ela flui por sua própria vida como um turista, mudando de lugar, emprego, cônjuge, valores e, às vezes, mais — como orientação política ou sexual — excluindo-se das redes tradicionais de apoio, ao mesmo tempo que se libertam das restrições ou exigências que essas redes impõem (Bauman, p. 17).

Bauman enfatizou o novo fardo de responsabilidade que o modernismo fluido colocou no indivíduo — os padrões tradicionais seriam substituídos por outros auto escolhidos (Bauman, p. 8). A entrada na sociedade globalizada era aberta a qualquer pessoa com posição própria e capacidade de financiá-la, de forma semelhante à recepção de viajantes no antigo caravancará (Bauman, p. 23). O resultado é uma mentalidade normativa com ênfase na mudança e não na permanência. Para Bauman que é marxista, esta é uma nova estratégia do poder, a elite são senhores ausentes nômades, mas a população quer fazer as suas posses durarem o quanto for possível. (Bauman, p. 18)

Como toupeiras loucas procurando por tomadas para se ligar, como afirma Bauman (2000), a ansiedade é alta, psiquiatras como Augusto Cury previram na primeira década do século XXI, o aumento das doenças mentais, como depressão, ansiedade e suicídio (Cury, 2013). Suicídio é a segunda causa de morte entre a Geração Z (nascidos em 1997 e primeira década do século XXI) (Alves, 2019), que para Cury (2013), deveria ser a geração mais saudável mentalmente por ter nascido em uma era de conforto, mas não é saudável por conta da falta de propósito na vida, que esgota o cérebro com o desperdício inútil das atividades emocionais e do pensamento, a falta de propósito é causada pela ausência de comunidades em que os jovens possam ligar-se, como Bauman diz, as pessoas viraram toupeiras, mas são feitas para relações humanas, esta é a causa do adoecimento mental da população, especialmente entre os jovens.

A pós-modernidade nos moldes de Foucault e Bauman esgotou-se porque ela teve seu ápice na geração Y, a sociedade entra em uma segunda fase mais caótica de busca por equilíbrio agora que os Zoomers (Geração Z) são adultos e herdaram o caos, que podemos chamar de metamodernismo:

O termo “Metamodernismo” foi cunhado em 2009 por Timotheus Vermeulen e Robin van den Akker. Entendendo que certos fenômenos estéticos e culturais não podiam mais ser explicados nos moldes do pós-modernismo, mas que deveriam ser pensados através de um novo discurso crítico: o metamodernismo. Sendo assim, Metamodernismo não é um manual de como fazer arte ou de como se colocar na sociedade, mas um diagnóstico de novas expressões sociais que estão emergindo no século XXI. Ou, até mesmo, a lógica cultural dominante da modernidade contemporânea (Bedim, 2017).

Procurando sair do caos, os Zoomers como a autora deste estudo, estão lutando para uma vida de equilíbrio, que se reflete na estética metamoderna, “que é híbrida e equilibrada, que combina elementos da modernidade e pós-modernidade, buscando encontrar um equilíbrio entre o racional e o emocional” (Ridieri, 2023).

Figura 1 - Arte metamoderna de autor desconhecido (DECA.Art)



Na busca por Ordem no meio do Caos, que faz autores psiquiatras como Jordan Peterson um sucesso, os Zoomers vivem de maneira lenta, são avessos aos riscos, mais distantes dos amigos e ruins em relacionamentos, com mais chances de desenvolver transtornos mentais e menos hedonistas (The economist, 2019). A ausência de comunidades

em uma sociedade de individualismo exacerbado, faz esta geração mais isolada e é um dos motivos do silêncio das subculturas juvenis (é caro para os jovens sair), que as outras gerações tinham várias (Watts, 2014).

O silêncio tem poder e diz muita coisa, sem tomadas para ligar-se como afirma Bauman nesse tempos sem fio, a pandemia apenas aumentou ou deixou claro o romantismo do jovens em sua busca de equilíbrio entre a razão e a emoção, as professoras mais velhas da minha profissão, observam que o celular deprime os adolescentes quando passam muitas horas utilizando, deprimiu-me na adolescência, tentei online buscar uma comunidade e não me encaixei em nenhuma. A busca por uma comunidade faz os jovens entrarem em ativismo político, seja da direita ou da esquerda, vira uma religião política como afirma Voegelin (1979), e na internet não se cria nenhum relacionamento verdadeiro (Rahil, 2023), o que eu aprendi depois de muitas tentativas de fazer amizades online, é o silêncio das comunidades.

A “subcultura estética juvenil”, uma das poucas que pode ser considerada uma subcultura estética dos Zoomers é a *Dark Academia*, do qual eu participo seguindo *influencers* do meio e comentando, sem nenhuma amizade real da *Dark Academia*: isso que foi retirado dos Zoomers e da geração Alpha, a sociabilidade real que os mais velhos tinham, para os mais velhos que leem este artigo, isto é a *dark academia*: Uma comunidade de estética mais acadêmica, de alta educação e literatura, a estética se concentra em roupas educacionais tradicionais, *design* de interiores, atividades como escrita e poesia, arte antiga, literatura clássica, bem como arquitetura clássica grega e gótico acadêmico (Crawford, 2021).

Uma comunidade romântica que gosta dos clássicos da literatura ocidental, mostra bem o *Zeitgeist* metamoderno: além das mediações com o modernismo e o pós-modernismo, ele integra-se com sensibilidades tradicionais como a literatura clássica ocidental e as tradições indígenas que são pré-modernas. O *Manifesto Metamodernista* de 2011 afirma que ele é “uma reação romântica ao nosso momento de crise”. O manifesto reconhecia “a oscilação como a ordem natural do mundo” e pedia o fim da “inércia resultante de um século de ingenuidade ideológica moderna e da cínica insinceridade de seu antônimo filho bastardo”, a pós-modernidade (Turner, 2011).

Compreendendo o que é metamodernismo nesta introdução, seguimos para os capítulos que vou abordar o *ethos* metamoderno na política, sociedade e cultura do Brasil e do mundo ocidental, com base na visão ética de Aristóteles e Tomás de Aquino, com isto chegarei a conclusão desta pesquisa.

O ETHOS POLÍTICO DO BRASIL E DO MUNDO OCIDENTAL ATUAL

O homem é um animal político, como afirma Aristóteles em “*Política*”. Muito já foi escrito sobre a polarização política atual no Brasil e no Ocidente, do qual a nação brasileira é periferia e recebe tudo atrasado, incluindo as tendências políticas dos Estados Unidos e da União Europeia (Menegat, 2005), a solução para nossos problemas morais não será por via política, no entanto, mas com exaltação das virtudes, como o autor Samuel Smiles aponta no clássico *Caráter* (2019) e Aristóteles coloca como a prática dela, especialmente

da amizade, como a solução para o conflito dos homens em *Ética a Nicômaco*.

Na geopolítica, o Brasil está situado sobre a influência ocidental, mesmo com o avanço chinês e russo na América do Sul (que é apenas comercial e não um avanço cultural do Oriente), no Brasil também está forte o nacionalismo igual o Ocidente, que têm fenômenos populistas como Donald Trump (Bassets, 2018).

Voltou ao primeiro plano, as palavras “como povo, nação e identidade” (Bassets, 2018) para o desespero de liberais como Emmanuel Macron, o nacionalista presidente russo Vladimir Putin tem mostrado que a história, diferente do que Francis Fukuyama teorizou, não acabou no fim da Guerra Fria (Fukuyama, 1992). A oposição aberta do presidente Putin aos oligarcas liberais em casa (acabando com a máfia liberal que saqueou a Rússia na década de 90) e fora da Federação Russa, é o verdadeiro motivo da OTAN reativar sua guerra para desintegrar as nações, criando um atual cenário que não é sobre direita e esquerda, termos defasados, mas sobre globalismo e nacionalismo, nas palavras do presidente russo:

A propósito, a Rússia tem repetidamente pedido, e vou repeti-lo, para acabar com essas ambições inapropriadas e para trabalharmos juntos. Provavelmente falaremos sobre isto mais tarde, mas é claro o que tenho em mente. Falamos sobre a necessidade de combatermos juntos a infecção pelo coronavírus. Mas nada muda; tudo permanece o mesmo apesar das considerações humanitárias. Não me refiro à Rússia agora, vamos deixar as sanções contra a Rússia para daqui a pouco; refiro-me às sanções que ainda estão em vigor contra aqueles Estados que precisam urgentemente de assistência internacional. Onde estão as bases humanitárias do pensamento político ocidental? Parece não haver nada aí, apenas conversa fiada. Entendeu? Isto é o que parece ser na superfície.

[...] Terceiro. A importância de um apoio sólido na esfera da moral, da ética e dos valores está aumentando dramaticamente no frágil mundo moderno. De fato, os valores são um produto, um produto único do desenvolvimento histórico e cultural de qualquer nação. O entrelaçamento mútuo das nações as enriquece definitivamente, a abertura amplia seus horizontes e lhes permite olhar de novo para suas próprias tradições. Mas o processo deve ser orgânico e nunca pode ser rápido. Qualquer elemento estrangeiro será rejeitado de qualquer forma, possivelmente de imediato. Qualquer tentativa de impor seus próprios valores aos outros com um resultado incerto e imprevisível só pode complicar ainda mais uma situação dramática e geralmente produzir a reação oposta e um resultado oposto ao esperado. (Putin, 2021).

O presidente Vladimir Putin, em seu discurso no Clube de Vaidai em 2021, frisou que qualquer tentativa de o Ocidente impor seu liberalismo cultural pela goela da população russa, como estão fazendo com a população ocidental, fracassaria. O globalismo da OTAN e o nacionalismo da Rússia são a verdadeira razão por trás da crise na Ucrânia. A Rússia sente-se ameaçada pelo o Ocidente que haver como uma “sociedade fechada” e quer preservar em sua esfera de influência em termos geopolíticos, países ortodoxos que foram parte da União Soviética e do Império Russo (Dugin, 2022). O urso, sem nenhuma surpresa, reage quando agredido, invadindo a Criméia depois da revolução colorida na Ucrânia em 2014, que tiraram do poder um presidente pró-russo para um pró-União Europeia (Mamlyuk, 2015).

A situação na Ucrânia é complexa, com parte da população apoiando os russos e tendo minoria de russos, outra parte apoiando um alinhamento maior com o Ocidente, sendo o ideal deixar as decisões nas mãos do povo ucraniano, sem interferência da OTAN ou da Rússia, mas a OTAN não os respeita, por isso retirou o presidente pró-russo do poder. Os ucranianos não terão paz, não apenas pela agressão russa, mas porque a OTAN

não tem interesse em se manter fora da zona de influência Rússia, o que na época da queda da União Soviética, o presidente Bill Clinton, prometeu ao então presidente russo, Boris Yeltsin, que a OTAN não se deveria se expandir para os ex-países soviéticos (Porto; Candal, 2023).

Dá a impressão, para qualquer analista independente e sério, que a OTAN não cumprir essa promessa e querer se expandir para as bordas da Rússia é para invadir o país continental. Países como China e Brasil, manteve-se neutro no conflito, especialmente mais recente com nova escalada com a ocupação russa da Ucrânia, porque eles observam que de maneira intransigente, a OTAN ignorou as preocupações de defesa do russo (Mccarthy, 2022).

O presidente Putin, frisou a necessidade do apoio sólido à ética, especialmente com a inteligência artificial avançando, muitas questões morais são levantadas: “e se a inteligência artificial tiver uma capacidade maior de pensamento do que nós?”, disse o presidente russo (Putin, 2021). Os novos desafios para as lideranças políticas é mostrar para a população o compromisso deles com a ética, moral e os valores.

A maioria da população brasileira, em pesquisa Datafolha de 2023, quer a eliminação das redes sociais: os conteúdos de *fake news* (92%), pornografia (89%), imagens de cadáveres (87%), mensagem de ódio político (86%), notícias sobre celebridades em situações constrangedoras (81%) e fotos feitas com a inteligência artificial (67%) (Machado, 2023). O problema é que as lideranças políticas não tem resposta efetiva para dar a população a essas demandas morais (e o problema é no seio das famílias também), Brasília está neste ano de 2023, tentando resolver quem deve regular a *internet*, para resolver o embate entre o governo, as redes sociais e a população.

Aristóteles afirma em *Ética a Nicômaco*, que o governo nada mais é que uma expressão das famílias da Pólis (cidade-estado da Grécia Antiga), uma visão realista da *República* de Platão. Para o Brasil ter lideranças melhores em posições de poder, precisa ter famílias aristocráticas que geram uma monarquia (mesmo que em forma de *ethos*, espiritualmente), para Aristóteles e também Tomás de Aquino (Freire, 2022), a monarquia é por definição um bom governo, porque pressupõe responsabilidade do monarca no exercício do poder, não é um “regime de privilegiados” e sim de pessoas que tem responsabilidade com a nação, a oligarquia que é um regime de famílias ricas que não tem responsabilidade com a nação, e por isso um mau governo (Aristóteles, p. 197).

A aristocracia é o regime dos melhores na visão grega antiga, da excelência da pessoa no que pressupõe fazer. O bispo e filósofo católico Agostinho de Hipona, seguindo os gregos de maneira poética afirmou que: “as pessoas sinceras são reis. Os sábios são reis. Aqueles que dizem a verdade são reis. A prudência é rainha. Os bons reinam sobre os bons. Tudo quanto seja puro reina” (Santo Agostinho, p. 129).

Este regime de excelência em Aristóteles, só pode existir com pessoas que tem domínio próprio e que busca a excelência, ele usa como exemplo famílias em que o marido é como se fosse o rei e a esposa é rainha, na visão grega antiga e medieval, mesmo que antiquadas para nós entendia a família liderada pelo marido, que cuida das coisas que competem ao homem (fora de casa, públicas, simbolizadas pela luz do sol) e as mulheres

as coisas que competem a ela (do lar, vida privada simbolizadas pela luz da lua) (Aristóteles, p. 197; Le Roman D'Enéas).

A aristocracia é um regime de virtudes, mesmo na sociedade moderna, qualquer grupo humano precisa que tenha um código ético para funcionar, a população exige e o presidente Putin sabe disso, quando afirma em seu discurso em Vaidai (2021), que é preciso estar claro e de maneira sólida imperar os valores, ou seja, acabar com a modernidade líquida, para o mundo voltar a ter estabilidade. Uma liderança preparada para essas questões, ironicamente, é o Vladimir Putin, diferente do nosso Congresso Nacional onde impera a paralisia e inércia.

A ausência de aristocracia condena o Brasil ao subdesenvolvimento e a divisão política que é tribalista, a educação precisa voltar a sua essência, no espírito da metamodernidade que resgata as sensibilidades pré-modernas, é necessário resgatar o sentido ocidental de “academia”, que Platão criou como um espaço para a busca do Bem e da Verdade, o próprio “Liceu”, termo utilizado pelos colégios franceses que o Brasil utilizou durante um tempo, foi uma instituição criada pelo seu pupilo Aristóteles, com esta mesma intenção (Baroletti, 2017). O *ethos* político atual é uma briga entre o globalismo e o nacionalismo, que apenas pode ser resolvida com aristocracia, valores sólidos como diz o presidente Putin, acabando com a modernidade líquida.

O ETHOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA E DO MUNDO OCIDENTAL ATUAL

A aristocracia em Aristóteles mostra o poder do lar, como famílias fortes podem fazer bem para sociedade e a ruína da sociedade é ter famílias fracas para o filósofo (Aristóteles, p. 197-199). Este é o tema recente do mais novo livro do psiquiatra renomado, Augusto Cury, que foca em ajudar as famílias a terem um lar harmonioso:

O lar é o espaço no qual o indivíduo sonhar amar, viver tranquilo, relaxar, se alegrar, superar a solidão, pacificar os conflitos, desenvolver projetos de vida, enfim, alcançar a famosa felicidade, proclamada em prosa e verso na poesia, na música, na literatura, nas religiões. Porém, muitas vezes o sonho se converte em pesadelo, em expectativas frustradas, pois a residência pode se tornar ambiente de conflitos, discussões, críticas, angústia, solidão, incompreensão, insônia, ansiedade, lágrimas úmidas ou secas, onde a felicidade dá lugar aos fantasmas mentais que estressam o ser humano de forma atroz (Cury, 2023).

Por esta razão, o governo chinês incentiva as famílias e o governo da Rússia também, o último dando prêmios as mulheres que tem mais filhos, pagando as mães para não abortar e o governo russo disse para os homens russos: “procurarem mulheres na vida real”, quando a Rússia bloqueou a pornografia no país (Canal Tech, 2016). Medidas que o governo pode tomar para incentivar as famílias da nação, enquanto isso, o governo canadense libera eutanásia para os pobres em uma cultura de morte (Haines, 2022). O Ocidente fecha os olhos para a crise de preguiça e drogas entre a juventude, que no Brasil são as principais causas da evasão escolar (Agora, 2011), e os Estados Unidos enfrenta a sua maior epidemia de drogas da história (Morris, 2022).

O fracasso da família afeta a sociedade como um todo, Rússia-China nada precisa fazer para destruir o Ocidente. As famílias brasileiras e ocidentais estão fracas, por uma série

de fatores, o brasileiro passou a se divorciar mais em relação ao número de casamentos. “Tínhamos 10 divórcios para cada 30 casamentos, e agora essa média é 10 a cada 24”, explica Klívia Brayner de Oliveira, gerente da Pesquisa de Registro Civil do IBGE (UOL, 2021).

Uma criança que nasce em um lar harmonioso, tem muito mais chances de viver uma vida plena e realizada, foco do novo livro do Cury, contribuindo positivamente para a nação, é fundamental que o lar seja tranquilo e repleto de amor (Smiles, 2019). Um estudo da Universidade de Nova York, mostrou que “ainda que a leitura frequente dos pais para as crianças leva à maior estimulação fonológica, o que é importante para a alfabetização, à maior estimulação cognitiva em casa e a um aumento de 25% de crianças sem problemas de comportamento” (Tokarnia, 2016).

Ocidente destrói-se ao abandonar seus valores civilizatórios: greco-romano, germânico e judaico-cristão. A maioria da população, ciente dos problemas, a opinião pública inclina-se para liberais que não vão com a nova onda progressista como J.K Rowling em um ato de rebeldia e para os conservadores cristãos, em países da Europa como o Reino Unido e países periféricos como o Brasil (BBC, 2019; UFMG, 2018).

A maioria da população do Reino Unido, rejeita a nova onda progressista que quer colocar pessoas transgêneros em espaços femininos, como competir com mulheres em esportes, em pesquisa feita pela YouGov em 2022 (Smith, 2022). É a vitória da razão sobre o sentimentalismo dos progressistas, que a verdadeira resistência deles, como Bauman afirma (2000) vindo da elite, é contra a civilização, é a população contra o que vem dos nossos senhores ausentes.

Em pesquisa da Radar Febraban deste ano (Febraban, 2023), sete em cada dez brasileiros acreditam que a vida vai melhorar este ano, leio que parte do otimismo atual tem a ver com o *Ethos* metamoderno, o *Zeitgeist* quer resgatar o otimismo moderno perdido, sem a ingenuidade dos modernos que nos levou ao pós-modernismo.

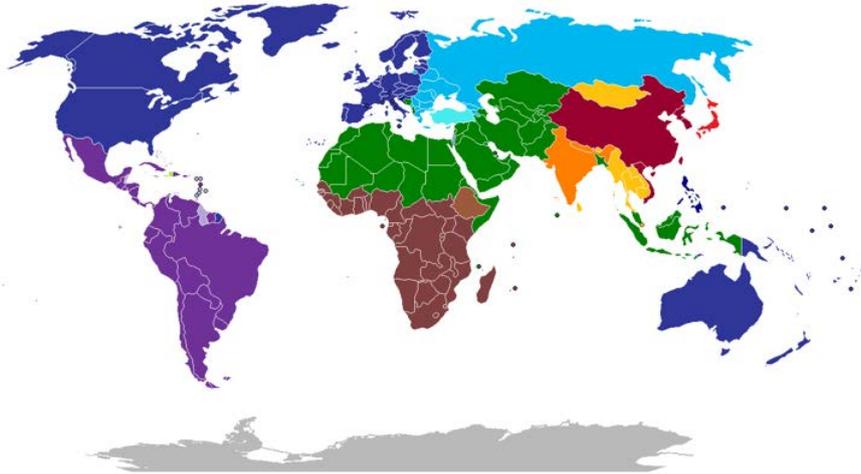
Há espaço para uma aristocracia surgir no Brasil? mesmo com as famílias enfraquecidas, as vendas de livros aumentaram no Brasil (Ampla, 2019) e do Augusto Cury sobre saúde mental está no topo da lista (Cury, 2023), assim como as pessoas acompanham cada vez mais *influencers* (Martingo, 2019), existe assim, por questão de sobrevivência, um desejo de sair da escassez dos nossos dias, em todas as áreas: a escassez é emocional, física, espiritual, familiar, fraternal e econômica. A busca por um propósito de vida é observado em uma sociedade que se deixa ser influenciada por *influencers*.

O enfraquecimento da Igreja, Colégios/Universidades e Estado, que giram em torno de comunidades é um reflexo do individualismo exacerbado incluindo no crescimento da “espiritualidade pessoal” ou “desigrejados” (Guimarães, 2022), são essas instituições que precisam ser fortalecidas e trabalhar mais na comunidade que as cercam para restaurar a sociabilidade e a ética, especialmente entre a juventude, que sofre por passar o dia em casa no celular, deprime eles (Araujo; Silva; Moreira, 2022).

O Estado deve sujeitar-se às famílias, e não ao contrário, como afirma Tomás de Aquino (Brasil Paralelo, 2022), ser aristocrata não é ser rico, mas simplesmente ter dignidade humana e buscar ser uma pessoa melhor e tratar os outros com dignidade, devemos ao

conceito de Tomás de Aquino de dignidade a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Filho, 2016); sem caráter, a sua posição social não adianta de nada. “Não adianta ganhar o mundo e perder sua alma”, como afirma Jesus Cristo (Bíblia Sagrada), por isso temos tantas lideranças fracas e profissionais medíocres pelo caráter fraco deles que acrescenta pouco à gloriosa nação brasileira.

O ETHOS DA CULTURA BRASILEIRA E DO MUNDO OCIDENTAL ATUAL



O mundo dividido por civilizações de acordo com Huntington (1996): **vermelho escuro**: Civilização sínica, **vermelho**: Civilização nipônica, **laranja**: Civilização hindu, **amarelo**: Civilização budista, **verde**: Civilização islâmica, **azul escuro**: Civilização ocidental, **roxo**: Civilização latino-americana, **azul claro**: Civilização ortodoxa, **marrom**: Civilização subsaariana, **turquesa**: Turquia, **azul**: Israel **marrom claro**: Etiópia, **verde claro**: Haiti.

O Choque de Civilizações mostrou-se real, Samuel P. Huntington (1997) formulou que as identidades culturais e religiosas das nações serão principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria, na minha concepção, uma análise realista, contra o hegelianismo de Fukuyama, que os neoliberais criticaram na década de 90 e até desprezaram (Berman, 2003), mas está mostrando-se correta com a Guerra da Ucrânia (2022-presente). O que vai encerrar o conflito entre Ocidente e aliança Rússia-China será o alinhamento da América Latina: ficará do lado do Ocidente ou do Oriente?, esta era a questão que Huntington colocou na década de 90 (Huntington, 1997), com a América Latina desenvolvendo-se para ser uma parte não-periférica do mundo ocidental, o conflito cultural estaria *de facto* encerrado, porque a América Latina desequilibra o jogo para o lado do Ocidente.

Com o choque de civilizações em curso, a cultura brasileira está cada vez mais americanizada por influência do Tio Sam: o sertanejo é *pop* (sertanejo universitário), estrelas de *funk* e *mpb* nacionais viram *divas pop*, como Anitta que é uma espécie de Carmen Miranda, o que atrapalha a relação dos Estados Unidos com os vizinhos é a política imperialista do Tio Sam na região, mas é ingenuidade pensar que a política da Rússia-China é diferente, com o ideal sendo os países latinos seguirem seu próprio caminho.

Anitta causou polêmica recentemente, por conter sexo explícito com adolescentes em um dos seus clipes (Santos, 2023); Os professores e pais enfrentam o desafio de uma cultura muito sexualizada que expõem as crianças e adolescentes brasileiras, especialmente

da periferia, algo que é motivo de paródia no exterior em um episódio infame de O Simpsons (UAI, 2022), que zomba do fato do programa da Xuxa na década de 90 ser muito sexual para um programa de crianças.

É pensado que todo adolescente sabe prevenir-se (usando camisinha) e não engravidar se transarem na adolescência, mas a gravidez na adolescência ocorre por conta da exposição dos menores ao sexo fora de época, e falta informação nas famílias carentes e nas escolas públicas (Gov. SP, 2021).

Além de uma cultura que sensualiza meninos e meninas da periferia desde cedo, outro desafio para os pais e docentes é a cultura da preguiça: é sempre procurado pelo brasileiro “um jeitinho mais fácil” e nunca da excelência, o pedagogo Jules Payot (1895) escreve: “[...] a causa de todos nossos fracassos, de quase todos nossos males, é uma só: a fraqueza da vontade”, o famoso “jeitinho brasileiro”, nada mais é que, a maneira popular de falar do conceito de homem cordial do sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (1936), o brasileiro prefere improvisar, procurar atalhos do que realizar o caminho mais difícil da excelência aristocrática.

Para Aristóteles (1998. p. 198), a busca pelo caminho mais fácil nada mais é do que o resultado de chefes de família ausentes ou fracos, que deixam os infantes fazerem o que bem entendem, o Brasil tem uma grande quantidade de órfãos de pai e mãe (Pessôa, 2023), uma nação de órfãos ou de filhos fora do casamento, será inevitavelmente, um país democrático, que para Aristóteles, significa uma perversão da timocracia, a timocracia sendo um governo de irmãos com guerreiros que revezam-se no poder e a democracia um desvio dela, como ambas pressupõe uma igualdade entre a maioria das pessoas para o filósofo (Aristóteles, 1998 p. 197).

A americanização do Brasil, que é sentida pelo ativismo político dos evangélicos que votaram nos Republicanos Tupiniquim, e no ativismo da “*Beautiful People*” que vota nos Democratas Tupiniquim, assinala para inevitável transformação da América Latina e do Brasil em parte *de facto*, do mundo ocidental, a única coisa que falta para saírem da periferia é crescimento econômico, mas pode enfrentar aumento da desigualdade. A pressão ocidental para um “alinhamento definitivo” da América Latina, é bem capaz de aumentar.

A indústria da morte (sexo, drogas e *rock and roll*) não lucra com jovens saudáveis, e está sempre incentivando os vícios para lucrar em cima das doenças da juventude, ou transformando em vícios hábitos saudáveis, os jovens são mais inclinados às paixões que os mais velhos (Aristóteles, 1998, p. 185). A ausência de amizades reais é prejudicial à juventude por que eles acabam cometendo mais erros, a geração Z tem problemas com relacionamentos pelo isolamento:

[...], os amigos também ajudam os jovens a evitar seus erros; e auxiliam os idosos, atendendo suas necessidades e suprindo as atividades que eles não conseguem executar por causa da passagem do tempo. A amizade estimula a prática de ação nobres daqueles que estão no início da vida, pois como amigos - “dois seguindo juntos” - os homens são capazes de pensar e agir (Aristóteles 1998, p. 182).

Na época da pandemia, o sucesso da comunidade *dark academia* entre os jovens, fez a estrela *pop* Taylor Swift, lançar dois álbuns mais *indie* e *chamber pop/rock*, afastando-se do *pop* e *country* dos seus álbuns anteriores, os álbuns *Folklore* e *Evermore* (2020).

Swift admite, e de uma maneira desconfortável no documentário *Miss Americana* (2020), que mudou do seu estilo *country* conservador para mais ousada e *pop* por exigências da indústria, que sempre quer que as estrelas apelem para o público juvenil (ou inventam moda, como o lançamento de uma nova droga), então ela se vê obrigada a sempre está transformando-se, nunca falando de política, Taylor falou de política pela primeira vez nas eleições de 2018 dos Estados Unidos, por pressão da mídia Democrata (*Miss Americana*, 2020), em favor de um candidato deles.

Agora a maior estrela do mundo atual, Taylor Swift (2020), lançou dois álbuns mais *dark* por conta da pandemia, mas também para transformar a comunidade de *dark academia*, em mais um vício juvenil que eles podem explorar, trazendo os góticos de volta, com a diferença que antes os jovens fingiam que estavam tristes e agora estão tristes de verdade, a obsessão da Geração Z com relacionamentos, explica o sucesso da cantora de canções confessionais.

O silêncio cultural, onde os Zoomers cresceram sem heróis e sem alta cultura, leva a já mencionada maior pandemia de drogas da história dos Estados Unidos e a sensualização precoce dos adolescentes que o Tik Tok mostra, e a mídia promove a cultura da morte. A série americana *Euphoria* (2019-presente) da Netflix, foi criticada por grupos de família por vender conteúdo sexual explícito, incluindo sensualizando adolescentes em relação com adultos e abuso de drogas para um público de pré-adolescentes e adolescentes (Napoli, 2019).

As principais influências entre os progressistas ocidentais são: Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Jean Paul Sartre. Foucault, Satre e a sua esposa, Simone De Beauvoir eram defensores da pedofilia, assinando uma petição na França para diminuir a idade de sexo entre adultos e adolescentes na década de 70 (Graieb, 2021), com isso em mente, é alguma surpresa a existência de séries apelativas como *Euphoria?*, embora seja ingenuidade acreditar que a direita ou à esquerda lutem por qualquer coisa além de si próprios e algo além de poder político.

Liberais como J.K Rowling (GQ Show, 2023) e grupos feministas temem o uso político de qualquer coisa pouco progressista causar um efeito cascata contra as mulheres, mesmo assim não deixam de manifestar-se contra: a presença de transgêneros na prisão de mulheres é um risco para às últimas para J.K, algo que mostrou-se real no Reino Unido e a polícia vai tirar as trans mulheres da prisão das mulheres (Caixeta, 2022). Em uma reviravolta digna de ficção científica na política do Reino Unido, conservadores cristãos, feministas, defensores dos meio-ambientes e liberais concordam com a nova legislação restritiva da *internet*, que pode passar, para proteger as crianças, incluindo o banimento da pornografia (Martins, 2022).

Os prêmios da Academia, mais conhecida com o nome de Oscars, premiou o filme americano *Everything Everywhere All at Once* (2022), que causou racha nos cinéfilos sobre a sua qualidade e mesmo assim ganhou o maior prêmio da noite de Melhor Filme; deixando de lado a discussão sobre a qualidade artística do longa-metragem, chama atenção o absurdismo do filme que ignora as lições de *Poética* de Aristóteles: narrativa linear (começo, meio e fim), construir um roteiro de tragédia focado em grupo familiar que nos faça se importar com os dramas dos personagens, algo que está frequente na indústria e o público

tem sentido que não se importa com o que acontece com os personagens de muitos filmes, em *Everything Everywhere All at Once*, eles decidem desconstruir *Poética* e fazer um filme de super-herói, drama familiar, comédia surrealista, ficção científica/fantasia, animação e artes marciais, tudo de uma vez.

O argumento, que toda obra de arte tem como Aristóteles no ensinou, é raso do filme (sentimentalismo simples de “seja gentil”), no meio de toda o absurdo dele, que é o que mais chama atenção na obra, super energética (E.A.A.O, 2022). Os metamodernistas tem o objetivo de achar sentido no meio do caos que herdaram dos pós-modernos, mas os Zoomers ainda são jovens e sem voz na indústria, o atual vencedor de Melhor Filme mostra uma Academia focada em atualizar-se nas tendências juvenis, mesmo que utilize obras que parece mais paródia delas.

Apesar do último vencedor do Oscar e a geração Zoomer sofrer com problemas mentais e de niilismo, ela está interessada na restauração de valores sólidos através de um código ético comum a todos, isso se reflete no aumento do apoio à direita populista do eleitorado feminino e dos jovens, nas eleições para presidente da França de 2022:

– Estagnação econômica e aumento dos custos de vida na Europa. [...] Existe, assim, uma rejeição – ódio talvez – a todos os partidos, pelo revezamento no poder para se fazer o mesmo. Para expressiva parte da população, o mundo político, das mídias, da academia e do mundo artístico estão deslegitimados, pois não chegam as maiorias.

– O domínio ocidental está chegando ao fim com a ascensão de países não ocidentais, principalmente da Ásia. Grande parte dos empregos industriais se deslocaram para a China e outros países, levando a uma progressiva precarização das bases das classes médias (que formavam a própria ideia da sociedade ocidental).

– Descontentamentos com os efeitos negativos da globalização, [...] O nacionalismo e o protecionismo são crescentes. Forte crítica à internacionalização dos processos decisórios estatais para União Europeia e Otan.

– Nos últimos anos, a ideia de organização política em torno do eixo religioso-civilizacional expandiu-se com a crise dos valores liberais do secularismo e do multiculturalismo. Insegurança cultural, alto fluxo migratório, conflitos religiosos e de costumes. Governos de países tão distintos como Estados Unidos, Hungria, Índia e Polônia passaram a defender a necessidade da regeneração espiritual de suas sociedades, tornando a religião o principal elemento de unidade nacional, em prejuízo de valores como a diversidade, o pluralismo e a tolerância (Marcelino, 2022).

Em um cenário de guerra cultural e um futuro incerto, o presidente Putin (2021) nos lembra que o mundo “não é preto e branco”, e o que normalmente acontece é que a realidade não sobrevive as ideologias criadas na mente das pessoas, seja de direita ou esquerda. A desconexão da realidade é um sério problema da “era da informação” e o papel da filosofia realista como a de Aristóteles é “colocar todo mundo no chão” e tirar as pessoas dos seus delírios, incluindo da mídia responsável e de uma escola e universidade que sabe que seu papel é levar ao alunos ao Bem e a Verdade, como diz Platão em à *República*, cada vez mais raro hoje em dia é achar profissionais desse tipo nas universidades e na mídia.

Na minha concepção, o problema vem do fato da falta de estruturação da educação básica que não ensina nem valores, o ensino básico como está aumenta a dispersão, confusão por ser difuso. A educação ocidental precisa voltar a sua base *Paideia* grega antiga e universidades medievais que tinham foco na Razão, Sumo Bem, objetividade, coerência, sentido, busca pela verdade e o bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos à conclusão do fim da modernidade líquida e começo lento da metamodernidade sólida, que deve ser amparada na razão, bom-senso, ética e virtudes, por questão de sobrevivência se não a polarização nos destrói, isto que deve ser o Século XXI: o Século do Dragão (China como grande potência e passando os Estados Unidos), apropriado para o mundo começando a ser liderado por uma potência milenar. A sociedade deve ensinar aos jovens coisas que eles não sabem, mas as gerações anteriores conhecem bem: o Bem, a Verdade, socializar-se e brincar, é reformar o sistema educacional brasileiro para esses desafios.

A construção ética tupiniquim é possível porque na prática, existem convergências entre a direita e à esquerda, termos defasados que na realidade, transformou-se uma disputa política sobre globalismo (e seus vencedores) e nacionalismo (os derrotados da globalização). A China está limitando o acesso dos adolescentes chineses aos videogames (3 horas por dia) e o TikTok deles é educativo, com limite de tempo (Vidal, 2022), as ações pró-família do atual governo russo já foram mencionadas neste artigo, a União Européia segue para o mesmo caminho, que também já foi mencionado neste artigo.

Com as questões éticas em foco, a nação brasileira pode chegar atrasada como de costume, mas não pode se ausentar deste debate. O que precisa ser reformado na educação brasileira, que o gasto com PIB chega a 6%, mas não reflete na melhora de índices educacionais, além do velho problema da corrupção é: acabar com o método ser pautado politicamente, deveria ser pautado pelos pedagogos, as universidades brasileiras custam muito e formam mal os professores e pedagogos, baixa participação das famílias na vida escola, burocracia estatal que limita fazer qualquer coisa, não está adaptado o ensino a realidade do estudante (Brasil Paralelo, 2023).

O Estado sempre precisa ser lembrado, que o seu papel é “subordinar-se às famílias” como afirma Santo Tomás de Aquino em sua teoria política (Brasil Paralelo, 2022), a política em sua essência é para o bem comum de todos na cidade como afirma Aristóteles “*Política*”, é crucial os cidadãos construïrem uma metamodernidade sólida para tirar o ocidente da rota de colapso civilizacional.

REFERÊNCIAS

AGORA, Adriano do Ferraz. **Preguiça e drogas lideram a evasão escolar**. UDEMO, 30 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.udemo.org.br/2011/Leituras11_0109_Preguica-e-drogas-lideram-a-evasao-escolar.html/>. 05 de julho de 2023.

ALVES, Soraia. **Suicídio é a segunda principal causa de morte entre a Geração Z. B9, 17 de outubro de 2019**. Disponível em: <<https://www.b9.com.br/116038/suicidio-e-a-segunda-principal-causa-de-morte-entre-a-geracao-z/>>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

ARAÚJO, Leila; SILVA, Luciana; MOREIRA, Rosana. **O uso de celulares na adolescência e sua interferência nas relações interpessoais nesta fase**. Research, Society and Development, 08 de novembro de 2022, volume 11, número 13. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35644>. Acesso em: 6 de julho de 2023.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco. 1ª edição.** Jandira: Princips, 2021.

ARISTÓTELES. **Poética. 3 edição. Lisboa:** Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

ARISTÓTELES. **Política. Lisboa:** VEGA, 1998.

BARTOLETTI, Rafael. **Educação ateniense.** Medium, 22 de agosto de 2017. Disponível: <<https://medium.com/blog-do-bart/educa%C3%A7%C3%A3o-ateniense-fd303974cac0/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

BASSETS, Marc. **Análise: Retorno do nacionalismo marca os cem anos do fim da Primeira Guerra Mundial.** O Globo, 12 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/analise-retorno-do-nacionalismo-marca-os-cem-anos-do-fim-da-primeira-guerra-mundial-23227960/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Edição eletrônica. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

BBC Brasil. **Election results 2019:** Boris Johnson hails 'new dawn' after historic victory. 13 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/election-2019-50776671/>>, acesso em: 05 de julho de 2023.

BEDIM, Pedro. **Afinal, O Que É Metamodernismo?.** Medium, 21 de junho de 2017. Disponível em: <<https://medium.com/@metamodern/afinal-o-que-%C3%A9-metamodernismo-1a1ace15eabd>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

BERMAN, Paul. **Terror and Liberalism.** Nova Iorque: W.W Norton & Company, 2004.

BÍBLIA Sagrada. **Versículo 8:36, Livro de Marcos.** Bíblia Sagrada Online, Disponível em: <https://www.bibliaon.com/versiculo/marcos_8_36/>. Acesso em 06 de julho de 2023.

BRASIL Paralelo. Conheça a vida e o pensamento de Santo Tomás de Aquino, um dos maiores filósofos da história. 12 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/santo-tomas-de-aquino/>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

BRASIL Paralelo. **Conheça os grandes desafios da educação no Brasil.** 05 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/grandes-desafios-da-educacao-no-brasil?utm_medium=%2Fartigos%2Fperiodo-napoleonico/>. Acesso em 06 de julho de 2023.

CANAL Tech. **Rússia bloqueia sites pornô e manda usuários conhecerem pessoas na vida real.** 19 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://arquivo.canaltech.com.br/curiosidades/russia-bloqueia-sites-porno-e-mandam-usuarios-viver-a-vida-80391/>>. 05 de julho de 2023.

CRAWFORD, Sophia. **Six Reasons to explore the Dark Academia Aesthetic.** HC at Gettysburg, 3 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.hercampus.com/school/gettysburg/six-reasons-explore-dark-academia-aesthetic/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

CURY, Augusto. **Ansiedade - Como Enfrentar o Mal do Século.** 1ª edição. Editora Benvirá, 2011.

CURY, Augusto. **Novo livro de Augusto Cury chega ao 1º lugar das listas de mais vendidos do Brasil**. Correio do Povo, Porto Alegre, edição eletrônica, 19 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/artesagenda/novo-livro-de-augusto-cury-chega-ao-1%C2%BA-lugar-das-listas-de-mais-vendidos-do-brasil-1.1004967/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

DUGIN, Alexander. **O discurso de Alexander Dugin no 24º Conselho Mundial do Povo Russo**. Nova Resistência, 26 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://novaresistencia.org/2022/10/26/o-discurso-de-alexander-dugin-no-24o-conselho-mundial-do-povo-russo/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

Everything Everywhere All at Once. Direção: Daniel Kwan, Daniel Scheinert. IAC Films. Estados Unidos: A24, 2022, streaming.

FILHO, Moacir. **A antologia da alma em São Tomás de Aquino**. Edição eletrônica, São Paulo: Paulus, 2016.

FREIRE, Guilherme. **Como a Proclamação da República estragou o Brasil**. Youtube, 15 de novembro de 2023.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Generation Z is stressed, depressed and exam-obsessed. **The Economist**, 27 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20190328223442/https://www.economist.com/graphic-detail/2019/02/27/generation-z-is-stressed-depressed-and-exam-obsessed>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

GRAIEB, Carlos. **Memórias de vítimas de pedófilos influenciam políticas na França**. Folha, 26 de março de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/memorias-de-vitimas-de-pedofilos-influenciam-politicas-na-franca.shtml/>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

GUIMARÃES, Camila. **Desigrejados: cresce o número de jovens que se dizem “sem religião”, no Brasil**. O Liberal, 17 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/desigrejados-cresce-o-numero-de-jovens-que-se-dizem-sem-religiao-no-brasil-1.540706/>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

HAINES, Andrés Ferraris. Eutanásia, a alternativa neoliberal à pobreza no Canadá. **Extra Classe**, 27 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2022/12/eutanasia-a-alternativa-neoliberal-a-pobreza-no-canada>>. Acesso em 05 de julho de 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações: E a Recomposição da Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Objetiva, 1997.

J.K. ROWLING. **Volta a se manifestar contra pessoas trans e ironiza críticas: ‘Estoque de champanhe’**. GShow, 21 de abril de 2023. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/tudo-mais/pop/noticia/jk-rowling-volta-a-se-manifestar-contras-pessoas-trans-e-ironiza-criticas-estoque-de-champanhe.ghtml/>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

LE ROMAN D'ENÉAS. **Infopédia**, 07 de maio de 2023. Disponível: <[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$romance-de-eneias/](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$romance-de-eneias/)>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

MACHADO, Uirá. **Brasileiro quer internet livre de fake news tanto quanto de pornografia, diz Datafolha**. Folha, 29 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/06/brasileiro-quer-internet-livre-de-fake-news-tanto-quanto-de-pornografia-diz-datafolha.shtml/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

MADEIRO, Carlos. **Brasileiro se casa mais em 2021, mas pede divórcio como nunca, aponta IBGE**. UOL, 16 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/02/16/brasileiro-se-casa-mais-em-2021-mas-pede-divorcio-como-nunca-diz-ibge.htm/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

MAMLYUK, Boris N. The Ukraine Crisis, Cold War II, and International Law. **The German Law Journal**. SSRN 2627417.

MARCELINO, Fernando. Por que Le Pen quase ganhou a eleição na França. **Outras Palavras**, 25 de abril de 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/por-que-le-pen-quase-ganhou-a-eleicao-na-franca/>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MARTINGO, Neide. Mais de 43% dos brasileiros já fizeram compras estimulados por influenciadores na internet. **Valor Investe**, 12 de julho de 2022. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/07/12/mais-de-43percent-dos-brasileiros-ja-fizeram-compras-estimulados-por-influenciadores-na-internet.ghtml/>>. Acesso em 05 de julho de 2023.

MARTINS, Américo. **Reino Unido propõe uma das mais duras leis do mundo para regular a internet**. CNN Brasil, 09 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/reino-unido-propoe-uma-das-mais-duras-leis-do-mundo-para-regular-a-internet/>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MCCARTHY, Simone. **Enquanto Ocidente condena Rússia por causa da Ucrânia, Pequim adota outro tom**. CNN Brasil, 22 de fevereiro de 2022, Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/enquanto-ocidente-condena-russia-por-causa-da-ucrania-pequim-adota-outro-tom/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

MENEGAT, Elizete. **A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização**. Redalyc.org. 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4028/402837794004.pdf/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

MISS AMERICANA. **Direção: Lana Wilson**. Tremolo Productions. Estados Unidos: Netflix, 2020, Streaming.

MORRIS, Regan. **Overdose mata cada vez mais adolescentes em 'epidemia' com 100 mil vítimas por ano nos EUA**. G1, 17 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/10/17/overdose-mata-cada-vez-mais-adolescentes-em-epidemia-com-100-mil-vitimas-por-ano-nos-eua.ghtml/>>. 05 de julho de 2023.

PAYOT, Jules. **A Educação da Vontade**. 1 edição, Campinas: Editora Kirion, 2018.

PESSOA, Carolina. **Cresce quantidade de mães que criam os filhos totalmente sozinhas**. Agência Brasil, 14 de maio de 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>>

radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-05/cresce-quantidade-de-maes-que-criam-os-filhos-totalmente-sozinhas#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20m%C3%A3es%20solo,de%2011%20milh%C3%B5es%20em%202022/>. Acesso em 06 de julho de 2023.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Lafonte LTDA, 2017.

PORTO, Douglas; CANDAL, Ludmilla. **Para Putin, Ocidente descumpriu promessa de Otan não expandir, diz especialista. CNN BRASIL**. <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/para-putin-ocidente-descumpriu-promessa-de-otan-nao-expandir-diz-especialista/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

PUTIN, Vladimir. **Discurso Completo de Putin no Clube Valdai – Contra a Ideologia de Gênero e a Cultura do Cancelamento**. Nova Resistência, 25 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://novaresistencia.org/2021/10/25/discursos-completos-de-putin-no-clube-valdai-contra-a-ideologia-de-genero-e-a-cultura-do-cancelamento/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

RADAR FEBRABAN: **Sete em cada dez brasileiros acreditam na melhoria da qualidade de vida em 2023**. Radar Febraban, 02 de maio de 2023. Disponível em: <<https://portal.febraban.org.br/noticia/3924/pt-br/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

RAHIL, Luay. **If You Can Do Your Job From Home, Be Scared**. Be Very Scared. Medium, 25 de abril de 2023. Disponível em: <<https://medium.com/illumination/working-from-home-is-bad-48ad0cdc3196/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

REVISTA Ampla. **10 livros sobre saúde mental. 2022**. Disponível em: <https://revistaampla.com.br/opcoes_de_livros_sobre_saude_mental/>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

RIDIÉRI, Vanessa. **100 elementos gráficos metamodernista**. Escola Casa. Disponível em: <<https://www.escolacasa.com/100-elementos-graficos-metamodernista/#:~:text=O%20metamodernismo%20%C3%A9%20caracterizado%20por,o%20racional%20e%20o%20emocional>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

SANTO AGOSTINHO. **Sobre a música**. 1ª edição. Campinas: Ecclesiae.

SANTOS, Eliane. **Anitta grava clipe com simulação de cenas de sexo em beco de comunidade no Rio, e vídeo viraliza**. G1, 26 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/26/em-meio-a-clima-de-guerra-em-favelas-do-rio-anitta-grava-clipe-com-cenas-de-sexo-em-beco-e-video-viraliza.ghtml>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

SÃO PAULO. **Os impactos da gravidez durante a adolescência na vida das famílias**. Gov.sp, 17 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/os-impactos-da-gravidez-durante-a-adolescencia-na-vida-das-familias>>. Acesso em 06 de julho de 2023.

SMILES, Samuel. **Caráter**. 1ª edição. Editora Auster, 2023.

SMITH, Matthew. **Where does the British public stand on transgender rights in 2022?. UFMG**, 05 de julho de 2023. Disponível <<https://yougov.co.uk/topics/society/articles-reports/2022/07/20/where-does-british-public-stand-transgender-rights/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

TOKARNIANA, Mariana. **Pais que leem para os filhos ajudam a aumentar o vocabulário e a memória**. Agência Brasil, 06 de julho de 2023, Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com>>.

br/educacao/noticia/2016-07/pais-que-leem-para-os-filhos-ajudam-aumentar-o-vocabulario-e-memoria. 05 de julho de 2023.

TURNER, **Luke: The Metamodernist Manifesto**. metamodernism.org, 2011. Disponível em: <http://www.metamodernism.org/>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

UAI . **O episódio de Os Simpsons que gerou guerra com o Brasil**. 21 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/entretenimento/cinema/2022/07/21/not-cinema,294015/o-episodio-de-os-simpsons-que-gerou-guerra-com-o-brasil.shtml/>. Acesso em 06 de julho de 2023.

UFMG. **População brasileira está mais conservadora, aponta Ibope**. 25 de abril de 2018. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisa-compara-dados-de-2010-e-2018/>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

VIDAL, Daniel. **Vídeos educativos e limite de tempo**. O TikTok chinês é completamente diferente do nosso. NIT, 17 de novembro de 2022. Disponível em: [https://www.nit.pt/fora-de-casa/miudos/videos-educativos-e-limite-de-tempo-o-tiktok-chines-e-completamente-diferente-do-nosso /](https://www.nit.pt/fora-de-casa/miudos/videos-educativos-e-limite-de-tempo-o-tiktok-chines-e-completamente-diferente-do-nosso/). Acesso em 06 de julho de 2023.

WATTS, Peter. **Is Youth Culture A Thing of the Past?**. Apollo, 10 de abril de 2017. <https://web.archive.org/web/20210107035622/https://www.apollo-magazine.com/is-youth-culture-a-thing-of-the-past/>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

Química ambiental: contribuição para a formação crítica dos alunos da EJA

Environmental chemistry: contribution to the critical training of EJA students

Julio Cesar de Moraes Lara

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

O presente estudo é uma descrição resumida de uma dissertação desenvolvida para validação de títulos que traz como temática. Química ambiental: Contribuição para a formação crítica dos alunos da EJA. Tendo como objetivo, demonstrar os benefícios do reaproveitamento de recursos renováveis, com foco particular nos alunos da EJA em uma escola pública, localizado na cidade de Manaus-AM/Brasil. O processo metodológico partiu de uma pesquisa exploratória descritivo sobre as diferentes abordagens metodológicas no Ensino de Química, aplicado na modalidade de ensino EJA, realizou-se um levantamento junto aos professores que trabalham e que já trabalharam com a modalidade de ensino EJA especificamente o do professor de Química que atua na EJA. Em seguida se produziu uma análise sistêmica dos desafios enfrentados no cotidiano pedagógico quanto à questão da adequação do material didático, frente às dificuldades de aprendizagem dos educandos. Os principais resultados apresentam que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos da modalidade da Ensino Educação Jovens e Adultos – EJA, no que se refere a aplicabilidade da disciplina de química no espaço escolar, pois os educadores entrevistados consideraram que o material didático e as metodologia de ensino aplicada em sala de aula necessitam serem revistas em virtude das deficiências educacionais dos alunos.

Palavras-chave: ensino aprendizagem; política dos 3 R's; estudos da química.



ABSTRACT

This study is a summarized description of a dissertation developed to validate titles that it has as its theme. Environmental chemistry: Contribution to the critical training of EJA students. Aiming to demonstrate the benefits of reusing renewable resources, with a particular focus on EJA students in a public school, located in the city of Manaus-AM/Brazil. The methodological process started from an exploratory descriptive research on the different methodological approaches in Chemistry Teaching, applied in the EJA teaching modality, a survey was carried out among teachers who work and who have already worked with the EJA teaching modality, specifically that of the teacher of Chemistry who works at EJA. Next, a systemic analysis of the challenges faced in daily teaching was produced regarding the issue of adequacy of teaching material, given the learning difficulties of students. The main results show that there are countless difficulties faced by teachers and students of the Youth and Adult Education Teaching modality – EJA, with regard to the applicability of the chemistry discipline in the school space, as the educators interviewed considered that the teaching material and the teaching methodology applied in the classroom needs to be reviewed due to students' educational deficiencies.

Keywords: teaching learning; 3 R's policy; chemistry Studies.

INTRODUÇÃO

A disciplina de química no processo ambiental é entendida como o campo de estudo que visa compreender todos os processos químicos que ocorrem na natureza sejam eles naturais ou causados pela intervenção humana. O problema que motivou este estudo surgiu quando se observou a escassez dos recursos naturais, segundo os meios de comunicação de massa e debates políticos e acadêmicos, enfatizam que está relacionado com o aumento populacional, que possui como necessidade o consumo desses recursos para se sustentar. Diante disso procurou-se saber: de que forma o problema ambiental está ligado ao excessivo consumo de recursos por uma pequena parte da humanidade e no desperdício e produção de insumos no processo nocivos à qualidade de vida? estudar e entender os fenômenos químicos naturais é de grande importância para a sustentabilidade no meio ambiente.

Objetivo Geral: Demonstrar os benefícios do reaproveitamento de recursos renováveis, com foco particular nos alunos da EJA da 9^a. **Hipótese:** Se a inserção das questões ambientais no contexto educacional com ênfase na disciplina da EJA torna-se relevante para conscientizar os processos e movimentos ambientalistas que dominaram o país. Então presume-se que seja relevante apresentar uma proposta de ensino inovadora que venha através da química ambiental agregar maior rentabilidade ao ensino aprendizagem.

Este projeto se justifica, pois, conhecer e entender a importância dos três elementos da sustentabilidade para repensar os hábitos de consumo é fundamental para transformar o desenvolvimento sustentável. Conscientizar os alunos da EJA (Educação Jovens e Adultos) no que se refere o processo sustentável, torna-se plausível pois é uma classe de alunos adultos que possuem uma visão diferenciada. E a disciplina de química foi criada e desenvolvida com o objetivo de implantar uma nova conduta de aperfeiçoamento ambiental

sustentável e conscientização que engendram a contaminação do ambiente e prejudicam os seres vivos.

A EJA E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO

A Educação de Jovens e adultos (EJA) desempenha um papel na configuração dos planos de estudos na criação de disciplinas nesse modelo educacional. O objetivo da EJA é desenvolver o processo de formação humana e social, respeitando a cultura a experiência e os conhecimentos adquiridos ao longo da vida pelos alunos complementando-a com novos valores e saberes, bem como conhecimentos técnicos e específicos. Na EJA, as disciplinas e a carga horária são as mesmas da educação básica, para que essas pessoas possam ser inseridas no mercado de trabalho.

Os dados mostram que o perfil dos alunos da EJA é caracterizado por: moradores de periferias urbanas; moradores de áreas rurais; pessoas marginalizadas expostas à pobreza pessoas desempregadas; indivíduos em situação de exclusão racial; educação precária; famílias mal estruturadas, entre outros. Usualmente, esses indivíduos não estudam ou não concluíram seus estudos por motivos diversos; eles estão interessados em iniciar ou continuar seus estudos com a expectativa de mudanças e transformações em suas vidas. Eles acreditam que essas conquistas podem ser alcançadas por meio de educação adaptada às condições atuais do mercado de trabalho devido ao aumento dos níveis de educação.

O conteúdo pedagógico da EJA deve abranger mesmas disciplinas da educação básica e com a mesma qualidade. No entanto, a diferença deve estar no dialeto isso deve incluir, além da experiência adquirida, vocabulário adequado para jovens e adultos (Borba, 2007).

O educador deve buscar a melhor forma de ensinar; precisa desenvolver experiências nas disciplinas conhecendo seus alunos e usando suas experiências no conteúdo. Conseqüentemente, os professores da EJA devem estimular seus alunos a buscar continuamente o conhecimento. É uma forma de manter o aluno interessado e incentivá-lo a continuar os estudos e se aprofundar no conteúdo assim, os alunos adquirirão aprendizados importantes e maior autonomia (Demo, 2004). Ao referir-se de tal assunto Leite (2013), ressalta que, no Brasil a educação de jovens e adultos (EJA) está apontada pelo descrédito do analfabetismo mostrado pelo fracasso e exclusão escolar.

Entretanto, apesar de todo o avanço das ideias na esfera internacional, com claras repercussões no Brasil, não temos ainda uma política educacional efetivada para a área da EJA. Como exemplo, podemos citar que a constituição de 1988 não previu recursos para o setor, privatizando apenas o ensino regular (Leite, 2013, p. 24).

Apesar do progresso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil não se tem uma administração na educação realista para campos da EJA. “Na história de nosso país, inexistem políticas públicas consistentes e articuladas voltadas para ações afirmativas de educação dos adultos” (Leite, 2013, p. 63).

De acordo com o pensamento do autor citado acima, depara-se numerosas vezes com política fragmentada, pouco resistente especialmente para acabar com o analfabetismo,

esta questão só colabora para distanciar o adulto analfabeto, colaborando para rotular este indivíduo como “problema social”.

O conceito de educação de adultos evolui para o de educação popular à medida que a realidade começa a impor certas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores. Um desses pré-requisitos diz respeito à compreensão crítica dos educadores sobre o que acontece no cotidiano do meio popular (Freire, 2001, p.16).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem passando por um longo tempo de desconsideração, por partes da política públicas, pois para o aluno é difícil, eles já são inseridos nesta modalidade de ensino com muita dificuldade, acham que são incapazes.

De acordo com Leite (2013), esses indivíduos estão incluídos no mundo do trabalho e das relações com as pessoas de maneira desigual de adolescentes e crianças, este indivíduo traz consigo vivências, e relatos de suas vidas cotidianas.

No caso do adulto que retorna a escola, pode-se dizer que, muitas vezes, sofrem uma dupla exclusão. Num primeiro momento, na infância, não podem estudar, pois precisam trabalhar para sobreviver e ajudar no sustento da família. Num segundo momento, na idade adulta, quando procuram uma escola que nem sempre está preparada para atender-se (Leite, 2013, p.171).

Leite (2013) menciona que, o aluno que volta à escola, na maioria das vezes eles sofrem restrição, em primeiro momento não poderem estudar, é em razão de que, necessitam ajudar a família no sustento da casa. E quando na fase adulta procura uma escola para voltar a estudar.

Os educadores da EJA enfrentam inúmeros desafios no desenvolvimento das suas práticas docente, como uma heterogeneidade, a evasão, juvenilização do turno, a falta de materiais didáticos específicos, a baixa autoestima dos educandos, a rigidez institucional. Porém, em toda as situações esses educadores vão buscando caminhos alternativos que favorecem o processo de ensino, como criações próprias de cada um, diante das circunstancia que vão enfrentando (Porcaro, 2011, p. 41).

É importante mencionar que o jovem e adultos da atualidade necessita de concluir o ensino regular, acaba se deparando com as evoluções tecnológicas e este aluno precisa ser capacitado, pois é cobrado deste indivíduo para que ele seja incluído na sociedade.

Atualmente o ensino, o desenvolvimento da EJA está amplamente ligado ao processo de democracia, do direito a igualdade social, do desenvolvimento socioeconômico e político, além do critério estipulados como a visão de se viver em um mundo melhor (Ribeiro 2001).

É necessário estabelecer padrões de qualidade de ensino e aprendizagem, é necessário mensurar a eficácia dos sistemas de ensino, mas para alcançar resultados concretos na educação deve-se levar em conta ampla gama de indicadores de qualidade: qualidade tem extracurricular e extracurricular. Fatores curriculares; é preciso considerar também outros critérios subjetivos, sempre deixados de lado, mas que podem ser dimensionados intencionalmente (Gadotti, 2010, p.17).

Existe ainda todo um critério que deve ser observado no ensino da EJA, identificando e garantindo um processo adequado de ensino-aprendizagem, não adianta nada ter políticas públicas voltada para estabelecer garantias para essa modalidade se de fato elas só existam no papel, deve-se haver uma postura diferenciada, bem como diagnósticos e

compromissos com o processo de escolarização dos jovens e adultos.

A formação de professores também deve levar em conta o disposto nos arts. 22 da LDB, que estabelece que a educação básica tem como objetivo o desenvolvimento do aluno proporcionar a formação geral necessária ao exercício da cidadania e fornecer um meio para o avanço no emprego e educação adicional. Como na arte 61 da referida lei, que estabelece que a formação dos profissionais da educação deve atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada etapa de desenvolvimento do aluno. Assim, a formação desses professores é necessária para cumprir as obrigações legais e encontrar soluções para os problemas persistentes desse modelo.

Para Freire (2002, p. 38), a formação de professores deve ser contínua e ordenada, porque a prática se faz e se repete”. Em outras palavras, para o autor a formação deve ser contínua, pois o mundo está em constante processo de transformação e está em constante mudança.

O educador da EJA tem como condição a reflexão constante de sua prática pedagógica, buscando sempre ampliar seus conhecimentos e metodologias acerca do processo para que sejam refletidos na qualidade do processo de aprendizagem dos alunos.

Os autores apontam a necessidade de investimentos na qualificação docente, deixando claros a necessidade de formação inicial e o entendimento de que a formação ocorre ao longo da vida profissional.

O papel do professor na educação ambiental

A formação do professor é a condição essencial para que sejam inseridas as questões práticas da educação ambiental no ensino formal. Deve-se trabalhar o corpo docente com a organização de cursos interdisciplinar de Educação Ambiental. Capacitação e reciclagem é a mola mestra para o início da implantação de um projeto de Educação Ambiental, articulado com a escola. A objetividade desses cursos para professores do ensino infantil, médio e fundamental implicará na formação de valores éticos-ambientais para o exercício da cidadania. A formalização deve ser uma preocupação dos secretários de Educação e do meio ambiente de cada município, com o aval do Estado.

Os próprios professores que enveredam por esse caminho lentamente criam muitas respostas. Nesse momento, o primeiro passo é a convicção dessa necessidade de mudança qualitativa da situação que preserva o trabalho de informação. Uma outra providência consiste em mudar o modo de trabalhar com as informações. As informações acumuladas culturalmente (contidas nos livros e computadores) passarão a ser objeto de trabalho dos alunos que, orientados pelo professor, as analisam e discutem, tendo em vista apossarem-se delas de tal maneira que possam ser utilizadas como recursos ou instrumentos de compreensão da realidade e de resolução de seus problemas.

O trabalho escolar com a informação nessa dimensão, portanto, ultrapassa a menor acumulação de informações por parte do aluno, tendo por meta principal fazer da informação um “instrumento de conhecimento do aluno”, uma ferramenta para compreensão e o desenvolvimento do mundo que o cerca, para além das aparências imediatas.

No Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam a questão ambiental como um tema transversal, e apresentam a Educação Ambiental como importante para transformar o pensamento do homem em relação à natureza. O ser humano através da Educação Ambiental valoriza a natureza, utilizando-a com o mínimo de impacto possível. O PCN propõe que o trabalho com o tema “Meio Ambiente” tenha como principal função contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de decidir e atuar na realidade socioambiental de forma comprometida com a vida com o bem. ser de cada um e da sociedade local e global (Brasil, 1997).

A proposta apresentada para o ensino de Química nos PCNEM é de que o aluno reconheça e compreenda, de forma integrada e significativa, as transformações químicas que ocorrem nos processos naturais e tecnológicos em diferentes contextos, encontrados na atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera, e suas relações com o sistema produtivo, industrial e agrícola. O aprendizado de Química no Ensino Médio deve possibilitar ao aluno:

[...] compreende os processos químicos e a construção do conhecimento científico em estreita ligação com as aplicações tecnológicas e suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas.

[...] as informações da tradição cultural, da mídia e da própria escola são julgadas e achadas de forma independente, como indivíduo e como cidadão. (Brasil, 1999a).

O ensino de Química para a cidadania vem se configurando como um paradigma educacional que, pode auxiliar na construção da sociedade democrática, em que a Química esteja a serviço do homem e não da dominação imposta pelos sistemas econômicos e políticos.

A Educação Ambiental deve proporcionar aos cidadãos os conhecimentos científicos e tecnológicos e as qualidades morais necessárias que lhes permitam desempenhar um papel efetivo na preparação e no manejo de processos de desenvolvimento, que sejam compatíveis com a preservação do potencial produtivo e dos valores estéticos do meio ambiente (Dias, 2004).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999) prevê que a Educação Ambiental seja desenvolvida no âmbito dos currículos. Ressalta que “a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (Art. 11). Incluir a dimensão ambiental nos currículos sugere que as disciplinas devam internalizar os conhecimentos e práticas referentes à Educação Ambiental e o desenvolvimento de concepções de meio ambiente em sua totalidade, considerando as interações abióticas e bióticas.

Nas discussões das Diretrizes Curriculares para os cursos de Química, elaboradas pela comissão de Especialistas de Ensino através da Portaria 146 de 10 de março de 1998, surgiram tendências para uma formação mais geral do estudante, com a inclusão, nos currículos institucionais, de temas que propiciem a reflexão sobre o caráter, ética, solidariedade, responsabilidade e cidadania, em que o projeto pedagógico das instituições devem necessariamente assentar sobre os conceitos de “matéria” e “interdisciplinaridade”. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares, elaboradas em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996 (Lei 9.394/96) e ao Edital nº 04/97 do MEC, estabelecem, como princípio, a flexibilização curricular que, sem prejuízo de uma

formação didática, científica e tecnológica, avance também na direção de uma formação humanística que dê condições ao exercício da profissão em defesa da vida, do ambiente e do bem-estar dos cidadãos (Zucco; Pessine; Andrade, 1999).

Segundo Demajorovic (2000), a indústria química é um dos setores mais dinâmicos e vitais de qualquer economia, pois gera produtos finais amplamente demandados por consumidores e uma infinidade de insumos utilizados por outras indústrias em seus processos de produção.

Química Verde relaciona-se aos processos de prevenção da poluição, através do estabelecimento de tecnologias limpas e ambientalmente sustentáveis. Tanto a Química Ambiental como a Química Verde estão relacionadas à ideia de modernização ecológica, onde os conhecimentos dos processos químicos que ocorrem no meio ambiente, sejam eles de origem natural ou antrópica, proporcionam um redirecionamento da atividade química, contribuindo no aperfeiçoamento dos processos e proporcionando uma maior eficiência técnica aliada a um menor impacto ambiental.

Mozeto e Jardim (2002) apontam que projetos de pesquisas e disciplinas na área da Química Ambiental sob uma visão holística e integrada é importante que abordem os seguintes pontos:

- (a). Descrever o funcionamento (incluindo-se o ecológico) natural ou de base do ecossistema ou de um ou mais de seus reservatórios (ou compartimentos) e suas possíveis alterações (os impactos ambientais negativos) em função das atividades antrópicas em consideração; (b). Ter como base ou em considerando um ou mais estudo-de-casos similares ao problema em estudo; (c). Incluir e discutir as legislações ambientais pertinentes e todas as implicações do ponto de vista legal; (d). Incluir e discutir as questões toxicológicas, do ponto de vista de comunidades aquáticas e/ou terrestres e relativas à saúde humana; (e). Discutir o problema de forma integrada do ponto de vista das interações abióticas, bióticas, socioeconômicas e culturais; (f). Estar sempre atento às situações do estado, com base em literatura recente; (g). Tratando-se de um processo industrial ou agroindustrial e/ou de tratamento de efluentes ou resíduos em que haja a geração de um outro resíduo e/ou efluente, discutir a forma correta de tratamento, caracterização e classificação segundo normas e leis ambientais vigentes no Brasil; (h). Considerar que o tratamento de resíduos é uma opção remediativa, e que a opção mais ambientalmente harmoniosa é a minimização na produção de rejeitos; (i). Considerar as escalas dos fenômenos em questão: local, regional ou global (Mozeto e Jardim, 2002, p. 8-9).

Discutir o problema de forma integrada do ponto de vista das interações abióticas, bióticas, socioeconômicas e culturais, exige compreender que embora o planeta forme um todo integrado, é possível considerar as partes: atmosfera, geosfera e hidrosfera como partes abióticas, a biosfera - permeando a superfície terrestre e todas as formas de vida e a antroposfera, como a dimensão que envolve as relações sociais, culturais e políticas da humanidade.

Entendemos que a Química Ambiental implica conhecer os processos químicos e as complexas interações entre os distintos sistemas do planeta, numa imbricada teia interligada entre as partes. Como exemplo de uma significativa interferência antrópica nos sistemas naturais, podemos citar a contribuição humana no ciclo biogeoquímico do nitrogênio. Estima-se hoje que 32,2% da fixação do nitrogênio atmosférico ocorra em função da utilização dos fertilizantes sintéticos (Spiro; Stigliani, 1996).

O mundo está vivendo uma era de grandes mudanças, tanto no âmbito social,

econômico, tecnológico e ambiental. No geral, nem todas as mudanças beneficiam a sociedade positivamente. Os progressos trazem na bagagem, também, a degradação da vida humana e do meio ambiente, dos valores sociais e individuais. Viver diante de uma crise dos recursos naturais faz com que os conhecimentos sobre EJA sejam essenciais na formação das pessoas, para torná-las mais conscientes e provocar mudança de comportamentos.

A educação ambiental deve ser vista como um processo de aprendizado permanente que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos na consciência local e planetária.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa deu-se em uma escola estadual localizada na Cidade de Manaus-AM/Brasil. A escola possui o espaço físico, pedagógico e cultural de formação de sujeitos em plena cidadania e de consciência crítica, capazes de produzir e compartilhar conhecimentos, transformando-os em aprendizagem concretas e viabilizadora que venha favorecer o crescimento social da comunidade em que vivem.

O ritmo de mudança em que o mundo enfrenta, assim como a sociedade e a escola. Há uma necessidade latente de adoção de diversas possibilidades pedagógicas para a reorganização do ensino, principalmente no que diz respeito ao Ensino de Jovens e Adultos EJA.

A escola funciona em três turnos: matutino e vespertino e noturno onde desenvolve-se o currículo básico, compreendendo os componentes curriculares da Base Comum Nacional e de parte Diversificada do Referencial Curricular Amazonense, além das atividades escolares que ampliam, por meio de projetos, as possibilidades de aprendizagem dos alunos.

A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos”, estabelece relações entre as variáveis e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinos, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em um enfoque qualitativo e quantitativo, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análise. O universo desta pesquisa é composto por 739 alunos e 44 professores, o pesquisador selecionou para sua coleta de dados, 25 alunos e 06 educadores, sendo um titular da turma da EJA pesquisada e outros 5 educadores que já trabalharam com a EJA, a aplicabilidade do Instrumento deu-se por meio de um questionário aplicado aos entrevistados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para o educador ensinar química para jovens e velhos alunos (EJA) é um desafio, os alunos dessa modalidade de ensino muitas vezes sentem dificuldade e conseqüente frustração por acreditarem não conseguir aprender química e por não reconhecer a importância dessa disciplina em seu cotidiano. O conteúdo costuma ser apresentado

de forma fragmentada e descontextualizada, o que contribui para os alunos não darem importância na disciplina em seu cotidiano. Essa descontextualização e fragmentação dos conteúdos químicos pode ser um dos fatores responsáveis pela rejeição da Química pelos alunos dificultando assim o processo de ensino-aprendizagem.

Ainda há muito o que percorrer para diminuir os impactos ambientais. E esse problema não é só das autoridades, mas também da sociedade, instituições e iniciativas privadas. Afinal de contas, o benefício é para todas as pessoas. Deve-se atuar como agentes de transformação de forma conjunta.

Impacto ambiental é toda e qualquer alteração, positiva ou negativa, causada no meio ambiente pela ação humana. Os principais impactos ambientais no Brasil são a degradação do solo causada pela mineração, a poluição dos rios devido ao descarte incorreto de esgotos domésticos e industriais, a poluição do ar causada pelas empresas. Para reduzir esses impactos, é necessário implementar políticas de proteção ambiental.

Os impactos ambientais são, por definição, todas as possíveis alterações causadas no meio ambiente pelas operações da empresa. Eles dizem respeito às consequências, ou seja, aos danos ou efeitos que os aspectos ambientais. Quando se questionou com os docentes sobre o que pode estar causando os principais impactos ambientais eles responderam que:

Figura 2 - Parecer dos docentes entrevistados.

PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS

ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS – 2022-2023

DIMINUIÇÃO DOS MANANCIAIS 01

Consequências do desenvolvimento urbano sem planejamento apresenta-se como uma das maiores causas.

EXTINÇÃO DE ESPÉCIE 02

A diminuição dos habitats silvestres, introdução de espécies invasoras e mudanças climáticas.

INUDAÇÕES 03

Acontecem quando o solo e a vegetação não conseguem mais absorver toda a água.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS 04

As emissões de gases de efeito estufa começam a encobrir a terra e retem o calor do sol.

POLUIÇÃO 05

Degradação das características físicas ou químicas do cosistema



Fonte: O pesquisador (2022)

Como exemplificado pelos educadores, esse efeito pode ou não ser positivo. Infelizmente, na maioria das vezes os impactos são negativos e levam à degradação e poluição ambiental. Os efeitos negativos sobre o meio ambiente estão diretamente relacionados ao crescente número de áreas urbanas, ao aumento do número de veículos automotores, ao uso irresponsável de recursos, ao consumo excessivo de bens materiais e à produção contínua de lixo. Assim percebe-se que não só as grandes empresas afetam o meio ambiente, o ser humano, com pequenas atitudes, causa impactos ambientais todos os dias.

Com ações simples, se pode transformar os cenários atuais para reduzir a geração de resíduos, a poluição, o desmatamento e desacelerar eventos preocupantes ao futuro, como o esquentamento global.

O consumo sustentável é um conceito que define um conjunto de comportamentos, princípios e ideias para a compra, uso e descarte consciente de produtos. Isso é possível ao entender como nossos comportamentos afetam o meio ambiente, podendo destruí-lo e colocar em risco a vida futuras gerações na terra.

É preciso que os conhecimentos de química sejam apresentados ao aluno de forma a capacitá-los a interagir ativa e profundamente com seu cotidiano, entendendo que ela faz parte de um mundo no qual ele se insere. Alguns educadores levantaram a questão de novas ideias metodológicas como uma solução alternativa para o problema do ensino de química. Quando se perguntou dos alunos sobre as maiores dificuldades sobre o ensino de Química eles responderam que:

Figura 3 - Parecer dos alunos referente a disciplina de química.

TRÊS MAIORES COMPLEXIDADES NO ENSINO DA QUÍMICA

ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS – 2022-2023



Fonte: O pesquisador (2022).

Muito interessante este parecer, pois os alunos em maior escala como explicito no verde mais nítido da lâmpada, a base matemática para os alunos da EJA tem sido realmente uma grande dificuldade, pois não tiveram um ensino por completo ou seja a formação do ensino regular fez falta nesta modalidade de ensino, situação que precisa ser revista.

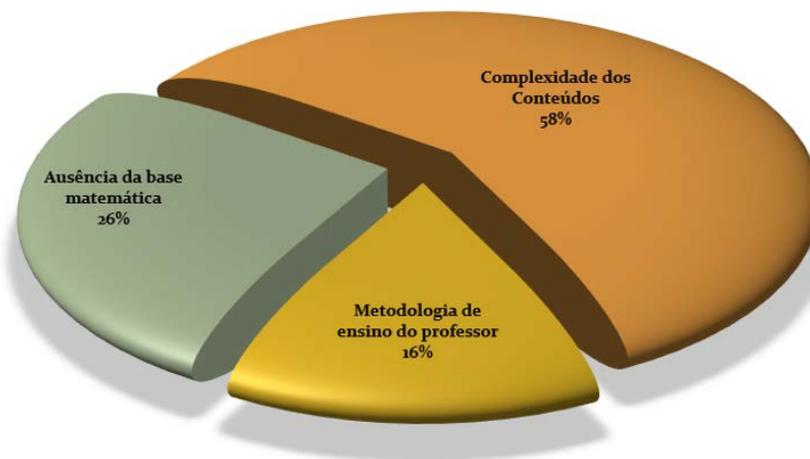
Na segunda lâmpada com um verde menos vivo apresenta as metodologias de ensino pelo professor, realmente precisa ser mais inovadoras e atrativas, na terceira lâmpada com o verde mais claro eles alegam a complexidade dos conteúdos, que se comparado as três dificuldades são situações que podem ser resolvidas, quando se desenvolve uma metodologia de ensino inovadora.

É preciso prover interação significativa entre os alunos e seu mundo de uma forma que promove o raciocínio científico sólido. Muitas atividades produzem resultados inesperados ou dramáticos que despertam o interesse do aluno. Cada estudo é precedido por uma breve introdução sobre conceitos relacionados. Ele provê aos alunos uma base para a compreensão do módulo propriedades da matéria.

Ensinar química, principalmente para alunos de escolas públicas da rede estadual, é desafiador, pois há desgaste, faltam materiais, pessoal e espaço adequado para realizar aulas mais envolventes. A dificuldade aumenta ainda mais se trabalhar com alunos da modalidade de Educação de Jovens e adultos (EJA). Os alunos da EJA muitas vezes apresentam dificuldades de aprendizagem e por isso sentem-se frustrados por não compreender os conceitos da área de ciências Exatas, principalmente a química, e não reconhecer a importância desta área em seu cotidiano. Já os professores enfrentam dificuldades, pois muitos não estão preparados para trabalhar com alunos tão diversos.

Torna-se relevante o professor de Química trabalhar em sala de aula metodologias que facilite o aprendizado dos alunos no que tange a sustentabilidade, quando se questionou com os estudantes sobre suas maiores dificuldades no ensino de Química eles alegaram que:

Gráfico 2 - Parecer dos alunos pesquisados.



Fonte: O pesquisador (2022).

Conforme relatado de forma graficada, 58% dos alunos alegam que não compreendem a disciplina de Química corretamente, como já foi relatado é, em virtude de uma base educacional no fundamental I,II que não tiveram, 26% dos entrevistados até mencionam o déficit na matemática, e 16% fazem menção a metodologia de ensino do professor, torna-se relevante neste momento visionário se desenvolver metodologias inovadoras para os alunos da EJA para se obter melhores resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que a sustentabilidade é um conceito socioeconômico e ambiental que rege estratégias e ações para atender às necessidades atuais da sociedade sem colocar em risco as gerações futuras e o meio ambiente. A palavra vem do latim “sustentare”, que significa defender, preservar, sustentar. Tais dados coletados apresentam que se está em uma nova época geológica: o Antropoceno. Este é um momento em que precisa se ter consequências para as ações humanas no planeta Terra.

O pilar econômico da sustentabilidade refere-se à implementação de modelos e projetos estratégicos de produção, ou prestação de serviços, que mantenham ou superem

o grau de competitividade das empresas no mercado, mas sem agredir o meio ambiente.

Observou-se também uma polêmica nas falas dos alunos pois embora tenham dificuldades de aprendizagem em Química, ainda assim, se sentem motivados a estudar e aprender a disciplina em estudo. Além disso, os resultados proveem uma interação mais efetiva entre os modelos teóricos e fenomenológicos estudados, e uma teoria menos intrincada quando colocada em um contexto que dá sentido ao que é estudado / apreendido.

Portanto, vale destacar que se faz necessário um estudo aprofundado sobre a EJA para que os educadores obtenham conhecimentos a respeito desta modalidade, pois refere-se a um público alvo com características específicas, esses alunos defrontam-se com uma série de obstáculos, tais como carga exaustiva de trabalho, preconceito, falta de estímulo próprio, que fazem destes alunos pessoas que buscam na escola um ambiente que os torne cidadãos críticos e participativos, construtores do próprio conhecimento e capazes de se inserirem no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BORBA, Marcelo de Carvalho. **Informática e educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio ambiente e saúde**. Brasília, MEC/ SEEFF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1999.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília, DF: Liber Livro Ed., 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental - princípios e práticas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

DEMAJOROVIC, J. **A evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos e seus instrumentos**. Cadernos FUNDAP; 2000; 20:47-58.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 47 ed . São Paulo: Cortez, 2001. p, 31.

FREIRE, Paulo; PAPERT, Seymour. **Diálogos impertinentes: o futuro da escola**. São Paulo: TV PUC, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2010.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos EJA**. São Paulo: Cortez, 2013.

MOZETO, A. A.; JARDIM, W. F.. **A química ambiental no Brasil**. Química. Nova, vol.25(Supl.1), p.7-11, 2002. MOZETO, A. A.; JARDIM, W. F.. A química ambiental no Brasil. Química. Nova, vol.25(Supl.1), p.7-11, 2002.

PORCARO, Rosa Cristiana. **Os desafios enfrentados pelo educador de jovens e adultos no desenvolvimento de seu trabalho decente**. 2011.

RIBEIRO, V. M. (org.) **Educação de jovens e adultos**: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2001.

SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. **Química ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice, 1996. 328 p. ISBN 978-85-7605-196-1.

TRIVINOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1990

ZUCCO, C.; PESSINE, F. B. T.; ANDRADE, J. B. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Química**. Química Nova, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 454-460, 1999.

Uso dos jogos lúdicos digitais, como recurso pedagógico no ensino e desenvolvimento das habilidades matemáticas nas séries iniciais

Use of digital play games as a pedagogical resource in teaching and developing mathematical skills in the early grades

Jorge Mácio de Macedo

Universidad de La Integración de Las Américas

Juan Alberto Beranger

Orientador Dr.

Alderlan Souza Cabral

Coorientador Dr.

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação de Mestrado, para validação de títulos, que traz como temática; Uso dos jogos lúdico, digitais, como recurso pedagógico no ensino e desenvolvimento das habilidades matemáticas nas séries iniciais. O intuito deste trabalho é fazer uma análise reflexiva sobre o emprego do lúdico no ensino aprendizagem, pois acredita-se que seja de fundamental importância. A pesquisa tem característica descritiva interpretativa, onde se realiza as análises de causa-efeito tendo como processo sequencial as amostragens *dedutivas* para dados comprobatórios da exploração dos fenômenos em profundidade, basicamente conduzido em um ambiente escolar. Os significados serão extraídos dos dados coletados, sendo seu benefício preciso. Creswell (2009 e 2005). O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico o levantamento operacionalizado através de análises. Se usou uma atividade aplicada com a presença dos professores titulares nos turnos matutino e vespertinos, sendo 58 alunos das turmas A, B do 4º ano e 50 alunos das turmas C e D, no turno vespertino e a participação dos professores das salas pesquisadas. Os principais



resultados apresentam a importância dos jogos matemáticos na escola, pois através deles as crianças conseguiram elaborar raciocínio lógico e melhoram a sua comunicação, desta forma passaram a se associar melhorando o aprendizado significativamente.

Palavras-chave: educação; jogos; tecnologia.

ABSTRACT

This study is a summarized description of a Master's thesis, to validate titles, which has as its theme; Use of playful, digital games as a pedagogical resource in teaching and developing mathematical skills in the initial grades. The aim of this work is to carry out a reflective analysis of the use of play in teaching and learning, as it is believed to be of fundamental importance. The research has a descriptive and interpretative characteristic, where cause-effect analyzes are carried out using deductive sampling as a sequential process for data to prove the exploration of phenomena in depth, basically conducted in a school environment. Meanings will be extracted from the collected data, with its precise benefit. Creswell (2009 and 2005). The focus is a qualitative and quantitative approach, adopting as a technical procedure the survey operationalized through analysis. An applied activity was used with the presence of main teachers in the morning and afternoon shifts, with 58 students from classes A, B in the 4th year and 50 students from classes C and D, in the afternoon shift and the participation of teachers from the researched classrooms. The main results show the importance of mathematical games at school, as through them children were able to develop logical reasoning and improve their communication, in this way they began to socialize, improving learning significantly.

Keywords: education; games; technology.

INTRODUÇÃO

O presente study procura analisar o uso dos jogos digitais no ensino de matemática como recurso didático no processo ensino-aprendizagem, dado que muitos alunos nunca tiveram a chance de entender como toda essa tecnologia passou a entrar em suas vidas de uma forma tão rápida.

Ressalta-se que as tecnologias podem nos proporcionar uma educação de qualidade e existem muitas vantagens se usadas de maneira adequada e organizada. Os computadores são usados hoje em dia como uma ferramenta de suporte ao professor, pois se utilizado de maneira correta e significativa, gera um aumento na aprendizagem, nas habilidades criativas de seus alunos além de dinamizar suas aulas de maneira a ser mais participativa com os alunos.

É comum reclamações gerais quanto a falta de interesse dos alunos e dificuldades em aprender matemática, além da resolução mecânica de exercícios. Nesse âmbito, os games podem tornar-se grandes aliados ao “resgate” do aluno e de sua motivação para aprender matemática, apesar de desafiante para o docente. Porém, a tradicional abordagem ainda é predominante nas aulas de matemática, com exposição de aulas e exercícios de

fixação que seguem um padrão previamente apresentado pelo professor.

Os jogos educativos se apresentam como uma alternativa de ensino e aprendizagem e sua popularidade cresce nas escolas. Porém, a utilização destes jogos deve ser adaptada pelos professores como um recurso incentivador para a aprendizagem, instigando as relações cognitivas como o desenvolvimento do conhecimento, às relações afetivas. Portanto, jogos digitais educacionais utilizados em sala de aula podem oferecer auxílio na aprendizagem.

As ferramentas tecnológicas digitais, como objeto mediador do processo de ensino e aprendizagem, tornam-se relevantes, já que os alunos se aderem a atividades de jogos no computador, encontrando assim significado para sua aprendizagem. Os games digitais ou atividades digitais educativas baseiam-se no desejo que os alunos têm em brincar e jogar. Os jogos são lúdicos. Toda a operação que envolve a ludicidade pode vir a ser um recurso facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, por meio da multimídia se torna possível executar qualquer conteúdo de maneira agradável e estimulante.

OS JOGOS COMO RECURSO EDUCATIVO

De acordo com os PCN's, incluir a informática no componente curricular tem a finalidade de incorporar o acesso como parte da cultura. As outras linguagens não são substituídas pela informática, entretanto ela auxilia no entendimento dos conteúdos, englobando competências e aptidões como: reconhecimento da informática no contexto da sociedade, conhecimento interdisciplinar e metodologias inovadoras para técnicas de aprendizagem. Para que estas competências e aptidões ocorram, o estudante necessita ter conhecimento sobre os conceitos e equipamentos fundamentais da informática, assim como, controlar funções básicas de rede (Brasil, 2000).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, seção II, art. 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da comunidade”, sendo que esta educação é oferecida para crianças de até 3 anos nas creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas.

As novas tecnologias sugerem e exigem interação tanto do estudante quanto do professor, além de contribuir para o nascimento de um novo homem: um indivíduo participante, que domina as tecnologias, cria, se relaciona com os outros, coopera, utiliza informação em suas práticas, interfere no ambiente ao seu redor como cidadão mais crítico (Simon, 2013, p. 10).

O modo convencional de como o professor dá aula tem mudado há algum tempo devido à chegada dos computadores, internet, vídeo, projetor e outros dispositivos tecnológicos nas escolas. Além disso, as novas propostas pedagógicas que vem sendo debatidas estão contribuindo para estas mudanças. Essas propostas destacam novas formas de ensinar por meio do trabalho por projetos e da interdisciplinaridade, contribuindo para a construção do conhecimento do aluno e seu aprendizado (Prado, 2003).

As tentativas dos professores ao usar as mídias em sala de aula nos mostram intenções e tentativas de inclusão de mídias e um movimento de transição entre a prática convencional e novas probabilidades de reconstruções. Entretanto, no processo de transição, pode acontecer muito mais uma sobreposição das mídias na prática educacional do que sua integração. A utilização das tecnologias contribui muito para o aprendizado do estudante, ou seja, ele consegue obter um panorama mais amplo do conteúdo. Para que isso aconteça, os professores devem estar preparados para utilizar estas tecnologias a seu favor e a favor dos alunos. Para que o desenvolvimento da formação do aluno seja feito de maneira correta e relevante, o professor tem que estar sempre se inovando e fazendo cursos para se aperfeiçoar progressivamente em relação às tecnologias (Prado, 2003).

De acordo com Neves (2007), destaca-se a importância do ofício do professor e suas devidas competências em relação à utilização das mídias e à necessidade de sua disponibilidade em programas de formação continuada, nos quais ele possa pesquisar as tecnologias e seu usos, e examinar os elos entre elas e o seu trabalho em sala de aula e simultaneamente procurar teorias que o fundamentem no entendimento dessa nova prática educacional. Hoje em dia, está crescentemente forte e maior a procura de professores capacitados profissionalmente em relação à tecnologia, já que hoje tudo é gerado em torno de computadores, tablets, projetores, entre outros dispositivos. Devido a isso, as escolas estão cada vez mais exigindo professores com níveis maiores de aperfeiçoamento.

Com a chegada dos diversos e novos dispositivos tecnológicos nas escolas públicas, uma nova demanda aparece para o professor, saber como usá-las didaticamente. O educador que desempenha sua função da forma como foi preparado pelos métodos convencionais se vê diante de um contexto que exige muito de si, assim como, novas práticas de ensino e modificações na sua maneira de administrar aulas (Prado, 2005). Além disso conforme mostra Almeida (2003):

[...] essa prática pedagógica é uma forma de conceber educação que envolve o aluno, o professor, as tecnologias disponíveis, a escola e seu entorno e todas as interações que se estabelecem nesse ambiente, denominada ambiente de aprendizagem. Tudo isso implica um processo de investigação, representação, reflexão, descoberta e construção do conhecimento, no qual as mídias a utilizar são selecionadas segundo os objetivos da atividade. No entanto, caso o professor não conheça as características, potencialidades e limitações das tecnologias e mídias, ele poderá desperdiçar a oportunidade de favorecer um desenvolvimento mais poderoso do aluno. Isto porque para questionar o aluno, desafiá-lo e instigá-lo a buscar, construir e reconstruir conhecimento com o uso articulado de tecnologias, o professor precisa saber quais mídias são tratadas por essas tecnologias e o que elas oferecem em termos de suas principais ferramentas, funções e estruturas.

Desta forma a proposta das tecnologias se dá como uma possibilidade, visando deixar que tais trocas sejam efetuadas de maneira diferente, transcendendo o espaço físico da sala de aula e da escola, movendo-se para o espaço virtual, uma forma de acesso mundial com a utilização do computador e da internet. É importante fazer com que a experiência se torne positiva, assim como, agregar à disciplina de matemática recursos que despertem a curiosidade e o desejo de aprender, instigando assim o aluno a aceitar desafios. É importante que o professor saiba usar a sua prática e o planejamento pedagógico adequado de acordo com a situação, de forma que leve o aluno à renovação do conhecimento (Simon, 2013).

A utilização do computador e da internet pode ser muito útil, já que possuem a

habilidade de tornarem-se importantes aliados nesta nova forma de ensino da disciplina. O conteúdo não deve deixar de ser privilegiado, mas sim ser remetido de outras possibilidades (Morais, 1998). De forma que:

[...] o uso desses recursos traz significativas contribuições para se repensar sobre o processo de ensino e aprendizagem de Matemática à medida que: Relativiza a importância do cálculo mecânico e da simples manipulação simbólica, uma vez que por meio de instrumentos esses cálculos podem ser realizados de modo mais rápido e eficiente; Evidencia para os alunos a importância do papel da linguagem gráfica e de novas formas de representação, permitindo novas estratégias de abordagens de variados problemas; Possibilita o desenvolvimento, nos alunos, de um crescente interesse pela realização de projetos e atividades de investigação e exploração como parte fundamental de sua aprendizagem; Permite que os alunos construam uma visão mais completa da verdadeira natureza da atividade matemática e desenvolvam atitudes positivas diante de seu estudo. Eles podem ser usados nas aulas de Matemática com várias finalidades: Como fonte de informação, poderoso recurso para alimentar o processo de ensino-aprendizagem; Como auxiliar no processo de construção de conhecimento; Como meio para desenvolver autonomia pelo uso de softwares que possibilitem pensar, refletir e criar soluções; Como ferramenta para realizar determinadas atividades – uso de planilhas eletrônicas, processadores de texto, banco de dados, etc. (PCN's, 1998, p. 43-44).

Desta forma, é esperado que os professores de matemática devam oferecer aos alunos, não somente coisas de sua formação específica, mas também os benefícios que ela pode estar alcançando. Eles também podem auxiliar para que as aulas sejam exercícios experimentalmente mais ricos, sem que impeça o raciocínio lógico dos educandos. Um instrumento que não deixa de ser um recurso tecnológico é a calculadora, que é utilizada para a validação de resultados e correção de erros, e que pode ser um grande dispositivo de auto avaliação, desde que existam momentos para o uso e o não-uso da mesma (Simon, 2013).

O melhor caminho para o ingresso infantil ao mundo das tecnologias é, sem dúvida alguma, através dos jogos lúdicos digitais, pois na maioria dos casos o primeiro contato feito com essas ferramentas digitais eletrônicas ocorre por meio de jogos de videogames, e conseqüentemente por celulares em suas residências, assim como, computadores em escolas e tablets.

Os recursos eletrônicos computadorizados são classificados como espaços atraentes de interatividade que fixam a atenção e o interesse do jogador; ao apresentar desafios que determinam níveis exigentes de agilidades e habilidades. É o que mostra Prieto *et al.* (2005, p. 01), em seu trabalho:

A educação, influenciada pela globalização, avança no desenvolvimento dos indivíduos. As novas tecnologias, como a Internet, forçam a adaptação ao meio ao ambiente social. O professor se torna um elo de conhecimento dessas tecnologias inovadoras, transformando o processo de aprendizagem. Os recursos tecnológicos usados na educação devem caminhar, buscando um objetivo único: a otimização do processo de ensino e aprendizagem. O uso das tecnologias digitais possibilita a transformação dos velhos paradigmas de educação, propiciando atividades pedagógicas inovadoras. O computador tem que ser visto como uma ferramenta de ensino e deve ser o facilitador da aprendizagem, buscando fascinar o aluno para as novas descobertas.

Quando formatados e elaborados no propósito educacional, os ambientes digitais recebem inúmeras terminologias. Os mais simples são games educacionais, jogos educativos, jogos de ensino-aprendizagem, sendo alguns modelos de simuladores considerados

de cunho educativo. Entretanto, o arsenal e potencialidade ultrapassam os limites da simples função de motivação, porque auxiliam os alunos a experimentarem e exercitarem inúmeras habilidades e táticas. Assim, passam a ser concebidos como recursos didáticos inovadores. Os programas de computador educativos aparentam ter grande aptidão para seduzir, divertir e distrair os indivíduos, assim como, também fomentam o aprendizado por intermédio de espaços interativos e eficazes. Podem gerar empenho e motivam os alunos com provocações, desafios, intercâmbio e ilusão. As vastas ferramentas de comunicação e informação promovem uma experiência plástica visual e espacial extremamente rica, e tem a capacidade de atraí-los e seduzi-los para explorar esse universo de ficção, que afloram os sentimentos de curiosidade e aventura.

Ter elementos de recreação, diversão e euforia nos componentes de investigação é aceitável, porque o aluno em condições de relaxamento e concentração é mais viável e tem maior disposição para a aquisição do aprendizado. As etapas e fases que precisam ser vencidas nos jogos despertam provocações no indivíduo, conservando-as interessadas e, em várias situações, podem resgatar o entusiasmo das crianças que apresentam desinteresse pelo estudo. Os jogos e programas educativos têm o poder e a capacidade de promover o aprendizado de inúmeras áreas do conhecimento.

Estes jogos esbanjam as configurações de informações gráficas capazes de projetar uma série de diversidades de cenários. Ajudam na compreensão das disciplinas matemática e ciências quando é complicado manusear e imaginar certos conceitos científicos. Os jogos eletrônicos de interatividade tornam o aluno o ator principal das decisões e manipulações, e o colocam a etapas e níveis crescentes de provocações e desafios para experimentar um modelo de aprendizagem por meio de acertos, erros e tentativas que conseqüentemente exigirá o desempenho do aluno, já que:

Uma aula ludicamente inspirada não é, necessariamente, aquela que ensina conteúdos com jogos, mas aquela em que as características do brincar estão presentes, influenciando no modo de ensinar do professor, na seleção dos conteúdos, no papel do aluno. Nesta sala de aula convive-se com a aleatoriedade, com o imponderável; o professor renuncia à centralização, à onisciência e ao controle onipotente e reconhece a importância de que o aluno tenha uma postura ativa nas situações de ensino, sendo sujeito de sua aprendizagem; a espontaneidade e a criatividade são constantemente estimuladas (Fortuna, 2009, p. 9).

Portanto, grande parte dos educadores admite que esses jogos ajudam e facilitam a obtenção de conteúdo, além de cooperarem para o crescimento de uma série de táticas e estratégias que são fundamentais para a internalização da aprendizagem, como a conclusão de situações-problemas, memorização, reflexo e tomada de decisões.

Os games lúdicos se adequam em novos modelos de aquisição de conhecimento e aprendizagem, adotando a função de ferramenta que promovem papéis educativos. O perfil principal do jogo lúdico é a diversão e a interatividade. Ele proporciona o momento de intimidade do ser com os computadores, uma relação oportuna de aprender com as mídias em diversão.

Diante dessa afirmativa, pode-se conceituar que os jogos lúdicos digitais são instrumentos essenciais da produção de estratégias de aprendizagem, dos fatores cognitivos, do raciocínio, dos valores eficazes para a aquisição e entendimento de certos conteúdos trabalhados.

Os alunos possuem a capacidade de ficar por horas diante do computador praticando os jogos. É isso que o corpo docente almeja, que esses aprendizes exercitem o máximo possível essa nova plataforma de aprendizagem. Para Valente (1995, p. 45):

A interação aluno-computador precisa ser mediada por um profissional que tenha conhecimento do significado do processo de aprendizado através da construção do conhecimento”. Esse professor tem que entender as ideias do aluno para intervir apropriadamente na situação de modo a contribuir no processo de construção de conhecimento por parte do aluno. Entretanto, o nível de envolvimento e a atuação do professor são facilitados pelo fato de o programa ser a descrição do raciocínio do aluno e explicitar o conhecimento que o aluno tem sobre o problema que está sendo resolvido.

Assim, o aluno captura espontaneamente a competência de instruir-se, desde que seja algo natural sem ser coagido.

De forma geral, afirmamos que o ser humano concebe aprendizagem quando for capaz de desenvolver ou transformar seu conhecimento, capacidades ou habilidades. Sendo assim, independente da metodologia aplicada, os objetivos aparecerão através de pesquisas, observações e experiências. Assim como, afirma Almeida (2003, p. 06), a respeito de que:

[...] a linguagem produzida na integração entre imagens, movimentos e sons atrai e toma conta das gerações mais jovens, cuja comunicação resulta do encontro entre palavras, gestos e movimentos, distanciando-se do gênero do livro didático, da linearidade das atividades da sala de aula e da rotina escolar. Criar espaços para a identificação e o diálogo entre essas formas de linguagem e permitir que os alunos se expressem de diferentes maneiras são ações que favorecem o desenvolvimento da consciência crítica sobre a influência da mídia e respectivas estratégias direcionadas a determinados grupos sociais, num jogo complexo em que se encontram implícitos, sutilmente, os significados que se pretendem impor a esse público.

Hoje em dia os métodos utilizados pelas escolas e instituições de ensino, não apresentam muito incentivo ao aluno, já visto que é uma clientela formada por “nativos digitais”. Diante dessa realidade surge a necessidade de criar estratégias para promover a curiosidade do aluno em aprender. É certo que todo jogo lúdico digital é um excelente aliado às metodologias aplicadas em sala de aula, e juntos contribuem positivamente para o aprendizado de qualquer assunto estudado. Todo tipo de game digital, promove a curiosidade de aprender, prende a atenção do aluno motivando-o cada dia mais para os laboratórios de informática.

Percebeu-se a intensa necessidade de averiguar novas metodologias e tecnologias que pudessem reformular o ensino de matemática, propondo novos saberes e desafios para o corpo docente da escola. Nasce assim conceitos para a realização de uma intervenção pedagógica diante dos fatos, de forma abrangente com todo corpo escolar.

Um projeto dessa grandiosidade na afirmação de Santos (2.000, p. 4) diz que:

Nosso principal papel como professores na promoção de uma aprendizagem significativa é desafiar os conceitos já aprendidos para que eles se reconstruam mais ampliados e consistentes, tornando-se assim mais inclusivos com relação a novos conceitos. Quanto mais elaborado e enriquecido é um conceito, maior possibilidade ele tem de servir de parâmetro para a construção de novos conceitos. Isso significa dizer que quanto mais sabemos mais temos condições de aprender.

Precisa-se que os professores e demais membros envolvidos no projeto, tenham

o mínimo de domínio dessas ferramentas e manuseio para melhor aproveitamento e, adequá-los a seu planejamento pedagógico para que o mesmo tenha melhor eficácia de aplicabilidade, tendo em vista o melhor retorno dos desenvolvimentos da intelectualidade e capacidade do aprendiz.

Nesse ponto de vista, assim quando a ação pedagógica foi aplicada a partir de jogos digitais lúdicos, os professores passaram a reformular novos conceitos que promovessem modificações no cenário educacional, sempre levando em conta o acréscimo dos aspectos cognitivos. Com o ingresso das ferramentas lúdicas o educando passou a aprender matemática de forma lúdica e prazerosa, tomando conhecimento de regras e normas.

O lúdico, na aula de matemática, calhou a ter atitude de recurso de ensino quando passou a ser motivador de aprendizagem. O aluno se deparou diante de atividades lúdicas, se apoderou das regras do jogo, e das estruturas de matemática a serem solucionadas. Em outra concepção, os games precisaram apresentar fundamentos essenciais, como planejamento e adaptação ao universo escolar da criança.

Neste contexto, o jogo digital lúdico foi introduzido na escola com o objetivo de promover e solucionar problemas da matemática, oportunizando o desenvolvimento de planos de ação para atingir seus fins, executar suas ações e avaliar seus resultados positivos e negativos.

Nessa situação percebe-se a importância do plano do docente. O lúdico foi introduzido em seu planejamento pedagógico como recurso de apoio, e não apenas como objeto de “passa tempo”.

Percebe-se também a preocupação dos professores mediante a introdução do jogo, mediante a idade da criança quanto a possibilidade de encarar os desafios dos jogos, quando as mesmas apresentavam descontentamento ou falta de interesse.

O lúdico torna-se um importantíssimo parceiro para o aprendizado da matemática. Assim, os educandos e professores passam a entrar em sintonia diante dos problemas enfrentados nessa disciplina.

Para Antunes (1998) “entende-se por habilidade operatória uma aptidão ou capacidade cognitiva e específica, que torna possível a compreensão e o intermédio do indivíduo nos acontecimentos sociais e culturais e que o auxilie a construir conexões”.

O lúdico auxiliou-o a explorar novos achados, enriqueceu e desenvolveu sua individualidade, e simbolizou um conjunto de ferramentas pedagógicas que revelou o docente motivador, explorador, orientador e condutor da aprendizagem matemática lúdica. As características de integração imbuídas nos exercícios e atividades digitais lúdicas facilitaram o acesso e o entrosamento do conhecimento com as atividades práticas.

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola Municipal do Município de Maués-AM/Brasil, no período de 2019-2020, A instituição pesquisada procura proporcionar uma educação pública de qualidade à comunidade de Educandos, auxiliando na formação

de cidadãos conscientes de seus direitos e cumpridores de seus deveres. A instituição, desenvolve ações, em que as crianças constroem significados a partir de seus conhecimentos já existentes por meio da ludicidade, em que o processo de ensino aprendizagem seja significativo.

A pesquisa tem característica descritiva interpretativa realizar as análises de causa-efeito tendo como processo sequencial as amostragens *dedutivas* para dados comprobatórios da exploração dos fenômenos em profundidade, basicamente conduzido em um ambiente escolar, os significados serão extraídos dos dados coletados, sendo seu benefício preciso (Creswell, 2005, 2009).

A pesquisa descritiva é frequentemente caracterizada como enquete que tenta determinar o estado, a opinião ou as previsões futuras de uma resposta. Sua avaliação é baseada na premissa de que problemas podem ser resolvidos e práticas melhoradas por meio da descrição e análise de observações objetivas e diretas. Os métodos aplicados para obter informações são bastante diversos. com ênfase na atividade aplicado nas salas de aulas observadas.

O enfoque qualitativo e quantitativo possui características e finalidades distintas: a primeira é interpretativa e a segunda mais estruturada. Minayo (2009, p.22), ao analisar enfoques qualitativos e quantitativos de pesquisas científicas, explana que enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam criar modelos, descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Entre elas há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações.

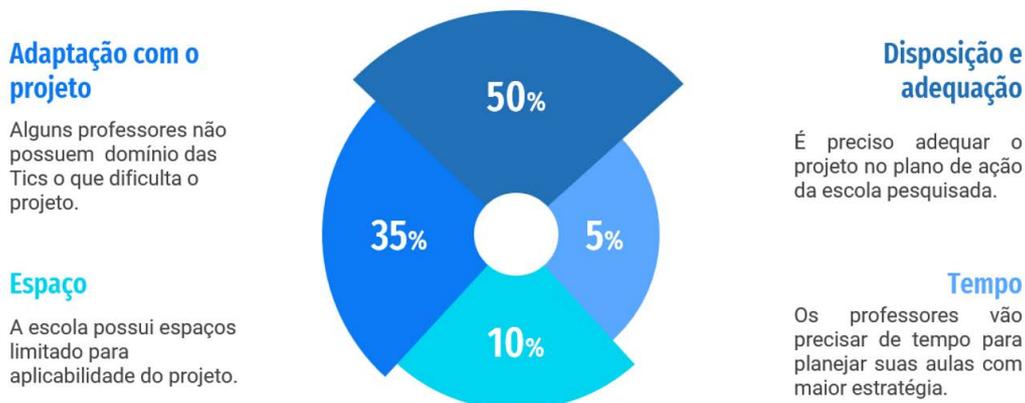
A pesquisa foi realizada com 108 alunos do 2º ciclo do ensino fundamental, sendo duas turmas do 4º ano e duas turmas do 5º ano dos turnos matutino e vespertino, e com a participação dos quatros educadores das salas pesquisadas, de uma escola Municipal do Município de Maués-AM/Brasil, no período de 2019-2020.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Mediante as informações colhidas por meio de aplicabilidade de atividades e segundo relatos dos professores que fizeram parte dessa investigação, constatou-se que os mesmos usam ou já usaram de alguma forma o material tecnológico que a escola dispõe. Portanto, muitos não se sentem totalmente seguros quanto ao manuseio dessas ferramentas, não se sentem à vontade, alguns pelo fato de não possuírem o curso básico de informática, e mesmo por desconhecimento dessas tecnologias.

Gráfico 1 - Análise ponderada do instrumento.

DESAFIOS DA APLICABILIDADE DOS GAMES NO ENSINO DA MATEMÁTICA



Fonte: O pesquisador (2020)

Como comprovado de forma graficada os docentes asseguram a grande vantagem e ótima parceria na aquisição e acréscimo das habilidades presentes na matemática, com a utilização dos games lúdicos digitais, mas alguns fatores tornaram-se um desafio para a adaptação com o projeto como, por exemplo: espaço, tempo, disposição e adequação com os planos de ação.

No depoimento dos professores, foram bastante enfáticos em afirmar que tem que existir um excelente entrosamento entre o uso dessas tecnologias com o fazer pedagógico diante da proposta do que se pretende ensinar, com o objetivo do que almeja ser aprendido, com o manuseio dos computadores em suas aulas. Portanto, Valente (1995, p. 46) enfatiza que:

O aluno nunca tem a chance de descrever ou expressar explicitamente suas próprias ideias. Assim, o papel do professor não é muito diferente do que acontece na situação de um tutorial. É o professor quem tem que suprir as situações para favorecer a passagem do nível do fazer para o nível do compreender.

É primordial que tenha um relacionamento restrito entre seus propósitos, e que esse relacionamento íntimo se torne vantagem nos saberes aprendidos por cada criança.

Os profissionais que declararam suas experiências e relatos nessa investigação asseguraram que, mesmo que esses recursos tecnológicos sejam uma realidade em algumas escolas da rede municipal de ensino, é de extrema necessidades que esses profissionais da educação recebam treinamentos básicos de informática para um melhor uso e exploração dessas ferramentas.

Apresenta-se os resultados analisados sobre o desempenho e aceitação dos alunos quanto ao uso dos jogos lúdicos no ensino da matemática nas séries iniciais. Serão apresentados os dados averiguados que foram colhidos durante a pesquisa. Vale ressaltar, que os dados colhidos foram mediante a aplicabilidade de atividades nas salas pesquisadas mediante o desempenho do aluno, durante sua evolução nas atividades e desafios impostos pelos jogos digitais lúdicos.

Ressalta-se que é comum entre os jogadores a preferência pelos jogos de adição, por ser teoricamente mais fácil, portanto, prático para conclusão das etapas e fases do jogo. As escolhas se dão não pelas maravilhas visuais das imagens ou trilha sonoras, são feitas pelas praticidades de manipulação e adaptação com os cálculos simples. No decorrer das semanas com a prática e repetição dos movimentos das ações naturais do jogo, percebe-se que houve uma grande melhoria e concentração para os cálculos, ficou evidente o crescente interesse e desejo de aprender matemática, pois só consegue ultrapassar etapas com o domínio da tabuada.

Gráfico 2 - Avaliação dos resultados finais com os alunos.

DESEMPENHO E USO DAS TECNOLOGIAS PELOS ALUNOS



Fonte: O pesquisador.

Dentre os alunos observados, podemos perceber que 50% dos alunos, ou seja, a metade achou bom uso dos computadores e jogos como ferramentas de ensino na escola, 30% fomentaram que era ótimo e 20% relataram que era de fundamental importância ou seja excelente. Essa porcentagem é caracterizada por alunos que se saíram bem, que possuem ou já entraram de alguma forma em contato com as tecnologias digitais em Lan Houser ou simplesmente em celulares.

Esses alunos conseguiram mesmo com dificuldades concluir as fases propostas dos jogos. Essa porcentagem de alunos representa os que têm o menor contato direto com as tecnologias digitais, muitos dependem diretamente da Sala de Informática da escola e que, é fato que muitas escolas não possuem.

Observa-se nesse grupo de alunos pesquisados, mesmo que a maioria não possua computador em casa, a maioria consegue de alguma forma executar os desafios propostos pelos jogos digitais. É evidente que muitos apesar das condições socioeconômicas e financeiras, devem ter um aparelho de celular e conseqüentemente a familiarização com alguns jogos dessa natureza. O ambiente escolar dentro de suas ações pedagógicas; deve proporcionar essa relação de intimidade com as tecnologias, as políticas públicas voltadas para a Educação devem incluir recursos destinados às compras de computadores com acesso à internet, para uma melhor inclusão e fomentação desses nativos digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que ao empregar os recursos de mídias digitais lúdicos, como instrumento de ação pedagógica no processo de ensino, os educandos passaram a compreender o significado e a magia do ato de aprender. E passaram a envolver-se de forma íntima e emotiva nas atividades escolares. Constata-se que o lúdico digital provou ser uma ferramenta didática eficaz no processo da promoção do saber.

Da mesma forma a inserção dos jogos digitais lúdicos no ensino contribuiu para que os professores ampliassem suas capacidades didático-pedagógicas, introduzindo assim ferramentas tecnológicas e agregando valor aos métodos de ensino tradicionais em matemática.

Sendo assim, os recursos de mídias digitais potencializam as vantagens nas práticas pedagógicas em sala de aula, se aplicada de maneira correta. As tecnologias devem ser utilizadas como material pedagógico e de extensão ao professor. Os jogos digitais lúdicos maximizam o interesse pelo aprendizado, tornam as aulas mais interessantes, despertam a criatividade, disciplina e concentração. As salas de informática devem ser compreendidas como práticas normativas do fazer pedagógico.

É notável saber que as tecnologias já fazem parte da realidade de vida desses nativos digitais. O grande desafio já relatado pelos professores é torná-lo uma realidade prática, já que a logística depende de interesse de terceiros e da disponibilidade de internet e computadores. Portanto, é mérito saber que as tecnologias digitais fazem parte do processo de aquisição de conhecimento, com organização e disciplina e utilizadas no plano educacional, promovem a inclusão digital e aproximam os alunos dos saberes e propósitos educativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E. B. **Prática pedagógica e formação de professores com projetos: articulação entre conhecimentos, tecnologias e mídias**. Boletim do Salto para o Futuro. Série Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias, TV-ESCOLASEED- MEC, 2003.

ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL, Julia. **Jogos e Resolução de Problemas: uma estratégia para a aulas de matemática**. São Paulo: CAEM - IME - USP, 2020.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009-2005.

FORTUNA, T. R. **Sala de aula é lugar de brincar?** In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2009. (Cadernos de Educação Básica, 6) p. 147-164.

MORAIS, Regis (organizador), **Sala de Aula: Que espaço é esse?**, Campinas: 1988, Papyrus.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NEVES, C. M. C. **Pedagogia de autoria**. Texto disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/313/boltec313b.html>. Acesso em 09 de junho de 2007.

PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/Secretaria de Educação Fundamental**.- Brasília: MEC/SEF, 1998.

PRADO, M. E. B. B. **Pedagogia de Projetos: Fundamentos e Implicações**. Boletim do Salto para o Futuro. Série Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias, TVESCOLA-SEED-MEC, 2003.

PRIETO, Lilian Medianeira *et al.* **Uso das Tecnologias Digitais em Atividades Didáticas nas Séries Iniciais**. Revista novas tecnologias na educação, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.1-11, maio 2005.

SANTOS, J. C. F. dos. **Aprendizagem Significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SIMON, H. A. Is scientific c discovery a topic in the philosophy of science? Carnegie Mellon University – Complex Information Processing (CIP), Paper #456. 2013.

VALENTE, J. A. **Informática na educação**: conformar ou contornar a escola. Perspectiva . Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 24, 1995.

Analogias e metáforas no ensino da Língua Portuguesa

Analogies and metaphors in teaching the Portuguese language

Michelle de Souza Maia

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação de mestrado desenvolvida para validação de títulos, que tem como temática: Analogia e metáforas no ensino da Língua portuguesa, tendo como objetivo geral: Identificar os pontos fundamentais da língua do falante nativo que promove o conhecimento nos aspectos relevantes para o desenvolvimento das habilidades comportamentais, para a progressão escolar dos alunos como também para a inserção deles no mundo social como cidadãos de uma sociedade democrática, com ênfase em uma escola pública localizada na cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2022-2023, Verificando a consonância existente entre o discurso dos professores sobre as práticas pedagógicas e as Orientações Curriculares dos PCNS, no que diz respeito à pluralidade linguística e cultural do universo hispanofalante. Se aderiu como procedimento metodológico uma pesquisa transversal, observacional e descritiva com um enfoque qualitativo e quantitativo, abordando os conceitos das variações linguísticas para o ensino da língua portuguesa. Os principais resultados apresentam que os professores não estavam sensibilizados para a noção das variações linguísticas.

Palavras-chave: variações linguísticas; livro didático; Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This study is a summary description of a master's thesis developed to validate titles, which has as its theme: Analogy and metaphors in teaching the Portuguese language, with the general objective: Identifying the fundamental points of the native speaker's language that promotes knowledge in aspects relevant to the development of behavioral skills, for students' academic progression as well as for their insertion into the social world as



citizens of a democratic society, with emphasis on a public school located in the city of Manaus-AM/Brazil, in the period 2022-2023, Verifying the consonance between the teachers' discourse on pedagogical practices and the PCNS Curricular Guidelines, with regard to the linguistic and cultural plurality of the Spanish-speaking universe. A cross-sectional, observational and descriptive research with a qualitative and quantitative focus was adopted as a methodological procedure, addressing the concepts of linguistic variation for teaching the Portuguese language. The main results show that teachers were not aware of the notion of linguistic variations.

Keywords: linguistic variations; textbook; portuguese language.

INTRODUÇÃO

O Brasil é rico em diversidade cultural. Isso se explica pela história de colonização de cada região, que traz visivelmente traços e particularidades em sua cultura e língua. No vestuário e na alimentação, mas a grande prova dessa variedade e desses traços brasileiros está na língua. O norte do país traz uma representativa diferença na língua e sobretudo na cultura com seus ritmos dançantes e cheios de alegria.

Este estudo trata das variantes linguísticas utilizadas por falantes nativos do estado do Amazonas. Estudos de uma perspectiva sociolinguística têm mostrado que as localidades rurais têm uma forte tendência de se transmudar em dialetos urbanos após a migração das áreas rurais para as urbanas. Situação problemática: O problema central que motivou esta pesquisa surgiu quando se observou que os alunos não estão sensibilizados para a noção de variações linguísticas da língua portuguesa. Diante desse problema, procura-se saber.

Pergunta central: Quais são os maiores desafios para os professores de língua portuguesa em meio as diversidades das variações linguísticas? O ensino focado na diversidade linguísticas é relevante, vinculando ao conhecimento escolar ao conteúdo a ser ensinado, para os estudantes compreender as diversidades linguísticas muitas vezes significa entender o seu próprio mundo.

Objetivo geral: Identificar os pontos fundamentais da língua do falante nativo que promove o conhecimento nos aspectos relevantes para o desenvolvimento das habilidades comportamentais, para o processo da progressão escolar dos alunos como também para a inserção deles no mundo social como cidadãos de uma sociedade democrática. Hipótese: Se as variações linguísticas estudam os saberes em limites em que se forma fenômenos linguísticos. Ressalta-se que é muito comum admitir que determinadas palavras e expressões precisam serem adequadas nos livros didáticos afins de se obter maior rendimento no ensino aprendizagem.

Justificativa: O assunto em questão se justifica porque o Brasil é rico em diversidade cultural. Isso pode ser explicado pela história de povoamento da respectiva região, que traz visivelmente consigo características culturais e linguísticas especiais. O norte do país traz consigo uma diferença significativa na língua e sobretudo na cultura, com os seus alegres ritmos de dança, o que leva os alunos a não compreenderem totalmente o potencial de diversificação linguística existente nas regiões.

Este estudo torna-se relevante por um histórico de reflexões que vêm ocorrendo nos últimos anos com professores. Um debate, que não é recente, remonta à década de 1960, quando Labov (1967) se interessou em estudar os conflitos entre o vernáculo falado pelos negros nos guetos de Nova York e a língua falada na escola.

As variações linguísticas utilizadas por falantes nativos no estado do Amazonas são diversificadas. Estudos realizados a partir de uma perspectiva sociolinguística têm mostrado uma forte tendência de transformação de variedades rurais em dialetos urbanos. Esse fenômeno já aconteceu e está acontecendo em vários países, inclusive no Brasil.

CONTEXTUALIZAÇÃO LINGUÍSTICAS

Como a língua é considerada um sistema homogêneo, o estudo das variações nunca despertou o interesse dos linguistas. Foi somente em meados da década de 1960, quando muitos desses linguistas perceberam que não era mais possível estudar a língua sem considerar também a sociedade em que ela é falada, que as pessoas começaram a estudar a língua na perspectiva dos termos de mudança e variação sociolinguística (Bagno, 2007).

Ao se estudar a língua em uso numa comunidade, depara-se com a realidade da variação. Os membros que compõem esta comunidade são homens e mulheres de idades, posição social, profissões, grau de escolaridades diferentes, o que irá influenciar na forma de expressão de cada indivíduo. Coletando seus dados em situações reais de comunicação, a Teoria da Variação Linguística capta exemplares da língua em uso num determinado contexto social e pode focalizar seu interesse imediato para esses condicionamentos externos.

A variação linguística é um fenômeno universal e pressupõe a existência de variantes, ou seja, formas linguísticas alternativas. Logo, as variantes são diversas formas alternativas que constituem um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente.

Já as variações geográficas estão relacionadas às mudanças de espacialidade, pronúncia, vocabulário e estrutura sintática que ocorrem em comunidades linguísticas maiores que falam a mesma língua, que ocorrem entre falantes do sul e nordeste do Brasil. A variação social está relacionada à habilidade verbal que os membros de um mesmo grupo sociocultural em uma comunidade são semelhantes, com base em fatores como: nível socioeconômico do indivíduo escolaridade, idade e sexo, fatores que podem ocorrer isoladamente ou em combinação.

A sociolinguística é responsável por examinar o grau de estabilidade ou mutabilidade das flutuações, diagnosticar as variáveis que afetam positiva ou negativamente o uso da língua alternativa e prever seu comportamento regular e sistemático. Dessa forma, entende-se que variação e mudança são contextualizadas e que as condicionantes que contribuem para o uso de formas variantes são inúmeras, operam simultaneamente e derivam de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos.

Sendo assim, cabe aqui reafirmar que o que interessa para a Sociolinguística é o

comportamento social que esta norma pode provocar. De fato, ela pode provocar dois tipos de consequência sobre os comportamentos linguísticos: um se referem à maneira como os falantes veem suas próprias falas, outro se refere o que os falantes acham de outros usuários da mesma língua. No primeiro caso, valorizar-se-á sua prática linguística ou se tentará adequá-la ao *modelo padrão*; no outro, as pessoas serão julgadas segundo seu modo de falar.

Cabe observar que a variação social não prejudica a compreensão entre indivíduos, o que pode acontecer na variação regional. Ademais, o uso de certas variantes pode indicar o nível socioeconômico e cultural das pessoas, no entanto, nada impede que o indivíduo de um grupo menos favorecido atinja o padrão de prestígio de acordo com as relações culturais e profissionais, por exemplo, “o intercâmbio cultural e profissional entre indivíduos de meio diverso possibilita a adaptação das formas de expressão de um para outro grupo” (Camacho, 1988, p.33).

Cada dialeto, portanto, tem variantes que são mais prestigiadas do que outras. A pesquisa em linguística social contribui para o combate ao viés linguístico ao associar ideias de erro e tentar explicar os padrões reais que muitas escolas tentam desqualificar e ignorar como a forma correta de usar a linguagem.

A variação linguística e o uso de variedades mais próximos da norma cultural são direcionados pela mídia de acordo com o que lhes convém. São muitos os casos em que observamos que a mídia, de forma mais ou menos clara, contribui para diferentes situações de viés linguístico. A diversidade evitada da cultura é estigmatizada por ela e muitas vezes é piada depreciativa. Na mídia televisiva, por exemplo, personagens de baixo nível socioeconômico cultural costuma ser interpretados por sujeitos que não dominam a norma cultural, nem sempre condizente com a realidade.

Todos os brasileiros aprendem o idioma naturalmente, por meio do contato com sua família e grupo social. E, quando se comunicam, escolhem entre todo o conhecimento que têm sobre o idioma e sobre o assunto que vão falar. No entanto, isso não prejudica o caráter unitário da língua nem os diferentes usos e jeitos de expressão dos outros falantes.

A variação linguística é um legado sociocultural e segundo Murrie (2004, p.15) “[...] é a seiva que mantém a língua viva e é imparável por mais que tente petrificar a língua, que dita regras a serem seguidas, nunca deixa de surpreender pela sua diversidade”, a variação linguística é um retrato da experiência social dos indivíduos, e sua comunicação depende do meio em que vivem. Fazer da linguagem o centro da evolução humana. Desta forma, a linguagem abrange todo o contexto da evolução do ser e, assim, torna-se a representação e a diferenciação dos povos.

A diversidade linguística não se limita a definições socioculturais e geograficamente motivadas. O mesmo indivíduo pode alternar entre diferentes formas de fala dependendo da variação das circunstâncias que cercam a interação verbal, incluindo o próprio contexto social (Mussalim, 2005).

É inegável que o preconceito linguístico ainda existe e atua com muita força na sociedade em geral, porém, em sala de aula, o professor como formador de opinião, pode trabalhar de forma que não alimente. É um passo importante refletir com os alunos sobre a diversidade linguística, para refletir sem preconceitos. Na mudança de ensino Antes de

tudo, é preciso entender que a linguagem é uma ferramenta de comunicação social versátil em todos os aspectos é uma ferramenta para a autoexpressão de indivíduos que vivem em comunidades sociais, culturais e geograficamente diversas.

Segundo Bortoni-Ricardo (2006, p. 130):

Deve-se desenvolver uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos o que requer uma mudança de atitude da escola - professores e alunos - e da sociedade em geral. O professor deve utilizar os claros fundamentos teóricos propostos pela sociolinguística em suas atividades práticas. Com essa postura, demonstra seu compromisso com a formação plena do cidadão contra qualquer forma de exclusão social em razão da língua.

Não se pode falar de linguagem sem relacioná-la com a sociedade pois a relação que existe entre elas é a base que constitui o ser humano. A história nos conta que as pessoas se organizam em sociedades e possuem códigos, comunicação verbal, que se torna a linguagem de cada falante. Não é tão fácil analisar esse fenômeno linguístico, chamado de sociolinguística. Porque para isso é preciso levar em conta algumas razões históricas, por exemplo, o contexto social em que vivem as pessoas que se dedicam ao estudo desse fenômeno. Portanto, as teorias linguísticas, passadas ou presentes, sempre têm invenções particulares e diferentes do papel da linguagem na vida social. Fazendo um resgate histórico, temos que, no século XIX, a linguística alemã de Augusto Scheicher teve forte impacto, pois coloca a linguística no campo das ciências naturais.

Toda língua é produto de um complexo de substâncias naturais no encéfalo e nas vias vocais. O estudo de uma língua é, portanto, uma abordagem indireta desse conjunto de assuntos. Assim, a diversidade das línguas depende da diversidade dos cérebros e órgãos dos homens, segundo suas espécies. E a linguagem está inextricavelmente ligada à raça este é o critério mais adequado para rotular a raça da humanidade (Mussalim e Bentes, 2004, p. 22).

É visível, em nossa sociedade, uma luta contra os mais diversos preconceitos, como a luta das meninas pela igualdade, a luta contra o racismo ou, ainda, a luta pela redução da maioridade penal. Ocorrência contrário, essa luta não é a favor das variações linguísticas, é um preconceito linguístico. Isso pode ser resultado da falta de distinção entre gramática e linguagem.

Para aprimorar os tipos e a forma como a variação linguística é apresentada, é importante determinar o período de tempo em que se inicializa a análise, bem como sua identificação. O processo de mudança é gradual. A primeira é a variante mais utilizada socioeconomicamente. A forma antiga ainda persiste nas gerações mais velhas, período em que coexistem as duas variantes. No entanto, com o tempo, a nova variante torna-se regular na fala e acaba sendo santificada por seu uso na forma escrita.

Nenhuma língua é inferior ou original. Porque todas as línguas são suficientes. É, portanto, uma ferramenta para representar o mundo físico e simbólico em que as pessoas vivem. As variações linguísticas também podem ser usadas em contatos culturais com outros países para criar novas palavras ou novos conceitos, cada dialeto é único e que as variedades disponíveis são frutas históricas e reais. Pode-se dizer que o julgamento social é mais político e social do que linguístico.

Ressalte-se aqui o significado da diferença linguística que, conforme consta nas normas Curriculares Nacionais - PCN

A variação é constitutiva das línguas humanas e ocorre em todos os níveis. Sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer comportamento normativo. Assim, quando falamos de “português” estamos a falar de unidades constituídas por vários tipos. Embora haja relativa unidade linguística e uma única língua nacional no Pau-Brasil, existem diferenças na pronúncia, no uso das palavras na morfologia e nas construções sintáticas, que não apenas identificam falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, mas também se multiplicam na mesma comunidade linguística (Brasil, 1998, p. 29).

Devido às características de cada tipo de variação que é diferente. Consequentemente, a linguística também é chamada de sociolinguística e também é subdividida em: dialetos, variação regional ou sociolinguística mais ou menos identificável. As diferenças regionais emergem devido à grande área em que a língua é introduzida, o que acaba por provocar mutações ao nível linguístico em oposição a um dialeto ou sociedade que é como os membros de diferentes grupos sociais falam de forma diferente.

A sociolinguística, um ramo da linguística, lida com o fenômeno da variação linguística e suas consequências sociais, culturais, políticas e educacionais. Para a sociolinguística, a linguagem existe como uma interação social que se cria e se transforma de acordo com o contexto sócio-histórico. A linguagem é, portanto, uma atividade social, um trabalho coletivo realizado por todos os seus falantes cada vez que eles começam a interagir por meio da fala ou da escrita (Bagno, 2010, p. 36).

Ao estudar qualquer comunidade linguística, a observação mais imediata é a natureza da variação. Todas as comunidades são caracterizadas por diferentes estilos de fala (diversidade linguística). Qualquer língua falada por qualquer comunidade sempre apresentará diferenças.

Nenhuma língua se apresenta como homogêneo. Todos foram figurados pela diversidade. Nessa perspectiva de que língua e variação são indissociáveis, a sociolinguística considera a diversidade não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico.

O estudo da linguagem em relação aos contextos sociais consiste em descobrir quais são as normas linguísticas de uma comunidade reveladas pelas variações estilísticas que observamos desde o ambiente mais formal até o mais informal. Tudo sinaliza que os falantes possuem um repertório linguístico que pode variar conforme o contexto ou seja, com quem falam, onde falam e sobre o que falam. Portanto, pode-se dizer que os membros de uma determinada comunidade são capazes de adaptar seu modo de falar e usar variantes de prestígio com mais frequência, de acordo com as regras.

Porém, uma vez que se nota esses preconceitos, a escola deve aperceber-se seu papel, de utilizar a riqueza dessas práticas sociais, das variedades linguísticas, em benefício da interação, de fazer o aluno sentir-se sujeito ativo e educador de uma sociedade.

É papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos comunicativos necessários para se desempenharem bem, e com segurança, nas mais distintas tarefas linguísticas.

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para

poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação.

Quando se fala em recursos comunicativos, é bom recordar três parâmetros associados à questão da ampliação desses recursos, que são:

- grau de dependência contextual,
- grau de complexidade do tema abordado e
- familiaridade com a tarefa comunicativa (Bortoni-Ricardo, 2006, p.74-76).

Nesse sentido, cabe comentar acerca de outro intento teórico-crítico, que vem da expressiva elaboração de uma *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, do linguista Marcos Bagno. Trata-se, nos termos do autor, “da exposição daquilo que constitui conhecimentos necessários para um trabalho relevante e construtivo de educação linguística” (Bagno, 2010, p.21). O objetivo é justamente refletir acerca de uma pedagogia do português brasileiro, assumindo “a existência de uma norma urbana culta real, radicalmente distinta da *norma-padrão clássica*” e postulando que “o ensino de língua se faça com base nessa norma urbana culta real”. Na prática, percebe-se um rigoroso tratamento ao tema da variação linguística, especialmente no tocante aos seus desmembramentos morfossintáticos e fonético fonológicos.

A comunicação é uma das principais funções da linguagem, a partir da qual o ser humano pergunta, ensina, argumenta e desenvolve. Cada região possui diferenças na comunicação, na fonética das palavras, as variações estão no contexto geográfico (diatópico) e social (diastrático).

A variação social ou diastrática, por sua vez, está relacionada a uma série de fatores ligado tanto à identidade dos falantes quanto à organização sociocultural da comunidade linguística (Mussalim e Bentes, 2004, p. 34).

Existem outros fatores responsáveis pelas diferenças de linguagem social também, e eles podem estar presentes à medida que o indivíduo envelhece. Os termos linguísticos usados por um jovem de 16 anos não são usados por um adulto de 50 anos. Há também questões socioeconômicas em que pessoas de baixo status econômico geralmente falam um idioma diferente das pessoas de status mais alto.

A cultura é responsável pelo tipo de modelo de comunicação e expressão de cada indivíduo ou grupo social. A cultura envolve movimentos artísticos, populares e comunicativos. A forma como cada ser humano usa a linguagem pode ou não determinar seus valores sociais. Dessa forma, ao nos depararmos com certas “diferenças”, na maioria, as julgamos como erros ou mesmo como falhas.

Segundo Monteiro (2002):

A linguagem é objeto de estudos em diversas áreas do conhecimento distingue-se pelo método de análise deste objeto. Entre várias disciplinas associada aos campos a que a sociedade linguística se dedica inclui a sociologia das línguas etnografia da comunicação dialetologia, geografia, linguística e precedência cada área temática tem suas próprias diretrizes de linguagem.

Camacho (2004, p. 50) apresentam a seguinte discussão: “se um falante enuncia o verbo “vamos” como [vãmus] e outro falante o emite como [vãmu]”, podemos assegurar, com base nos postulados da Sociolinguística, que essa inconstância na fala não é o produto aleatório de um uso arbitrário e inconsequente dos falantes, mas uma prática ordenada e metódica de uma propriedade inerente aos sistemas linguísticos, que é a possibilidade de variação.

Aprender a pensar e falar a própria língua, realizando uma atividade reflexiva, uma atividade de análise linguística, envolve planejar situações didáticas que permitam refletir não apenas sobre os diversos recursos expressivos aplicados pelo autor do texto mas também sobre a forma em que a seleção desses recursos reflete as condições de produção do discurso e as limitações impostas pelo gênero e pelo meio. Supõe também que os procedimentos para planejar, desenvolver e reescrever textos sejam objeto de reflexão (Brasil, 1998, p. 27).

A linguagem é viva, está sempre em movimento, em interações, nas quais os sujeitos têm que compartilhar pressupostos, (re)conhecer os conjuntos de valores que são mobilizados em pontos, em enunciados, tendo em vista que, a linguagem é usada com forma de enunciados(oris e escritos), proferidos por membros deste ou daquele campo da atividade humana(Bakhtin, 2011, p. 261). A heterogeneidade linguística deve ser objeto e objetivo do ensino de línguas, pois uma educação linguística voltada para a construção da cidadania em uma sociedade verdadeiramente democrática só pode ignorar que os modos de falar dos diferentes grupos são elementos fundamentais da identidade cultural.

PROCESSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa em uma escola pública localizada na Cidade de Manaus- Amazonas/Brasil, a escola traz em sua história a regência liderada por militares desenvolvendo em seu seio a disciplina militar, com normas e regras características desde sua função, afim de que o jovem adquira responsabilidade e valores necessários à vida, despertando como cidadão consciente de seus direitos e deveres na sociedade. Ademais, a escola é mantida pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Amazonas em parceria com a Secretária Estadual de Educação- SEDUC.

A pesquisa se caracteriza entorno de um *estudo transversal observacional descritivo*, em que o pesquisador interage com o sujeito, não diretamente, mas através da análise e avaliação de observações.

Um estudo observacional transversal analisa dados qualitativos e quantitativos coletados ao longo do tempo.

Os dados são coletados de uma amostra ou subgrupo predefinido que compartilha características usuais, exceto para a variável que está sendo estudada. Esta variável permanece constante ao longo do estudo.

Em outras palavras, esse tipo de pesquisa capta as opiniões de um grupo de pessoas em um determinado momento. Essas sondas são postas para determinar o que está acontecendo em tempo real em um horário específico.

Pesquisa descritiva: Descrever características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Envolve técnicas de coleta de dados padronizados tais como questionários, observação; em geral assume forma de levantamento.

A abordagem qualitativa e quantitativa são métodos complementares para a obtenção de dados importantes. A primeira serve para qualificar ou mostrar as características de um público-alvo. A segunda mede o quantitativo, medindo o nível de satisfação e auxiliando na tomada de decisões com base em dados objetivos.

A presente pesquisa deu-se na escola foco desta pesquisa onde se possui um universo de 931 alunos do 1º ao 5º ano, 310 alunos no 6º ano, 348 alunos no 7º ano, 408 alunos no 8º ano, 397 alunos no 9º ano. Com 206 educadores. A pesquisadora selecionou para sua coleta de dados, 10 professores da referida escola. E seguida realiza um estudo observacional descritivo no livro didático da instituição pesquisada.

O foco de análise foi o professor, tendo em vista o objetivo de analisar a formação dos professores para interpretar as variações linguísticas no material didático utilizado nas aulas de língua portuguesa para simples acompanhamento do estudo observacional para se ver em que momento se aborda as variações linguísticas no livro didático estudado pelos alunos do 8º ano.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa transversal busca empreender, por meio da análise crítica, a intervenção sociolinguística, investigando qualitativamente o contexto social, questionando os significados que se caracterizam na instituição. A pesquisa transversal faz parte do grupo de pesquisa participante, como parte de um projeto maior sobre o significado da instituição pesquisada.

A língua portuguesa é muito mais do que registrar regras e macetes. Na verdade, são as suas regras que nos ensinam a escrever e comunicar melhor. Mesmo com um povo totalmente alheio às regras gramaticais e com imensa facilidade para a criação de neologismos, o professor de língua portuguesa enfrenta um desafio impressionante.

No que se refere ao livro didático se questionou com os professores sobre os conteúdos ministrado em sala de aula que dão ênfase as diversidades linguísticas que é o tema abordado, eles fomentaram que:

Figura 1 - Parecer do livro didático da escola pesquisada.



Fonte: A Pesquisadora (2022)

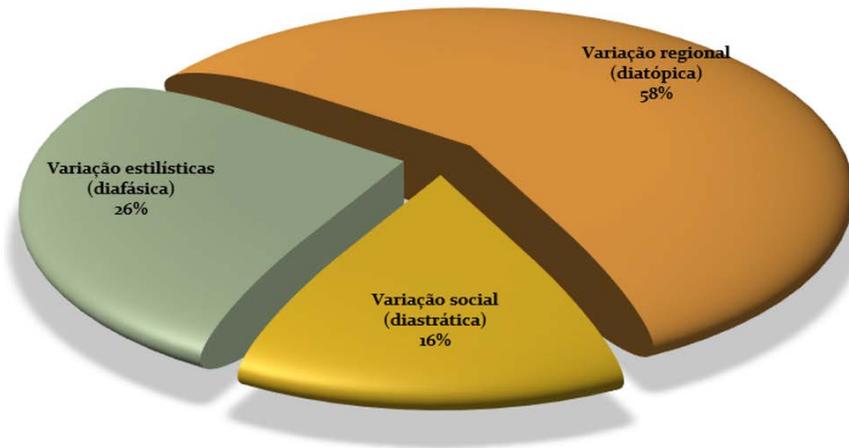
Como apresentado pelos entrevistados os livros trazem informações das mais diversas áreas da literatura, e já atingiram um grande número de alunos. Com a função de auxiliar e orientar o aprendizado dos alunos, os livros auxiliam e orientam os alunos.

O livro didático é um dos recursos para que os alunos ampliem seus horizontes. Essa leitura do mundo se expande com o acesso à cultura e à informação. A escola pode ampliar o vocabulário do aluno, pode estimular o indivíduo a aprender outras formas de pensar, outros saberes e pensamentos.

Os professores, reconhecem que nos livros de língua portuguesa pouco se menciona das variações linguísticas principalmente as variações regionais. Os usuários da linguagem falam, escrevem, ouvem, leem, ou seja, por meio da linguagem e de acordo com as situações sociais e comunicativas, fatores da comunicação. O locutor, ao escolher alguns recursos linguísticos, organiza uma construção textual, faz, de forma natural e automática, o uso da linguagem e a reflexão sobre ela.

No que se refere as observações e estudos transversais sobre o questionamento sobre que variação linguística que mais se difunde no espaço escolar os educadores responderam que:

Gráfico 1 - Parecer docente das entrevistas.



Fonte: A pesquisadora (2022)

As variações diatópicas são variações que ocorrem de acordo com o local onde vivem os falantes, sofrendo sua influência. Esse tipo de variação ocorre porque diferentes regiões possuem culturas diferentes, com hábitos, costumes e tradições diferentes, estabelecendo assim outras estruturas linguísticas. Essas variações ocorrem porque culturas diferentes têm hábitos e formas de falar diferentes.

As variações diastráticas são aquelas que ocorrem devido à coexistência entre grupos sociais. Como exemplo, podemos citar a linguagem de advogados, surfistas, médicos, entre outros. A linguagem dos médicos, advogados e surfistas é um bom exemplo disso.

As variações estilísticas (diafásicas) referem-se ao contexto que exige a adaptação do discurso ou de seu estilo. Aqui entram as questões de linguagem formal e informal, adequação à norma padrão ou falta de preocupação com seu uso. Mudanças estilísticas são um tipo de estilo. É sempre bom promover uma exposição centrada nos costumes, tradições e cultura em geral. É uma forma de interação entre os participantes e também de transmissão de conhecimento a todos que irão visitar no que se direciona à questão dos dialetos regionais.

Como comprovado pelos dados apresentados pelos docentes as variações que mais se usa ainda é as diatópicas, ou seja, as regionais o que torna plausível ser inserido tal proposta no livro didático escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a formação de professores para interpretar as variações linguísticas no material didático utilizado nas aulas de língua portuguesa. Esse objetivo justifica-se tendo em vista que as práticas de ensino em sala de aula devem considerar as diretrizes curriculares e não apenas os materiais didáticos. Toda língua tem um caráter heterogêneo devido aos aspectos geográficos, sociais e às diferentes situações comunicativas.

É fundamental que o professor busque sempre ser mais crítico na perspectiva de

aprimorar sua forma de ensinar para o aluno. Cada professor de línguas assume uma posição de cientista e pesquisador, de produtor de seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático, e abandona a velha atitude de repetir e reproduzir uma doutrina gramatical contraditória e incoerente.

A análise do corpus desta pesquisa, em primeiro lugar, forneceu dados que permitiram verificar o tratamento dado à variação linguística no livro didático, o material didático mais acessível disponível nas escolas. Permitiu identificar informações sobre o tratamento que os professores dão à variação linguística mencionada nos livros didáticos. Também verificou a consonância existente entre as práticas pedagógicas e as diretrizes curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN'S para o ensino da Língua Portuguesa Moderna.

Em respostas a aplicabilidade do instrumento, constatou-se que quanto ao significado e importância do planejamento das aulas, os informantes declararam desconhecer as orientações dadas por esses documentos como auxílio e suporte para reflexão sobre seu ensino práticas e práticas linguísticas. Manifestaram ainda que desconhecem de forma parcial os principais objetivos do ensino da língua portuguesa moderna. O contexto linguístico no estado do Amazonas constatou-se que é de pouca relevância no que se constatou nos planejamentos docentes. As pessoas reconhecem a variação da língua portuguesa como algo diferente, mas não possuem conhecimento linguístico dela, por isso se sentem inseguras para lidar com esse tema em sala de aula.

Espera-se que esta pesquisa possibilite uma reflexão sobre a melhor forma de reconhecer, valorizar e tratar a variação linguística, possibilitar o ensino público da língua portuguesa e suas variações com relevância e qualidade. A pesquisa foi realizada na cidade de Manaus-AM/Brasil.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007a.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2010.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2006.

BRASIL, **Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BAKHTIN, Ronald. **A variação linguística**. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística - Objetos teóricos*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Sociolinguística - Parte II**. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (ed.). *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez, 1988.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Sociolinguística**, parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 1967.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.1. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MONTEIRO, J. L. Para compreender Labov. Petrópolis–RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, M. R. de. **Preconceito Linguístico, variação e o papel da universidade**.

MURRIE, Zuleika de Felice. *et al.* Projeto Escola e Cidadania para Todos: Língua Portuguesa. São Paulo: Editora do Brasil, 2004,p.15.

Saberes e práticas docentes no processo da alfabetização

Teaching knowledge and practices in the literacy process

Marciene Bezerra Queiroz

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação de mestrado desenvolvida para validação de títulos que traz como temática: Saberes e práticas docentes no processo da alfabetização. O processo de alfabetização, no contexto atual, é de fundamental importância para a inserção do sujeito nas práticas sociais da leitura e escrita, nesse sentido, é necessária uma prática de letramento de acordo com a realidade da sociedade. A presente obra tem como objetivo geral: Compreender as principais necessidades de conhecimento para o desenvolvimento do aluno para mediação de atividades que facilitem o processo de ensino aprendizagem. A pesquisa partiu de uma metodologia exploratória interpretativa com o enfoque qualitativo, através da realização de questionários aplicados para professores, realizando dessa forma a discussão das falas dos pesquisados. Os principais resultados apresentam que, as práticas docentes são importantes para a alfabetização dos alunos, principalmente nos anos escolares iniciais, pois é nestes período do aprendizado que a criança desenvolve a afeição pelo saber, sendo importante que o corpo docente esteja preparado e capacitado para realizar metodologias que visam melhorar o desempenho de aprendizagem desses estudantes.

Palavras-chave: educação; ensino aprendizagem; alfabetização.

ABSTRACT

This study is a summarized description of a master's thesis developed to validate titles whose theme is: Knowledge and teaching practices in the literacy process. The literacy process, in the current context, is of fundamental importance for the subject's insertion in the social practices of reading and writing, in this sense, a literacy practice is necessary in accordance with the reality of society. The general objective of this work is to: Understand the main knowledge needs for student development to mediate acti-



vities that facilitate the teaching-learning process. The research started from an exploratory, interpretative methodology with a qualitative focus, through questionnaires administered to teachers, thus discussing the statements of those surveyed. The main results show that teaching practices are important for students' literacy, especially in the initial school years, as it is during these learning periods that the child develops an affection for knowledge, and it is important that the teaching staff is prepared and qualified to carry out methodologies which aim to improve the learning performance of these students.

Keywords: education; teaching learning; literacy.

INTRODUÇÃO

A qualificação dos professores é fundamental para que se possam adquirir conhecimentos teóricos que, aliados à vivência diária, os auxiliem a superar os desafios da carreira, alcançando, dessa forma, satisfação tanto no âmbito profissional quanto pessoal. O problema que motivou este estudo surgiu quando se observou dificuldade na escrita e na leitura dos alunos da escola pesquisa, bem como a necessidade do professor de compreender e respeitar o tempo de aprendizagem e assimilação de cada aluno. Diante disso procurou-se saber: Como compreender e desenvolver atividades significativas à alunos com dificuldade de aprendizagem? Nos dias de hoje, o professor que ensina a ler tem uma grande responsabilidade. Ele não só precisa ensinar as crianças a ler e escrever, mas também deve garantir que elas utilizem essas habilidades de forma prática e social.

Objetivo Geral: Compreender as principais necessidades de conhecimento para o desenvolvimento do aluno para mediação de atividades que facilitem o processo de ensino aprendizagem.

O presente tema se justifica pois o processo da alfabetização tem sido um gargalo para muitos professores, e o aprendizado dos alunos passa a tornar-se um tabu para alguns formadores.

O professor necessita se adequar e seguir de maneira plausível o ensino, obtendo assim praticidade e qualidade na construção dos saberes. Ressalta-se que a alfabetização é o processo de aprendizagem em que se desenvolve a habilidade de ler e escrever.

Ao praticar a escrita, o estudante consolida conceitos, absorvem conhecimentos e aperfeiçoam as habilidades de comunicar suas ideias de maneira precisa e organizada.

O letramento abrange a capacidade de utilizar a leitura e escrita de forma eficiente em diferentes ambientes sociais. A alfabetização e letramento estão conectados e, quando integrados de forma eficaz, promovem uma aprendizagem mais relevante.

PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Existem diversas maneiras de se compreender o desenvolvimento e a aprendizagem enquanto propriedades essenciais ao homem que existem em relação mútua com uma variedade de elementos tanto intra e interindividuais como aqueles relativos

às disponibilidades do meio. Várias explicações podem ser aceitas no entendimento da forma como o indivíduo aprende e se desenvolve. Trata-se, de distinguir, a presença de posturas teórico-metodológicas diferentes entre si. A aprendizagem e o desenvolvimento do conhecimento implicam, continuamente, em uma relação entre indivíduo e o objeto de conhecimento (Palangana, 1998).

Segundo Alexandre (2010):

A aprendizagem é entendida como um processo de transformação do comportamento adquirido por intermédio das experiências levantadas por fatores relacionados com aspectos neurológicos, ambientais e emocionais, derivados da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente em que está inserido, devendo-se levar em consideração as concepções e costumes que cada indivíduo distingue e avalia como adequados.

É, então, o resultado de experiências que trazem novos conhecimentos aos sujeitos e são exatamente esses conhecimentos que ocasionam alterações de comportamento. Se antes de aprender a pessoa se comportava de uma maneira, neste momento, com a aprendizagem, começará a agir de forma diferente, evidenciando o que aprendeu.

Para Rego (1995), “Vygotsky considera o complexo desenvolvimento da estrutura humana como o processo de apropriação pelo indivíduo da experiência histórica e cultural de seu grupo social”. De acordo com ele, organismo e o ambiente desempenham preponderância recíproca e desta forma o biológico e o social não estão separados, mas em interação. Por este ponto de vista, o princípio é de que o homem se constitui por meio de influências sociais, então, é visto como uma pessoa que se modifica e é modificado nas relações determinadas em uma cultura. É por isso que seu pensamento é chamado de sócio interacionista.

Díaz (2011), ressalta que:

Não se deve esquecer que a aprendizagem é um processo complexo, pois nele intervêm muitos fatores internos de tipo psicológico e biológico que interagem entre si e ambos com o meio externo e que estão presentes em cada pessoa, marcando a individualidade da aprendizagem que se manifesta, por exemplo, quando todos recebem o mesmo ensino, porém cada qual aprende de forma diferente.

Segundo Alexandre (2010):

A necessidade da aprendizagem consiste em algo essencial em qualquer pessoa desde o nascimento, não importando o alcance da capacidade ou o problema que manifesta. Deste modo a criança precisa ser motivada nos contextos social, familiar e escolar que compõem o ambiente onde aprende, uma vez que estabelece seu saber cotidiano ao observar os pequenos acontecimentos com pessoas com quem convive.

A aquisição do conhecimento pode ser prazerosa ou dolorosa, dependendo da forma como o processo ocorre. Ainda que resultante da interação social, é continuamente um processo individual, próprio da personalidade de cada sujeito, relacionada a ambições, receios, experiências e expectativas, compreendendo, toda a sua história pessoal. Deste modo entende-se que nem todos aprendem da mesma maneira, as mesmas coisas e com a mesma intensidade. “Todo indivíduo aprende coisas novas atribuindo-lhes significados ou estimativas de valor diverso, de acordo com sua história pessoal e do seu grupo social” (Alexandre, 2010).

Existem diversas maneiras de se compreender o desenvolvimento e a aprendizagem enquanto propriedades essenciais ao homem que existem em relação mútua com uma variedade de elementos tanto intra e interindividuais como aqueles relativos às disponibilidades do meio. Várias explicações podem ser aceitas no entendimento da forma como o indivíduo aprende e se desenvolve. Trata-se, de distinguir, a presença de posturas teórico-metodológicas diferentes entre si. “A aprendizagem e o desenvolvimento do conhecimento implicam, continuamente, em uma relação entre indivíduo e o objeto de conhecimento” (Palangana, 1998).

Segundo Alexandre (2010), “a necessidade da aprendizagem consiste em algo essencial em qualquer pessoa desde o nascimento, não importando o alcance da capacidade ou o problema que manifesta”. Deste modo a criança precisa ser motivada nos contextos social, familiar e escolar que compõem o ambiente onde aprende, uma vez que estabelece seu saber cotidiano ao observar os pequenos acontecimentos com pessoas com quem convive.

Pode-se concluir, conforme Díaz (2011):

Que está presente na aprendizagem de forma direta ou indireta, a intervenção social, ou seja, a influência de outras pessoas, como as que estão no âmbito familiar, escolar, como por exemplo: os pais, amigos, professores, funcionários, instituições, sociedade.

Ocorre por meio do processo histórico que é resultado da interação do conjunto de pessoas que trazem conhecimentos, valores, costumes, a língua falada, bens de consumo e princípios. Acrescente-se que o indivíduo, além disso, aprende por si próprio, com uma orientação interna, “aprender a aprender”, por uma forma de metacognição, que leva o aluno a pensar e discutir sobre como aprende.

Segundo Alexandre (2010):

A aprendizagem é entendida como um processo de transformação do comportamento adquirido por intermédio das experiências levantadas por fatores relacionados com aspectos neurológicos, ambientais e emocionais, derivados da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente em que está inserido, devendo-se levar em consideração as concepções e costumes que cada indivíduo distingue e avalia como adequados.

É, então, o resultado de experiências que trazem novos conhecimentos aos sujeitos e são exatamente esses conhecimentos que ocasionam alterações de comportamento. Se antes de aprender a pessoa se comportava de uma maneira, neste momento, com a aprendizagem, começará a agir de forma diferente, evidenciando o que aprendeu.

Importância da alfabetização

Buscando novas alternativas pedagógicas que cabem à Educação Infantil no processo de alfabetização, a brincadeira aparece em lugar de destaque. É brincando, vivenciando e experimentando que as crianças vão construindo seu conhecimento. A brincadeira é uma prática fundamental que deva acontecer na Educação Infantil e que contribui de forma eficaz com o processo de alfabetização da criança.

A brincadeira livre, o diálogo e o faz de conta assumem um papel muito importante

no processo de alfabetização, pois é através destes aspectos que a criança imagina, cria, fantasia, faz relações com o mundo, dialoga e troca experiências consigo mesma e com seus pares. De acordo com Horn (2014, p. 11):

O brincar, na infância, favorece a construção de sua personalidade. Se o desejo for educar crianças autônomas, capazes de organizar brincadeiras criativas e espontâneas, que não questionem, constantemente, “quantos passos posso dar”, dever-se-á ter presente a ideia de que o brincar é construtor de novas aprendizagens e de interações muito significativas, principalmente na infância, uma etapa tão importante de seu desenvolvimento.

Como pode-se perceber, em muitas das escolas brasileiras, a brincadeira livre, fica em segundo plano no planejamento do professor, que acaba direcionando sua prática além daquilo que é considerado o ideal, realizando então uma aula totalmente direcionada e pensada através da visão do professor, e não da criança. Assim sendo, pode-se dizer que:

Em muitos momentos, há uma escolarização da infância, e de acordo com Mello (2007): outras práticas alfabetizadoras que merecem destaque nas escolas da infância, são a exploração das histórias, a leitura literária e o trabalho com diversos portadores de texto, pois são nestes recursos que a escrita aparece fortemente presente, recursos, estes, que, muitas vezes, acabam sendo desprezados no planejamento pedagógico do professor (Mello, 2007).

Diante disso, Teberosky (2003, p. 84) nos diz que:

Esses portadores e suportes representam tipos de escrito: rótulos, cartazes, placas, livros, jornais, dicionários, cartas, enciclopédias, etc. Esses tipos de escrito apresentam, por sua vez, diferentes tipos de texto: contos, notícias, instruções, definições, identificações, etc. Precisamente por esse motivo, o material da escola de educação infantil não deveria limitar-se aos escritos escolares, mas deveria explorar os espaços escritos nas ruas e nos bairros, os espaços domésticos e familiares, que permitem uma primeira iniciação às diversas funções da escrita.

Ao ler/contar uma história para a criança, além de explorar diferentes suportes e a função social da escrita, a criança vai desenvolvendo sua capacidade de ouvir, capacidade esta que em muitos momentos é desconsiderada. Ouvir histórias, então, desenvolve uma enorme capacidade de imaginação, e se a criança tiver essa capacidade desenvolvida, ela poderá responder às várias situações que forem surgindo durante o seu dia a dia. Além disso, a criança ao ouvir histórias também vai internalizando e compreendendo, progressivamente, o funcionamento da escrita.

Concomitante a isso, a criança começa a sentir a leitura como algo familiar, e aos poucos, a linguagem, o ritmo em que a história é apresentada, os sons que são transmitidos, tudo isso entra no universo da criança como algo belo, sensível e agradável, fazendo com que ela sinta o desejo de aprender a ler, é importante que, na escola, o mundo da escrita se complete com o mundo dos livros.

Para Soares (2004) a alfabetização é “[...] a ação de ensinar e aprender a ler e a escrever”, ao tempo que letramento “[...] é estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. Entende-se alfabetização como sendo um caminho para o letramento, alfabetizado é aquele indivíduo que conhece o código escrito, que sabe ler e escrever. Dessa forma foi necessário ampliar esses conhecimentos, os indivíduos precisavam compreender o sentido dos textos.

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de

habilidades pela leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence assim, ao âmbito individual (Tfouni, 2005, p.9).

A alfabetização supera o paradigma de mera tarefa de codificação e decodificação, ao tempo que situa a aprendizagem do código a partir dos usos sociais da escrita atribuindo-lhes sentido e significado com base nas diferentes situações de utilização.

Nesse sentido, há uma ampliação da questão metodológica que, se referindo, segundo Frade (2007, p. 29):

A um conjunto amplo de decisões relacionadas ao como fazer com decisões relativas a métodos, à organização da sala de aula, um ambiente de letramento, capacidades a serem atingidas, escolha de materiais, procedimentos de ensino, formas de avaliar, sempre num contexto da política mais ampla de organização do ensino.

O letramento vai além do ler e escrever, é a condição que o indivíduo tendo apreendido a leitura e a escrita exerce com competência em práticas sociais. Percebendo assim, o sentido amplo da alfabetização, pois não só domina o código oral e escrito, mas, reconhece também as especificidade e usos de diferentes textos que circulam na sociedade.

O letramento (palavra que apareceu pela primeira vez por Mary Kato, 1986) resulta da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; é o estado ou condição que adquire um grupo social, ou indivíduo, como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas (Soares, 2004, s/p)

Dessa forma, o letramento está associado aos usos, às práticas de escrita e leitura. Além disso, é considerado letrado o indivíduo ou grupo que desenvolve as habilidades não somente de ler e de escrever, mas sim, de utilizar a leitura e escrita na sociedade, assim, para Soares, somente a alfabetização não consegue formar sujeitos letrados. Para a ascensão do letramento, é fundamental oportunizar a esses indivíduos a vivência em situações que envolvam a leitura e a escrita, assim, poderão se inserir em um mundo letrado.

Kleiman (2008, p. 18). Compreende o letramento como um fenômeno mais amplo que vai além dos domínios da escola Segundo a mesma, “[...] podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. A autora enfatiza os aspectos utilitário e social do letramento.

As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita (Kleiman, 2008, p.19).

Mortatti (2004, p. 98):

Afirma que em uma sociedade grafocêntrica, o conceito de letramento “está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas. [...] sobretudo por meio do texto escrito e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem.

Alguns estudos apontam que o indivíduo se constitui em dois momentos, no social

e no individual numa apreensão ativa e contínua. Assim, o letramento se torna uma forma de entender a si e aos outros, desenvolvendo a capacidade de questionar com fundamento e discernimento, intervindo no mundo e combatendo situações de opressão (Freire, 1996).

Almeida (2009, p. 16) afirma que “Letramento é a letra que ganha vida ativa. É a vida que surge da palavra. É a vivificação da alfabetização”. Nessa perspectiva, é relevante que o discente perceba a importância do ato de aprender a ler e escrever e por meio do letramento dê vida a alfabetização exercendo sua cidadania com autonomia integrando-se na sociedade.

Relevância da formação docente

As condições em que o trabalho docente se realiza em todos os níveis da educação escolar brasileira são essenciais para que se tenha uma formação de professores alinhada aos desafios de se instaurar no Brasil uma educação pública de qualidade social.

O alfabetizador é um profissional do ensino, como tal, além do domínio e das técnicas pedagógicas deve possuir sólidos conhecimentos linguísticos tanto da língua, enquanto meio de comunicação, quanto sobre a língua, enquanto objeto de análise (Poersch, 1990, p. 37).

Constata-se que alfabetizar não é apenas ensinar a ler e a escrever, é também levar em consideração os aspectos sociais, econômicos, familiares e psicológicos de cada um dos seus educandos. Castanheira, Marciel e Martins afirma que:

O modo como o professor conduz o seu trabalho é crucial para que a criança construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe permitirão o uso efetivo do ler e do escrever em diferentes situações sociais. Conduzir o trabalho de alfabetização na perspectiva do letramento, mais do que uma decisão individual, é uma opção política, uma vez que estamos inseridos num contexto social e cultural em que aprender a ler e escrever é mais do que o simples domínio de uma tecnologia (Castanheira, Marciel, MARTINS, 2018, p.23).

Alfabetizar letrando é um dos principais desafios enfrentados pelo professor alfabetizador. Uma vez que o aluno precisa não só aprender a ler e a escrever, mas conseguir interpretar qualquer tipo de texto e usar esse saber fora da escola, em situações do seu dia-a-dia, de forma prática e que o ajude em resoluções de situações diversas. O professor alfabetizador trabalhando a alfabetização na perspectiva do letramento deve proporcionar a criança o envolvimento em experiências diversas com leitura e escrita e trazer ao educando o conhecimento e a relação com variados tipos de materiais didáticos, bem como a inserção de diferenciadas ações pedagógicas. Rodrigues (2020) aponta que o professor alfabetizador deve trabalhar

A participação das crianças em experiências variadas com leitura e escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros de material, a habilidade de codificação e decodificação da língua escrita, o conhecimento e reconhecimento dos processos de tradução da fala sonora para a forma gráfica da escrita implica numa importante revisão dos procedimentos e métodos para o ensino, uma vez que cada fase desse processo exige procedimentos e métodos diferenciados, pois cada criança e cada grupo de crianças necessitam de formas diferenciadas na ação pedagógica.

É importante ressaltar que o objetivo do educador é a captação dessa aprendizagem por parte do aluno alfabetizando e proporcionar ao mesmo um ensino de qualidade, tornando-o também um ser “global” e social, um cidadão que facilmente consiga se inserir

em uma sociedade moderna e que consiga dominar os símbolos da comunicação, pois é dessa forma que o mesmo consegue sobreviver, se empregar e evitar a exclusão social.

Para a continuidade desse trabalho tão exigente e desafiador, o professor alfabetizador precisa estar devidamente preparado e participar constantemente de formações continuadas, de modo que consiga obter um resultado satisfatório, não deixando de buscar novas ferramentas, adquirir novos conhecimentos e formas de transmiti-los adequadamente aos seus alunos. Apesar disso, alguns professores mostram a falta de interesse nessa busca por formações, novos conhecimentos e novas ferramentas pedagógicas, sendo esse um outro desafio enfrentado pelo professor ao longo do seu processo de ensino.

O que torna a formação docente significativa pois os conhecimentos, permitem ao docente agregar maior conhecimento a fim de gerar uma transformação que alguns desses docentes realmente desejam, além de proporcionar o impacto educacional no contexto profissional e escolar, gerando maior engajamento dos discentes em aulas mais dinâmica e de maneira mais didática, além de conseguir perceber mais rapidamente quais as dificuldades de aprendizagens e novas estratégias para saná-las.

Aliado à essa questão, também há outro desafio enfrentado, comumente, pelo professor alfabetizador, que é a falta de acompanhamento dos pais ou responsáveis que, por sua vez, acreditam que toda a responsabilidade do ensino-aprendizagem é da escola e mais especificamente do professor alfabetizador. Alguns pais ou responsáveis, inclusive, atribuem ao educador todo e qualquer fracasso escolar das suas crianças.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública Municipal, localizada no estado do Amazonas/Brasil. A escola de ensino procura promover uma educação de qualidade para todos os alunos, levando-os a construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.

A escola atende uma demanda de alunos na modalidade: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Cientes do compromisso em oferecer uma educação de qualidade, verifica-se que em alguns aspectos, esta instituição precisa de aperfeiçoamento e mudanças, tendo em vista estar em processo constante de modernização e atualização.

A pesquisa realizada caracteriza-se como *exploratório-descritiva*, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” estabelece relações entre as variáveis e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinos, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em um enfoque qualitativo, adotando como procedimento técnico o levantamento operacionalizado dos dados através de análise.

No caso desta pesquisa o universo é constituído por 336 alunos e 19 educadores (Incluso escolas próximas) A pesquisadora selecionou para sua coleta de dados 10 professores que já trabalham e trabalham com alfabetização. Os sujeitos desta pesquisa

significam os indivíduos vivos sobre o qual a pesquisadora realizará sua coleta de dados afim de coletar dados mediante a intervenção ou interação com o indivíduo, ou informação privada identificável.

A pesquisadora se valeu da aplicabilidade de um questionário que serviu de instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que foram respondidas por escrito.

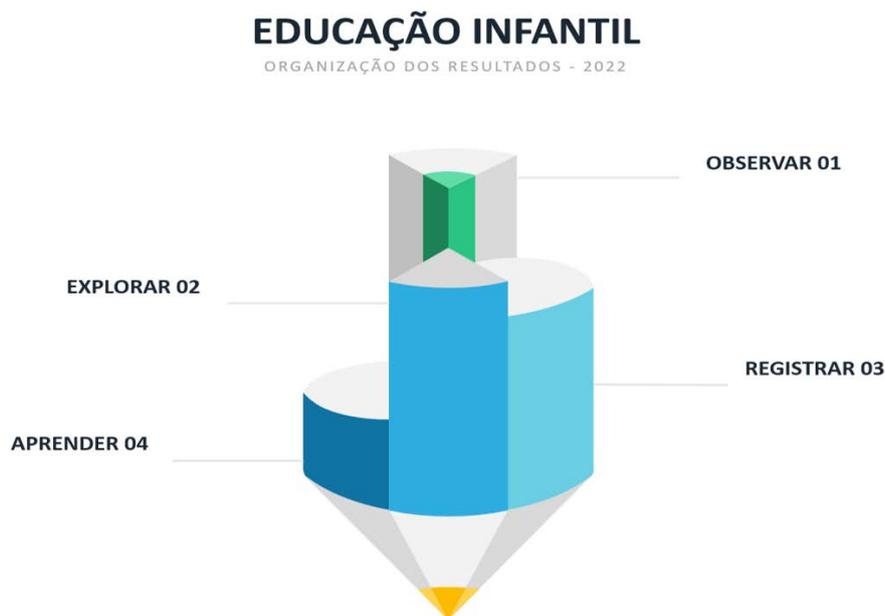
A aplicação do Instrumento dar-se-á na sala A, B, C com os 03 professores titulares e mais 7 educadores da referida escola que trabalham com educação infantil.

Gil (1999, p. 117) conceitua a entrevista como “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os registros e observações na educação infantil é a forma mais simples e eficaz de monitorar e avaliar o desenvolvimento das crianças. Para isso, o professor deve observar seus alunos, como eles se comportam, aprendem, reagem a novas situações e interagem com outras pessoas.

A partir dessas observações, é feito um registro escrito, mas que pode conter fotos, vídeos e atividades realizadas pelas crianças. Essas informações ajudam os professores a criar tarefas e a desenvolver as habilidades dos alunos. Com base nesse panorama, é possível refletir sobre a efetividade das intervenções adotadas. Quando se pesquisou em dados exploratórios que complementam esta pesquisa no que se refere a educação infantil, constatou-se que:



Fonte: A pesquisadora (2022)

É importante observar as crianças em sala de aula e registrar seu progresso, pois o papel do educador na educação infantil não é apenas ensinar, mas explorar, aprender e

observar a brincadeira de seus alunos. O registro dessas observações ajuda a entender melhor cada criança, suas habilidades, suas dificuldades e suas necessidades.

A observação ajuda os educadores de infância a conhecer e apoiar os seus alunos e é uma forma de estabelecer contato com eles. Quando as crianças se sintam apoiadas, seguras e protegidas, elas interagem melhor e ficam mais motivadas para aprender novas habilidades.

A alfabetização, ainda é um tema muito discutido no meio educacional, por décadas estudiosos dessa temática buscam uma forma de superar as dificuldades encontradas no processo de alfabetizar. A fim de compreender melhor esse processo, traz-se aqui alguns conceitos na visão de diferentes autores estudiosos do tema.

Segundo Soares (2017):

O termo Alfabetização, etimologicamente, significa: levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar a ler e escrever. A autora aponta ainda que por meio da alfabetização o indivíduo adquire não só o domínio de um código alfabético e ortográfico, como também as habilidades que o torna capaz de compreender e desenvolver-se com competência na leitura e na escrita.

Desse modo:

A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita, por um indivíduo ou grupo de indivíduos. É o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia, técnicas para exercer a arte e ciência da escrita (Soares, 2011).

É importante que o professor alfabetizador crie em sala de aula um ambiente alfabetizador, com os mais variados materiais escritos para que os alunos possam manuseá-los constantemente e o educador poderá trabalhar atividades significativas e diferenciadas, de acordo com a necessidade de cada aluno, levando em consideração que cada aluno é um ser único e que tem seu modo próprio de aprender e dessa forma, os discentes irão aos poucos se apropriando dos conhecimento por meio de elaborações conceituais feitas por cada um e que envolve a leitura e a escrita.

Para exercer essa função tão exigente e desafiadora, o professor alfabetizador precisa estar devidamente preparado e participar constantemente de formações continuadas, de modo que consiga obter um resultado satisfatório no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao objetivo desta obra constatou-se que as práticas do conhecimento para o desenvolvimento do aluno para mediação de atividades que facilitem o processo de ensino aprendizagem, envolve a qualificação do professor alfabetizar, principalmente se levarmos em consideração todos os outros desafios externos, mas que influenciam diretamente nesse processo de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula.

No que se refere a compreensão das diversas dificuldades de aprendizagem no processo da alfabetização, constatou-se que cada criança tem seu próprio tempo. E os educadores sabem bem disso. No entanto, nem sempre é possível atender a essas

necessidades específicas com uma turma com mais alunos e pré-requisitos diferentes. Consequentemente, a colaboração com a família é essencial para entender melhor as dificuldades e orientar as práticas que podem ajudar.

Constata-se que o papel da escola é fundamental para reduzir as desigualdades existentes para transformar o mundo. É preciso garantir a plena alfabetização dos alunos no início do ensino Fundamental produzindo maior autonomia para os alunos e permite que eles desenvolvam outras habilidades tão necessários para a vida em ambientes letrados.

Para alcançar o sucesso na leitura e escrita dos alunos é necessária uma construção pedagógica diversificada, uma formação docente mais ampla e intrincada, capacitando e dotando o educador dos conhecimentos necessários para uma boa prática pedagógica e fazendo o profissional refletir sobre a importância do seu trabalho em relação ao ensino.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, S. F. **Aprendizagem e Suas Implicações no Processo Educativo**. Revista de Letras da UEG. São Luís de Montes Belos. p. 51-60. 2010.
- ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2009.
- CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS; R. M. F. **Alfabetização e Letramento na Sala de Aula** – Belo Horizonte; Autêntica Editora: Ceale, 2018.
- DÍAZ, F. **O Processo de aprendizagem e seus Transtornos**. Salvador: EDUFBA. 2011. p.84-85
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1996.
- FRADE, SILVA, 21-39, 2007. 128, 2007. **Métodos e didáticas de alfabetização**, Leituras do professor. Campinas: Mercado de Letras.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.
- HORN, CLAUDIA INÊS; **Pedagogia do Brincar**- Porto Alegre, Editora Mediação, 2014.
- KLEIMAN, Angela. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2008.
- MELLO, M. C. de O. **Emilia Ferreiro e a alfabetização no Brasil**: um estudo sobre a Psicogênese da língua escrita. São Paulo: Editora Unesp, 2007. v.1. 128p.
- MORTATTI, M. R. Referências. In: **Métodos de alfabetização no Brasil**: uma história concisa [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2004, pp. 165-175.
- PALANGANA, I. C. **A individualidade no círculo da cultura mercantilizada**, in: Individualidade: Afirmção e negação da sociedade capitalista. São Paulo: Plexus/EDUC, 1998.
- POERSCH, J.M. **Suportes Linguísticos para a alfabetização**. 2ed. Porto Alegre: Sagra 1990.

REGO, T. C. Vygotsky: **uma perspectiva histórico cultural da educação**. Petrópolis, Vozes, 1995.

RODRIGUES, Sônia das Dores; CASTRO, Maria José Martins Gomes; CIASCA, Sylvia Maria. **Relação entre indícios de disgrafia funcional e desempenho acadêmico**, Rev. CEFAC vol.11 no.2 São Paulo Apr./June 2020.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2017.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização.8ª ed. São Paulo**: Cortez, 2005. BROTTTO, I. J. O. **Alfabetização: um tema, muitos sentidos**. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.

A importância da relação família escola no desenvolvimento integral da criança na primeira infância

Magda Regina Thereza

Diretora de escola de Educação Básica no município de Araçatuba – São Paulo. Formada em Pedagogia com ampla experiência na educação pública do Estado e Município

RESUMO

Entender toda uma trajetória histórica do que foi a família, a escola e a imagem da criança é uma tarefa que requer empenho e entendimento de todo um processo histórico-social. Compreender o grau de instrução da criança na primeira infância e a importância da família durante este processo é essencial. Neste trabalho de pesquisa buscamos compreender o porquê do afastar da família tem acontecido de forma cada vez mais latente com o passar de gerações. Compreender por que a instituição escola é vista apenas como mecanismo assistencialista, perdendo o seu caráter relevante de construção social, mas acima de tudo da escolarização e desenvolvimento integral. Porque para algumas famílias a escola cumpre apenas o papel de “cuide desta criança enquanto faço minhas tarefas”. O tema foi escolhido por ser percebida essa necessidade de identificar quais ações realizadas pelos envolvidos no processo educativo de uma criança, surtem mais e melhores efeitos positivos, para o desenvolvimento ético destes pequenos estudantes, que inseridos em determinada comunidade, sentem desde os primórdios da vida os reflexos do ambiente ao seu redor e a ausência destes responsáveis ao longo de sua. Aqui, apontaremos quais as ações foram exitosas, no chamamento destes pais a participarem mais da vida escolar de seus filhos(a) na perspectiva de um trabalho em parceria para o pleno desenvolvimento das diferentes dimensões que abarcam o ser em construção: criança na primeira infância.

Palavras-chave: educação; primeira infância; engajamento; pais na escola.

ABSTRACT

Understanding the entire historical trajectory of family, school, and the image of the child is a task that requires dedication and comprehension of an entire historical-social process. Grasping the level of education of the child in early childhood and the importance of the family during this process is essential. In this research, we seek to understand why the distancing of the family has become increasingly evident with the passing of genera-



tions. Understanding why the school institution is seen merely as an assistive mechanism, losing its relevant character in social construction, but above all in education and holistic development. For some families, the school only fulfills the role of “take care of this child while I attend to my tasks.” The theme was chosen because of the perceived need to identify which actions taken by those involved in the educational process of a child have more and better positive effects on the ethical development of these young students, who, being part of a specific community, feel the reflections of the environment around them from the early stages of life and the absence of these responsible individuals throughout. Here, we will point out which actions have been successful in encouraging parents to participate more in the school life of their children, with the perspective of a collaborative effort for the tender development of the different dimensions that encompass the being in construction: the child in early childhood.

Keywords: education; early childhood; engagement; parents in school.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivos, apontar as características da família de outrora, caracterizar como a criança na 1ª infância era vista nos primórdios, entender como esta imagem evoluiu ao longo do tempo, definir quais aspectos a instituição família e escola se afastaram de seu papel essencial na construção do ser criança. Apontar a importância de se ter a família par e passo na escola, estreitando os laços entre as duas instituições, compreender como ações exitosas podem melhorar a ideia de caráter assistencialista da escola como imaginam algumas famílias. Estes questionamentos são abordados ao longo deste trabalho de forma detalhada, usando métodos científicos para fornecer conceitos e informações sistematizadas sobre o tema em questão.

O trabalho ainda discorre elencando o embasamento teórico que permeia o tema, envolvendo uma trajetória histórica da imagem da criança e como ela foi construída através dos séculos, esta trajetória histórica se fez necessária para que houvesse embasamento conceituais do problema, a função da família e da escola e o papel dual destas instituições, bem como a importância delas para desenvolver a crianças de forma integral em todas as dimensões.

Ainda neste trabalho de pesquisa apontamos as técnicas e métodos usados para desenvolver este trabalho, apresentando os tipos de investigação, a área de estudo, o universo e a unidade de análise e de amostragem; elencando as hipóteses a serem analisadas e afins.

E por fim as considerações finais, relevantes sobre o tema, as quais são o reflexo, de detalhado estudo e pesquisa, além das propostas que confirmam as hipóteses elencadas e possíveis contribuições para a importância da relação família escola no desenvolvimento integral da criança na primeira infância.

A relação família escola dos tempos inaugurais à contemporaneidade

A temática: “Relação família e escola” é infinitamente, ampla, subjetiva e dá-nos possamos realizar uma pesquisa sobre o assunto de forma eficiente e eficaz e que produza material relevante de pesquisa, as informações serão fundamentadas com base em revisão de literatura e aplicabilidade de exemplos que nos servirão de fonte modalizadora, acerca do campo de observação e no caso deste trabalho de pesquisa, foco será a participação de pais e responsáveis na escola desde a primeira infância como papel essencial no desenvolvimento pleno destes estudantes. Para Moreira (2011):

Crescimento e desenvolvimento são processos paralelos, mas com conceitos próprios e não obrigatoriamente dotados de igual velocidade ou de igual sensibilidade aos agravos. Crescimento é aumento de massa por hipertrofia e divisões celulares (passível de aferição por meio de cm e kg) e desenvolvimento é a aquisição de capacidade (somente passível de aferição por meio de provas funcionais). O crescimento humano se caracteriza por 4 fases nitidamente distintas: Fase 1 - Crescimento intrauterino, inicia-se na concepção e vai até o nascimento. Fase 2- Primeira infância, vai do nascimento aos dois anos de idade, aproximadamente, caracterizando-se por um crescimento incremental, que se inicia no nascimento e estende-se até um mínimo marco inicial da fase seguinte.

O nosso enfoque aqui será a “primeira infância”, período que de acordo com a lei nº 13.257/2016 (Marco legal da primeira infância), corresponde aos primeiros seis (6) anos completos ou setenta e dois (72) meses de vida da criança.

O título deste trabalho, definido ao longo do processo escritura, leva em consideração o tema escolhido e a necessidade da recorte do campo de estudo, sendo assim, o título instituído para a feitura do trabalho de pesquisa será: “A importância da relação família e escola no desenvolvimento integral da criança na 1ª infância”.

O estudo realizou-se na Unidade Escolar EMEB Prof.^a Mariana Guedes Tibagy, na cidade de Araçatuba, no estado de São Paulo.

A cada período letivo observamos que os pais e/ou responsáveis cada vez mais, mantinha uma relação longínqua com a unidade escolar, sentíamos a necessidade de tê-los mais próximos e estreitar os laços com as diferentes estruturas familiares que compunham nosso público. Com a chegada da pandemia da covid-19, observamos que os laços estavam cada vez mais afrouxados e enquanto função social sentíamos a necessidade de mudar tal realidade.

Precisávamos que estes pais e responsáveis estivessem de mãos dadas com a equipe escolar, que participassem dos diferentes processos que fazem parte do desenvolvimento de uma criança e que nos auxiliassem a resgatar a essencialidade dos quatro pilares da educação, já que os comportamentos das crianças, no processo pós-pandêmico assustou-nos no sentido de convivência no espaço coletivo escolar, no cuidado com o outro, no fazer e pôr a mão na massa e no pilar ser. Observamos que o pilar conviver, sofreu um grande “abalo” e portanto, a necessidade urgente de entender as dinâmicas de relacionamento, os papéis dos envolvidos e o que a família poderia fazer para melhorar tais questões.

Como gestora da instituição em estudo, decidimos buscar através do estudo científico, possibilidades para ampliar a relação desgastada e minimizar os prejuízos

causados pelo afastamento social e principalmente ações práticas e modelares para que apresentassem relevância e colaborassem com o processo educativo com foco na presença da família na escola.

Visou-se identificar através da observação em eventos, reuniões e propostas diferenciadas de participação como as famílias enxergavam a escola e o que iríamos traçar de propostas para melhorar a participação familiar de forma mais coesa e relevante, assim apontamos algumas ações que foram desenvolvidas com o intuito de trazer os pais para a escola, a fim de garantir o desenvolvimento das crianças da 1ª infância com a presença dos pais em todos os momentos de desenvolvimento, se não em todos, mas numa considerável fase de desenvolvimento, e assim, ampliarmos o papel para “além muros” da escola.

Atualmente, é possível perceber que a criança, cuja família é parceira da escola, consegue se desenvolver integralmente, para além de sua dimensão intelectual, ao contrário da criança cuja família ainda entende a escola como um local de assistencialismo. A relação estreita família e escola não só favorece o desenvolvimento da aprendizagem da criança, como também cria vínculos afetivos e de confiança, amplia o senso de autonomia, desenvolve competências socioemocionais que o acompanharão para ao longo da vida. Desta forma todos contribuem e ganham, pois numa troca harmônica e respeitosa, são gerados mais benefícios nas questões pedagógicas e sociais da criança.

O contrário ocorre quando a criança, cuja família vê a escola como um local de assistencialismo, o desenvolvimento integral da criança fica em segundo plano pela família comprometendo sua aprendizagem que vai acontecer somente na sala de aula e a escola perde sua função social, então, é de suma que a escola abra as portas às famílias para que estas façam parte das decisões, das propostas de trabalho, conheçam a realidade das ações desenvolvidas, pois assim podem contribuir com a escola no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento integral das crianças desde a primeira infância, e claro, esta família precisa inculcar em si, que a sua participação é indissociável da formação integral da criança pelo qual é responsável.

Trajectoria histórica – a 1ª infância

Cada pesquisa de revisão de literatura deve começar no passado para entender o presente. Para fazer suposições e compreender prerrogativas, é necessário examinar elementos de um passado não muito distante. Isso requer uma viagem reflexiva com base em dados da história que sejam pertinentes e façam referência à infância e às mudanças que ocorreram ao longo da vida.

Assim, voltemos ao passado para retomar a noção de família e criança. Ao retornar à idade média, encontraremos evidências de que adultos e crianças eram vistos como iguais pela sociedade e não havia distinção entre eles, as crianças eram vistas como um adulto em miniatura.

Nas palavras de Aries (1981), “as crianças eram vistas como um adulto em miniatura, não existia sentimento de família, ou seja, não havia laços afetivos entre eles, o único objetivo era manter os bens e ajudar-se mutuamente para tentar sobreviver uma relação baseada em interesses e pouco afetuosa.

Aquelas crianças não tiveram a experiência da infância em sua forma mais ampla e, como a educação era destinada aos mais ricos, eles aprenderam pouco porque ficaram relegados ao conhecimento empírico dos mais velhos. Os contos de tradição oral contados pelos mais velhos eram uma maneira de ensinar por exemplo e moralização.

É comum nas obras de arte da época medieval retratar crianças da época com traços de adultos, em tamanho reduzido. Isso não é o caso das obras de arte contemporâneas, cujo foco é transmitir a tenra idade e a inocência do olhar infantil.

Figura 1



Fonte: <https://www.tricurioso.com/2018/10/28/por-que-os-bebes-das-pinturas-medievais-tem-cara-de-adultos/>

Figura 2



Fonte: <https://www.tricurioso.com/2018/10/28/por-que-os-bebes-das-pinturas-medievais-tem-cara-de-adultos/>

Ensinar por moralização - fábulas

Figura 3



Fonte: <http://historianovest.blogspot.com/2010/10/educacao-infantil-na-idade-media.html>

Então, a trajetória histórica da primeira infância, que compreende o período desde o nascimento até os seis anos de idade, é marcada por transformações significativas nas percepções sobre o desenvolvimento e cuidado das crianças nessa faixa etária. Ao longo dos séculos, a visão e o tratamento das crianças têm variado de acordo com a cultura, sociedade e contexto histórico.

Vale retomar que na antiguidade, as crianças eram vistas, em grande parte, como seres frágeis e dependentes, que precisavam ser protegidos e cuidados pela família e comunidade. No entanto, também eram consideradas como futuros membros produtivos da sociedade, preparados desde cedo para suas futuras responsabilidades.

Destarte, durante a Idade Média, as crianças eram frequentemente consideradas como adultos em miniatura, e muitas vezes eram inseridas precocemente em atividades laborais e responsabilidades domésticas. A infância como uma fase distintiva da vida não era reconhecida como é hoje, e as crianças tinham pouco tempo para brincar e se dedicar ao lazer. Por isso, foi somente a partir do século XVII e XVIII, com o advento da Ilustração e do movimento iluminista, que começaram a surgir visões mais humanistas sobre a infância. Filósofos e pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau destacaram a importância de oferecer às crianças um ambiente propício ao desenvolvimento saudável e livre de abusos. Rousseau, em particular, defendeu a ideia de que a criança é um ser inocente e natural, e que seu desenvolvimento deve ser respeitado e incentivado, dando origem ao conceito de “educação negativa”.

Cabe citar que no século XIX, com o advento da Revolução Industrial, as condições de vida das crianças em muitas partes do mundo foram duramente afetadas. Muitas crianças eram submetidas a longas jornadas de trabalho em fábricas e minas, privadas de uma infância saudável e educativa. Esse cenário sombrio levou a movimentos em prol dos direitos das crianças e do reconhecimento de sua vulnerabilidade.

Como já dito, com o passar do tempo, houve uma crescente conscientização sobre a importância da primeira infância para o desenvolvimento futuro do indivíduo e da sociedade como um todo. A psicologia e a pedagogia modernas têm fornecido conhecimentos

fundamentais sobre a importância das experiências na primeira infância para a formação do cérebro e do comportamento humano.

Hoje, a primeira infância é considerada uma fase crítica e sensível, em que as experiências têm um impacto profundo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Por essa razão, políticas públicas, programas de educação e cuidados infantis têm sido desenvolvidos para garantir um ambiente acolhedor e estimulante nesse período crucial da vida, e a presença dos pais na unidade escolar é primordial.

Em resumo, para finalizar esta trajetória, é de suma dizer que, a jornada da 1ª infância é marcada por mudanças significativas nas percepções sobre a infância e no tratamento dado às crianças. Do reconhecimento de sua fragilidade e dependência à valorização de seu desenvolvimento e potencial, a sociedade tem evoluído para oferecer um ambiente mais adequado e promissor às novas gerações. Reconhecer a importância desse período e investir em políticas e programas para a primeira infância é essencial para construir uma sociedade mais equitativa, saudável e próspera.

E nos tempos atuais - A Família

As famílias de hoje não têm a mesma estrutura que as da idade média, do renascimento e outras épocas. A sociedade contemporânea, caracterizada pelo imediatismo, relações fluidas e diversas composições familiares, é idealizada. A instituição educacional que será construída para o próximo século deve estar preparada para lidar com todas essas questões mencionadas anteriormente e se abrir ao novo com o objetivo de compreender profundamente toda esta estrutura. Esta é uma das primeiras teorias sobre o papel da família na educação das crianças escolarizadas.

Ao entrar no mundo escolar, a criança é um membro de uma família que pode ser composta por pai, mãe, irmãos e avós; pela mãe e seus filhos; pela avó e seus netos; pelo pai e seus filhos; por dois pais; por duas mães; crianças criadas por tios e tias; crianças criadas por outros pais; e crianças criadas por outras pessoas, crianças de abrigo, cuja família é o estado.

No que diz respeito às mudanças que ocorreram, a família foi a instituição que mais experimentou mudanças. Como resultado, a escola não foi capaz de acompanhar essas mudanças de forma gradual. De acordo com o texto que compõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família é o primeiro grupo social responsável por garantir os direitos básicos das crianças. As crianças costumavam ser educadas em casa, antes que outras famílias ou até mesmo a igreja assumisse a responsabilidade pela educação, promovendo uma educação para a vida, longe da escolarização e da formação integral do cidadão.

Com o início das instituições de ensino na Idade Moderna, as famílias começaram a se preocupar com a educação de seus filhos. No entanto, a educação ainda era focada em grupos ricos e sexista.

Imagem 1 - Escola de meninas – anos de 1900.



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/um-pouco-de-historia-como-era-a-educacao-brasileira-ha-100-anos/>

Imagem 2 - Escola de meninos.



Fonte: <https://www.memoriaurbana.com.br/arquitetura-escolas-periodo/1900-1930/>

Para Ariès (2006), o clima sentimental era agora completamente diferente, e mais próximo do nosso, já havia no amago familiar um nutrir de sentimentos por aquelas crianças outrora relegadas e negligenciadas, os pais já nutriam afeto por elas e a família “moderna” se aproximava da escola, tendo por ela um sentimento de instituição responsável pelo futuro acadêmico dos seus, ainda que com valores tradicionais (Ariès, 2006, p. 159).

Com o desenvolvimento desse sentimento de família e de infância, a criança ganha um status de sujeito com características próprias, que precisa de atenção específica para sua faixa etária e etapa de desenvolvimento.

Após a separação do trabalho produtivo e reprodutivo entre homens e mulheres, as políticas de emancipação e o pensamento feminista permitiram que as atividades fossem distribuídas de forma diferente. A mulher deixou de ser a única responsável pelas tarefas domésticas, permitindo que o homem participasse destas tarefas e educasse seus filhos.

A família é considerada um componente essencial na educação e formação do ser humano, pois é responsável pela forma como o ser e o sujeito interagem uns com os outros com o mundo e no mundo. Battaglia (*apud* Nobre, 1987) aponta que a família também pode ser considerada como:

Um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos (normas de convivências, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade (Nobre, 1987, p.118-119)

Como vimos acima, além das funções de educação e formação, a família também é responsável por proteger e preparar o sujeito para a vida fora do círculo familiar. A escola, por sua vez, ajuda o sujeito a se preparar para o mundo do trabalho.

Nos tempos atuais ainda, a família continua sendo uma instituição fundamental na estrutura social, embora tenha passado por transformações significativas em sua configuração e dinâmica. As mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e sociais têm impactado a forma como as famílias se organizam e se relacionam, trazendo desafios e oportunidades para seus membros.

Uma das mudanças mais marcantes nos tempos atuais é a diversificação dos modelos familiares como já citado. Tradicionalmente, a família nuclear - composta por pai, mãe e filhos - era vista como o padrão dominante. No entanto, hoje em dia, vemos uma variedade de arranjos familiares, incluindo famílias monoparentais, famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo e famílias multigeracionais. Essa diversidade reflete a crescente valorização da individualidade e a busca por relações mais flexíveis e inclusivas.

Outro fator que influencia a dinâmica familiar contemporânea é a participação mais ativa das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres têm conquistado cada vez mais espaço em diversas áreas profissionais, o que tem levado a uma redistribuição de papéis e responsabilidades dentro da família. A divisão de tarefas e o compartilhamento das responsabilidades domésticas têm se mostrado essenciais para conciliar as demandas do trabalho e da vida familiar.

A tecnologia também desempenha um papel significativo na vida familiar atual. A internet, os dispositivos móveis e as redes sociais aproximaram as pessoas, permitindo que familiares distantes se comuniquem regularmente e compartilhem momentos importantes. No entanto, o uso excessivo dessas tecnologias também pode levar a um distanciamento físico e emocional dentro do núcleo familiar. Encontrar um equilíbrio saudável entre a interação virtual e o tempo de qualidade face a face é essencial para manter os laços familiares fortes.

Além disso, a questão da educação e criação dos filhos tem sido objeto de reflexão e debate na sociedade contemporânea. Os pais estão buscando uma abordagem mais participativa e afetiva na criação dos filhos, valorizando a qualidade do tempo passado junto às crianças e incentivando a autonomia e a criatividade. A comunicação aberta e o apoio emocional são considerados pilares fundamentais para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes.

Contudo, mesmo com todas as mudanças, a família continua sendo um porto seguro e uma fonte de apoio emocional nos tempos atuais. Em meio a um mundo cada vez mais acelerado e complexo, os laços familiares oferecem um senso de pertencimento, estabilidade e proteção. É no seio familiar que muitas pessoas encontram conforto e suporte para enfrentar os desafios da vida.

Em suma, a família nos tempos atuais se mostra resiliente e adaptável às mudanças do mundo moderno. A diversidade de modelos familiares, a igualdade de gênero, a tecnologia e as novas formas de criar os filhos são aspectos que moldam a dinâmica familiar contemporânea. O diálogo, a compreensão mútua e o amor continuam sendo fundamentais para o fortalecimento dos laços familiares e para proporcionar um ambiente acolhedor e saudável para todos os seus membros.

Da família para a escola - Por que esta relação se fragmentou?

A escola nem sempre propôs ideais de democracia e participação, no decorrer do processo histórico, o ensino e a disciplina (em seu conceito mais restrito - daquele que obedece) no espaço escolar foram tomados por regras rígidas e impostas que acabaram por “aprisionar” a infância e a própria criança a modelos educacionais tradicionais, de memorização e pouco pedagógicos, ou seja, escola e família eram mundos coexistindo em conjunto, mas paradoxalmente separados.

Houve um momento em que a relação entre família e escola, que costumava ser mais integrada e colaborativa no passado, e hoje tem enfrentado desafios e fragmentações ao longo dos anos. Diversos fatores contribuíram para essa mudança na dinâmica entre ambas as instituições, e é importante compreender esses elementos para buscar formas de fortalecer essa parceria tão essencial para o desenvolvimento das crianças e jovens.

Um dos principais motivos para a fragmentação da relação entre família e escola é a mudança no estilo de vida das famílias modernas. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho levou a uma diminuição do tempo disponível dos pais para se envolverem nas atividades escolares dos filhos. A correria do cotidiano e as demandas profissionais muitas vezes tornam difícil para os pais estarem presentes na escola e acompanharem de perto o desempenho acadêmico e o dia a dia escolar dos estudantes.

Outro fator que contribui para a fragmentação dessa relação é a falta de comunicação efetiva entre família e escola. A ausência de um diálogo aberto e constante dificulta a compreensão mútua das expectativas, preocupações e necessidades de cada parte. Professores e pais muitas vezes têm perspectivas diferentes sobre a educação e o desenvolvimento dos alunos, e sem uma comunicação clara, essas visões podem entrar em conflito.

Além disso, a própria estrutura educacional pode influenciar a fragmentação da relação entre família e escola. Em algumas escolas, a cultura institucional pode ser distante e pouco acolhedora, o que pode desencorajar a participação ativa dos pais. Por outro lado, algumas famílias podem sentir-se intimidadas ou inseguras em relação à sua presença na escola, especialmente se tiverem tido experiências negativas no sistema educacional anteriormente.

A falta de recursos financeiros também pode ser um fator que dificulta a participação das famílias na vida escolar. Em algumas comunidades, os pais podem enfrentar dificuldades para arcar com os custos de transporte, material escolar e outras despesas relacionadas à participação nas atividades escolares.

No entanto, é fundamental superar esses obstáculos e buscar maneiras de fortalecer

a relação entre família e escola, pois essa parceria é crucial para o sucesso educacional e emocional dos alunos. A escola pode adotar práticas mais inclusivas e acolhedoras, criando espaços e eventos que incentivem a participação dos pais. A comunicação entre escola e família deve ser constante e transparente, por meio de reuniões, relatórios de desempenho e canais de comunicação efetivos, como aplicativos e plataformas digitais.

Os pais, por sua vez, devem se esforçar para estar mais presentes na vida escolar dos filhos, mesmo com as demandas do cotidiano. Participar das reuniões escolares, conversar com os professores e acompanhar as atividades e o progresso dos estudantes são atitudes que fazem a diferença na educação das crianças, embora a relação entre família e escola tenha sofrido fragmentações ao longo do tempo, é essencial que ambas as partes busquem reconstruir essa parceria. Quando família e escola trabalham juntas em prol do bem-estar e do sucesso dos alunos, os resultados são mais positivos, fortalecendo o processo educacional e proporcionando um ambiente mais enriquecedor e acolhedor para as crianças e jovens em formação, como veremos mais adiante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da pesquisa foi escolhido a partir de necessidades que já se apresentavam em ambiente de trabalho, da pesquisadora, no período pré-pandemia e existia uma certa necessidade, tanto da mesma, quanto da equipe escolar, em buscar conhecimentos para solucionar tais problemas oriundos das famílias que pouco participavam da vida escolar de suas crianças.

O esboço da pesquisa foi apresentado em reunião de pais e filhos, percebeu-se um interesse deles pela pesquisa.

A pesquisa foi extremamente satisfatória, pois, além de resultar em conclusões confiáveis, forneceu informação suficiente para a formação de propostas de ação, perfeitamente aplicáveis no cotidiano, por pais e professores interessados em favorecer o processo de formação integral da criança na primeira infância a partir da ótica de participação da família de forma efetiva neste processo.

Todo o arcabouço de novos conhecimentos, foi a base, para o fomento das propostas de ação, aqui divididas em: propostas para profissionais da educação infantil, e propostas adequadas à pais ou responsáveis por crianças,

De acordo com informações obtidas, neste estudo, com a pesquisa que envolveu pais e profissionais da educação, bem como um lista robusta de teóricos sobre a temática, podemos dizer que a participação da família na escola é essencial para a construção de um ser humano integral. É totalmente possível estabelecer um estreitamento de laços entre a escola e a família, e essa parceria é extremamente benéfica para o desenvolvimento das crianças e jovens. Existem diversas maneiras pelas quais a escola e a família podem trabalhar juntas para fortalecer essa relação e eles têm sido implementadas na unidade de pesquisa.

Comunicação efetiva: A escola deve estabelecer canais de comunicação eficientes, como reuniões regulares, aplicativos de mensagens, e-mails e plataformas online para

compartilhar informações sobre o desempenho acadêmico, atividades escolares e eventos importantes. A comunicação aberta e constante permite que os pais estejam cientes do que está acontecendo na escola e também permite que os professores saibam mais sobre a vida e o contexto dos alunos.

Envolvimento dos pais na escola: A escola pode promover oportunidades para que os pais se envolvam ativamente na vida escolar de seus filhos, seja através de atividades voluntárias, participação em eventos escolares ou contribuição para projetos e comitês da escola. O envolvimento dos pais ajuda a criar um ambiente de apoio e colaboração.

Reuniões e eventos participativos: Realizar reuniões de pais e professores de forma regular é uma maneira importante de fortalecer o relacionamento entre a escola e a família. Além disso, a realização de eventos escolares que envolvam a participação das famílias, como feiras culturais, apresentações artísticas e atividades esportivas, também contribui para aproximar a comunidade escolar.

Respeito à diversidade: A escola deve valorizar e respeitar as diferentes culturas, crenças e realidades familiares, criando um ambiente inclusivo onde todas as famílias se sintam bem-vindas e representadas. O respeito à diversidade é essencial para fortalecer os laços entre a escola e a família.

Formação para professores: A escola pode oferecer formação e capacitação para os professores sobre como se comunicar e trabalhar efetivamente com as famílias, abordando questões como diversidade cultural, envolvimento parental e estratégias para promover a parceria entre família e escola.

Valorização das contribuições das famílias: A escola deve reconhecer e valorizar as contribuições das famílias para o ambiente escolar, mostrando gratidão e reconhecendo o papel fundamental que os pais desempenham na educação e formação dos alunos.

Transparência e feedback: A escola deve ser transparente em relação aos seus objetivos e práticas educacionais. Além disso, é importante que a escola busque o feedback das famílias, ouvindo suas opiniões, sugestões e preocupações, para que possa melhorar continuamente suas práticas.

Ao seguir essas estratégias, a escola pode estreitar os laços com as famílias e criar uma parceria sólida e colaborativa em prol do bem-estar e do sucesso acadêmico dos alunos. A parceria entre escola e família é um elemento-chave para o desenvolvimento integral dos estudantes e para construir uma comunidade escolar mais unida e acolhedora.

Crianças que contam com esta participação, se desenvolvem de maneira completa, são mais abertas ao novo e menos introspectivas, exercem desde a tenra infância e desenvolvem ações protagonistas em seu entorno.

A postura mais eficaz, e participativa ocorre com questões simples do dia a dia, como por exemplo, enviar a criança limpa, não esquecer no momento de encerramento do período, ou ir à escola quando solicitada sua presença. Participar dos momentos formativos como palestras e reuniões de pais e observar seu desenvolvimento através das tarefas de cognição que ocorrem no espaço escolar. É importante frisar ainda, a necessidade de estabelecer vínculos e desenvolver as técnicas de comunicação não-violenta.

- Apontamos ainda, como respostas as possíveis hipóteses de estreitamento de laços entre escola e família:
- “combinados em grupo” e das rodas de conversa;
- Estabelecimento de rotinas em casa e na escola. Crianças que sabem o que irá acontecer em suas salas de aula, em suas casas cronologicamente, têm maior facilidade em se acalmar enquanto, grupo, dividir pequenas responsabilidades.
- Atitudes e comportamentos inadequados precisam receber atenção imediata e na proporção adequada, tendo em vista que crianças pequenas, rapidamente, se esquecem do que fizeram; diante de conflitos e outras situações que envolvem, mal comportamento, o profissional precisa investigar, sempre, o que realmente aconteceu para não “culpar” inocentes, ou, deixar de quem de fato ocasionou o ato. Esta atenção deve ser dada tanto pela escola, quanto pelos responsáveis. O entendimento deve ser igual.
- Reforço positivo quando houver atitudes que mereçam abono.
- É preciso construir vínculos afetivos com as crianças, antes, de se exigir respeito, por parte delas. Nunca confundir permissividade, com construção de laços afetivos;
- O comprometimento em estabelecer bom fluxo de comunicação com os pais é fundamental para o sucesso do processo educativo da criança. Pais e escola, precisam ser parceiros agir com respeito, ética, profissionalismo e empatia para com os pais, fará a diferença para o estabelecimento de relação, escola/família, bem-sucedida;

A pesquisa sugere que há pais que, não sabem participam do desenvolvimento escolar de seus filhos e enxergam a unidade escolar como um elemento assistencialista onde levam seus filhos para irem ao mercado de trabalho. Cabe então, à escola, promover situações (muito além das comuns reuniões de pais), para ensiná-los, afinal, que este é o dever primário das instituições escolares: transmitir conhecimento e é dever dos pais e garantido por lei, matricular e acompanhar seus filhos em todo trajeto escolar. Por que não o fazer, com e para os pais? A escola só tem a ganhar; pais bem-informados saberão como educar seus filhos e entenderão por que é tão importante não jogar, na escola, responsabilidades que lhes pertencem. Oficinas criativas e a presença de profissionais diferentes dos que já são do ambiente escolar são um ponto de partida.

A escola e a família devem estimular a independência das crianças desde a tenra infância, não exagerando em postergar desnecessariamente o desmame, ensinando-lhes o autocuidado e a higiene pessoal, não os superprotegendo e permitindo que sejam frustrados em níveis correspondentes às suas idades. A criança precisa da frustração, para saber lidar com questões, no futuro, nas quais não serão atendidas, sem, no entanto, adoecerem mentalmente e serem abertas a um leque de possibilidades que podem construir lidando com soluções, não focando no problema.

Por fim, encerramos este trabalho com a certeza de que o tema tratado e os processos que o envolvem, se tornaram, mais claros e definidos, no entanto, o assunto e

temática nos dão margem para outros enfoques.

Concluindo: como já dizia o sábio Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” O sucesso desta missão é a expressão mais bela da parceria escola e família. A transformação não é via de mão única.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2a edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB. 9394/1996. BRASIL.**

BRASIL, Secretaria de educação municipal de Araçatuba. **Projeto político pedagógico da EMEB** (2022). Araçatuba/SP.

BUGIERMAN, D. R. **O feto aprende**. Super interessante (2016). Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-feto-aprende/>. Acesso em 08/04/2022.

CARRARA, K. (2005). **Behaviorismo Radical: Crítica e metacrítica**. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Unesp.

CLONINGER, S. C. (1999). **Teorias da Personalidade**. São Paulo. 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes.

CORTELLA, M. S. (2018). **Educação Convivência e Ética: Audácia e Esperança**. São Paulo: Cortez.

CORTELAZZO, I. B. de C. (2000). **Colaboração, trabalho em equipe e as tecnologias de comunicação: relações de proximidade em cursos de pós-graduação** (Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

DESSEN, M. A. (2007). **Desenvolvimento familiar: Transição de um sistema triádico para poliádico**. *Temas em Psicologia*, 3, 51-61.

FARIA, S. B.; SALES, F. R. T. (2007). **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. 2. Edição. São Paulo: Ática.

FREINET, É. (1979). **O itinerário de Célestin Freinet: a livre expressão na pedagogia Freinet**. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira, a base de tudo**. 03.ed. São Paulo:

KISHIMOTO, T. M. (1994). **O jogo e a Educação infantil**. São Paulo: Pioneira.

KRAMER, S. **A Política do pré-escolar no Brasil** : a arte do disfarce. Rio de Janeiro: 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (1992). **Metodologia do trabalho Científico**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

NÉRICI, I.G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

- PIAGET, J. (2010). **A Formação do Símbolo na Criança: Imitação, Jogo e Sonho**. 4ª Edição. São Paulo. LTC.
- PIAGET, J. (1984) **O Nascimento da Inteligência na Criança**. 4ª edição: LTC. (Disponível em: <https://brigadamirim.com.br/informativo/paisefilhos/>. Acesso em 23.04.2021).
- RICHELLE, M. N. (2014). **B. F. Skinner: Uma perspectiva europeia**. 1ª Edição. São Carlos, SP: EdUFSCar.
- SEVERINO, A. J. (1941). **Metodologia do trabalho Científico**. 23ª Edição. São Paulo: Cortez.
- SKINNER, B. F. (2006). **Sobre o behaviorismo**. 10ª Edição. São Paulo: Cultrix.
- SILVA, P. A ação educativa: um caso particular: o dos pais difíceis de envolver no processo educativo escolar dos seus filhos. In Os professores e as famílias – Colaboração Possível, Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- TANCREDI, R. M. S. P., & Reali, A. M. M. R. (2001). Visões de professores sobre seus alunos: um estudo na área da educação infantil. Trabalho apresentado na 24a Reunião Anual da ANPEd. (pp.1-16). Caxambu. Recuperado em abril, 2006, disponível em www.anped.org.br
- SZYMANZKI, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. 1ª reimpressão. Brasília, Plano Editora: 2003
- TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. - 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.) Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1998. p.103-117
- YIN, R. K. (2014). **Estudo de Caso Planejamento e Métodos**. 5ª edição. São Paulo: Bookman.

Capítulo 23

Um estudo bibliográfico sobre a interação família-escola como impulsionadora da motivação para a aprendizagem

Greice Zanotto Bonamigo

Professora de História Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Pedagoga pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL. Psicopedagoga com ênfase em Educação Especial pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL. Psicopedagoga Institucional e Clínica pela Faculdade Venda Nova Do Imigrante - FAVENI,

RESUMO

Este estudo parte de uma base teórica composta por levantamento bibliográfico, com foco na importância e na necessidade dos vínculos entre a escola e a comunidade escolar, e como essa relação contribui para o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos alunos. O objetivo geral é compreender as formas de participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem e sua influência no desempenho escolar dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, busca-se identificar a frequência com que os pais participam da vida escolar dos filhos e em quais situações a escola solicita sua presença na instituição. Essas questões foram investigadas com base em autores que abordam o tema. Os resultados destacam a necessidade crucial de construir parcerias entre escola e família para implementar práticas cotidianas que melhorem o desenvolvimento integral dos alunos.

Palavras-chave: família; escola; aprendizagem; colaboração; educação.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a escola tem sido um importante suporte para as famílias, um lugar onde os pais confiam para atender às necessidades de seus filhos, sejam elas cognitivas, motoras ou sociais. A participação dos pais nos ambientes educacionais, conforme estabelecido pelas normas da escola, pode ser altamente benéfica, já que a escola representa um ambiente educativo, de conhecimento e de troca de afeto. É também um espaço onde é possível investigar possíveis problemas de aprendizagem na criança, que podem estar relacionados a diversos problemas que ocorrem na família.

A qualidade do trabalho pedagógico começa ao interagir com os diversos segmentos sociais, garantindo os direitos da criança nessa interação. A participação ativa do aluno, por meio da socialização,



integração na cultura e prática da cidadania, também é um elemento fundamental de uma educação de qualidade.

Ao envolver-se nesse contexto diário, é possível notar situações que despertam interesse na compreensão das relações, principalmente entre família e escola, destacando a interrupção na assistência oferecida ao aluno por essa instituição.

Muitas responsabilidades que antes eram exclusivamente da família, como a transmissão de valores como respeito e dignidade, estão agora sendo compartilhadas com a instituição educacional, já que esta se torna o primeiro ponto de contato pedagógico da criança. Essa partilha por vezes resulta em expectativas e cobranças de ambos os lados. É essencial avaliar a influência dessa dinâmica na educação da criança, destacando a importância de estabelecer uma relação colaborativa na vida escolar dos alunos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica bibliográfica de natureza explicativa, baseada em fundamentos teóricos previamente elaborados e publicados, principalmente em livros, revistas, artigos científicos e também em pesquisa online. De acordo com Ruiz (1996, p. 58), “a revisão literária como pesquisa bibliográfica tem o propósito de fundamentar os objetivos e contribuir para a pesquisa em si”.

A INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA COMO IMPULSO AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com vários estudiosos, a família tem sido reconhecida como um elemento essencial para o sucesso ou fracasso escolar. Isso é evidenciado em diversas pesquisas acadêmicas, que destacam a importância do consenso entre família e escola, enfatizando que a formação de um indivíduo autônomo, participativo e crítico, consciente de seus direitos e deveres, deve ser integrada a todas as práticas educativas.

Dado que o ser humano está constantemente aprendendo, em uma variedade de interesses que a vida oferece, o papel da família é crucial. Desde cedo, é a família que pode influenciar o que seus filhos precisam aprender, quais instituições frequentar e o conhecimento necessário para tomar decisões que beneficiem seu futuro.

O ambiente escolar se torna, portanto, um aliado crucial na socialização e proteção da criança, e a família não pode ficar indiferente a essas necessidades, anseios e expectativas. Ana Mercês Bahia Bock, em seu livro “Psicologias: uma Introdução ao estudo de Psicologia”, destaca a importância da presença frequente da família na escola ao afirmar que:

A relevância da educação inicial é tão significativa na formação do indivíduo que pode ser comparada ao alicerce de uma casa. O sucesso da educação da criança no seio familiar servirá de base para sua criatividade e comportamento produtivo na idade adulta. A família tem sido e continuará sendo a influência mais poderosa no desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas (Bock, 2002, p. 43).

Nesta abordagem de pesquisa, observamos que as instituições de Educação

Infantil devem proporcionar uma variedade de materiais e espaços, permitindo a realização de diversas atividades para promover o desenvolvimento integral da criança. Além disso, a implementação de projetos pedagógicos possibilita uma avaliação contínua do trabalho, desde seu início até o processo de ensino-aprendizagem e conclusão, permitindo uma reflexão constante sobre a prática pedagógica com os alunos pequenos (Zabalza, 1998).

Dessa forma, a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura o direito à educação à criança, conforme estabelecido em seu artigo 205, que afirma: a educação, direito de todos e dever do “estado e da família”, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a educação tornou-se um direito legalmente garantido à criança. Até os seis anos de idade, a frequência em creches e pré-escolas é opcional para os pais, cabendo ao Estado o dever de disponibilizar vagas nesses estabelecimentos.

Com o objetivo de estabelecer diretrizes para o currículo da Educação Infantil, o Ministério da Educação elaborou, em 1998, um documento normativo denominado “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil”. Este documento recomenda que as atividades educativas e de cuidado das crianças até os seis anos de idade não sejam separadas.

A seguir, apresentamos um dos dispositivos contidos no documento que ressalta a importância das relações interpessoais como um meio de fortalecer a aprendizagem:

[...] educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e de confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (Brasil, 1998, p. 23).

A elaboração de projetos que promovam e fortaleçam a relação entre família e escola deve ser uma parte essencial do desenvolvimento de atividades. Neste momento da pesquisa, busca-se examinar a postura da escola investigada em relação às famílias, avaliando se ambas estão dispostas a trocar experiências, permitindo que a família participe ativamente no processo de cuidar, assistir e educar seus filhos, tornando-se corresponsável pelo processo de ensino e aprendizagem.

A família deve, portanto, reconhecer e valorizar essa parceria, compreendendo sua importância fundamental no desempenho escolar de seu filho e mantendo-se sempre atualizada sobre seu progresso e desenvolvimento. Isso é especialmente relevante no contexto da instituição familiar.

A família é fundamental para garantir a segurança e proteção global dos filhos, independentemente da configuração familiar ou das mudanças ao longo do tempo. Desempenha um papel central no desenvolvimento humano, não apenas garantindo a sobrevivência física, mas também fornecendo as bases para a autonomia na sociedade. Dentro da família, ocorrem aprendizagens essenciais que são necessá-

rias para o desenvolvimento autônomo na sociedade. Para isso, a família estabelece mecanismos para transmitir essas aprendizagens, moldando as características individuais durante o tempo em que os filhos estão sob sua tutela. Além disso, a família fornece o contexto de socialização para seus filhos, considerando suas circunstâncias financeiras, sociais, culturais, nutricionais, afetivas e outras. Em suma, a família desempenha um papel crucial como provedora. (Paschoal, 2011, p.15).

Pode-se compreender que há grandes desafios, como estabelecer a relação entre família e escola no ambiente escolar, para então investigar até que ponto a família interfere ou contribui para o desempenho escolar da criança nos primeiros anos. Durante a revisão bibliográfica, constata-se que uma das principais preocupações dos professores é o desinteresse de muitas famílias em acompanhar o progresso acadêmico de seus filhos na escola. Estudos também demonstram que os alunos que recebem acompanhamento ao longo de sua trajetória escolar tendem a obter mais sucesso acadêmico e apresentar menos dificuldades de aprendizagem.

Segundo Gentile (2006, p.32),

Os professores muitas vezes atribuem a culpa à família 'desestruturada', que não estabelece limites nem demonstra interesse pela educação. Por outro lado, os pais acusam a escola de negligência, às vezes rotulando o próprio filho como irresponsável. Nessa disputa pouco saudável, o único prejudicado é o aluno.

Muller (2002) também argumenta que nenhuma instituição pode substituir as condições educativas proporcionadas pela família. Além disso, não parece razoável que a escola seja a única responsável por transmitir valores essenciais para a convivência em sociedade, tais como democracia, respeito ao próximo, solidariedade, tolerância, esforço pessoal e regras para uma convivência harmoniosa.

Diversos cursos, especialmente Pedagogia, evidenciam a necessidade do debate entre escola e família durante os estágios ou observações no local, destacando a importância de ambas as partes se responsabilizarem mutuamente pela formação dos alunos. Muitos dos projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo são realizados em colaboração entre as duas instituições, visando beneficiar ambas.

A escola também deve reconhecer que os conceitos de família estão em constante evolução e atualmente abrangem diversos contextos, conforme ressaltado por Siqueira (2009, p.20):

É fundamental compreender que ao se adotar um único modelo para qualquer situação, exclui-se a pluralidade e a diversidade nas reações humanas, estabelecendo uma hierarquia que coloca a família ideal (nuclear, economicamente estável, asséptica e feliz) no topo, e qualquer outro arranjo familiar que não se enquadre nesse modelo universal, como casais sem filhos, casais homossexuais, famílias chefiadas por mulheres, entre outros, abaixo dele.

Estudos indicam que quando escola e família compartilham objetivos semelhantes, como garantir o sucesso na aprendizagem dos alunos, essas instituições conseguem reduzir significativamente os índices de evasão e violência, resultando em melhorias no desempenho dos estudantes.

Às vezes, infelizmente, os pais não conseguem dedicar o tempo necessário para cuidar de seus filhos como gostariam, e é na escola que encontram um apoio importante para desempenhar o papel de educadora e, por vezes, até de mãe. Nessa perspectiva,

Freire (1987, p. 68) destaca que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo; os seres humanos se educam mutuamente, mediados pelo mundo”.

Dessa forma, o ambiente escolar desempenha um papel crucial na socialização e proteção da criança, e a família não pode ignorar as necessidades, desejos, expectativas, sonhos e realizações dos filhos em relação ao seu futuro, que em grande parte é moldado na escola.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, a organização de espaços e a seleção de materiais desempenham um papel fundamental e servem como instrumentos facilitadores para a efetivação da prática educativa com crianças pequenas. Antes de serem elaborados ou adquiridos, esses materiais passam por consultas prévias junto às famílias ou à comunidade escolar, incluindo representação junto ao conselho deliberativo de cada escola. Isso se deve ao fato de que cada atividade demanda a preparação de materiais e ambientes específicos que estejam alinhados aos projetos desenvolvidos, contribuindo para a construção de novas perspectivas sobre o mundo.

Como instâncias educativas, a família e a escola compartilham objetivos comuns em relação à educação das futuras gerações, embora empreguem práticas distintas para alcançá-los. Enquanto na família a educação ocorre de maneira informal, por meio de atividades e hábitos cotidianos, na escola o conhecimento é transmitido de forma intencional e planejada. No entanto, uma articulação eficaz entre escola e família pode resultar na melhoria da qualidade educacional em ambas as instituições (Tereciani, 2008, p.30).

A promoção de uma relação positiva entre família e escola deve ser um elemento central no desenvolvimento de atividades. Portanto, busco avaliar a abordagem da creche em relação às famílias, observando se ambas as partes estão abertas a trocar experiências, permitindo que a família participe ativamente no processo de cuidado, assistência e educação de seus filhos, assumindo assim uma responsabilidade conjunta no processo de ensino e aprendizagem.

Partindo da premissa de que a família representa a primeira instituição na formação dos vínculos e na transmissão dos primeiros conhecimentos ao ser humano, decidi investigar a influência desse ambiente na aprendizagem escolar, com foco especial nas séries iniciais dos alunos. Esta pesquisa se torna relevante dado o contexto atual, no qual muitos pais transferem para a escola a responsabilidade integral pelo cuidado de seus filhos.

O diálogo entre escola e família é atualmente um dos temas mais debatidos por pesquisadores e gestores educacionais em praticamente todos os países. Segundo Kramer (2003, p.100):

Os principais objetivos da interação entre escola e família são duplos. Por um lado, visa proporcionar aos pais e responsáveis o entendimento da proposta pedagógica em desenvolvimento, permitindo-lhes discuti-la com a equipe escolar. Por outro lado, essa interação enriquece e complementa o trabalho realizado na escola com as crianças ao possibilitar o conhecimento dos aspectos cotidianos, costumes, valores culturais das famílias, bem como identificar as diferenças ou semelhanças em relação à proposta educacional.

Neste contexto, a escola assumiu a responsabilidade de se adaptar a inúmeras reformas educacionais no Brasil e no mundo, tornando-se também responsável por orientar os indivíduos diante das diversas novidades que surgiam. Desde então, a educação

passou a ser reconhecida, ou pelo menos deveria ser, como um instrumento que oferece possibilidades ao indivíduo, integrando-se como uma instituição social para promover mudanças de atitudes e novos paradigmas.

Seguindo a visão de Libâneo (2003, p.348-349), a escola deve assegurar um currículo que organize ideias para fortalecer a relação entre a escola e a comunidade e que:

Envolve ações que abrangem a escola e suas relações externas, incluindo os órgãos superiores de gestão do sistema escolar, os pais, as organizações políticas e comunitárias, as municipalidades e as infraestruturas urbanas. O propósito dessas iniciativas é buscar oportunidades de cooperação e apoio oferecidas por diversas instituições, visando aprimorar o trabalho escolar, ou seja, as atividades de ensino e educação dos alunos. Especificamente, espera-se que os pais participem da gestão escolar por meio de canais de participação claramente definidos.

Dentro do pensamento do autor, fica implícito que essa participação não apenas é necessária e política, mas também é urgente na divisão de responsabilidades, incluindo a construção do regimento escolar e do projeto político-pedagógico, bem como o envolvimento dos pais nas eleições do Conselho Deliberativo e da Direção Escolar.

A cidadania, enquanto parte do processo de Gestão Democrática, como a participação da comunidade nos conselhos escolares, representa uma forma transparente de atuação, permitindo que se saiba realmente para onde estão sendo direcionados os recursos públicos, que são provenientes dos cidadãos. Essa visão é compartilhada por Paro (2002, p. 12):

A escola, portanto, só será uma instituição humana e democrática na medida em que a fonte do autoritarismo, identificada como a administração (ou a burocracia, termo preferido pelos defensores dessa visão), for substituída pelo espontaneísmo e pela ausência de qualquer forma de autoridade ou hierarquia nas relações estabelecidas dentro da escola.

A construção de uma escola sólida não se limita apenas a políticas públicas ou questões internas; vai além dos limites físicos da escola. Isso deve ser considerado uma cláusula fundamental e inegociável no desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico, como defendido por Paraná, 2017: “o compromisso do PPP é coletivo, isso faz com que todo projeto pedagógico seja também um projeto político pois, está relacionado aos interesses reais e coletivos da população, devido ao compromisso com a formação do cidadão”.

À luz das reflexões dos autores mencionados, o primeiro desafio consiste em compreender como se desenvolve a relação entre família e escola dentro do ambiente escolar, para então investigar em que medida a família influencia ou contribui para o desempenho escolar da criança nos primeiros anos. A educação, considerada um instrumento social fundamental, é aqui concebida como um direito humano que deve ser assegurado tanto pela família quanto pelo Estado. No entanto, acima de tudo, representa uma prática de vida em todas as esferas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o envolvimento da família no processo educacional da criança contribui significativamente para fortalecer a relação da escola com a comunidade. Essa parceria escola-família, sustentada pelo envolvimento ativo dos pais, demonstra que o

sucesso educacional não se alcança de forma isolada, mas sim por meio de uma colaboração mútua.

Os resultados preliminares desta pesquisa confirmaram que investir na relação entre escola e família é crucial para o percurso escolar do aluno. Além de receber um acompanhamento mais próximo da família, o aluno se sente mais valorizado e seguro em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido. Ao mesmo tempo, em um contexto de crescente competitividade e avanços tecnológicos, a sociedade está se tornando mais complexa. Diante desse cenário, a escola também precisa passar por transformações adicionais.

É fundamental que a família participe ativamente da vida escolar da criança, mesmo diante de seus compromissos profissionais. Essa participação é crucial, pois tanto a família quanto a escola necessitam se complementar no processo educacional do aluno. Conforme destacado neste artigo, em muitas ocasiões, a escola precisa oferecer à família horários e momentos alternativos para que esse encontro ocorra, levando em consideração as particularidades de cada família.

Desde aquela época até hoje, surgiram diversos desafios para as escolas, como a consolidação de parcerias com o governo e a sociedade para debater e encontrar novas práticas e soluções para problemas como evasão, indisciplina, violência escolar, questões de saúde, acessibilidade, bem-estar e outros. Estes desafios não são novos, mas se transformam com o tempo, ainda que a busca por soluções muitas vezes recaia na mesma proposição: encontrar estratégias na sociedade, com a família frequentemente desempenhando um papel crucial nessas mudanças históricas na escola.

Considerando que diversos teóricos afirmam que a participação da família na escola contribui para um melhor desempenho acadêmico das crianças, esta pesquisa buscará analisar os fatores que levam os pais a não se envolverem efetivamente na vida escolar de seus filhos, muitas vezes transferindo completamente a responsabilidade pela educação da criança para a escola.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias, uma introdução ao estudo de psicologia**. 13 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

BRASIL. **Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas**: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, 1998

_____. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENTILE. Paola in **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril/junho de 2007.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KRAMER. Sônia. **Como a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a Educação Infantil**. São Paulo. Editora Ática. 2003.

LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MULLER. José Luiz. **Práxis Pedagógicas**. CEACD/SINOP-UNEMAT, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. INSTRUÇÃO N° 004/2011 – SUED/SEED. Curitiba: SEED, 2017.

PASCHOAL, Lorena Carla Ribeiro Teixeira. **A família e sua função educativa: um olhar psicopedagógico**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2011.

PARO. Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2002.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica: guia para a eficiência nos estudos**. São Paulo, Atlas, 1976.

SIQUEIRA, Luciana de oliveira Pereira. **Sociedade, escola e família**. 2009. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos3/sociedade-escola-familia/sociedade-escola-familia.shtml> Acessado em 22 fev. 2024

TERECIANI, Kéthlen Dayane Rodrigues. **A relação escola-família no cotidiano da escola de educação infantil: um panorama histórico**. BAURU-S UNESP.2008.

UNESCO, **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares** / organizado por Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri. –Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

VASCONCELOS, Celso S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. (10ª edição). Campinas, SP: Editora Papirus 2004.

ZABALZA, Miguel Antônio. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A produção textual/redação e as dificuldades de escrita enfrentadas pelos alunos do ensino médio na escola pública

Relizangila Gonçalves de Souza Marinho

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir sobre a importância do ensino de produção Textual na última etapa da educação básica, mas precisamente sobre as dificuldades enfrentadas pelos discentes do 3º ano do ensino médio. Para realizar este trabalho, utilizar-se-á uma perspectiva indicativa, que busca fazer uma análise da situação. Pretende-se, com esta análise, discutir a necessidade do trabalho da redação nos terceiros do ensino médio com objetivos pré-definidos e com professores qualificados para assim motivar os alunos de forma adequada para chegar ao objetivo final que é o maior número de alunos preparados para ingressar nas universidades, mercado de trabalho e vida adulta de forma responsável.

Palavras-chave: produção textual; dificuldades; professores qualificados.

INTRODUÇÃO

A história da escrita não é recente e desde os primórdios tem evoluído extraordinariamente e de diversas formas, no entanto, mesmo com toda evolução alguns métodos não têm saído do tradicionalismo e isso tem causado uma estagnação nos alunos, principalmente nos alunos do Ensino Médio, logo é perceptível a relevância de analisar as dificuldades que os alunos do ensino médio enfrentam na produção textual/redação nas escola pública.

Primordialmente é evidente que essa problemática é gerada devido a uma grande defasagem na educação pública brasileira. Visto que são usados métodos que se fundamentam em atividades monótonas que não estimulam a criatividade e o senso crítico dos discentes dessa etapa, visto que precisam no mínimo argumentar de forma coerente e escrever de forma coesa, tornando-os apenas repetidores de tarefas escolares.

Logo, compreender a metodologia usada em sala de aula e quais as principais dificuldades enfrentadas tanto por professores, quanto pelos alunos pode ser uma solução para tal imbróglio.



Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de mostrar a realidade dos discentes quando chegam ao Ensino Médio, principalmente quando chegam na série final dessa etapa; mostrar que o diferencial pode ser feito em sala de aula respeitando as diversidades; além de, tratar da relevância da disciplina de produção textual para o futuro acadêmico e profissional desse público.

Diante do exposto é nítido a relevância da discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação a produção textual no ensino médio, haja vista ser nessa etapa que começam a entender que a redação é o diferencial nas provas do ENEM e dos diversos vestibulares oferecidos no Brasil, logo é pertinente abordar a temática, a fim de que haja investimento e valorização das aulas de produção nas escolas públicas.

O presente trabalho, foi baseado em vários estudos teóricos, porém foi priorizado o estudo de campo, utilizando as produções realizadas pelos alunos dos terceiros anos do Centro Educa Mais Professor Guilherme de Açailândia-MA.

O trabalho é dividido em introdução com a apresentação do tema e seus objetivos principais, seguido do desenvolvimento que trás de forma explícita a necessidade de mudança e de priorização na inovação do ensino de produção textual, além de um anexo com amostras de produções textuais desenvolvidas pelos alunos do Ensino médio, sendo encerrado com a conclusão que traz as considerações finais do tema supracitado.

DESENVOLVIMENTO

Analisar e entender o resultado de produções de alunos que estão em fase de preparação para ENEM e vestibulares nos últimos anos tem ficado cada vez mais difícil, haja visto que escrever por vezes pode parecer uma tarefa fácil para algumas pessoas, no entanto, tem se mostrado uma tarefa difícil para alunos que estão na última etapa do ensino básico, Visto que, os exames oficiais comprovam essas dificuldades e a defasagem dos métodos utilizados. Assim, percebe-se que há diversas lacunas a serem preenchidas, dentre elas: o desinteresse profissional, métodos repetitivos e sem eficiência, defasagem na leitura dos alunos, falta de prática de escrita, alunos desmotivados, como também a falta de interesse dos discentes.

A priori, vale analisar o desinteresse de alguns profissionais. Desinteresse esse gerado por tantas mazelas no âmbito profissional que vai desde a falta de recurso para produzir aulas mais atrativas ao cansaço extremo pela extensa carga horária em sala de aula.

Outro fator importante, são os métodos utilizados por esses profissionais que se tornam repetitivos e mesmo observando a ineficiência desses métodos não procuram inovar. Sobre o ato de ensinar, Gomes (2015, p.2) ressalta:

O ato de ensinar é dinâmico, por isso, não segue modelos prontos. É necessário que o professor, com base em seus saberes técnicos, institua a dialética da sua prática, sempre se reportando às teorias e, se por ventura, elas resultarem ineficazes, o professor deve ser reflexivo, para que saiba estabelecer referenciais teóricos para compreender o processo em ação, o que é base do intelectual crítico-reflexivo.

Logo, observa-se que ensinar vai além do ato de repetição de métodos e conteúdo,

mas consiste em inovar, adequar os modos a cada turma e por vezes a cada indivíduo. Tudo isso, parece muito obvio, entretanto, não é o que se observa nas salas de aula, principalmente, em relação ao ensino de redação no ensino médio, pois esse ensino tem se limitado a atividades incoerentes para o que é cobrado nas provas de alto padrão.

Ademais, analisar o nível de leitura dos alunos do ensino médio é relevante, pois Segundo Kuenzer (2002, p.101), “ler significa em primeiro lugar, ler criticamente, o que quer dizer perder a ingenuidade diante do texto dos outros, percebendo que atrás de cada texto há um sujeito, com uma prática histórica, uma visão de mundo (um universo de valores), uma intenção”. Logo, nota-se a falta de criticidade dos alunos ao fazerem as leituras, sem objetivos específicos e sem um olhar direcionado para uma visão detalhada sobre os problemas sociais que serão eixos das produções futuras.

Outrossim, a falta de prática de escrita, a desmotivação e a falta de interesse têm gerado diversos problemas na aprendizagem e desenvolvimentos dos alunos. Nesse sentido não tem como desvincular leitura e escrita, no entanto, a leitura tem se tornado um método de decodificação e reprodução de informação, enquanto a escrita tem sido usada como uma forma de passatempo para copiar textos desconexo com o contexto de ponto de vista crítico e argumentativo corroborando com o aumento de dificuldade de produção dos alunos. Acerca da produção textual em sala de aula, Amaral (2010, p.77) diz:

A realidade de muitas práticas escolares tem mostrado que a produção escrita de textos – a chamada redação escolar –, geralmente, converte-se em um meio para verificação e a avaliação da aprendizagem de aspectos gramaticais e do domínio ortográfico, configurando-se como um mero exercício de escrita para o aluno. Uma atividade que se desenvolve, muitas vezes, em torno da solicitação de temas bastante repetitivos ou sobre os quais o aluno nada mais tem a acrescentar exemplo: “Minhas férias”), desvinculada, portanto, das práticas sociais de linguagem, restringindo-se ao espaço escolar, distanciando-se de uma produção textual articulada aos usos sociais da escrita.

De acordo com o autor as atividades de escrita que deveriam vir com uma proposta inovadora e desafiadora se torna em algo monótono e cansativo, por ser mais uma atividade que objetiva avaliar aspectos gramaticais e linguísticos e não o que é cobrado de fato nas avaliações externas de produção de produção textual.

O ensino de língua portuguesa, na atualidade, obedece a vários critérios, dentre eles a prescrição de normas e regras, no entanto, observa-se que a produção textual, objetivo maior desta pesquisa não é dada a devida importância e nem configura disciplina indispensável em sala de aula, prova disso é o que propunha o Novo Ensino Médio(NEM), gerando assim a defasagem atual de competências inerentes a produção de redação.

Observa-se pouca evolução em relação ao ensino de redação nas escolas públicas brasileiras, mesmo essa sendo na atualidade um dos pontos de mais relevância no ENEM, vestibulares e na maioria dos concursos públicos. Para Garcia (2006, p. 301) “aprender a escrever é, sobretudo aprender a pensar, aprender a encontrar ideias e a concatená-las, pois, assim como não é possível dar o que não se tem, não se pode transmitir o que a mente não criou ou não aprovionou”. No entanto, observa-se que um dos maiores problemas para o estudante do ensino médio é justamente o pensar e a ligação das ideias.

Diante disso, a escola busca desenvolver nos alunos diversas competências ao

longo da vida escolar, treinando leitura e escrita, porém só essas competências não são suficientes para alunos que terão que argumentar e ter conhecimento de mundo para criticar e solucionar situações solicitadas nas propostas de redação.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 1989, p. 9).

Logo, observa-se, que para o autor a leitura vai além da decodificação, o que concerne, justamente com o objetivo que é proposto para aprendizagem dos estudantes do ensino médio em relação a produção textual, ler com objetivo e criticidade para desenvolver o senso crítico na criação de suas teses.

Para aprofundar a discussão sobre esse tema, esta pesquisa tem o objetivo de mostrar a realidade dos estudantes ao ingressarem no Ensino Médio, principalmente quando chegam na série final dessa etapa, haja vista ser nessa etapa que começam a entender que a produção textual é o diferencial nas provas do ENEM e dos diversos vestibulares oferecidos no Brasil

Foram meses de observação e pesquisas realizadas, diferentes métodos testados em sala de aula, porém nenhum tão eficaz quanto a leitura e prática da escrita feita com metodologias preestabelecidas e direcionadas. Nos últimos dias tem sido observado e analisado a evolução dos alunos que chegam ao Ensino Médio, especificando os alunos do 3º ano no Centro Educa Mais Professor Guilherme Antônio Barbosa Maciel, na cidade de Açailândia-MA.

No início dessa pesquisa que foi feita mais como uma estratégia de avaliar a evolução da aprendizagem dos discentes durante o ano letivo, foi proposto uma produção textual(anexo) que deveria seguir o padrão dos grandes vestibulares e também do ENEM, sem nenhuma orientação, pois o objetivo da atividade era observar o grau de aprendizagem e em cima dessa proposta planejar as ações que seriam desenvolvidas no decorrer do ano letivo. Cada atividade foi analisada individualmente, no entanto, os resultados não foram muito satisfatórios, durante os sete meses de pesquisa, tornou-se cada vez e a cada produção mais evidente o aumento da dificuldade dos alunos ao chegam no terceiro ano do ensino Médio em relação a produção textual, e diante de tanta dificuldade, foi decidido propor novas metodologias para melhorar esses resultados. Vários métodos foram usados, mas ficou perceptível que esse problema tem que ser tratado desde a base. Logo, Menegassi (2007), disse:

É leitor e coautor do aluno, mostrando a necessidade de a escrita envolver momentos diferentes, como o planejamento, a execução, a revisão e a reescrita. Estas duas últimas, especialmente, despertam no aluno a consciência de que escrever é trabalhar, que as mudanças na escrita não são apenas no aspecto superficial, mas também em sua estrutura interna e discursiva, considerando-se as condições de produção do texto.

Nesse viés, fica evidente que o ato de produzir exige disciplina, interesse e clareza de objetivos e que a leitura e reescrita é tão importante quanto o ato de começar a primeira escrita. Logo, observou-se durante esse período de pesquisa que o ensino de redação vai além das estratégias cotidianas usadas em sala de aula, que exige habilidade e bom senso

para desenvolver nos alunos competências que serão exigidas no fim do ensino Médio e na vida profissional dos educandos. Diante disso o ensino de produção textual deve vir acompanhado de significado e inovação, e deve promover interação entre os alunos, pois, como afirma Bonini (2002) “O produtor de textos (ainda essencialmente escritos) não é visto mais como um assimilador de regras, mas como alguém que precisa desenvolver uma capacidade textual, fundamental para que ele seja um comunicador.”. principalmente quando essa produção tem o objetivo de defender uma tese e provar a capacidade do discente em estar preparado para a vida adulta.

Com base nos objetivos que foram definidos, foi feita uma pesquisa de campo descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, em que se considerou o método hipotético-dedutivo. Essa pesquisa foi realizada no Centro Educa Mais Professor Guilherme Antônio Barbosa Maciel, localizada na cidade de Açailândia-MA.

A pesquisa aconteceu com uma amostra formada por alunos de três turmas de terceiro ano do Ensino Médio (3º anos) priorizando as produções do ano letivo de 2023, nos meses de fevereiro a setembro.

A coleta de dados teve como instrumento as produções iniciais e do decorrer dos bimestres do ano letivo, os exemplos da evolução está em anexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram tratados de maneira sintetizada os fatores que dificultam a sistemática da produção textual em sala de aula principalmente no último ano do Ensino Médio. Foi destacado os principais problemas, desde a responsabilidade dos docentes a falta de interesse e desmotivação dos discentes. Foi observado que quando se trata da disciplina de produção textual no terceiro ano do Ensino médio, há um grande entrave, visto, o tamanho da responsabilidade que a mencionada disciplina tem em relação as provas externas. Logo vários problemas foram levantados. No entanto, também foi visto que é sim, possível tornar essa etapa, significativa e relevante com uma aprendizagem prazerosa que proporcione no aluno um olhar diferenciado sobre a disciplina, através de aulas com objetivos definidos, e que o segredo para uma boa escrita, exige o ato da leitura permanente e o hábito de escrita, revisão e reescrita. Portanto, percebe-se que é possível alcançar os objetivos preestabelecido, no entanto exige uma grande parceria e responsabilidade, tanto do sistema/professores, quanto dos alunos que precisam “acordar” para a importância da redação em suas vidas. Logo é necessário exigir que as escolas olhem de forma diferenciada para essa disciplina e que ao fazerem o mapeamento dos docentes, o façam com critérios assertivos, para que assim, haja uma aprendizagem significativa e que a função da disciplina de produção textual, seja de fato alcançado com mérito e êxito.

REFERÊNCIAS

BONINI, A. **Metodologias do ensino de produção textual**: a perspectiva da enunciação e o papel da psicolinguística. Academia de ensino superior. 2002. Disponível em: <http://hermes.ucs.br/cchc/dele/ucs-produtores/pages/artigos/bonini>

BULLA, G. S.; SILVA, M. B. **Escola, multiletramento e tecnologias na aula de Língua Portuguesa**: Reflexões a partir de um projeto sobre Youtubers. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1984-1997, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10592/6935>. Acesso em: 11 set. 2023

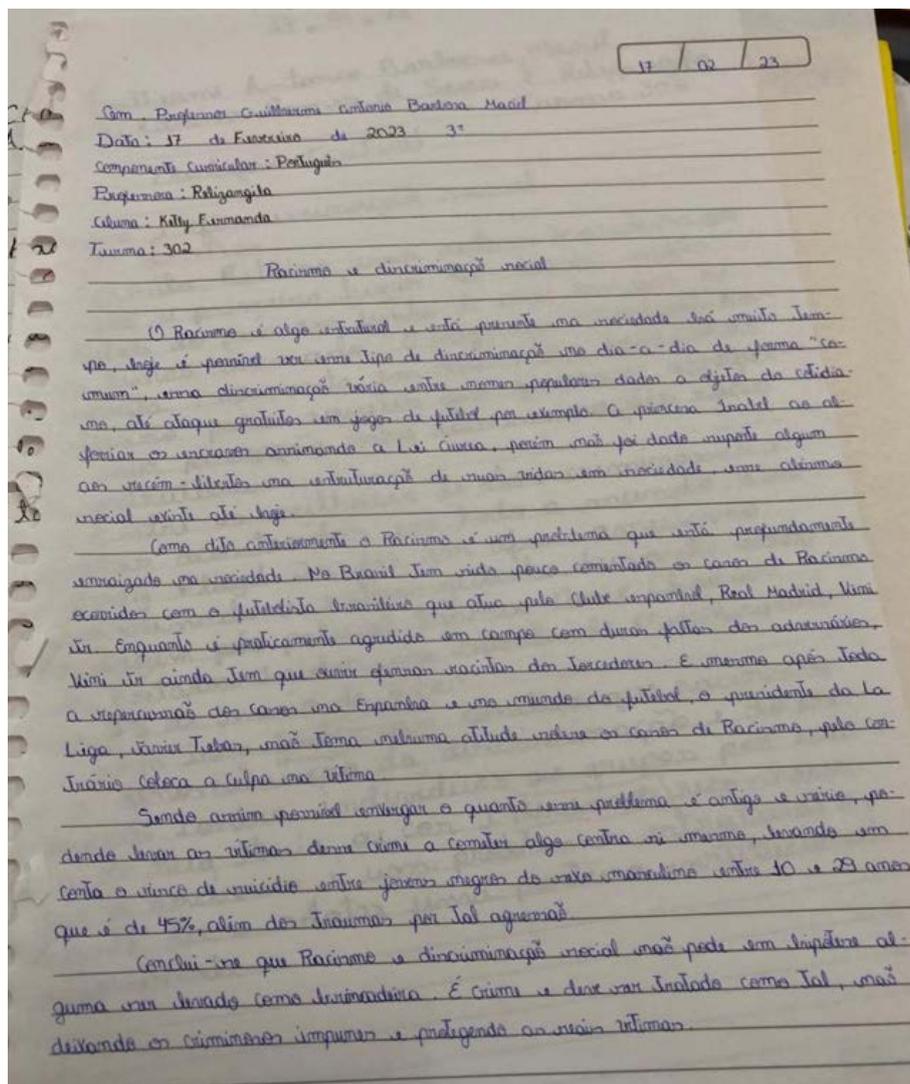
FREIRE, Paulo. **A Importância Do Ato De Ler**. Autores Associados: Cortez, São Paulo, 1989, p. 9 - 14.

GARCIA, J. N. **Manual de dificuldades de aprendizagem**: linguagem, leitura, escrita e matemática. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016

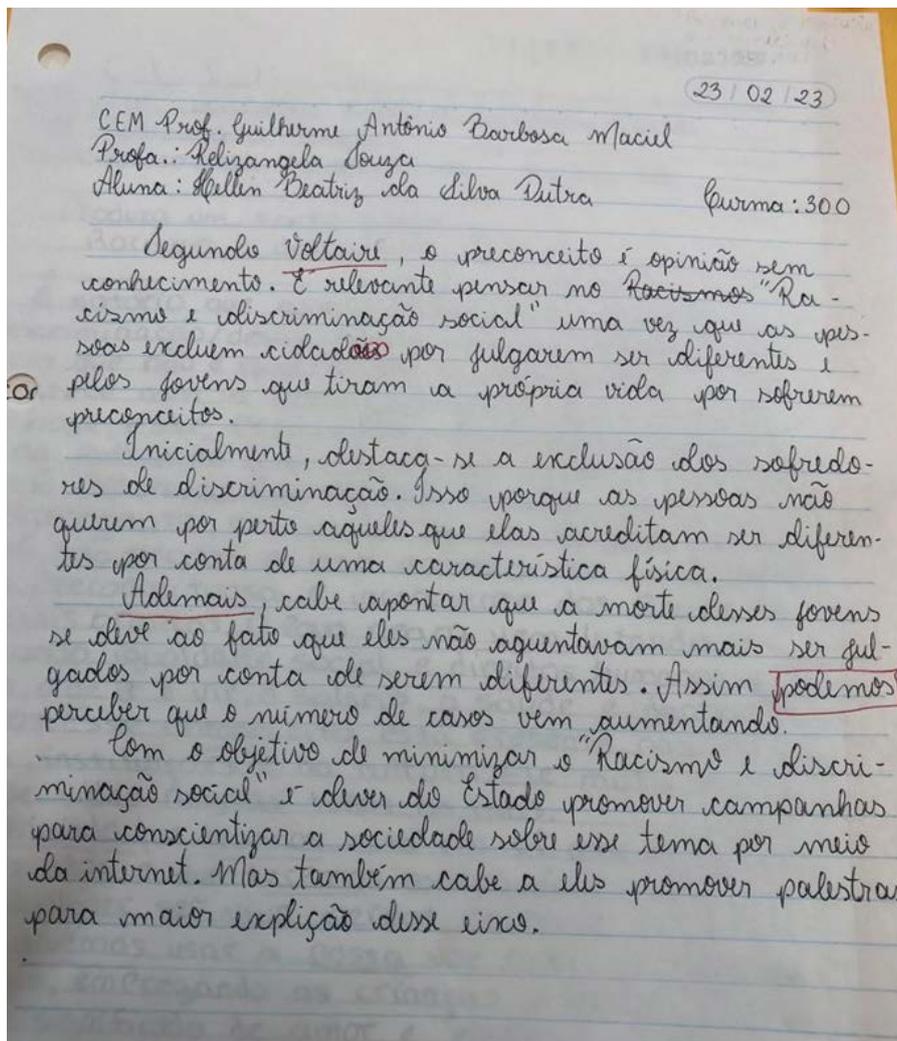
KUENZER, Acácia (Org.). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3ª ed. Cortez, 2002.

MENEGASSI, J.R; OHUSCHI, M.C.G. **O aprender a ensinar a escrita no curso de letras**. In: Atos de pesquisa em educação. v. 2, nº 2, p. 230-256, maio/ago. 2007.

ANEXOS



1ª produção: Aluna Ketli turma 302



1ª produção/ Aluna: Hellen Beatriz- Turma: 300

Contexto + tema

02 *Estudo o Iluminismo, entende-se que uma sociedade se progredirá*
 03 *quando um se mobiliza com o problema de outros. No entanto, quando desvi-*
 04 *ou-se o impacto do flikflak no comportamento dos jovens, há demasiadamente perigosa*
 05 *o que é essencial iluminista se é centrado na teoria não desajustadamente na*
 06 *prática. Portanto, é válido debater as causas e as consequências desse problema*
 07 *flikflak pelos jovens. precisa-se saber a que causa o grande uso de*
 08 *as que já trabalharam em algumas empresas de redes sociais falando que*
 09 *o desfecho da empresa é fazer com que as pessoas fiquem viciadas no que elas us-*
 10 *tão vendo ~~uma~~ vídeos, enquanto um jovem fica assistindo vídeos do flik-*
 11 *flak, há o envio de dopamina para o seu cérebro fazendo com que ele fique*
 12 *feliz, dificultando, assim, a chance dele deixar de assistir esses vídeos. Portanto,*
 13 *é inadmissível que esse cenário caótico continue a persistir.*
 14 *Ademais, é de suma importância destacar as consequências do uso*
 15 *para o melhor entendimento dos impactos do flikflak no comportamento*
 16 *dos jovens. Conforme Murácho, nada é permanente, exceto a mudança. ~~Por~~*
 17 *isso, as pessoas não querem parar de usar as redes de forma excessiva,*
 18 *causando muitos problemas, como a ansiedade e a ansiedade, que acabam desen-*
 19 *volvendo o déficit de interesse em realizar atividades cotidianas muito*
 20 *importantes - como a concentração nos estudos - no vida dos jovens. Logo, a so-*
 21 *ciedade precisa precaver como minimizar essa mácula.*
 22 *Portanto, para mitigar os impactos gerados no comportamento dos*
 23 *jovens pelo uso excessivo do flikflak, ~~é~~ ^{deve} ~~o~~ ^{dever} ~~de~~ ^{de} ~~trabalhar~~ ^{em} ~~conjunto~~ ^{com} ~~as~~
 24 *redes sociais ~~para~~ ^{com} ~~empresas~~ ^{para} conscientizar o perigo dos riscos des-*
 25 *se comportamento e gerar um mecanismo que limite o tempo de uso nas*
 26 *redes. É cabe aos responsáveis das crianças e dos jovens ~~des-~~*
 27 *delimitarem e delimitarem os vídeos assistidos, ~~para~~ ^{para} ~~evitar~~ ^{evitar} ~~que~~ ^{que} ~~eles~~ ^{que} ~~vejam~~
 28 *vídeos inadequados. Portanto, assim, será possível diminuir os impactos*
 29 *causados pelo uso excessivo do flikflak.***

Elementos da Conclusão

Conjunções

RESERVADO AO CORRETOR

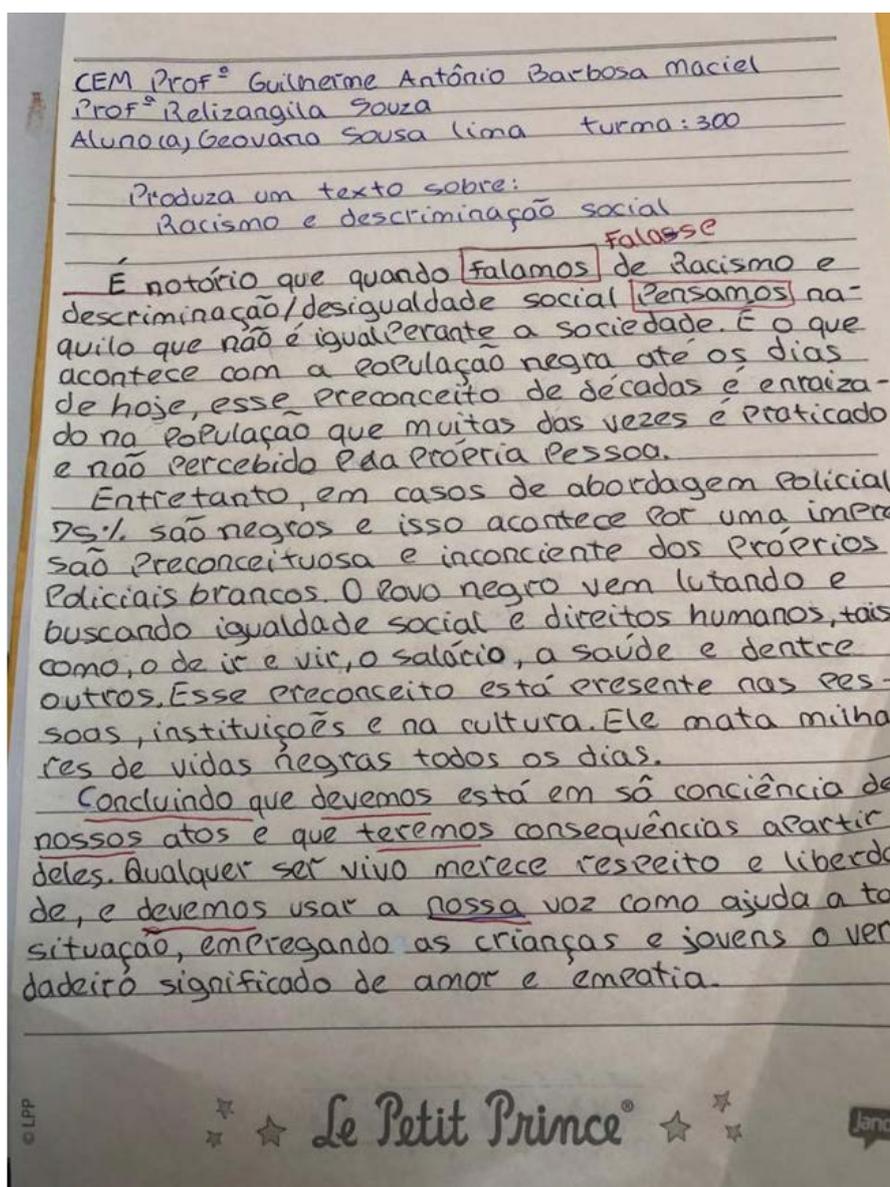
Competências	Pontos	Níveis	INSTRUÇÕES
I		0 1 2 3 4 5	1. Preencha o seu nome e assine nos locais apropriados. 2. A transcrição da sua redação deve ser feita preferencialmente com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. 3. Em nenhuma hipótese, haverá substituição desta folha por erro de preenchimento do participante. 4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque com um único traço e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. Lembre-se: parênteses não podem ser usados para tal finalidade. 5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens. 6. Não será permitido utilizar material de consulta. 7. Não será permitido o empréstimo de qualquer material entre os participantes. • Atenção: A redação será corrigida a partir de 8 linhas.
II		0 1 2 3 4 5	
III		0 1 2 3 4 5	
IV		0 1 2 3 4 5	
V		0 1 2 3 4 5	
Total			
Media (Nota Final)			

CORRETOR

Nome _____

Data: ___/___/___

Redação do 3º período/Aluna Hellen Beatriz-turma: 300



1ª redação/Aluna: Geovana- Turma :300

Segundo Albert Einstein "O espírito humano deve perceber-se o impacto das redes sociais no comportamento de jovens, em grande ênfase a rede social TIK TOK que vem se agravando bastante, assim, causando problemas que devem ser feitos para amenizar o impasse.

Em primeiro lugar, quando algo ou alguma coisa vicia a dependência é porque já passou do controle do indivíduo sobre quando parar o uso, causando mau hábito. Assim, a dopamina do nosso cérebro fica desregulada e descontrolada dominando a pessoa a consumir mais do que conteúdo imposto através do algoritmo do TIK TOK que busca impor conteúdos desejáveis e viciantes. Logo, trazendo malefícios para a vida das pessoas para que elas fiquem presa no aplicativo.

Em segundo lugar, a alienação das pessoas amplia mais essa problemática já que com a falta de senso crítico e mente aberta, essas mesmas são seu próprio obstáculo. Ademais, o TIK TOK é um sistema programado para a sociedade se viciar a cada vídeo que passa, é um estímulo diariamente que prejudica a rotina dos cidadãos. Segundo Steve Jobs "A tecnologia move o mundo" mas será que o TIK TOK está movendo ou está parando o mundo? Então, o Governo precisa urgentemente acabar com isso.

Dessarte, o Estado - órgão de poder autoritário - deve impor por meio do Ministério da Educação profissionais da área da saúde mental para que eles passem dá um choque de realidade nos jovens sobre o que está em jogo na vida deles. Logo, para assim ter uma vida mais saudável.

RESERVADO AO CORRETOR

Competências	Pontos	Níveis
I	160	0 1 2 3 4 5
II	200	0 1 2 3 4 5
III	200	0 1 2 3 4 5
IV	200	0 1 2 3 4 5
V	200	0 1 2 3 4 5
Total	960	
Média (Nota Final)	Parabéns!	

INSTRUÇÕES

1. Preencha o seu nome e assine nos locais apropriados.
2. A transcrição da sua redação deve ser feita preferencialmente com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Em nenhuma hipótese, haverá substituição desta folha por erro de preenchimento do participante.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque o texto com uma única linha e recomece, não rasque, e respeite o espaço em branco. Lembre-se: parênteses não podem ser usados para delimitar ideias.
5. Não será aceito qualquer tipo de assento em local indevido. Respeite integralmente as regras.
6. Não será permitido utilizar material de consulta.
7. Não será permitido o empêxito de qualquer material entre os participantes.

Atenção: A redação será corrigida a partir de 8 linhas.

CORRETOR

Nome _____

Data: ___/___/___

Redação do 3º período/Aluna: Geovana-turma: 300

Escola: instituição baseada em (fatos) afetos reais

Carlos Henrique Barbosa Rozeira

Professor e Psicólogo Clínico. Graduado em Psicologia (UniRedentor). Pós-Graduado em: Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico (UNIBF); Terapia Cognitivo Comportamental (UNIBF); Psicologia Escolar e Educacional (FACUMINAS); Psicologia Forense e Jurídica (FACUMINAS); Gestão Educacional Integrada: Admin., Supervisão, Orientação e Inspeção (ISEAC); Docência da Educação Básica (REDENTOR); Docência do Ensino Superior (UNIVES); Neuropsicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar (FAMART). Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

João Paulo Gonçalves Ferreira

Professor do Ensino fundamental II e Ensino Médio (SEEDUC-RJ). Graduado e Licenciado em Ciências Biológicas e da Saúde. Pós-graduado em Microbiologia e Ensino Religioso. Mestrando em Ensino pela Universidade Federal (UFF)

Jonce de Oliveira

Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Supervisor Pedagógico. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais UFMG. Mestrando em Ensino pela Universidade Federal Fluminense UFF

RESUMO

A relevância da dimensão afetiva na educação frequentemente é subestimada em detrimento da ênfase nos aspectos cognitivos e técnicos do conhecimento. No entanto, a escola é uma instituição permeada por vínculos emocionais genuínos. O presente estudo visa sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância dos afetos, das relações interpessoais e do diálogo aberto como elementos fundamentais para a criação de um ambiente educacional inclusivo e respeitoso. Além disso, busca fomentar uma abordagem crítica e reflexiva em relação a questões sociais complexas, como o racismo, a discriminação de gênero e a intolerância religiosa, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora. A metodologia adotada baseou-se na análise de literatura científica e em textos disponíveis na internet relacionados à temática, os quais se entrelaçam com as experiências dos autores, que atuam em diferentes unidades escolares, situadas em municípios e estados diversos. A partir desse embasamento, realizou-se uma análise histórica das leis brasileiras voltadas para a promoção da diversidade cultural e do respeito étnico-racial, bem como discutiu-se o papel da escola na promoção da igualdade e no combate à discriminação. Destaca-se a necessidade de os profissionais da educação engajarem-se ativamente na mudança de práticas discriminatórias e na promoção de um ambiente inclusivo. Para lidar com a violência nas escolas, é essencial adotar uma abordagem abrangente, que leve em consideração aspectos pedagógicos, sociais, políticos e emocionais que permeiam o contexto educacional.

Palavras-chave: educação; afetividade; relações interpessoais; inclusão; diversidade; discriminação; igualdade; respeito étnico-racial; violência escolar.



INTRODUÇÃO

Somos seres frágeis e para nossa sobrevivência necessitamos um dos outros. As reações emocionais e cognitivas que experienciamos quando nos conectamos às pessoas são elementos determinantes para nossa felicidade, sucesso e futuro. Por necessidade, evoluímos como seres sociais. No passado, os homens das cavernas perceberam que a sobrevivência estava relacionada à vida em grupo, o que levou à expansão dos laços afetivos entre os indivíduos (Antunes, 2008). Apesar do fato de vivermos em uma época com tanta ciência e tecnologia, nada substitui a premissa ancestral, mas incluímos a estratégia de criamos, além do grupo familiar, um outro grupo denominado de instituição escolar.

Temos a escola como um dos primeiros espaços de socialização, em que adquirimos conhecimentos e habilidades que serão úteis ao longo de toda a vida. Além disso, permite estabelecer relações interpessoais, desenvolver habilidades socioemocionais e construir valores éticos e morais. No entanto, conforme diz Antunes (2008), desde o início da história da educação, a relação entre escola e aluno foram e continuarão sendo motivo de preocupação, visto que os sentimentos derivados dessa relação, tornam-se um mecanismo fundamental para a sobrevivência da humanidade. Talvez seja “forte” demais essa ideia de atribuir a interação com a escola um requisito de sobrevivência, mas sendo ela um lugar de construção de caráter, junto com família, há de produzir cidadãos tolerantes, que saibam respeitar as diferenças e o lugar do outro no mundo, sabendo lidar com todas as emoções, desde as mais básicas como alegria e tristeza, como também as complexas como amor, raiva e medo.

É óbvio que a escola deveria ser uma instituição que exerce um papel fundamental na formação do indivíduo e na sua inserção na sociedade. No entanto, muitas vezes, o foco da escola está em aspectos cognitivos e técnicos do conhecimento, deixando de lado a dimensão afetiva do processo de aprendizagem. Ainda que seja importante o desenvolvimento de habilidades e competências, a escola não pode se esquecer de que é uma instituição baseada em afetos reais.

A grande questão é: Em que medida as relações afetivas não bem resolvidas na escola podem deixar marcas eternas na vida dos estudantes, afetando seu desenvolvimento socioemocional e relações interpessoais no futuro? Trata-se de uma violência escolar? É um assunto complexo por pertencer a um nível alto de subjetividade, mas torna-se objetivo quando olhamos para o chão de nossas escolas e percebemos que é uma realidade cotidiana. Infere-se que é verdade porque temos a tendência de reproduzir o que aprendemos, ou seja, o que é aprendido na escola, seja de forma pedagógica ou psicológica, é reproduzido fora de suas paredes. É óbvio que também há um inverso: é na escola que se “explode” toda cultura e ideias sociais que estão fora de seus muros. Como seria a escola uma instituição ideal?

A escola ideal seria aquela que proporciona um ambiente saudável, criativo e produtivo, onde a cultura e o conhecimento são elementos fundamentais, e a reflexão e a investigação são recursos essenciais. Todos os envolvidos - professores, diretores, orientadores e alunos - estariam comprometidos com essas tarefas, privilegiando um lugar de excelência, sabedoria, descobertas e aprendizagens. No entanto, a realidade é outra. A escola está doente de afetos, de relações socioemocionais e o sintoma é a indisciplina.

Em muitas escolas, a indisciplina é um sintoma claro de um problema. A indisciplina pode ser entendida como uma quebra das normas e regras protegidas, tanto explicitamente em regulamentos formais quanto implicitamente na prática cotidiana da escola (Libâneo, 2011). Uma escola ideal não é aquela que não tem indisciplina, mas sim aquela que reconhece que a indisciplina é um sintoma de problemas mais profundos e que busca solucioná-los de forma proativa e participativa (Veiga-Neto, 2003). Só temos que lembrar o seguinte: quando nos referimos a indisciplina, falamos daquela que ultrapassa a relação escola-aluno, mas de toda política educacional.

Dentro de todo esse contexto, vale lembrar que se tratando de política educacional, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um documento que estabelece as diretrizes para a educação básica no Brasil, desde a educação infantil até o ensino médio. Entre os objetivos da BNCC está o de proporcionar uma educação que contemple não só os aspectos cognitivos, mas também os socioemocionais (Brasil, 2018).

Um dos objetivos da escola é preparar seus alunos para o mundo e para a vida adulta, propondo-lhes recursos para terem habilidades, conhecimentos e valores necessários para serem cidadãos ativos e bem-sucedidos. Por isso, a escola é um lugar de vivências e afetos. Constituiria em utopia querer que dentro dos seus muros não acontecessem situações violentas. De fato, a sociedade sempre foi violenta e não seria dessemelhante na escola. Entretanto, as situações que acontecem nos espaços de educação deveriam ser aproveitadas como recursos pedagógicos para ensinar os estudantes quanto às atitudes corretas a serem tomadas, prevalecendo o respeito.

Quando ponderamos sobre mundo violento, temos que lembrar que a propagação do discurso de ódio e da violência nas escolas foram intensificadas com a mesma rapidez com que a internet e suas redes sociais se estabeleceram. A facilidade com que opiniões, ideias e sentimentos são expressados sem empatia é inimaginável e acontece com uma velocidade sem precedentes.

No entanto, Saviani (2010) ressalta que a violência nas escolas também está relacionada a fatores como a exclusão social, a desigualdade econômica, a falta de investimentos em políticas públicas e a falta de formação e valorização dos profissionais da educação. Ele argumenta que, para enfrentar a violência nas escolas, é preciso adotar uma abordagem integral, que leve em consideração não apenas as questões pedagógicas, mas também as sociais, políticas e sentidas que vivenciaram o contexto educacional.

Dentro desta temática, veremos neste capítulo o espaço da escola contemporânea como local de produção de múltiplos afetos e conhecimentos, ponderando diferenças e consequências diante das fragilidades emocionais, psicológicas e cognitivas dos discentes. Por haver uma gama de perspectivas, consideramos nesta pesquisa aspectos relacionados a estereótipos de gênero, sexualidade, religiosidade e preconceito.

Trata-se este texto de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, evocando conceitos e informações da literatura científica sobre escola e suas relações afetivas, desenvolvimento socioemocional no ambiente escolar, violência escolar, violência e política educacional, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sexualidade, estereótipos de gênero, religiosidade e preconceito. Uma temática sempre atual, que merece ser estudada

em vários campos do saber, perpassando principalmente pela pedagogia, psicologia, filosofia, assim como por todos aqueles que interessam em construir uma educação no Brasil de forma mais efetiva pautada em corroborar com os direitos humanos.

A importância dos afetos na construção de uma escola inclusiva

A escola constitui numa instituição que tem como principal meta a educação e formação de indivíduos capazes de compreender o mundo em que vivem e se inserirem de forma crítica e consciente na sociedade. No entanto, o processo de ensino muitas vezes é prejudicado pela falta de conexão entre os fatos e os afetos presentes no ambiente escolar.

É importante compreender que os alunos não são apenas receptores passivos de informações (Freire, 2013), mas sim seres humanos complexos de emoções, sentimentos e necessidades afetivas que devem ser considerados na prática pedagógica.

As relações afetivas são fundamentais para o desenvolvimento socioemocional de todas as pessoas e têm um papel importante no processo de aprendizagem (Souza e Santos, 2019). Assim, para melhorar o processo de ensino é necessário, além da transmissão de conhecimentos, a criação de vínculos afetivos entre professor e aluno. O afeto é um componente fundamental para a aprendizagem, pois cria um ambiente favorável ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. É necessário que a escola seja um espaço onde os alunos sintam-se acolhidos e valorizados, onde possam expressar suas ideias e sentimentos livremente e serem respeitados em sua diversidade.

Além disso, é preciso que os fatos apresentados em sala de aula sejam conectados com a realidade dos alunos e com suas experiências de vida. O ensino deve ser significativo e relevante para que os alunos se sintam motivados e engajados no processo de aprendizagem. É fundamental que os conteúdos sejam apresentados de forma clara e objetiva, utilizando recursos didáticos que facilitem a compreensão e despertem o interesse dos alunos.

Gatti, Barreto e André (2010) destacam que a escola é um ambiente importante para o desenvolvimento socioemocional, vez que oferece possibilidades de experiências sociais. No entanto, quando essas experiências são negativas, podem gerar traumas e afetar o desenvolvimento social e emocional dos estudantes.

Quando as relações afetivas na escola são problemáticas, seja por meio de conflitos interpessoais, bullying ou discriminação, os estudantes podem experimentar sentimento de rejeição, solidão, insegurança e baixa autoestima. Esses sentimentos podem afetar negativamente a forma como eles se percebem e interagem com os outros, com violência, resultando em dificuldades para estabelecer e manter relações saudáveis, não só no presente, mas no futuro (Bock, 2016).

Por isso a escola deve ser um espaço inclusivo e plural, onde todas as formas de expressão e manifestação sejam respeitadas e acolhidas. Isso significa que temas sensíveis e muitas vezes negligenciados, como sexualidade, discriminação racial e religiosidade, devem ser abordados de forma responsável e esclarecedora, com a finalidade de contribuir para a saúde física e mental dos estudantes, ao invés de contribuir para a violência.

Segundo Prado e Silva (2017), a violência escolar pode ser definida como qualquer comportamento ou ação que prejudica o bem-estar, a integridade física ou psicológica dos estudantes. A violência escolar pode afetar significativamente o desempenho acadêmico dos estudantes, aumentando o risco de evasão e prejudicando seu potencial de realização. Também pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático (Barbosa *et al.*, 2019).

É importante que a escola esteja aberta a diálogos e reflexões que possam contribuir para o aprimoramento do processo de ensino. A participação dos alunos, pais e comunidade escolar é fundamental para a construção de uma educação de qualidade e para a formação de cidadãos críticos e conscientes. É preciso que a escola seja um espaço de troca, cooperação e aprendizado mútuo, onde os afetos e os fatos estejam em constante diálogo.

O papel da escola na construção da identidade racial: reflexões sobre a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar

Quando falamos de fatos e afetos na escola, deveria surgir no nosso pensamento a ideia de paz, amizade e amor, no entanto o que prevalece são questões de desordem, incluindo rigidez, discriminação e preconceito.

A palavra preconceito já não serve mais para definir as tentativas de machucar, diminuir e exterminar o outro. O vocábulo preconceito tem por significação uma ideia ou opinião formada precipitadamente, ou seja, sem conhecimento. O que temos circulando em nossa sociedade com relação à população negra e sua cultura é racismo, racismo estrutural. José Bonifácio estadista, naturalista e poeta brasileiro, na primeira Constituinte de 1822 a 1823, apresentou um documento que nele ele dizia, “No Brasil uma coisa é o escravo, outra coisa é a cor do escravo” (Cardoso, 2022). Assim, é também a cor do escravizado que aponta onde ele vai morar, e em qual condição, como será tratado, qual será a sua escolarização, o trabalho que lhe é ofertado, quanto receberá por ele, que lugares poderá frequentar, em suma, praticamente norteará a sua vida, “a cor indelével”.

Uma luta cotidiana, ancestral por sobrevivência que tem início desde a chegada do primeiro navio “tumbeiro” nas terras brasileiras. De lá para cá, nada foi linear em se tratando de conquista e luta por direitos, “um passo à frente, uns ‘punhados’ para trás”. Cabendo uma constante vigília das atitudes/ações racistas. Para o advogado, filósofo e professor doutor Sílvio de Almeida, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, o racismo (e não “preconceito”) é estrutural, sendo reproduzido nas esferas política, social e econômica. Ele se manifesta e se fortalece cotidianamente em uma “piadinha”, no estereótipo, na demonização das religiões de matriz africana, nas agressões e morte de negros/as, na não permanência na escola, nos empregos com os mais baixos salários, entre outros.

A escola ocupa um papel de centralidade na vida das pessoas, mesmo aqueles que dela foram expulsos, a ela se recorrem para que ela conduza o seu maior tesouro, o seu filho ou filha, pois já entenderam e faz tempo, que só através dela, conquistarão a tão desejada ascensão cultural e social. É nela também, que você descobre que é “neguinho ou “neguinha” que dependerá de uma professora “fada madrinha” para te defender dos ataques racistas, dos olhares de reprovação, da falta de par na hora da dança, do não poder

ser anjo na coroação do mês de maio (mês dedicado a homenagear Maria Santíssima, a mãe de Jesus), não estar nas melhores turmas (geralmente a turma 1 ou a turma A, ou da “melhor tia”).

Nascimento (2018) narra com precisão e propriedade sobre o estar em meio aos brancos numa sala de aula, ser a coitadinha, a queridinha por ser diferente/exótica próxima, a criança que você deve ter piedade, solidariedade, pois já se sabe de onde ela veio e provavelmente que rumo tomará na vida. Como se tudo em sua vida já estivesse pré-determinado e sabido por todos. E na tentativa de mudar o que já está posto tenta-se permanecer na escola acreditando que a certificação/socialização/conhecimento ofertado pela instituição diminuirá ou acabará com a dor que insiste em fazer morada te fazendo lembrar o tempo todo que você foi marcado pela cor que te expõe a todos os perigos de uma sociedade racista. Beatriz Nascimento (2018) acreditava que um dia na escola:

Não seria mais zombada, que aquele medo ia passar, que os olhares hostis, as piadinhas, as demonstrações de desprezo ou indiferença, como se eu não existisse ali como as outras pessoas, fossem somente por causa da minha condição de menina pobre de subúrbio. Já nessa época me perguntava o porquê daquela preocupação em igualar-se aos brancos. Por que, de vez em quando um professor vinha e falava da aceitação do negro pelo branco, e se dava ares de profeta? O que havia errado e destoante por ser de outra cor? (Nascimento, 2018, p. 246).

Será que há ainda hoje na escola crianças querendo ser brancas, negando sua origem e despertencendo ao corpo negro? Sim, vergonha e medo se reproduzindo em todos os espaços/tempos escolares. Com isso, têm pouco ou quase nenhum desempenho, muitas não conseguem dominar a leitura e a escrita, não realizam as atividades, são “indisciplinadas” ou apáticas e as famílias são convocadas em reuniões bizarras (reunião de pais) a se encolherem diante de tudo que é falado de sua criança/estudante, ficando às vezes, sem entender como na escola ela se comporta de maneira tão estranha.

E a pergunta é, quem gostaria de ser negro/negra, principalmente de pele retinta no Brasil hoje, em um país que a maioria da população é “mestiça”, mas que a aceitação/permanência/acolhimento e direitos são garantidos pela cor da sua pele que deve ser embranquecida/clareada? Pois se você é “moreno”, quer dizer, a sua tonalidade de pele se aproxima do branco, o sofrimento é menor. Assim, existe uma hierarquia para as tonalidades de pele. O que faz com que os/as “marcados/as” se movimentem usando variadas táticas para desviarem do dardo que busca seu alvo em todos os lugares.

Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03 que regulamenta um espaço ainda que restrito, a inserção da cultura africana no cotidiano escolar. Na mesma linha de pensamento, em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. De forma similar, em 2008, aconteceu uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, por meio da Lei 11645, que orientou incluir nos currículos da Educação Básica Brasileira a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A qual deve ser respeitada, dando oportunidade a outros sujeitos de se manifestarem. Será que a Lei por si só legitima esse direito?

De certo que a lei por si não legitima esse direito, o que determina e provoca essa mudança é a atuação / participação de todos os envolvidos. Gomes (2000) nos aponta que é na escola, um espaço privilegiado, que a superação do racismo e das práticas

discriminatórias são superadas. Partindo desse pressuposto, o que tem sido feito no chão da escola para que aconteçam mudanças relevantes que realmente contribuam para uma melhora na vida das pessoas? Como os profissionais que lá atuam trabalham essa pauta tão urgente? Como interromper anos de práticas de cunho discriminatórias?

A escola sempre será um espaço onde acontece também o ensino e a aprendizagem, um lugar que contribui efetivamente com a formação do sujeito. Assim, compete a ela valorizar o sujeito com as suas vivências apostando na variedade cultural para o crescimento de todos os envolvidos no processo tendo como base das relações, o respeito. Segundo Araújo:

A cultura deve ser entendida como a maneira como os homens se comportam diante do cotidiano que se impõe à vida: como conquistam seu alimento, como moram, como lidam com o nascimento e a morte, como se vestem, dançam, cantam, como rezam, como amam (Araújo, 2003, p. 7).

Paulo Freire (2003) nos ensina que aceitar as diferenças e ouvir o outro é imprescindível para uma dialógica relação. “Se o professor independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política não incorpora à sua prática tal proposta, não contribui para a melhora do sistema de ensino brasileiro” (Freire, 2003). A escola tem que ser aberta ao diálogo, sem barreiras, pronta para trabalhar as suas carências e emergências. Contando com a participação de toda a comunidade escolar (estudantes, professores e demais funcionários, pais, mães e cuidadores).

Precisamos de professoras e professores e não de “tias” e “tios” nas creches e no Ensino Fundamental pois elas/eles terão consciência de classe e entenderão o quanto é importante o seu papel no e com o mundo, sabendo que suas atitudes podem mudar a vida de seus estudantes para melhor. Que a suas ações provocarão uma mudança de paradigmas, uma ruptura com a reprodução. Não dá mais para “brincar de escolinha” e fingir que nada está acontecendo, O mundo precisa mudar e essa mudança também atravessa a escola com toda a sua magnitude.

Para estabelecer a diferença entre “professora” e “tia” buscamos em Paulo Freire o entendimento, para ele a professora pode ser tia de seus sobrinhos e a tia pode ser também uma professora. O que não significa que a professora se transformará na tia dos seus alunos e que a tia vire a professora de seus sobrinhos. O ensinar é uma profissão de grande relevância que envolve militância, conhecimento, ciência, ousadia, paixão de conhecer. Mas será que as “tias” / “tios” querem deixar de ser cuidadoras/res? Até que ponto sairão da sua zona de conforto, que lhes proporciona uma falsa tranquilidade e calma para se posicionarem na trincheira, lutando pelos seus direitos e por uma melhora da sociedade?

O ensino religioso como área de conhecimento na Educação Básica: valorização da diversidade sociocultural e combate à intolerância

A escola deveria ser um espaço de convivência e aprendizado que deve acolher e acompanhar a diversidade cultural e religiosa de seus alunos. No entanto, no Brasil, a questão da percepção religiosa é uma realidade que pode afetar o ambiente escolar, provocada em uma “escola perdida” na cultura multirreligiosa do país.

A diversidade religiosa no Brasil é imensa, com várias crenças e práticas religiosas

diferentes coexistindo no mesmo espaço. No entanto, muitas vezes, a escola pode ignorar ou menosprezar essa diversidade, impondo uma visão religiosa única ou tratando algumas religiões de forma marginalizada.

Isso pode levar a situações em que alunos são discriminados ou excluídos por causa de sua religião, sofrendo bullying ou sendo alvo de preconceito por parte de colegas ou até mesmo de professores. Além disso, a falta de respeito pela diversidade religiosa pode levar a uma educação limitada e não representativa da diversidade cultural do país.

O povo brasileiro tem na religiosidade uma das características mais marcantes. Podemos observá-la sobre a óptica em decorrente das diferentes religiões frequentadas na sociedade brasileira, e por outro lado, como o modo de ser de alguns indivíduos, mesmo que não professem uma religião específica. Assim, a religiosidade constitui-se como uma forma de expressão cultural no Brasil (Corrêa, 2008).

Neste sentido, no que se refere à religiosidade, podemos destacar o art. 216 da Constituição Federal, quando discorre sobre os bens materiais e imateriais:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver (Brasil, 1988).

Nesta premissa, entende-se que a religiosidade é considerada patrimônio por ser uma manifestação cultural de natureza imaterial. Ela infere-se à identidade de grupos presentes na sociedade brasileira, objetivada por diversas formas de expressão. Assim, diz-se que a religiosidade colabora para que os sujeitos que a têm como princípio de vida cultivam-na por meio de diferentes maneiras de criar, fazer e viver. Isto implica discorrer que a religiosidade se expressa exteriormente por meio de práticas distintas (Corrêa, 2008).

Corrêa (2008) compreende então que um cidadão possa ter a expressão da religiosidade em sua vida, mas sem adotar como prática uma religião específica. Dessa forma, a religiosidade se manifesta de várias maneiras por significar transcendência, haja vista que se observa uma dimensão simbólica.

Certamente esta dimensão simbólica da religiosidade encontra-se nas práticas religiosas vinculadas à religião e a elas os símbolos proporcionam legitimidade que socialmente são reconhecidos por estarem instituídos. Segundo Geertz (1997, p. 103):

Os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o ethos de um povo -o tom, o caráter, e a qualidade de sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos e sua visão de mundo - o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, nas suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida.

Sendo a religiosidade parte da cultura, observa-se que a fé católica vem sendo dominante desde o Descobrimento do Brasil, mas assegura-se que outras manifestações religiosas institucionalizadas são partes do modo de ser do brasileiro, considerando a simbologia. Nesse sentido, há as religiões protestantes, vistas por meio de cultos como

espaço simbólico de representação. A doutrina espírita, que não é religião, mas possuem suas práticas de rituais institucionalizadas que dão subsídio aos trabalhos de intercâmbio em mesas por meio de médiuns habilitados na doutrina (Corrêa, 2008).

Ainda sobre a religiosidade no Brasil, destaca-se a manifestação por meio do candomblé, que de acordo com Ferreira (1986) considera como a religião dos negros iorubás da Bahia ou de quaisquer grandes festas dos orixás. Já nas manifestações indígenas “elas são celebradas a diversos deuses da chuva, das matas, para os quais são realizados cantos e danças específicos quando os grupos indígenas desejam obter aquilo que pedem. O pajé certamente é a figura indígena que mais encarna a religiosidade dessa etnia” (Corrêa, 2008).

Geertz (1997) descreve que “a perspectiva religiosa difere da perspectiva do senso comum (...). E os atos culturais, a construção, apreensão e a utilização de formas simbólicas, são acontecimentos sociais como quaisquer outros”.

Neste sentido de cultura e contextualização da religiosidade Saviani (2000), discorre sobre o conhecimento e explica:

[...] Em grego, temos três palavras referidas ao fenômeno do conhecimento: doxa, sofia e episteme. Doxa significa opinião, isto é, o saber próprio do senso comum, o conhecimento espontâneo ligado diretamente à experiência cotidiana, um claro-escuro, misto de verdade e de erro. Sofia é a sabedoria fundada numa longa experiência de vida. É nesse sentido que se diz que os velhos são sábios e que os jovens devem ouvir os seus conselhos. Finalmente, episteme significa ciência, isto é, o conhecimento metódico e sistematizado (Saviani, 2000, p. 288).

O conhecimento então nada mais é do que o resultado das relações humanas com a natureza e com os próprios homens; é um processo humano, em busca da realidade. Galliano (1986), diz que “o conhecimento leva o homem a apropriar-se da realidade e, ao mesmo tempo, a penetrar nela”. Nessas relações, pode observa-se vários tipos de conhecimentos descritos na literatura, gerados a partir das práticas sociais e que chegam às escolas públicas e particulares, das quais de acordo com Lakatos e Marconi (2010), destaca-se o Conhecimento Teológico que “apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas. É um conhecimento sistemático, porém, suas evidências não são verificáveis e suas características são: valorativo - apoiado em doutrinas, crenças. É infalível e exato - suas evidências não são verificáveis”. Contudo, nas escolas/universidades aplica-se o conhecimento religioso por meio do Fenômeno Religioso e das Ciências da Religião.

Nesta perspectiva, Glanville, Hernández e Sikkink (2008) destacaram explicações possíveis sobre a influência da religião na melhora dos adolescentes no desempenho escolar. Estes autores mostraram que

a participação religiosa aprimora o desempenho e o aproveitamento escolar, assim como a qualidade dos recursos disponíveis para o adolescente nas relações sociais. Os resultados revelam que uma parte dos efeitos da participação religiosa na educação é atribuída ao capital social. A participação religiosa altera as relações sociais dos adolescentes, colocando-os em contato com recursos que reforçam os valores educacionais (Cunha *et al.*, 2014, p.72).

Nos adolescentes, a religião pode ter efeito como uma segunda influência social sendo a família a primeira. Mesmo assim, é possível observar que tanto a escola quanto as amizades podem influenciar as crenças, atitudes e comportamentos por meio de

mecanismos como controle social e suporte social, além de construir valores. No entanto, a participação em grupos religiosos pode ser vista como uma maneira de promover valores convencionais que facilitam a interação social e estabelecem limites fortes, encorajando tanto a competência acadêmica quanto a emocional (Regnerus e Elder, 2003).

Durkheim (1989), descreve que a religião é eminentemente social. Para ele, “a religião é algo abstrato e impessoal que envolve a nossa existência individual e a da humanidade” e ainda completa que “a ciência jamais poderia substituir a religião, graças ao seu caráter perene ao lado da força moral que os diversos universos religiosos possuem”.

Em tempos efervescentes para se falar de Educação básica no Brasil, o Ensino Religioso, pela primeira vez ganha status de Área de Conhecimento. A Ciência da Religião se torna a ciência acadêmica e orienta currículos escolares, como também, referência a formação de docentes. A diversidade sociocultural do conhecimento religioso – a partir da publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, diz ser norma que se trate de forma didático-pedagógica as manifestações religiosas e as contribuições para a sociedade (Junqueira e Itoz, 2019).

Para isso, o Ensino Religioso, na educação básica deve promover a pesquisa, observação, resignificação de saberes, identificação, análise, buscando o desenvolvimento de habilidades e competências que levam aos discentes a terem leitura de mundo e profundo respeito às diversas culturas. Com isso, visa combater a intolerância, a discriminação e a exclusão (Junqueira e Itoz, 2019).

Nesse sentido, de acordo com a BNCC (2018), o Ensino Religioso nas escolas públicas, deve atender e garantir o desenvolvimento das seguintes competências específicas aos alunos:

- 1) Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos; 2) Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios; 3) Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida; 4) Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; 5) Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente; e 6) Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz (BNCC, 2018, s/p.).

De acordo com Junqueira e Itoz (2019) cabe ao professor e a professora o especial cuidado com as atitudes de preconceito e etnocentrismo - que não podem de forma alguma não serem percebidas, mas devem ser lecionadas de forma criativas para que as turmas os percebam, questionem, problematizem e busquem critérios pedagógicos para ampliar a compreensão e aceitação da diferença, e, perceber e combater o *bullying* contra as minorias religiosas, afro-brasileiros, mulçumanos e ateus.

Ao enfrentar e tolerar a diversidade religiosa, a escola pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos podem ser aceitos e respeitados, independentemente de suas crenças religiosas.

Educação sexual e diversidade de gênero: promovendo a igualdade e combatendo a discriminação

Durante muito tempo, a escola abordou o tema da sexualidade humana de forma repressora e preconceituosa. O assunto era tratado de maneira superficial e muitas vezes descontextualizada, sem considerar as vivências e experiências dos alunos. O resultado foi a perpetuação de estereótipos de gênero e a invisibilização de questões importantes, como a diversidade sexual e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

No Brasil, a Educação Sexual começou a ser debatida a partir da década de 1970, em um contexto de efervescência política e de luta pelos direitos civis. A partir daí, foram realizados diversos debates sobre a importância da Educação Sexual nas escolas, como forma de prevenir a gravidez na adolescência e combater a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, sendo inicialmente um tema condenado aos pressupostos da moral religiosa. No entanto, com o tempo conseguiram ampliar as discussões acerca da sexualidade para além do caráter biológico, possibilitando que fosse compreendida como prática aliada à saúde física e mental (Furlanetto, 2018).

Em 1984, foi promulgado o primeiro documento oficial sobre Educação Sexual no Brasil, o Programa Nacional de Saúde Reprodutiva, que estabeleceu diretrizes para a introdução da Educação Sexual nas escolas públicas. A partir daí, diversas iniciativas foram criadas para a promoção da Educação Sexual nas escolas, como programas de capacitação de professores, produção de material educativo e orientações para pais e responsáveis (Ribeiro, 2004; Bueno e Ribeiro, 2018).

Em 1996 foi aprovada a terceira e mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1998. O propósito dos PCN era orientar as escolas na reformulação de suas propostas pedagógicas com o objetivo de melhorar as práticas e tornar os investimentos no sistema educacional brasileiro mais coerentes. Dentre os dez cadernos nos quais os PCN foram organizados, um deles foi dedicado à orientação sexual, que visa abordar o tema da sexualidade no ambiente escolar. O documento aponta que a orientação sexual tem como objetivo contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade. É proposto que o assunto seja abordado de forma transversal, permeando todas as disciplinas, a fim de ser trabalhado em consonância com uma visão ampla de sexualidade, incluindo seu caráter cultural, social e histórico (Brasil, 1998).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), defende a educação sexual como um direito humano e um componente essencial da saúde sexual e reprodutiva, e o Programa Nacional de Saúde do Adolescente, do Ministério da Saúde (Brasil, 2005), estabelece diretrizes para a atenção à saúde de adolescentes e recomenda ações de promoção da saúde sexual e prevenção de gravidez não planejada e doenças sexualmente transmissíveis. De acordo com Paula Ribeiro (2019) “a falta de informação e orientação sobre sexualidade na escola pode contribuir para a perpetuação de estereótipos de gênero e a discriminação contra grupos marginalizados (Ribeiro, 2019, p. 77)”. Ainda segundo o Ministério da Saúde:

A tendência de fragmentar o ser humano em partes sexuadas e assexuadas limita a sexualidade a um conceito abstrato da mente e reduz sua expressão a uma manifestação genital ou reprodutiva. Os tabus existentes, somados às normas sociais que não aceitam algumas manifestações sexuais, geram sentimento de culpa e conceitos no adolescente que se refletem num ajuste sexual acompanhado de preocupações, ansiedades e/ou problemas (Brasil, 1996, p. 17).

O silenciamento da sexualidade na escola contribuiu para o aumento de casos de gravidez na adolescência e de abuso sexual, já que muitos alunos não tiveram acesso a informações e orientações adequadas (Sousa, 2005). É necessário que a escola revise sua abordagem e comece a tratar a sexualidade humana de forma integral e respeitosa, reconhecendo a importância de discutir questões de gênero, orientação sexual e saúde sexual e reprodutiva de forma aberta e inclusiva. De acordo com Mirian Souza (2005):

A escola, enquanto instituição social, não pode se omitir ou subtrair-se da responsabilidade de trabalhar com a sexualidade, assim como com outras dimensões da vida humana. A sexualidade é uma dimensão essencial da pessoa e, como tal, precisa ser desenvolvida, expressada e respeitada” (Souza, 2005, p. 17).

Paula Ribeiro (2019, p. 115), alerta que a “importância de se discutir gênero e sexualidade na escola não se restringe à prevenção de gravidez na adolescência ou doenças sexualmente transmissíveis, mas sim à promoção de uma educação que respeite as diferenças e combata as desigualdades”.

Muitos estudantes ainda aprendem sobre sexo em conversas de banheiro ou em sites de busca online. Conforme Oliveira (2014), a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma educação sexual crítica, reflexiva e comprometida com a formação de sujeitos conscientes e responsáveis. A autora completa dizendo que:

A educação sexual é, portanto, uma das maneiras de contribuir para que as pessoas vivam de maneira mais saudável e consciente sua sexualidade, garantindo-lhes o direito à informação, à liberdade de escolha, à igualdade e à não discriminação (Oliveira, 2014, p. 22).

Essa temática também é importante, inclusive, ao que se refere à construção da identidade de gênero (Ribeiro, 2019). No entanto, é importante destacar que, muitas vezes, os estereótipos de gênero são disseminados e reforçados de forma sutil e invisível no ambiente escolar.

Estereótipos de gênero são crenças, valores e expectativas socialmente construídos em torno do que é considerado masculino e feminino. Esses estereótipos podem ser vistos em diferentes aspectos da vida, como no comportamento, aparência física, habilidades e papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Os estereótipos de gênero muitas vezes são reforçados por meio de mensagens culturais, como propagandas, filmes e programas de televisão, bem como por sociais psicológicos. Por exemplo, espera-se que os homens sejam fortes, agressivos e independentes, enquanto as mulheres são vistas como emocionais, sensíveis e dependentes (D’Amorim, 1997).

Esses estereótipos podem ter efeitos negativos para as pessoas que não se enquadram nessas expectativas. Mulheres, por exemplo, podem ser desencorajadas a buscar carreiras em campos considerados masculinos, enquanto homens que desejam se envolver em atividades consideradas “femininas” podem ser alvo de preconceito e discriminados (OIT, 2010).

Kimberlé Crenshaw (1991), conhecida por desenvolver a teoria da interseccionalidade, - que se tornou uma abordagem fundamental para entender como as diferentes formas de opressão (como gênero, raça, classe e orientação sexual) se interconectam e se sobrepõem -, alerta que a interseccionalidade é importante porque as experiências das pessoas não podem ser reduzidas a uma única dimensão de identidade. Em vez disso, as identidades se cruzam e interagem, criando formas complexas de opressão e privilégio. Segundo a autora, os estereótipos de gênero podem contribuir para a desigualdade de gênero e para a perpetuação da violência contra as mulheres. Quando os papéis de gênero são rígidos e inflexíveis, pode limitar as escolhas e oportunidades das pessoas com base em seu gênero, reforçando desigualdades sociais e outros problemas (Crenshaw, 1991).

Ainda, segundo os estudos de Paula Ribeiro (2019):

A escola deveria ser espaço onde os estereótipos de gênero são construídos, naturalizados e reforçados. Isso acontece, por exemplo, quando as atividades são separadas por gênero, ou quando os professores esperam comportamentos diferentes de meninos e meninas. Essas práticas acabam por perpetuar as desigualdades de gênero e, muitas vezes, são difíceis de serem identificadas.

Além disso, os estereótipos de gênero também são reforçados pela escolha dos materiais didáticos utilizados em sala de aula. Como aponta Louro (2008), os livros didáticos costumam apresentar imagens estereotipadas de homens e mulheres, reforçando a ideia de que existem papéis específicos e determinados para cada gênero na sociedade.

Muitas vezes, esses estereótipos são perpetuados pelos próprios pais e pela cultura escolar em si. Isso pode levar a um ambiente escolar hostil para aqueles que não se encaixam nos papéis de gênero tradicionais ou que têm uma orientação sexual diferente da maioria.

Por isso, é fundamental que a escola atue de forma crítica e reflexiva em relação aos estereótipos de gênero, buscando desconstruí-los e promovendo a igualdade entre meninos e meninas. Isso pode ser feito por meio de atividades e debates que estimulem a reflexão sobre a diversidade de gênero e a desconstrução dos estereótipos, além da escolha cuidadosa dos materiais didáticos e da formação dos professores para atuarem de forma consciente e crítica em relação a essa temática.

Para Butler (2003):

A educação sexual deve ir além dos aspectos biológicos e deve incluir reflexões sobre as relações de poder e as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Para ela, as normas de gênero não são naturais, mas sim construções sociais que produzem e reproduzem a dominação masculina e a exclusão das identidades sexuais que não se enquadram no binarismo homem/mulher.

A abordagem da educação sexual proposta por Butler é ampla e crítica, pois procura superar as limitações da visão biologicista e heteronormativa que ainda é predominante na sociedade. Ao incluir reflexões sobre as relações de poder e as desigualdades de gênero na educação sexual, é possível contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro fato que essencialmente necessário mencionar a respeito da temática sexualidade na escola é que infelizmente, ainda existem muitos problemas de discriminação, como a exclusão de estudantes LGBTQIAP+ ou a falta de inclusão de discussões sobre

diversidade sexual nos currículos escolares. Além disso, muitas vezes os professores não se sentem confortáveis ou preparados para abordar esses temas em sala de aula, o que pode levar a um silenciamento e invisibilidade das questões relacionadas à sexualidade. Como já mencionamos acima, essa falta de informação e orientação pode contribuir para a perpetuação de estereótipos de gênero e a discriminação contra grupos marginalizados. É importante que as escolas estejam comprometidas com a promoção da igualdade e da inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação sexual que seja abrangente, baseada em evidências e livre de preconceitos.

A discriminação baseada na sexualidade é um problema prevalente nas escolas e pode ter efeitos graves na saúde mental dos estudantes LGBTQIAP+. Um estudo realizado pelo Ministério da Educação em 2016 mostrou que 73,7% dos estudantes que se identificam como LGBTQIAP+ já sofreram bullying homofóbico nas escolas (Brasil, 2016). Além disso, o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2013, apontou que 42% das vítimas de homicídio por motivação homofóbica eram jovens com idade entre 15 e 29 anos.

A discriminação e a violência podem ter um impacto negativo na saúde mental dos estudantes LGBTQIAP+, levando a sintomas de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e até mesmo ideação suicida (Dias, 2012). Além disso, a falta de acolhimento e inclusão pode levar a problemas de adaptação social e isolamento, afetando negativamente a qualidade de vida e a autoestima dos estudantes (UNESCO, 2016).

É importante, portanto, que as escolas adotem medidas para combater a discriminação e promover um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isso pode incluir a implementação de políticas de inclusão, campanhas de conscientização sobre a diversidade sexual, treinamentos para professores e funcionários sobre como lidar com a questão da sexualidade nas escolas, e a inclusão de conteúdos sobre sexualidade e diversidade nas aulas de ciências e educação sexual.

É importante lembrar que a promoção da saúde mental dos estudantes LGBTQIAP+ envolve não apenas a prevenção da discriminação e da violência, mas também a promoção do bem-estar emocional e afetivo desses estudantes. É fundamental que as escolas ofereçam um ambiente que seja seguro e acolhedor para todos os estudantes, permitindo que eles desenvolvam sua autoestima e construam relações saudáveis e afetuosas com os outros (Vaz, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola contemporânea é um espaço que pode ser considerado como um local de produção de múltiplos afetos e conhecimentos, onde os discentes têm a oportunidade de desenvolver habilidades e competências cognitivas, emocionais e sociais. No entanto, a fragilidade emocional, psicológica e cognitiva dos alunos pode afetar negativamente sua experiência na escola, bem como suas perspectivas de aprendizado.

É importante lembrar que a escola não é um espaço isolado, e que os estereótipos

de gênero, sexualidade, religiosidade e preconceito podem influenciar a forma como os alunos são percebidos e tratados no ambiente escolar. É necessário que a escola esteja preparada para lidar com essas questões, criando um ambiente seguro e inclusivo para todos os alunos.

Para isso, é importante que a escola adote políticas e práticas que promovam a igualdade e o respeito à diversidade, proporcionando aos alunos a oportunidade de aprender sobre diferentes perspectivas e culturas. Além disso, é importante que a escola ofereça suporte emocional e psicológico aos alunos que precisam, seja através de orientação individual, grupos de apoio ou outras formas de suporte.

Ao lidar com as fragilidades emocionais, psicológicas e cognitivas dos discentes, é importante que a escola adote uma abordagem holística e multidisciplinar, envolvendo professores, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais. Essa abordagem deve levar em consideração as necessidades individuais de cada aluno, fornecendo a eles o suporte necessário para superar seus desafios e alcançar seus objetivos educacionais.

A pluralidade e a diversidade devem ser elementos fundamentais em qualquer escola, pois é nesse ambiente em que todas as formas de expressão e manifestação devem ser valorizadas e respeitadas. A educação deve ser vista como uma ferramenta essencial na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender e superar as barreiras culturais e de gênero, e de combater todas as formas de preconceito e discriminação (Saviani, 2010).

Sabemos que a escola, muitas vezes, é palco de preconceitos em relação ao que é desconhecido. Alunos que vêm de diferentes culturas ou possuem características físicas diferentes das consideradas “padrão” podem sofrer discriminação e exclusão por parte de seus colegas. O medo do desconhecido muitas vezes leva à intolerância e ao preconceito, e é responsabilidade da escola combater essas atitudes e promover a valorização da diversidade.

A escola tem um papel fundamental na desconstrução do preconceito ao revelar a verdade sobre aquilo que é incógnito e que muitas vezes gera discriminação. Por meio de ações cotidianas, a instituição pode expor aos alunos diferentes culturas, crenças e perspectivas, proporcionando um ambiente em que a diversidade é valorizada e respeitada. Ao mostrar que o desconhecido não é algo a ser temido, mas sim uma oportunidade de aprendizado e enriquecimento, a escola pode ajudar a combater o preconceito e a intolerância. Além disso, a escola pode incentivar o diálogo aberto e honesto entre os alunos, para que possam compreender e respeitar as diferenças. Ao falar sobre temas que muitas vezes são considerados tabus, como a sexualidade, por exemplo, a escola pode quebrar barreiras e ajudar a construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. A escola deve ser um lugar de mostrar a verdade e a beleza da diversidade humana, ajudando a formar cidadãos críticos e conscientes capazes de lidar com o mundo em toda a sua complexidade.

Mas, infelizmente, a discriminação muitas vezes permeia até mesmo o currículo escolar, com ilustrações estereotipadas que apresentam pessoas negras sempre em situações de inferioridade ou subalternidade. É raro encontrar representações de pessoas negras em posições de poder ou prestígio, e isso contribui para a perpetuação de preconceitos.

A história dessa população é frequentemente abordada de forma limitada, com foco apenas na escravidão, ignorando as personalidades, escritores, políticos e intelectuais negros que contribuíram significativamente para a história do país.

A escola não pode permitir ou ignorar a discriminação, mesmo que muitos pensem que ela não é tão frequente. É importante abordar esses casos de forma formativa e tematizá-los em sala de aula, sem limitá-los apenas aos casos em que houver estudantes que possam se identificar pessoalmente com a questão. A discriminação é um problema social que deve ser tratado com todos os alunos, independentemente da composição do grupo.

A inclusão de temas como sexualidade, estereótipos de gêneros, discriminação racial e religiosidade no processo de ensino é fundamental para que a escola seja um espaço de reflexão e construção de conhecimento em relação à sociedade e suas questões. É importante que a escola promova o diálogo e o respeito mútuo, valorizando a diversidade e combatendo todas as formas de exclusão e preconceito. Dessa forma, a escola pode se tornar uma instituição baseada em afetos reais, que contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender e superar a diversidade cultural e de gênero, e de combater todas as formas de discriminação e preconceito.

Ensinar é um ato político, de braveza, é resistência! E isso deveria ser ensinado desde o primeiro dia que uma pessoa entra na escola e sai de uma graduação com o intuito de exercer a profissão.

Não podemos mais ir para a escola e ministrarmos aulas “cuspe e giz”, onde um professor transmite o conhecimento para aquele que ele entende que precisa aprender. Também não podemos mais admitir o “copia e cola”, referindo às atividades descontextualizadas, copiadas da Internet, imprimidas e distribuídas. A escola precisa mudar, ressignificar o seu papel. Não pode criar ou aumentar os muros e barreiras para aqueles que lá estão, acreditando ser possível vencer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Letramento. Belo Horizonte /MG. 2018.

ANTUNES, C. **Como ensinar com afetividade.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

ARAÚJO, Kelly Cristina. **Áfricas no Brasil.** São Paulo: Scipione, 2003.

BARBOSA, C. *et al.* **A violência escolar: Perspectivas teóricas e implicações para a prática educativa.** Revista Interdisciplinar de Estudos em Educação, v. 8, n. 2, p. 43-58, 2019.

BOCK, A. M. B. **Aprendizagem, desenvolvimento humano e educação escolar.** In: MORAES, R. de A. (Org.). Psicologia da educação. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2016. p. 21-37.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 mar. 2023.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil**. Brasília, DF. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**. Série A, Normas e Manuais Técnicos. Volume 2: Saúde sexual e reprodutiva. Brasília, DF. 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente**. Programa Saúde do Adolescente. Bases Programáticas. 2ª Edição. Brasília, DF. 1996.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF. 2003.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012**. Brasília: SDH, 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998
- BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. Edição 29. 2018. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1990.
- CARDOSO, Edson Lopes. **Nada os trará de volta**. Selo Companhia das Letras. São Paulo: Editora Schwarcz 2022.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba : Ibpex, 2008.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1991) "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". **Stanford Law Review**, vol. 43, Julho de 1991, pp. 1241-1299
- CUNHA, Nina Menezes; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. **Religiosidade e desempenho escolar: o caso de jovens brasileiros da região metropolitana de Belo Horizonte**. Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 44, n. 1, abr. 2014
- D'AMORIM, Maria Alice. **Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros**. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 5, n. 3, p. 121-134, dez. 1997.
- DIAS, P. C. C. **Bullying Homofóbico: Realidades e Desafios**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DURKHEIM, Emile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FURLANETTO, M. F. *et al.* **Educação sexual em escolas brasileiras**: revisão sistemática da literatura. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. Cad. Pesqui., 2018 48(168), p. 550–571, abr. 2018.

GALLIANO, A. G. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GATTI, B. A. *et al.* **A escola e os desafios contemporâneos para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes**. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 19-32, 2010.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios sobre antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GLANVILLE, Jennifer L.; HERNÁNDEZ, Edwin I.; SIKKINK, David. **Religious involvement and educational outcomes**: the role of social capital and extracurricular participation. Sociological quarterly, v. 49, p. 105-137, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, Etnia e Raça: O Trato Pedagógico da Diversidade. In: Cavalleiro, Elaine (org.) Racismo e Anti-Racismo na Educação: **Repensando Nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

JUNQUEIRA, S; ITOZ, S. **Escola católica**: Ensino Religioso e a BNCC. In: AEC Educação, n. 2019, p. 12-27.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, **Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. Filhos da África, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In L. S. F. Parker (Org.), **Sexualidades brasileiras** (pp. 243-251). Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho**: avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

OLIVEIRA, Jussara Barbosa de. **Educação sexual**: desafios e possibilidades. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Educação sexual para jovens**: um enfoque da saúde sexual e reprodutiva. Genebra: OMS, 2010.

PRADO, D. S.; SILVA, A. S. Violência escolar: conceitos e reflexões. **Revista de Educação Pública**, v. 26, n. 60, p. 39-51, 2017.

REGNERUS, Mark D.; ELDER, Glen H. **Religion and vulnerability among low-risk adolescents**. Social science research, v. 32, n. 2, p. 633-658, 2003.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In P. R. M. Ribeiro (Org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SOUSA, Mírian Paura Sabino de. **A sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 6. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SOUZA, T. M.; SANTOS, E. F. A importância das relações afetivas na escola: uma revisão bibliográfica. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 13, n. 1, p. 128-143, 2019.

UNESCO. **Out in the Open**: Respostas do Setor de Educação à violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero. Paris: UNESCO, 2016.

VAZ, R. G. C. Sexualidade e escola: preconceitos e resistências. In: LOPES, A. C. S.; GIL, A. S. S. (Org.). **Educação, Sexualidade e Prevenção de DST/AIDS**. São Paulo: CECIP, 2003. p. 149-161.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Indisciplina, disciplina e produção didático-pedagógica**. Cadernos de Pesquisa, n. 119, pág. 37-54, mar. 2003.

Educação especial na perspectiva da educação inclusiva e o ensino colaborativo

Elisete Meira Fernandes

Graduada em Ciências (Unisul) 1994; Graduada em Matemática (Unisul) 1998 Especialista em Educação Matemática (Unisul) 2004, Mestranda UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <http://.cnpq.br/0811095123721961>.

Giane Regina de Oliveira

Graduada em Pedagogia (Uniasselvi) 2012. Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais; Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Faculdade Dom Bosco) 2009. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7388231059876610>

Ires Fontana Ramos Matos

Graduada em Pedagogia/(UNOESC) 2000 e Letras (FAVENI) 2024. Especialista em Orientação Educacional (FERLAGOS) 2003. Mestranda UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9211595829105199>

Jacqueline Blömer Belarmina

Graduada em Pedagogia (Facvest) 2012. Especialista em Psicopedagogia Clínica (Facvest) 2012. Mestranda UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1144850168865269>

Karla Lilian Cuimbra da Silva

Graduação em Pedagogia (UNICENTRO) 2015. Especialista em Psicopedagogia Clínica E Institucional (UERGS) 2019. Mestranda UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9538547122492111>

Patrícia de Andrade

Graduada em Pedagogia (FACVEST) 2008 e Educação Especial (UNIASSELVI) 2021. Especialista em Coordenação pedagógica – Escola de Gestores (UFSC) 2015. Mestranda UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6412484608977187>

Rogério Dutra Porto Alegre

Graduado em Pedagogia (UNOPAR) 2006 e Artes visuais (Uniasselvi) 2013. Especialista em práticas pedagógicas interdisciplinares (FACVEST) 2007, Gestão escolar (FMP) 2014 e Administração escolar, supervisão e orientação (Uniasselvi) 2022. Mestrando UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2617180416514143>.

Rossana Gomes Milford

Graduado em Pedagogia (ISESP) 2016. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional – Ênfase em Neurociência (Associação Catarinense de Ensino Faculdade Guilherme Guimbalá) 2021. Mestranda UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4889949007664785>.

Shayan DesdeWalle

Graduado em História (Unifacvest) 2017. Especialista em Metodologia no ensino de história (Uniasselvi) 2018. Mestrando UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1810465889945280>.

Tatiana Krüger Cabral

Graduada em Pedagogia (Uniasselvi) 2009. Especialista em Psicopedagogia (FACINTER) 2010, Educação Especial Inclusiva (Uniasselvi) 2018 e Educação Digital (Senai) 2023. Mestranda UDESC PROFEI turma 03. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1481534988618844>.

RESUMO

O presente estudo, de cunho qualitativo, apresenta as reflexões desenvolvidas por um grupo de pesquisa dos mestrandos do Programa Nacional de Formação em Rede em Educação Inclusiva – ProfEI, através da metodologia de revisão bibliográfica, discutindo a educação especial na



perspectiva da educação inclusiva e as possibilidades de inclusão escolar por meio do Ensino Colaborativo, refletindo sobre a colaboração entre os profissionais do ensino comum e da Educação Especial. Fundamenta-se nas obras de Capellini e Zerbato (2019) e Mendes (2006, 2010, 2017), entre outros artigos que abordam o tema. Buscou-se apresentar as discussões através dos subtítulos: A Especial no Brasil Abrindo Caminho para uma Perspectiva da Educação Inclusiva; Ensino Colaborativo e Abordagens na Implementação do Ensino Colaborativo. Conclui-se, portanto, que a efetivação do Ensino Colaborativo requer intencionalidade pedagógica, a colaboração de toda a comunidade escolar, a promoção da cooperação e o reconhecimento das habilidades e conhecimentos de cada professor, visando ao pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Palavras-chave: ensino colaborativo; educação especial; educação inclusiva.

ABSTRACT

This study, of a qualitative nature, presents the reflections developed by a research group of master's students from the National Network Training Program in Inclusive Education - ProfEI, through the bibliographic review methodology, discussing special education from the perspective of inclusive education and the possibilities of school inclusion through Collaborative Teaching, reflecting on collaboration between regular education and Special Education professionals. It is based on the works of Capellini and Zerbato (2019) and Mendes (2006, 2010, 2017), among other articles that address the topic. We sought to present the discussions through the subtitles: The Special in Brazil Opening the Way for a Perspective on Inclusive Education; Collaborative Teaching and Approaches to Implementing Collaborative Teaching. It is concluded, therefore, that the implementation of Collaborative Teaching requires pedagogical intentionality, the collaboration of the entire school community, the promotion of cooperation and the recognition of the skills and knowledge of each teacher, aiming at the full development of all students.

Keywords: collaborative teaching; special education; inclusive education.

INTRODUÇÃO

O propósito deste estudo qualitativo é apresentar as reflexões desenvolvidas por um grupo de pesquisa composto por mestrandos do Programa Nacional de Formação em Rede em Educação Inclusiva - ProfEI. Utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, abordamos a discussão sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e as possibilidades de inclusão escolar por meio do Ensino Colaborativo, refletindo sobre a colaboração entre os profissionais do ensino comum e da Educação Especial. A escolha desse tema foi impulsionada pela intenção de discutir e aprofundar a compreensão dessa dinâmica colaborativa, alinhada aos princípios da Educação Inclusiva na prática escolar. A motivação adicional para essa pesquisa originou-se das disciplinas do mestrado, as quais estimulam a leitura crítica, análise e pesquisa na área.

Por meio das leituras e discussões no grupo de estudo, percebemos a relevância e as potencialidades que o Ensino Colaborativo poderia oferecer. Antes disso, nos sentimos

privilegiados por participar do Mestrado ProfEI, o qual nos proporciona a expansão de horizontes em relação às temáticas da educação inclusiva por meio de disciplinas, laboratórios e grupos de estudo.

Nesse contexto, nosso objetivo é abordar a educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva e explorar as potencialidades de inclusão escolar por meio do Ensino Colaborativo.

Dado que o Ensino Colaborativo representa uma abordagem conceitualmente recente, e considerando que a produção acadêmica nesse campo ainda está em desenvolvimento no que diz respeito a trabalhos de implementação e relevância, escolhemos fundamentar nossas reflexões nas obras de Capellini e Zerbato (2019) e Mendes (2006, 2010, 2017), juntamente com outros artigos que abordem práticas e experiências de Ensino Colaborativo em diversos contextos.

Nesse contexto, é essencial examinar a concepção de Ensino Colaborativo conforme o nosso referencial e avaliar se as práticas observadas ou experimentadas estão alinhadas com essa abordagem. Reconhecendo o potencial do Ensino Colaborativo para oferecer diversas estratégias benéficas para a Educação Especial, torna-se fundamental que as iniciativas desenvolvidas sejam concebidas com uma intenção colaborativa desde o início.

Para tanto, nosso texto está organizado apresentando um histórico da Educação Especial no Brasil Abrindo Caminho para uma Perspectiva da Educação Inclusiva. Seguindo com subitem discute o conceito de Ensino Colaborativo e suas possíveis contribuições para a inclusão escolar. Passando pelas Abordagens na Implementação do Ensino Colaborativo e encerramos o estudo com algumas considerações acerca das discussões apresentadas.

A relevância desta pesquisa reside não apenas na contribuição para o entendimento do Ensino Colaborativo, mas também na estimulação do interesse de futuros acadêmicos em aprofundar seus estudos nesse campo crucial da educação inclusiva. Ao explorar as nuances e implicações do Ensino Colaborativo, este trabalho busca abrir novas perspectivas e questionamentos que instiguem a curiosidade de estudantes e pesquisadores em formação. O avanço no conhecimento sobre práticas colaborativas no ensino não apenas enriquecerá o atual corpo de conhecimento, mas também fornecerá um alicerce sólido para futuras investigações e inovações na área educacional, promovendo, assim, uma contínua evolução no campo do Ensino Colaborativo.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL ABRINDO CAMINHO PARA UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial no Brasil experimentou progressos e desafios ao longo do tempo, caminhando em direção ao reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A noção de “educação especial” ganhou visibilidade no final do século XIX, com a criação de entidades destinadas a atender às necessidades de pessoas com deficiência. Contudo, prevaleceu um modelo segregacionista, isolando essas pessoas da sociedade. Mendes (2010) destaca o descaso

do poder público não apenas em relação à educação de indivíduos com deficiência, mas também à educação popular em geral. Essa negligência ressalta a importância de superar obstáculos históricos para alcançar uma Educação Especial verdadeiramente inclusiva no Brasil.

Durante a Primeira República (1889-1930), a educação passou por transformações significativas com a chegada de profissionais brasileiros formados na Europa, visando modernizá-la. Médicos desempenharam papel pioneiro ao estudar crianças com deficiências mais graves, estabelecendo instituições associadas a sanatórios psiquiátricos. Essa relevância médica intensificou-se com a criação de serviços de higiene mental e saúde pública, resultando em inspeções médico-escolares em alguns estados, evidenciando a preocupação com a identificação e educação de estados anormais de inteligência.

Predominava a concepção de que a deficiência estava associada a doenças, como sífilis e tuberculose, muitas vezes vinculadas à pobreza. Até a Primeira Guerra Mundial, o sistema educacional brasileiro privilegiava a elite e a classe média, excluindo as classes menos favorecidas.

A abordagem psicopedagógica da Educação Especial foi moldada pelas reformas educacionais do movimento Escola Nova, que propunham a construção de um sistema estatal de ensino público, laico e gratuito. Desde 1913, a ênfase na detecção de casos leves de “anormalidade da inteligência” nas escolas comuns surgiu com a escala Binet-Simon de Clemente Quaglio. No entanto, a atenção aos casos mais severos era limitada, considerando-os incompatíveis com o ambiente da escola regular.

Ao longo do tempo, a Educação Especial no Brasil enfrentou avanços e desafios, buscando o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiências e a construção de uma sociedade mais inclusiva. A ideia de “educação especial” ganhou destaque no final do século XIX, com a criação de entidades para atender às necessidades de pessoas com deficiência. Contudo, predominou um modelo segregacionista, afastando essas pessoas da sociedade. O descaso do poder público nesse período evidencia a necessidade de superar obstáculos históricos para alcançar uma Educação Especial verdadeiramente inclusiva no Brasil.

Durante a Primeira República (1889), a educação passou por transformações com a chegada de profissionais brasileiros formados na Europa, visando modernizá-la. Médicos desempenharam papel pioneiro ao estudar crianças com deficiências graves, estabelecendo instituições ligadas a sanatórios psiquiátricos. Essa atenção intensificou-se com a criação de serviços de higiene mental e saúde pública, incluindo a instauração do serviço de inspeção médico-escolar. Prevalia a concepção de que a deficiência estava associada a doenças, sendo o sistema educacional restrito à elite e classe média.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a política educacional privilegiou o ensino superior, resultando na privatização dos serviços educacionais. Na Segunda República (1945-1964), o ensino primário tornou-se obrigatório, havendo uma expansão dos estabelecimentos de ensino especial, incluindo a criação da APAE. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 marcou o início das ações governamentais em educação especial. Instituições filantrópicas privadas ganharam força, exonerando a educação pública dessa responsabilidade.

Os avanços na Educação Especial resultaram da luta de movimentos sociais pelos direitos humanos, conscientizando a sociedade sobre os prejuízos da segregação. Institucionalizada nos anos 1970, a Educação Especial expandiu-se durante a Ditadura Militar, possivelmente devido ao crescimento econômico. A legislação favoreceu instituições privadas, mas as abordagens mantiveram caráter terapêutico e assistencialista.

O Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) em 1973 foi um marco, e nos anos 1980, surgiram cursos e programas de formação. Após o governo militar, novas iniciativas surgiram, elevando o Cenesp a Secretaria de Educação Especial em 1985. Em 1986, o “Plano Nacional de Ação Conjunta” foi lançado, estabelecendo a Corde para integrar pessoas com deficiência.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu diretrizes para a democratização da educação, incluindo a de pessoas com deficiência. Mendes (2010) destaca que a constituição garantiu a preferência pela educação dessas pessoas na rede regular de ensino, assegurando o direito ao atendimento educacional especializado. Entretanto, apenas na década de 1990, com a separação da política de assistência social, ocorreram mudanças efetivas na área educacional, proporcionando maior autonomia.

Apesar dessas garantias, o PAEE ainda enfrentava limitadas opções no sistema educacional, muitas vezes afastado da frequência em salas comuns de escolas regulares, resultando frequentemente em exclusão em vez de inclusão.

Quanto ao ensino oferecido nesse período, pode-se afirmar que:

A didática assumia a infantilização do aluno com deficiência, a partir de um raciocínio equivocado que supunha que eles deveriam aprender habilidades típicas do nível pré-escolar, para adquirir “prontidão” para a alfabetização. A estratégia instrucional se resumia a treinar os alunos em atividades supostamente preparatórias, com ênfase na repetição (Mendes, 2010, p. 103).

No âmbito das práticas pedagógicas, a educação especial priorizava a recuperação ou remediação do aluno, focalizando supostos pré-requisitos para habilidades acadêmicas. As classes especiais frequentemente restringiam-se a programas de prontidão, negligenciando habilidades e potencialidades, ao considerar os problemas centrados no indivíduo.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu diretrizes para a democratização da educação, incluindo a de pessoas com deficiência. Mendes (2010) destaca que a constituição garantiu a preferência pela educação dessas pessoas na rede regular de ensino, assegurando o direito ao atendimento educacional especializado. No entanto, apenas na década de 1990, com a separação da política de assistência social, ocorreram mudanças efetivas na área educacional, proporcionando maior autonomia.

Apesar dessas garantias, o público-alvo da educação especial (PAEE) ainda enfrentava limitadas opções no sistema educacional, muitas vezes afastado da frequência em salas comuns de escolas regulares, resultando frequentemente em exclusão em vez de inclusão. Nesse sentido:

Pode-se dizer que os resultados dos últimos 30 anos de política de “integração escolar” foi provocar uma expansão das classes especiais, favorecendo o processo de exclusão na escola comum pública. Os recursos predominantes hoje são salas de recursos em escolas públicas, que substituíram as antigas classes especiais, escolas especiais privadas e filantrópicas e um grande contingente de alunos inseridos em classes comuns sem receber nenhum tipo de suporte à escolarização (Mendes, 2010, p. 106).

Refletindo sobre o tema, constatamos que o debate atual sobre educação inclusiva se assemelha a uma retórica, semelhante ao que foi a integração escolar em décadas anteriores. No entanto, a inclusão escolar é agora vista como uma estratégia crucial para o sucesso da Educação Especial no Brasil. Para alcançar esse objetivo, é vital estabelecer a meta de universalizar o acesso à educação especial no âmbito do sistema educacional regular. Segundo Mendes (2010), a luta conjunta visa garantir uma escola pública brasileira de melhor qualidade para todos, respeitando simultaneamente as particularidades da população alvo da educação especial.

A Educação Especial e a necessidade de inclusão escolar estavam sendo reavaliadas não apenas no Brasil, mas também em outros países. Em 1977, nos Estados Unidos, uma lei foi promulgada para garantir uma “educação pública apropriada para todas as crianças com deficiências”, oficializando nacionalmente o processo de “*mainstreaming*”, equivalente à integração no Brasil. Conforme explicado por Mendes (2006), essa legislação assegurava a colocação de indivíduos com deficiências em alternativas minimamente restritivas, incentivando assim a implementação gradual de serviços educacionais na comunidade e desencorajando a institucionalização.

O movimento pela inclusão escolar de crianças e jovens com deficiências teve origem nos Estados Unidos e ganhou destaque nos anos 1990, influenciando significativamente o debate sobre o tema. Antes desse período, o termo “inclusão” predominava nos países de língua inglesa, enquanto os países europeus ainda empregavam os termos “integração” e “colocação seletiva” para abordar diferentes enfoques.

Em 1990, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, que resultou na aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Naquela época, estatísticas revelavam que mais de 100 milhões de crianças e jovens em países desfavorecidos e em desenvolvimento não tinham acesso à educação básica, enquanto apenas 2% das pessoas com deficiência recebiam algum tipo de educação (Mendes, 2006).

Em 1994, a Espanha sediou a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, resultando na Declaração de Salamanca, um marco crucial na disseminação da filosofia da educação inclusiva. Através dessa declaração, a educação inclusiva foi promovida como parte de um movimento global em direção à inclusão social, buscando a equidade de oportunidades para todos e a construção de uma sociedade mais justa, que valorize a diversidade e reconheça as diferenças. Estabeleceu que:

[...] as diferenças humanas eram normais, mas ao mesmo tempo reconhecia que a escola estava provocando ou acentuando desigualdades associadas à existência das diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e por isso pregava a necessidade de reforma educacional para prover uma educação de qualidade para todas as crianças (Mendes, 2006, p. 395).

Portanto, o movimento pela inclusão reconhece a normalidade das diferenças

humanas, alertando para o potencial de ampliação dessas diferenças pela escola. Defende reformas educacionais que contemplem a escola em sua totalidade, não se limitando às características individuais dos alunos. Embora haja debates sobre a inclusão total, existem resistências devido à satisfação com serviços existentes, a necessidade de ambientes mais protegidos, a falta de formação de alguns professores, o direito de escolha dos pais e a ausência de evidências de que a inclusão total seja sempre a melhor opção. O consenso, contudo, é buscar uma educação de qualidade para todos.

Não se pode ignorar a “[...] interpretação equivocada e reducionista de que a educação inclusiva é algo que diz respeito exclusivamente à população tradicional da educação especial, e não ao conjunto dos excluídos” (Mendes, 2006, p. 401). Na realidade, a educação inclusiva deve abranger todos os estudantes, independentemente de terem ou não deficiências.

A educação inclusiva reconhece a diversidade dos alunos, adaptando o ensino, a aprendizagem e o ambiente escolar para atender às necessidades individuais, promovendo participação ativa, igualdade de oportunidades e respeito à dignidade. O termo “educação inclusiva”, disseminado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), abraça o conceito de “escola para todos”, referindo-se aos estudantes tradicionalmente marginalizados e considerando todos como alunos com “necessidades educacionais especiais” (UNESCO, 1994 *apud* Mendes, 2017).

A inclusão escolar é um princípio que busca assegurar a participação plena e igualitária de todos os alunos no ambiente educacional regular, independentemente de características individuais, habilidades ou necessidades especiais. Na educação especial, a inclusão escolar refere-se ao processo de garantir que estudantes com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento recebam uma educação de qualidade em escolas regulares, evitando a segregação em escolas especiais ou classes individuais.

Conforme pontua Mendes (2017), a adjetivação do termo “inclusão” refere-se aos sistemas, não aos alunos. É apropriado falar em escola inclusiva e sala de aula inclusiva, mas não em aluno “incluso” ou “incluído”, pois essa não é uma característica pessoal. A responsabilidade de inclusão não recai sobre os próprios estudantes.

É essencial destacar que o PAEE é muitas vezes percebido erroneamente no sistema educacional, rotulado como «alunos da inclusão» ou «alunos da educação especial». No entanto, esses estudantes são integrantes de todos os alunos da escola. Mendes (2017) ressalta o discurso que utiliza expressões como alunos «da inclusão» ou «inclusos», enfatizando o caráter de concessão associado à negação. Essas expressões sugerem que esses alunos estão presentes nas escolas e salas de aula, mas não são verdadeiramente considerados parte delas; são vistos como pertencentes à «inclusão» ou à Educação Especial. Esse discurso procura eximir a escola da responsabilidade pela educação desses alunos, tratando-a como uma concessão, em vez de cumprir efetivamente um direito que lhes é garantido.

Portanto, o futuro da inclusão escolar dependerá de um esforço coletivo envolvendo pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, famílias e estudantes PAEE para

assegurar uma educação de qualidade para todos. O movimento pela inclusão escolar requer definições precisas e considerações políticas cuidadosas, a fim de evitar permanecer apenas na retórica, “até que surja, no futuro, um novo ‘paradigma’ redentor, possivelmente de origem externa, que revolucione nosso discurso e eventualmente transforme nossas escolas” (Mendes, 2006).

A Política Nacional de Educação Especial de 2008, atualmente em vigor, adota a perspectiva da Educação Inclusiva. Seu objetivo é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. A abordagem inclui acesso ao ensino regular, aprendizagem contínua em todos os níveis, educação especial abrangente, atendimento especializado, formação de professores, envolvimento da família e comunidade, acessibilidade e cooperação entre setores públicos. Apesar dos avanços, essa política ainda não consegue garantir plenamente o atendimento das necessidades especiais de todos os alunos (Brasil, 2008a).

O texto assegura que o aluno PAEE seja matriculado na sala comum de uma escola regular, frequentando as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no contraturno com oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, indaga-se sobre a suficiência desse contato com o AEE em poucas horas de contraturno.

Conforme estabelecido pelas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, o AEE tem como propósito identificar, desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade destinados a eliminar as barreiras que impedem a plena participação dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas. Esse tipo de atendimento complementa e/ou reforça a formação dos alunos, visando à promoção da autonomia e independência tanto dentro quanto fora do ambiente escolar (Brasil, 2008b).

Dentro das SRM, o AEE deve complementar ou suplementar a formação escolar. Contudo, a verdadeira inclusão ocorre na sala de aula comum, onde as necessidades e especificidades dos estudantes são diariamente consideradas. Mendes (2017) destaca que uma abordagem de inclusão focada exclusivamente nas SRM “mantém a concepção de que a deficiência está centrada no aluno, e o atendimento vai compensar, provocando pouco ou nenhum impacto na classe comum”. Na sala comum, o AEE deve criar condições e estratégias para garantir que o estudante PAEE tenha acesso pleno ao currículo, promovendo a acessibilidade a materiais didáticos, espaços, equipamentos, sistemas de comunicação, informação e atividades escolares (Brasil, 2008b).

Na sala comum, o estudante PAEE dedica a maior parte de sua jornada escolar, desenvolvendo tanto aspectos pedagógicos quanto socioemocionais, essenciais para sua formação. A presença diária do professor do AEE com o professor regente na sala comum não apenas beneficia o estudante com deficiência, mas também contribui para o progresso do grupo como um todo.

As diretrizes para o AEE na Educação Básica preconizam que o professor desse serviço deve possuir formação inicial para docência e especialização em Educação Especial. É crucial que esse profissional esteja qualificado para atender às necessidades específicas do estudante PAEE. A presença de um estagiário, auxiliar ou monitor na sala comum não se equipara ao AEE, sendo fundamental contar com um profissional devidamente capacitado.

De acordo com Capellini e Zerbato (2019), a colaboração entre o professor do AEE e o da sala comum beneficia ambos, promovendo um aprendizado mútuo. Reconhecendo que a responsabilidade pela educação dos alunos PAEE não deve recair exclusivamente sobre um profissional, tampouco apenas sobre o professor da sala comum, a parceria entre eles, considerando a diversidade de metodologias necessárias, é essencial para atender às especificidades de cada estudante.

Diante dos desafios nas escolas de Educação Básica no Brasil, é imperativo reconhecer que o modelo atual, que matricula todos os estudantes na escola comum e oferece serviços específicos de Educação Especial apenas no contraturno ou de forma esporádica aos professores da sala comum, é insuficiente. A prática de direcionar os estudantes PAEE para salas separadas durante sua permanência na escola também não está alinhada com os princípios inclusivos. O que se torna essencial é um acompanhamento sistemático, com propostas pedagógicas coesas para toda a turma em que os estudantes estão matriculados. A colaboração constante entre os professores da sala regular e da Educação Especial é fundamental para criar um ambiente escolar inclusivo. Diante desse cenário, a proposta de Ensino Colaborativo emerge como uma abordagem mais adequada.

O Ensino Colaborativo

O Ensino Colaborativo representa uma estratégia pedagógica baseada na cooperação entre o professor de ensino comum e o professor da Educação Especial, ambos trabalhando de maneira integrada em sala de aula comum. Essa abordagem visa compartilhar a responsabilidade educacional, considerando os ritmos de aprendizagem e as particularidades individuais de cada aluno, sendo aplicável em todos os níveis educacionais, desde a Educação Infantil até a Educação Superior.

Ao contrário dos modelos tradicionais, o Ensino Colaborativo não se limita ao atendimento exclusivo do PAEE, buscando beneficiar todos os estudantes presentes na sala de aula. Capellini e Zerbato (2019) destacam que essa abordagem proporciona vantagens significativas ao fomentar uma experiência educacional inclusiva e enriquecedora para toda a comunidade escolar. Ao integrar métodos e estratégias diversificadas, o Ensino Colaborativo contribui para a criação de um ambiente de aprendizado que atende às necessidades variadas dos alunos, promovendo o desenvolvimento acadêmico e socioemocional de forma abrangente.

Tal modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de salas de recursos, salas especiais ou escolas especiais, especificamente, para responder às demandas das práticas de inclusão escolar de estudantes PAEE, pois, uma vez que o aluno deve ser inserido numa classe comum, todos os recursos dos quais ele pode se beneficiar têm que estar junto dele para o contexto da sala de aula, incluindo o professor especializado (Capellini; Zerbato, 2019, p. 36).

Ao ponderarmos sobre o processo de inclusão escolar, o Ensino Colaborativo emerge como uma estratégia promissora na busca por métodos de ensino que contemplem a diversidade presente tanto no ensino comum quanto na Educação Especial.

Para viabilizar com êxito o Ensino Colaborativo, é fundamental que ele ocorra na sala de aula comum, ambiente principal em que o estudante PAEE investe a maior parte do seu tempo. A estratégia deve centrar-se na adaptação da escola para proporcionar o

melhor suporte a esse estudante, evitando considerar a presença desses indivíduos na escola como um problema.

Nesse sentido, destaca-se a importância de reiterar que no modelo proposto pelo Ensino Colaborativo, o planejamento, a execução, a instrução, a criação de estratégias e a avaliação são ações deliberadas de forma conjunta e intencional, realizadas em parceria pelos professores do Ensino Regular e do AEE. Além disso, a coordenação e direção da escola desempenham um papel mediador nesse processo, sendo essenciais para o sucesso da abordagem, uma vez que, sem o comprometimento da administração, a eficácia dessa prática fica comprometida.

É importante destacar que o simples fato de ter professores do ensino comum e da Educação Especial compartilhando uma mesma sala, alternando-se, auxiliando-se e adaptando atividades e materiais não configura Ensino Colaborativo. A participação dos dois profissionais deve ser completa e conjunta. Os estudantes devem ser considerados como “nossos alunos”, pertencentes à escola e à sala de aula, sem distinção de segmento.

Dessa forma, assim como aponta Capellini e Zerbato (2019), os alunos são organizados de maneira heterogênea, e ambos os professores colaboram com TODOS os estudantes. Diferentes combinações de estudantes e tamanhos de grupos podem ser adotadas, assegurando que cada aluno tenha a oportunidade de explorar plenamente seu potencial de aprendizagem.

Existem aspectos claramente definidos, todos convergindo para a intenção de promover um trabalho conjunto baseado em colaboração e parceria. Essa colaboração tem um propósito específico, um objetivo a ser alcançado, que só se concretizará mediante o desenvolvimento de um trabalho conjunto. É fundamental reconhecer que ambos os professores compartilham a responsabilidade por todos os alunos, e, portanto, devem criar estratégias que ofereçam oportunidades equitativas, focando nas potencialidades individuais, independentemente de suas características específicas.

Abordagens na implementação do ensino colaborativo

Para implementar abordagens de Ensino Colaborativo, o primeiro passo consiste em iniciar uma discussão abrangente com toda a equipe escolar, visando compreender a natureza do trabalho proposto e esclarecer os papéis de cada professor nesse processo. A compreensão dos papéis individuais dos professores implica reconhecer que os conhecimentos, habilidades e saberes de cada educador não se anulam mutuamente; pelo contrário, integram-se e devem ser valorizados de maneira equitativa. Ao envolver todos os membros da comunidade escolar nesse diálogo, cria-se um ambiente e uma cultura colaborativos que beneficiam a escola como um todo.

A implementação do Ensino Colaborativo é um processo gradual, conforme destacado por Capellini e Zerbato (2019), no qual as habilidades são desenvolvidas ao longo do trabalho, sempre com o objetivo unificado entre os profissionais envolvidos.

A implementação de abordagens de Ensino Colaborativo dependerá do contexto dos estudantes matriculados na turma, das características dos profissionais envolvidos e dos objetivos a serem alcançados. É importante destacar que o modelo escolhido pode

passar por ajustes ao longo do processo, à medida que os profissionais se alinham entre si e com a turma, podendo surgir a necessidade de alterações em algum aspecto da proposta.

Em suas obras, Capellini e Zerbato (2019) detalham diversas formas de abordagens de trabalho para a implementação do Ensino Colaborativo, que incluem:

- Um ensina; outro observa: Um professor atua como figura principal, enquanto o outro presta auxílio e observa o comportamento dos alunos;
- Um professor; outro assistente: Um assume a liderança, enquanto o outro oferece auxílio quando necessário e circula entre os alunos;
- Estações de Ensino: Cada professor é responsável por um grupo em uma área diferente da sala, realizando atividades distintas, mas inter-relacionadas. Os alunos têm a liberdade de se deslocar entre as áreas;
- Ensino Paralelo: A sala é dividida ao meio, com cada professor responsável por um grupo, mas utilizando o mesmo plano de aula;
- Ensino Alternativo: Um professor fica encarregado de um grupo cujos alunos necessitam de reforço ou atividades complementares, enquanto o outro trabalha com o restante da turma;
- Equipe de Ensino ou Ensino Colaborativo: Este modelo, característico do Ensino Colaborativo, envolve ambos os professores assumindo a responsabilidade por toda a turma, planejando, executando e avaliando conjuntamente.

Durante a implementação do Ensino Colaborativo, é possível utilizar diversas dessas abordagens de maneira rotativa. Esse processo ocorre enquanto os profissionais se familiarizam, se adaptam ao modelo de trabalho, ajustam práticas e abordagens, além de se familiarizarem com o contexto escolar. Segundo Capellini e Zerbato (2019), os dois professores decidirão em conjunto a melhor maneira de trabalhar em equipe, sendo o formato do trabalho sujeito a constante reavaliação de acordo com os objetivos almejados. Importante ressaltar que o Ensino Colaborativo se destaca por sua intencionalidade pedagógica, em que o professor da sala comum e o professor de apoio atuam como um corpo único, desempenhando funções distintas, não apenas por meio da parceria, mas pela colaboração efetiva entre ambos.

Ao analisarmos algumas das abordagens de implementação mencionadas, é evidente que algumas delas têm o potencial de reproduzir padrões segregacionistas, contrariando os princípios da inclusão escolar que buscamos estabelecer. Um modelo em que o aluno PAEE é separado da turma, envolvido em atividades constantemente distintas e, muitas vezes, não alinhadas ao currículo, onde cada profissional desempenha apenas uma função, não pode ser verdadeiramente considerado um trabalho de Ensino Colaborativo eficaz. Conforme indicado por Capellini e Zerbato (2019), o verdadeiro Ensino Colaborativo implica que ambos os professores participem plenamente, embora desempenhando funções distintas, no processo de ensino e aprendizagem.

Para o PAEE e demais estudantes, o acesso ao currículo regular é crucial. Engajar-se nas mesmas atividades, adaptadas conforme necessário, não apenas fomenta a

valorização da diversidade, mas também contribui para quebrar estigmas e preconceitos, promovendo um senso de pertencimento ao grupo.

No contexto do Ensino Colaborativo, a colaboração entre o professor especialista em Educação Especial e o professor do ensino comum possibilita uma interação direta com o currículo escolar. Capellini e Zerbato (2019) destacam que essa abordagem em tempo real facilita o desenvolvimento de estratégias e recursos personalizados, permitindo que o estudante PAEE e seus colegas assimilem o conhecimento de maneira mais integrada, ao contrário do trabalho segregado em SRMs, que pode distanciar essa conexão com o conteúdo da sala de aula.

“Incluir” envolve a implementação de estratégias que assegurem oportunidades educacionais para todos os estudantes, independentemente de serem do PAEE ou não. Isso busca promover o desenvolvimento de habilidades e a participação ativa de todos na comunidade escolar.

Na busca por uma inclusão escolar efetiva, alinhada à perspectiva da Educação Inclusiva, o Ensino Colaborativo se destaca como uma abordagem promissora capaz de impulsionar o sucesso na aprendizagem, tanto para os estudantes do PAEE quanto para os demais. Sob a perspectiva do Ensino Colaborativo, Capellini e Zerbato (2019), sinalizam que uma escola inclusiva reconhece o estudante como o foco central da aprendizagem, construindo o ensino a partir de suas potencialidades, e não de suas dificuldades. Essa abordagem também reconhece a singularidade de cada indivíduo, admitindo que o aprendizado ocorre de maneiras diversas e em ritmos distintos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa optou por uma abordagem qualitativa, respaldada pela metodologia de revisão bibliográfica. Essa escolha metodológica, do grupo de estudo, proporcionou uma análise aprofundada, utilizando diversas fontes para embasar o estudo de maneira fundamentada e abrangente. Prodanov e Freitas (2013, p. 70) ressaltam que a: “[...] pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Conforme destacado por Lakatos (2001, p. 43), a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias desempenha um papel crucial neste estudo. Essa abordagem implica na abrangente coleta de todo o material bibliográfico previamente publicado e explorado pelo grupo de estudos.

Assim, percebe-se que ao se basear em fontes altamente confiáveis, a bibliografia oferece segurança na utilização de suas informações, conferindo considerável credibilidade tanto à pesquisa quanto ao pesquisador que a emprega.

Contudo este trabalho visa compreender o que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e as possibilidades de inclusão escolar por meio do Ensino Colaborativo, entre os profissionais do ensino comum e da Educação Especial, colaboram para a consolidação de práticas inclusivas evidentes nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem como objetivo apresentar as reflexões desenvolvidas por um grupo de pesquisa composto por mestrandos do Programa Nacional de Formação em Rede em Educação Inclusiva - ProfEI. A revisão bibliográfica abrange a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e as possibilidades de inclusão escolar por meio do Ensino Colaborativo, refletindo sobre a colaboração entre os profissionais do ensino comum e da Educação Especial. A escolha desse tema foi impulsionada pela intenção de discutir e aprofundar a compreensão dessa dinâmica colaborativa, alinhada aos princípios da Educação Inclusiva na prática escolar. A motivação adicional para essa pesquisa originou-se das disciplinas do mestrado, as quais estimulam a leitura crítica, análise e pesquisa na área.

Embora baseado nas contribuições de Capellini e Zerbato (2019) e nas obras de Mendes (2006, 2010, 2017), o presente trabalho explorou o Ensino Colaborativo como uma estratégia pedagógica que se concretiza por meio da colaboração entre o professor de ensino comum e o professor da Educação Especial. Essa abordagem tem como propósito atender às necessidades de todos os alunos na sala de aula, destacando que sua aplicabilidade não se limita a um contexto específico, sendo capaz de beneficiar não apenas os estudantes com deficiência, mas englobando todos os alunos presentes na turma.

As reflexões e estudos dedicados ao tema nos conduziram à conclusão de que a implementação do Ensino Colaborativo deve ocorrer no ambiente da sala de aula regular, acompanhada da adaptação estrutural da escola para melhor atender às necessidades do aluno com deficiência. É fundamental não encarar a presença desses alunos como um obstáculo, mas, ao contrário, reconhecer e fortalecer suas potencialidades no contexto escolar. Embora as SRMs desempenhem um papel essencial, não devem constituir o único canal para o AEE e nem ser concebidas como um reforço separado do currículo regular do restante do grupo. É na sala de aula comum que ocorre o desenvolvimento das habilidades socioemocionais do aluno, ao mesmo tempo em que suas potencialidades são devidamente reconhecidas.

Quanto às abordagens de implementação do Ensino Colaborativo, é fundamental envolver toda a equipe escolar na discussão e compreender o papel de cada professor nesse processo. O Ensino Colaborativo se materializa quando ambos os professores atuam de maneira plena e conjunta, compartilhando responsabilidades e elaborando estratégias para fomentar oportunidades de aprendizagem equitativas para todos os alunos.

Por fim, destaca-se a necessidade de assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo regular no Ensino Colaborativo, promovendo a valorização da diversidade e o senso de pertencimento à comunidade escolar. No entanto, é imperativo ressaltar a importância da formação específica dos profissionais do AEE. Os conhecimentos e saberes específicos dessa área são essenciais, inclusive para o desenvolvimento do professor do ensino comum. A intervenção ou apoio pedagógico destinado a auxiliar estudantes com PAEE na sala comum, quando conduzido por estagiários ou por indivíduos sem formação adequada, pode reforçar processos que contribuem para a exclusão. Nesse contexto, o Ensino Colaborativo emerge como uma abordagem altamente promissora para fomentar

a inclusão escolar e atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de serem estudantes com ou sem deficiência. Essa abordagem destaca a importância da diversidade e busca assegurar oportunidades educacionais equitativas.

Conclui-se, portanto, que a efetivação do Ensino Colaborativo requer intencionalidade pedagógica, a colaboração de toda a comunidade escolar, a promoção da cooperação e o reconhecimento das habilidades e conhecimentos de cada professor, visando ao pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008b.
- CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo**. São Paulo: Editora Edicon, 2019
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4. e. SP: Atlas, 2001.
- MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de educação especial, 11, 387-405, 2006.
- MENDES, E. G. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Educación y Pedagogía, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2010.
- MENDES, Enicéia G. **Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar**. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. Orgs. Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural. 304p.
- UNESCO. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha, 1994
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Direitos educacionais em relação à educação sexual: uma análise de abordagem formal e transversal

Educational rights in relation to sexual education: an analysis of a formal and transversal approach

Maria Itelvina de Souza Gonçalves

Universidad de La Integración de Las Américas

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr.

RESUMO

Este estudo é uma descrição resumida de uma dissertação desenvolvida para validação de títulos, que traz como temática: Direitos educacionais em relação à educação sexual: Uma análise de abordagem formal e transversal. O problema que despertou este estudo surgiu quando se observou que os alunos foco desta pesquisa não estavam sensibilizados para a noção educativa sobre os direitos da educação sexual. O objetivo geral da pesquisa: Analisar as percepções sobre o conhecimento da educação sexual, considerando tanto a abordagem formal adotada pela escola quanto as influências do ambiente doméstico. O processo metodológico partiu de uma pesquisa de estudo transversal observacional e descritivo que se trata de uma investigação sincrônica embora o tempo não interfira no comportamento das variáveis. O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico levantamento operacionalizado através de análises. (Fonseca, 1986). A aplicabilidade do instrumento se deu nas turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental II, em uma escola pública municipal, localizada na Cidade de Manaus-Amazonas/Brasil, no período de 2022-2023. Os principais resultados apresentam que os estudantes precisam serem instruídos em relação aos seus direitos sobre educação sexual, viabilizando aos mesmos promoções educativas quanto ao tema que necessita de melhor atenção e conscientização.

Palavras-chave: educação sexual; direitos educacionais; adolescência; abordagem transversal.



ABSTRACT

This study is a summary description of a dissertation developed to validate titles, which has as its theme: Educational rights in relation to sexual education: An analysis of a formal and transversal approach. The problem that sparked this study arose when it was observed that the students who were the focus of this research were not aware of the educational notion about the rights of sexual education. The general objective of the research: Analyze perceptions about knowledge of sexual education, considering both the formal approach adopted by the school and the influences of the home environment. The methodological process started from an observational and descriptive cross-sectional study, which is a synchronic investigation, although time does not interfere with the behavior of the variables. The focus is a qualitative and quantitative approach, adopting as a technical procedure a survey operationalized through analysis (Fonseca, 1986). The applicability of the instrument took place in the 8th and 9th year classes of elementary school II, in a municipal public school, located in the City of Manaus-Amazonas/Brazil, in the period 2022-2023. The main results show that students need to be instructed in relation to their rights regarding sexual education, enabling them to receive educational promotions on the topic that needs better attention and awareness.

Keywords: sex education; educational rights; adolescence; transversal approach.

INTRODUÇÃO

O entendimento das interações sociais, culturais e educacionais que influenciam a forma como crianças e adolescentes enxergam a sexualidade é um tema abrangente, no qual se destaca obtendo a importância de melhorar os métodos de educação sexual nas instituições de ensino. O problema que despertou este estudo surgiu quando se observou que os alunos foco desta pesquisa não estavam sensibilizados para a noção educativa sobre os direitos da educação sexual, diante disso procurou-se saber: Como os alunos percebem seus direitos educacionais em relação à educação sexual e quão bem eles estão informados sobre o assunto, dada a abordagem da escola e suas realidades pessoais?" tal pergunta norteadora guiou a pesquisadora em direção a uma compreensão mais profunda das dinâmicas entre a teoria e a prática da educação sexual nas escolas, bem como a interação entre a educação formal e as influências do ambiente doméstico na formação da percepção e do conhecimento dos alunos sobre a sexualidade.

Objetivo Geral do estudo consistiu em analisar a percepção dos alunos sobre seus direitos educacionais em relação à educação sexual e avaliar seu nível de conhecimento sobre o tema, considerando tanto a abordagem formal da escola quanto as influências do ambiente doméstico.

O presente artigo se justifica pois, a realização desta pesquisa assenta-se na necessidade de aprofundar o entendimento sobre a administração e a eficácia da educação sexual nas escolas, visando a formação de indivíduos conscientes de sua sexualidade e das responsabilidades associadas. Ao nível científico, o estudo propôs-se a contribuir para a literatura existente, fornecendo dados que podem auxiliar na formulação de políticas educacionais mais efetivas e inclusivas. Pedagogicamente, se direcionou no aprimoramento

da qualidade da educação sexual, munindo os educadores com ferramentas e conhecimentos para promover tal forma de educação de maneira mais eficaz e significativa.

Este trabalho não apenas ilumina as percepções e o conhecimento dos alunos da escola pesquisada acerca da educação sexual, mas também busca influenciar positivamente a prática educacional, contribuindo para a formação de uma sociedade mais informada, consciente e inclusiva no que tange à sexualidade.

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: DIREITOS, DISCURSOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A educação sexual é um direito fundamental dos estudantes, não apenas em razão dos seus benefícios preventivos, mas também por sua capacidade de promover a compreensão, respeito e valorização da própria sexualidade e a dos outros. Assim, busca-se entender como os alunos percebem seus direitos educacionais a esse respeito e avaliar seu nível de conhecimento sobre o tema.

Então é importante citar o que Martins (2021) interpretam sobre o fato de que a sexualidade é uma construção complexa e abrangente, estruturada em termos formais e composta por elementos históricos e sociais. Esses elementos são capazes de moldar discursos que, por sua vez, estabelecem normas e concepções que atuam reprimindo, ajustando e controlando comportamentos.

Dessa forma, são geradas “verdades” que transcendem o aspecto biológico da sexualidade, inserindo-se também no âmbito do imaginário. A sexualidade, portanto, não se manifesta apenas no tangível, mas está intrinsecamente ligada à ideologia que permite os padrões de normalidade estabelecidos nas relações sociais.

Em termos legais, a Constituição Federal de 1988 consagra, entre outros, o direito à educação com princípios éticos de igualdade e liberdade (Brasil, 1988). Em paralelo, instrumentos pedagógicos como os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (Brasil, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) destacam a necessidade de abordar a sexualidade de maneira transversal e respeitosa, promovendo a formação cidadã e a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs. No entanto, a efetividade dessas concepções em ambientes escolares e o impacto da educação sexual familiar ainda são questionados.

De forma mais contextualizada, a Constituição Federal de 1988, conforme explorado por Santos (1995), consolida a educação como direito fundamental de todos os cidadãos, pautando-se em princípios éticos de igualdade e liberdade. Em consonância, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, como observa Louro (2000), sublinham a imperatividade de abordar a sexualidade de forma transversal, visando à formação cidadã e a prevenção de riscos associados ao tema.

A expressão “orientação sexual” também é um termo amplamente utilizado quando se discute sexualidade, especialmente no âmbito educacional. Nos PCNs, que se dividem em volumes que abordam diferentes etapas do ensino, o termo é empreendido com o intuito de orientar como os conteúdos relacionados à sexualidade devem ser envolvidos na

sala de aula, o que é particularmente evidente nos volumes destinados aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, nos quais a sexualidade é incluída como um dos temas transversais que permeiam o currículo escolar.

Quanto à sua implementação curricular, Martins (2021, p. 28) adverte que:

A sexualidade se manifesta nas instituições de ensino mesmo não estando presente nitidamente no currículo escolar ou em ações pedagógicas da escola. A sexualidade e a Educação Sexual estão presentes no dia a dia da escola mesmo quando não são abordadas, elas estão inseridas nas normas de comportamento, nos princípios, nos modelos, nos silenciamentos e nas repreensões, censuras e proibições que acontecem a todo o momento na escola, pois é inerente aos sujeitos. Isso porque a escola detém o saber e onde há saber há poder. Daí, a escola é o espaço onde as relações de poder têm força e efeito na modelação de sujeitos e de seus corpos e identidades.

Depreende-se, do exposto por Martins (2021), que a sexualidade permeia o ambiente escolar, mesmo que não seja explicitamente inserida no currículo ou nas práticas pedagógicas, sendo que a presença da sexualidade e da educação sexual é evidente nas normas comportamentais, princípios e modelos que a escola adota, bem como nos silêncios, repreensões, censuras e proibições que ocorrem no dia a dia escolar.

Essas manifestações são reflexo de como a sexualidade é intrínseca aos indivíduos que compõem a escola. Além do mais, a escola é um espaço de poder e saber, essas relações de poder têm um papel crucial na formação de sujeitos, influenciando suas identidades e corpos e cujo entendimento é fundamental para considerar o papel da escola como um espaço onde as noções de sexualidade são constantemente negociadas e construídas.

Em acréscimo, Cavalcanti e Lucena (2015) reiteram que é comum que o professor, ao exercer sua função na Educação Básica, se depare com questões complexas e desafiadoras que vão além dos conteúdos curriculares, como os temas relacionados à sexualidade, ao uso de álcool e outras drogas, e aos comportamentos que envolvem violência simbólica e até física.

Tais questões exigem do educador uma reflexão profunda sobre sua prática pedagógica e a busca por estratégias e abordagens que contemplem a promoção da saúde e a defesa da vida, sempre pautadas nos princípios de qualidade e de respeito aos direitos de todos os envolvidos no processo educacional. Entende-se que essa perspectiva integral e humanizada é fundamental para enfrentar os desafios cotidianos e contribuir para a formação integral dos estudantes.

Em se tratando das crenças culturais, sob a ótica de Martins (2021):

A educação é o meio qualificado para reconhecer a diversidade de valores, crenças, culturas e costumes de toda uma sociedade, pois é a partir dela que há a construção e reconstrução de significados e atitudes. Não há apenas um tipo de educação, mas sim vários tipos, e não há como ninguém se isentar, pois as condutas sociais sofrem interferências de todo o processo de educação que o sujeito está inserido, seja institucionalizado ou não.

Isso quer dizer que a educação se apresenta como um instrumento essencial para valorizar e respeitar a diversidade de valores, crenças, culturas e tradições presentes em uma sociedade, pois é por meio dela que ocorre a formação e reformulação de significados, perspectivas e atitudes frente ao mundo.

Importante se faz destacar, que não existe uma forma única de educação, mas sim uma multiplicidade de abordagens e metodologias educacionais. Além disso, é impossível se desvincular do processo educativo, uma vez que as condutas e comportamentos sociais são moldados e influenciados por ele, seja em ambientes formais de ensino ou em contextos informais de aprendizagem e socialização.

Sendo assim, o Módulo de Orientação Sexual, proposto pelos PCNs, destaca que:

[...] o processo de intervenção pedagógica tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos (Brasil, 1998).

Ou seja, o propósito central do processo de intervenção pedagógica em relação à sexualidade é proporcionar a transmissão de informações e fomentar o questionamento sobre questões associadas à sexualidade, englobando as diferentes posturas, envolvendo, tabus e valores que permeiam esse tema.

Ao mesmo tempo, é fundamental respeitar os limites de privacidade dos estudantes, sem importar ou direcionar suas atitudes e comportamentos. Esse processo educativo deve ser pautado em um diálogo aberto e respeitoso, passando pela construção de uma compreensão crítica e integrada sobre a sexualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de indivíduos independentes e conscientes.

Sobre o aspecto da formação dos professores, em estudo de Martins (2021), a pesquisadora revelou que a maioria das professoras (79%) da pesquisa não tiveram contato com conteúdo ou disciplinas de Educação Sexual em sua formação inicial, enquanto uma pequena parcela (16%) afirmou ter tido essa experiência. As investigações das experiências das que responderam afirmativamente variaram, incluindo temas como “Orientação sexual na educação escolar”, “Identidade de gênero, conceitos e histórias”, e “Palestras na área de Biologia”.

Esses resultados corroboram a análise de Figueiró (2009; 2018, *apud* Martins, 2021), que critica o processo de formação docente por sua incapacidade de abordar temas relacionados à sexualidade nas instituições escolares, limitando-se muitas vezes a uma formação técnica desprovida de uma abordagem mais humanística e reflexivo.

Essa lacuna na formação dos educadores pode ter consequências negativas, afetando diretamente a maneira como esses futuros professores, coordenadores e gestores escolares irão abordar o processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes nas escolas, especialmente no que se refere à educação sexual e às questões de gênero e sexualidade que são tão fundamentais na formação de cidadãos conscientes e respeitadores da diversidade.

Em outra vertente, o tratamento da sexualidade, conforme proposto nos Temas Transversais, exige uma preparação especial dos educadores, como estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para abordar questões de Sexualidade com crianças e jovens de maneira adequada e responsável, os educadores precisam ter acesso à formação específica que os capacite para tal.

Tal tipo de formação deve incluir o contacto com teorias, leituras e discussões sobre

a Sexualidade e as suas diversas abordagens, além de preparação para a intervenção prática junto aos alunos. Outro aspecto importante mencionado pela LDB é a necessidade de espaços coletivos de supervisão dessa prática pedagógica, que devem ser sistemáticos e sistêmicos, proporcionando aos educadores a oportunidade contínua de reflexão sobre seus próprios valores e preconceitos no contexto do trabalho de orientação sexual. Essa abordagem integral e reflexiva é essencial para garantir que a educação sexual seja conduzida de maneira ética, respeitosa e eficaz nas escolas (Brasil, 1996).

Além do mais, notou-se a necessidade de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Básica, em 2013, que marcou um importante passo na direção à expansão dos direitos educacionais das crianças e adolescentes no Brasil. Com a inclusão do Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade da educação gratuita dos 4 aos 17 anos, as mudanças representaram um avanço significativo.

Diante dessa nova realidade, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação realizou uma série de estudos, debates e audiências públicas para buscar subsídios para a formulação das novas diretrizes, cujos eventos contaram com a participação ativa de diversas entidades representativas, incluindo dirigentes estaduais e municipais, professores, profissionais da educação, instituições de formação de professores, mantenedoras do ensino privado, além de pesquisadores

Esse processo colaborativo visa a elaboração de uma Base Nacional Curricular e uma proposta de Educação Sexual que reflita uma visão global e sistêmica, em linha com os objetivos das DCNs de 1997. Essa abordagem é crucial para garantir que a educação sexual seja integrada de maneira eficaz e abrangente no currículo escolar, contribuindo para uma formação mais completa e inclusiva dos estudantes. A seguir destacamos o trecho pertinente:

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular os seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, Ciência e tecnologia, diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo (Brasil, 2013a, p. 115).

Nesse viés, uma abordagem integrada e multidisciplinar é fundamental para um currículo educacional completo e relevante, capaz de preparar os alunos para as questões complexas e contemporâneas que afetam a sociedade global, regional, local e individual. A legislação brasileira, conforme referência na Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei nº 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental), destaca a importância de incluir temas essenciais como saúde, sexualidade, gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, preservação do meio ambiente, educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural na base nacional comum e na parte distribuída do currículo (Brasil, 2013b, p. 115).

Esses temas são cruciais para o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo uma educação que transcenda o conhecimento acadêmico tradicional,

contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos, capazes de agir de forma responsável e informada diante dos desafios da sociedade contemporânea. As escolas devem, portanto, buscar uma abordagem interdisciplinar e articulada para integrar esses temas essenciais de maneira eficaz e significativa no currículo, proporcionando aos alunos uma aprendizagem rica e diversificada.

O ponto seguinte, das posturas institucionais, que tratam das unidades escolares e dos órgãos competentes da educação brasileira, na perspectiva de Martins (2021) a sexualidade abrange um vasto conjunto de ideias, termos e categorizações que, apesar de diferentes, estão interligados. Entre as nomenclaturas frequentemente citadas por estudiosos do campo, encontram-se: sexo, sexualidade, orientação sexual e educação sexual, sendo crucial que se promovam reflexões, indagações e análises críticas sobre esses conceitos, bem como de suas aplicações tanto no ambiente escolar quanto fora dele.

Desse modo, compreende-se que a escola, como uma das principais instituições socializadoras, desempenha um papel crucial na formação humana e técnica de indivíduos. Essa formação é fundamental para moldar concepções e práticas relativas à saúde, que são essenciais para o bem-estar e desenvolvimento de uma sociedade. O processo educativo dentro da escola, portanto, deve ser abrangente e inclusivo, garantindo a importância da historicidade, da intersetorialidade e da construção de redes colaborativas.

Ao abordar a historicidade, o processo educativo considera as diferentes experiências e contextos históricos que moldam as percepções e comportamentos em relação à saúde, o que permite que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais profunda e crítica das questões de saúde que afetam suas comunidades e a sociedade como um todo. A intersetorialidade, por sua vez, envolve uma colaboração entre diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, para abordar as questões de saúde de maneira holística e integrada.

Destarte, a formação de redes colaborativas facilita a partilha de recursos, conhecimentos e experiências, fortalecendo a capacidade da comunidade escolar para promover a saúde e o bem-estar de todos os seus membros. Juntas, essas abordagens são direcionadas para a construção de uma proteção social robusta e equitativa, garantindo que todos tenham acesso aos cuidados e apoio necessários para levar vidas saudáveis e produtivas.

No Brasil, as posturas institucionais em relação à educação sexual têm sido marcadas por uma série de desafios. A falta de consenso sobre o que constitui a educação sexual é um dos principais obstáculos, com diferentes visões e abordagens sobre o que deve ser ensinado, o que pode dificultar a definição de políticas públicas e a implementação efetiva de programas educacionais (Brasil, 1996).

Além disso, a falta de recursos financeiros e humanos pode dificultar a implementação de programas de educação sexual de qualidade, comprometendo seu impacto e eficácia (Brasil, 2001).

Segundo Sevilla e Seffner (2017b, p. 1, *apud* Vaccari, 2018, p.15):

[...] a temática de gênero e sexualidade é um território problemático quando pensamos no espaço escolar e nas leis, projetos e documentos referentes a educação no Brasil (Maia, 2017). De acordo com Sevilla e Seffner (2017), o campo educacional tem sido palco de controvérsias entre grupos conservadores – formados majoritariamente por fundamentalistas religiosos – e estudiosos e militantes. “Projetos como o chamado Escola Sem Partido se alastraram pelo Brasil e se somam a discussões sobre a retirada dos termos que fazem referência a gênero e sexualidade, em especial a partir de 2014, quando o Plano Nacional de Educação (PNE) exclui estas palavras do documento.

Pelo contexto exposto entende-se que a temática de gênero e sexualidade dentro do ambiente escolar brasileiro é, de fato, um terreno complexo e muitas vezes conflituoso, como ressaltado pela autora. As escolas, enquanto espaços de socialização e formação de indivíduos, devem ser ambientes propícios à discussão e reflexão sobre temas relacionados à diversidade de gênero e orientação sexual. No entanto, essas discussões frequentemente se chocam com posições conservadoras e fundamentalistas que buscam restringir o diálogo sobre esses temas.

As controvérsias presentes no campo educacional, em que grupos conservadores, muitas vezes são impulsionados por convicções religiosas, se opõem aos estudiosos e militantes que defendem a inclusão da temática de gênero e sexualidade na educação. Projetos como o Escola Sem Partido, que ganharam força nos últimos anos, refletem essa disputa, buscando limitar o debate sobre esses temas nas escolas.

A retirada dos termos “gênero” e “sexualidade” do Plano Nacional de Educação em 2014 é um exemplo de como essas disputas têm impacto concreto nas políticas educacionais do país. Essa exclusão representa um retrocesso, pois limita a possibilidade de uma educação mais inclusiva e respeitosa à diversidade. Além disso, impede que sejam abordados temas essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, possam se sentir reunidos e respeitados.

A educação sexual dentro da família é fundamentada em laços afetivos de confiança, essenciais para a construção de saberes relacionados à sexualidade. É importante ressaltar que mesmo aquelas famílias que optam por não discutir ou educar seus filhos sobre sexualidade, de certa forma, também estão participando do processo de educação sexual, pois a ausência de diálogo sobre o tema transmite a mensagem de que a sexualidade é um assunto privado e particular. Assim, a sexualidade, mesmo quando não verbalizada, continua presente e sendo modelada por diversos fatores, incluindo os meios de comunicação, influenciando a forma como é percebida e vivida pelos indivíduos no espaço social (Brasil, 1998).

Contudo, Martins (2021, p. 46, citando Pinheiro, 1997), alerta que:

As famílias têm importante papel na discussão sobre sexualidade na escola. Elas devem ser esclarecidas sobre os conteúdos e metodologias de trabalho, que podem ser feitos em conversas, reuniões ou comunicações escritas. Quando a família compreende a importância desse tipo de estudo o trabalho ganha força e abre novas visões e possibilidades dentro do próprio núcleo familiar.

Disso, depreende-se que as famílias são agentes essenciais no processo de educação sexual nas escolas, desempenhando um papel crucial no suporte e compreensão dos conteúdos e metodologias empregadas. A comunicação clara e aberta entre a escola

e a família, seja através de conversas, reuniões ou comunicações escritas, é fundamental para garantir que as famílias tenham conhecimento e compreendam a importância e o propósito da educação sexual.

Quando as famílias confirmam o valor deste tipo de estudo, o trabalho realizado pela escola é fortalecido, gerando um impacto positivo não apenas no ambiente escolar, mas também dentro do próprio núcleo familiar. Isso pode abrir novas perspectivas e possibilitar investigações mais abertas e esclarecedoras sobre a sexualidade em casa, promovendo um ambiente de apoio e compreensão mútua entre pais e filhos

Em síntese, a educação sexual, em sua amplitude e complexidade, exige dos educadores, gestores e demais envolvidos uma escuta ativa das percepções e necessidades dos alunos. Oliveira (2017) defende que para alcançar uma educação sexual abrangente e verdadeiramente eficaz, é fundamental uma visão holística que considere não apenas a instrução formal, mas também as marcantes influências domésticas.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

O foco deste trabalho incidiu sobre os as percepções dos estudantes a respeito da educação sexual e direitos educacionais na adolescência e seus reflexos na abordagem transversal na formação e percepção dos estudantes na escola municipal professor Sérgio Augusto Pará Bittencourt, Ensino Fundamental II, proporcionando uma análise detalhada e integral da questão em estudo.

A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (Collis; Hussey, 2005), estabelece relações entre as variáveis (Gil, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (Trivinos, 1990).

O enfoque do estudos sustentou-se sob uma abordagem qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico a pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Desse modo, por meio da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (Fonseca, 1986).

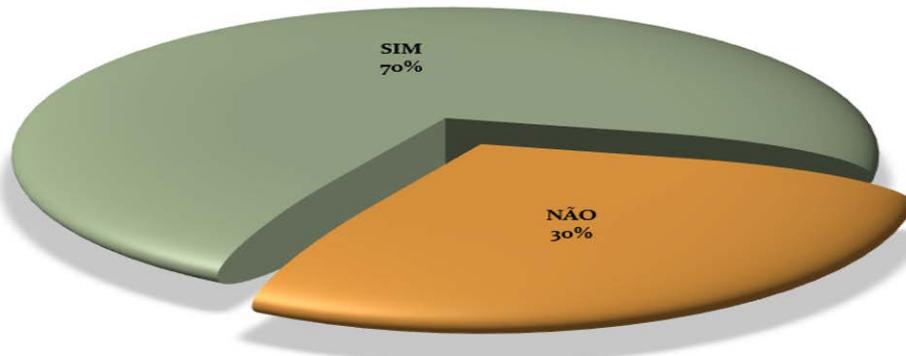
Em relação aos sujeitos da pesquisa, estes foram alunos de quatro turmas do 9º ano e duas turmas do 8º ano da escola investigada, que representam um grupo demográfico particularmente crucial quando se trata de educação sexual e seus desdobramentos na adolescência. Esses 20 adolescentes, vivendo na periferia de uma grande cidade, enfrentam desafios únicos, moldados tanto pelo contexto sociocultural quanto pelas transformações típicas dessa fase da vida.

ANÁLISE E ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste estudo, adotou-se uma metodologia de organização e anonimização dos dados coletados dos participantes, visando a preservação da confidencialidade e o cumprimento dos padrões éticos de pesquisa. Atribuiu-se a cada aluno um número

de identificação único, de 1 a 20, independentemente de seu sexo, o que permitiu uma referência clara e a proteção da identidade dos envolvidos, o que não apenas facilitou a correlação e análise dos dados, mas também contribuiu para uma estruturação lógica e sistemática dos resultados, possibilitando uma interpretação coerente e fundamentada do conjunto de informações obtidas. Quando se questionou se os alunos sabiam que eles tinham o direito de receber orientação sobre sexualidade na escola eles responderam que:

Gráfico 1 - Parecer dos entrevistados.



Fonte: A pesquisadora (2023)

Por fim, a consciência dos alunos sobre o direito de procurar ajuda de um adulto confiável em questões de sexualidade mostra que 65% deles estão cientes desse direito, mas uma parcela significativa de 35% não se sente confiante para exercê-lo. Isso ressalta a importância de estabelecer um ambiente escolar que promova a confiança e o suporte em questões relacionadas à saúde e educação sexual.

Ressalta-se que a educação sexual precisa ter início no ambiente familiar, ainda antes da criança iniciar os estudos na escola. Essa educação deve ser fortalecida por meio do aprendizado obtido nos programas educacionais e, além disso, é essencial que seja aprimorada ao longo da adolescência, juventude e fase adulta.

Muitos alunos enfrentam dificuldades em discutir questões de sexualidade com seus pais, muitas vezes devido a barreiras culturais, falta de informação ou desconforto com o tema. Isso pode levar os adolescentes a buscarem informações em fontes não confiáveis, como a internet ou pares igualmente desinformados.

Os tabus relacionados à sexualidade consistem em aspectos que não são amplamente aceitos pela sociedade, sendo considerados polêmicos ou inadequados. Estes incluem o relacionamento afetivo e sexual entre pessoas do mesmo sexo (homossexualidade), a prática da masturbação e o início da vida sexual feminina antes do casamento, entre outros. O papel do educador é facilitar e promover transformações nesse campo, mesmo que pareçam pequenas, pois terão relevância em um futuro próximo.

É de relevância as escolas incluírem a educação sexual nos programas de ensino e na rotina dos estudantes, porém este assunto ainda é cercado por diversos tabus, visto que frequentemente tais informações entram em conflito com a identidade dos próprios alunos como pessoas.

A instituição de ensino é um ambiente repleto de variedade e, progressivamente, tem assumido a função de promover valores sociais, oferecendo novas formas de compartilhar saberes.

Assim, é necessário que a orientação sexual seja abordada de maneiras distintas: integrada ao currículo escolar, através de conteúdos que sejam abordados em diferentes disciplinas, e também de forma extracurricular, para tratar de questões que surgirem relacionadas ao assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, é imprescindível promover iniciativas que colaborem para a formação de uma visão positiva da sexualidade dos adolescentes. Essas iniciativas precisam abranger tanto a escola quanto a família, criando oportunidades para que os jovens possam explorar sua sexualidade de forma mais consciente e protegida, combatendo os tabus perpetuados no convívio familiar e social.

O conhecimento dos alunos sobre o direito à orientação sexual na escola, embora substancial, ainda deixa um terço da amostra em sombras de desinformação, sublinhando a importância de estratégias educacionais mais robustas e comunicativas. Mais preocupante é a revelação de que uma expressiva maioria dos estudantes não recebeu educação formal sobre sexualidade, apontando para uma lacuna crítica na oferta curricular que precisa ser urgentemente endereçada para assegurar o acesso universal à educação sexual qualitativa e abrangente.

Ao apresentar uma análise sobre o tema da sexualidade, este trabalho não está de maneira alguma encorajando a prática de atividades sexuais. Ele não busca promover a repressão nem a libertinagem sexual. O objetivo não é estimular comportamentos sexuais ou incentivá-los de forma indiscriminada, mas sim criar um entendimento mais amplo sobre a sexualidade que leve em consideração o contexto social, a vida dos estudantes e, agora, uma consciência crítica em relação ao ambiente em que vivemos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 766/GM** de maio de 2001. Estabelece os Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação Saúde e Orientação Sexual. Diário Oficial da União, Brasília, DF, maio de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.

CAVALCANTI, P. B.; LUCENA C.M.F.; LUCENA P.L.C. **Programa Saúde na Escola**: interpretações sobre ações de educação e saúde no Brasil. *Textos Contextos*, 2015 dez;14(2):387-402.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2ª. Ed. Ed. Bookman, São Paulo, 2005.

FONSECA, E. N. **Bibliometria**: teoria e prática. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, R. R. **Educação sexual na escola**. Concepções e perspectivas dos professores de uma escola municipal de Sanclerlândia-GO. 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

VACCARI, I. L. **Gênero, educação sexual e ensino de ciências**: perspectivas de professoras e professores da educação básica / Isabela Lia Vaccari. -- Jaboticabal, 2018. 183 f.

Aspectos motivacionais no processo de ensino aprendizagem do ensino fundamental

Maria de Fátima de Souza Vieira
Nilton do Nascimento Braga

RESUMO

A motivação dos alunos é um elemento crucial no processo educacional, exercendo influência direta sobre o seu engajamento, desempenho acadêmico e bem-estar emocional. Diante disso, o objetivo principal deste estudo é analisar como a motivação influencia no processo de ensino aprendizagem de alunos no Ensino Fundamental. A motivação é um fenômeno multifacetado que demanda uma análise considerando os diversos aspectos socioculturais que o moldam. Quando os alunos estão motivados, eles tendem a se envolver mais ativamente nas atividades de aprendizagem, dedicando tempo e esforço para compreender os conceitos apresentados e aplicar seus conhecimentos de forma eficaz. A motivação pode se manifestar de diversas maneiras, e os professores desempenham um papel fundamental nesse aspecto ao fornecer feedback aos alunos, reconhecendo seus esforços, progressos e conquistas. Conclui-se, que os professores exercem uma influência central na promoção da motivação dos alunos, uma vez que têm o poder de criar um ambiente de aprendizagem estimulante e inspirador.

Palavras-chave: motivação; desempenho educacional; ensino fundamental.

ABSTRACT

Student motivation is a crucial element in the educational process, exerting a direct influence on their engagement, academic performance and emotional well-being. Therefore, the main objective of this study is to analyze how motivation influences the teaching-learning process of students in Elementary School in the Early Years. Motivation is a multifaceted phenomenon that demands analysis considering the different sociocultural aspects that shape it. When students are motivated, they tend to become more actively involved in learning activities, dedicating time and effort to understand the concepts presented and apply their knowledge effectively. Motivation can manifest itself in many ways, and teachers play a fundamental role in this aspect by providing feedback to students, recognizing their efforts, progress and achievements. It is concluded, therefore, that teachers exert a central influence in promoting student motivation, as they have the power



to create a stimulating and inspiring learning environment.

Keywords: motivation; educational performance; elementary school.

INTRODUÇÃO

No contexto do ensino, a motivação dos alunos é um elemento-chave que influencia diretamente o sucesso acadêmico e o desenvolvimento pessoal. Compreender os fatores que impulsionam a motivação dos alunos e o papel dos educadores na promoção desse fenômeno é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem eficaz e estimulante (Fossatti; Pauli; Tomasi, 2021).

A motivação é um conceito que vai além do simples desejo de alcançar uma meta; envolve uma combinação complexa de necessidades, interesses, valores, expectativas e experiências individuais. Em um ambiente educacional, a motivação dos alunos pode ser influenciada por uma variedade de fatores, incluindo características pessoais, como autoestima e autoeficácia, bem como fatores externos, como o ambiente escolar, as práticas pedagógicas e as interações com professores e colegas (Camargo; Camargo, 2019).

Nesta era de diversidade cultural, social e cognitiva, é fundamental reconhecer que a motivação dos alunos é moldada por uma interação complexa de fatores socioculturais, individuais e ambientais. Aspectos como normas sociais, expectativas culturais, relacionamentos interpessoais e práticas pedagógicas desempenham um papel crucial na determinação do nível de motivação dos alunos em sala de aula (Schelini; Noronha, 2021).

Nesta perspectiva, este artigo propõe-se a explorar os diversos aspectos da motivação dos alunos e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem. Ao examinar como esses diferentes elementos interagem para moldar a motivação dos alunos, podemos desenvolver uma compreensão mais profunda das estratégias eficazes para promover a motivação dos alunos e melhorar sua experiência educacional.

Ao longo deste artigo, analisa-se a influência dos fatores socioculturais na motivação dos alunos, os benefícios associados à motivação em sala de aula e o papel crucial dos professores na promoção da motivação dos alunos. Por meio dessa análise, esperamos fornecer percepções para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas interessados em promover um ambiente de aprendizagem que inspire, engaje e capacite os alunos a alcançar seu pleno potencial escolar e pessoal.

O objetivo geral do estudo é analisar como a motivação influencia no processo de ensino aprendizagem de alunos no Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, tem-se: Apresentar os aspectos socioculturais envolvidos na motivação em alunos do Ensino Fundamental; Discorrer sobre os benefícios que a motivação traz para o processo de ensino aprendizagem; Inferir sobre o papel do professor na motivação de alunos do EFI.

METODOLOGIA

A busca de artigos foi realizada em plataformas conceituadas e conhecidas por hospedar publicações acadêmicas relacionadas à diversas áreas. Essas plataformas incluem PubMed, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Scielo e Google Acadêmico;

Para isso serão utilizados DeCS para uso em indexação e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) como LILACS, MEDLINE.

Os seguintes descritores serão utilizados na busca: motivação, Ensino Fundamental, aluno, professor, ensino e aprendizagem e fatores associados. A identificação dos foi será realizada por meio de buscas eletrônicas nas plataformas supra mencionadas. Os artigos identificados forma então submetidos a um processo de seleção obedecendo aos critérios de inclusão: período de 2017 a 2024; em português e indexados em uma das plataformas. Os estudos são do tipo artigos, livros e dissertações.

Os 63 estudos identificados como relevantes para o presente artigo foram então submetidos a um processo de seleção obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os artigos selecionados foram classificados com base no tipo de estudo, foco e áreas de conhecimento, priorizando-se os relacionados a áreas como Educação, Pedagogia, Psicologia e Sociologia.

Após uma leitura mais detalhada utilizou-se 15 estudos que compõem a base argumentativa e descritiva, com abordagem qualitativa e método dedutivo de arguições.

MOTIVAÇÃO E ENSINO APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Aspectos Socioculturais da Motivação

A motivação é um fenômeno complexo que não pode ser plenamente compreendido sem levar em consideração os diversos aspectos socioculturais que o influenciam (Camargo, 2019).

A cultura desempenha um papel fundamental na determinação das metas, valores e expectativas de uma sociedade, influenciando assim a motivação dos indivíduos dentro desse contexto cultural. Estudos têm demonstrado que diferentes culturas podem promover diferentes concepções de sucesso e realização, o que por sua vez afeta as aspirações e os padrões de motivação dos membros dessa cultura (Ferraz; De Cantalice; Dos Santos, 2019).

Por exemplo, culturas orientais frequentemente enfatizam a importância do esforço persistente e do trabalho árduo para alcançar o sucesso acadêmico, enquanto culturas ocidentais podem valorizar mais a independência e a expressão individual. Essas diferenças culturais têm implicações significativas para o sistema educacional, influenciando a maneira como os alunos são motivados e como respondem aos desafios e oportunidades de aprendizado.

Além da cultura mais ampla, as normas sociais e as pressões de conformidade dentro de grupos específicos também exercem influência sobre a motivação dos indivíduos. Os alunos são frequentemente expostos a expectativas sociais e normas de desempenho que moldam suas percepções de sucesso e fracasso, afetando assim sua motivação para alcançar metas acadêmicas.

Por exemplo, estudos têm mostrado que a pressão dos pares pode desempenhar um papel significativo na motivação dos alunos, tanto positivamente, através do apoio e incentivo entre colegas, quanto negativamente, através da competição desleal ou do estigma associado ao fracasso acadêmico (Schwartz, 2019). Essas dinâmicas sociais complexas podem tanto promover quanto minar a motivação dos alunos, dependendo do contexto e das interações específicas entre os membros do grupo.

Além dos fatores culturais e sociais mais amplos, o ambiente educacional também desempenha um papel crucial na promoção da motivação dos alunos. Os professores têm o poder de influenciar significativamente a motivação dos alunos por meio de suas práticas de ensino, interações em sala de aula e apoio emocional.

Pesquisas têm demonstrado que professores que demonstram apoio, encorajamento e confiança nos alunos podem aumentar sua motivação intrínseca e autoestima, promovendo assim um engajamento mais profundo no processo de aprendizagem (Fernandes; Lemos, 2020). Da mesma forma, as políticas e práticas institucionais, como a distribuição equitativa de recursos e oportunidades educacionais, podem desempenhar um papel importante na criação de um ambiente que nutre e sustenta a motivação dos alunos ao longo do tempo.

Os aspectos socioculturais da motivação representam uma interseção complexa entre fatores culturais, normas sociais, relações interpessoais e práticas educacionais que moldam as experiências motivacionais dos alunos no contexto escolar. Uma compreensão aprofundada desses aspectos é essencial para desenvolver estratégias eficazes de promoção da motivação e engajamento dos alunos, visando assim melhorar os resultados educacionais e promover o bem-estar geral dos estudantes.

Explorar os impulsos que levam os alunos a executar tarefas, seja por desejo próprio ou por necessidade, e respondendo a estímulos tanto internos quanto externos, resultando no desenvolvimento de modelos teóricos com abordagens distintas. Dois desses modelos, amplamente utilizados na pesquisa sobre motivação no ambiente escolar, são a Teoria da Autodeterminação e a Teoria de Metas de Realização (Alliprandini; Dos Santos; Rufini, 2023).

A Teoria da Autodeterminação se fundamenta nas condições do ambiente social que influenciam de forma positiva ou negativa na automotivação. Nessa teoria, a autonomia, competência e conexão social são consideradas necessidades psicológicas básicas que impulsionam os processos naturais de motivação, resultando em indivíduos mais engajados e mentalmente saudáveis. Segundo essa perspectiva, os indivíduos são motivados por duas orientações principais: intrínseca e extrínseca.

Amotivação intrínseca é caracterizada pela inclinação natural e interesse espontâneo pelo conhecimento, seu entendimento e aquisição, enquanto a motivação extrínseca está relacionada à realização de uma atividade em resposta a incentivos externos, sejam eles

recompensas materiais ou reconhecimento social. Por outro lado, a Teoria de Metas de Realização, que serve como base para este estudo, adota uma abordagem sociocognitiva para compreender e explicar a motivação (Fossatti; Pauli, 2021). Ela busca entender por que as pessoas investem seus esforços na realização de atividades, quais objetivos buscam alcançar e como seu comportamento emocional e cognitivo é influenciado, levando em consideração os estímulos oferecidos pelo ambiente escolar.

A comunicação com pessoas que compartilham ideias semelhantes e o trabalho em equipe têm um efeito muito positivo na motivação para aprender. Quando as crianças se sentem apoiadas e engajadas em um ambiente colaborativo, isso pode aumentar sua motivação intrínseca para participar ativamente das atividades educacionais.

Benefícios da Motivação em Sala de Aula

Uma das vantagens mais evidentes da motivação em sala de aula é seu impacto positivo no desempenho acadêmico dos alunos. Quando os alunos estão motivados, eles tendem a se envolver mais ativamente nas atividades de aprendizagem, dedicando tempo e esforço para compreender os conceitos apresentados e aplicar seus conhecimentos de maneira eficaz (Antunes; Fernandes; Lemos, 2022).

Pesquisas têm consistentemente demonstrado que alunos motivados tendem a obter melhores notas, alcançar níveis mais altos de proficiência em testes padronizados e apresentar um maior domínio dos conteúdos acadêmicos em comparação com seus colegas menos motivados (Pacheco; Da Rosa; Darroz, 2021). Além disso, a motivação está positivamente correlacionada com a frequência escolar e a conclusão de tarefas escolares, contribuindo assim para o progresso acadêmico dos alunos ao longo do tempo.

A motivação também está intimamente ligada ao engajamento dos alunos em sala de aula, influenciando sua disposição para participar ativamente das discussões, colaborar com os colegas e buscar oportunidades de aprendizagem adicionais. Alunos motivados tendem a demonstrar maior interesse nas atividades escolares, buscando desafios e se envolvendo em oportunidades de aprendizagem que vão além dos requisitos mínimos do currículo (Marcelino *et al.*, 2020).

Por exemplo, alunos motivados podem estar mais propensos a participar de atividades extracurriculares, buscar projetos de pesquisa independentes ou se envolver em atividades de voluntariado relacionadas ao currículo escolar. Esse alto nível de engajamento não apenas enriquece a experiência educacional dos alunos, mas também promove o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas essenciais para o sucesso acadêmico e profissional.

Além dos benefícios acadêmicos e comportamentais, a motivação também está associada a um maior bem-estar emocional e autoestima entre os alunos. Quando os alunos se sentem motivados e engajados em suas atividades escolares, eles tendem a experimentar uma maior sensação de competência, autonomia e conexão com o ambiente escolar (Fernandes; Lemos, 2020).

No âmbito desse modelo teórico, são reconhecidas duas categorias de metas de realização: a meta de aprendizagem e as metas de desempenho (seja de abordagem ou de

evitação). Os alunos que se concentram principalmente na meta de aprendizagem buscam principalmente melhorar individualmente e empregam estratégias mais abrangentes e eficazes para adquirir conhecimento. Por outro lado, aqueles que priorizam as metas de desempenho, seja de abordagem ou de evitação, são mais influenciados por fatores externos e tendem a perseguir resultados que estão diretamente relacionados às demandas externas.

Os alunos que adotam essas metas de desempenho muitas vezes escolhem atividades nas quais possam se destacar em relação ao grupo, demonstrando uma aversão ao fracasso e uma busca por reconhecimento (Narciso *et al.*, 2024). É importante ressaltar que, devido à natureza multifacetada da motivação humana, é comum que os alunos persigam múltiplas metas, variando de acordo com as situações e atividades específicas. Por exemplo, a busca pela meta de aprendizagem pode refletir o interesse do aluno, enquanto a busca pela meta de desempenho pode estar mais relacionada ao próprio resultado alcançado.

Além disso, estudos também revelaram que, embora não sejam conceitos idênticos, dada a sua base em premissas diferentes, os alunos motivados intrinsecamente e aqueles alinhados com a meta de aprendizagem compartilham semelhanças em termos de engajamento e disposição para realizar tarefas. Isso sugere que práticas educacionais que promovem a meta de aprendizagem podem, de certa forma, estimular nos alunos o desenvolvimento da motivação intrínseca.

Quanto à motivação educacional, esta pode ser tanto externa quanto interna. Quando uma criança está naturalmente interessada, ela buscará conhecimento por conta própria; no entanto, se não estiver, pode ser necessário recorrer a recompensas e punições para incentivá-la (Schelini; Noronha, 2021).

É importante elogiar as crianças mesmo pelas pequenas conquistas de aprendizagem e ajudá-las a lidar com tarefas que possam parecer “insolúveis”. Ao fazer isso, você estará contribuindo significativamente para o desenvolvimento saudável da motivação escolar.

Essa sensação de autoeficácia e pertencimento não apenas aumenta a motivação intrínseca dos alunos, mas também fortalece sua resiliência emocional e capacidade de lidar com desafios acadêmicos e pessoais. Como resultado, os alunos motivados estão mais propensos a desenvolver uma atitude positiva em relação à escola, ao aprendizado e ao seu próprio crescimento pessoal, estabelecendo assim uma base sólida para o sucesso futuro.

Os benefícios da motivação em sala de aula são vastos e abrangentes, influenciando positivamente o desempenho acadêmico, o engajamento dos alunos e seu bem-estar emocional e psicológico. Ao reconhecer a importância da motivação no processo educacional, os educadores podem adotar estratégias eficazes para promover e sustentar a motivação dos alunos, criando assim um ambiente de aprendizagem dinâmico e enriquecedor que beneficia a todos os envolvidos (Schwartz, 2019).

Influência do Professor na Motivação do Aluno

A relação entre o professor e o aluno é um dos pilares fundamentais do processo educacional, e essa interação desempenha um papel crucial na motivação dos estudantes.

O relacionamento entre o professor e o aluno vai muito além do mero ensino de conteúdo acadêmico; é uma conexão humana que influencia diretamente a motivação e o engajamento do aluno. Estudos indicam que alunos que percebem seus professores como compreensivos, respeitosos e acessíveis tendem a estar mais motivados para aprender (Ferraz; De Cantalice; Dos Santos, 2019).

A construção de um relacionamento positivo começa com a empatia e a escuta ativa por parte do professor, demonstrando interesse genuíno no bem-estar e no progresso acadêmico de cada aluno. Quando os alunos se sentem valorizados e apoiados pelo professor, eles estão mais propensos a se engajar ativamente nas atividades escolares, a buscar desafios e a persistir diante de dificuldades.

O feedback oferecido pelo professor desempenha um papel essencial na promoção da motivação dos alunos. No entanto, é importante que o feedback seja construtivo, específico e orientado para o crescimento do aluno. Em vez de se concentrar apenas nos erros, o feedback construtivo destaca os pontos fortes do aluno, oferecendo sugestões concretas para melhorias (Antunes; Fernandes; Lemos, 2022).

Quando os alunos recebem feedback que reconhece seu esforço, progresso e conquistas, eles são mais propensos a se sentir competentes e confiantes em suas habilidades, alimentando assim sua motivação intrínseca para aprender e se desenvolver. Além disso, o feedback construtivo pode ser usado para estabelecer metas desafiadoras e para encorajar a autorregulação, capacitando os alunos a assumir um papel ativo em seu próprio processo de aprendizagem.

Uma das formas mais poderosas de influenciar a motivação dos alunos é através da promoção da autonomia e autodeterminação. Os professores podem criar um ambiente de aprendizagem que estimule os alunos a assumir responsabilidade por seu próprio aprendizado, permitindo-lhes tomar decisões e escolher atividades que correspondam aos seus interesses e necessidades individuais (Marcelino *et al.*, 2020).

Ao oferecer escolha e flexibilidade, os professores capacitam os alunos a se tornarem agentes ativos em seu próprio processo de aprendizagem, aumentando assim sua motivação intrínseca e seu engajamento na sala de aula. Além disso, os professores podem promover a autodeterminação dos alunos encorajando a autorregulação, a autoavaliação e a reflexão sobre seu próprio progresso, capacitando-os a desenvolver habilidades essenciais para o aprendizado ao longo da vida.

A influência do professor na motivação do aluno é uma interação dinâmica e multifacetada que vai além da transmissão de conhecimento. Ao cultivar relacionamentos positivos, oferecer feedback construtivo e promover a autonomia e autodeterminação dos alunos, os professores podem desempenhar um papel essencial no desenvolvimento de alunos motivados, confiantes e comprometidos com o aprendizado (Fernandes; Lemos, 2020). Essa abordagem não apenas beneficia o desempenho acadêmico dos alunos, mas também promove um ambiente de aprendizagem inclusivo, estimulante e enriquecedor para todos os envolvidos no processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação dos alunos é um aspecto essencial do processo educacional, pois influencia diretamente seu engajamento, desempenho acadêmico e bem-estar emocional.

Ficou claro que a motivação dos alunos não é apenas resultado de fatores individuais, mas é moldada por uma interação complexa entre aspectos socioculturais, práticas pedagógicas e relacionamentos interpessoais. Os alunos são influenciados por normas sociais, expectativas culturais e pressões de conformidade, além de serem impactados pela qualidade do relacionamento com seus professores e colegas.

Os professores desempenham um papel central na promoção da motivação dos alunos, pois têm o poder de criar um ambiente de aprendizagem estimulante e inspirador. Ao estabelecer relacionamentos positivos, fornecer feedback construtivo e promover a autonomia dos alunos, os professores podem cultivar uma cultura de motivação intrínseca que impulsiona o aprendizado e o crescimento pessoal dos alunos.

No entanto, é importante reconhecer que promover a motivação dos alunos é um desafio contínuo que requer o envolvimento de todos os atores educacionais, incluindo professores, administradores escolares, pais e a comunidade em geral. Ao trabalhar juntos para criar um ambiente de apoio e incentivo, podemos ajudar os alunos a desenvolver as habilidades, a confiança e a motivação necessárias para alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Portanto, é fundamental que os educadores continuem a buscar maneiras inovadoras e eficazes de promover a motivação dos alunos, reconhecendo o impacto positivo que isso pode ter em suas vidas e no futuro da sociedade como um todo. Ao investir no desenvolvimento da motivação dos alunos, estamos investindo no futuro da educação e na construção de um mundo mais justo, inclusivo e próspero para todos.

REFERÊNCIAS

ALLIPRANDINI, Paula Mariza Zedu; DOS SANTOS, Deivid Alex; RUFINI, Sueli Édi.

Autorregulação da aprendizagem e da motivação em diferentes contexto educativos: teoria, aprendizagem e intervenção. Londrina: EDUEL, 2023.

ANTUNES, Queila Pereira; FERNANDES, Graziela Nunes Alfenas; LEMOS, Stela Maris Aguiar.

Aspectos comportamentais e motivação para aprender: um estudo com adolescentes do ensino fundamental. In: CoDAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2022. p. e20210119. Disponível em <https://www.scielo.br/j/codas/a/qgZKSxDQmL57ZfNxpPydnZp/?lang=pt>. Acesso em 01 mar. 2024.

CALDAS, Natal de Jesus de Freitas; COLINS, Fabio. **O que dizem os estudantes sobre a (des) motivação para aprender matemática?**. UFFA. In COLINS, Fábio (Org.). Educação matemática em pesquisa: ensino e formação docente. Belém: RFB, 2021.

CAMARGO, Carmen Aparecida Cardoso Maia; CAMARGO, Marcio Antonio Ferreira; SOUZA, Virginia de Oliveira. **A importância da motivação no processo ensino-aprendizagem.** Revista Thema, v. 16, n. 3, p. 598-606, 2019. Disponível em <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1284>. Acesso em 25 fev. 2024.

CAVENAGHI, Denise Maria; DE OLIVEIRA, Lucinda Andréa Goulart. **Motivação: Contribuições da psicopedagogia no contexto escolar.** FOCO: Caderno de estudos e pesquisas, n. 17, p. 26-42, 2022. Disponível em <http://www.revistafoco.inf.br/index.php/FocoFimi/article/view/882>. Acesso em 03 fev. 2024.

DE MELO, Leomir Barros Coutinho; DE SOUZA, Marinaldo Alves; DA SILVA, Jaiurte Gomes Martins. **Motivação para a aprendizagem em crianças escolares: revisão narrativa.** Revista Eletrônica Acervo Científico, v. 10, p. e3636-e3636, 2020. Disponível em <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/3636>. Acesso em 28 fev. 2024.

FERNANDES, Graziela Nunes Alfenas; LEMOS, Stela Maris Aguiar. **Motivação para aprender no ensino fundamental e a associação com aspectos individuais e contextuais.** In: CoDAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2020. p. e20190247. Disponível em <https://www.scielo.br/j/codas/a/qgZKSxDQmL57ZfNxpPydnZp/?lang=pt>. Acesso em 04 mar. 2024.

FERRAZ, Adriana Satico; DE CANTALICE, Lucicleide Maria; DOS SANTOS, Acácia Aparecida Angeli. **Motivação para aprender e compreensão de leitura em alunos do ensino fundamental I.** Estudos Interdisciplinares em Psicologia, v. 10, n. 1, p. 173-189, 2019. Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/28959>. Acesso em 02 mar. 2024.

FOSSATTI, Emanuele Canali; PAULI, Jandir; TOMASI, Manuéli. **Geração Y: motivação, satisfação e vivências no trabalho.** Revista Pretexto, v. 21, n. 2, p. 64-79, 2021. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8084973>. Acesso em 01 mar. 2024.

MARCELINO, Bruna Lorena de Melo *et al.* **Motivação escolar em tempos de pandemia: um relato de experiência.** Cadernos de Estágio, v. 2, n. 2, p. 184-188, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cadernosestagio/article/download/24986/14136>. Acesso em 22 fev. 2024.

NARCISO, Rodi *et al.* **Gamificação no ensino fundamental: estimulando o interesse e a participação dos alunos.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 3, p. 313-327, 2024. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13050>. Acesso em 20 fev. 2024.

PACHECO, Julia Nunes; DA ROSA, Cleci Werner; DARROZ, Luiz Marcelo. **Motivação extrínseca em relação à aprendizagem Matemática no Ensino Fundamental.** Revista Educar Mais, v. 5, n. 5, p. 1159-1170, 2021. Disponível em <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2602>. Acesso em 27 fev. 2024.

PACHECO, Julia Nunes; DA ROSA, Cleci Teresinha Werner; DARROZ, Luiz Marcelo. **Motivação intrínseca, extrínseca e autoeficácia em relação à ciência e às aulas de ciências: estudo envolvendo os anos finais do Ensino Fundamental.** Research, Society and Development, v. 11, n. 5, p. e31111528380-e31111528380, 2022. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28380>. Acesso em 03 fev. 2024.

SCHELINI, Patrícia Waltz; NORONHA, Ana Paula Porto. Avaliação da motivação para aprender com base na teoria da autodeterminação. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 20, n. 4, p. 455-462, 2021. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8217941>. Acesso em 02 fev. 2024.

SCHWARTZ, Suzana. **Motivação para ensinar e aprender: teoria e prática.** Campinas: Editora Vozes Limitada, 2019.

Organizador

Dr. Alderlan Souza Cabral

Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Luterana do Brasil (2010), graduação em Logística pela Universidade Luterana do Brasil (2012), mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol (2017) e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol (2019). Atualmente é doutor orientador temporário – UNITI BRASIL, estatutário da Prefeitura Municipal do Careiro da Vázea e estatutário da Prefeitura Municipal de Autazes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em orientação de Metodologias Técnicas Científicas com mais 490 orientações entre Mestrado e Doutorado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8583035818376126>

Índice Remissivo

A

abordagem transversal 334, 342
adolescência 30, 111, 116, 138, 201, 207, 210, 214, 311, 312, 334, 342, 343
afetividade 301, 316
alfabetização 46, 99, 108, 112, 134, 170, 174, 184, 193, 205, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265
ambiente escolar 20, 31, 41, 44, 55, 74, 89, 104, 117, 121, 125, 126, 127, 128
ambiente rural 183
âmbito prisional 190
aprendizado escolar 109
aprendizagem 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 55, 59, 60, 65, 67, 70, 71, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 123, 127, 132, 134, 136, 137, 139, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 171, 174, 180, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 191, 216, 217, 219, 220, 223, 224, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 241, 243, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 270, 281, 282, 284, 285, 286
área educacional 322, 324
atividade física 85, 87, 88, 91, 93, 94, 95
autismo 16, 17, 18, 19, 22, 23, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 49, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61

C

ciências biológicas 49
colaboração 282, 284, 285, 287

D

deficiências 40, 41, 44, 52, 63, 64, 67, 71
deficiências educacionais 216
desafio escolar 121
desempenho 15, 346, 349, 350, 351, 352, 353
desigualdades sociais 76, 81, 157, 158, 161
detento 190, 191, 192, 193, 194, 196
detentos 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196
direitos educacionais 51, 334, 335, 336, 339, 342

direitos humanos 75, 77, 81, 82, 121, 124, 128
discriminação 40, 113, 301, 304, 305, 310, 311, 312,
313, 314, 315, 316
diversidade 32, 44, 52, 54, 63, 65, 69, 95, 103, 111, 117,
127, 167, 169, 187, 209, 243, 245, 246, 247, 275,
276, 278, 285, 301, 304, 307, 308, 310, 311, 313,
314, 315, 316, 317

E

educação 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31,
32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46,
47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63,
64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79,
80, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 90, 95, 96, 125, 103, 128,
107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 118,
119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130,
135, 136, 138, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163,
164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173,
174, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187,
188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 204,
209, 210, 211, 218, 219, 220, 223, 227, 228, 230,
231, 232, 233, 236, 238, 241, 248, 249, 255, 259,
261, 262, 263, 266, 267, 269, 271, 272, 273, 274,
275, 276, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286,
287, 288, 289, 290, 295, 301, 302, 303, 304, 305,
308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319
educação básica 67, 86, 209, 218, 220, 231, 290
educação especial 22, 36, 40, 41, 45, 48, 51, 53, 56,
60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 320, 321, 322,
323, 324, 325, 326, 327, 331, 332, 333
educação física 78, 84, 90, 96
educação inclusiva 16, 21, 37, 41, 45, 46, 47, 50, 54,
60, 64, 68, 69, 70, 72, 82, 320, 321, 322, 325, 326,
331, 332
educação pública 80, 236, 261, 267, 290
educação sexual 311, 312, 313, 314, 317, 319, 334,
335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345
educacional 14, 15, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352,
353
engajamento 29, 126, 165, 262, 267
ensino 14, 15, 346, 347, 348, 349, 352, 353, 354
ensino aprendizagem 24, 37, 43, 49, 70, 71, 84, 85, 90,
97, 106, 109, 110, 113, 168, 180, 183, 185, 216, 217,
229, 237, 243, 255, 256, 264
ensino colaborativo 320, 321, 329, 333
ensino e aprendizagem 27, 50

ensino e desenvolvimento 170, 229
envolvimento família 24
equidade 157, 161, 163
escola 16, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31,
32, 33, 34, 35, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288,
289
escola pública 30, 35, 36, 38, 43, 66, 69, 71, 90, 96,
116, 164, 171, 216, 242, 249, 262, 290, 325, 334
escolar 14, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 311,
312, 313, 314, 315, 316, 317, 318
escolas inclusivas 36
escolas multisseriadas 164, 165, 170
espaços educacionais 121
espectro autista 16, 19
estratégias políticas 64
ethos 198, 199, 201, 203, 204
étnico-racial 301, 307

F

família 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34,
39, 42, 52, 53, 54, 56, 58, 95, 104, 107, 108, 109,
110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119,
120, 123, 126, 169, 180, 185, 193, 196, 203, 204,
207, 208, 210, 219, 245, 265, 267, 268, 269, 270,
272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282,
283, 284, 285, 286, 287, 288, 289
ferramentas 20, 22, 84, 85, 86, 90, 98
fundamental 14, 346, 347, 348, 353, 354

H

habilidades 22, 26, 28, 32, 53, 59, 68, 77, 87, 94, 98,
101, 106, 142, 147, 171, 182, 229, 230, 233, 234,
235, 238, 242, 243, 256, 260, 261, 263, 264, 265,
302, 303, 304, 310, 312, 314

I

igualdade 301, 311, 312, 313, 314, 315
inclusão 16, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 33, 36, 37, 38,
39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54,

56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 81, 90, 119, 125, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 194, 221, 232, 239, 240, 301, 305, 313, 314, 316

Inclusão 62, 72

inclusão de aluno autista 16, 17

inclusão dos alunos 40, 44, 62

inclusão escolar 19, 22, 39, 42, 49, 59, 64, 69, 71, 321, 322, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 332, 333

inclusiva 16, 21

informática 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

instrumento 31, 36, 44, 49, 62, 149, 158, 161, 164, 191, 192, 193, 194, 195, 220, 233, 238, 240, 253, 263, 286, 287, 294, 334, 337

interpretação 44, 77, 80, 97, 98, 100

isolamento social 93, 157, 158, 159, 161

L

leitura e escrita 62, 63, 71, 97, 99, 101, 106

leitura e escrita; 97, 109

letramento 108, 112, 174, 227, 255, 256, 259, 260, 261, 265

linguagem é ideológica 177

linguagem ribeirinha 176

livro didático 181, 235, 242, 250, 251, 252, 253

ludicidade 45, 90

lúdico 46, 95, 160, 229, 234, 235, 236, 240

M

metamodernismo 198, 199, 200, 201, 211

motivação 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354

P

pedagogia 50, 74, 76, 81, 82

pedagógica 50, 51, 58, 65, 67, 69, 79, 81, 99, 101, 112, 158, 168, 182, 185, 193, 220, 232, 235, 236, 240, 261, 265, 280, 284, 286, 302, 304, 310, 319

políticas educativas 74, 75

políticas públicas 50, 53, 64

práticas pedagógicas 49, 54, 86, 112, 165, 176, 187, 240, 242, 253

práticas sociais 51, 124, 247, 255, 259, 260
preconceito 21, 40, 42, 107, 122, 167, 227, 245, 246,
303, 305, 308, 310, 312, 315, 316
primeira infância 267, 268, 269, 270, 272, 273, 277
processo 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31,
36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 56, 58,
59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 75,
76, 78, 81, 82, 86, 88, 89, 90, 94, 97, 98, 99, 100,
101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112,
113, 115, 116, 117, 118, 123, 124, 128, 132, 137,
138, 152, 159, 160, 161, 164, 165, 168, 170, 171,
173
processo de desenvolvimento 19, 24
processo do aprendizado 62
processo inclusivo 24, 25, 37, 44, 45, 46, 47
processos de aprendizagem 24, 28
processos educativos 16, 65, 74, 82
produção textual 290, 291, 292, 293, 294
professores qualificados 290
psicologia educacional 31
psicológica 51, 58, 67, 68, 126, 133, 139, 302, 305, 314

Q

qualidade educativa 74, 79

R

recurso pedagógico 45, 161, 229
recursos pedagógicos 303
relações interpessoais 107, 168, 174, 210, 284, 301,
302
responsabilidade na educação 24
ressocializador 190, 191

S

sedentarismo 84, 91
sistema 5
sistema carcerário 190
sociedade 16, 20, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 40, 41,
42, 43, 44, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 56, 61, 65, 68, 75,
76, 77, 79, 80, 81, 82, 86, 90, 104, 111, 112, 113,
114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124,

125, 126, 127, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 157,
158, 160, 161, 162, 163, 168, 169, 170, 178, 181,
186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199,
200, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 219, 221, 223,
224, 226, 231, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248,
249, 255, 258, 260, 261, 262, 265, 270, 272, 273,
275, 284, 285, 288, 289, 301, 302, 303, 304, 305,
306, 307, 308, 310, 313, 315, 316, 322, 323, 324,
325

T

trabalho 20, 27, 28, 29, 30, 38, 50, 52, 54, 58, 60, 63,
65, 67, 68, 69, 72, 92, 100, 101, 104, 112, 115, 118,
124, 125, 128, 133, 139, 166, 167, 168, 169, 170,
173, 176, 179, 180, 181, 182, 185, 187, 190, 191,
192, 193, 194, 195, 196

V

variações linguísticas 242, 243, 244, 246, 250, 251, 252
violência 18, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136,
137, 138, 139, 301, 302, 303, 304, 305, 310, 313,
314, 316, 319

